

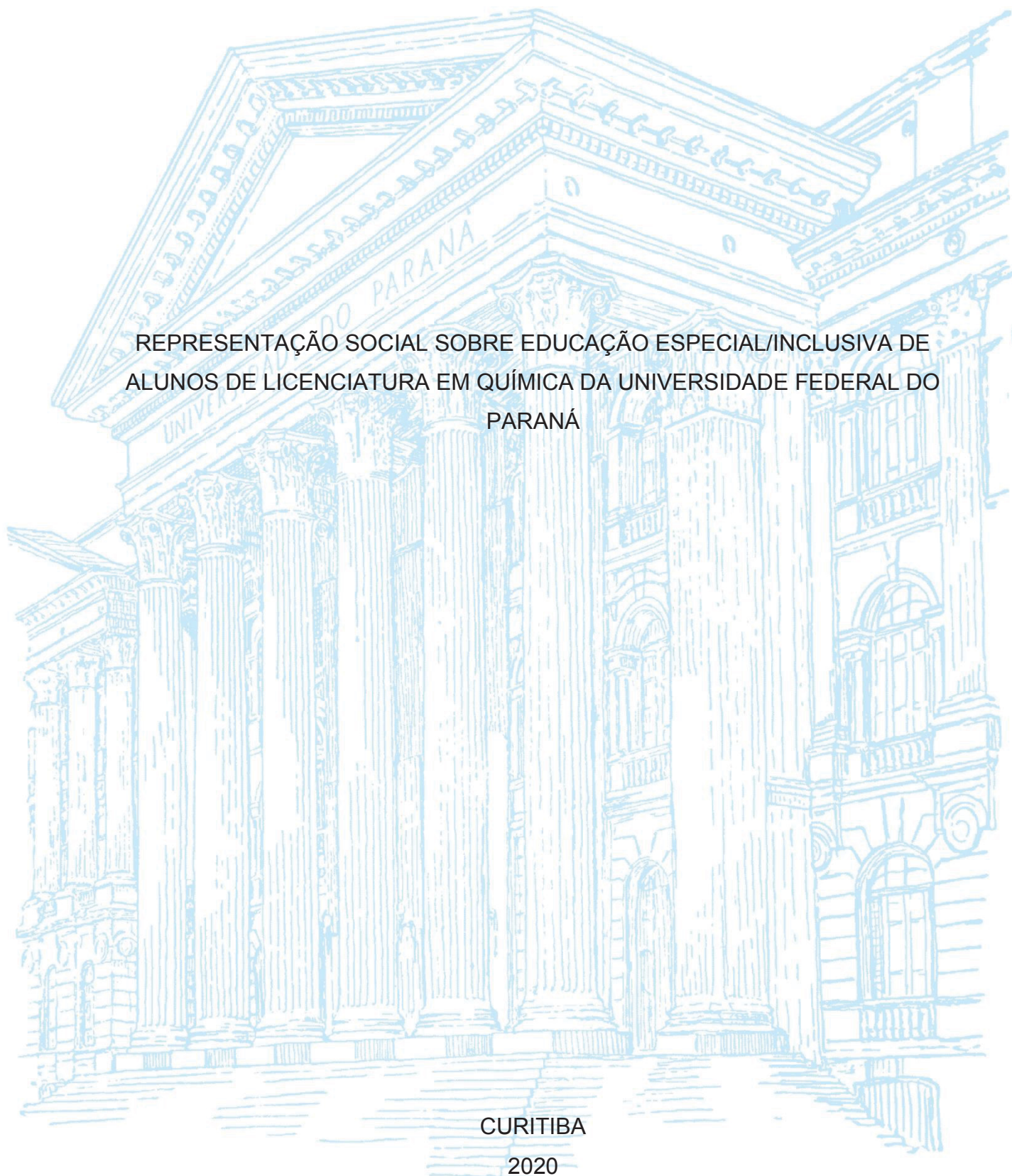
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY

REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA DE  
ALUNOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ

CURITIBA

2020



GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY

REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA DE  
ALUNOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Orliney Maciel Guimarães

CURITIBA

2020

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças  
Tania de Barros Baggio, CRB 9/760  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Nagatomy, Gabrielly Fuji Messias.

Representação social sobre educação especial/inclusiva de alunos de licenciatura em química da Universidade Federal do Paraná / Gabrielly Fuji Messias Nagatomy.- Curitiba, 2020.

274 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ed  
Orientadora: Profa. Dra. Orliney Maciel Guimarães

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Química - Estudo e ensino. 4. Professores - Formação. 5. Representação social. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

## TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -  
40001016001P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY** intitulada: **Representação social sobre educação especial/inclusiva de alunos de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Paraná**, sob orientação da Profa. Dra. ORLINEY MACIEL GUIMARÃES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

08/06/2020 20:43:12.0

ORLINEY MACIEL GUIMARÃES

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

08/06/2020 22:22:35.0

ROMILDA TEODORA ENS

Avaliador Externo (null)

Assinatura Eletrônica

16/06/2020 09:30:50.0

VALERIA LÜDERS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rockefeller nº 57 ? Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.ufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.  
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 43139

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>  
e insira o código 43139

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me colocou nesse mundo com uma missão indefinida que aos poucos se tornou a missão de educar, pesquisar e mais do que tudo, de aprender.

À Universidade Federal do Paraná, a administração e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação.

A minha avó, Lourdes, que em muitos cadernos de caligrafia, me ensinava o poder do estudo e das palavras, sem ela, com certeza não estaria aqui.

Ao meu marido Hugo, que em meio a turbilhões de estudos, livros e escritas, me ajudou e me acalmou em todos os momentos que pode, me incentivando a lutar pelo sonho de me tornar mestre.

A minha irmã Emanuely e a minha família, pela paciência, apoio e por sempre acreditarem no meu potencial.

A minha orientadora Orliney Maciel Guimarães, mulher guerreira, seus ensinamentos e sua paixão pela profissão de ser educadora será lembrada para sempre, como um incentivo a seguir o que realmente sonhamos.

Aos meus amigos, Theo de Paula Cabral por me apoiar na transcrição dos dados, a Valéria Carraro, Olivian Suellen Moraes da Silva e Bruna Giovanna Queiroz, por me apoiar no empreendimento desse sonho.

Aos meus colegas de mestrado, Simoni Violanti, Jair Gabardo, Keila Lima e Milene que me apoiaram e caminharam ao meu lado desde o início do mestrado.

A minha colega de orientação Gahelyka Aghta Pantano Souza, que me ajudou na compreensão das teorias de Moscovici, Jodelet, Sá e Abric, nossas conversas serão para sempre lembradas.

Por fim, sou grata à vida, pois tive oportunidades que outras pessoas nem sonham, estar aqui e me tornar mestre, é uma conquista inestimável.

*In consiliis nostris fatum nostrum est.* “Em nossas escolhas encontram-se o nosso destino” Labirinto do Fauno (TORO; FUNKE, 2019, p.22).



## RESUMO

O presente estudo teve por objetivo identificar e analisar a representação social sobre Educação Especial/Educação Inclusiva (EE/EI) de estudantes de licenciatura em Química da Universidade Federal do Paraná. Para atingir este objetivo foram delineados os seguintes objetivos específicos: compreender como as representações sociais sobre as deficiências influenciaram a formação e efetivação de políticas educacionais para o atendimento das pessoas com necessidades educacionais específicas; analisar a partir da literatura da área quais as barreiras e necessidades formativas de professores para a educação inclusiva; identificar e analisar a representação social dos licenciandos em Química da UFPR sobre Educação Especial/Educação Inclusiva. A fundamentação teórica apoiou-se na teoria da representação social (TRS) de Serge Moscovici (1961) e na teoria do núcleo central (TNC) de Jean-Claude Abric (1994) para estruturar as representações sociais dos estudantes. Para atingir o objetivo geral dessa pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa e foi realizada uma pesquisa de campo, com alunos ingressantes no curso de licenciatura em Química da Universidade Federal do Paraná, por meio de observação participante. O contexto da pesquisa foi uma disciplina de Seminários de Educação em Química, que abordou aspectos da EE/EI. Para a constituição de dados, realizou-se a Associação Livre de Palavras com os termos indutores: educação especial e educação inclusiva, no início e ao final da disciplina; assim como um questionário de frases incompletas e um questionário com questões abertas. Para análise dos dados da Associação Livre de Palavras foi empregada a TNC de Abric (1994) com análise prototípica, e, para a análise dos questionários foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2016). Por meio dessas análises foi possível identificar que as representações sociais sobre a EE/EI, inicialmente se pautavam no atendimento às necessidades específicas do aluno com deficiência e nas dificuldades enfrentadas nesse processo, e na não diferenciação da educação especial e da educação inclusiva, as quais apresentaram o mesmo núcleo central. Ao final da disciplina, as representações sociais dos licenciandos para a Educação Especial se pautaram nas adaptações metodológicas para atendimento à necessidade, e a representação social sobre a Educação Inclusiva teve seu núcleo central pautado na inclusão realizada por meio das dimensões de acessibilidade. Observou-se nos discursos analisados que os licenciandos abordaram a necessidade de um profissional do atendimento educacional especializado para o trabalho conjunto com o professor da sala de aula regular, necessidade de formações continuadas para difundir e desmistificar os temas relacionados à inclusão, e destacaram a criatividade na elaboração de materiais didáticos; aspectos não observados no início da disciplina. Conclui-se que disciplinas específicas que abordam a EE e EI nos processos formativos de futuros professores se constituem de extrema relevância para promover reflexões críticas para um ensino pautado nos princípios da educação inclusiva.

Palavras-chave: Representação Social; Educação Especial, Educação Inclusiva; Formação Inicial de professores; Licenciatura em Química.

## **ABSTRACT**

This study aimed to identify and analyze the social representation of Special Education/Inclusive Education (SE/IE) among undergraduate Chemistry students at the Federal University of Paraná (UFPR). In order to achieve this objective, the following specific objectives were outlined: understanding how social representations of disabilities influenced the formation and implementation of educational policies for the care of people with specific educational needs; analyzing, according to the literature in the area, the barriers and training needs of teachers for inclusive education; identifying and analyzing the social representation of Special Education/Exclusive Education among undergraduate Chemistry students at UFPR. The theoretical framework was based on the Social Representation Theory (SRT) by Serge Moscovici (1961) and on the Central Nucleus Theory (CNT) by Jean-Claude Abric (1994) to structure the social representations among students. In order to achieve the general objective of this research, a qualitative approach was chosen and a field research was carried out with students entering the Chemistry degree course at the Federal University of Paraná, as participant observation. The research context was a discipline of Chemistry Education Seminars, which addressed aspects of SE/IE. For the collection of data, the Free Word Association was carried out with the following inducing terms: special education and inclusive education, at the beginning and at the end of the discipline; as well as a questionnaire with incomplete sentences and a questionnaire with open questions. Abric's CNT (1994) was used to analyze the Free Word Association data with prototypical analysis, and for the analysis of the questionnaires, Bardin's content analysis (2016) was used. Through these analyzes it was possible to identify that the social representations of SE/IE were initially based on meeting the specific needs of students with disabilities and the difficulties faced in this process, and on the non-differentiation of special education and inclusive education, which presented the same central nucleus. After the discipline, the social representations for Special Education among undergraduate students were based on methodological adaptations to meet the need, and the social representation of Inclusive Education had its central nucleus based on inclusion through the dimensions of accessibility. It was observed in the speeches analyzed that the undergraduate students addressed the need for a specialized educational assistance professional to work together with the regular classroom teacher, as well as the need for continued training to disseminate and demystify the issues related to inclusion, and also highlighted the creativity in the preparation of teaching materials. Such aspects had not been observed at the beginning of the course. It is concluded that specific subjects that approach SE and IE in the training processes of future teachers contribute strongly to promote critical reflections for a teaching practice based on the principles of inclusive education.

**Keywords:** Social Representation; Special Education, Inclusive Education; Initial teacher training; Chemistry undergraduate course.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL POR ANO (2014-2018).....	42
FIGURA 2 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL (2008-2016).....	43
FIGURA 3 - FREQUÊNCIAS E ORDENS MÉDIAS DE EVOCAÇÃO.....	98
FIGURA 4 -EXEMPLO DA TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A OME.....	101
FIGURA 5 -EXEMPLO DE MATRIZ.....	103
FIGURA 6 - EXEMPLO IMPORTAÇÃO DO CORPUS.....	104
FIGURA 7 -EXEMPLO DE ANÁLISE PROTOTÍPICA.....	104
FIGURA 8 -EXEMPLO DE FREQUÊNCIA DE CORTE.....	105
FIGURA 9 -EXEMPLO DE FREQUÊNCIA MULTIPLA.....	106
FIGURA 10 -FÓRMULA PARA CÁLCULAR A OME.....	107
FIGURA 11 - EXEMPLO DA PLANILHA DO SOFTWARE MICROSOFT EXCEL PARA O CÁLCULO DA ORDEM MÉDIA.....	107
FIGURA 12 - ANÁLISE PROTITÍPICA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS EDUCAÇÃO ESPECIAL 1.....	111
FIGURA 13 - ESQUEMA DO NC DA RS DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR.....	115
FIGURA 14 - ESQUEMA DO NC E SISTEMA PERIFÉRICO DA RS DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR SOBRE A EE.....	123
FIGURA 15 - ESQUEMA DA RS SOBRE EE DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA.....	126
FIGURA 16 - FASES DE ATENDIMENTO PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	137
FIGURA 17 - ESQUEMA DO NC DA RS SOBRE EE DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	146
FIGURA 18 - ESQUEMA DO NC E 1ª PERIFERIA DAS RS SOBRE EE DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	149
FIGURA 19 - ESQUEMA DO NC E 1ª E 2ª PERIFERIA DAS RS SOBRE EE DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS	

2.....	151
FIGURA 20 - ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A EE DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	153
FIGURA 21 - ESQUEMA DA RS SOBRE EI DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 1.....	167
FIGURA 22 - ESQUEMA DO NC DA RS SOBRE EI DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	184
FIGURA 23 - ESQUEMA DO NC E PRIMEIRA PERIFERIA DA RS SOBRE EI DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	186
FIGURA 24 - ESQUEMA DO NC E ZONAS PERIFERICAS DA RS SOBRE EI DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	189
FIGURA 25: ALTERAÇÕES DAS PALAVRAS EVOCADAS NOS QUADRANTES DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A EE.....	191
FIGURA 26: ALTERAÇÕES DAS PALAVRAS EVOCADAS NOS QUADRANTES DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A EE.....	194

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE PARTICIPANTES POR ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS.....	106
TABELA 2 - FREQUÊNCIA DE EXCERTOS PARA AS PALAVRA ADAPTAÇÃO, NECESSIDADE, INCLUSÃO DA QUESTÃO 1.....	130
TABELA 3 - FREQUÊNCIA DE EXCERTOS PARA PALAVRA 'NECESSIDADE' POR SUBITEM DA QUESTÃO 13.....	157

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO NO NÚMERO DE TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS SOBRE RS E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	80
GRÁFICO 2 - PERFIL DE CONVIVÊNCIA COM PCD/NEE DOS ALUNOS EM LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR.....	118
GRÁFICO 3 - CONVIVÊNCIA DOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR COM O PÚBLICO DA EE.....	122
GRÁFICO 4 - DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE ABORDADAS NOS RELATOS SOBRE O ATENDIMENTO À NECESSIDADE: CONTEXTOS DE ACESSIBILIDADE.....	134
GRÁFICO 5 - DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE ABORDADAS NOS RELATOS SOBRE ADAPTAÇÃO.....	141
GRÁFICO 6 - PALAVRAS AFETIVAS ENCONTRADAS NOS EXCERTOS DO TEMA 2: O ACOLHIMENTOS E AFETIVIDADE À NECESSIDADE.....	162
GRÁFICO 7: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O TERMO INCLUSÃO E AS OUTRAS EVOCAÇÕES DO NC SOBRE A EI ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	172
GRÁFICO 8 - QUANTIDADE DE DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE CITADAS PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA À QUESTÃO 5.....	173
GRÁFICO 9 - TIPOS DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PRESENTES NOS EXCERTOS SOBRE O TEMA 1 DO NC SOBRE A EI ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	175

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DIFERENÇA DAS PRÁTICAS INTEGRACIONAIS E INCLUSIVAS.....	29
QUADRO 2 - RELAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE DIREITOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL (2001-2015).....	43
QUADRO 3 - NECESSIDADES FORMATIVAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS AULAS DE QUÍMICA, POR CATEGORIA E PROPOSIÇÕES.....	58
QUADRO 4 - DIFERENÇAS NA ABORDAGEM DE BARREIRAS E NECESSIDADES FORMATIVAS POR DIFERENTES AUTORES.....	61
QUADRO 5- AS DIFERENTES ABORDAGENS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	69
QUADRO 6 - DISSERTAÇÕES E TESES ANALISADAS SOBRE RS E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	76
QUADRO 7 - DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES COMPOSTAS EVOCADAS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	102
QUADRO 8 - QUADRO DE QUATRO CASAS DAS RS DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR SOBRE O TERMO INDUTOR EDUCAÇÃO ESPECIAL DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 1.....	113
QUADRO 9 - CAMPOS DE RS SOBRE EE DA 2ª PERIFERIA.....	116
QUADRO 10 - QUADRO DE QUATRO CASAS DAS RS DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR SOBRE O TERMO INDUTOR EDUCAÇÃO ESPECIAL DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	127
QUADRO 11 - CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS POSSÍVEIS NC SOBRE A RS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	130
QUADRO 12 - CONTEXTO 1 - PRESERVAÇÃO DO NC NECESSIDADE DA RS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	131
QUADRO 13 - SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE SOBRE O POSSÍVEL NC DA RS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ADAPTAÇÃO.....	140
QUADRO 14 - QUADRO DE QUATRO CASAS DAS RS DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR SOBRE O TERMO INDUTOR EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 1.....	155
QUADRO 15 - CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUANTIDADE DE	

EXCERTOS.....	157
QUADRO 16 - RELATOS ASSOCIADOS AS DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE.....	158
QUADRO 17 - QUADRO DE QUATRO CASAS DAS RS DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR SOBRE O TERMO INDUTOR EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	170
QUADRO 18 - FREQUÊNCIA DE EXCERTOS PARA AS PALAVRAS DO NC DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A EI ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....	171
QUADRO 19 - CATEGORIAS DE ANÁLISE DO NÚCLEO CENTRAL DA RS SOBRE A EI.....	172
QUADRO 20: DIFERENÇAS NAS RS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL 1 E 2.....	193
QUADRO 21: DIFERENÇAS NAS RS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 1 E 2.....	195



## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AH/S	- Altas Habilidades/Superdotação
CNE	- Conselho Nacional de Educação
DCNFIP	- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores
EE	- Educação Especial
EI	- Educação Inclusiva
IES	- Instituição de Ensino Superior
IRAMUTEQ	- Software Interface de R pour Les Analyses Multidimensionnelles de Testes et de Questionnaires
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NC	- Núcleo Central
NEE	- Necessidade Educa Específica
ONU	- Organização das Nações Unidas
OME	- Ordem Média de Evocação
PNE	- Plano Nacional de Ensino
PSS	- Processo Seletivo Simplificado
QI	- Quociente de inteligência
SEED	- Secretaria de Estado da Educação
TNC	- Teoria do Núcleo Central
TRS	- Teoria da Representação Social
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE SÍMBOLOS

© - copyright

@ - arroba

® - marca registrada

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
<b>1 EDUCAÇÃO ESPECIAL: PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E POLÍTICAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>22</b>
1.1 PANORAMA HISTÓRICO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	22
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL .....	31
1.2.1 FASE I: Vertentes de atendimento médico-pedagógica e psicopedagógica.....	32
1.2.2 FASE II: Atendimento à pessoa com deficiência/necessidades educacionais específicas e o ensino emendativo.....	34
1.2.3 FASE III: Atendimento integrativo à almejada inclusão.....	37
1.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NO CONTEXTO ATUAL.....	38
<b>2.FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS.....</b>	<b>52</b>
2.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	52
2.2 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	62
2.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: REVISÃO DA LITERATURA.....	74
<b>3. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>92</b>
3.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	92
3.2 CONDUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	92
3.3 PARTICIPANTES E CONTEXTO DA PESQUISA.....	95
3.4 INSTRUMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	96
3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS.....	99
3.5.1 Associação Livre de Palavras: processamento de dados pelo <i>SOFTWARE IRAMUTEQ</i> .....	100
3.5.2 Consideração sobre a análise de dados: análise de conteúdo.....	108
<b>4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA DE</b>	

<b>LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR.....</b>	<b>110</b>
4.1 REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE EE DOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR: 1ª APLICAÇÃO.....	112
4.2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE EE DOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR: 2ª APLICAÇÃO.....	126
4.3 REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE EI DOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR: 1ª APLICAÇÃO.....	155
4.4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE EI DOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR: 2ª APLICAÇÃO.....	169
4.5 MUDANÇAS E COMPARAÇÕES DAS RS SOBRE EE/EI.....	191
4.5.1 RS sobre EE: (in)alterações e ressignificações.....	191
4.5.2 RS sobre EI: (in)alterações e ressignificações.....	194
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>197</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>201</b>
<b>APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>219</b>
<b>APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO INICIAL: SÓCIO ECONÔMICO, EDUCAÇÃO ESPECIAL E TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS.....</b>	<b>222</b>
<b>APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO FINAL: EDUCAÇÃO ESPECIAL/ INCLUSIVA E A ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2.....</b>	<b>224</b>
<b>APÊNDICE 4 -ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....</b>	<b>225</b>
<b>APÊNDICE 5 - TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO INICIAL PARTE 2: SOBRE AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS OU DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>226</b>
<b>APÊNDICE 6A - TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO INICIAL PARTE 3: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 1 – EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>	<b>266</b>
<b>APÊNDICE 6B: TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO INICIAL PARTE 3: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 1 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>269</b>
<b>APÊNDICE 7A: TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO FINAL: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>	<b>272</b>

APÊNDICE 7B: TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO FINAL: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	275
APÊNDICE 8: LEMATIZAÇÃO/DICIONÁRIO DAS PALAVRAS EVOCADAS DOS TERMOS EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	278
APÊNDICE 9A: QUADRO DE FREQUÊNCIA TOTAL E OME: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS EDUCAÇÃO ESPECIAL 1.....	281
APÊNDICE 9B: QUADRO DE FREQUÊNCIA TOTAL E OME: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS EDUCAÇÃO INCLUSIVA 1.....	282
APÊNDICE 10A: QUADRO DE FREQUÊNCIA TOTAL E OME: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS EDUCAÇÃO ESPECIAL 2.....	283
APÊNDICE 10B: QUADRO DE FREQUÊNCIA TOTAL E OME: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS EDUCAÇÃO INCLUSIVA 2.....	284
APÊNDICE 11: TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO FINAL: EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA.....	285
ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	334
ANEXO 2 – PROGRAMAS DA DISCIPLINA SEMINÁRIOS DE EDUCAÇÃO EM QUÍMICA DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR (DIURNO E NOTURNO) .....	339

## APRESENTAÇÃO

Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Processos Formativos.

Nesse espaço procuro descrever como cheguei à proposição dessa pesquisa de mestrado, a partir de episódios vivenciados durante uma primeira experiência como professora de Química, mesmo em caráter temporário; e participação em programas de iniciação à docência e iniciação à pesquisa durante a formação inicial.

Iniciei meu curso de Licenciatura em Química na Universidade Federal do Paraná (UFPR) no período noturno no ano de 2012, ainda na graduação ingressei como docente na rede pública de ensino do estado do Paraná, por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS) e jamais esquecerei o primeiro dia em que atuei como professora em sala de aula, pois um aluno ao observar meu nervosismo comentou: “Essa professora não sabe de nada”, e realmente não sabia. Ao lecionar, percebi que apenas o que conhecia para dar aulas de Química, não passava de conteúdos pragmáticos que, além de não deter a atenção dos alunos, resultara em um fracasso de notas (lembro-me de corrigir uma prova e ter mais de dez alunos com nota zero em uma única turma). Buscando sanar essa lacuna didático-pedagógica, identificada na prática docente como professora temporária, busquei me inserir no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, no subprojeto II de Química da UFPR. Nesse subprojeto permaneci por dois anos e tive a oportunidade de participar de discussões sobre o ensino de Química, desenvolver e aplicar uma unidade didática para alunos do Ensino Médio, além de coordenar conjuntamente a professora responsável pela linha História e Filosofia da Ciência o projeto: “Integrando o PIBID: Da observação à Prática Docente”, cujas atividades desenvolvidas resultaram em três apresentações em eventos acadêmicos científicos, e principalmente em um novo olhar para a prática em sala de aula.

Posteriormente, já inserida na Educação/Ensino de Química onde encontrei minha vocação profissional, Docência e Pesquisa, busquei me aprofundar nesta área com foco na pesquisa acadêmica. Naquele momento procurei um profissional desta área (quase que escasso em um curso puramente



de Exatas) que pudesse me conduzir rumo ao mestrado, foi então que ao cursar a disciplina Instrumentalização para o Ensino de Química conheci minha atual orientadora, que meses depois me apresentou a oportunidade de trabalhar com a Educação Inclusiva na Formação de Professores, uma das temáticas de pesquisa de seu interesse, e imediatamente me apaixonei pela temática. O primeiro trabalho que realizei na área, foi com Altas Habilidades/Superdotação, essa pesquisa subsidiou minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR.

Já inserida no mestrado ao verificar que para submeter o projeto ao Comitê de Ética deveríamos submeter a proposta inicialmente à Secretaria do Estado da Educação do Paraná (SEED), percebemos que não haveria tempo hábil para a tramitação do projeto e a realização da pesquisa nas escolas, tendo como colaboradores professores do atendimento especializado e alunos com altas habilidades. Assim, alteramos a proposta, mas mantivemos a temática Educação Inclusiva, só que na formação inicial de professores de Química, em função do curso de Licenciatura em Química da UFPR estar em processo de reformulação curricular, e do novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR em dezembro de 2018, prever em sua matriz curricular uma disciplina obrigatória para alunos ingressantes que contempla essa temática, dentre outras.

Assim, no mestrado surgiu a oportunidade de realizar um estudo que pudesse dar subsídios ao próprio curso de graduação para avaliar, em que medida, a disciplina que contempla a temática Educação Especial/Educação Inclusiva poderia impactar as concepções de futuros professores de Química sobre a Educação Inclusiva. Uma vez que se considera que o processo de inclusão escolar depende, dentre outros fatores, das crenças, ideias, costumes que os envolvidos nesse processo constroem a partir de sua convivência social e experiências pessoais.

Nesse novo contexto, buscamos na literatura um referencial teórico e metodológico que pudesse embasar nosso trabalho e, dentre algumas possibilidades, optamos pela Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (1967, 2012). Essa teoria está associada ao estudo das trocas simbólicas desenvolvidas em ambientes sociais e nas relações interpessoais, e de como esses símbolos influenciam a construção da cultura. Esse autor define

a representação social como o conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Estas representações são resultantes da interação social, e por isso são comuns a um determinado grupo de indivíduos.

Nessa perspectiva, buscamos com essa pesquisa responder ao seguinte problema de pesquisa “Qual a representação social de alunos de Licenciatura em Química acerca da Educação Especial/Inclusiva?”. Esse problema de pesquisa nos levou ao seguinte objetivo geral: Identificar e analisar a representação social sobre Educação Especial/inclusiva de alunos de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Paraná.

Esse objetivo geral nos conduziu aos seguintes objetivos específicos: compreender como os diferentes entendimentos, no caso específico dessa pesquisa, as representações sociais sobre as deficiências influenciaram a formação e efetivação de políticas educacionais para o atendimento das pessoas com necessidades educacionais específicas; Analisar a partir da literatura da área quais as barreiras e necessidades formativas de professores para a educação inclusiva; Identificar e analisar a representação social dos licenciandos em Química da UFPR sobre Educação Especial/Inclusiva. Esses objetivos nos levaram aos seguintes referenciais teóricos: Moscovici (1967, 2012); autores que pesquisam sobre as barreiras que influenciam o pleno atendimento às necessidades específicas do público alvo da Educação Especial (SANTOS, 2003; NOZI, 2013), assim como as necessidades formativas para atendimento deste público (PAULA, 2015); bem como nos reportamos às políticas educacionais de formação de inicial de professores e atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais.

Com o objetivo de atingir ao máximo o sentido de educação inclusiva nessa pesquisa, optamos por não utilizar a terminologia empregada aos alunos público alvo da Educação Especial, observada em vários documentos e legislações que versam sobre o tema. Optamos por substituir as ‘Necessidades Educacionais Especiais’ por ‘Necessidades Educacionais Específicas’, pois, consideramos que o termo ‘Específico’ atende mais veemente os propósitos da inclusão, visto que as necessidades são específicas do aluno, designadas como características subjetivas do sujeito.

O presente estudo se encontra estruturado em quatro capítulos, sendo

que no Capítulo 1 intitulado “Educação especial: Panorama histórico sobre a pessoa com deficiência e políticas de atendimento educacional”, buscamos refletir sobre os aspectos históricos do atendimento educacional destinado às pessoas com deficiência no cenário nacional e internacional, assim como a influência do imaginário social nesses processos. Discutimos também o atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas no contexto atual.

No capítulo 2 intitulado “Formação de professores para educação inclusiva e as representações sociais: Diálogos possíveis” discutimos as necessidades formativas de professores para a Educação Inclusiva, apresentamos a Teoria das Representações Sociais e as possibilidades de sua utilização na Educação Inclusiva a partir de uma revisão da literatura.

No capítulo 3 apresentamos os “Caminhos metodológicos da pesquisa”, no qual apresentamos o contexto e a natureza da pesquisa, as fontes de informação, os instrumentos de coleta de dados, bem como a metodologia de análise dos dados.

No capítulo 4 intitulado “Representações Sociais sobre Educação Especial/ Inclusiva de Licenciandos em Química da UFPR” apresentamos os resultados obtidos por meio da análise prototípica da associação livre de palavras sobre a Educação Especial/Inclusiva, bem como a análise de conteúdo empreendida por meio das respostas dos participantes da pesquisa.

Para finalizar, apresentamos no capítulo 5 “Considerações Finais” as principais considerações sobre os resultados obtidos.

## **1 EDUCAÇÃO ESPECIAL: PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E POLÍTICAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL**

Para compreender como os diferentes entendimentos sobre as deficiências influenciaram as políticas educacionais para o atendimento das pessoas com necessidades educacionais específicas, propõe-se nesse capítulo: i) apresentar e discutir os aspectos históricos do atendimento à pessoa com deficiência; ii) discutir as políticas públicas de atendimento educacional destinadas às pessoas com deficiências no cenário nacional e internacional e iii) discutir o atendimento educacional às pessoas com Necessidades educacionais específicas (NEE) no contexto atual.

### **1.1 PANORAMA HISTÓRICO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Inicia-se o panorama histórico com as primeiras concepções relacionadas às pessoas com deficiência pela sociedade, compreende-se que tais apontamentos atrelados ao imaginário social podem auxiliar na compreensão do atendimento educacional proporcionado a esse público.

Desde a mitologia Greco-romana, o imaginário social em relação às pessoas com deficiência já trazia seu histórico de exclusão. Um exemplo disto é o mito de Hefesto/Vulcano, deus grego do fogo, o qual domava os metais para fazer armas para os Deuses. A história conta que Hera/Júpiter ao dar a luz a Hefesto e ver que o filho nasceu coxo, sentiu-se envergonhada, e acabou jogando-o no mar para que ficasse eternamente escondido (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007). Outra versão desta história revela que “Júpiter atirou-o para fora com um pontapé, devido à sua participação numa briga do rei do Olimpo com Juno. O defeito físico de Vulcano seria consequência dessa queda” (BULFINCH, 2006, p. 13). Dois pontos podem ser observados nessas histórias, o primeiro ponto trata a deficiência de Hefesto como algo que deveria ser escondido, já o segundo, a deficiência é encarada como forma de punição divina.

O cenário social da Grécia na época de Esparta, não foge ao caso mitológico de Hefesto, pois devido ao grande número de guerras por conquista e defesa de territórios, os guerreiros tinham lugar de destaque na sociedade,

sendo o valor atribuído àqueles que possuíam corpos perfeitos e fortes. Neste contexto avaliavam-se as crianças ainda em berço, sendo mortas aquelas que apresentassem algum tipo de imperfeição, tanto do corpo quanto aos estímulos básicos de sentidos, pois estas não serviam aos propósitos daquela sociedade (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007).

Outro fato que corrobora com o imaginário coletivo em relação à exclusão de pessoas com necessidades específicas pode ser observado na Bíblia. No antigo testamento no livro de Levítico, Moisés é instruído a não deixar que coxos, cegos e pessoas com outras deformidades participem de uma cerimonia religiosa específica. Ainda nessa perspectiva religiosa, Martinho Lutero não trouxe grandes avanços sobre essas concepções com a reforma protestante, defendendo que pessoas com deficiência mental estavam atreladas a seres diabólicos e deveriam ser castigadas para serem purificadas (RODRIGUES, 2008).

Tais apontamentos históricos mostram como se constituía a imagem coletiva sobre as pessoas com deficiência. Esse imaginário social pode auxiliar na compreensão da segregação sofrida por esse público nos diferentes meios sociais em diversas épocas, incluindo o atendimento na área educacional. Assim, o modo segregativo de tratamento das pessoas com necessidades especiais pode ser entendido quando se compreende historicamente como estes eram vistos nas diferentes épocas e diferentes culturas.

Autores como Kirk e Gallagher (1991), Mazzotta (1996) e Silva (2009), identificam quatro fases do tratamento/atendimento à pessoa com deficiência na América do Norte e Europa, sendo elas: exclusão, segregação, integração e inclusão.

A primeira fase, denominada fase da exclusão, inicia-se na antiguidade/era pré-cristã, quando as atividades econômicas definiam a relação do homem com a sociedade, tais atividades se concentravam em agricultura, pecuária e artesanato, sendo as qualidades sobre capacidade física, determinantes para a permanência do indivíduo em um grupo, assim sendo, aqueles que não possuíam atributos suficientes para atender à demanda da época, eram abandonados, perseguidos e negligenciados, segundo Aranha

(1979) e Pessotti (1984, p. 10) com apoio em Aranha<sup>1</sup>(1995):

A deficiência, nessa época, inexistia enquanto problema, sendo que às crianças portadoras de deficiências imediatamente detectáveis, a atitude adotada era a da "exposição", ou seja, o abandono ao relento, até a morte.

Posteriormente, no período Medieval (século V à XV), com o surgimento do Cristianismo, a deficiência passa a ser encarada como de natureza religiosa, sendo as atitudes para com esse público de caráter ambíguo. A pessoa com necessidade específica “adquire” *status* humano por possuir alma, e o extermínio diminui devido aos valores cristãos, que definem serem todos os homens iguais-criaturas de Deus (ARANHA, 1995). Porém entende-se também que a deficiência é fruto de castigo divino e/ou possessão demoníaca, e sendo o homem a imagem e semelhança de Deus, aqueles que possuíam deformidades eram alvo de perseguição (OLIVEIRA, 2010).

Embora houvesse indícios de mudanças na visão da pessoa com deficiência, estas continuavam a ser desprezadas e “[...] Gradativamente, sua custódia e cuidado passaram a ser assumidos pela família e pela Igreja, embora não haja qualquer evidência de esforços específicos e organizados de lhes prover acolhimento” (ARANHA, 1995, p.3).

Ainda sobre a era Medieval, com a nova classe social constituída por membros do clero, a Igreja acabou assumindo cada vez mais os diversos setores político-sociais e devido a essa nova organização, entre os séculos XIV e XV, ocorreu dois marcos importantes: a inquisição católica e a Reforma Protestante (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013). Com manifestações populares, dentro e fora da igreja, decisões advindas do papa para reprimir qualquer um que incitasse doutrinas opostas foram tomadas, sendo executadas as pessoas consideradas loucas, dentre estas, muitos deficientes intelectuais.

A fase da exclusão continua na idade moderna, com a Revolução Burguesa (final do século XV), o sistema econômico é substituído pelo capitalismo mercantil, e com isso a sociedade passa a valorizar os indivíduos

---

<sup>1</sup>ARANHA, M. S.F. Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica. **Temas em Psicologia**, n. 2, v. 3, p.63-70, 1995.



caracterizados como produtores, trabalhadores e consumidores. Nesse sentido, aqueles que não poderiam garantir seu sustento, como os deficientes, eram considerados seres não produtivos (ARANHA, 1995; OLIVEIRA, 2010).

A partir dessas novas circunstâncias, iniciou-se o interesse por parte da medicina para explicar a origem da deficiência, favorecendo assim a leitura organicista da especificidade humana, a qual defendia sua gênese advinda de causas naturais e não mais espirituais religiosas. Entre os estudiosos dessa época, destacam-se Philipus Aureolus Paracelsus (1493-1541) e Jerônimo Cardano (1501-1576), que, apoiados sob o humanismo (o que afeta o ser humano também é humano) ressignificam a deficiência para uma nova categoria: a patologia (TEIXEIRA FILHO, 2005).

Embora as percepções acerca das pessoas com deficiência passaram a ser influenciadas pelo “modelo médico de deficiência”, a sociedade ainda considerava esse grupo como incapacitado e, agora, dependente de outras pessoas para tratamento e cura (PAULA, 2015, p. 24). Nessa época foram inaugurados os primeiros hospitais psiquiátricos, surgindo também estudos para atender a deficiência auditiva. Gugel (2015) relata que o médico e matemático Gerolamo Cardano (1501 a 1576), elaborou um código para ensinar pessoas surdas a ler e escrever, seguindo a linha de Cardano, o monge Pedro Ponce de Leon (1520-1584) desenvolveu um método de educação para pessoa com deficiência auditiva, através de sinais. Ainda sobre o ensino das pessoas com deficiência auditiva, em 1620, Jean Paul Bonet (1579-1633) faz o primeiro registro de um documento educativo para pessoas surdas ‘Redação de letras e artes de ensinar os mudos a falar’.

Diante do interesse no atendimento a esse público, e com o surgimento de instituições especializadas, a fase de exclusão é substituída pela fase da segregação/institucionalização.

A fase da segregação iniciou em meados do século XVIII e XIX, com caráter assistencial, uma vez que:

[...] multiplicam-se as leituras de deficiência enquanto fenômeno, especialmente nas áreas médica e educacional, encaminhando uma grande diversidade de atitudes: desde a institucionalização em conventos e hospícios até o ensino especial (ARANHA, 1995, p.4).

Nesse sentido, a preocupação com o atendimento à pessoa com deficiência, surge nas mãos de reformadores sociais, clérigos, médicos e associações profissionais, primeiramente na Europa, e depois nos Estados Unidos da América e Canadá (OLIVEIRA, 2010). Por meio dessas ações, foi possível abrir novos espaços em diversos setores da sociedade, com vistas à melhoria de vida desse público, incluindo a área educacional (PAULA, 2015; MAZZOTTA, 1996).

Os estudos para a educação de cegos surgem em 1784 com a criação do Instituto dos Jovens Cegos por Valentin Haüy (1745-1822) e que anos mais tarde, seu aluno Louis Braille criaria o sistema de escrita Braille (KIRK, GALLAGHER, 1991).

O atendimento a pessoa com deficiência física teve seu primeiro registro em 1832 com a criação de uma instituição para educar coxos, manetas e paralíticos em Munique, essa categoria de deficiência foi contemplada mais tardiamente, pois se acreditava que essas pessoas tinham condições e capacidades conservadas para terem algum tipo de atendimento especializado, já que suas limitações físicas não as impediam de acompanhar uma turma no ensino regular.

Sobre o atendimento educacional para a deficiência mental<sup>2</sup>, em 1846 o médico Edward Seguin foi o primeiro a apresentar uma teoria psicogenética da deficiência intelectual e a criticar a hegemonia da visão médica de incurabilidade (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013). Esse médico fundou um internato público na França para atender crianças com deficiência mental, onde publica a obra *Traitement Moral, hygiène et éducation des idiots* (Tratamento Moral, higiene e educação para idiotas), a qual apresentava técnicas para atendimento destes, em diversas áreas do cotidiano, como na higiene pessoal, entre outros (PAULA, 2015).

Pesquisas para caracterização de níveis de retardo mental surgiram em 1919, a partir de estudos do psicólogo Willian Stern (1871-1961) e da escala de quociente de inteligência (QI). Tais pesquisas trouxeram avanço na área da

---

<sup>2</sup> Atualmente, a Association on Intellectual and Developmental Disabilities – AIDD (2010) recomenda a utilização do termo deficiência intelectual.

classificação de retardos mentais, trazendo consigo também uma nova consciência da pessoa com deficiência: como cidadãos com direitos civis e não como eram vistos, com efeitos negativos para sociedade, a partir disso iniciou-se a luta por direitos de igualdade de condições e recursos para uma vida normal em sociedade desses indivíduos. Até 1930 as instituições e os primeiros programas de atendimento para pessoas com deficiência abrangiam as áreas auditiva, visual, mental e intelectual, em algumas instituições isoladas e particularizadas em uma deficiência específica (MORI, COSTA, 2013).

Relatos de estudos com alunos com superdotação, distúrbios de linguagem, problemas especiais de saúde foram encontrados apenas em 1920, sendo que, duas décadas depois teve início estudos para o atendimento aos alunos com distúrbios emocionais. Nesse período houve muitas matrículas desses alunos, especificamente, o aluno superdotado, crescendo também o interesse no desenvolvimento do atendimento a esse grupo com expectativas de ocupação de cargos de gestão na sociedade, e também para ajudar na falta de interesse devido à diferença dos altos potenciais de inteligência em relação ao ensino regular normal (MORI; COSTA, 2013).

Com o passar dos anos, as concepções sobre deficiência foram mudando, a Educação Especial se concentrava no modelo médico-terapêutico, e reconhece-se o direito deles à educação e à reabilitação, porém o processo decorrente do diagnóstico médico-psico-pedagógico, finalizava-se em segregar essas pessoas em função da sua deficiência (SILVA, 2009). Concomitantemente ao isolamento dessas pessoas, surge o paradigma da Institucionalização, o qual segundo Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013, p.8), “[...] caracterizou-se pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias”

Esse paradigma influenciou movimentos contrários à institucionalização, por um lado os custos para manter as instituições se tornavam cada vez mais caros para o poder público, e por outro, surge a conscientização por parte da sociedade, a partir da influência de associações de pais, deficientes e voluntários, que evidenciavam a situação precária de atendimento das instituições (SILVA, 2009). Assim sendo, a fase de institucionalização vem a ser substituída pela fase de integração.

A fase da integração teve grande influência das duas grandes guerras mundiais que tiveram como resultado muitos soldados mutilados, crescendo o número de pessoas debilitadas e deficientes, com isso, aumentou também carência de mão de obra, surgindo dali novas oportunidades de emprego para esse público (AZEVEDO; MORI, 2006). Com esse aumento significativo, cada vez mais se tornava claro a necessidade de normas para inclusão das pessoas com necessidades específicas na sociedade, surge desse movimento o princípio da normalização, consistindo em normalizar a vida nos mais diversos setores sociais e:

[...] reconhecer às pessoas com deficiência os mesmos direitos dos outros cidadãos do mesmo grupo etário, em aceitá-los de acordo com a sua especificidade própria, proporcionando-lhes serviços da comunidade que contribuíssem para desenvolver as suas possibilidades, de modo a que os seus comportamentos se aproximassem dos modelos considerados “normais” (SILVA, 2009, p.5).

Esse princípio teve origem em países escandinavos, no final da década de cinquenta do século XX, logo se estendendo à Europa e à América do Norte, e nesse sentido, o ensino da criança, e dos alunos com algum tipo de deficiência, deveria ocorrer em instituições de educação, assim como no ensino regular, sendo a elas ofertadas iguais oportunidades que outros cidadãos de mesma faixa etária possuíam (SILVA, 2009; PAULA, 2015).

A partir da década de 1960 movimentos sociais sobre direitos humanos tais como o feminismo, antirracismo, entre outros, influenciaram a concepção da sociedade sobre deficientes e sua inclusão, e a partir do princípio de normalização, surge o movimento de integração, quando diversas ações foram tomadas para diminuir a diferença entre a pessoa com deficiência e da pessoa comum nas classes de aula e na sociedade (MENDES, 2006; PAULA, 2015).

Nesse contexto, em 1971 são declarados e aprovados, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos das pessoas com deficiência intelectual, e logo depois em 1975, o direito das pessoas com deficiência, que de acordo com a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, de dezembro de 1975, os quais visavam promover níveis de vida mais elevados, bem como a garantia de direitos:

[...]a tratamento médico e psicológico apropriados, os quais incluem serviços [...] que lhes permitam desenvolver ao máximo suas capacidades e habilidades e que lhes assegurem um processo rápido e eficiente de integração social. (ONU, Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, 1975).

Um marco relevante desse período ocorreu na Inglaterra, com o *Warnok Report Special Education Needs*, publicado em 1978 e legislado em 1981 pelo “*Education Act*”, introduzindo o conceito de necessidades educativas especiais, contrapondo todas as definições existentes, sobretudo do foro médico e psicológico (SILVA, 2009).

Apesar dos grandes avanços quanto aos direitos civis relacionados à pessoa com necessidades específicas, a fase da integração trouxe o sentido de assegurar serviços e recursos a fim de modificar a pessoa com deficiência no sentido de torná-la o mais ‘normal’ possível. Nesse sentido, esse sistema passou a enfrentar fortes críticas da academia, pois a normalidade era exigida, colocando muitas dificuldades na tentativa das pessoas com necessidades específicas, se igualarem aos denominados “normais” (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013).

Dessa forma, a sociedade começa a exigir que os sistemas introduzam modificações e adaptações para a valorização da diversidade, e não mais a adequação daqueles que não se configuram em uma normatização. Passa-se assim, da fase da integração para a última fase, a fase da inclusão.

Segundo Paula (2015), a inclusão, diferentemente da integração é um processo de “adaptação bilateral”, em que a pessoa com necessidade específica se prepara para assumir seu papel na sociedade, e a sociedade adapta-se para incluir esse público em seus sistemas. Para melhor compreensão das diferenças entre a inclusão e a integração são apresentadas no Quadro 1a diferença de ambas.

QUADRO 1 - DIFERENÇA DAS PRÁTICAS INTEGRACIONAIS E INCLUSIVAS

Prática integrativa	Prática Inclusiva
Inserir a criança com necessidades particulares na escola regular	Viver e aprender por todas as crianças na escola regular
Inserir a criança com necessidades particulares na escola regular	Viver e aprender por todas as crianças na escola regular

Sistema diferenciado conforme a deficiência	Sistema inclusivo para todos
Acolher a criança deficiente	Mudança da forma escolar
Abordagem teórica centrada no indivíduo	Considerar os níveis emocional, social e educativo
Sustentação particular para as crianças deficientes	Aprendizagem comum e individual
Projetos individuais para criança deficiente.	Reflexão e planificação comuns a todos os participantes
Influência de um ensinamento especializado no seio da escola regular	Mudança de todas as práticas pedagógicas (gerais e especializadas)

FONTE: adaptado de Azevedo e Mori (2006).

Com o apoio de agências internacionais, como a ONU e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) o processo de inclusão contou com várias ações pelo mundo, sendo os marcos mais importantes dessa fase: o “Ano Internacional do Deficiente” em 1981, quando foi afirmado a necessidade de reconhecer os direitos das pessoas com deficiência (OLIVEIRA, 2010); a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, em 1994, organizada pelo governo de Espanha em Salamanca; (1995); o Fórum Mundial de Educação em Dakar (2000), o qual garante a Educação para Todos; a Convenção de Guatemala (2001) a qual propõe eliminar todas as formas de discriminação contra a pessoa com necessidade específica; a Declaração de Madrid, em 2002 que estabelece ações para a inclusão social, na sequência do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência; ea Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência em 2006 (SILVA, 2009; OLIVEIRA, 2010).

Essas ações expandidas pelo mundo a favor da inclusão corroboraram e ainda corroboram para difundir o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais inclusivas contemplando as necessidades específicas de todos os alunos.

Nesta seção buscou-se apresentar e discutir historicamente o entendimento sobre as deficiências e o contexto de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas. Foi possível perceber que esse entendimento esteve ligado à religião e ao imaginário social sobre as capacidades e limitações das pessoas com deficiência, o que levou inicialmente a sua segregação pela sociedade, passando pela integração e chegando a uma



visão de que essas pessoas são apenas diferentes e que a sociedade que deve realizar mudanças para que as mesmas possam ter acesso ao convívio social de forma ampla. No próximo tópico apresenta-se como se deu esse atendimento no cenário brasileiro.

## 1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Para compreender como se delineou a Educação Especial na perspectiva inclusiva, apresenta-se o histórico das políticas educacionais<sup>3</sup> no Brasil, objeto de estudo do presente capítulo.

A Educação Especial no Brasil iniciou a partir da influência dos movimentos norte-americanos e europeus de integração à pessoa com necessidades educacionais especiais no século XIX. Segundo autores como Mendes (1995) e Jannuzzi (2012), enquanto que em outros países o atendimento à pessoa com necessidade específica se configurou em quatro fases, no Brasil esse atendimento se deu em três fases: Fase I: vertentes de atendimento médico-pedagógica e psicopedagógica - século XVI ao início do XX; Fase II: atendimento à pessoa com deficiência/necessidade educacional específica e ensino emendativo - início do século XX à década de 1970 e Fase III: atendimento integrativo à almejada inclusão - de 1970 até o início do século XXI.

Com base em uma breve contextualização das fases de atendimento a esse público no cenário brasileiro, destaca-se as políticas públicas educacionais envolvidas nesse processo.

### 1.2.1 FASE I: VERTENTES DE ATENDIMENTO MÉDICO-PEDAGÓGICA E PSICOPEDAGÓGICA

---

<sup>3</sup> Consideramos a definição de política de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) que: [...] significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social [...] comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 954). Complementando essa definição, para abranger as 'políticas educacionais', considera-se que [...] a política pública se interessa em entender as ações do governo, quando referidas às políticas públicas educacionais, a compreensão volta-se às ações vinculadas ao sistema educacional, e que por sua vez dizem respeito até mesmo, a como as escolas se organizam e como essas políticas, planos e programas educacionais são colocados em prática (BORGES *et al.*, 2013, p.67)

Inicialmente o modelo de atendimento ao público da Educação Especial no Brasil se configurou em caráter médico-assistencial. No final do período imperial o primeiro relato de atendimento no país em 1854, por meio do Decreto Imperial nº.1426, que inaugurou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e três anos depois a criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos hoje conhecido como Sociedade Pestalozzi (SIGOLO; GUERREIRO; DA CRUZ, 2010).

Tendo em vista o contexto educacional no país ao final do período imperial, quando prevaleceu o descaso com a educação em geral, algumas instituições especializadas foram criadas para atender aos casos mais graves de anomalias, os que possuíam maior visibilidade; ao passo que os casos menos graves eram desconsiderados, tendo em vista a falta de escolarização generalizada da população brasileira (JANNUZZI, 2012; MENDES, 2010; DECHICHI; SILVA, 2012).

Um marco da área educacional dos excepcionais no Brasil foi a criação de uma instituição especializada em 1874 conjunta ao Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, na Bahia, e outra de ensino regular, a Escola México, no Rio de Janeiro (1887), recebendo alunos com deficiências físicas, porém há poucos registros de como era realizado o acolhimento desse público (DECHICHI; SILVA, 2012). Para os deficientes intelectuais o primeiro atendimento registrado no Brasil, foi em 1903 no Rio de Janeiro com a criação do Pavilhão Bourneville, primeira escola especial para esse público (JANNUZZI, 2012).

Segundo Jannuzzi (2012), nesse início da história da Educação Especial no Brasil surgem duas vertentes de atendimento: médico-pedagógica e a psicopedagógica. A vertente médico-pedagógica inicialmente influenciada pelo higienismo conduziu trabalhos de identificação e educação dos anormais segregando-os em hospitais psiquiátricos com apoio educacional, visto a preocupação e cuidado da higiene mental e de saúde da população brasileira (MENDES, 2010). Já a vertente psicopedagógica procurava entender e identificar as anormalidades por meio de escalas psicológicas de inteligência para posteriormente encaminhar às escolas ou em classes especiais (DECHICHI; SILVA, 2012).

Embora ambas as vertentes trouxessem consigo um caráter segregativo, esses movimentos marcaram a história da Educação Especial no

Brasil, visto a preocupação de escolarização desse público, inexistente até então.

No final do século XIX, surge em alguns países da Europa o movimento da Escola Nova, que se caracterizava por implementar sistemas educacionais com propostas diferentes da escola tradicional, a qual se mostrava demasiadamente rígida para as novas demandas da sociedade (DECHICHI, 2001). O princípio desse movimento propunha uma escola menos excludente, tanto para os membros da sociedade que eram marginalizados quanto aos que não se adequavam à “norma”, segundo Mendes (2010, p.4):

No Brasil seus ativistas defendiam tanto a necessidade de preparar o país para o desenvolvimento através de reformas educacionais, quanto o direito de todos à educação, e por isso pregavam que a construção de um sistema estatal de ensino público, laico e gratuito, seria o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais da nação.

Esse movimento no Brasil começou a se consolidar a partir da década de 1920, com os estudos de Decroly e Montessori, que, antes de atuar com crianças normais, já estavam envolvidos no atendimento educacional das pessoas com deficiência (MENDES, 2010). Segundo Saviani (1999, p. 19) “a partir das experiências levadas a efeito com crianças “anormais” é que se pretendeu generalizar procedimentos pedagógicos para o conjunto do sistema escolar”.

Várias reformas educacionais foram efetivadas seguindo o movimento da escola-novista, nesse sentido muitos professores e psicólogos europeus foram trazidos ao Brasil para ministrar cursos a educadores brasileiros, dentre esses chega em 1929 em Minas Gerais a psicóloga russa Helena Antipoff, pioneira na implementação de metodologias de identificação e ensino para a Educação Especial (MENDES, 2010).

Durante essa primeira fase, nenhuma legislação educacional voltada para a pessoa com necessidade específica é observada no país, sendo que as Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937e 1946 definem apenas que a educação primária gratuita é um direito de todos os cidadãos (SIGOLO; GUERREIRO; DA CRUZ, 2010).

Com base nos aspectos mencionados, pode-se afirmar que até as

primeiras décadas do século XX a Educação Especial ganhava visibilidade no cenário educacional do país por meio da institucionalização do público da Educação Especial, porém sem nenhuma manifestação governamental no sentido de garantir políticas de atendimento. Tendo em vista que os históricos da Educação Especial no Brasil tiveram poucos registros quanto à periodicidade das fases de atendimento, não havendo um marco desruptivo entre elas, segue-se então para o período que corresponde a meados do século XX do século passado até 1970.

### 1.2.2 FASE II: ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA/NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECÍFICA E O ENSINO EMENDATIVO

O que vem caracterizar o movimento no Brasil de meados do século XX a 1970 para a Educação Especial foi o chamado *ensino emendativo*. Segundo Jannuzzi (2012) esse ensino tem o significado de corrigir a falta, tirar defeito, suprir falhas decorrentes da anormalidade. Nesse sentido, Paula (2015) complementa que esse processo veio a ocorrer devido às novas demandas sociais no país:

[...] o chamado *ensino emendativo* vai acompanhando os processos de transformação da sociedade brasileira que com a urbanização e a industrialização demandava a necessidade de ler, escrever e calcular para ocupar os novos empregos e morar nas cidades onde as grandes indústrias se localizavam (PAULA, 2015, p. 45).

Os movimentos a favor de uma educação para todos, influenciados pela escola nova, desencadearam a criação de variados estabelecimentos voltados à educação do deficiente. Nesse contexto, Helena Antipoff trouxe avanços importantes para a inclusão tendo em vista a sua contribuição na criação da Sociedade Pestalozzi em 1932, a qual em 1945 se espalhou pelo país. Em 1939 foi criado também por ela o Complexo Educacional na Fazenda do Rosário para crianças consideradas excepcionais - hoje conceituadas como superdotadas e/ou altas habilidades com superdotação (MENDES, 2010).

Nesse contexto, avanços quanto à identificação e atendimento dos casos de menor visibilidade começaram a surgir durante o movimento da escola

nova, porém:

Ao enfatizar o estudo das características individuais, propor um ensino adequado e especializado adaptado a técnicas de diagnóstico, especialmente no nível intelectual, os seguidores da Escola Nova estimularam o processo de identificação daqueles alunos que não estavam atendendo às exigências da escola, apontando a necessidade deles receberem uma educação adequada, justificando, com isso, sua segregação em classes especiais (DECHICHI; SILVA, 2012, p. 53).

Enquanto em outros países começavam as discussões dos objetivos e qualidade do serviço educacional especial institucionalizado, Mendes (2010) relata um crescimento das classes especiais e das escolas especiais comunitárias. Destaca-se que nessa época cresce o número de iniciativas privadas, filantrópicas sem fins lucrativos, visto a omissão de posicionamento governamental. Ações governamentais apareceram apenas em 1957, por meio de assistência técnica e financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, promovendo campanhas nacionais para a educação de pessoas portadoras de deficiências (DECHICHI; SILVA, 2012).

Entretanto, a primeira diretriz que efetivamente incluiu a Educação Especial nas legislações do país surge com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4024 de 20 de fevereiro de 1961, na qual no artigo 88 define que “a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-lo na sociedade” (BRASIL, 1961). É possível observar nessa lei, princípios de normalização, que nessa época já estavam sendo disseminados em países escandinavos, europeus e norte-americanos, porém visando a integração desse alunado no sistema educacional regular.

Ao analisar a LDBEN de 1961, Cury (2008) relata que a lei deixa brechas para o não cumprimento integral do ensino primário gratuito e obrigatório, pois:

Seu art. 30, ao explicitar as isenções da obrigatoriedade, deixa claro quem “não precisa” ser destinatário da educação escolar: os que comprovarem: “estado de pobreza”, os que não puderem ir à escola por haver “insuficiência de escolas” ou por estas já terem suas “matrículas encerradas”. **Além desses casos, incluem-se os indivíduos que estejam com alguma “doença ou anomalia grave”.** (CURY, 2008, p. 214, grifo nosso).

A Lei ao trazer o avanço de incluir os “excepcionais” na legislação nacional, ao mesmo tempo osexcluino sentido de que, se o educando não apresentar o mínimo de normalidade possível, não é possível garantir sua matrícula no ensino primário.

Após o Golpe Militar em 1964, a constituição sofre modificações e cinco anos depois, através da Emenda Constucionalnº1 de 1969 – a qual edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 – inclui no art. 175, Título IV da Família, da Educação e da Cultura, quarto parágrafo, dispõe que a “Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais” (BRASIL, 1969, sp), a educação é garantida então, como dever do Estado dos 7 aos 14 anos, sendo obrigatório e gratuito para todos.

Diante desse contexto é possível perceber que os encaminhamentos da Educação Especial no Brasil foram tomando novos rumos visto que esse público começa a ter visibilidade no cenário educacional brasileiro, assim prossegue-se para o período que corresponde de 1970 ao início do século XXI.

### 1.2.3 FASE III: ATENDIMENTO INTEGRATIVO À ALMEJADA INCLUSÃO

A partir de 1970 observa-se um grande avanço em relação às políticas de atendimento da pessoa com necessidade específica, segundo Mendes (2010) esse avanço pode ser atribuído ao crescimento das classes especiais nas escolas regulares (74%), sendo que 71% desse público se encontravam em escolas estaduais. Com princípios de normalização e integração se espalhando pelo país diminui a quantidade de serviços em instituições especializadas, compondo 25% do atendimento educacional brasileiro.

Em termos de legislação é definido na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, art. 9, a primeira composição da Educação Especial para atendimento diferenciado, sendo eles: alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais e os superdotados (BRASIL, 1971). Três anos depois foi inaugurado o primeiro órgão nacional voltado para Educação Especial, o Centro Nacional de Educação Especial, impulsionando ações educacionais voltadas à inclusão desse público (PAULA, 2015).

Em 1978, por meio da Emenda Constitucional nº 12, o estado assegurou

aos estudantes com necessidades especiais a melhoria de sua condição social e econômica, aparece nesse documento a terminologia Educação Especial, demonstrando avanços quanto à concepção da sociedade sobre as deficiências e anomalias (BRASIL, 1978; SIGOLO; GUERREIRO; DA CRUZ, 2010). Na constituição de 1988, art. 227 amplia-se a questão da Educação Especial destacando seu alunado, e o tipo de atendimento voltado à integração dos mesmos na sociedade:

Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (BRASIL, 1988).

Embora as leis garantissem a Educação Especial gratuita, não era bem claro como seriam estabelecidas as condições necessárias para esse ensino, e por esse motivo se mantiveram sistemas paralelos, como substitutivo à escolarização das pessoas com deficiência (MORI; COSTA, 2013).

A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no Brasil, de forma não segregativa, ocorreu sob a influência da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade (1994), deu origem à Declaração de Salamanca em 1994, que em seu preâmbulo estabelece:

[...] os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional [...] na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles, cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Essa declaração firma um compromisso com a educação, incluindo os alunos com NEE no sistema educacional, independentemente das condições físicas, mentais, sensoriais, emocionais, linguísticas ou étnicas das crianças. A partir da Declaração de Salamanca (1994), políticas educacionais foram propostas com finalidade de conceder a igualdade de direitos para os alunos



com NEE, dentre elas, destacamos o art. 2 da LDBEN de 1996 (BRASIL, 1996), que classifica as modalidades de ensino especial para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e AH/S.

Ao analisar a LDBEN de 1996, Carvalho e Marquazan (2003) relatam a dualidade de visões acerca das NEE presente no capítulo V – Educação Especial –na primeira esse público é colocado como “clientela de Educação Especial”, tal pensamento se remete a época em que a educação não se voltava para o pedagógico, mas como uma tendência terapêutica no sentido de tratar o problema do aluno com necessidades específicas, nesse caso separa-se o sistema de ensino em Educação Especial e educação comum, não atendendo o ensino na perspectiva da Educação Inclusiva. Já em outra visão do documento, em seu Art. 58 – redação dada pela Lei nº 12.796/2013 – utiliza-se da expressão: “... educandos que apresentam necessidades especiais” (BRASIL, 2013), essa visão corrobora com os princípios da educação inclusiva, pois tratam as diferenças como individuais, pertencentes às características naturais do ser humano.

Assim, nesse tópico foi possível constatar que a história de atendimento ao aluno com NEE no Brasil se desenvolveu de forma diferenciada daquelas encontradas em outros países, pois esta ocorre de forma mais lenta, no sentido de criação de políticas educacionais voltadas à Educação Especial, e o Brasil acabou aderindo aos movimentos internacionais de inclusão.

Na próxima sessão, apresenta-se como ocorreu o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais específicas no contexto atual.

### 1.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NO CONTEXTO ATUAL

Nessa seção serão abordadas as políticas de atendimento educacional para o aluno com NEE e a diretriz para a formação inicial e continuada de professores, no contexto atual e, para isso, considera-se a necessidade de caracterizar os grupos que compõem a Educação Especial no intuito de entender as especificidades que cada um apresenta. De acordo com a Resolução CNE/CEB do Ministério da Educação nº 2, de setembro de 2001, art. 5, incisos I e II são



considerados educandos com necessidades educacionais especiais aqueles que apresentarem durante o processo educacional:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001).

Para compreensão das diferentes necessidades específicas, apresenta-se em três grupos, conforme a caracterização dada pela lei, sendo eles: alunos portadores de deficiência (as), alunos com transtorno globais de desenvolvimento e alunos com AH/S.

O primeiro grupo que compõe a Educação Especial são os alunos com deficiência, que anteriormente eram denominados de alunos portadores de deficiência. Este termo teve origem na classificação desse grupo com NEE na Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde em 1876, em caráter experimental. Com a publicação em 1980 da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens, a deficiência foi classificada, como é hoje, uma perda de uma das funções do ser humano, seja ela física, psicológica ou mental, a incapacidade refere-se ao plano funcional, desempenho do indivíduo e a desvantagem diz respeito à condição social de prejuízo, resultante da deficiência e/ou incapacidade (BRASIL, 2007). As concepções evoluíram de forma a incluir os alunos com deficiências, e inicia-se a partir da definição do termo, de acordo com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência art. 2 instituído pelo Decreto nº 7.612, de novembro de 2011, onde são consideradas pessoas com deficiência:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2011).

Mitos envolvendo o terceiro grupo AH/S, dificultaram sua inclusão na Educação Especial. Alencar (2007) salienta que uma ideia que impera na sociedade é a de que o superdotado dispõe de aptidões suficientes para desenvolver suas potencialidades, o que torna desnecessário fornecer um ambiente especial em termos de instrução diferenciada, dadas as suas condições privilegiadas em termos de inteligência e criatividade, a autora ainda explica que:

Muitos deles, em função de características pessoais aliadas às do seu contexto familiar, educacional e social, apresentam apenas um baixo desempenho e, mesmo, abaixo da média. Neste sentido, é necessário **salientar a importância de se propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento do aluno com altas habilidades**, a fim de atender às suas necessidades educacionais. (ALENCAR, 2007, p.17, grifo nosso).

Visto a necessidade de proporcionar um ambiente favorável para desenvolvimento dos alunos com AH/S, com o objetivo de atender as NEE's, esse grupo foi um dos últimos a ser incluso na Educação Especial brasileira.

Caracterizados os sujeitos que compõem a Educação Especial, prossegue-se para as políticas de atendimento aos mesmos na atualidade. No Brasil, é garantida a matrícula do aluno com NEE em salas regulares por meio do Conselho Nacional de educação, art. 2, o qual determina:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, CNE/CEB nº 2/2001).

De acordo com Araújo (2016), nesse documento configura-se de forma crescente a compreensão da inclusão escolar como impulsionadora de mudanças do atual paradigma educacional. No Art. 4º é possível observar alguns trechos, em que a deficiência ou necessidade especial se configura numa perspectiva inclusiva:

Art. 4º Como modalidade da Educação Básica, a Educação Especial considerará as situações **singulares**, os perfis dos estudantes, as **características bio-psicossociais** dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar: I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social; II - **a busca da identidade própria de cada educando**, o reconhecimento e **a valorização das suas diferenças e potencialidades**, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências. (BRASIL, 2001, grifo nosso).

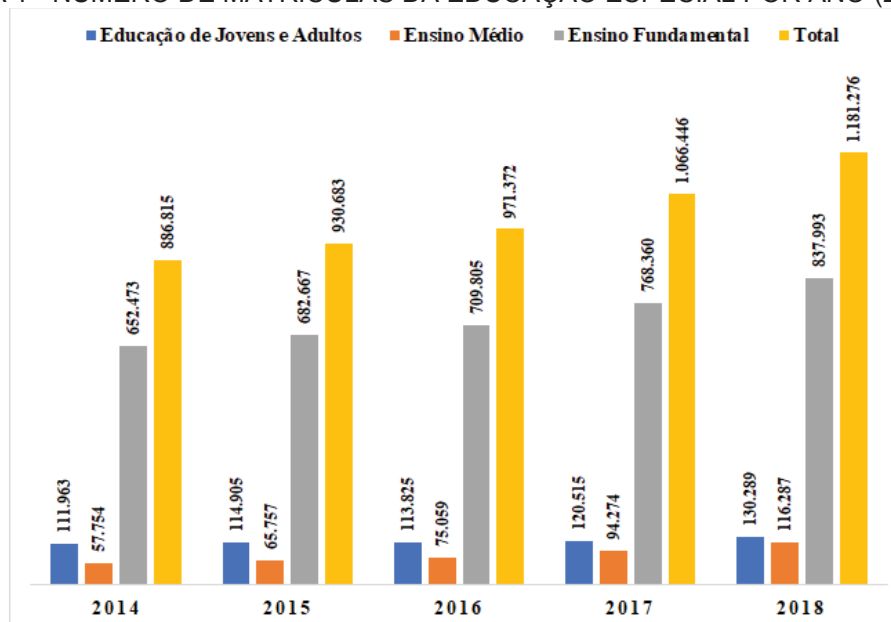
Com a ampliação de diretrizes que garantem o atendimento educacional aos alunos com NEE, aumentou também o número de matriculados na rede regular de ensino. Meletti e Bueno (2011) a partir de Sinopses Estatísticas da Educação Básica/Censo Escolar realizadas e divulgadas pelo INEP no período 1997-2006, apontam um aumento de 48% no total de matrículas em Educação Especial entre 1998 a 2006 no Brasil. Com maior demanda no ensino regular, documentos legais e normativos da educação passam a destacar o modo como a escolarização dessas pessoas deveria ser implementada nas escolas.

Consultando o Censo Escolar de 2018<sup>4</sup> (FIGURA 1), observa-se que cresce o número de matrículas da Educação Especial para o ensino fundamental, e ensino médio em todos nos anos de 2014 a 2018, cresce também o número de matrículas para a Educação de Jovens e Adultos, retraindo o número de matrículas somente em 2016.

---

<sup>4</sup> Censo Escolar de 2018, publicado em janeiro de 2019, disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>

FIGURA 1 - NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL POR ANO (2014-2018)

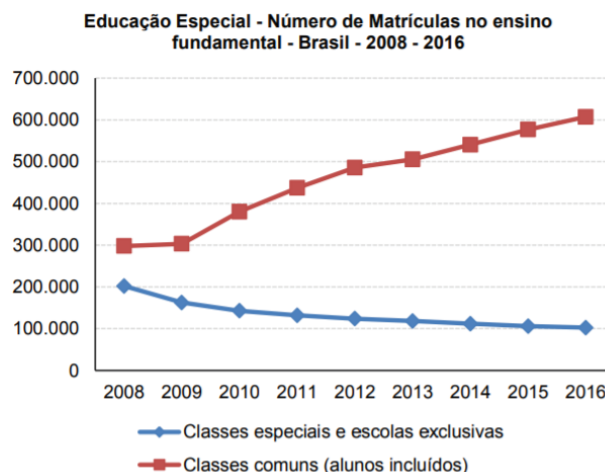


FONTE: dados obtidos de MEC/INEP/DEED/Censo Escolar, notas estatísticas (BRASIL, 2019)

É possível observar também que grande parte das matrículas da Educação Especial se concentra no ensino fundamental, cerca de 70%, nos anos de 2014 a 2018. Ao comparar a quantidade de matrículas do ensino fundamental em 2009 (FIGURA 2), quando se concentravam aproximadamente 470 mil alunos com NEE em sala de aula comum e classes especiais; com a quantidade de alunos com NEE matriculados no ensino médio em 2018 (FIGURA 1), contabiliza-se cerca de 116 mil alunos em salas de aula comum e classes especiais. E, considerando que o ensino fundamental tem duração de 9 anos, a partir de 2009, constata-se que não há um acompanhamento proporcional (menos de 25%) de alunos com NEE que concluem o ensino fundamental e se matriculam no ensino médio. Essa tendência pode significar um cenário preocupante no que tange o atendimento proporcionado para esse público que se acumula no ensino fundamental. Salienta-se que esses dados foram retirados do Censo Escolar de 2016<sup>5</sup> e 2018.

<sup>5</sup> Censo Escolar de 2016, publicado em janeiro de 2017, disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf).

FIGURA 2 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL (2008-2016)



FONTE: dados obtidos de MEC/INEP/DEED/Censo Escolar, notas estatísticas (BRASIL, 2017)

Diante desse contexto, e observando a crescente demanda nas salas de aula regulares por parte dos educandos com NEE, destacam-se as políticas educacionais e leis que versam sobre a Educação Especial e seus direitos, assim como os avanços alcançados com as políticas definidas no Brasil a partir de 2001, apresentadas no Quadro 2.

QUADRO 2: RELAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE DIREITOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL (2001-2015).

Documento	Objetivos/Referência(s)	Avanços/Observações
Resolução CNE/CEB nº2/2001 (2001)	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001)	Define as atribuições dos profissionais especializados e capacitados, de modo que ambos profissionais necessitam receber uma formação de qualidade para perceber seus alunos de modo global, com o intuito de atuar com profissionalismo e confiança nas salas do ensino regular. Formaliza orientações para que os alunos com NEE tenham iguais possibilidades de acesso e permanência no sistema educacional
Parecer CNE/CP 28/2001 (2001)	Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. (BRASIL, 2001)	Reconhece a dicotomia existente da formação do especialista e do capacitado, ao propor um currículo comum. Indica que os currículos da formação inicial devem incluir conhecimentos relativos à educação desses alunos para atender a política de integração nas salas de aula comum. Declara que a temática de Educação Especial (assim como a indígena e de jovens e adultos) é raramente abordada, e que deve ser comum em todos os currículos da formação inicial
Resolução CNE/CP nº1/2002	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para	Dá orientações de acolhimento a diversidade em seu Art. 6º 3, e para

(2002)	a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. (BRASIL, 2002)	além da formação específica de cada área o currículo deverá contemplar “Conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas”
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	Define para a educação especial: [...] acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, ensino para promover respostas às necessidades educacionais. (BRASIL, 2008a)	Traz o histórico de segregação vivenciado pelo público da Educação Especial, as políticas implementadas para o seu atendimento, além de garantir acesso à educação básica, ingresso nas classes de aulas regulares e atendimento educacional especializado. Essa política cita as modalidades de educação dos alunos com NEE, assim como as orientações educacionais para cada uma delas. Apresenta também, orientações para os professores sobre utilização dos recursos específicos de natureza humana (tradutores da língua de sinais), natureza material (recursos ópticos e não ópticos, tecnologia assistiva entre outros) e de natureza pedagógica (adaptação de materiais didáticos e pedagógicos)
Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica (2008)	Ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica (BRASIL, 2008b).	Define o currículo para o profissional do Atendimento Educacional Específico, a partir deste documento é instituído o Programa Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais, dois tipos de salas multifuncionais: o Tipo I que contempla estrutura básica para atendimento a qualquer NEE, e a sala Tipo II que contempla a estrutura da sala tipo I, porém são adicionados recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual.
Decreto legislativo nº 186/2008 (2008)	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. (BRASIL, 2008c)	Destaca a capacidade civil das pessoas com deficiência, sugerindo políticas para reduzir barreiras à plena inserção de pessoas que passam por condições de impedimentos físicos, sociais, econômicos, culturais etc., reconhecendo também a importância de promover autonomia e independência individual, inclusive da liberdade desse público fazer suas próprias escolhas
Lei nº 13.146/2015 (2015)	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015a)	Modificação substancial sobre o Código Civil, visto a exclusão parcial das pessoas com deficiência intelectual do rol dos absolutamente incapazes, que até então não poderiam decidir sobre o casamento, trabalho, votação eleitoral, entre outros atos da vida diária previstos no Código Civil de 2002. Outra mudança substancial rege sobre a acessibilidade dos prédios públicos e privados de uso coletivo.

<p>Resolução nº 2 CNE/CP (2015)</p>	<p>Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura (DNFICP) e para a formação continuada. (BRASIL, 2015b)</p>	<p>Reforça a necessidade da formação de um profissional que tenha consciência sobre a diversidade, respeitando as diferenças quanto as necessidades especiais, traz os avanços I) Base comum nacional; II) Aumento da carga horária de 2800 para 3200 horas com aumento no tempo mínimo para conclusão de curso de três anos para quatro; III) Importância da prática aliada a teoria, com indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão, IV) Articulação da modalidade de formação continuada com a formação inicial; V) Formação inicial para além da docência, com inclusão de temas que capacitem o profissional da educação para gestão educacional, coordenação pedagógica e afins; VI) Identidade própria dos cursos de licenciatura e VII) educação especial como temática obrigatória no currículo</p>
---	---	--

FONTE: organizado pela autora, (2020).

Ao analisar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, e, comparando com os dados do Censo Escolar, é possível observar que decorridos doze anos de sua publicação, a garantia de “continuidade nos níveis mais elevados de ensino” não se efetiva em um cenário de baixos índices de progressão acadêmica e estagnação dos alunos com NEE no ensino fundamental.

Nesse contexto, é recomendável refletir sobre as variáveis que podem contribuir para essa realidade, destacando-se a formação inicial de professores, que está diretamente relacionada à efetivação de políticas educacionais voltadas à Educação Inclusiva. Assim concorda-se com Prais e Rosa (p. 131, 2017), que consideram:

[...] a inclusão escolar de alunos com NEE não se equivale apenas à inserção de crianças em salas de aulas em função das determinações legais, mas pressupõe um professor preparado e capacitado para receber os alunos. E que, na mesma medida, o docente usufrua de condições necessárias para o ensino, desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Na perspectiva de superar esse e outros desafios presentes no ensino brasileiro, o Governo Federal, conjuntamente ao Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) de dez anos



(Lei nº 13.005/2014). O PNE contempla 20 metas para cumprimento do art. 214 da Constituição Federal que tem por objetivo a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria na qualidade de ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica, tecnológica do país (BRASIL, 2014a). Dentre as metas específicas do PNE, destaca-se a meta número 15 que, dentre outras estratégias, tem por objetivo:

**[...] promover a reforma curricular** dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma **a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a)**, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, **em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica**, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 deste PNE. (BRASIL, 2014a, anexo, grifo nosso).

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DCNFIP) (BRASIL, 2015b) tem em uma de suas concepções fundamentais:

A igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino. (BRASIL, 2015b).

Os estudos que subsidiaram a formulação das DCNFIP surgiram em 2004, quando o CNE em consonância com as diversas demandas presentes na comunidade educacional, designou à Comissão Bicameral de Formação de Professores o desenvolvimento de estudos e proposições sobre a temática. Dentre as várias recomposições dessa comissão, visto a renovação periódica dos membros do CNE, em 2014 por meio da Portaria CNE/CP nº 6, 2 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014b), a Comissão Bicameral é recomposta e submete uma nova versão do documento base e proposta das DNFICP para discussão pública, salienta-se que nesse processo houve contribuições da



comunidade acadêmico-científica, entidades sindicais e conselhos estaduais de educação (DOURADO, 2015).

Com a finalidade de melhoria da formação inicial, continuada e suas dinâmicas formativas, as DCNFIPde 2015, segundo Dourado (p.306, 2015):

[...] enfatizam que estes processos implicam o repensar e o avançar nos marcos referenciais atuais para a formação inicial e continuada por meio de ações mais orgânicas entre as políticas e gestão para a educação básica e a educação superior.

Ao incluir a temática da Educação Especial no currículo de formação inicial destaca-se uma preocupação com a formação de um profissional com visão ampliada do processo educacional que possa valorizar as diferenças em:

[...] seus **diferentes ritmos**, tempos e espaços, **em face das dimensões psicossociais**, histórico-culturais, afetivas, **relacionais e interativas** que permeiam a ação pedagógica possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade. (BRASIL, 2015b, Art. 5, IV, grifo nosso).

Nessa perspectiva, concorda-se com Dourado (2015), a sobre as mudanças que devem ser (re) pensadas quando abordamos temas relativos à inclusão no currículo de formação inicial, pois

[...] a garantia do direito à educação a grupos e sujeitos historicamente marginalizados exige transformação na forma como as instituições de educação básica e superior estruturam seus espaços e tempos, suas regras e normas, incorporam novos materiais e recursos pedagógicos. (DOURADO, 2015, p. 307).

Nessa concepção, asDCNFIP reforçam a necessidade da formação de um profissional que tenha consciência sobre a diversidade, respeite as diferenças quanto às NEE (BRASIL, 2015b, p. 8).

Em seu Artigo 12, o documento separa núcleos de atuação, sendo o Núcleo I: estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares,

e do campo educacional; Núcleo II: aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, e Núcleo III: núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular (BRASIL, 2015b).

Honório *et al.* (2017) consideram que os núcleos propostos nas DCNFIIP tem a finalidade de atuação que corroboram para a formação de um profissional que:

[...] educa, investiga, planeja, administra a aprendizagem, avalia, participa da gestão escolar, faz uso da tecnologia da informação, reconhece e respeita a diversidade manifestada pelos alunos, imprime sentido pedagógico às práticas escolares, compartilha os conhecimentos adquiridos em sua prática e leva em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo. (HONÓRIO *et al.* 2017, p.1746).

Nesses núcleos, encontram-se orientações que vão ao encontro de saberes e conhecimentos necessários para um profissional atuar com alunos da educação especial, visto que recomenda que na formação ocorra a articulação de:

e) **conhecimento multidimensional** e interdisciplinar **sobre o ser humano** e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, **nas dimensões física, cognitiva**, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;

f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas. (BRASIL, 2015b, Art. 12, grifo nosso).

Sobre as práticas recomendadas para os egressos dos cursos de formação inicial serem capazes de atuar, destacam-se no documento o combate à discriminação e à exclusão dos mais diversos grupos, as DCNFIIP (2015b) apresentam os seguintes trechos:

**II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes)** como compromisso com projeto social, político e ético que

contribua **para a consolidação de uma nação** soberana, democrática, **justa, inclusiva** e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao **reconhecimento e à valorização da diversidade** e, portanto, **contrária a toda forma de discriminação**. (BRASIL, 2015b, Art. 5, VII, grifo nosso).

VII - **identificar questões e problemas socioculturais e educacionais**, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, **a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais**, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras. (BRASIL, 2015b, Art. 8, VII, grifo nosso).

Esse documento defende que para consolidação de uma educação inclusiva, o processo de formação inicial deve envolver tanto os estudantes de graduação quanto os formadores de professores, e a responsabilização de todos no processo formativo frente à inclusão.

Após analisar os documentos que regulam e definem as políticas educacionais para o atendimento à pessoa com deficiência com a atual diretriz de formação de professores, foi possível observar que nos documentos sobre as NEE (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008), que versam sobre as qualificações dos profissionais que atuaram com o público da educação especial – Professores capacitados e Especialistas que atuam diretamente no AEE – são mais abrangentes quanto aos compromissos, competências e habilidades desse profissional.

A breve análise da DCNFIP mostra que esse documento apresenta um avanço em relação às propostas anteriores para formação de professores para a Educação Inclusiva. No entanto, para a concretização dessas propostas é essencial ter em vista como está ocorrendo os processos de implementação das mudanças educacionais, pois:

[...] a implementação das DCNs para a formação do magistério por meio da adequação dos cursos de formação inicial e continuada se constituem em um desafio para as políticas educacionais direcionadas aos professores na atualidade, pois muitas ações precisarão ser desenvolvidas pelas instituições formativas, tanto no Ensino Superior, como na Educação Básica, para que de fato, as orientações e normatizações ali contidas, ganhem materialidade. (VOLSI, 2016, p. 1518).

Assim sendo, a fim de consolidar um currículo de formação inicial que englobe os princípios da Educação Inclusiva, para “contribuir para a superação de exclusões sociais” (BRASIL, 2015b, p.8), é recomendável repensar as práticas formativas na formação inicial e continuada.

Embora o contexto de garantia de direitos tenha avançado na inclusão de alunos com NEE, a efetivação das propostas têm se mostrado ineficazes, cabe nesse processo compreender que a inclusão “constitui-se de uma ação política, cultural, social e pedagógica que desencadeia em defesa do direito da educação, sem restrições, visa à igualdade e diferença com valores indissociáveis” (CORTE; MELLO, 2018, p. 314).

Considera-se que as políticas voltadas à Educação Especial são relevantes, mas para que elas se efetivem em sala de aula é necessário que a escola e o professor estejam preparados para atender essa demanda e necessita que ambos se comprometam com a ideia de uma sociedade justa, caso contrário poderá ocorrer o fenômeno da pseudoinclusão, que segundo Pimentel (2012), consiste no fato do aluno com NEE estar presente na sala de aula regular, mas ser excluído do processo de aprender.

De acordo com Tedesco (2012, p. 24), “refletir sobre o compromisso com a justiça como requisito para a realização das atividades dos professores não implica personalizar a responsabilidade pelo planejamento e pela realização de uma escola justa”, pois é possível que as instituições recorram a diversos dispositivos para garantir que o sistema educativo seja justo, mas esses mecanismos apenas serão utilizados se “o sentido da justiça fizer parte da cultura profissional dos atores que habitam nessas instituições” (TEDESCO, 2012, p. 24).

Nesse sentido, no próximo capítulo serão discutidas as pesquisas que tratam dos aspectos da cultura escolar e das necessidades formativas de professores para atender as demandas da Educação Inclusiva e apresenta-se a Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (2017<sup>6</sup>), por entender que as representações sociais “constituem um saber que auxilia os sujeitos a se localizarem no mundo, tornando familiar o que é estranho, de modo a conseguirem lidar sem medo com o desconhecido” (ENS *et al.* p. 52, 2014), as

---

<sup>6</sup> A Teoria das Representações Sociais foi publicada por Serge Moscovici em tese de doutorado em 1961. Neste trabalho utilizamos como base a obra do autor publicada em 2017.

quais são resultantes da interação social, e por isso são comuns a um determinado grupo de indivíduos considera que o processo de inclusão escolar depende, dentre outros fatores, das crenças, ideias, costumes que os envolvidos nesse processo constroem a partir de sua convivência social e experiências pessoais sobre esse tema.

## **2.FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS**

Nesse capítulo apresenta-se algumas pesquisas que tratam de barreiras que podem dificultar o processo de inclusão na escola e na aprendizagem dos estudantes, bem como as necessidades formativas para a Educação Inclusiva, apontadas pela literatura.

Por entender que essas barreiras estão relacionadas com ideias pré-concebidas a respeito das potencialidades dos estudantes com alguma deficiência, considera-se que o aporte teórico da Teoria das Representações Sociais (TRS) contribui para que, ao identificarmos as representações sociais de futuros professores de Química sobre a Educação Especial/Educação Inclusiva, estas possam fornecer elementos para pensar em estratégias metodológicas de como enfrentá-las, e quem sabe superá-las, ainda na formação inicial. Na sequência é apresentada a Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (2017) e uma revisão integrativa da literatura sobre representações sociais sobre educação especial/inclusiva.

### **2.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Apesar dos avanços das políticas educacionais que garantem aos alunos com deficiência, considera-se que o acesso às classes regulares, a escola e o professor tem um papel fundamental na efetivação da Educação Inclusiva.

Embora a escola se constitua um espaço de oportunidades para socialização do saber cientificamente construído, historicamente esse espaço tem sido marcado pela exclusão, muitas vezes por reproduzir a estrutura das desigualdades sociais.

De acordo com Contreras (2002), a qualidade da educação está relacionada a sua natureza e ao trabalho docente que exige um compromisso moral e social com o desenvolvimento dos estudantes e da comunidade, pois o trabalho de ensinar consiste em uma relação direta e contínua que exerce influência sobre pessoas. Nesse sentido, o professor precisa ter consciência do sentido e das consequências da sua prática pedagógica e por isso é essencial estar comprometido com todos os seus alunos, mesmo que ocorram tensões e

dilemas em sua prática.

Defende-se aqui, que os processos formativos dos professores podem proporcionar aos docentes um crescimento reflexivo de autodesenvolvimento com o propósito de atender demandas atuais da educação. Além do conteúdo específico, a formação inicial e continuada deve proporcionar também aos docentes reflexões sobre as limitações sociais, culturais e ideológicas que a própria profissão docente exige (MENEZES, 2008).

Com o intuito de delinear aspectos da atuação docente, os conhecimentos e saberes primordiais à serem desenvolvidos na formação de professores para atender as demandas da Educação Inclusiva, foi realizada uma pesquisa sobre produções acadêmicas na área da educação especial, de maneira que foram selecionados os referenciais teóricos que poderiam subsidiar a temática das RS no contexto da educação inclusiva, sendo eles Santos (2003), Nozi (2013) e Paula (2015). A escolha por esses referenciais para essa temática específica se justifica pelo enfoque dado por cada um deles, bem como pelo recorte temporal amplo desses trabalhos. Os estudos de Santos (2003) e Nozi (2013) se referem de modo geral sobre a atuação de professores para o atendimento da Educação Inclusiva independente da NEE dos alunos, do nível de ensino ou do componente curricular; enquanto que o trabalho de Paula (2015) foi realizado especificamente sobre as necessidades formativas para professores de Química/Ciências para inclusão de alunos com deficiência visual em sala de aula regular, embora esse último trabalho também discuta alguns conhecimentos e saberes que podem ser desenvolvidos para uma prática inclusiva independente da área de conhecimento. Assim, esses trabalhos se complementam, embora tenham sido realizados sob perspectivas diferentes.

Santos (2003) em seu trabalho discute possíveis barreiras presentes no contexto escolar e no processo de ensino-aprendizagem de alunos com NEE que podem dificultar o processo de inclusão desse público alvo. A partir dessas barreiras esse autor propõe quatro eixos de atenção na atuação docente, os quais suscitam conhecimentos necessários para o atendimento inclusivo. Considera-se a importância desse trabalho, visto sua implicação direta com as questões da cultura escolar que interferem no processo educativo, e que vem sendo discutida há algum tempo. As barreiras apresentadas e discutidas por Santos (2003) são quatro: Cultura Institucional, Currículo, Prática Pedagógica e

## Avaliação.

A Cultura institucional é entendida como um “conjunto de regras, normas e valores defendidos como missão de/por uma instituição” (SANTOS, 2003, p. 8), essa cultura diz muito sobre como uma determinada instituição se posiciona diante de diversas questões, cujo posicionamento se reflete na forma de expressões, palavras, documentos, atitudes, entre outros. Embora esse eixo não se configure efetivamente em um conhecimento ou saber necessário para atuar na perspectiva inclusiva, a cultura institucional implica na forma de como os conhecimentos sobre a inclusão são abordados e difundidos na instituição educacional.

A cultura institucional como barreira no ensino-aprendizagem de alunos com NEE, pode se caracterizar por um “alheamento” de responsabilidade pela situação do outro, ou a culpabilização pelo aluno de não se enquadrar nos padrões da instituição. Nesse aspecto, para que ocorra a inclusão é imprescindível que as instituições de ensino difundam uma cultura de inclusão, de aceitação e respeito à diversidade.

Uma cultura institucional inclusiva é aquela voltada para as práticas e discursos inclusivos, que fomentem um ambiente acessível a toda diversidade de público e perpassa pela responsabilidade de promover discussões com todos envolvidos sobre o assunto, e que acabe por gerar um comportamento generalizado e natural dessas práticas. Caso contrário, a cultura institucional pode ser a primeira barreira às pessoas com NEE, ao disseminar a cultura da exclusão.

Outra barreira que Santos (2003) discute em seu trabalho é o Currículo, pois se entende como currículo um conjunto de todas as experiências de conhecimento possibilitadas para os estudantes que:

[...] engloba todas as relações que perpassam o processo dessa organização: desde a escolha sobre o que priorizar a ser ensinado na escola, até a decisão sobre quem determina esses - e outros - aspectos que compõem o processo ensino-aprendizagem como um todo. (SILVA, 2003, p. 10).

O currículo no sentido de barreira é aquele desvinculado da diversidade e da realidade de vida dos alunos, que prioriza o cumprimento do conteúdo



programático a qualquer custo. Para Santos (2003), um currículo inclusivo, é aquele que rompe com o “conteudismo”, e valoriza o processo educacional como um todo, considerando fatores culturais, pedagógicos, sociais entre outros, e preza por “uma flexibilidade que abarque diferentes ritmos e habilidades em sala de aula, como também na cultura da instituição educacional como um todo” (SANTOS, 2003, p. 12).

Sobre a prática pedagógica, Santos (2003, p. 12-13) aborda algumas características do professor para exercer uma prática inclusiva, no sentido de desenvolver uma proposta curricular flexível, as quais vão ao encontro das necessidades formativas para atender alunos com NEE, a saber: criatividade, competência, experiência, investigação, crítica e humildade.

Em relação à *Criatividade*, essa é uma característica conferida ao professor que saiba atuar e realizar atividades para diferentes perfis de estudantes.

A *Competência* do educador se refere ao professor estar sempre em consonância com os assuntos atuais, buscando desenvolver novos conhecimentos em sua prática em sala de aula.

Outra característica seria a *Experiência*, para Santos (2003) o educador utiliza de sua experiência com métodos eficazes para aprendizagem em sala de aula, com diferentes materiais que ajudem nesse processo. No caso da Educação Inclusiva significa o professor buscar ou desenvolver materiais didáticos que possam atender às diferentes necessidades de seus alunos.

A característica de *Investigação* se refere ao fato de o professor observar o que atrai os alunos no processo de ensino-aprendizagem, preocupando-se com a importância de desenvolver uma aula atrativa. Assim, a partir da investigação da sua própria sala de aula, o professor poderia buscar metodologias ativas de aprendizagem que pudessem envolver toda a diversidade de alunos.

A característica *Crítica* para Santos (2003) seria o educador compreender a importância de desenvolver conteúdos que façam sentido para a vida dos alunos, esse professor de modo crítico entende que sua prática só será efetiva, se os conteúdos forem abordados de forma que tenham significado para os estudantes.

Na característica *Humildade*, espera-se que o educador tenha uma visão

de que “o saber não tem dono”, e que o processo de ensino-aprendizagem não é unilateral, o aluno tem a contribuir quando o professor levanta seus saberes prévios e considera-os na construção do conhecimento de forma contínua em sua prática. No caso da Educação Inclusiva, espera-se que o professor busque conhecer quais as necessidades do seu aluno e juntamente com eles construir formas de atendê-lo dentro da sua necessidade educacional específica, bem como tenha a humildade de buscar auxílio do atendimento especializado para aquilo que ele desconheça.

Outra barreira que Santos (2003) aborda é a Avaliação, que também deve ser repensada quando se pensa na inclusão, considerando-a um processo contínuo e não apenas pontual. Uma avaliação inclusiva deve ser diversificada, visto que nem todos os alunos expressam seus saberes da mesma forma, nesse intuito deve-se oferecer:

[...] várias oportunidades e formas diferentes do aluno mostrar como está se saindo ao longo do processo educacional. Se o aluno apresenta dificuldade em sua expressão escrita, por exemplo, a instituição educacional provê formas alternativas através das quais ele possa complementar sua expressão e mostrar o resultado de seu processo educacional. (SANTOS, 2003, p.14).

Ao direcionar a avaliação considerando as necessidades específicas dos alunos, há a valorização da diversidade em consonância a um ensino que inclui a todos em seus diferentes percursos de aprendizagem.

Nozi (2013) em sua dissertação faz uma análise de teses e dissertações, tomando como base de dados o banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a finalidade de elencar os saberes e conhecimentos recomendados nessas pesquisas para promover o processo de inclusão de alunos com NEE no sistema regular de ensino, e que também deveriam ser considerados na formação inicial de professores. Nesse trabalho, a partir do levantamento bibliográfico a autora organiza o que é recomendadoos professores saber, saber fazer e as características pessoais desejáveis para inclusão. A partir da análise desses trabalhos, a autora agrupa os saberes e as práticas docentes em cinco dimensões, a saber: i) Atitudinal; ii) Procedimental; iii) Características pessoais

do professor; iv) Conceitual e v) Contextual.

A dimensão Atitudinal considera as atitudes do profissional da educação para realizar um ensino inclusivo, tendo como princípios a valorização da diferença e da heterogeneidade, com responsabilidade pedagógica e um compromisso com o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, dispondo-se a ressignificar conceitos e práticas, assim como entender que é necessário estar sempre em processo contínuo de autoformação, formação continuada ou em serviço, respeitando a alteridade e buscando apoio quando necessário.

A dimensão Procedimental inclui todos os atos procedimentais frente às demandas da educação inclusiva, sendo parte delas a identificação das necessidades educacionais dos alunos, planejamento das aulas, adaptação do currículo e da avaliação, desenvolvimento de práticas pedagógicas diversificadas, trabalho coletivo com professores e alunos, estabelecimento das relações teoria/prática dos conteúdos, desenvolver uma relação emocional e afetiva positiva em sala de aula sobre os alunos com NEE, adquirir conhecimentos didático-pedagógicos, realizar procedimentos que direcionem a socialização e respeito entre os alunos e adequar e organizar o espaço físico em sala de aula.

Na dimensão Características pessoais do professor a autora aponta posturas e qualidades que favoreçam a inclusão de alunos com NEE, as quais incluem: ser um educador crítico, quanto a sua prática; ter autonomia; ser flexível; possuir autoconhecimento e ser criativo.

Na dimensão Conceitual destacam-se os conhecimentos específicos sobre as NEE e as deficiências, assim como da legislação que envolve os processos inclusivos, conhecimento sobre as teorias de desenvolvimento humano de aprendizagem e de tecnologias que facilitem o ensino. No geral, a dimensão conceitual preza pela compreensão e conhecimento dos pressupostos da educação inclusiva.

A dimensão Contextual consiste na responsabilidade político-social do professor, que deve conhecer e compreender o contexto sociocultural em que os alunos estão inseridos.

Paula (2015) em sua dissertação discute as necessidades formativas de professores de Química para atender alunos com deficiência visual (DV), a partir de entrevistas com três pesquisadores da área de Ensino de Ciências que têm

suas pesquisas com foco na educação inclusiva; da análise dos currículos de Licenciatura em Química de 54 instituições públicas de ensino superior e da pesquisa bibliográfica em artigos, dissertações e teses. Nesse trabalho, a autora discute onze necessidades formativas para a inclusão de DV nas aulas de Química, sendo oito necessidades mais gerais, que poderiam ser consideradas para a formação de professores de quaisquer áreas e qualquer tipo de deficiência, a saber: 1) Conhecer os propósitos da Educação Inclusiva, 2) Conhecer as Políticas Públicas e o Contexto Histórico da Educação Especial e Inclusiva, 3) Conhecer sobre as deficiências; 4) Conhecer os recursos disponíveis que auxiliam no aprendizado de Alunos com Deficiência, 5) Saber realizar a flexibilização curricular; 6) Saber avaliar, 7) Saber trabalhar em equipe; equatro necessidades mais específicas para o ensino de Química/Ciências para alunos com deficiência visual, são elas: 8) Saber realizar atividades comuns aos alunos com e sem deficiência visual, 9) Conhecer sobre a deficiência visual do Aluno, 10) Saber que significados Químicos vinculados às representações visuais podem ser vinculados a outro tipo de percepção e 11) Saber trabalhar com a linguagem matemática.

No Quadro 3 apresentam-se as principais proposições levantadas por Paula (2015) a partir das necessidades formativas elencadas em sua pesquisa:

QUADRO 3 – NECESSIDADES FORMATIVAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS AULAS DE QUÍMICA, POR CATEGORIA E PROPOSIÇÕES

<b>Categoria 1 Conhecer os propósitos da Educação Inclusiva</b>	<b>Proposição I:</b>	O docente deve reconhecer, aceitar e respeitar as diferenças presentes em sala de aula
	<b>Proposição II:</b>	Aproximar licenciandos da realidade das escolas que atendem alunos com deficiência é um meio para que estes possam refletir sobre a atuação do professor no contexto da educação inclusiva
<b>Categoria 2 Conhecer as Políticas Públicas e o Contexto Histórico da Educação Especial e Inclusiva</b>	<b>Proposição I:</b>	Conhecer as principais políticas públicas mundiais e nacionais voltadas para a Educação Especial e Inclusiva
	<b>Proposição II:</b>	Refletir criticamente sobre os aspectos ético-políticos da educação no contexto inclusivo
	<b>Proposição III:</b>	Conhecer os principais marcos históricos do atendimento destinado as pessoas com deficiência no contexto mundial e nacional
<b>Categoria 3 - Conhecer sobre as deficiências</b>	<b>Proposição I:</b>	O conhecimento sobre as deficiências permite ao docente identificar e distinguir as necessidades específicas de seus alunos
	<b>Proposição II:</b>	O conhecimento sobre as diferentes categorias de deficiência permite ao docente intervir e propor metodologias de ensino a fim de atender as diferentes necessidades

	<b>Proposição III:</b>	Conhecer as características das deficiências possibilita ao docente romper com o preconceito sobre a capacidade de aprendizado do aluno com necessidades específicas
<b>Categoria 4 Conhecer os recursos disponíveis que auxiliam no aprendizado de Alunos com Deficiência</b>	<b>Proposição I:</b>	Utilizar materiais adaptados e os recursos de tecnologia assistiva a fim de favorecer o acesso ao conhecimento aos alunos com deficiência
	<b>Proposição II:</b>	O docente deve possuir conhecimento básico sobre a estrutura do sistema Braille para auxiliar na realização de atividades pelos alunos com deficiência visual
<b>Categoria 5 - Saber realizar a flexibilização curricular</b>	<b>Proposição I:</b>	O docente deve receber os conhecimentos necessários para refletir sobre o currículo pré-estabelecido, e promover as alterações necessárias a fim de assegurar aos alunos com deficiência o acesso ao conhecimento e condições de permanência na escola.
	<b>Proposição II:</b>	Docente deve participar da seleção de conteúdos, propor/adaptar metodologias e avaliações, com intuito de promover e garantir a acessibilidade ao currículo por seus alunos com necessidades específicas.
<b>Categoria 6 - Saber avaliar</b>	<b>Proposição I:</b>	O professor deve ser preparado para propor no processo de avaliação métodos e recursos diversificados, que contemplem as necessidades específicas de seus alunos
	<b>Proposição II:</b>	O professor deve compreender a avaliação como um processo que o permite diagnosticar as diferentes situações de aprendizagem e com isso planejar novas ações a fim de aprimorar sua prática para o atendimento à diversidade de alunos
<b>Categoria 7 - Saber trabalhar em equipe</b>	<b>Proposição I:</b>	O docente deve ser preparado para trabalhar juntamente com os pais e com demais profissionais do atendimento especializado, compreendendo as funções de cada um deve desempenhar para contribuir com o aprendizado do aluno com deficiência
	<b>Proposição II:</b>	O professor da sala regular deve compreender que a responsabilidade do aprendizado dos alunos com deficiência não deve ser delegada somente ao professor especialista, este profissional tem a função de prestar apoio e ajuda, o trabalho deve ser realizado conjuntamente
	<b>Proposição III:</b>	Estabelecer parcerias entre Universidade, Escolas, Secretarias de Educação e Centros de AEE, propicia o diálogo entre as diferentes esferas, promovendo novas compreensões a respeito da Educação Inclusiva e a Formação docente, auxiliando deste modo para a formação de profissionais mais capacitados.
<b>Categoria 8 - Saber realizar atividades comuns aos alunos com e sem deficiência visual</b>	<b>Proposição I:</b>	Conhecer as características da deficiência visual e a história visual do aluno permite ao docente identificar as diferentes necessidades de alunos cegos e com baixa visão.
	<b>Proposição II:</b>	Ao conhecer as características da deficiência visual que seu aluno apresenta o professor se torna capaz de propor/adaptar metodologias a fim de contemplar as necessidades específicas dos alunos cegos e com baixa visão

	<b>Proposição III:</b>	O conhecimento sobre a deficiência visual permite ao docente romper com concepções equivocadas sobre as potencialidades e necessidades dos alunos cegos e com baixa visão
<b>Categoria 9 - Conhecer sobre a deficiência visual do Aluno</b>	<b>Proposição I:</b>	Conhecer as características da deficiência visual e a história visual do aluno permite ao docente identificar as diferentes necessidades de alunos cegos e com baixa visão.
	<b>Proposição II:</b>	Ao conhecer as características da deficiência visual que seu aluno apresenta o professor se torna capaz de propor/adaptar metodologias a fim de contemplar as necessidades específicas dos alunos cegos e com baixa visão
	<b>Proposição III:</b>	O conhecimento sobre a deficiência visual permite ao docente romper com concepções equivocadas sobre as potencialidades e necessidades dos alunos cegos e com baixa visão.
<b>Categoria 10 - Saber que significados Químicos vinculados às representações visuais podem ser vinculados a outro tipo de percepção</b>	<b>Proposição I:</b>	Desconstruir a concepção de que pra aprender Química/Ciências é preciso enxergar/ver
	<b>Proposição II:</b>	Adotar em sua metodologia de ensino, recursos que possibilitem o acesso à informação pelos alunos com e sem deficiência visual
	<b>Proposição III:</b>	Fazer uso de uma metodologia em que compreensão dos conceitos científicos não seja dependente da visão
<b>Categoria 11 - Saber trabalhar com a linguagem matemática</b>	<b>Proposição I:</b>	Desvincular a abordagem de conceitos matemáticos a aspectos visuais para que o aluno com deficiência visual, não se encontre em "condição de estrangeiro"
	<b>Proposição II:</b>	Promover no ensino de conceitos matemáticos um contexto comunicacional adequado, em que todos os alunos, com ou sem deficiência visual, possam participar ativamente
	<b>Proposição III:</b>	Fazer uso de materiais manipulativos e da simbologia matemática em Braille para auxiliar o aprendizado de conceitos matemáticos por alunos com deficiência visual

FONTE: elaborado pelas autoras (2019), com base em Paula (2015).

Embora essas pesquisas tenham sido realizadas em contextos diferentes, em períodos diferentes e em fontes de dados diversificadas, as mesmas fornecem uma base teórica sobre conhecimentos, saberes, e aspectos extremamente relevantes, que deveriam ser problematizados na formação inicial e continuada de professores para atender os princípios da educação inclusiva, e garantir efetivamente a inclusão em sala de aula. No Quadro 4 apresenta-se a diferença entre os trabalhos abordados.

#### QUADRO 4: DIFERENÇAS NA ABORDAGEM DE BARREIRAS E NECESSIDADES



## FORMATIVAS POR DIFERENTES AUTORES

<b>Barreira/Necessidade formativa</b>	<b>Santos (2003)</b>	<b>Nozi (2013)</b>	<b>Paula (2015)</b>
Cultura Institucional	X		
Dimensão atitudinal		X	X
Características pessoais do professor que favorecem a inclusão de alunos com NEE	X	X	
Conhecer os propósitos da Educação Inclusiva		X	X
Conhecer as Políticas Públicas e o Contexto Histórico da Educação Especial e Inclusiva		X	X
Conhecer os recursos disponíveis			X
Conhecimento sobre as deficiências		X	X
Saber realizar a adaptação/flexibilização curricular	X		X
Saber Avaliar	X	X	X
Trabalhar em equipe			X
Conhecer sobre a deficiência visual do aluno			X
Saber vincular os conceitos químicos por meio de representações que não dependam estritamente da visão.			X
Saber trabalhar com a linguagem matemática			X
Saber realizar atividades comuns aos alunos com e sem deficiência visual			X

FONTE: organizado pelas autoras (2020), com base em Santos (2003), Nozi (2013) e Paula (2015)

Os aspectos que chamam à atenção nesses trabalhos são os voltados a desmistificar a visão sobre as deficiências e sobre a capacidade de aprender das pessoas com NEE. Pode-se destacar: a Cultura institucional, discutido por Santos (2003) que significa estabelecer na escola uma cultura de inclusão, de aceitação e respeito à diversidade; a dimensão Atitudinal destacada por Nozi (2013), que faz referência à valorização da diferença e à alteridade; e a necessidade do Conhecimento sobre as deficiências, apontada por Paula (2015), que tem o objetivo de que o professor possa reconhecer, aceitar e respeitar as diferenças presentes em sala de aula.

Considera-se que esse olhar e respeito às diferenças só será possível se estas questões forem problematizadas e discutidas na formação inicial e continuada de professores, a partir do levantamento prévio das crenças e dos pré-conceitos construídos ao longo da vida desses professores, muitas vezes influenciados pela cultura, pela religião, pela mídia, enfim pelas relações interpessoais estabelecidas ao longo da vida social. Pois são essas concepções que irão influenciar diretamente a postura do professor diante do seu papel em relação aos alunos com deficiência.

Nessa perspectiva, identificar e analisar as Representações Sociais dos alunos de Licenciatura em Química sobre a Educação Especial e Educação

Inclusiva, podem trazer subsídios para os processos formativos ao permitir a compreensão das crenças e mitos que esses futuros professores apresentam sobre o processo de inclusão e sobre as pessoas com deficiência; os quais podem dificultar uma prática pedagógica que permita a acessibilidade ao conhecimento científico. Ao identificar essas representações é possível pensar em diferentes estratégias na formação inicial e continuada de professores que possam fazer com que esses professores possam refletir e reelaborar suas concepções construídas de forma individualizada e na interação com os diversos agentes sociais ao longo da vida.

Assim, no próximo tópico apresenta-se e discute-se a Teoria das Representações Sociais (TRS).

## 2.2 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Nesse tópico, é apresentada e discutida a Teoria das Representações Sociais, destacando sua proposição, utilização no meio acadêmico e suas possíveis aproximações com a educação especial/inclusiva, a partir da Abordagem Estrutural das Representações Sociais e sua relação com a formação de professores.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi proposta em 1961, com a publicação da tese intitulada “*La psychanalyse: son image et son public*” pelo psicólogo social Serge Moscovici. Nesta obra, o autor apresenta um conceito interdisciplinar, não se limitando às ciências sociais ou à psicologia social, mas unindo-as no que se pode conceber como um conhecimento psicossociológico (MOSCOVICI, 1978).

Em sua tese, o autor propõe a ruptura do pensamento tradicional da Psicologia Social, ao estudar o sujeito atrelado ao contexto social, retomando conceitos importantes de representações coletivas de Durkheim, principal base teórica na formulação da TRS, que segundo Moscovici, foi deixada de lado por quase um século (MOSCOVICI, 2017).

Durkheim em sua obra *The elementary Forms of the religious Life* (1912/1995) estudou as crenças religiosas de indígenas australianos, apresentando as peculiaridades do pensamento humano por meio de



observações das práticas compartilhadas por uma comunidade (MOSCOVICI, 2017).

As práticas examinadas por Durkheim se relacionavam a ritos espirituais de adoração aos animais, plantas, juntas ósseas e/ou madeira, de forma que no estado da efervescência desses rituais, criam-se as crenças coletivas. Outro aspecto que o autor observa, é a relação das práticas espirituais com o sucesso na caça, cura de doenças, entre outros (MOSCOVICI, 2017). Dessa maneira, traça-se uma analogia de como os cultos e adorações a totens, demonstram a fundamentação de uma crença ligada a pensamentos simbólicos, correlacionados a rituais extremos e emoções intensas, e por meio desses sentimentos coletivos, os rituais se perpetuam sendo partilhados e perpassados de geração a geração.

Como explica Moscovici (2017):

É verdade que toda pessoa, ao adorar uma planta ou um animal, parece ser vítima de uma ilusão. Mas se todas juntas reconhecem seu grupo dessa maneira, então estamos lidando com uma realidade social. Elas representam, então, não apenas seres ou coisas, mas os símbolos dos seres e das coisas. [...]. Do mesmo modo, condutas rituais têm, como sua finalidade concreta, não tanto fazer chover ou prantear uma morte, mas manter a comunidade revigorar o sentido de pertencer a um grupo, inflamar crença e fé. (MOSCOVICI, 2017, p. 178)

Durkheim (1979) compreende as representações coletivas como expressões do fato social, ignorando o individual, em que as ações coletivas determinam como uma sociedade age, pensa, sente, etc. Essas representações constituem:

O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria [...]. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é, por definição, difusa em toda extensão da sociedade; mas não deixa de ter caracteres específicos que fazem dela uma realidade distinta. É a mesma no norte e no sul, nas grandes e pequenas cidades, nas diferentes profissões. Da mesma forma, não muda a cada geração, mas, ao contrário, liga umas às outras as gerações sucessivas. Portanto, é completamente diversa das consciências particulares, se bem que se realize somente entre indivíduos. (DURKHEIM, 1979, p. 40).

Nestes aspectos citados, é que a teoria de representações coletivas se diverge da TRS de Moscovici. Para Moscovici, analisando as representações coletivas de Durkheim, em um contexto em que elas são perpassadas de geração a geração, de forma imutável, não haveria maneiras de ocorrer quaisquer mudanças sociais, o que na realidade não acontece. Partindo desses pressupostos de investigação, o autor começou a se interessar pela influência da minoria e da inovação nesse processo. Segundo Duveen (2015):

[...] enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas, [...] em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações. (DUVEEN, 2015, p. 15).

Para Durkheim, as representações individuais tem pouca ou nenhuma importância para as relações coletivas, para ele “um homem que não pensa com conceitos não seria um homem, pois ele não seria um ser social. Restrito apenas a percepções individuais, ele não seria diferente de um animal” (DURKHEIM, 1912/1995, p.440). Moscovici compreende que a teoria de Durkheim não explica a pluralidade de formas da organização dos pensamentos sociais (SANTOS, 2015).

Moscovici compreende a Representação Social (RS) como uma “modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26), de modo que elas produzem e determinam comportamentos, visto que, concomitantemente a RS define a natureza dos estímulos que nos rodeiam e nos provocam, assim como o significado das respostas dadas a esses estímulos (MOSCOVICI, 1978).

Desta maneira, uma representação é sempre sobre alguém ou algo, um objeto, por exemplo, e tendo em vista que as RS são produtos de atividades psíquicas, em que o sujeito cria e recria seu contexto, atribuindo a este significado, elas perfazem por meio de uma atividade social, de modo que:

Quando se converte num sistema de interpretações, a representação social serve de mediadora entre os membros de um mesmo grupo. Não se trata de uma interiorização indefinida e precária, mas de uma ordenação das condutas e percepções. (MOSCOVICI, 1978, p. 114-115).

Na obra “Representações Sociais: Investigações em psicologia social”, Moscovici (2017, p. 175-176) aborda três pressupostos para descrever as RS. O primeiro pressuposto considera que as concepções de pessoas inseridas em um ambiente social são fundamentadas em percepções do meio em que ela convive socialmente, de modo que lhe é transmitido valores como a classificação de objetos, religião, entre outros, que é extrínseca a pessoa, como explica Cornford (p.43, 1957):

Em qualquer situação e sempre que um profissional da ciência defende tal opinião, podemos estar seguros que ele não está apresentando uma descrição dos fatos observados, mas direcionando seu conhecimento à defesa de uma crença que ele aprendeu, não diretamente da natureza, mas nos joelhos de sua mãe; em outras palavras, uma representação coletiva. (CONFORD, 1957, p. 43, tradução livre).

O segundo é que não há razões para excluir as experiências das percepções individuais em uma representação. Embora quase todos os conhecimentos sejam concebidos por meio de interações humanas, eles se renovam a cada instante, de forma que os conhecimentos e crenças significativas têm sua origem necessariamente na interação mútua.

O terceiro pressuposto considera que “As ideias e crenças que possibilitam às pessoas viver estão encarnadas em estruturas específicas (clãs, igrejas, movimentos sociais, famílias, clubes, etc.)” (MOSCOVICI, 2017, p. 176), sendo adotadas pelos indivíduos que fazem parte delas, fazendo sentido e implicando nas atividades comuns.

Com base nesses pressupostos é possível constatar que as RS orbitam um campo complexo, no qual o contexto social e o contexto subjetivo de cada indivíduo influenciam, em certa medida, o que se concebe como senso comum.

Assim, a RS é a forma do sujeito ou grupo, olhar funcionalmente o

mundo em que ele está inserido, através de seu próprio sistema de referências, compreender a realidade, adaptando-se e definindo seu lugar (ALVES-MAZZOTI, 2002). Para Abric (1994a, p. 13) as RS compreendem ao mesmo tempo “o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real com o qual é confrontado e lhe atribui uma significação específica”.

Moscovici (2017) propõe em seus estudos as representações como modalidades de conhecimento que permeiam nosso cotidiano, de forma que elas podem ser compreendidas como uma ciência, pois tudo o que é percebido e interpretado, é realizado com base nos estímulos que são recebidos pelo ambiente, uma vez que:

[...] nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem, nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções. (MOSCOVICI, 2017, p. 35).

Para compreender os efeitos desses condicionamentos, assim como o senso comum é concebido, Moscovici explica que para um conhecimento ser incorporado em um indivíduo ou grupo, este, deve ser familiarizado pelo mesmo, e para tanto, utiliza-se de dois conceitos que darão forma e sentido para a RS: a ancoragem e a objetivação. Segundo o autor a ancoragem é:

[...] um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriadas. É quase como que ancorar um bote perdido em um dos boxes (pontos sinalizadores) de nosso espaço social. [...] no momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é re-ajustado para que se enquadre nela. Se a classificação, assim obtida, é geralmente aceita, então qualquer opinião que se relacione com a categoria irá se relacionar também com o objeto ou ideia. [...]. Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. (MOSCOVICI, 2017, p. 61).

O processo de ancoragem torna familiar algo que não o é, no sistema cognitivo, de modo a incorporar o novo elemento em uma categoria mais familiar. Seguidores de Moscovici, Jodelet (2001) e Abric (1976, 1994a, 1998), aprofundando a temática, abordam a ancoragem adaptando-a para as suas interpretações da TRS, seguindo respectivamente pela abordagem processual e a abordagem estrutural.

Para Abric (2003) a ancoragem assume cinco sentidos na RS: i) concretização da RS no núcleo central à realidade; ii) regulação, adaptação da RS aos novos contextos, integrando-os de forma familiar; iii) proteção do núcleo central; iv) modulações individualizadas, onde a representação é modulada a partir da subjetividade do indivíduo.

Para Jodelet (1989) a ancoragem assume três funções na RS: i) função cognitiva, a qual faz o papel de integrar o novo conhecimento; ii) função de interpretação, a novos elementos e iii) função de fundamentação, a qual vai agir na orientação de ações de condutas nas relações sociais. Em suma, para ambos os autores a ancoragem vai tornar real a incorporação da RS no sistema cognitivo “pode-se considerar como sendo a inserção orgânica dentro do pensamento previamente constituído” (CARAVACA MORERA; PADILHA; SILVA; SAPAG, 2015, p.1164).

Prosseguindo sobre os processos que formam a RS apresenta-se a objetivação; que segundo Moscovici (2017, p. 71-72):

[...]une a ideia de não familiaridade com a de realidade de, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante dos nossos olhos, física e acessível. [...]. Para começar, objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância.

Diferente da ancoragem, mas de maneira complementar a RS, a objetivação trará ao abstrato o concreto, conduzindo o que foi ancorado, de modo a ganhar textura e forma (CARAVACA MORERA; PADILHA; SILVA; SAPAG, 2015). Os processos de objetivação ocorrem em três etapas: primeiro, a seleção e descontextualização de uma crença, valores e/ou normas, o que

Moscovici (2017, p.72) vai designar como um padrão de núcleo figurativo, onde “as imagens que foram selecionadas, devido a sua capacidade de ser representadas, se mesclam e são integradas no que chamei de um padrão de *núcleo figurativo*”.

A segunda etapa ocorre pela organização dos elementos que compõem os núcleos figurativos, onde as imagens que foram selecionadas são assimiladas e o que foi percebido agora substitui o que foi engendrado, segundo Moscovici (2017, p. 74):

Então, como por uma espécie de imperativo lógico, as imagens se tornam elementos do pensamento. A defasagem entre a representação e o que ela representa é preenchida, as peculiaridades da réplica do conceito tornam-se peculiaridades dos fenômenos, ou do ambiente ao qual eles se referem, tornam-se a referência real do conceito. (MOSCOVICI, 2017, p. 74).

A última etapa da objetivação é compreendida como o momento de estruturação da RS, de modo que as crenças, valores e/ou normas que surgiram na primeira etapa, tomam forma no subconsciente de forma personificada, ou seja, familiar:

Quando isso acontece, as imagens não ocupam mais aquela posição específica, em algum lugar entre palavras, que supostamente tenham um sentido e objetos reais, aos quais somente nós podemos dar um sentido, mas passam a existir como objetos, são o que significam. (MOSCOVICI, 2017, p.74).

Desta forma, os processos de ancoragem e objetivação, como explicitado por Moscovici (2017) se complementam para formar uma RS, de forma que o autor as compreende como uma maneira de lidar com a memória, designando-a como dinâmica e imortal, visto o seu progresso constante e sua propagação na sociedade.

Nessa perspectiva, qual é então, a função de uma Representação Social? Para Caravaca e colaboradores (2015, p. 1160):

[...] a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade, que dirige as relações dos indivíduos com seu entorno físico e social, já que determina seus comportamentos, condutas e práticas. É um guia para a ação, que orienta tanto as ações como as relações sociais, e também um sistema de pré-modificação da realidade, dado que determina um conjunto de antecipações e expectativas. (CARAVACA et al., 2015, p. 1160)

De forma a apreender o sentido qualitativo social, as RS têm como função contribuir para os processos de formação de condutas, e de orientação de comunicação na sociedade. Para Abric (1998) a RS como papel fundamental no desenvolvimentodas relações sociais e nas práticas,a mesma desempenha quatro funções essenciais: i) função de saber: permite a compreensão e explicação da realidade; ii) função identitária: definem a identidade de um grupo e a proteção do mesmo; iii) função de orientação, as quais guiam comportamentos e práticas, onde a representação intervém fundamentalmente nas relações de um meio social, gera um sistema de antecipação de perspectivas sobre a realidade, prescrevendo os comportamentos e práticas aceitáveis, nesse sentido, elas definem o que é lícito ou não, o que é aceitável, ético, etc.; iv) função justificadora, é a função que irá justificar a tomada de decisão. Segundo Abric“A representação tem por função preservar e justificar a diferenciação social, e ela pode estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para manutenção da distância social entre eles” (ABRIC, 1998, p. 30).

A TRS de Moscovici iniciou um grande movimento ao conceber o sujeito e objeto de forma indissociável, porém, para alguns autores como Alves-Mazzoti (2002), a teoria trouxe a base para estudar os comportamentos socialmente compartilhados, mas de maneira ampla, a teoria não se constituiu efetivamente como um método para identificar as RS. Desta forma, Nagel, (2017) explica que posteriormente aos estudos de Moscovici (1961) surgem os seus seguidores que se destacaram no sentido de desenvolver propostas para identificar as RS. No Quadro 5, seguem os principais seguidores de Moscovici, com as respectivas abordagens das teoria das RS.

QUADRO 5- AS DIFERENTES ABORDAGENS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Precursor	Abordagem	Características
-----------	-----------	-----------------



Denise Jodelet	Processual	Estuda as questões fundamentais da teoria das representações sociais por meio da sociogênese, a construção da representação a partir dos conceitos de objetivação e ancoragem. Jodelet foi a principal colaboradora de Serge Moscovici.
Willien Doise	Societal	A abordagem societal surgiu no grupo de Genebra, seus estudos são baseados nas concepções do indivíduo e/ou funcionamento societal, a partir da descrição detalhada dos sistemas de organização e de comunicações do grupo social. Apresenta em seus estudos a relação entre a linguagem, a ideologia e as representações sociais
Ivana Marková	Dialógica	A proposta idealizada por Marková estuda as representações sociais pelo viés da dialogicidade, já que a comunicação tem função fundamental na formação das representações sociais uma vez que são construídas no processo de interação entre as pessoas.
Jean-Claude Abric	Estrutural	É intitulada de Teoria do Núcleo Central (TNC), pois propõe um encaminhamento metodológico para análise do provável Núcleo Central das representações sociais. A TNC defende que as representações sociais são estruturadas em dois sistemas: o central e o periférico.

Fonte: Nagel, (2017, p. 57), com base em Jodelet (2001), Doise (2002), Marková (2006), Favoreto (2013), Arruda (2014).

Desses seguidores, prossegue-se com a abordagem da teoria da RS por Abric (1976, 1994, 1998, 2003) a qual, derivada da TRS de Moscovici, servirá de base para analisar a RS sobre educação especial/inclusiva de alunos de licenciatura em Química da UFPR, objetivo desta pesquisa.

Jean Claude Abric, juntamente com um grupo de pesquisadores participantes do “Grupo do Midi”, a partir dos estudos de Moscovici, propôs a abordagem estrutural das RS (ALVES-MAZZOTI, 2002). Esclarece a autora que uma das ocorrências que influenciaram a formação desse grupo de estudo foi o fato das RS apresentarem dois casos aparentemente contraditórios, de um lado, como as RS poderiam ser ao mesmo tempo, rígidas e flexíveis, e ainda como elas poderiam ser consensuais e marcadas pelas diferentes subjetividades?

Com questionamentos como esse, principalmente pelo texto: A psicanálise, sua imagem e seu público, de Serge Moscovici (2017), Abric (1998) retoma o conceito de núcleo figurativo de Moscovici (2017), indicando que há uma hierarquia de RS dentro do núcleo figurativo de Moscovici (SÁ, 2002).

Assim, Abric (1998) propõe a Teoria do Núcleo Central (TNC) - o qual se diferenciará do núcleo figurativo de Moscovici (2017) pela função organizadora



deste, ou seja, sua estrutura hierarquizada, na qual existem RS mais e menos importantes, o que pode:

[...] de uma certa maneira superar o simples quadro do objeto da representação para encontrar a origem diretamente nos valores que o transcendem e que não exigem, nem aspectos figurativos, nem esquematização nem mesmo concretização. (ABRIC, 1994a, p. 21).

Ainda, segundo o autor,

O essencial do núcleo central de uma representação social é exatamente constituído pelos valores associados ao objeto representado. Partilhar uma representação com outros indivíduos significa, então, partilhar com eles os valores centrais associados ao objeto concernido. Não é o fato de partilhar o mesmo conteúdo que define a homogeneidade do grupo em relação a um objeto de representação: é o fato de se referir aos mesmos valores centrais presentes no núcleo. Procurar o núcleo central, é então, procurar a raiz, o fundamento social da representação, que, em seguida modulará, se diferenciara e se individualizará no sistema periférico. (ABRIC, 2003, p. 40).

Desta maneira, a proposta de Abric (1994), é de que a representação se dará em torno de um Núcleo Central (NC) o qual determinará a sua significação e a sua organização interna. As RS se configuram hierarquicamente em torno de um NC com o objetivo de proteger esse núcleo, e garantir a continuidade e identidade dessa representação (ALVES-MAZZOTI, 2002, p.21). Assim, o núcleo central, relaciona-se com a natureza do objeto, com as vivências, com os valores e com as normas que caracterizam o indivíduo ou o grupo social.

Segundo Abric (1998, p. 31) o NC assumirá duas funções essenciais nas RS:

a) função geradora: ela é o elemento através do qual se cria, ou se transforma, o significado dos outros elementos constitutivos da representação. É através dele que os outros elementos ganham um sentido, um valor. b) função organizadora: é o núcleo central que determina a natureza dos elos, unindo entre si os elementos da representação. Neste sentido, o núcleo é o elemento unificador e estabilizador da representação.

Visto a importância do NC na RS para a determinação/identificação deste, é necessário considerar três características: i) valor simbólico, relação do

sujeito/grupo com o objeto de forma inegociável; ii) poder associativo, multiplicidade de sentidos sobre as noções centrais em relação com outros elementos da RS, e iii) saliência, que diretamente ligada às duas outras características, sintetizam e condensam o conjunto de significações (ALVES-MAZZOTI, 2002, p.21).

Juntamente com o NC, Abric (2002) apresenta uma novidade na abordagem da TRS: os sistemas periféricos que são elementos que vão trazer à RS a acessibilidade, vida e concretude (BERTONI; GALINKIN, 2017). Os elementos periféricos constituem a parte aplicada das RS, que segundo Abric (1998) respondem a cinco funções primordiais: i) concretização do NC; ii) regulação; iii) prescrição de comportamentos; iv) proteção do NC e v) modulações individualizadas. Não obstante, algumas dessas funções aparecem nas funções da ancoragem, a qual consiste em tornar familiar - no sistema cognitivo - algo que não o é, incorporando novos elementos em categorias conhecidas, de maneira que Abric (1998) acrescenta nessas funções o item iii) prescrição de comportamentos, no qual os sistemas periféricos funcionam como esquemas organizados pelo NC, garantindo o funcionamento instantâneo da RS.

Outra questão abordada por Abric, a qual segundo Alves-Mazzoti (2002) apresenta relevância para os educadores que pretendem estudar comportamentos e suas mudanças, é a relação entre as práticas sociais e as representações. Para as práticas sociais Abric (1994, p.217) apresenta o conceito definindo-o como “sistemas de ação socialmente estruturados e instituídos com relações a papéis”, tais quais não podem ser confundidos a comportamentos atomizados, no sentido de não ter associação com aspectos sociais (ALVES-MAZZOTI, 2002).

Tendo em vista discussões acerca da associação entre a influência das representações sobre as práticas, e ao contrário, a dissociação de representações e práticas sociais, Abric (1998, p.45) propõe que nesse contexto, a relação de representação e práticas sociais atua “como uma condição das práticas e as práticas como um agente de transformação das representações”. Deixa-se isso claro nessa pesquisa, pois, muitos estudos enfatizam um discurso determinista, por meio do qual defendem que as representações afetarão necessariamente as práticas, sem considerar as circunstâncias do meio, além das relações sociais estabelecidas neste ambiente (ALVES-MAZZOTI, 2002).

Desta maneira, sobre a transformação de uma RS, ela irá ocorrer se houver alteração no NC da representação, de modo que, se as alterações ocorressem nos sistemas periféricos de uma representação, esses sistemas agiriam de forma a conservar o NC, não implicando nas transformações dessas. Desta forma, “a transformação das representações pode ocorrer por mudanças ocasionadas na relação do grupo com o objeto, nas relações intergrupais, ou em outras mudanças do contexto social” (WACHELKE; CAMARGO, 2007, p. 384). Entre as transformações que podem ocorrer em uma RS, Alves-Mazzoti (2002) destacam três possibilidades: transformação resistente, progressiva e brutal:

**Transformação resistente** ocorre quando novas práticas contraditórias podem ser gerenciadas pelo sistema periférico usando mecanismos clássicos de defesa (como interpretações e justificativas *ad hoc*, racionalizações, referências a normas externas à representação), sem necessidade de introduzir mudanças ao NC.

[...] **transformação progressiva** ocorre quando as práticas novas não são tão contraditórias com o NC, permitindo que a transformação da representação se dê sem ruptura: os esquemas ativados pelas novas práticas vão progressivamente se integrando ao NC e se fundindo com seus elementos para construir um novo núcleo, e, portanto, uma nova representação.

[...] **transformação brutal** ocorre quando as novas práticas assumem um caráter irreversível e põem em questão a significação do NC sem a possibilidade de recurso a mecanismos defensivos. A importância dessas novas práticas e sua permanência engendra uma transformação completa do NC e, consequentemente, da representação. (ALVES-MAZZOTI, 2002, p.24).

Com a abordagem estrutural das RS, tem-se a possibilidade de existência de mais de um NC, ou ainda uma interdependência de uma RS a outra, de forma que “as representações sociais podem ser autonômas, isto é, possuírem um sistema central bem definido, ou não” (WACHELKE; CAMARGO, 2007, p. 384).

Em relação às RS autonômas e não autonômas, Flament (1994) considera que:

Se o conjunto das prescrições absolutas de uma representação social forma um sistema único falaremos de núcleo central, e diremos que a representação é autônoma [...]. Ao contrário, se as prescrições

absolutas formam diversos conjuntos organizadores, falar-se-á de uma representação não autônoma. (FLAMENT, 1994, p. 44)

No caso da existência de mais de um NC - definido como estudo comparativo das representações - a TNC sustenta que nesses casos, duas representações ou, duas condições sucessivas de uma representação, são consideradas como distintas, se, e somente se, o NC dessas representações forem notadamente distintos, caso isso não ocorra, como por exemplo, se apenas os sistemas periféricos se distinguirem, essa representação vai se diferenciar somente por aspectos singulares da historicidade individual ou intergrupal (SÁ, 1996). Em suma, “as manifestações da representação diferem apenas quanto às cognições periféricas condicionais, mas não quanto às cognições absolutas do sistema central” (SÁ, 1996, p. 24).

Para a interdependência de RS, que surgem principalmente a partir da introdução de um novo objeto social, é possível observar dois tipos de RS: encaixe e reciprocidade. Na relação de encaixe, segundo Wachelke e Camargo (2007, p. 384) “a representação social de um objeto dependente de outro contém o objeto hierarquicamente ‘superior’ de natureza normativa, como um elemento em seu sistema central”, nesse caso elas serão RS não-autônomas, se diferenciando em sua dimensão funcional.

Para a relação de reciprocidade, dois objetos sociais se apresentam no sistema central da outra representação, correspondendo à ordem funcional, característico da própria representação, ou seja, são sistemas cruzados de RS (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Nesse tópico foram abordados os principais pontos da estrutura da TRS (MOSCOVICI, 1961) e a TNC (ABRIC, 1994), na sequência é apresentada uma revisão sistemática da literatura sobre representações sociais sobre educação inclusiva.

### 2.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL/EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REVISÃO DA LITERATURA

Com o objetivo de levantar e discutir as produções nacionais sobre

Representações Sociais e a educação especial/inclusiva, foi realizada um levantamento bibliográfico de teses, dissertações e artigos tendo como foco um estudo exploratório que pudesse apresentar um panorama do que vêm sendo produzido sobre o tema.

O levantamento bibliográfico segundo Lakatos e Marconi (2010, p.142) “[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”. Dessa forma, ao realizar esse levantamento, foi possível obter uma visão amplificada das pesquisas sobre os processos de representação social na educação especial no cenário atual.

Visto a necessidade de realizar alguns recortes (espaciais e temporais) para possibilitar a análise de representações sociais no contexto da educação especial/inclusiva, foram selecionados artigos da área de Educação, que foram avaliados no sistema *Qualis* Capes nos estratos A1, A2, e B1 (Quadriênio 2013-2016); e as dissertações e teses sobre a Representação Social e Educação Especial/Inclusiva, na base de dados do Banco de Teses da Capes.

A etapa de levantamento bibliográfico de teses e dissertações se deu no período de junho e julho de 2019. Realizou-se a busca dos periódicos *on-line*, no Banco de Teses e Dissertações da Capes, nesta busca utilizou-se os termos: “Representação social; representações sociais, Serge Moscovici, Educação Especial”. Ainda na plataforma da CAPES, foram selecionadas as áreas de conhecimentos: Direitos especiais; Educação; Educação Especial visto a abrangência de resultados para todas as áreas.

Posteriormente, realizou-se um recorte temporal das produções no período de 2008 a 2019, justificando-se o início da pesquisa em 2008 em função da publicação nesse ano da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008b) que trouxe bases reflexivas para uma educação pautada na inclusão.

Foram selecionados os trabalhos que abordavam a temática de representação social e educação especial/educação inclusiva que estavam disponíveis na forma *on-line*.

No Quadro 6 estão descritos os 61 trabalhos encontrados, identificados como T as Teses, com D as Dissertações e A os artigos, além do ano em que as produções acadêmicas foram publicadas. Totalizando 32 dissertações, 12

teses e 17 artigos acadêmicos científicos, na base de dados utilizada.

QUADRO 6 - DISSERTAÇÕES E TESES ANALISADAS SOBRE RS E EDUCAÇÃO ESPECIAL

<b>Sigla</b>	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>
D1	2008	Representações sociais de professores sobre a inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares	Cristiane Correia Taveira
D2	2008	Representações sociais de professores sobre formação continuada em educação especial	Simone do Socorro Freitas do Nascimento
D3	2008	Inclusão escolar: Um olhar para a diversidade as representações sociais de professores do ensino fundamental da rede pública sobre o aluno com necessidades educacionais especiais	Vília Mariza Fraga Modesto
D4	2009	Inclusão Educacional de crianças com deficiência no município de João Pessoa: As representações sociais das mães	Francymara Antonino Nunes Assis
D5	2009	Representação social sobre educação inclusiva por professores de Cruzeiro do Sul - Acre	Ademarcia Lopes de Oliveira Costa
D6	2009	Representações sociais dos alunos de educação física da UFPE sobre a disciplina Educação Física Adaptada	Onassis Ferreira dos Santos
D7	2010	Representações Sociais de professores sobre a inclusão escolar de educandos com necessidades educacionais especiais	Roseane Rabelo Souza
D8	2011	As representações sociais dos participantes do curso Letras - Libras/EaD sobre surdos	Simone de Fátima Saldanha Carneiro Costa
D9	2011	Surdez e Inserção Profissional: representações sociais de universitários surdos.	José Carlos Miraglia Magaldi
D10	2011	As representações sociais de professores do ensino fundamental sobre o aluno surdo: a [in] visibilidade na inclusão escola	Andréa Pereira Silveira
D11	2011	As representações docentes sobre os estudantes incluídos nos cursos do IF Sul-Rio-Grandense, campus Charqueadas	Andreia Cabral Colares Pereira
D12	2012	Representações sociais de um grupo de professores sobre a educação inclusiva	Renata Cristina Domingos de Souza Lima
D13	2012	Inclusão no ensino superior: um estudo das representações sociais dos acadêmicos com deficiência visual da UFPB	Raphaela de Lima Cruz
D14	2013	Indicadores das representações sociais da superdotação na discursividade das professoras	Caroline Leonhardt Romanowski
D15	2013	A escolarização do estudante com deficiência intelectual nas representações sociais de professores de ensino médio	Katia Rosa Azevedo
D16	2014	O instituído e o vivido na formação docente para a educação Inclusiva: Representações sociais de professores egressos do Curso de Licenciatura em Biologia do IFPA	Ermelina Nóbrega De Magalhães Melo
D17	2014	Representações sociais de discentes do curso letras de libras da UEPA acerca da pessoa surda	Cyntia Franca Cavalcante De Andrade Da Silva
D18	2015	Educação inclusiva e representação social: Os desafios subjetivos para a realização do processo de ensino-aprendizagem e de sociabilidade	Nathalia Sayuri Yamada



D19	2015	Representações Sociais de educandos surdos sobre a atuação do Intérprete Educacional no Ensino Superior	Waldma Maíra Menezes de Oliveira
D20	2015	Representações sociais de professoras a respeito do atendimento educacional especializado para alunos surdos	Huber Kline Guedes Lobato
D21	2016	Representações sociais de professores sobre inclusão e o projeto político pedagógico: a escola em movimento	Mariana Paula Pereira Scavoni
D22	2016	Representações sociais acerca da educação inclusiva na formação inicial de professores: Um estudo com licenciandos-bolsistas pibid de uma licenciatura em química	Camila Pereira De Camargo
D23	2016	Representação social dos professores de aluno com autismo sobre os processos de ensino e aprendizagem	Claudia Elci Bervig Lemos
D24	2016	Representações sociais e práticas docentes no IFSP: A educação de pessoas com deficiência	Claudia Abboud Aranega
D25	2016	Representações de professores sobre a inclusão escolar	Ana Paula Abdalla
D26	2017	Representações sociais de professores do ensino fundamental I em exercício: os sentidos no contexto da(s) diferença(s)	Emille Gomes Paganotti
D27	2017	Pesquisa em educação inclusiva: Representações dos docentes das salas de recursos multifuncionais sobre o professor- pesquisador	Eline Freitas Brandao Barbosa
D28	2017	O processo de inclusão: Objetivação e Ancoragem do primeiro aluno surdo numa instituição de Ensino Superior	Elza Maria do Socorro Da Silva
D29	2017	A gênese das representações sociais sobre o trabalho do segundo professor na perspectiva da educação inclusiva	Natália Silveira Lima
D30	2017	As representações sociais: como elas moldam a realidade surda	Louise Mesquita Costa
D31	2018	Perspectivas de futuro profissional das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas	Elisângela Leles Lamonier
D32	2018	Representações sociais de tecnologia assistiva de professores e responsáveis por alunos com deficiência visual	Thiago Parreira Sardenberg Soares
T1	2008	Criatividade e inclusão na formação de professores: Representações e Práticas Sociais	Kátia Regina Xavier da Silva
T2	2010	Formas do trabalho docente em duas escolas especiais de surdos: estudos históricos e de representações sociais	Jose Anchieta de Oliveira Bentes
T3	2014	Formação Continuada E Representação Social: Implicações para a Educação Inclusiva	Ademarcia Lopes de Oliveira Costa
T4	2015	Representações docentes: o olhar para o aluno com mucopolissacaríde tipo VI do município de Monte Santo-Bahia	Cristina Bressaglia Lucon
T5	2015	Representações Sociais de Professores Acerca da Inclusão Escolar: Elementos para uma discussão das práticas de ensino	Antonio Eugenio Cunha
T6	2015	Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: Representações Sociais que produzem sentidos e (re)desenham cenários	Denise de Oliveira Alves
T7	2015	A pessoa com deficiência física: Representações sociais de alunos de cadeiras de rodas sobre a escolarização e as implicações no processo formativo	Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa
T8	2016	As representações sociais de pessoa com deficiência dos estudantes dos cursos de pedagogia: quando a educação inclusiva interroga a formação docente	Mariana Paula Pereira Scavoni

T9	2016	Sinais de escolarização e as repercussões nos projetos de vida: Representações sociais de universitários Surdos	Arlete Marinho Gonçalves
T10	2017	A Deficiência Intelectual Nos Discursos e nas práticas de jovens nativos na Pedagogia de orientação inclusiva: Um estudo em representações sociais	Katia Rosa Azevedo
T11	2017	A Representação Social dos professores de surdos sobre o ensino de libras e língua portuguesa no ensino fundamental I	Sandra Regina Leite de Campos
T12	2018	Representações sociais sobre inclusão na formação inicial de professores Niterói - RJ 2018	Sandra Cristina Moraes de Souza
A1	2009	“Sem amor não se consegue desenvolver um bom trabalho” análise das representações sociais de professoras sobre inclusão escolar	Edneia Rodrigues Abulquerque; Laêda Bezerra Machado
A2	2010	Concepções de coordenadoras de CMEI e o paradigma da inclusão na educação da primeira infância	Nájela Tavares Ujiie; Anizia Costa Zych
A3	2010	O que pensam as crianças ouvintes a respeito da inclusão de crianças surdas no estudo regular: um estudo comparativo de crianças brasileiras de uma escola pública e uma escola privada	Beatriz Bargas Dorneles; Virgínia Bedin; Isabel Cristina Peregrina Vasconcelos; Rosane da Conceição Vargas
A4	2010	Representações sociais de professores acerca do aluno com deficiência: A prática educacional e o ideal do ajuste à normalidade	Carlo Ralph De Musis; Sumaya Persona de Carvalho
A5	2011	As representações sociais dos licenciandos de física referentes à inclusão de deficientes visuais	Maria da Conceição de Almeida Barbosa Lima; Maria Auxiliadora Delgado Machado
A6	2011	A representação social do aluno com deficiência na educação inclusiva: o olhar das crianças	Karina Mendonça Vasconcellos; Maria de Fátima Souza Santos; Angela Maria Oliveira Almeida
A7	2012	Representações Sociais dos Educadores de Infância e a Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais	Francisca M. Rocha Almas Fragoso; João Casal
A8	2012	Representações Sociais de Professores sobre o Autismo Infantil	Michele Araújo Santos e Maria de Fátima de Souza Santos
A9	2014	Crianças Indígenas Kaiowá e Guarani: Um estudo sobre as representações sociais da deficiência	Marilda Moraes Garcia; Vânia Pereira da Silva



A10	2014	Dados de Investigação em Ciências da Educação e em Artes Visuais: testemunho para a construção da Escola Inclusiva	Maria Odete Emygdio da Silva
A11	2016	Narrativas autobiográficas de surdos ou de pessoas com deficiência visual: Análise de identidade e representações	Janete Inês Muller; Felipe Leão Milanes
A12	2017	Representações sociais do aluno portador de transtorno mental e sua inclusão na escola: a visão de professores do ensino fundamental	Isabela Silveira de Farias; Denise Freire Teles Campos
A13	2017	Pensamento social e educação: concepção de escola e avaliação da inclusão por parte de mães de alunos deficientes de São Gonçalo	Ielva Maria Costa de Lima Ribeiro; Rafael Moura Coelho Pecly Wolter; Marsyl Bulkool Mettrau
A14	2018	Educação inclusiva e as representações dos estudantes sobre seus pares com deficiência	Molise de Bem Magnabosco; Leonardo Lemos De Souza
A15	2018	O olhar social da deficiência intelectual em escolas do campo a partir dos conceitos de identidade e de diferença	Debora Teresa Palma; Relma Urel Carbone Carneiro
A16	2018	Desconstruindo Representações Sociais: Por uma Cultura de Colaboração para Inclusão Escolar	Rosana Glat
A17	2019	A relação da escolarização e os efeitos para a escolha do projeto de vida de estudantes surdos	Arlete Marinho Gonçalves

FONTE: Organizado pelas autoras a partir de dados do Banco de Dissertações e Teses da CAPES (2019).

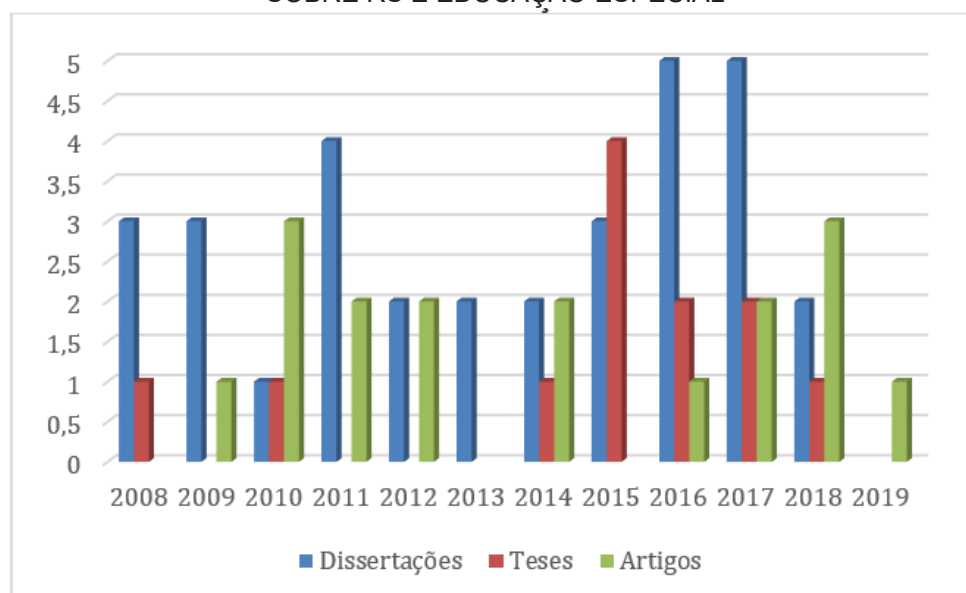
Para analisar esses trabalhos, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, que segundo Souza, Silva e Carvalho (2010, p.102) “é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”, o que proporcionou um panorama mais aprofundado sobre a RS e a EE/EI por meio da análise qualitativa dos objetivos e resultados apresentados nessas 61 produções.

Ao observar a distribuição desses 60 trabalhos relacionados no Quadro 2, que tratam da RS e educação especial/inclusiva, no período de 2008 a 2019, percebe-se que o primeiro trabalho selecionado conforme os critérios estabelecidos, aparece em 2008, e há um crescente aumento na produção de dissertações nos anos seguintes, quando comparado com a produção de teses no mesmo período.

Ao longo dos anos o número de dissertações cresceu consideravelmente, conforme pode ser verificado no Gráfico 1. Destacam-se os anos de 2015 e 2016 juntamente com 2017 que apresentam o maior número

teses e dissertações, respectivamente e 2010 para o maior número de artigos.

GRÁFICO 1: CRESCIMENTO NO NÚMERO DE TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS SOBRE RS E EDUCAÇÃO ESPECIAL



FONTE: organizado pelas autoras a partir de dados do Banco de Dissertações e Teses da CAPES.

Ao analisar as produções do Quadro 6 foi possível identificar cinco diferentes focos das pesquisas desenvolvidas no recorte temporal adotado, de acordo com a representação social almejada, sobre os aspectos da educação especial e/ou os participantes que nela se encontram, sendo elas: 1) Processos inclusivos; 2) Conhecimento sobre as deficiências; 3) Processos Formativos; 4) Acessibilidade e 5) Inserção profissional.

Os trabalhos classificados como ‘Processos Inclusivos’ (T5, T6, T12, D1, D4, D5, D7, D12, D13, D15, D21, D22, D25, D26, D28, D29, A1, A2, A3, A5, A7, A10 e A13.) foram os que tiveram maior frequência (23), caracterizados por apresentar objetivos referentes à representação social sobre a inclusão, ou processos que envolvem a inclusão, conforme os trechos abaixo:

**T5:** [...] o objetivo deste estudo foi investigar as representações sociais de professores acerca da inclusão escolar.

**D5:** [...] investigar a representação social sobre educação inclusiva para os professores atuantes nas redes de ensino regular públicas de Cruzeiro do Sul/AC.

**D7:** Esta pesquisa de campo tem como objetivo analisar como os professores de uma escola pública de Belém constroem suas

representações sociais sobre a inclusão escolar a partir do ensino-aprendizagem com alunos com necessidades educacionais especiais.

**D13:** [...] tem como objetivo principal analisar as representações sociais de estudantes com deficiência visual frente à sua (ex) inclusão na Universidade Federal da Paraíba.

**A2:** [...]buscou investigar as representações sociais acerca da inclusão, de cinco coordenadoras da educação infantil, educadoras da infância em potencial, uma vez que estão implicadas com a organização e orientação da dinâmica educacional a ser desenvolvida no âmbito dos centros.

Os trabalhos classificados como ‘Conhecimento sobre a(s) deficiência(s)’ representam 18 produções (T4, T8, T10, D3, D8, D10, D11, D14, D17, D18, A5, A6, A8, A9, A11, A12, A14 e A15), os quais tinham como objetivo investigar o conhecimento da RS sobre a(s) deficiência(s) em geral, ou alguma deficiência em específico, como é possível observar nos trechos abaixo:

**T4:** Teve por objetivo pesquisar a representação social do professor de Monte Santo-BA acerca do aluno com uma doença genética rara: a mucopolissacaridose tipo VI.

**T8:** Esta pesquisa teve como objetivo compreender as representações sociais de “pessoa com deficiência” dos estudantes dos cursos de Pedagogia, de Instituições de Ensino Superior da cidade do Recife e Região Metropolitana.

**T10:** [...] o objetivo principal deste trabalho foi o de conhecer e analisar as representações sociais que os jovens de ensino médio (EM) têm sobre deficiência intelectual e sobre inclusão de colegas com tal diagnóstico nesse segmento de ensino.

**D3:** Este estudo buscou analisar as representações sociais de professores que atuam em escolas inclusivas da rede pública de ensino acerca do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEES).

**A8:** Este trabalho teve o objetivo de investigar, a partir da teoria das representações sociais, as ideias de senso comum que circulam entre professores acerca do autismo infantil.

**A14:** O objetivo desta pesquisa foi identificar as representações que os estudantes sem deficiência elaboram sobre a criança com deficiência física no cotidiano escolar.

Sobre as pesquisas que tinham como foco os ‘Processos Formativos’, foram encontradas 13 produções que traziam em seus objetivos o estudo da RS

na formação de professores (T1, T2, T3, T7, T9, D2, D16, D23, D24, D27, A5, A16 e A17). Os processos formativos se referem à formação de professores da educação básica (ensino fundamental, médio e técnico), formação inicial e formação continuada, de acordo com os trechos abaixo:

**T3:** cujo objetivo voltou-se a identificar a influência da formação continuada na (re) construção das representações sociais de educação inclusiva e de alunos com deficiência dos professores do Ensino Fundamental.

**T7:** O estudo teve como objetivo geral compreender as representações sociais dos alunos universitários com deficiência física, usuários de cadeira de rodas sobre sua escolarização e a influência no processo formativo.

**T9:** Esta tese teve como objetivo analisar a constituição das Representações Sociais de Surdos universitários acerca dos processos de escolarização e as repercussões em seus projetos de vida.

**D2:** Esta pesquisa tem como objetivo estudar as representações sociais de professores acerca da formação continuada em Educação Especial.

**A16:** discute a cultura de colaboração entre os professores sob a perspectiva das representações sociais estereotipadas e a função dos educadores frente à escolarização de alunos com deficiências.

**A17:** O estudo tem como objetivo apreender a relação da escolarização e os efeitos para a escolha do projeto de vida de estudantes Surdos.

Em relação à 'Acessibilidade' foram identificados 5 trabalhos. Nessa categoria, foram considerados os trabalhos que abordavam a RS a sobre a acessibilidade em suas diferentes dimensões, como explica e exemplifica Sassaki (2009):

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, 2 estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (SASSAKI, 2009, p.1).

Assim sendo, a partir dessa definição, identificou-se nesses trabalhos as

dimensões: comunicacional (T11), metodológica (D6, D20) instrumental (D32) e atitudinal (D19), expressa nos excertos:

**T11:** [...] tem como objetivo investigar, a partir das perspectivas de professores surdos e ouvintes de sujeitos surdos, as representações sociais do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa do Ensino Fundamental I, na Educação Bilíngue para Surdos, buscando explicitar quanto essas representações interferem na prática docente desses profissionais.

**D6:** Esta pesquisa trata das Representações Sociais dos alunos de Educação Física da UFPE sobre a disciplina Educação Física Adaptada.

**D19:** O objetivo geral da pesquisa é analisar as representações sociais de educandos surdos sobre o Intérprete de Língua de Sinais, no contexto educacional, buscando identificar as implicações destas representações na aprendizagem e no processo de inclusão educacional dos educandos surdos.

**D20:** O estudo teve como principal objetivo identificar e analisar as RS de professoras a respeito do AEE destinado a alunos Surdos e a influência dessas representações para a prática pedagógica destas professoras em Breves.

**D32:** O objetivo dessa pesquisa foi analisar e comparar as representações sociais de Tecnologia Assistiva elaboradas por professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e por responsáveis por alunos deficientes visuais que estudam em uma escola especializada e em uma escola regular.

Em relação ao escopo dos estudos sobre 'Inserção profissional', encontrou-se dois trabalhos que buscavam identificar a RS sobre a inserção profissional e futuro profissional de pessoas com deficiências, conforme trechos abaixo:

**D9:** Essa pesquisa teve como objetivo investigar representações sociais de universitários surdos sobre inserção profissional.

**D31:** O objetivo deste estudo é compreender as representações sociais das pessoas com deficiência e com outras necessidades educacionais específicas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Iporá, sobre suas perspectivas de futuro profissional, bem como identificar e analisar as legislações que amparam a educação inclusiva, no âmbito das políticas públicas educacionais que resguardam seus direitos, tanto educacional como profissional.

Ao categorizar os principais resultados das pesquisas realizadas e

registradas nos resumos dos 61 trabalhos foram identificados os principais resultados, sendo que, apenas um trabalho não especificou os resultados encontrados no resumo (D23). Desta forma, analisou-se os 60 trabalhos buscando identificar os resultados sobre as representações sociais encontradas ao final da pesquisa realizada. Após a análise, foi possível categorizar se a representação social (RS) dos participantes da pesquisa foram: 1) RS excludentes; 2) RS mistas (inclusivas e excludentes); 3) RS inclusivas ou 4) RS ressignificadas.

As 'RS excludentes' aparecem na maior parte das produções totalizando 27 trabalhos (T5, T7, T11, D1, D2, D3, D4, D5, D10, D25, D26, D28, D29, D30, A1, A2, A4, A5, A6, A8, A10, A12, A13, A14, A15, A16 e A17). Essas produções trouxeram em seus resultados uma RS que não favorecem a inclusão do público da educação especial, como pode ser observado nos excertos:

**T5:** [...] os resultados desta pesquisa, ainda que não generalizáveis, mostram indícios de fatores que são constitutivos das representações sociais dos professores, incidindo sobre suas práticas [...]. Os aspectos simbólicos de tais práticas, que **constituem uma inclusão segregada** (grifo nosso).

**D1:** Os dados indicam que a situação de inserção do aluno com deficiência ameaça a segurança dos professores, em termos de vigília e de controle. Apontam-se **indícios da condição de isolamento do aluno com deficiência**, localizado nas primeiras carteiras e vigiado em suas atitudes e comportamentos (grifo nosso).

**D3:** Identificou-se que as representações sociais dos professores participantes desta pesquisa, sobre os alunos com necessidades educacionais especiais, estão aliadas às crenças, às convenções e à tradição que ao longo da história e da cultura educacional vem reforçando a imagem do aluno com necessidades educacionais especiais, associada à **concepção de deficiência** e de aluno que **foge ao 'padrão'** (grifo nosso).

**D4:** predomina nos seus discursos a representação de uma escola pública marcada pelo **descaso com a escolarização das crianças com deficiência e por práticas discriminatórias** que dificultam a construção de sistemas escolares inclusivos, a inclusão social e a conquista da cidadania (grifo nosso).

**D10:** Concluiu-se que os docentes do ensino regular **enfrentam barreiras no processo de inclusão escolar** do aluno surdo, pois atribuem imagens e sentidos excludentes, bem como a prática pedagógica revela aspectos que necessitam ser problematizados (grifo nosso).

**D25:** Como resultados, verificamos que as representações trazidas pelas professoras fazem parte do senso comum, isto é, argumentam

que **é difícil ensinar o aluno com deficiência** na sala de aula regular, pois lhes faltam formação adequada para trabalhar com essa clientela (grifo nosso).

**D28:** Os resultados desta pesquisa foram tratados a partir da análise da instituição de ensino superior, análise dos professores e análise do aluno surdo. Esses resultados demonstraram que **não houve um processo de inclusão e sim de integração** (grifo nosso).

**A5:** O resultado mostrou que o tema inclusão não mobiliza os licenciandos, não constituindo uma representação social. Por outro lado, a ideia de o ensino de Física estar associado com dificuldade que só pode ser enfrentada por estudantes segundo um padrão de normalidade é um objeto de representação social, uma vez que se apresentou como um fenômeno capaz de gerar concepções, opiniões e atitudes ora contraditórias ora convergentes. Esse resultado é um indicador de que **nostros estudantes ainda não aceitam que deficientes visuais possam aprender física** (grifo nosso).

**A14:** Como resultados, podemos elencar **a prevalência do modelo médico sobre as deficiências, que se desdobram em preconceito e estigmatização**. As representações foram centralizadas nas limitações do sujeito com deficiência e na atribuição, a ele, de sentimentos negativos. A partir disso, verifica-se a necessidade da promoção da compreensão da inclusão fundamentada em uma perspectiva social (grifo nosso).

Foram identificadas 15 produções (T2, T8, T9, D7, D9, D12, D13, D15, D16, D20, D21, D31, D32, A3 e A7) que tiveram em seus resultados representações mistas (inclusivas e excludentes), tanto pelo fato da pesquisa possuir mais de um grupo, quanto pelo discurso dos participantes que fomentam uma inclusão-excludente, pois, ora reconhecem os processos inclusivos como fundamentais, mas revelam também a falta de recursos para que a inclusão ocorra, como conforme trechos abaixo:

**T2:** Os resultados indicam discursos capacitistas e normalizadores, mas também, já se constata afirmações e ações que no trabalho docente vão ser caracterizados de disnormalizadores.

**T8:** Os resultados do estudo revelaram que as representações sociais de “pessoa com deficiência”, dos dois grupos, são diferentes, porque os núcleos centrais são diferentes. O núcleo central dos iniciantes está ancorado no sentido especial, que significa utilizar a ótica da diferença para representar essas pessoas, sem considerar a diferença, uma característica do ser humano que precisa ser respeitada e valorizada. O núcleo central dos concluintes está ancorado no sentido inclusivo, significando que esses futuros docentes terão mais possibilidades de (re) pensar a diferença com outro olhar, reconhecendo as potencialidades, limites e habilidades dessas pessoas, compreendendo que para uma educação ser inclusiva.



**D9:** Os significados expressos nas entrevistas indicam o conflito entre duas posições [...] por um lado, entre as pessoas que se comunicam majoritariamente em língua portuguesa dominante no ambiente de trabalho parece prevalecer a visão clínica da surdez em que o surdo é visto como deficiente; por outro lado, entre os surdos prevalece o enfoque mais atual identificado com as culturas surdas.

**D13:** [...] predominou, na fala dos alunos, a representação de uma inclusão excludente, no que se refere, principalmente, à ausência de material pedagógico adaptado e barreiras arquitetônicas e atitudinais, visto que a realidade ainda se encontra afastada da proposta de inclusão.

**D21:** As representações sociais revelaram-se não lineares, sendo predominantemente voltadas às impossibilidades para a edificação de uma escola inclusiva, ao passo que no projeto político-pedagógico houve maior ênfase aos avanços e a um trabalho visando conquistas relativas à inclusão escolar.

**A3:** O estudo demonstra que os alunos têm a intenção de realizar alguma forma de comunicação com a criança surda e de promover momentos de integração dentro e fora do ambiente de sala de aula, embora demonstrem um discurso de certa forma protetor em relação a esse sujeito que consideram não apto, mas ainda capaz de se comunicar. Compreender como crianças ouvintes poderiam relacionar-se e incluir uma criança surda em sala de aula levanta possibilidades de novas formas de pensar a preparação de tais crianças para eventuais processos de inclusão. Reconhecer as ideias, sentimentos e formas de comunicação das crianças auxilia as instituições educacionais a investir em políticas de inclusão.

Foram identificadas 11 produções (T4, T6, T10, T12, D8, D11, D14, D17, D18, A9 e A11) que trouxeram em seus resultados 'RS Inclusivas' sobre o público da educação especial, na perspectiva da inclusão, conforme trechos a seguir:

**T6:** O **predomínio de representações favoráveis à inclusão** de Pessoas com Deficiência na Educação Superior nos contextos empíricos investigados sugere um avanço conceitual e nas práticas educacionais com relação à educação inclusiva (grifo nosso).

**T12:** Os resultados demonstraram que **o 'respeito' emergiu como o núcleo central das representações sociais sobre inclusão**, o que sinaliza os aspectos subjetivos, psicológicos e sociais relacionados ao tema. [...] Os resultados apresentados pelos discentes e pelos docentes apontaram que a inclusão é concebida como uma meta na educação, pronunciada pelos discursos que a envolvem - **o 'respeito', a 'acessibilidade', a 'igualdade', o 'direito'**, entre outros (grifo nosso).

**D14:** Constatou-se que **as representações mais fortes e recorrentes das professoras** em relação às características dos estudantes que apresentam comportamentos de **superdotação são a inteligência, a**



**esperteza, a curiosidade e a postura de serem questionadores** (grifo nosso).

**D18:** [...] os resultados da pesquisa apontam que muito já se alcançou desde que se começou a pensar no processo de inclusão, principalmente no que diz respeito à **concepção dos professores** em relação às pessoas com deficiência, **como indivíduos capazes e com direitos iguais** (grifo nosso).

**A11: Narrando e resistindo a representações pejorativas**, esses sujeitos tencionam processos de normalização, auto afirmam suas posições identitárias em grupos minoritários e **reivindicam o direito à diferença**. Uma inclusão não excludente permite a acolhida ao diferente e a “sensação de inclusão”, potencializando suas possibilidades de aprendizagem (grifo nosso).

Foram identificadas 7 produções (T1, T3, D6 D19, D22, D24 e D27) em que as representações iniciais dos participantes foram ressignificadas, a partir de algum tipo de intervenção, evidenciando mudanças das mesmas. O que se depreende a representação como forma de (re)pensar mudanças futuras, como expressos nos excertos abaixo:

T1: Com base nos resultados [...] analisei como as representações sociais da inclusão são (re) criadas no contexto desta intervenção específica e sugeri algumas alternativas à formulação de políticas de formação inicial de professores de Educação Física com vistas à concretização do movimento da inclusão em Educação.

T3: Notamos que embora os docentes critiquem o caráter estanque e limitado dos cursos de formação continuada que têm frequentado, revelam representações sociais de educação inclusiva e de aluno com deficiência, embasados nas teorias e conceitos advindos de tais cursos, o que caracteriza a formação continuada como um dos elementos que influenciam seus discursos e ações.

D6: [...] percebeu-se que a disciplina EFA oferece condições de mudanças de pensamentos, preparando o futuro professor de educação física a situações de trabalho com pessoas com necessidades educacionais especiais. Disciplina contribuiu para a prática pedagógica, pois os saberes que foram abordados se referiam à deficiência, possibilitando o conhecimento das dificuldades, das limitações e as adversidades pelas quais as pessoas com necessidades especiais passam, não só nas atividades das aulas, mas nas tarefas diárias, dando a oportunidade aos alunos de criarem situações que favoreçam a inclusão.

D22: Assim, conclui-se sobre a urgência de modificações na formação acadêmica de professores voltada para o processo inclusivo e na valorização do projeto Pibid, que se apresenta como uma experiência significativa, mas que necessita ser aliada à um melhor preparo para a realidade encontrada dentro das salas de aula da Educação Básica do país.

D24: As categorias temáticas identificadas evidenciaram que não é possível afirmar que haja uma única representação associada aos estudantes com deficiência, dada à multiplicidade de simbolizações associadas às mais diversas deficiências. Por outro lado, as informações, as atitudes e as imagens identificadas permitiram afirmar que é imperativa a formação de professores para as singularidades dos estudantes, tomando-se em consideração as possíveis dinâmicas de sala de aula.

Desta forma, os resultados encontrados, foi possível observar que a maior parte das representações encontradas foi considerada como as que contribuem para a exclusão, sendo a ressignificação da representação na formação inicial docente, uma das principais formas citadas para melhoria desse cenário.

Em relação aos trabalhos em que o contexto da pesquisa foi a formação inicial, identificou-se apenas 7 trabalhos no universo dos 61 encontrados. O que justifica a realização dessa pesquisa, conforme os trechos selecionados:

D6: Após as análises, percebeu-se que a disciplina Educação Física adaptada **oferece condições de mudanças de pensamentos**, preparando o futuro professor de educação física a situações de trabalho com pessoas com necessidades educacionais especiais. (grifo nosso).

D15: Acreditamos que a presente pesquisa contribui na medida em que socializa indicadores de sucesso, **bem como de obstáculos em relação à formação e à experiência dos professores** com jovens com DI em classes regulares de ensino médio. (grifo nosso).

D16: A pesquisa ainda revela representações sociais que permeiam as construções psicossociais sobre formação e educação inclusiva, indicando que **entre os valores e os conhecimentos priorizados para pensar e, consequentemente agir estão fortemente vinculados aceitação das diferenças a partir de ações solitárias**, ou seja, de um protagonismo individual. (grifo nosso).

D17 Os resultados indicam que 19% dos discentes do curso de Letras-Libras pautaram suas Representações Sociais nos discursos da normalidade os quais afirmaram que “o surdo é deficiente”, “o surdo apresenta uma anomalia auditiva”; 51,7% pautaram no discurso da diversidade os quais afirmaram que o surdo “é igual a qualquer outro”, “é igual ao ouvinte”; e 29,3% apresentaram Representações Sociais pautadas na diferença como alteridade os quais afirmaram que o surdo “é visual”, o surdo “é usuário da Libras” e o “surdo é bilíngue”. Conclui-se que **a maioria das Representações Sociais apresentadas estão pautadas no discurso da diversidade**, porém a diferença como alteridade também apresenta um número significativo de representações, o que leva a crer que **o curso contribui para desconstrução de Representações Sociais negativas acerca da pessoa surda** (grifo nosso).

D22: Considerando que há **um déficit na formação de professores de Química para atuar com alunos que possuam alguma deficiência, transtorno global de desenvolvimento ou super habilidades/superdotação**, o Pibid se torna um importante processo formativo e experiencial, embora tenha sido observado que conceitos, que seriam desejáveis estar no Núcleo Central da RS de futuros professores, ainda estão nos sistemas periféricos dos mesmos. Assim, conclui-se sobre a urgência de modificações na formação acadêmica de professores voltada para o processo inclusivo e na valorização do projeto Pibid, que se apresenta como uma experiência significativa, mas que necessita ser aliada à um melhor preparo para a realidade encontrada dentro das salas de aula da Educação Básica do país (grifo nosso).

A5: O resultado mostrou que **o tema inclusão não mobiliza os licenciandos**, não constituindo uma representação social. Por outro lado, a ideia de o ensino de Física estar associado com dificuldade que só pode ser enfrentada por estudantes segundo um padrão de normalidade é um objeto de representação social, uma vez que se apresentou como um fenômeno capaz de gerar concepções, opiniões e atitudes ora contraditórias ora convergentes. Esse resultado é um indicador de que nossos estudantes ainda não aceitam que deficientes visuais possam aprender física. (grifo nosso).

T8: Ao final deste estudo, destacamos a **importância da formação inicial de professores, em tempos de inclusão, contemplar além dos conteúdos específicos de Educação Inclusiva**, experiências com pessoas com deficiência, pois certificamo-nos de que essas experiências contribuem para a construção de representações sociais acerca dessas pessoas, mais coerentes com os aportes da Educação Inclusiva, conforme preconizado no início deste estudo. (grifo nosso).

T12: Os resultados apresentados pelos discentes e pelos docentes apontaram que **a inclusão é concebida como uma meta na educação**, pronunciada pelos discursos que a envolvem - o 'respeito', a 'acessibilidade', a 'igualdade', o 'direito', entre outros. Em linhas gerais, acreditamos que o ambiente social, os documentos oficiais, a escassez de disciplinas que enfoquem essa temática e as representações sociais dos professores sobre essa temática são os responsáveis pela resistência do núcleo central das representações, o que dificulta sua mudança. **Essa realidade desperta preocupação quanto à formação dos futuros professores**, pois eles entendem que a inclusão está vinculada predominantemente aos discursos oficiais, que regulam e mantêm inalteradas as representações sociais. (grifo nosso).

Com base nos fragmentos destacados pode-se dizer que não existe convergência de ideias pelos participantes das pesquisas quanto às RS sobre a educação inclusiva, enquanto os trabalhos D6 e D17 demonstram resultados positivos quanto à RS sobre a temática, os trabalhos D16 e A5 mostram que pouco ou nada mobilizou a representação dos futuros professores.

Ainda assim, destaca-se que os trabalhos D15, D22, T8 e T12, expressam uma preocupação em relação ao tema, atribuindo à formação inicial

o papel essencial para proporcionar mudanças significativas quanto à representação sobre a educação especial/inclusiva.

Nesse sentido, concorda-se com Mantoan (2003, p. 43) acerca da formação inicial de professores, que:

Se, de um lado, é preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, de outro, não se pode descuidar da realização dessa formação e deve-se estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem, para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, e também a como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais. [...] a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda. (MANTOAN, 2003, p. 43)

Desta maneira, embora Mantoan (2003) não adentre nos aspectos relativos à influência das RS na prática docente, a mesma reconhece a importância da maneira como os professores em formação inicial são inseridos neste contexto e como “reagem às novidades”. Por isso, uma formação com vistas à inclusão requer repensar em atitudes que promovam mudanças, que considerem, também, as representações que esses professores trazem a respeito do que é para eles considerado novo no ambiente escolar, nesse caso o aluno público alvo da educação especial. Assim, como explica Fonseca e Pimenta (2012, p. 6), “as medidas em prol da inclusão educacional devem superar efetivamente as condições que no passado produziram a exclusão e promover a justiça social” e ainda,

As ações não podem dar-se isoladamente, elas precisam ser articuladas coletivamente para que a desigualdade social seja amenizada, a escola não é uma instituição isolada, ela está situada em um contexto histórico que precisa ser considerado no momento que as políticas são criadas (FONSECA; PIMENTA, 2012, p.10).

Deste modo, ao analisar o contexto de produções acadêmicas, conjuntamente a emergência de efetivação das políticas públicas, o modo como a formação de professores vem abordando os aspectos referentes à educação

especial/inclusiva deve ser repensada, visto que:

Os excluídos já foram incluídos na escola, agora, precisamos avançar neste processo, não basta dizer que todos têm o direito ao acesso, abrir as portas da escola e esperar que aqueles que por anos não tiveram acesso à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, simplesmente passem a se sentir cidadãos de direito, sendo que historicamente foram excluídos de tudo isto. (FONSECA; PIMENTA, 2012, p. 8).

Por isso acredita-se que ao analisar as RS dos licenciandos em Química, participantes de uma disciplina que contempla a temática da Educação Especial/Inclusiva, é possível compreender como os novos conhecimentos sobre essas temáticas está sendo assimilada e interpretada, a partir da identificação do núcleo central e sistemas periféricos das representações sociais desses futuros professores. O que pode contribuir para rever a concepção de como uma disciplina dessa natureza aborda esse tema, e se a mesma impacta a compreensão sobre educação especial/inclusiva no contexto educacional, dos licenciandos em Química da UFPR.

### 3. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, apresenta-se os caminhos metodológicos utilizados na elaboração de nossa pesquisa. Discute-se a natureza da pesquisa; os procedimentos éticos para condução da pesquisa; os participantes e o contexto da pesquisa; a etapa de constituição de dados, que inclui a escolha dos participantes da pesquisa; e a técnica de associação livre de palavras, que permitiu analisar as representações sociais de alunos de Licenciatura em Química sobre educação especial/inclusiva. Por último, apresenta-se a metodologia empregada na análise dos dados.

#### 3.1 NATUREZA DA PESQUISA

No sentido de identificar e analisar a representação social de licenciandos em Química da Universidade Federal do Paraná optou-se por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa.

Considera-se que realizar uma pesquisa de natureza qualitativa vem ao encontro do objetivo geral da pesquisa mencionado acima, pois, tal estudo se desenvolve “numa situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 20).

Essa metodologia visa compreender e descrever os fenômenos sociais, no interior do contexto em que ocorrem de diversas maneiras diferentes: analisando as experiências de indivíduos ou grupos, por meio de relatos e histórias; examinando as interações e comunicações que estejam se desenvolvendo; investigando documentos ou traços semelhantes de experiências ou interações. Segundo Gibbs (2009):

[...] os dados qualitativos são essencialmente significativos, mas, mais do que isso mostram grande diversidade. Eles não incluem contagens e medidas, mas sim praticamente qualquer forma de comunicação humana - escrita, auditiva ou visual; por comportamento simbolismos ou artefatos culturais. (GIBBS, 2009, p.17)

Nesse contexto, optou-se por utilizar a observação participante como técnica de investigação. Segundo Schwartz e Schwartz (1995) a observação participante é definida como:

Um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto de observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por esse contexto. (SCHWARTZ; SCHWARTZ, 1995, p. 355)

Desta forma, com a técnica da observação participante, tem-se a possibilidade de constituir os dados da pesquisa com a premissa de que o pesquisador é o principal instrumento da investigação. Desta maneira, tem-se a oportunidade de entender o comportamento real dos participantes *in loco*, assim como compreender como se constroem e reconstroem a realidade em que o pesquisador está inserido.

Na técnica da observação participante, segundo Moreira (2002, p.52-54) o qual recorre a Gold<sup>7</sup>, o pesquisador pode assumir quatro papéis na constituição de dados, são eles: a) participante completo; b) participante como observador; c) observador como participante; e d) observador total ou completo. Esses quatro papéis se diferenciam conforme o pesquisador se relaciona com os participantes da pesquisa.

No caso do pesquisador como participante completo, este atuará de maneira a se aproximar dos participantes da pesquisa, com a finalidade de tornar-se membro do grupo, sem que os pesquisados saibam de seu papel naquele contexto (OLIVEIRA, 2008).

Já o pesquisador participante como observador, tem a sua identidade reconhecida no grupo pesquisado, sem revelar o total interesse da pesquisa, para não afetar os comportamentos do grupo (OLIVEIRA, 2008).

O papel do pesquisador observador como participante se difere pela menor interação com o grupo pesquisado. Nesse caso, o pesquisador em um acordo mútuo com os participantes, decidem o que será ou não publicado. Por

---

<sup>7</sup>GOLD, R. L. Roles in sociological field observations. Social Forces, v. 36, n. 3, p. 217-223, mar. 1958.

fim, o pesquisador total ou completo, irá somente observar, sem manter nenhum tipo de relação interpessoal com o grupo (OLIVEIRA, 2008).

Ao analisar os perfis de pesquisador na observação participante, optou-se, visto o contexto dessa pesquisa, por realizar o papel do pesquisador observador como participante de modo que:

O observador pode somente colher os dados, sem maiores contatos com os sujeitos, caso seja um relatório de observação como, por exemplo, um trabalho que queira analisar o procedimento de ensino do professor em sala de aula (OLIVEIRA, 2008, s.p).

Para estruturar a pesquisa utilizou-se a Teoria do Núcleo Central, desenvolvida por Abric (1976, 1987, 1994), com base na TRS de Moscovici (2017), que possibilita organizar de uma forma hierarquizada as RS, de modo que elas são regidas por um duplo sistema: núcleo central e o sistema periférico.

Destarte, a TNC pôde auxiliar na concepção da RS por meio da distinção entre o núcleo central e o sistema periférico, a qual forneceu subsídios para analisar as possíveis alterações da representação sobre educação especial/inclusiva.

### 3.2 CONDUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A primeira etapa da pesquisa teve início entre setembro e dezembro de 2018, com a submissão do projeto de pesquisa ao comitê de ética da UFPR por meio do acesso à Plataforma Brasil<sup>8</sup>. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e Saúde da UFPR conforme Parecer Consubstanciado nº 02347818.6.0000.0102 (Anexo 1).

Para aqueles que concordaram em participar como colaboradores desta pesquisa, um contrato individual foi elaborado, para a assinatura, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1), bem como o

---

<sup>8</sup> A plataforma Brasil consiste em um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolva seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país. Link para acesso a página da plataforma Brasil: <<http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>>. Acesso em 10/12/2018.



preenchimento dos dados pessoais a fim de garantir aos colaboradores desta pesquisa privacidade de acordo com os parâmetros éticos.

Dessa forma, na análise dos dados os participantes foram nomeados por letra-número, sendo Dn para alunos do curso diurno e Nn para alunos do curso noturno, de forma a garantir o anonimato dos mesmos.

### 3.3 PARTICIPANTES E CONTEXTO DA PESQUISA

Os estudantes participantes dessa pesquisa, foram alunos do primeiro ano do curso noturno de Licenciatura em Química (48) e do curso matutino/vespertino de Licenciatura e Bacharelado em Química (59) da UFPR, que iniciaram o curso em 2019. Destes alunos, participaram da fase inicial da pesquisa 102 estudantes, sendo que ao final da disciplina totalizaram 95 estudantes que responderam ao questionário final.

A pesquisa foi realizada no âmbito da disciplina “Seminários de Educação em Química”, ofertada no primeiro semestre de 2019. Essa disciplina apresentava carga horária de 2h/semanais (30hs) e consiste em seminários sobre as temáticas: Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, Cultura Afro, Preconceito e Racismo, Educação Especial e Educação Inclusiva, cujo conteúdo programático se encontra no Anexo 2. Para realização dos seminários foram convidados especialistas para apresentarem e discutirem sobre cada uma das temáticas, os seminários tinham duração média de uma hora, 30 minutos para discussão e perguntas; e na sequência a professora responsável pela disciplina aplicava uma atividade que consistia em responder algumas questões relativas ao tema discutido pelo palestrante convidado, com a finalidade de avaliar os conhecimentos agregados sobre o assunto pelos alunos.

Os seminários sobre os temas que envolvem a Educação Especial e Educação Inclusiva tiveram início após os seminários sobre Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, Cultura Afro, Preconceito e Racismo. Após esses quatro seminários, na aula seguinte não houve seminário e a pesquisadora conversou com os alunos explicando sobre a pesquisa e convidou os mesmos a participarem. A grande maioria dos alunos aceitou participar e assinaram o TCLE. Na sequência foi aplicado o questionário sobre o perfil sócioeconômico e a técnica de evocação livre de palavras, e ao final o

questionário de frases incompletas, durante as duas horas da aula.

A partir da aula 4 até a aula 14 houve o acompanhamento de todas as aulas com anotações realizadas utilizando um Roteiro de Observação das aulas, e na última aula do semestre letivo foi reaplicada a evocação livre de palavras novamente e o questionário de questões abertas.

### 3.4 INSTRUMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Foram utilizados diferentes instrumentos para a constituição de dados sendo eles: questionário com frases incompletas, questionário sobre perfil socioeconômico (Apêndice 2), roteiro de observação de aula (Apêndice 4), questionário com questões abertas (Apêndice 3) e a Associação Livre de Palavras (Apêndice 2 e 3) .

Inicialmente, com o intuito de realizar uma pesquisa exploratória sobre as significações iniciais dos alunos participantes da pesquisa, sobre a temática educação especial/inclusiva, foi aplicado um questionário com questões referentes ao perfil sócioeconômico e com questões com frases incompletas sobre Educação Especial e Educação Inclusiva (Apêndice 2), visto que essa técnica tem o “intuito de propor significados particulares para formas gerais de expressão dos sujeitos diante das frases” (ANTUNES, 2014, p. 52).

Nessa pesquisa, o questionário de frases incompletas teve por objetivo, trazer subsídios para explorar e explicar os resultados da Associação Livre de Palavras, pois, se constitui como um “instrumento apto a analisar a subjetividade do sujeito, que deve complementar as frases com a primeira ideia que lhe venha à mente” (PINTO; CASTANHO, 2012). Outro aspecto que colaborou para a escolha dessa técnica, foi o fato do questionário de frases incompletas ser uma variação da Associação Livre de Palavras, trazendo um componente a mais para compreender as representações encontradas nessa pesquisa, complementando com “informações sobre satisfações, aborrecimentos (gerais e específicos), medo, aversões, gostos, interesses e tendências, ligações ou fixações positivas e negativas (LAERUN, 1953, s.p)

A associação livre de palavras ou Teste de Associação Livre de Palavras, chamada também de técnica projetiva, auxilia na compreensão de como as interações do conhecimento humano são efetuadas (NEVES *et al.*,

2014).

A partir de um estímulo inicial, Neves *et al.* (2014) consideram que essa técnica deve ser realizada:

[...] por meio de induções, consegue captar e receber informações, aparentemente ocultas ou não, e que, através de uma resposta associativa a uma imagem ou a uma palavra é possível revelar as opiniões, os pensamentos, as personalidades. (NEVES *et al.*, 2014, p.74).

Como fonte de constituição dados, a Associação Livre de Palavras fornece dois indicadores coletivos com base em um gráfico de frequência em que uma mesma palavra é evocada e a ordem em que esta foi evocada. No caso dessa pesquisa, optou-se por utilizar a Ordem Média de Evocação (OME), na qual a primeira palavra evocada têm valor igual a 1, a segunda igual a 2 e assim por diante. Para determinar a OME realiza-se o cálculo da mediana, no caso em que 5 palavras foram evocadas, a mediana é consequentemente a OME e corresponde a 3 (WACHELKE; WOLTER, 2011). A partir dos valores das coordenadas, as palavras são classificadas em baixa e alta frequência, as palavras com alta frequência são aquelas que têm o valor igual ou acima do valor de corte, e as de baixa frequência são aquelas que possuem valor abaixo do valor de corte.

O cruzamento dos valores altos e baixos geram quatro zonas (FIGURA 3): i) Alta frequência e baixa evocação: pode representar o núcleo central das representações sociais, pois, são palavras representativas dentro de um grupo e que são lembradas prontamente; ii) Alta frequência e alta evocação: zona caracterizada por primeira periferia em que muitos dos elementos desta sessão podem ser elementos secundários da representação social; III) Baixa frequência e baixa evocação: zona caracterizada por segunda periferia e pode revelar elementos pouco expressivos na representação, e por fim iv) Baixa frequência e alta evocação: zona de contraste e pode indicar o complemento da primeira periferia, ou ainda, a existência de um sub grupo que pode possuir uma representação diferenciada do núcleo central, do primeiro quadrante (WACHELKE; WOLTER, 2011).

FIGURA 3: FREQUÊNCIAS E ORDENS MÉDIAS DE EVOCAÇÃO

		Ordem média de evocação (OME)	
		Baixa (+)	Alta (-)
Frequência de evocação (f)	Alta (+)	Núcleo Central ++	Primeira Periferia +-
	Baixa (-)	Zona de Contraste -+	Segunda Periferia --

FONTE: Sant'Anna; Menandro, 2018 (Seminário openEvoc: Introdução + Aula 1, p.5).

Em termos de procedimentos, a Associação Livre de Palavras pode ser aplicada de forma individual ou coletiva, com uma explicação prévia de como vai ocorrer o teste, no caso dessa pesquisa, utilizou-se o exemplo: “Quando vocês pensam em uma cadeira, o que lhes vêm primeiro a mente? Madeira? Sentar?” anotando no quadro de giz para explicar a técnica. Posteriormente, foram propostas as palavras indutoras “educação especial”, “educação inclusiva” e “deficiência”, requisitando aos alunos que eles escrevessem de três a cinco palavras ou termos.

Posteriormente, solicitou-se aos participantes que estes escrevessem as primeiras palavras que lhes viessem à mente (Associação Livre de Palavras 1), no menor tempo possível, visto que a relação do tempo de reação do indivíduo ao responder a um estímulo, desvela significações mais ou menos latentes de uma representação sobre um determinado tema (MERTEN, 1992).

Com a finalidade de observar se as significações iniciais sobre os termos indutores se mantiveram, aplicou-se o mesmo teste com os discriptores ‘Educação Especial’ e ‘Educação Inclusiva’ ao final da disciplina (Associação Livre de Palavras 2), tendo como premissa que, os conhecimentos que foram construídos durante a disciplina pudessem promover ou não alterações nas evocações. Desta forma, foi aplicado novamente a Associação Livre de Palavras novamente, de forma semelhante à primeira, ao término do semestre letivo. Entretanto, segundo Merten (1992, p. 535) “Se se aplicar o teste repetidamente,

examina-se o grau da concordância ou discordância das respostas aos estímulos idênticos e obtêm-se uma estimativa da estabilidade”.

Outro instrumento utilizado para a constituição de dados foi um questionário com perguntas abertas, que teve por objetivo fornecer dados de forma não projetiva (como os demais instrumentos de constituição de dados supracitados) sobre a RS sobre EE/EI após a finalização da disciplina “Seminários em Educação Química”. Desta forma, elaborou-se um questionário contendo sete questões (Apêndice 3) sobre os aspectos da educação especial/inclusiva e uma questão sobre direitos humanos e educação especial/inclusiva. Segundo Gil (p. 128, 1999), o questionário pode ser definido:

[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. (GIL, 1999, p.128).

Nesse sentido, optou-se pelo questionário com questões abertas, com o intuito de reconhecer possíveis compreensões e significados que justificassem, ou não, a mudança da RS no núcleo central e/ou sistemas periféricos da RS, após os novos saberes e conhecimentos discutidos na disciplina. A opção por questionários com questões abertas se justifica pelo fato de que estes:

[...] permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente. (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011, p.262).

Outro instrumento utilizado foi um Roteiro de Observação de Aula (Apêndice 4) que teve como objetivo registrar alguns aspectos sobre os seminários que pudessem complementar os dados, caso surgissem dúvidas na análise dos dados.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS

### 3.5.1 Associação livre de palavras: Processamento de dados do *SOFTWARE IRAMUTEQ*

Para análise da Associação Livre de Palavras utilizou-se o *Software Interface de R pour Les Analyses Multidimensionnelles de Testes et de Questionnaires (IRAMUTEQ)*, sua escolha foi embasada em sugestão da banca de Qualificação, visto a facilidade de manipulação do programa para análise prototípica das RS.

Na sequência apresenta-se de forma detalhada o procedimento utilizado para encontrar o(s) possível (is) núcleo(s) central(is) e sistemas periféricos da RS a partir do software *IRAMUTEQ*.

Para a análise da Associação Livre de Palavras, seguiu-se os critérios de construção de análise prototípica sugerida por Wachelke e Wolter (2011) a qual:

[...] baseia-se no cálculo de frequências e ordens de evocação das palavras, enquanto que uma segunda etapa centra-se na formulação de categorias englobando as evocações e avalia suas frequências, composições e co-ocorrências. (WACHELKE; WOLTER, 2011, p.521)

E, em termos procedimentais, em relação ao programa, apoiou-se nas orientações do “Manual do Aplicativo Iramuteq” de Salviati (2017).

Sobre os critérios de construção, Wachelke e Wolter (2011) orientam que, para resultados válidos da análise prototípica, não há indicações claras da quantidade mínima de participantes, porém, se tratando de uma análise estatística, quanto maior o número de participantes, mais fidedignidade os resultados apresentarão. Desta forma, os autores orientam que uma quantidade razoável de participantes é em torno de 100, o que vai ao encontro da quantidade de participantes dessa pesquisa – aproximadamente 100 alunos para a primeira Associação Livre de Palavras e 80 para a segunda<sup>9</sup>. Nesse sentido, estes autores salientam que:

---

<sup>9</sup>O número de alunos participantes da pesquisa teve variação da primeira Associação Livre de Palavras para a segunda, visto a desistência ou falta destes, na aula em que foram aplicados os instrumentos de constituição de dados.

De modo geral, quanto mais numeroso o grupo de participantes, mais estáveis serão os resultados, afinal uma amostra maior tende a gerar resultados menos suscetíveis de influência pela presença de casos extremos e aproximar-se da realidade observada na população de que é extraída; ou seja, permite estimativas mais confiáveis das ocorrências do fenômeno na população. (WACHELKE; WOLTER, 2011, p. 523).

Para organização das palavras evocadas, Salviati (2017) orienta a utilização do *software Libreoffice Calc*, programa que fornece a possibilidade de organizar matrizes no formato que o *software IRAMUTEQ* aceita para manipular os dados. Assim, com o auxílio do *Libre office Calc* elaborou-se as matrizes (FIGURA 4) de palavras evocadas e *rang*<sup>10</sup>:

FIGURA 4: EXEMPLO DA TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM A OME

	B	C	D	E	F	G	H	I	J
	evoc	rang	evoc	rang	evoc	rang	evoc	rang	evoc
1	Cuidado		1. Calma		2. Carinho		3.		4
2	Capacitação		1. Dedicação		2. Paciência		3.		4
3	Inclusão		1. Preconceito		2. Necessidade		3.		4
4	Adaptação		1. Inclusão		2. Reaprendizado		3. Empatia		4 Cuidado
5	Saudável		1. Alegria		2. Inclusão		3.		4
6	Libras		1. Braille		2. Aparelho_auditivo		3. Acessibilidade		4 Deficiência
7	Braille		1. Libras		2. PCD		3.		4
8	Direito_humano		1. Preconceito		2. Dificuldade		3.		4
9	Característica_Público_Alvo_da_EE		1. Característica_Público_Alvo_da_EE		2. Cuidado		3. Libras		4
10	Necessidade		1. Auxílio		2. Compreensão		3.		4
11	Centro_de_auxílio		1. Saúde_ocupacional		2. Cuidado		3.		4
12	Apoio		1. Especialista		2. Estudo		3.		4
13	Acesso		1. Apoio		2. Inclusão		3.		4
14	Desenho		1. Jogo		2. Ilustração		3.		4
15	Especialização		1. Qualificação		2. Dificuldade		3.		4
16	Inclusão		1. Felicidade		2. Harmonia		3.		4
17	Amor		1. Inclusão		2. Solidariedade		3. Respeito		4 Pessoa_espe
18	Exclusão		1. Julgamento		2. Individualidade		3.		4
19	Deficiência		1. Necessidade_Especial		2. Auxílio		3.		4
20	Deficiência		1. Auxílio		2. Apoio		3.		4

FONTE: as autoras com base na constituição de dados (2019)

Seguindo as orientações de Wachelke e Wolter (2011), realizou-se um agrupamento das palavras coletadas, por meio de similaridade semântica, a qual “permite representar a informação de maneira condensada” (BARDIN, p.59, 2016). Desta forma, com o auxílio do *Software Microsoft Office*, reuniu-se todas as palavras de cada Associação Livre de Palavras realizada, ordenou-se as mesmas em ordem alfabética, e reuniu-se as palavras que continham o mesmo significado, de acordo com o exemplo: inclusão, incluir, incluso; selecionando a

<sup>10</sup>Rang expressão utilizada para delimitar a OME.



palavra de maior frequência, para representar o grupo de palavras (Apêndice 8).

Visto a especificidade dessa pesquisa, para constituir o *corpus* das palavras evocadas, constituí-se dois dicionários: o primeiro seguiu no agrupamento por similaridade semântica e se encontra no Apêndice 8, e o segundo foi organizado para as evocações compostas, ambos foram elaborados no *Microsoft Word* e *Microsoft Excel*.

Desta maneira, o segundo dicionário foi constituído por expressões específicas sobre acessibilidade para a Educação Especial. A classificação dos tipos de acessibilidade foram baseadas nas definições de Sassaki (2009): atitudinal, metodológica e arquitetônica, conforme o Quadro 7:

QUADRO 7: DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES COMPOSTAS EVOCADAS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Expressão Evocada	Nova Expressão
Adaptação_de_espaco_físico Adaptação_de_lugares públicos Inclusão_física Rampas_para_alunos_deficientes Espaco_físico_adequado Sala_preparada Espacos físicos acessíveis Estruturas Adaptadas Infraestrutura Placas de informativo Escolas preparadas	Acessibilidade Arquitetônica Definição de Sassaki (2009, p.2,3) No campo da educação: Guias rebaixadas na calçada defronte à entrada da escola, caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da escola, portas largas em todas as salas e demais recintos, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, boa ventilação, correta localização de mobílias e equipamentos etc. Implantação de amplos corredores com faixas indicativas de alto contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras e os equipamentos (máquinas que ampliam letras de livros, jornais e revistas, computadores etc.).
Compreensão_com_os_pais_dos_alunos Escola_acolhedora Sem_preconceito Atitudinal Inclusão_atitudinal	Acessibilidade Atitudinal Definição de Sassaki (2009, p.6): No campo da educação: Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. Um ambiente escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a autoestima dos alunos e isto contribui para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade.

Metodologia de ensino adaptada Didática diferente Ensino diferenciado Modificação_no_ensino Criatividade_nos_exercícios Adaptação_do_ensino Adaptar_a_forma_de_ensinar Aulas_diferenciada Aulas_mais_voltadas_a_eles Aula_dinâmica Atividades_especiais Metodologia_diferenciada Metodologia_diferenciada União_familia_mais_escola Familia_incluída Integração_escola_família Ensinar_adequadamente Livros_adaptados	Acessibilidade Metodológica Definição de Sassaki (2009, p.6, grifo nosso): No campo da educação: Ensino e aplicação dos 15 estilos de aprendizagem; aprendizado e aplicação da teoria das inteligências múltiplas; utilização de materiais didáticos adequados às necessidades especiais etc. Todos os integrantes da comunidade escolar devem ser informados e capacitados a respeito da Teoria das Inteligências Múltiplas a fim de que a sua aplicação se torne uma prática comum em toda a escola. [...]. Os técnicos, em especial os psicólogos, devem também trabalhar com as inteligências múltiplas para si mesmos e para os alunos e familiares. [...]. Os familiares terão uma participação importante ao ajudar os professores e técnicos a identificarem os níveis de desenvolvimento das inteligências de seus filhos.
--	--

FONTE: as autoras com base em Sassaki(2009).

Após essa classificação,retornou-seà matriz de dados e realizou-se as substituições das palavras. Para as expressões compostas substituiu-se o espaço entre as palavras pelo caractere *underline* (“\_”) para que o *corpus* seja rodado corretamente pelo *software IRAMUTEQ*.

Ao concluir a organização dos dados e acessar o software, é preciso abrir uma “análise de matriz”, conforme apresentadona Figura5.

FIGURA 5:EXEMPLO ANÁLISE DE MATRIZ

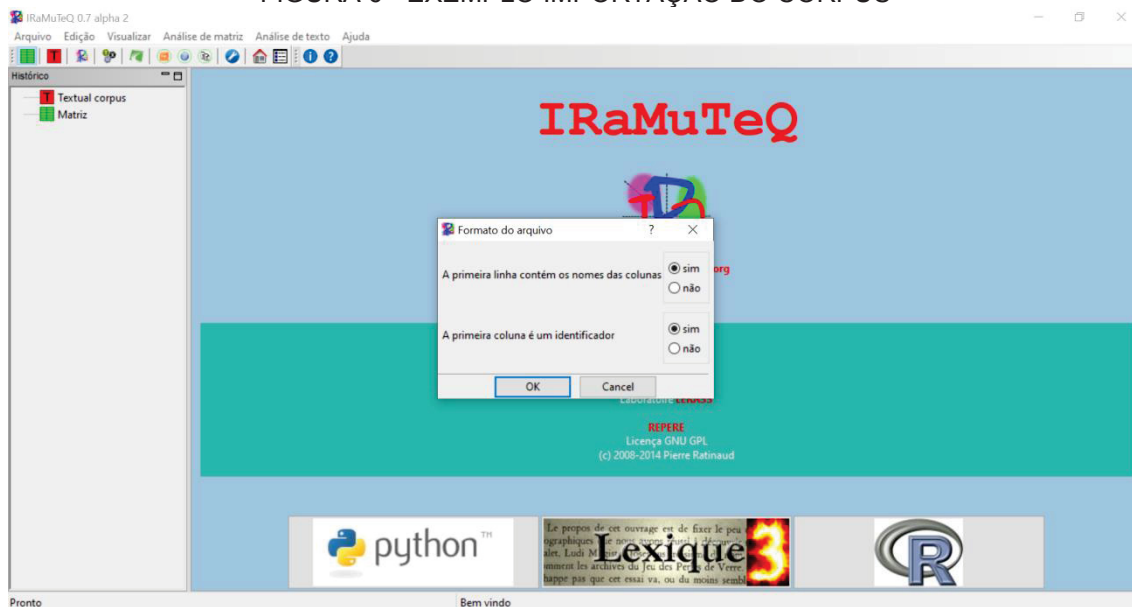


FONTE: as autoras, (2020).

Em seguida, o software abre uma janela de importação dos dados. Na

sequência é preciso selecionar a primeira linha, se esta linha apresentar o nome das colunas, sendo a primeira coluna o identificador (SALVIATI, 2017). (Figura 6).

FIGURA 6 - EXEMPLO IMPORTAÇÃO DO CORPUS



FONTE: as autoras, (2020).

Quando o *software* IRAMUTEQ disponibiliza os dados já importados para a sistematização, faz-se a escolha do tipo de análise (FIGURA 7), no caso desta pesquisa, a análise prototípica. Ao optar pela análise prototípica, abre uma janela na qual são disponibilizadas as definições para esta análise.

FIGURA 7: EXEMPLO DE ANÁLISE PROTOTÍPICA

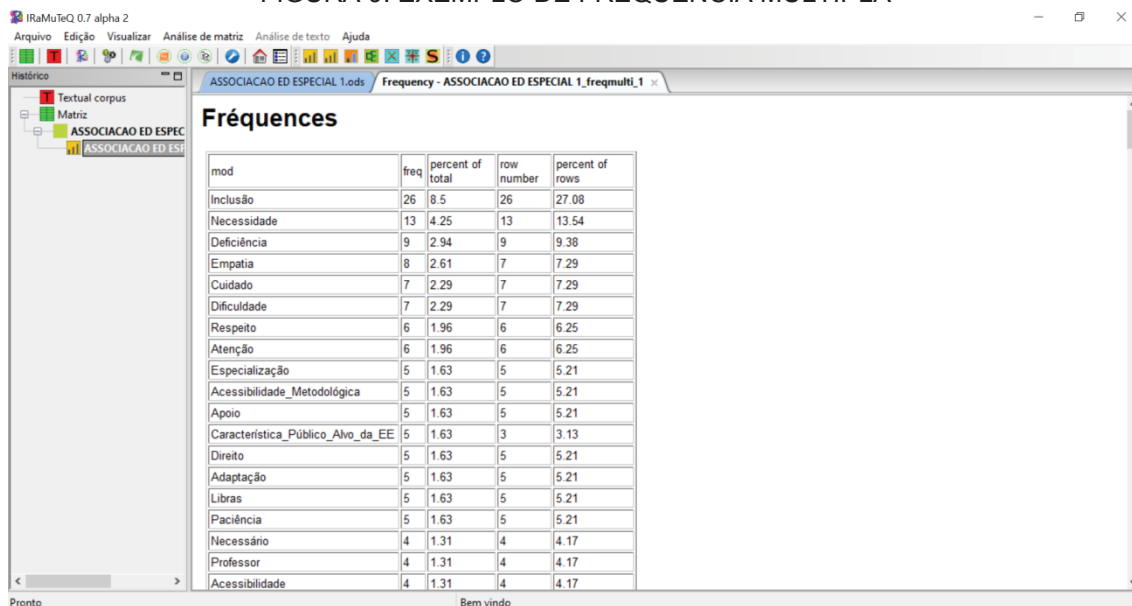
The screenshot shows the IRaMuTeQ 0.7 alpha 2 application window with the 'Análise prototípica' window open. The window displays a table with columns A through L, containing various terms and their corresponding values. The table is titled 'ASSOCIAÇÃO ED ESPECIAL 1.ods'.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	evoc	rang	evoc	rang	evoc	rang	evoc	rang	evoc	rang		
2	0	Cuidado	1	Calma	2	Carinho	3		4		5	
3	1	Capacitação	1	Dedicação	2	Paciência	3		4		5	
4	2	Inclusão	1	Preconceito	2	Necessidade	3		4		5	
5	3	Adaptação	1	Inclusão	2	Reaprendizad	3	Humanização	4	Cuidado	5	
6	4	Saudável	1	Alegria	2	Inclusão	3		4		5	
7	5	Libras	1	Braille	2	Aparelho_audi	3	Lupa	4	Deficiência	5	
8	6	Braille	1	Libras	2	PCD	3		4		5	
9	7	Direito	1	Preconceito	2	Dificuldade	3		4		5	
10	8	Característica	1	Característica	2	Cuidado	3	Libras	4		5	
11	9	Necessidade	1	Auxílio	2	Compreensão	3		4		5	
12	10	Centro_de_au	1	Saúde_ocupac	2	Cuidado	3		4		5	
13	11	Apoio	1	Especialista	2	Estudo	3		4		5	
14	12	Acesso	1	Apoio	2	Inclusão	3		4		5	
15	13	Desenho	1	Jogo	2	Ilustração	3		4		5	
16	14	Especialização	1	Qualificação	2	Dificuldade	3		4		5	
17	15	Inclusão	1	Felicidade	2	Harmonia	3		4		5	
18	16	Amor	1	Inclusão	2	Solidariedade	3	Respeito	4	Amigo	5	
19	17	Exclusão	1	Julgamento	2	Individualidad	3		4		5	
20	18	Deficiência	1	Necessidade	2	Auxílio	3		4		5	
21	19	Deficiência	1	Auxílio	2	Apoio	3		4		5	
22	20	Inclusão	1	Necessidade	2	Acessibilidade	3		4		5	
23	21	Pessoas	1	Deficiência	2	Professor	3		4		5	
24	22	Inclusão	1	Libras	2	Necessidade	3		4		5	
25	23	Deficiência	1	Sala	2	Professor	3		4		5	
26	24	Professor	1	Libras	2	Braille	3	Tinta	4	Pintura	5	
27	25	Acessibilidade	1	Acessibilidade	2	Escola_própria	3		4		5	
28	26	Direito	1	Capacitação	2	Aluno	3		4		5	

FONTE: as autoras, (2020).



FIGURA 9: EXEMPLO DE FREQUÊNCIA MULTIPLA



FONTE: as autoras, (2020).

Para a frequência mínima de corte, recorreu-se à Favoreto (2013, p.95) com base em Pryjma<sup>11</sup>, o qual indica utilizar 5% da frequência do número total de participantes da pesquisa. Porém ao analisar o Associação Livre de Palavras 1 e o Associação Livre de Palavras 2, observou-se que, embora o número de participantes diminuiu da primeira aplicação para a segunda, as evocações dos participantes aumentaram. Assim, para que as análises fossem coerentes, realizou-se o mesmo corte mínimo de palavras para ambos os Associações Livres de Palavras, resultando em no mínimo 5 palavras, conforme a Tabela 1.

TABELA 1: NÚMERO DE PARTICIPANTES POR ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS

Associação Livre de Palavras	Número de Participantes	Quantidade de palavras evocadas	Frequência média de corte (10%)	Frequência mínima de corte de palavras
Associação Educação Especial 1	95	305	9,5	5,0
Associação Educação Especial 2	77	361	7,7	5,0
Associação Educação Inclusiva 1	95	300	9,5	5,0
Associação Educação Inclusiva 2	78	356	7,8	5,0

<sup>11</sup> PRYJMA, L. C. Leitura: representações sociais de professores de uma rede municipal de ensino. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, 2011.

FONTE: a autora (2020).

Para a determinação da OME, não há possibilidade de alteração no *IRAMUTEQ*, pois, como já observado na Figura 8, o *software* calcula automaticamente. Para se ter a certeza de que a OME foi corretamente calculada pelo *software*, conforme sugerido por Bueno e Ens (2017), foi realizado o cálculo manualmente com o auxílio do programa *Microsoft Office*, a partir da fórmula apresentada na Figura 10.

FIGURA 10: FÓRMULA PARA CÁLCULAR A OME

$$= \text{SOMA} (C^*:C^{**})/N$$

Legenda:

C\*= primeira célula de *rang*

C\*\*= última célula de *rang*

N= Frequência de vezes que a palavra foi evocada

FONTE: as autoras (2020), com base em Bueno e Ens (2017).

Por meio dessa fórmula, os dados<sup>12</sup> das Associações Livre de Palavras foram organizados com as palavras evocadas em uma coluna, e a ordem de evocação (*rang*) na coluna ao lado (FIGURA 11), e com o apoio da função ‘Classificar e Filtrar’ do programa *Microsoft Office*, as palavras foram dispostas em ordem alfabética, tomando o cuidado para que a ordem de evocação se mantivesse com a respectiva palavra. As frequências de aparição da palavra (N) foram contabilizadas, para então substituir os dados na fórmula.

FIGURA 11 - EXEMPLO DA PLANILHA DO SOFTWARE MICROSOFT EXCEL PARA O

<sup>12</sup> O *corpus* das Associações Livre de Palavras foi filtrado conforme critério Frequência Mínima estabelecido no Quadro 8

## CÁLCULO DA ORDEM MÉDIA.

A	B	C	D
Palavra Evocada	Rang	Frequência	OME
Acessibilidade	1	16	2
Acessibilidade	1		
Acessibilidade	1		
Acessibilidade	1		
Acessibilidade	1		
Acessibilidade	1		
Acessibilidade	1		
Acessibilidade	2		
Acessibilidade	2		
Acessibilidade	2		
Acessibilidade	3		
Acessibilidade	3		
Acessibilidade	3		
Acessibilidade	3		
Acessibilidade	3		
Acessibilidade	4		
Acessibilidade_Arquitetônica	1	5	2,8
Acessibilidade_Arquitetônica	2		
Acessibilidade_Arquitetônica	3		
Acessibilidade_Arquitetônica	4		
Acessibilidade_Arquitetônica	4		

FONTE: a autora, com base na constituição de dados, (2020).

Assim, com esses dados, obteve-se a OME que posteriormente será discutido no capítulo 4, na análise da determinação do(s) possível(is) núcleo(s) central(is) e sistemas periféricos da RS sobre educação especial/inclusiva dos licenciandos em Química da UFPR.

### 3.5.2 Consideração sobre a análise de dados: análise de conteúdo

Para a análise dos dados obtidos a partir dos questionários (de frases incompletas e questões abertas), utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016), com a finalidade de estruturar o núcleo central e sistemas periféricos das possíveis RS dos estudantes.

Lembrando que os questionários de frases incompletas auxiliaram na confirmação dos resultados da Associação Livre de Palavras 1 e os questionários com questões abertas foram utilizados para identificar se houve alterações no núcleo central e sistemas periféricos da RS dos estudantes, a partir da Associação Livre de Palavras 2.

Desta forma, após a digitação das respostas de todos os questionários, foi realizada a análise dos dados utilizando a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), cujas etapas consistem em: pré-análise, exploração do material, inferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase de organização do material, tendo por objetivo



“tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2016, p. 125). No caso dessa pesquisa, orientados pelos resultados obtidos na Associação Livre de Palavras 1 e Associação Livre de Palavras 2, a pré-análise teve por objetivo a pré-exploração das palavras encontradas no núcleo central e sistemas periféricos, assim como, a seleção dos recortes de frases que poderiam explicar a RS que estavam presentes nas respostas aos questionários aplicados.

Posteriormente, sobre a exploração do material, os recortes brutos foram analisados com o intuito de codificar o material obtido. Por codificação, entende-se “[...] o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (HOLSTI, 1969, sp). Desta forma, por meio da codificação foram constituídas as categorias de análise.

A seleção das categorias de análise foi realizada mediante a utilização de unidades de registro, na forma de temas-frases redigidas pelos participantes da pesquisa - as quais foram selecionadas por meio de palavras, mediante sua similaridade semântica (BARDIN, 2016). Nesse caso, foram as frases que contém palavras encontradas nos resultados da Associação Livre de Palavras, referente ao núcleo central e sistemas periféricos da RS.

Por fim, partiu-se para a última etapa, a qual consiste em realizar as inferências e interpretação dos resultados. Nesse momento, apoiou-se nos trabalhos dos referenciais dessa pesquisa - Jean Claude Abric e a abordagem estrutural das RS com base na TRS de Serge Moscovici - para inferir sobre os dados e construir estruturalmente a RS sobre educação especial/inclusiva dos participantes da pesquisa.

Desta forma, após abordar os aspectos do contexto da pesquisa, natureza, constituição de dados e considerações sobre a análise dos dados, encerra-se a metodologia da pesquisa, seguindo para o próximo capítulo que se refere à análise dos dados das possíveis RS dos licenciados em Química da UFPR sobre EE/EI.

#### **4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA DE LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR**

Neste Capítulo apresenta-se e discute-se os resultados a partir dos dados constituídos.

Por meio da TNC foi possível determinar o núcleo central das RS e os sistemas periféricos da Representação Social sobre EE/EI dos alunos do curso de Licenciatura em Química da UFPR, antes da discussão dessas temáticas na disciplina de Seminários de Educação em Química e ao final desta disciplina.

Dessa maneira, as análises dos resultados obtidos serão conduzidas, a partir da teoria de Serge Moscovici (1961) e Abric (1994a, 1994b), abordando como se constitui a representação de Educação Especial e de Educação Inclusiva a partir da Associação Livre de Palavras 1 e na sequência da Associação Livre de Palavras 2, utilizando esses dois termos indutores. Para a discussão dos resultados reporta-se aos referenciais teóricos apresentados no capítulo 2: Oliveira (2003), Nozi (2013) e Paula (2015), assim como nas políticas educacionais voltadas ao atendimento do público alvo da Educação Especial.

Conjuntamente a essa análise, para justificar o NC das representações encontradas, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), a partir das respostas aos questionários aplicados ao final da disciplina.

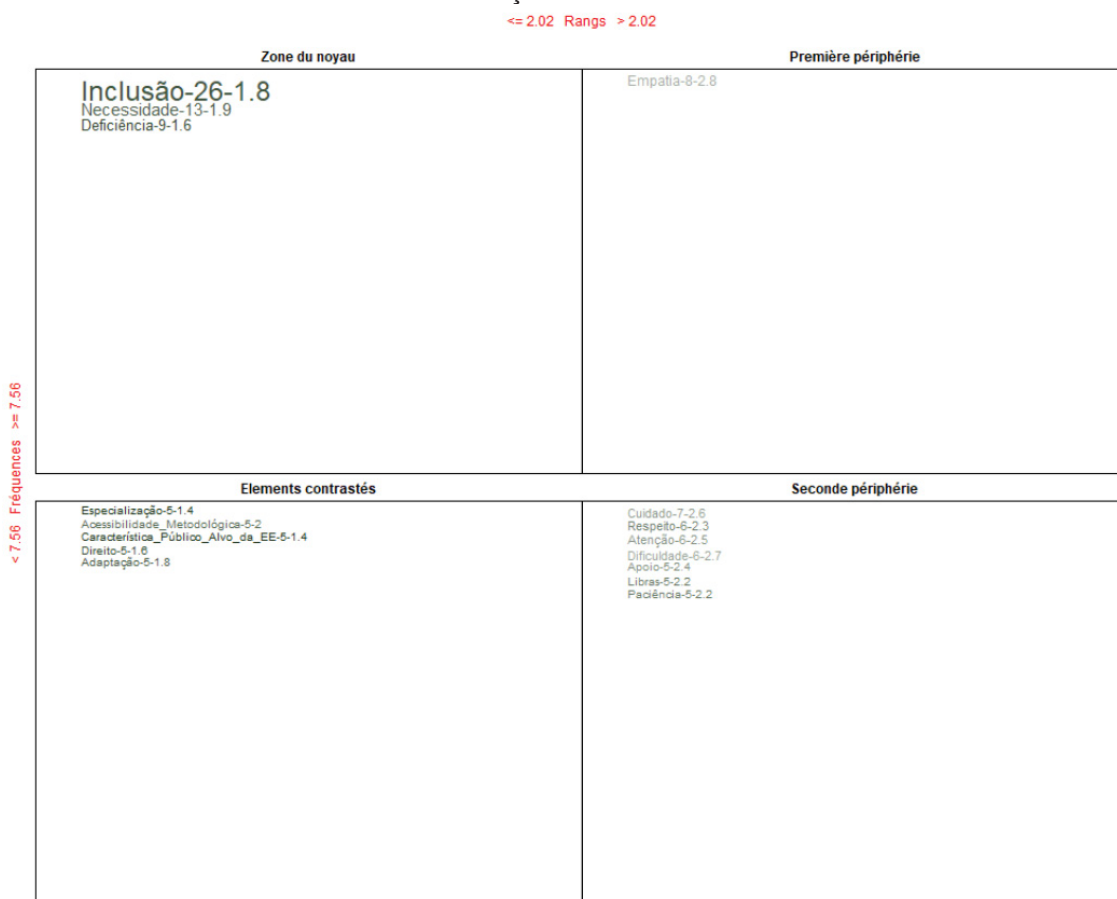
No decorrer da pesquisa e análise dos dados, verificou-se que além do NC das RS, poderia-se analisar também, as possíveis alterações envolvidas no sistema periférico da RS, em específico a zona de contraste, que segundo Favoreto (2013, p.78) é “a segunda coroa do sistema periférico constituído por evocações consideradas muito importantes para apenas um pequeno grupo de sujeitos. Neste quadrante é possível detectar possíveis mudanças futuras nas representações sociais”. Assim, dentro do grupo pesquisado, poderiam haver outras RS, que poderiam sofrer algum tipo de alteração, visto a intervenção dos temas abordados sobre Educação Especial/Inclusiva na disciplina ‘Seminários de Educação em Química’, pois palavras encontradas nessa zona, poderiam ser encontradas depois da intervenção no NC ou na primeira periferia na Associação Livre de Palavras 2.

Para buscar o NC das RS, empenhou-se na técnica projetiva de Associação Livre de Palavras com o auxílio do *software* IRAMUTEQ, a partir das

palavras evocadas pelos licenciandos em Química da UFPR. Para o termo indutor ‘Educação Especial’, no primeiro Associação Livre de Palavras aplicado, obteve-se um total de 305 palavras evocadas, e para o segundo 361 palavras. Enquanto que, para o termo indutor ‘Educação Inclusiva’, obteve-se para a primeiro Associação Livre de Palavras 300 palavras evocadas, e para o segundo 356 palavras.

Essas evocações após serem tratadas, com o auxílio do programa *Microsoft Excel* e o *software IRAMUTEQ*, foi possível obter respectivamente a Ordem Média de Evocação - OME (Apêndice 9a e 10a) e os quadrantes referentes à OME das RS (Figura 12):

FIGURA 12: ANÁLISE PROTITÍPICA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 1



FONTE: *Software IRAMUTEQ* (2020), as autoras com base na constituição de dados (2020).

Como o *software IRAMUTEQ* apresenta os dados em formato de imagem, optou-se por dispor os dados em quadros, tanto para facilitar a visualização, quanto para confrontar os dados da OME das palavras evocadas obtidos no programa, com os dados calculados manualmente (Apêndice 9a e

9b).

Assim, os resultados da OME das palavras obtidos por meio do *software* IRAMUTEQ foram iguais aos resultados encontrados nos cálculos manuais. Para os resultados da frequência média de corte das palavras, os resultados calculados manualmente, também não ficaram diferentes dos resultados calculados pelo programa. Assim, prosseguiu-se com os critérios pré-estabelecidos no item 3.5.1, e utilizou-se os dados supracitados e destacados no Tabela 1.

Ao analisar os resultados da OME de corte – a qual determina os quadrantes em que as palavras ocupam, com base nas baixa e alta evocações – os resultados se mostraram diferentes daqueles estabelecidos por Favoreto (2013) e utilizados nessa pesquisa. Neste sentido, embora o *software* IRAMUTEQ tenha contribuído na verificação da OME das palavras, prosseguiu-se a análise com os dados calculados manualmente, por meio dos critérios pré estabelecidos, conforme Tabela 1.

A partir dessas considerações sobre a análise dos resultados obtidos, utilizando o *Software* IRAMUTEQ e os dados analisados manualmente, apresenta-se na sequência a análise do Associação Livre de Palavras 1 da RS sobre EE.

#### 4.1 REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE EE DOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR: 1ª APLICAÇÃO

Os resultados da análise prototípica para o termo indutor ‘EE’, aplicado no início da disciplina ‘Seminários em Educação Química’ encontram-se no Quadro 8<sup>13</sup>. Para a análise das palavras evocadas, com a finalidade de compreender o NC e sua estrutura, foram utilizadas as questões presentes no primeiro questionário (Apêndice 2): “11. Qual foi a primeira vez que você ouviu falar em inclusão? Como ocorreu? Explique; 12. Você já conviveu com alguma pessoa com alguma deficiência ou necessidade educacional específica? Caso você já tenha convivido, responda abaixo como aconteceu essa convivência, e qual (is) tipo (s) de necessidade (s) educacional (is) especial (is) ou deficiência

<sup>13</sup> O quadrante referente a 1ª Periferia não contém dados pois nenhuma das evocações dessa análise se enquadrou nos critérios de Frequência  $\geq 9,5$  e OME  $\geq 2,1$ .

(s) essa (s) pessoa (s) possuía (am)? (Ex.: Família: deficiência física; trabalho: deficiente visual; escola: deficiente auditivo; etc.) e os subitens da questão 13. Complete as seguintes frases a seguir sobre Necessidades Educacionais Específicas: a) Incluir é; b) Sinto que a exclusão ocorre quando.

A utilização das questões supracitadas, são apontadas no decorrer do texto.

QUADRO 8: QUADRO DE QUATRO CASAS DAS RS DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR SOBRE O TERMO INDUTOR EDUCAÇÃO ESPECIAL DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 1

Núcleo Central			1ª Periferia		
Evocação	Frequência ≥ 9,5	OME <2,1	Evocação	Frequência ≥ 9,5	OME ≥ 2,1
Inclusão	26	1,8	Sem resultados, visto os critérios de corte para frequência e OME		
Necessidade	13	1,9			
Zona de contraste			2ª Periferia		
Evocação	Frequência < 9,5	OME <2,1	Evocação	Frequência < 9,5	OME ≥ 2,1
Especialização	5	1,4	Libras	5	2,2
Característica Público			Paciência	5	2,2
Alvo da EE	5	1,4	Respeito	6	2,3
Deficiência	9	1,6	Apoio	5	2,4
Direito	5	1,6	Atenção	6	2,5
Adaptação	5	1,8	Cuidado	7	2,6
Acessibilidade			Dificuldade	6	2,7
Metodológica	5	2,0	Empatia	8	2,8

FONTE: as autoras, (2020).

No Quadro 8, no primeiro quadrante à esquerda, são encontradas as evocações referentes ao possível NC da RS sobre EE. Verifica-se que a palavra ‘Inclusão’, foi a mais evocada (26 vezes) com menor OME (1,8), seguida da palavra ‘Necessidade’ com frequência menor (11 vezes) e OME de 1,9. Esses termos que compõem o quadrante do NC das RS, de acordo com Abric (2001), são os mais estáveis, e indicam o que é consenso no grupo de licenciandos em Química da UFPR, pois denotam rigidez, estabilidade e não se alteram com facilidade.

Assim, a palavra ‘Inclusão’ parece estar relacionada ao sentido de atendimento à ‘Necessidade’ do aluno público alvo da EE, como é possível observar nos excertos da questão 13. a) *Incluir é...* (Apêndice 2):

**Adaptar os métodos** para diferentes necessidades em tais ambientes. (N9, grifo nosso).

**Ter alguém capacitado a ensinar** alguém com necessidade específica ou disponibilizar alguém para auxiliá-lo na compreensão do tema estudado. (N15, grifo nosso).

**Atender as necessidades** que cada aluno precisa como no caso de cadeirante que citei acima, **seria muito bacana que as escolas contratassem fisioterapeutas para que essas pessoas também exercitassem seus corpos durante a aula de educação física.** (D64, grifo nosso).

Se adaptar, inovar, acrescentar, afim de **suprir a necessidade do outro.** (D80, grifo nosso).

Possibilitar uma igualdade em meio as **diferenças, dar as mesmas possibilidades utilizando métodos e meios diferentes que se adequem as necessidades de cada indivíduo.** (D94, grifo nosso).

É possível observar a partir dessas falas, que os licenciandos trazem um discurso a favor de práticas inclusivas no atendimento às necessidades da EE. Nesse sentido, destaca-se a fala do participante D64, que trouxe o exemplo de uma ação para propiciar o atendimento à necessidade de um aluno cadeirante, com o intuito de incluí-lo na aula de educação física. A este respeito admite-se, como Fernandes (1994), que a:

Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. (FERNANDES, 1994, p.22).

E, ainda, defende-se que:

Uma escola ou turma considerada inclusiva, precisa ser, mais do que um espaço para convivência, um ambiente onde ele aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. O objetivo desta proposta é a possibilidade e *permanência do aluno na escola com sucesso acadêmico*, e isso só poderá se dar a partir da atenção as *peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento*. (GLAT, BLANCO, 2007, p.17-18, grifos da autora).

Os trechos abaixo da questão '13. b) *Sinto que exclusão ocorre*

*quando...*, demonstram a 'Inclusão' em diferentes dimensões de atendimento à necessidade da EE referente aos diferentes tipos de acessibilidade. Nos trechos seguinte, verifica-se que os participantes da pesquisa descrevem a 'necessidade' aplicada aos diversos meios, e orientam seus discursos em exemplos práticos de inclusão ao público alvo da EE:

Espaços físicos não estão adaptados. Quando **não há materiais didáticos que supram a necessidade dos deficientes visuais e/ou auditivos**. Quando não temos uma sociedade preparada para lidar com as diferenças. (N4, grifo nosso).

**Não se tem recurso ou a procura dele para atender à necessidade** de uma pessoa conviver em tal local. (N9, grifo nosso).

**As pessoas se fecham para esse assunto**, e não sabem como reagir **ao ter contato com uma pessoa com algum tipo de necessidade**. **Quando as escolas não querem aceitar alunos com necessidades**, considero um tipo de exclusão. (N41, grifo nosso).

Quando **não tem profissionais** que auxiliem esses alunos em sala de aula, fazendo com que eles **procurem escolas específicas, para sua necessidade**. (D61, grifo nosso).

**Deixamos de nos importar com o próximo e suas necessidades**. Desrespeitamos os diferentes apenas por serem o que são. Negamos auxílio a essas pessoas, muitas vezes sem nem perceber, **como quando um cadeirante precisa atravessar uma faixa de pedestre e não rampa do outro lado**. (D86, grifo nosso).

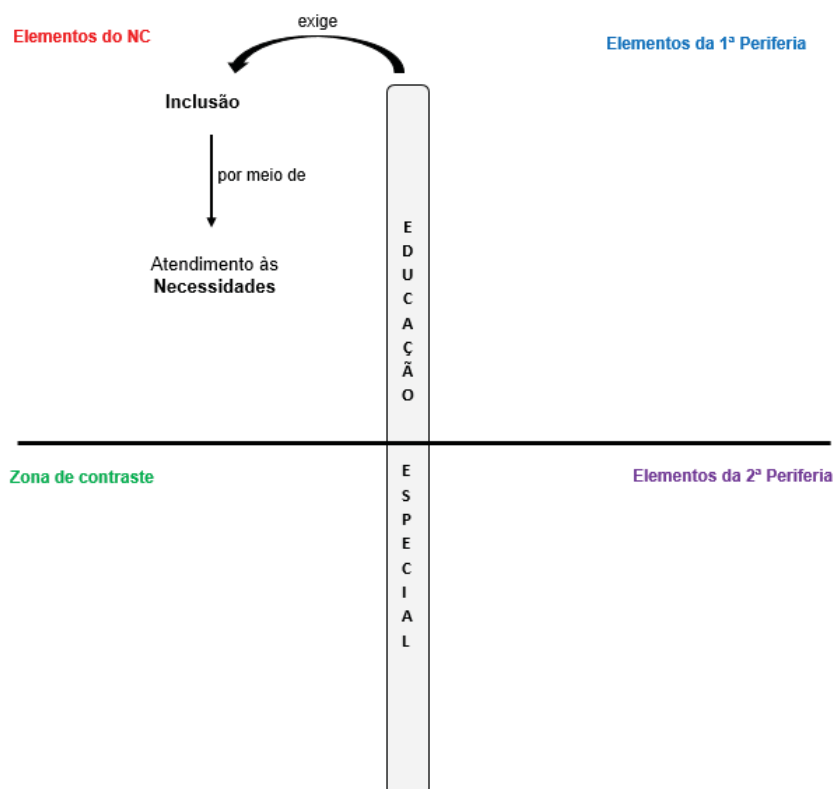
Assim, considera-se que não bastam apenas discursos favoráveis à inclusão, mas ações que viabilizem a aceitação do aluno com NEE nos diversos locais, pois:

(...) a reorganização do sistema educacional, na perspectiva inclusiva, aponta para um novo modelo de escola e, conseqüentemente, um novo modelo de formação docente que requer um professor preparado para atuar em uma escola pautada na atenção à diversidade, para desenvolver sua prática pedagógica considerando diferentes modos de aprender e ensinar, contrários à cultura escolar tradicional até então vigente, historicamente excludente, seletiva, pautada em um modelo de ensino homogeneizador. (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012, p.12).

O esquema a seguir (Figura 13) sintetiza a RS sobre EE, evidenciada no grupo de licenciandos em Química, presentes no NC.



FIGURA 13: ESQUEMA DO NC DA RS DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR



FONTE: a autora, (2020).

De acordo com Flament (1994), para compreender o funcionamento do NC é necessário confrontá-lo com o sistema periférico, de modo que é este que revela como os elementos centrais se concretizam no cotidiano, pois:

Eles incluem informações separadas, selecionadas e interpretadas, julgamentos formulados sobre o objeto e seu ambiente, estereótipos e crenças. Esses elementos são hierarquizados, ou seja, podem estar mais ou menos próximos dos elementos centrais: próximos do núcleo central, eles desempenham um papel importante na concretização do significado da representação; mais distantes eles ilustram, explicitam ou justificam este significado. (ABRIC, 1994b, p.25).

Na periferia mais próxima do NC, no segundo quadrante à direita no Quadro 8, o qual foi separado em três campos de evocação, apresentados no Quadro 9.

QUADRO 9: CAMPOS DE RS SOBRE EE DA 2ª PERIFERIA

CAMPO	PALAVRAS
Campo 1	Atenção, cuidado, empatia, paciência
Campo 2	Respeito, dificuldade, apoio

Campo 3	LIBRAS
---------	--------

FONTE: as autoras, (2020)

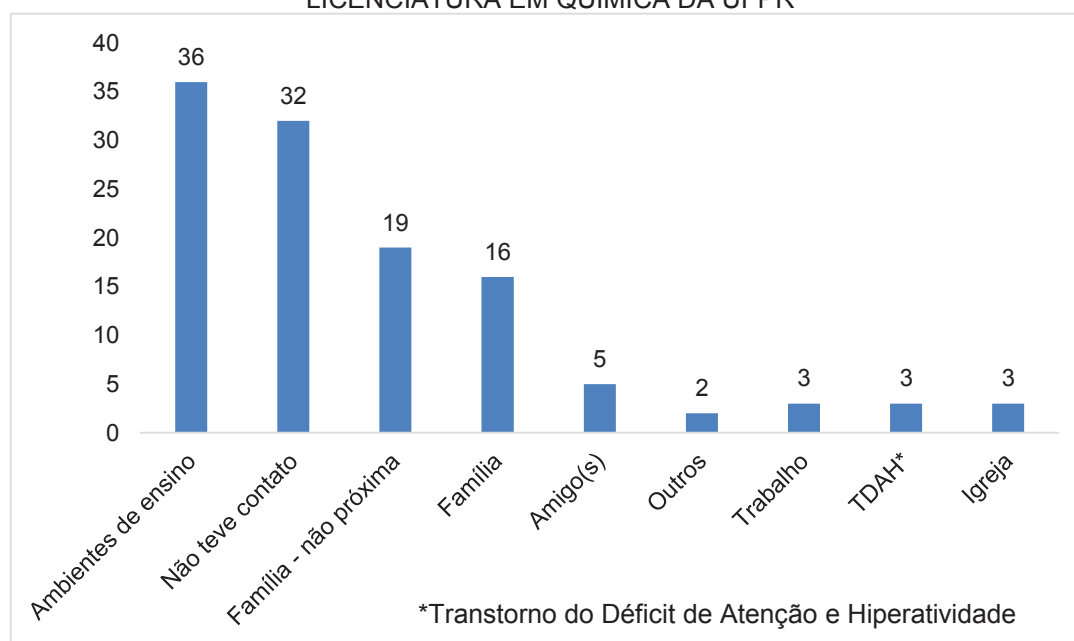
Esses campos foram constituídos a partir da similaridade semântica, com base nas respostas dos participantes da pesquisa ao Questionário 1 (Apêndice 2), e com o apoio do trabalho de Albuquerque e Machado (2009), que abordam em sua produção, resultados semelhantes aos encontrados no Quadro 8, sobre as dimensões de afetividade de RS de professoras sobre a inclusão escolar.

Assim o Campo 1, com as palavras ‘atenção, cuidado, empatia e paciência’ sinaliza um indício de inclusão destinada à EE com base na afetividade.

A afetividade é um tema recorrente nos estudos das RS, Villas Bôas (2004) aborda a TRS de Moscovici (1961) e o conceito de emoção de Maturama (1993, 1997) mostrando a proximidade dos estudos desses autores, nos quais as experiências afetivas são constituintes das RS, uma vez que se preocupam com aspectos da sensibilidade social, sentimentos sociais, entre outros (BOAS, 2004). Campos e Rouquette (2003) também abordam o tema, trazem o componente da afetividade das RS e sua relação com a abordagem estrutural de Abric (1994). Estes autores apresentam e analisam pesquisas nesse sentido, as quais apontam a intrínseca relação entre a estrutura e a impregnação afetiva dos elementos de uma representação.

Com a finalidade de compreender a afetividade evidenciada no Campo 1 (Quadro 9) dos alunos licenciandos de Química da UFPR, antes de discuti-lás, recorreu-se às respostas da pergunta 12. *“Você já conviveu com alguma pessoa com alguma deficiência ou necessidade educacional específica? Caso você já tenha convivido, responda abaixo onde aconteceu essa convivência, e qual (is) tipo (s) de necessidade (s) educacional (is) especial (is) ou deficiência (s) essa (s) pessoa (s) possuía (am)? (Ex.: Família: deficiência física; trabalho: deficiente visual; escola: deficiente auditivo; etc.)”* presente no primeiro questionário (Apêndice 2). A partir das repostas a essa pergunta, foi possível elaborar e analisar os perfis de convivência dos participantes desta pesquisa com pessoas com NEE/deficiências nos diferentes meios sociais. Esses resultados estão dispostos no Gráfico 2:

GRÁFICO 2: PERFIL DE CONVIVÊNCIA COM PCD/NEE DOS ALUNOS<sup>14</sup> EM LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR



FONTE: as autoras, (2020).

Ao analisar o Gráfico 2, sobre a afetividade/proximidade, pode-se constatar um cenário dividido. Os participantes que tiveram contato próximo com alunos com NEE e/ou PCD correspondem a 52,9% do total de respostas. Foram considerados, como convivência próxima/afetiva, os ambientes de ensino (escola, colégio, universidade, etc.), família, amigos, trabalho e a igreja. As interações menos próximas seguem-se por: não teve nenhum contato, família não próxima<sup>15</sup> e outros (vizinho, trabalho da mãe) com 44,5% do total das respostas. Os três participantes desta pesquisa que responderam que tiveram contato com pessoas com TDAH não foram considerados, visto que TDAH não compõe o público da EE.

Assim, o caráter afetivo das RS no Campo 1 (Quadro 8) se justifica nessa subjetividade do histórico de convivência dos participantes dessa pesquisa com o público alvo da EE. Subjetividade esta, que é característica das zonas periféricas das RS (ABRIC, 1994b), e nisto, percebe-se que a afetividade na 'inclusão' da EE, se configura "como uma organização, que é atravessada por diferentes dimensões" (CAMPOS, ROUQUETTE, 2003, p. 435), tanto do lado

<sup>14</sup> Dos 102 alunos que responderam à pergunta 11, 17 destes responderam que tiveram contato em duas das categorias presentes no GRÁFICO 1, assim, a quantidade total de respostas foi maior que o número total de participantes.

<sup>15</sup> Consideramos como família não próxima: primos, primos de segundo grau, tios (as) e parentes do cônjuge.

cognitivo, quanto do lado afetivo.

Voltando ao Campo 1 (Quadro 9), ao analisar a questão onze do primeiro questionário (Apêndice 2) a ‘atenção’, o ‘cuidado’ e a ‘paciência’ se relacionam à ‘necessidade’ do educando da EE, ou ainda, por falta de atendimento para este público. Destacam-se algumas respostas que ilustram esse aspecto:

Escola, autismo, o menino precisava de muita **atenção**, pois não conseguia tomar decisões ou fazer algo sem alguma ajuda. (D54, grifo nosso).

A minha escola não era preparada para dar aulas a ela, e como a turma era muito cheia a professora não conseguia **dar atenção** que ela precisava e me pedia para ajudá-la em matemática pois era uma matéria que eu era boa (D56, grifo nosso).

[...] O cuidado perante nosso amigo depois disso foi outro, pois sabíamos de manias as quais ele não suportava. **Infelizmente o cuidado da escola foi falho**. O retiraram do currículo extra que o fazia mal e não prestaram nenhum tipo de apoio (D65, grifo nosso)

Como o nível de autismo do menino não era muito alto, **ele necessitava apenas de uma atenção a mais do professore respeito das colegas**, além de provas diferenciadas e acompanhamento durante o intervalo (D69, grifo nosso).

No sentido de ‘cuidar’ e dar ‘atenção’, percebe-se um caráter mais humanizado e afetivo, como ‘empatia’ e ‘paciência’, às ‘necessidades’ da ‘inclusão’, conforme trechos das respostas referente à questão 13. *a) Incluir é...*

Ter **empatia pelo próximo**. (N8, grifo nosso).

Tratar de forma semelhante pessoas que tenham algum tipo de necessidade em relação as outras pessoas, **porém levar em consideração suas necessidades específicas, dando maior atenção quando necessário**. Ter **empatia** reflexiva. Sendo respeitador, gentil e amável. (N39, grifo nosso).

**Sentir empatia e agir com humanidade** chamando para roda de conversa, convidar para o almoço, pesquisar sobre como pode ajudar a pessoa a se sentir incluída e pedir ajuda para melhorar a acessibilidade de lugares e atividades. (D55, grifo nosso).

No meu trabalho atendo muitas pessoas que tem deficiência (síndrome de Down, mudos, física) e atendo da melhor maneira possível **com**

**muita paciência** e atenção. Deixando a pessoa se sentir à vontade, sem constrangimento. (D56<sup>16</sup>, grifo nosso)

Pensar no outro, um **ato de empatia**. (D76, grifo nosso).

Respeitar todas as pessoas independente de suas características ou necessidades, **incluir é ter empatia pelas outras pessoas**. (D83, grifo nosso).

Sobre esses sentimentos afetivos, Albuquerque e Machado (2009) ressaltam que a atenção para o aluno com NEE podem sugerir:

[...] uma preocupação em acolher, receber e tratar bem o aluno com deficiência não por suas possíveis capacidades ou potencial, mas, sobretudo, pelo que lhe falta, por sua condição de limitação. É por apresentar um tipo de deficiência que lhe deve oferecer atenção e apoio (ALBUQUERQUE, MACHADO, 2009, p.80).

Nesse sentido, é necessário cuidado para que esses sentimentos não afetem o atendimento ao aluno da EE, diminuindo-o ao concentrar o olhar na especificidade do aluno, ao invés de suas potencialidades. E ainda, uma atenção para que esse afeto não se caracterize por uma superproteção, que também é uma forma de preconceito, como explica Crochík (2017), sobre uma das dimensões de atitudes preconceituosas:

2 - a falsa proteção, caracterizada pela formação reativa, tal como caracterizada pela Psicanálise: o ódio em relação ao alvo tende a se converter em proteção exagerada: esse alvo é desprezado, mas como isso gera incomodo ao preconceituoso, ele se transforma em seu contrário; a proteção excessiva em relação às minorias revela esse tipo de afeto. (CROCHÍK, 2017, p.165)

No Campo 2 (Quadro 9), obteve-se as palavras: 'Respeito, dificuldade, apoio', que estão presentes em algumas das falas já citadas neste trabalho. Destarte na RS sobre a EE, o 'respeito' está simultaneamente ligado às questões afetivas para o atendimento às 'necessidades' de 'inclusão', e relaciona-se também, às 'dificuldades' enfrentadas pelo público da EE, como destacado nos

---

<sup>16</sup> Esse excerto foi o único retirado da questão 13 – c) Para incluir uma pessoa eu...

excertos da questão 13. a) *Incluir é...*

Incorporar a pessoa em nosso meio social, **auxiliando-o nas dificuldades, praticar empatia**, fazer com que o outro se sinta bem no ambiente em que vivemos (N23, grifo nosso).

Oferecer **todas as possibilidades a pessoas com deficiências e dificuldades educacionais de modo que essas tenham uma educação de respeito**, um tratamento digno como pessoa além de oportunidades variadas. Incluir não é tratar absolutamente igual todas as pessoas, mas sim adaptar isso de modo que todos gozem de seus direitos de forma que o princípio de equidade seja assegurado (D60, grifo nosso).

Em primeiro lugar **entender e respeitar as necessidades** das pessoas depois aceitar que o fato de serem diferentes não as torna inferiores ou piores, muito pelo contrário as faz melhores **já que as dificuldades diárias que passam para chegar onde alguém sem tais necessidades está, demonstram claramente sua força de vontade** (D86, grifo nosso).

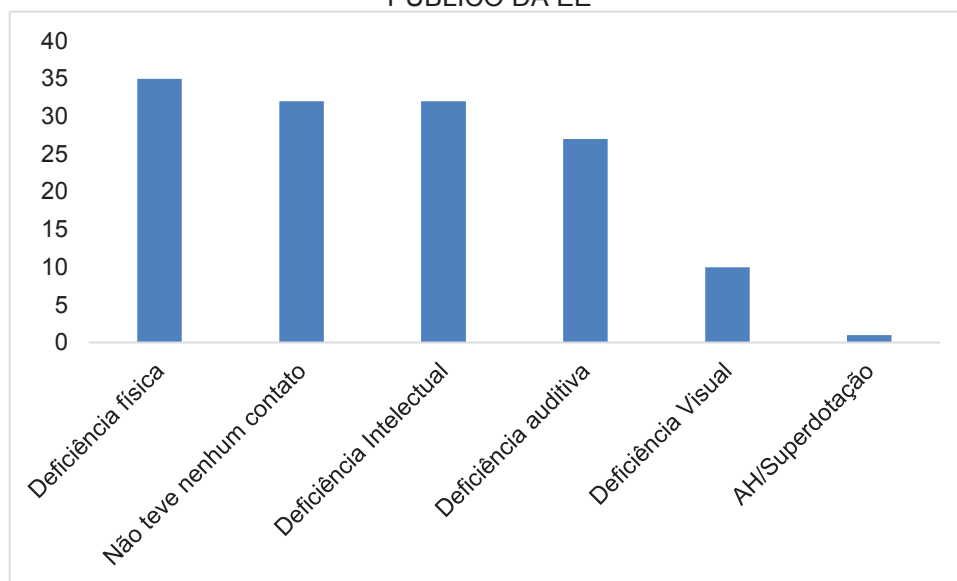
A palavra ‘apoio’ não apareceu nas respostas das questões utilizadas nesta análise, porém, relaciona-se as outras evocações, uma vez que no atendimento às ‘necessidades’ dos alunos da EE é necessário o apoio, tanto dos colegas, instituições e profissionais, pois “para que uma escola se torne inclusiva, deverá haver o reconhecimento de que alguns alunos necessitarão mais que outros de ajudas e apoios diversos para alcançar o sucesso de sua escolarização” (GLAT, BLANCO, 2007, p.28).

No Campo 3, apareceu somente a palavra ‘LIBRAS’ – Língua Brasileira de Sinais – para esta, recorreu-se à questão 12 do primeiro questionário (Apêndice 2), pois, em primeira hipótese, acredita-se que a fonte da evocação, advém por experiências recorrentes dos participantes com pessoas surdas. E também, provavelmente, pelo fato de que a inclusão educacional desse público alvo da EE, foi uma das primeiras<sup>17</sup> a aparecerem na história de atendimento da PCD. Assim, ao analisar a questão 11, foi possível elaborar o Gráfico 3:

---

<sup>17</sup> Segundo Gugel (2015) entre Gerolamo Cardomo (1501-1576) elaborou um código para ensinar pessoas surdas a ler e escrever, e em 1620 Jean Paul Bonet (1579-1633), faz o primeiro registro de um documento educativo para pessoas surdas: “Redação de letras e artes de ensinar os mudos a falar” caracterizando uma das primeiras formas de atendimento educacional para o público da EE

GRÁFICO 3: CONVIVÊNCIA DOS LICENCIANDOS<sup>18</sup> EM QUÍMICA DA UFPR COM O PÚBLICO DA EE



FONTE: as autoras, (2020)

Os resultados do Gráfico 3 indicam que o convívio foi bem variado entre a deficiência física, intelectual e auditiva com 35, 32 e 27 participantes da pesquisa, respectivamente. Porém, sustenta-se a hipótese de que a convivência com pessoas surdas, tanto pelos participantes, quanto por qualquer outra pessoa, acontece geralmente por meio da comunicação que é realizada, majoritariamente em LIBRAS. Assim, esse termo se sobrepõe na representação da EE desse público, do que em outras referências presentes nas NEE. Assim, este termo conecta-se à RS da EE, no sentido de atendimento à necessidade comunicacional com a pessoa surda, como destacado nos excertos da questão 13. c) *Sinto que a exclusão ocorre quando...*

A sociedade não está preparada para receber o diferente, seja não tratando do assunto, seja não preparando o ambiente para incluir o deficiente - **falta do ensino de linguagem de LIBRAS**, por exemplo. (N31, grifo nosso).

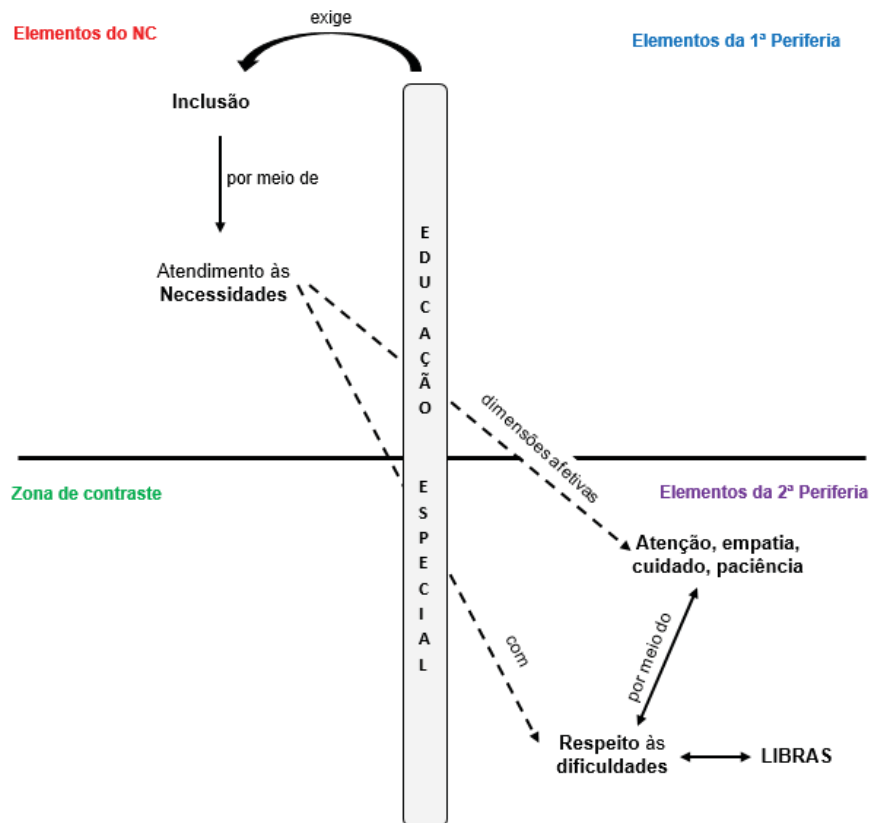
Quando uma pessoa que é muda não consegue se comunicar em qualquer espaço social, porque **a matéria de LIBRAS não é obrigatória no ensino fundamental** e até para ir num restaurante as pessoas mudas encontram dificuldades. (D56, grifo nosso).

Assim, o esquema a seguir (Figura 14) sintetiza a representação de EE

<sup>18</sup> Ibidem nota 14

evidenciada pelos participantes da pesquisa do NC e da 2ª periferia:

FIGURA 14: ESQUEMA DO NC E SISTEMA PERIFÉRICO DA RS DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR SOBRE A EE



FONTE: as autoras, (2020).

Na análise do último quadrante do Quadro 8, a zona de contraste que está localizado na segunda fila à esquerda, pode mostrar representações muito importantes para um pequeno grupo, e possibilidades de alterações da RS sobre o tema estudado (FAVORETO, 2013). Com baixa OME, essas palavras foram rapidamente evocadas por um número menor de participantes. As palavras que eclodiram nesse quadrante foram ‘especialização’ (5 evocações), ‘característica do público alvo da EE’ (5 evocações), ‘deficiência’ (9 evocações), ‘direito’ (5 evocações), ‘adaptação’ (5 evocações) e ‘acessibilidade metodológica’ (5 evocações).

Deste grupo, a palavra ‘deficiência’ se destaca pela quantidade relativa de evocações, e se unifica à zona de contraste pela caracterização da EE. Ao rever os resultados obtidos no Gráfico 3, é possível observar que apenas um



aluno teve contato com AH/S, assim, é possível afirmar que a EE ainda se caracteriza pela ‘deficiência’. Reforça essa análise, o termo ‘característica do público alvo da EE’ que são as evocações<sup>19</sup> de características das pessoas como: autismo, cegueira, surdez, etc. Neste sentido, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001) recomendam a utilização do termo Necessidades Educacionais Especiais, visto a finalidade de atendimento a esse público, pois:

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar. (BRASIL, 2001, p.33).

Neste sentido, não se considera que a pessoa/aluno com NEE, não encontrará dificuldades em sua trajetória educacional e de vida, em decorrência de a sua condição orgânica, mas que:

Uma necessidade educacional especial não se encontra na pessoa, não é uma característica intrínseca sua, mas sim produto de sua interação com o contexto [...] trata-se de condições *interativas* e *relativas*. O caráter interativo surge na relação do sujeito com uma nova aprendizagem. A necessidade educacional especial se manifesta na ação individual e subjetiva de conhecer/aprender um novo “conteúdo” social. O caráter relativo, por sua vez, resulta das condições em que a aprendizagens são efetivadas. (GLAT, BLANCO, 2007, p. 29, grifo das autoras).

Assim, a ‘deficiência’ por suas ‘características do público alvo da EE’ se relacionam aos ‘direitos’ que lhes assiste de ‘adaptação’ dos diversos meios, sejam eles de ‘acessibilidade metodológica’ no ensino-aprendizagem, ou entre outras, como de ordem física e atitudinal. Assim como, o ‘direito’ ao acesso à profissionais ‘especializados’, como constata-se observar nos excertos abaixo referentes à questão 13. b) *Incluir é...*

---

<sup>19</sup> Para mais detalhes no APÊNDICE 8: Lematização/dicionário das palavras evocadas dos termos educação especial e educação inclusiva.

Prestar assistência (psicológica, educacional, adaptação de espaço físico, etc....) **para que as adversidades sejam amenizadas para uma pessoa que possua algum tipo de deficiência**, e dessa forma, ela **consiga dar continuidade a seus estudos**. (N4, grifo nosso).

**Garantir que todos os indivíduos tenham seus direitos garantidos** e possam usufruir das mesmas oportunidades. (N12, grifo nosso).

**Dar direito a todos, independente de diferenças físicas, étnicas, regionais, deficiências físicas e mentais**, de ter uma vida “normal” **com acesso aos espaços, estruturas, instituições** que compõe uma sociedade. (N37, grifo nosso).

Dar a mesma oportunidade a todos sem exceções, **pois todos temos os mesmos direitos, e não é por alguém ter mais dificuldade por causa de uma deficiência que deve ser excluído**. (D54, grifo nosso).

Fazer com que as pessoas **tenham acesso a:** informação, educação saúde **e os direitos humanos, em geral que lhe são negados por terem algum problema físico ou psíquico**. (D58, grifo nosso).

Esses dados vêm ao encontro das ideias de Carvalho (2005), que aponta que escolas inclusivas - e aqui se destaca o próprio termo “Inclusão” - tem sua base no trabalho da diversidade e:

[...] na defesa **dos direitos humanos de acesso**, ingresso e permanência **com sucesso em escolas de boa qualidade** (onde se aprende a aprender, a fazer, a ser e a conviver), no direito de integração com colegas e educadores, de apropriação e construção do conhecimento, o que implica, necessariamente, em previsão e provisão de recursos de toda a ordem. (CARVALHO, 2005, p.36, grifo nosso).

E ainda,

[...] implica, incondicionalmente, na mudança de atitudes frente às diferenças individuais, desenvolvendo-se a consciência de que somos todos diferentes uns dos outros e de nós mesmos, porque evoluímos e nos modificamos. (CARVALHO, 2005, p.36).

O esquema abaixo (Figura 15) sintetiza a RS do grupo de participantes pesquisados. O NC da RS sobre a EE, ao analisar as falas dos alunos sobre: *“Incluir é”, “sinto que a exclusão ocorre quando”, “primeiros contatos com alunos com NEE”*, assim como, as relações desses discursos com as palavras evocadas



apresentada no Quadro 10 referente ao termo indutor ‘Educação Especial’, aplicado ao final da disciplina ‘Seminários em Educação Química’, assim como, as respostas às questões 1, 2 e 3 do segundo questionário (Apêndice 3).

QUADRO 10: QUADRO DE QUATRO CASAS DAS RS DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR SOBRE O TERMO INDUTOR EDUCAÇÃO ESPECIAL DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2

Núcleo Central			1ª Periferia		
Evocação	Frequência ≥ 7,7	OME < 2,8	Evocação	Frequência ≥ 7,7	OME ≥ 2,8
Adaptação	17	1,8	Acessibilidade	11	3,2
Inclusão	26	2,4	Dificuldade	8	3,1
Necessidade	10	2,6			
Zona de contraste			2ª Periferia		
Evocação	Frequência <7,7	OME <2,8	Evocação	Frequência <7,7	OME <2,8
Capacitação de Professores	5	1,6	Respeito	6	3,3
Sala de Recursos	5	2,2	Paciência	6	3,5
Acesso	5	2,2	Criatividade	5	3,6
Metodologia	5	2,2	Diversidade	5	3,4
Igualdade	5	2,2	Auxílio	7	2,9
Recurso	5	2,2			
Característica do Público da EE	7	2,4			
Atenção	6	2,7			
Inovação	5	2,8			
Superação	5	3,0			

FONTE: as autoras, (2020).

É possível observar no Quadro 10 que a distribuição de evocações é uniforme ao longo dos quatro quadrantes, e que, inicialmente a quantidade de palavras evocadas pelos participantes da pesquisa aumentou, tanto em número, quanto aos conceitos internalizados pelos alunos, por meio dos conteúdos abordados nas aulas da disciplina ‘Seminários de Educação em Química’.

Ao analisar o primeiro quadrante à esquerda, referente ao NC da representação sobre EE, é possível observar que a palavra ‘Adaptação’ tem a menor OME deste grupo, com frequência relativamente alta (17 participantes), e pode se configurar como o NC da representação do grupo de licenciandos para essa análise.

Sobre a palavra ‘adaptação ao analisar o Quadro 8 referente à RS de alunos de licenciatura em Química da UFPR sobre o termo indutor Educação Especial da Associação Livre de Palavras 1, realizado antes da intervenção da

disciplina ‘Seminários de Educação em Química’, observa-se que a ‘Adaptação’ (frequência de 5, OME de 1,8) aparece no quadrante referente à zona de contraste que:

[...] são respostas minoritárias que podem indicar duas possibilidades: ou são apenas complementos da primeira periferia, ou indicam a existência de um subgrupo que valoriza consistentemente alguns elementos distintos da maioria. (WALCHEKE; WOLTER, 2009, p.523).

Assim, a palavra ‘adaptação’ ao passar da zona de contraste da Associação Livre de Palavras 1 da EE, para o núcleo central da Associação Livre de Palavras 2 da EE, demonstra uma possível mudança de perspectiva sobre a EE dos licenciandos em Química da UFPR, ou ainda, que a evocação era um possível NC para um pequeno grupo, e se expandiu devido à abordagem dos conteúdos sobre a EE/EI realizada na disciplina ‘Seminários de Educação em Química’.

Constatou-se que em duas produções (COSTA, 2014; SANTOS, 2015), identificadas na revisão sistemática de literatura, as quais apresentam em seus objetivos a análise de mudanças de pensamentos e re-significações da RS sobre aspectos da EE/EI, estas revelaram resultados positivos após a aplicação de recurso/intervenção, conforme os seguintes trechos<sup>20</sup>:

**[...] a partir do momento que os professores se aproximaram de teorias sobre os princípios da educação inclusiva e sobre as possibilidades do aluno com deficiência assumiram novos discursos e, evidenciaram traços de reelaborações nas representações sociais** antes apresentadas. (COSTA, 2014, p.10, grifo nosso).

Após as análises, **percebeu-se que a disciplina EFA oferece condições de mudanças de pensamentos**, preparando o futuro professor de educação física a situações de trabalho com pessoas com necessidades especiais. (SANTOS, 2015, p.8, grifo nosso).

Assim, para analisar se essa alteração no núcleo central das RS sobre EE, está relacionada às discussões realizadas na disciplina ‘Seminários de Educação em Química’, recorreu-se à análise de conteúdo (BARDIN, 2016),

---

<sup>20</sup> Os trechos foram retirados dos resumos das produções.

para as palavras ‘Adaptação’ e ‘Necessidade’ (frequência de 10 participantes, OME de 3,6) do NC (Quadro 10), e que pode se configurar como um possível NC da representação sobre EE na Associação Livre de Palavras 1.

A palavra ‘Inclusão’ (frequência de 26 participantes, OME 2,4) que também aparece no NC da representação sobre EE não será analisada novamente, pois essa discussão já foi realizada na análise do NC sobre a EE do Associação Livre de Palavras 1 (necessidade).

Para iniciar a análise de conteúdo sobre os termos ‘necessidade’ e ‘adaptação’, foram utilizadas as respostas da Questão 1: *“Na disciplina de Seminários de Educação em Química foram discutidos vários aspectos sobre deficiência e educação especial/inclusiva. Você poderia dizer agora que a disciplina foi finalizada, qual a sua nova forma de compreender esses aspectos relacionados a essas temáticas? Descreva a sua nova visão sobre a deficiência, sobre a educação especial e sobre a educação inclusiva”* (Apêndice 11), que teve a finalidade de identificar alterações sobre a compreensão da EE, e que poderia trazer indícios da mudança do NC da representação social sobre EE e a Questão 2: *“Como você caracterizaria a educação especial, qual sua importância e quando ela se faz necessária?”* (Apêndice 11), do segundo questionário aplicado aos alunos participantes dessa pesquisa (Apêndice 3), que aborda a caracterização da Educação Especial.

Na pré-análise, foi empregada a função “localizar” do programa *Microsoft Word* contendo as palavras “adaptação, necessidade” e no arquivo contendo as respostas da Questão 1 e 2 (Apêndice 11).

Na exploração do material, foi organizado o conteúdo encontrado na pré-análise por trechos, que abrangem as palavras supracitadas e palavras que tinham o mesmo sentido nas frases (como por exemplo: Adaptar/Adequar/Adaptações/Adequações, etc.).

Para a identificação dos trechos e dos participantes da pesquisa, utilizou-se o código do aluno e o número da questão (Qn, onde n representa o número da questão)<sup>21</sup>.

A frequência de respostas encontradas nessa primeira fase se encontra

---

<sup>21</sup> Exemplo de identificação: N32Q1, N = aluno do noturno, 32 = número de identificação do aluno, este que se manteve igual em todo o trabalho e Q1 = excerto retirado da questão 1 do Apêndice 3

no Tabela 2. Os excertos excluídos desta análise, foram aqueles que apresentaram as palavras ‘adaptação e necessidade’ com foco na educação inclusiva, como por exemplo:

[...] também vejo que a deficiência é uma barreira que a educação inclusiva transpassa por meio de diversos recursos de adaptação. A educação especial deixa de ser algo separado em um ou dois lugares separados para estar presente no meio de todos (D49Q1).

TABELA 2: FREQUÊNCIA DE EXCERTOS PARA AS PALAVRAS: ADAPTAÇÃO, NECESSIDADE, INCLUSÃO - QUESTÃO 1

Palavras analisadas	Adaptação	Necessidade	Total
Frequência de excertos	48	69	117
Frequência de excertos excluídos	5	2	7
Total	43	67	110

FONTE: as autoras, (2020).

Ao observar a Tabela 2, é possível destacar a maior quantidade de excertos para a palavra ‘necessidade’ na representação sobre EE para os alunos de licenciatura em Química da UFPR. Destarte, é possível constatar que, mesmo com a intervenção dos conteúdos abordados na disciplina ‘Seminários de Educação em Química’, há uma centralidade dessa evocação nos discursos dos alunos, e corrobora para a proteção do NC por esse grupo. Pois, é o NC que “assegura a continuidade em contextos móveis e evolutivos. Ele será, dentro da representação, o elemento que mais vai resistir à mudança” (ABRIC, 2000, p. 31).

Assim, para compreender como a ‘necessidade’ se configura no contexto de proteção da representação, foi realizada a análise dos trechos encontrados na Tabela 2, por meio da codificação das unidades de registro, que para essa análise se culminou em três temas e algumas subcategorias, organizadas no Quadro 11:

QUADRO 11: CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS POSSÍVEIS NC SOBRE A RS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Temas		Subcategorias dos temas		Excertos	Total
Tema 1	Significados de necessidade e seus contextos	Contexto 1	a) Atendimento à necessidade: Contextos de acessibilidade	22	55
			b) Conhecimento da necessidade	5	
			c) Compreensão da necessidade	5	
		Contexto 2	d) Necessidade da EE	13	
			e) Necessidade como característica do aluno da EE	10	
Tema	Tipos de	a) Adaptação para acessibilidade		14	31



2	Adaptações para qual público	b) Adaptação como princípio inclusivo na EE	13	
		c) Adaptação e a (ex) inclusão	4	
Tema 3	Necessidade de adaptação	Sem subcategorias	24	24
<b>Total</b>			110	110

FONTE: as autoras, (2020).

Essas categorias nos permitiram compreender a estrutura das evocações nos discursos dos alunos, e inferir sobre as possíveis mudanças no NC da representação social da EE.

Tendo em vista que o propósito de comparação entre os possíveis NC da representação sobre a EE, e que, o Tema 3 aborda a relação entre ‘adaptação e necessidade’, para correlacionar os sentidos encontrados nos Temas 1, 2 e 3. Na sequência são realizadas as análises para o Tema 1 e 2, separadamente, e correlacionadas posteriormente à análise do Tema 3.

O Tema 1: Significados de necessidade e seus contextos, compreende os excertos sobre ‘necessidades’, que foram subdivididas em dois contextos. O Contexto 1 que comporta os trechos sobre os sentidos da ‘necessidade’, já analisados e discutidos nos itens 4.1 e 4.2: a) Atendimento à necessidade: Contextos de acessibilidade; b) Conhecimento da necessidade e c) Compreensão da necessidade (Quadro 11).

O Contexto 2 que compreende os excertos que apresentam novos sentidos sobre a ‘necessidade’, identificados após a disciplina ‘Seminários de Educação em Química’, são eles: d) Necessidade como característica do aluno da EE e e) Necessidade da EE (Quadro 11).

Para organizar os dados encontrados para o primeiro contexto foi elaborado o Quadro 12.

QUADRO 12: CONTEXTO 1: PRESERVAÇÃO DO NC ‘NECESSIDADE’ DAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Contexto 1	Fonte dos dados	Exemplos	Total
a) Atendimento à necessidade: Contextos de acessibilidade	N15Q1, N21Q1, N23Q1, D55Q1, D57Q1, D70Q1, D83Q1, N3Q2,	<b>Apesar de escolas terem alunos portadores de alguma deficiência, muitas vezes elas não possuem os recursos necessários para que o aluno tenha total aproveitamento e compreensão do conteúdo. Essa despreocupação com o entendimento do aluno com alguma necessidade especial, faz com que esses alunos sejam aprovados</b>	22

	N10Q2, N21Q2, N23Q2, N33Q2, N40Q2, D48Q2, D62Q2, D66Q2, D87Q2, D95Q2, D100Q2, D102Q2, N104Q2, D108Q2	<p>sem ter o mínimo de conhecimento da matéria que foi aplicada. (N21Q1, grifo nosso).</p> <p>Com essa disciplina completada eu aprendi bastante sobre maneiras de <b>melhorar o ambiente escolar para aqueles com alguma necessidade especial</b>. Eu vejo deficiência não mais como uma incapacidade, mas mais como uma característica que os tornam diferentes, mas sem comprometer sua capacidade de exercerem suas funções como cidadãos (D70Q1, grifo nosso).</p> <p>Caracterizaria a educação especial como essencial para os alunos com deficiências, ele <b>é de extrema importância para que os alunos que necessitem de um atendimento especializado</b> para que <b>possam também ter contato com educando que possuem de mesmas necessidades</b> (N3Q2).</p> <p><b>Ela se faz necessária para todos que precisem dela, seja por qualquer necessidade especial que apresentam, e é crucial que ela se faça acessível</b>, para poder atender todas as parcelas da população, em todas as regiões e camadas sociais, pois a “deficiência” não escolhe lugar nem hora, <b>é uma necessidade universal e deveria ser preocupação dos não deficientes, pois é um direito humano</b> (D108Q2, grifo nosso).</p>	
b) Conhecimento da necessidade	N28Q1, N37Q1, D45Q1, N37Q2, D45Q2	<p>Agora <b>posso maior conhecimento das diferentes necessidades</b> em diferentes deficiências e educação especial <b>e conheço também as ferramentas que podem ser utilizadas para atender corretamente essas pessoas</b>. (N37Q1, grifo nosso).</p> <p>Foi muito importante conhecer cada temática, <b>conhecer mais sobre as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, suas necessidades</b>, sua capacidade desvendando os mitos sobre cada tipo de deficiência, do que elas são capazes, seus limites e dificuldades. (D45Q1, grifo nosso).</p> <p>Acho que <b>educação especial é aquela que necessita de mais do que a educação o regular desprende</b>, é aquela que vai de encontro com cada caso, de cada aluno, <b>estudando suas necessidades, tempo de aprendizado, limitações e que requer mais humanidade</b>. (N37Q2, grifo nosso)</p>	5
c) Compreensão da necessidade	N20Q1, D61Q1, D65Q1, D92Q1, D100Q1	<p>A minha nova visão agora está totalmente mais ampliada, eu consigo <b>nesse momento compreender as necessidades de cada pessoa</b>, ainda aprendi como formular uma aula bem estruturada que atenda a demanda de cada aluno. (D61Q1, grifo nosso).</p> <p>Como cristã, <b>eu sempre tive a compreensão da necessidade de inclusão</b> só dos deficientes, a grande conquista que essa disciplina me proporcionou, foi a melhor <b>compreensão da necessidade de cada deficiência assim como entender e aprender como inclui-las na sala de</b></p>	5

		<b>aula. (D65Q1)</b>  <b>A forma de compreender os comportamentos e necessidades</b> de cada grupo foi ampliada possibilitando uma melhor abordagem no futuro com essas pessoas. (D100Q1, grifo nosso).	
--	--	---	--

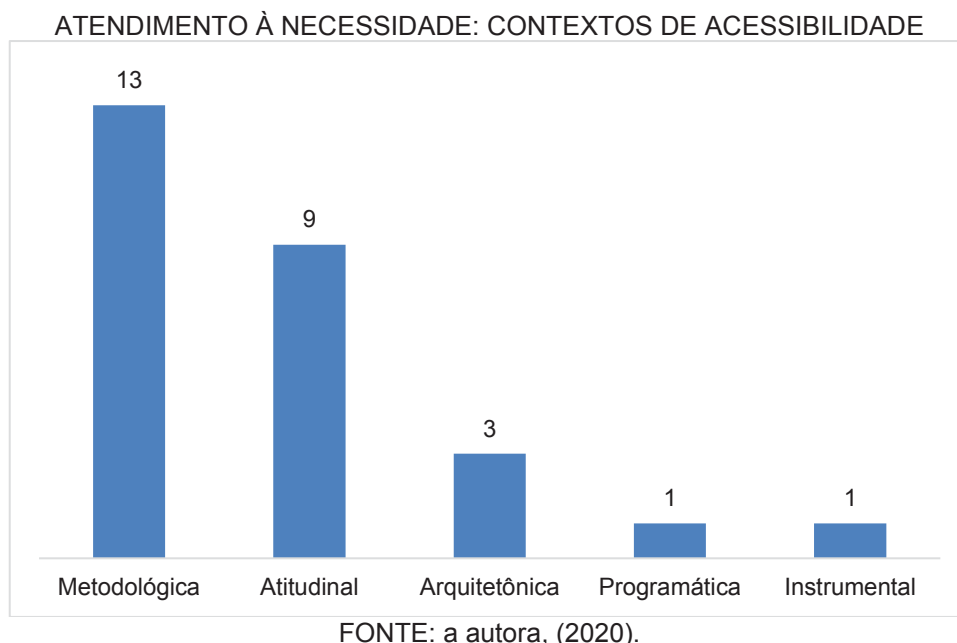
FONTE: as autoras, (2020).

Constata-se nessas subcategorias do Contexto 1 (Tema 1), que, embora os participantes revisitem as categorias de necessidades analisadas na Associação Livre de Palavras 1 sobre EE/EI, os participantes apresentaram conhecimentos mais ampliados sobre o tema, sendo capazes de fornecer exemplos sobre a diferença entre a EE e a EI.

Para o item com mais excertos 'a) Atendimento à necessidade: Contextos de acessibilidade', para não repetir a discussão do item 4.2, sobre os dimensões de acessibilidade abordada por Sassaki (2009) foi elaborado o Gráfico 4, o qual apresenta os relatos referentes às necessidades de acessibilidade metodológica (N15Q1, N23Q1, D100Q1, N10Q2, N21Q2, N23Q2, N33Q2, N40Q2, N104Q2, D62Q2, D66Q2, D87Q2, D102Q2), às necessidades de acessibilidade atitudinal (N21Q1, N23Q1, D70Q1, N3Q2, N23Q2, N104Q2, D48Q2, D95Q2, D108Q2), às necessidades de acessibilidade instrumental (D55Q1), às necessidades de acessibilidade arquitetônica (D70Q1, D83Q1, D100Q1), e às necessidades de acessibilidade programática (D57Q1).

GRÁFICO 4: DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE ABORDADAS NOS RELATOS<sup>22</sup> SOBRE O

<sup>22</sup> A quantidade de relatos sobre as dimensões de acessibilidade do Gráfico 4 é maior que a quantidade de excertos presentes no Quadro 12 para essa subcategoria, pois 5 alunos abordaram mais de 1 dimensão em seus discursos.



O Gráfico 4 aponta que os maiores números de relatos sobre as dimensões de acessibilidade, encontram-se na dimensão metodológica, seguida da dimensão atitudinal.

Em comparação com os resultados obtidos na análise dos dados do Quadro 12, sobre a temática “*Atendimento à Necessidade: Acessibilidades em diversas formas*”<sup>23</sup> (item 4.2), é possível observar a inversão na centralidade dos discursos, os quais apareciam majoritariamente na dimensão atitudinal, na primeira análise da RS sobre EE; e após a disciplina “Seminários de Educação em Química” surge um foco maior na dimensão Metodológica (Gráfico 4).

Infere-se que, o discurso dos participantes dessa pesquisa apresenta maior incidência na dimensão metodológica, devido à abordagem realizada para esta temática por alguns palestrantes da disciplina, que trouxeram exemplos de confecção de materiais didáticos adaptados e de baixo custo, vídeos, fotos de materiais didáticos para o ensino de Química e Física para cegos, etc. Alguns relatos referentes a esse assunto são observados nos excertos:

Educação especial tem por características focar no sentido mais estimulado da pessoa com deficiência e, a partir desses sentidos, criar maneiras de ensino focado nele. **Por exemplo, a questão da maquete para uma pessoa cega.** Normalmente elas têm um tato muito mais avançado e ao tocar na maquete ela consegue imaginar a mesma. **Ela é importante para que todos tenham acesso ao conhecimento** e se

<sup>23</sup>Análise realizada na página 122.

faz necessária quando há alunos que possuem **alguma necessidade especial**. (D87Q2, grifo nosso).

Educação especial seria aquela voltada para necessidades especiais específicas, tal como eficiência visual ou auditiva e se faz necessária, pois **precisam de profissionais especializados para auxiliar os professores na confecção de materiais** para que os alunos possam aprender e assimilar os conteúdos. (N10Q2).

Quando o professor Eder, por exemplo, **fez suas maquetes sensíveis para ensinar alunos deficientes visuais sobre ondas**, seus alunos sem a deficiência também puderam dela usufruir, aproximando-se mais da matéria. (D93Q2).

Sobre o Contexto 1 - subcategoria b) Conhecimento da necessidade (Tema 1, Quadro 11), constata-se que os participantes destacam a valorização do conhecimento específico da necessidade, para posteriormente realizar um atendimento inclusivo ao aluno da EE, evidenciam do mesmo modo que, na disciplina foram discutidos alguns conhecimentos sobre as deficiências, que podem auxiliar no trabalho destes licenciandos, como observado nas respostas abaixo:

Com os seminários foi possível compreender que a deficiência não é algo que se pode deixar de lado. É importante, pois independente do tipo de deficiência há uma forma de contribuir socialmente. **Também a necessidade de saber os níveis existentes de deficiência e como trabalhar com isso**. (N28Q1, grifo nosso).

[...] dependendo do que vamos ensinar é necessário trabalhar diferente do que com os outros alunos, a importância é que faz sair da rotina, faz ter uma experiência diferente e o necessário e que **aprende a lidar com pessoas diferentes na sociedade, isso vale para professor e aluno**. (N110Q2, grifo nosso).

Na última subcategoria do Contexto 1, c) Compreensão da necessidade (Tema 1, Quadro 11), é notável a diminuição de termos com caráter afetivo, como constatado na primeira análise sobre a RS sobre EE (item 2.2, Tema 2 do Quadro 11). Neste caso, o foco é mais na compreensão do que é a necessidade/necessário para o aluno da EE, praticamente como uma identificação da necessidade para se realizar um atendimento específico e eficaz, como no item b.

Para o Contexto 2 foi contemplada uma nova perspectiva de

‘necessidade’ que, até o presente momento, não tinha sido observada nos discursos dos participantes da pesquisa, e compreende os itens: d) Necessidade da EE e e) Necessidade como característica do aluno da EE.

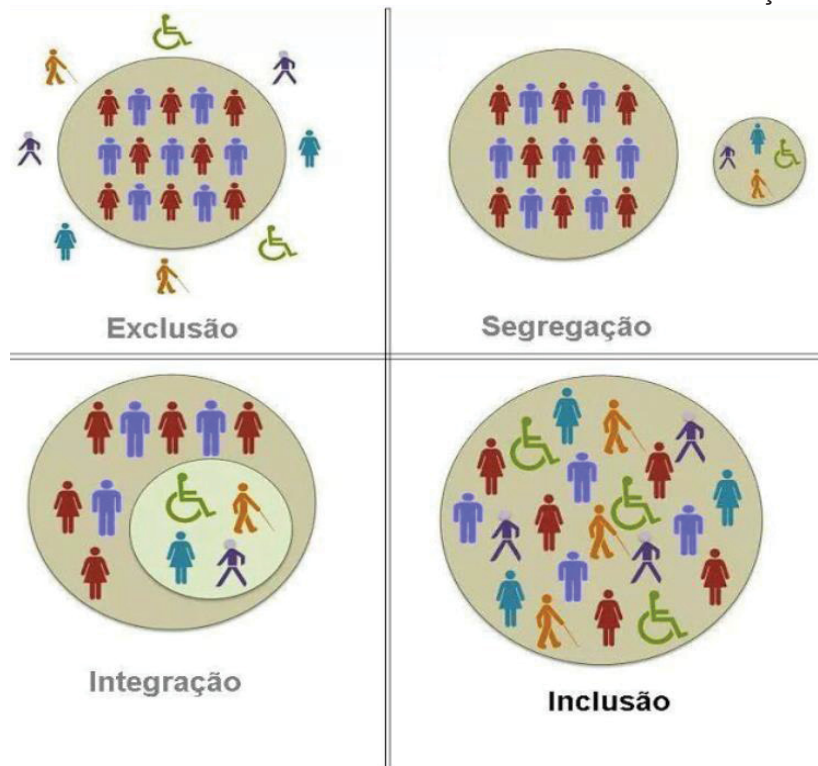
Na subcategoria do Contexto 2- d) Necessidade da EE (Tema 1, Quadro 11) com treze excertos (N39Q1, D68Q1, D76Q1, N12Q2, N14Q2, N29Q2, D46Q2, D49Q2, D50Q2, D52Q2, D58Q2, D71Q2) apresenta-se a ‘necessidade’ e relevância da EE no contexto de inclusão, como expressado nas falas abaixo:

**A educação especial, vêm como um auxílio** para as pessoas com alguma deficiência, sendo de extrema importância se ter a educação especial, irá favorecer este aluno e ajudará ele a viver em sociedade se sentir medo ou insegurança. **A necessidade de se ter a educação especial se faz necessário para todo aluno que tenha alguma deficiência, porque irá ajudar este aluno a encarar a vida e não se achar inferior a ninguém.** (N14Q2, grifo nosso).

Primeiramente com o conhecimento das diferentes deficiências que vieram surgindo, como a deficiência física, intelectual, motora, os transtornos globais e a superdotação, que compreendi melhor como funciona, **e assim consegui relacionar, através das palestras, que houve então a necessidade da educação especial para atender as especificidades de cada necessidade especial** e assim acolher e ensiná-los e ajuda-los a se desenvolver. **E então com o movimento da educação inclusiva, juntar nas escolas regulares, os alunos com alguma deficiência e os que não possui.** (D68Q1, grifo nosso).

Diante dessas respostas, é evidente que os licenciandos fazem distinção entre a EE e a EI, assim como, da relação entre elas. Essa temática foi abordada por alguns palestrantes, que trouxeram a história vivenciada pelos alunos da EE, os principais marcos na conquista de direitos e acessibilidade. Dentro das abordagens realizadas pelos palestrantes sobre a história da EE, vários deles apresentaram as fases de atendimento utilizando a Figura 16. Nesses casos, os palestrantes correlacionavam o momento histórico às políticas de inclusão, e os avanços da EE nestes contextos, bem como, a importância de realizar a inclusão por meio da Educação Inclusiva, e a diferença entre EE e EI.

FIGURA 16: FASES DE ATENDIMENTO PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



FONTE: Incluindo Pedagogia (2016).

Sobre esse aspecto, Paula (2015), salienta que entre os conhecimentos e necessidades formativas de licenciados em Ciências da Natureza para realizar o atendimento inclusivo aos alunos da EE, há a necessidade de se “Conhecer as Políticas Públicas e o Contexto Histórico da Educação Especial e Inclusiva”. No âmbito dessa necessidade formativa, a autora destaca o conhecimento sobre “os principais marcos históricos do atendimento destinado às pessoas com deficiência no contexto mundial e nacional” (p.145), observado de forma não explícita nas falas dos participantes, mas constatado no contexto de diferenciação da EE e da EI, como nas respostas:

[...] por exemplo eu acreditava que uma sala de aula que fosse determinada aos alunos com necessidades especiais somente, seria algo positivo. Após a disciplina, vejo isso como uma **segregação**, uma vez que penso ser importante existir salas de aula adequadas para qualquer aluno. A **deficiência é apenas uma forma de diversidade, é algo que um indivíduo tem, é ter uma necessidade especial e não ser portador disso**. (D76Q1, grifo nosso).

Sobre isso concorda-se com Paula (2015, p.147), pois:



[...] através do conhecimento dos aspectos envolvidos no desenvolvimento histórico sobre o atendimento educacional as pessoas com deficiência, é possível “clarificar o presente quanto ao velho que nele persiste” (JANNUZZI, 2012, p. 2)<sup>24</sup>. Compreendendo desta forma que os estigmas e estereótipos, que prejudicam a inclusão no contexto atual, são resquícios das práticas excludentes e segregacionistas que por muito tempo consideraram estas pessoas como incapazes de aprender. (PAULA, 2015, p. 147)

Sobre a subcategoria do Contexto 2 - e) Necessidade como característica do aluno da EE (Tema 1, Quadro 11), foram identificados dez excertos (N1Q1, D71Q1, D91Q1, D95Q1, D102Q1, N1Q2, N9Q2, N38Q2, D69Q2, D70Q2, D88Q2) que abordam a ‘necessidade’ como uma característica, dos alunos da EE, um modo de se referir a esse público, como expresso nos excertos abaixo:

**Pessoas com deficiência, pessoas com necessidades especiais e/ou inclusiva, eram vistas como pessoas isoladas como sendo “diferentes”.** Ao passar pela disciplina, essa visão mudou, passaram a ser só mais uma pessoa, talvez até pessoas melhores que as outras consideradas “normais”, pois eles passam por um desafio maior. (D102Q1, grifo nosso).

**Educação especial é quando se tem uma aula voltada para pessoas com deficiência/necessidade especial** que se faz muito importante para fazer essas pessoas, que possuem deficiência. (N9Q2, grifo nosso).

Assim sendo, é possível observar que os participantes utilizam as terminologias corretas para designar os alunos público alvo da EE, tais como ‘Necessidade’ (de Necessidades Especiais) e deficiência.

Ao comparar essa análise com os resultados encontrados na zona periférica da representação social sobre a EE (Associação Livre de Palavras 1, evocação ‘Característica do Público alvo da EE’), os alunos não abordam a ‘necessidade’ como característica da deficiência, e sim como uma maneira de se referir a todos os alunos da educação especial.

Outro fato constatado no discurso dos licenciandos, após a disciplina, foi a inclusão dos alunos com AH/S ao público da EE, o que não foi observado nas respostas ao questionário 1 (Apêndice 2). Na sequência, seguem depoimentos

---

<sup>24</sup> JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 3ª ed., 2012.

que comprovam a utilização dos termos: necessidades especiais, deficiência e AH/S:

A educação especial é um **acompanhamento adicional com o propósito de ajudar alunos com deficiências ou necessidades especiais** a poderem participar das aulas como qualquer outro aluno. (D70Q2, grifo nosso).

Após a finalização da disciplina **ficou muito mais claro como cada aluno tem sua necessidade na hora do aprendizado** e como professor deve se portar para que todos os alunos aprendam a matéria de maneira adequada. O professor deve estar apto para incluir todos na hora de ensinar independente da situação do aluno, **seja ela surdo, cego, com espectro autista, down ou altas habilidades**. (D95Q1, grifo nosso).

Como uma **educação direcionada a alunos com necessidades especiais**. Sem essa educação “especializada”, as crianças podem crescer sem saber os conceitos básicos, que as demais possuem, e viverem na ignorância. (N1Q1, grifo nosso).

O recorte de excertos para a subcategoria ‘d) Necessidade como característica do aluno da EE’, no Contexto 2, demonstra a utilização da terminologia recomendada: ‘necessidades especiais/deficiência’ para designar o público alvo da EE, porém, ao analisar as respostas para questões 1 e 2 do segundo questionário (Apêndice 11), ainda foram encontrados discursos nos quais os licenciandos ainda utilizam o termo ‘portador de deficiências’ para designar os alunos da EE. Ao analisar essas respostas, foi possível observar que 12% (12 licenciados) dos participantes da pesquisa, ainda utilizaram o termo.

Embora na disciplina ‘Seminários de Educação em Química’ tenham sido abordados os aspectos referentes ao uso mais adequado dessas terminologias, ainda observou-se a recorrência de termos inadequados e referentes ao senso comum sobre “o portador da deficiência”. Infere-se que essa persistência tenha seus alicerces no histórico da utilização do termo no início dos movimentos para atendimento ao aluno com NEE no país, como explica Lopes (2014):

No Brasil, o instrumento jurídico precursor na legitimação da voz dos movimentos sociais pela inclusão escolar foi a Constituição de 1988,

que em seu artigo 208, prevê o “atendimento educacional especializado **aos portadores de deficiência**, preferencialmente na rede regular de ensino”. Na Lei nº 9.394/96, o atendimento especializado aparece destinado a um número ampliado de alunos, estabelecendo que será **oferecido aos portadores de necessidades especiais** e não somente aos portadores de deficiência como na Constituição Federal. (LOPES, 2014, p. 743)

Ainda sobre essa questão, Sassaki (2002) complementa que:

No Brasil, tornou-se bastante popular, acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo *portador de deficiência* (e suas flexões no feminino e no plural). Pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência; que a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos (por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva). O termo preferido passou a ser *pessoa com deficiência*. (grifos da autora). (SASSAKI, 2002, p. 11).

Prosseguindo para o Tema 2: Tipos de Adaptações para qual público alvo foram encontrados 33 excertos que abordam a adaptação no contexto da EE, esses trechos foram divididos por subcategorias organizadas no Quadro 13.

QUADRO 13: SUBCATEGORIAS DE ADAPTAÇÃO DO POSSÍVEL NC DA RS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

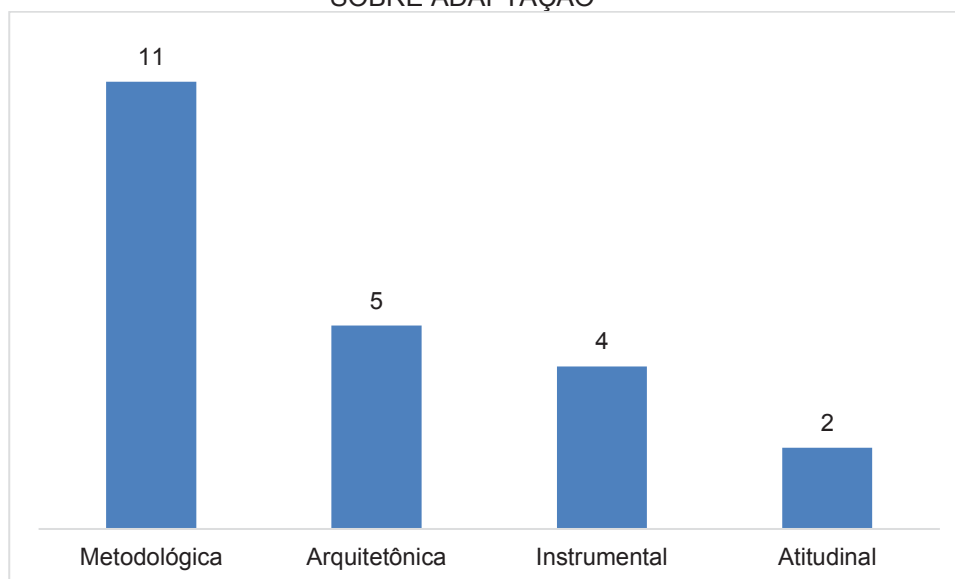
Subcategorias de Adaptação	Fonte dos dados	Total
a) Adaptação para acessibilidade	N4Q1, N20Q1, N22Q1, N30Q1, N41Q1, D66Q1, D76Q1, D85Q1, D90Q1, D100Q1, N107Q1, N22Q2, N33Q2, D85Q2	14
b) Adaptação como princípio inclusivo na EE	N12Q2, N43Q1, D62Q1, D69Q1, D87Q1, D94Q1, N32Q2, N38Q2, D48Q2, D82Q2, D90Q2, D91Q2, D109Q2	13
c) Adaptação e a (ex) inclusão	N4Q2, N18Q2, N37Q2, D96Q2	4

FONTE: as autoras, (2020).

A subcategoria do Tema 2 - a) Adaptação para acessibilidade é composta por 14 excertos que versam sobre adaptações necessárias para promoção da acessibilidade nos diversos níveis e meios.

Com base nas dimensões de acessibilidade, definidas por Sassaki (2009), foram categorizadas as respostas por tipo de acessibilidade, esses dados foram organizados no Gráfico 5.

GRÁFICO 5: DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE ABORDADAS NOS RELATOS<sup>25</sup>  
SOBRE ADAPTAÇÃO



FONTE: a autora, (2020).

O Gráfico 5 aponta que os maiores números de relatos encontrados, foram para a dimensão metodológica, seguida da dimensão arquitetônica.

Destaca-se para essa subcategoria, as falas dos alunos que discorrem sobre as acessibilidades associadas aos conhecimentos abordados nos seminários, como pode-se observar nos excertos abaixo:

Com os seminários realmente mudei minha visão sobre deficiência, principalmente na área da educação, pois **não imaginava a quantidade de materiais que é possível preparar e adaptar para estes alunos.** (N41Q1, grifo nosso).

Sobre deficiência pude observar que tivemos uma grande melhoria para acessibilidade a essas pessoas, **como por exemplo museus adequados a cada tipo de deficiência** (pouco deles), e também a sala especial em escolas (um ponto que eu não tinha conhecimento). (N22Q1, grifo nosso).

A visão transmitida durante as aulas foi de que essas pessoas são tão capazes como qualquer um **e adaptando o meio e os métodos podemos incluir a todos em nossa sociedade.** (D100Q1, grifo nosso).

A despeito da subcategoria b) Adaptação como princípio inclusivo na EE

<sup>25</sup> A quantidade de relatos sobre as dimensões de acessibilidade do Gráfico 5 é maior que a quantidade de excertos presentes no Quadro 13 para essa subcategoria, pois 8 alunos abordaram mais de 1 dimensão em suas respostas.

(Tema 2), foram elencados 13 excertos (N12Q2, N43Q1, D62Q1, D69Q1, D87Q1, D94Q1, N32Q2, N38Q2, D48Q2, D82Q2, D90Q2, D91Q2, D109Q2) que consideram a adaptação como uma ação necessária para a inclusão aos alunos da EE na sala de aula regular, como expresso nos trechos:

A educação especial **é um tipo de educação adaptada a alunos e voltada a pessoas portadoras de deficiência** sejam elas quais forem aos quais evita a ideia de pseudo inclusão nos espaços físicos das escolas. (D109Q2, grifo nosso).

Educação especial é a **adaptação da transmissão do conhecimento para um aluno devido a certas circunstâncias ou dificuldades**. Ela é importante para garantir que todos tenham acesso à educação e conhecimento. (D82Q2, grifo nosso).

A educação especial é muito importante para atender todos os tipos de alunos. Quando uma turma possui um aluno com deficiência, **a escola quem deve se adaptar ao aluno e não ao contrário**. Desta forma, dependendo do tipo de deficiência desse aluno, **recursos devem ser adotados pra que a aula seja acessível** para este aluno também. (D90Q2, grifo nosso).

A educação especial olha para seus alunos e procura **promover um ensino que melhor se adapte as suas capacidades**. Ela se faz necessária sempre que tenha algum aluno com algum tipo de deficiência física ou intelectual que necessite de uma aula com um apoio devido. (D91Q2, grifo nosso).

Sobre essa categoria, é possível verificar que os alunos descrevem o papel da EE como essencial, caminhando no sentido de apoio às necessidades específicas do aluno público alvo da EE, que podem ocorrer por meio de adaptações do ambiente educacional. Destaca-se que essas falas se remetem ao atendimento inclusivo, em que o aluno com NEE não precisa se ‘encaixar’ em um padrão mínimo de normalidade, como observado no histórico sobre o atendimento ao deficiente, quando:

O apoio decorria em salas próprias para o efeito, após um diagnóstico do foro médico ou psicológico. Era equacionado de modo a não provocar qualquer perturbação na turma do ensino regular, nomeadamente porque a permanência destes alunos na escola não acarretava mudanças a nível do currículo, nem a nível das estratégias pedagógicas utilizadas. (SILVA, 2009, p.141).

A subcategoria ‘c) Adaptação e a (ex) inclusão’ (Tema 2), é constituída

por quatro excertos (N4Q2, N18Q2, N37Q2, D96Q2), nos quais a EE é abordada como um modo de atender os alunos que não se adaptam à escola tradicional.

De maneira oposta aos resultados observados na subcategoria 'b) Adaptação como princípio inclusivo na EE', o aluno da EE nestes discursos, deve se adaptar ao meio, e não ao contrário, conforme destacado nos excertos abaixo:

A caracterizo como forma de segregação, porém, ainda é muito utilizada, pois é mais fácil de praticar do que a educação inclusiva. Contudo, para o deficiente, ela pode sim colaborar muito, pois alcança melhor suas dificuldades, sana suas dúvidas. Assim, **ela se faz necessária quando o aluno não se adapta a escolas inclusivas**, mas ainda precisa estudar para se tornar mais autossuficientes. (N18Q2, grifo nosso).

Seria a educação para pessoas com deficiências. Ela é de muita importância pois todos devem ter o direito de aprender. **Ela se faz necessária quando o aluno não consegue se adaptar**. (D96Q2, grifo nosso).

**Se faz necessária a todos que não se adaptarem a escola convencional**, seja por limitações físicas ou intelectuais. (N37Q2, grifo nosso).

Embora sejam poucas as falas referente à inclusão-excludente, os aspectos simbólicos existentes nesses discursos não podem ser ignorados, e que a grande quantidade de terminologias, fases de atendimento e mitos envolvidos ao público da EE, devem ser abordados com cuidado e atenção, para que os alunos licenciandos possam saber diferenciar ações inclusivas de ações integrativas e segregativas.

Destacados os principais pontos encontrados sobre as palavras 'necessidade' e 'adaptação' prossegue-se a análise do Tema 3: Necessidade de adaptação.

Os vinte e quatro excertos que se referem a essa categoria abordam, concomitantemente, a necessidade e a adaptação no mesmo discurso, desta forma esses excertos compõem a análise de adaptação e de necessidade, aparecendo aqui de maneira duplicada.

Assim, para essa análise, os vinte e quatro excertos, se reduzem a doze (N3Q1, N14Q1, N30Q1, N33Q1, D109Q1, D110Q1, D68Q2, D76Q2, D86Q2, D109Q2, D111Q2, D113Q2) e compreendem a necessidade de adaptação para atendimento aos alunos da EE, como destacado nos trechos abaixo:

Acredito que **é uma grande dificuldade adaptar as aulas e conseguir extrair o potencial de alunos com necessidades especiais**, mas de qualquer forma transmitir conhecimento de maneira didática e eficaz é difícil de qualquer jeito e em qualquer situação, havendo ou não aluno (s) com necessidades especiais em sala de aula. Acredito que conseguir dar aula de maneira eficiente e tornar os alunos pessoas com pensamento crítico e com os conhecimentos sobre a disciplina é uma grande satisfação. **Nós como pessoas e professores podemos ganhar muito mais conhecimento sobre como lidar com as dificuldades se formos atrás de adaptar e ofertar a melhor aula possível, dentro das necessidades e dificuldades a serem superadas.** (N33Q1, grifo nosso).

A **educação especial serve para adaptar o ambiente a PcD**, logo **deve atender as suas necessidades especiais** de modo que seja possível a ele tudo o que é possível aos demais alunos. Ela se faz necessária quando o contrário ocorre. (D111Q2, grifo nosso).

Ela se faz necessária quando os alunos não identificados, **segundo as suas necessidades e então ocorre uma adaptação do sistema ensino aprendizagem**, de modo a incluir estes alunos e evitar a marginalização dos seus direitos. (D109Q2).

A educação especial visa permitir que os **alunos com certo grau de dificuldade de aprendizado ou com superdotação tenham acesso a um conteúdo adaptado as suas necessidades**. É de extrema importância para a educação inclusiva, pois permite a esses grupos outrora excluídos e/ou prejudicados por não se enquadrarem no padrão esperado o acesso à educação básica e superior de qualidade, o que é um direito deles. Faz-se muito necessário quando o aluno se mostra divergente do restante da sala, o que, muitas vezes, é agravado por um docente despreparado para ocasiões assim. (D86Q2, grifo nosso).

É possível observar que ao relacionar a ‘adaptação’ com a necessidade, os participantes desta pesquisa demonstram a importância da metodologia utilizada no ensino-aprendizagem dos alunos da EE para configurar um ensino realmente inclusivo.

Ao comparar os Temas 1, 2 e 3 conclui-se que o NC da representação sobre a EE se encontra fundamentado na forma de atendimento ao aluno da EE, o que vai demandar adaptações do ensino com base nas necessidades específicas de cada deficiência e/ou necessidade educativa, com a finalidade de atingirmos propósitos da inclusão. Nesse sentido, salienta-se que não foi observado dois NC diferentes, ou seja, dois grupos diferentes de alunos com duas representações diferentes, mas sim representações que se complementam para a inclusão do aluno da EE. A primeira é a ‘necessidade’ advinda do senso



comum e de conhecimentos historicamente vivenciados por esse público, e a segunda pode ter sido concebida por meio dos conteúdos abordados na disciplina ‘Seminários em Educação em Química’.

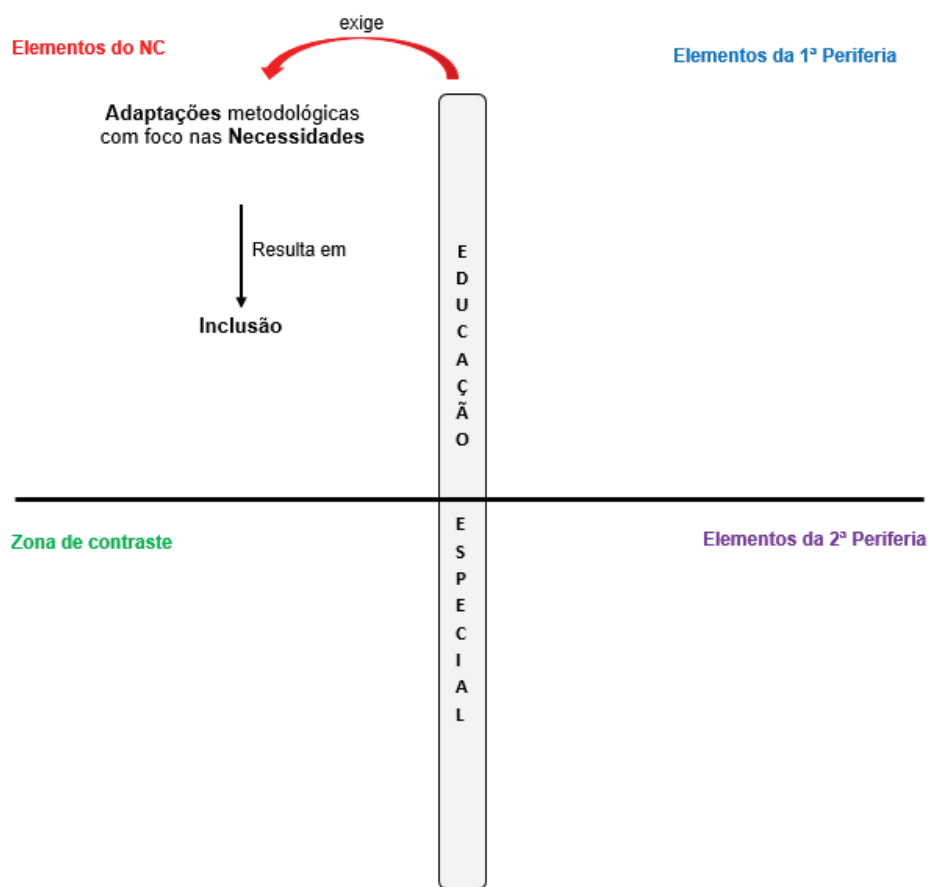
Diante do que foi observado, conclui-se que os conteúdos abordados na disciplina ‘Seminários de Educação em Química’ proporcionaram impactos, principalmente, na forma em que os licenciandos compreendem a importância da acessibilidade metodológica para os alunos público alvo da EE e para os alunos de comportamento típico, os quais se beneficiam de um ensino que foge da educação tradicional.

Conclui-se também, que a intervenção da disciplina não alterou o NC da representação social sobre a EE dos licenciandos em Química da UFPR, porém contribuiu para o aprimoramento dos conhecimentos específicos para o atendimento inclusivo à EE.

Assim, o esquema da Figura 17, sintetiza a análise realizada até o presente momento, sobre o NC das RS sobre a EE (Associação Livre de Palavras 2).

FIGURA 17: ESQUEMA DO NC DA RS SOBRE EE DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM

## QUÍMICA - ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2



FONTE: as autoras, (2020).

Realizada a análise sobre o NC da RS sobre a Educação Especial (Associação Livre de Palavras 2), a seguir apresenta-se e discuti-se a estrutura das outras evocações presentes no Quadro 10.

A TNC de Abric (1994a) dispõe que é possível observar um duplo sistema, o NC que sustenta a RS de forma rígida e é resistente a mudanças, como observado na análise anteriormente, e os sistemas periféricos, que são flexíveis e não tão resistentes a mudanças, como explica o autor:

A organização de uma representação apresenta uma característica particular: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas além disso toda a representação é organizada em torno do núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação o seu significado (ABRIC, 1994a, p, 19).

E complementa:

Nesses processos de percepção social aparecem, portanto, elementos centrais, aparentemente constitutivos do pensamento social, que lhe

permitem colocar em ordem e compreender a realidade vivida pelos indivíduos ou grupos. (ABRIC, 1994a, p, 20).

Um princípio básico da TNC de Abrid (1994a) é que o NC não apenas mostra os resultados da representação, ele exerce a função conectiva entre os elementos periféricos, para tanto, exerce a função geradora e organizadora, relembrando-as:

uma função geradora: ele é o elemento pelo qual se cria, ou se transforma a significação dos elementos constitutivos da representação. É por ele que esses elementos tomam um sentido, um valor.

uma função organizadora: é o núcleo central que determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos da representação. Ele é nesse sentido o elemento unificador e estabilizador da representação. (ABRIC, 1994a, p. 22)

Assim, para compreender como os elementos periféricos se estruturam com o núcleo central das RS sobre a EE, foi realizada a análise das evocações presentes no Quadro 10, com base nas respostas dos licenciandos para a Questão 2) *Como você caracteriza a Educação Especial, qual a sua importância e quando se faz necessária?* e 3) *Para você, qual o público alvo da educação especial/inclusiva? Quem são eles (elas) e como você o(as) caracteriza (m)?* (Apêndice 11), que discorre especificamente da Educação Especial.

As palavras que eclodiram da primeira periferia, segundo quadrante a direita do NC no Quadro 10, foram 'Acessibilidade' (11 evocações, OME 3,2), e 'Dificuldade' (8 evocações, OME 3,1).

A 'acessibilidade', como já discutido, se estrutura no NC como uma ação da 'adaptação' à 'Necessidade' do público alvo da EE, que resulta na 'inclusão', e se apresenta como um recurso essencial no atendimento à EE, na visão dos licenciandos, como constata-se nos trechos:

**O grande ponto da educação especial vem na acessibilidade e no direito que todos têm a uma educação de qualidade e principalmente em equidade.** Ou seja, como relatado em um seminário sobre acessibilidade, devemos tratar com igualdade os iguais e com o desigual devemos trata-lo com sua realidade. A educação especial se faz necessária para que as PCD's tenham

oportunidades de se desenvolver e que também tenham uma vida justa (N13Q2, grifo nosso).

A educação especial é uma forma de incorporar um aluno deficiente a dinâmica de ensino. **É um modelo pedagógico que projeta recursos de acessibilidade** para cada aluno dependente desta forma de ensino. É um importante eixo do ensino, pois consegue capacitar sujeitos vulneráveis na sociedade, que são tidos erroneamente como “incapazes”. (N20Q1, grifo nosso).

Já a ‘dificuldade’, se relaciona às barreiras encontradas na ‘adaptação’ para atendimento da ‘necessidade’, assim como, uma característica dos alunos com NEE que apresentam ‘dificuldades’ nos ambientes sem as dimensões de acessibilidade, como expresso nos excertos abaixo:

A educação especial é quando o profissional da área de educação prepara uma aula que atenda toda e qualquer tipo de demanda não tendo preconceitos. **A importância desse tipo de aula é que pessoas com certas deficiências tenham a oportunidade de estudar e de poder competir em um mercado de trabalho. Ela se faz necessária quando qualquer pessoa tem dificuldades na aprendizagem.** O educador tem como missão compreender e se renovar no método educacional. (D61Q2, grifo nosso).

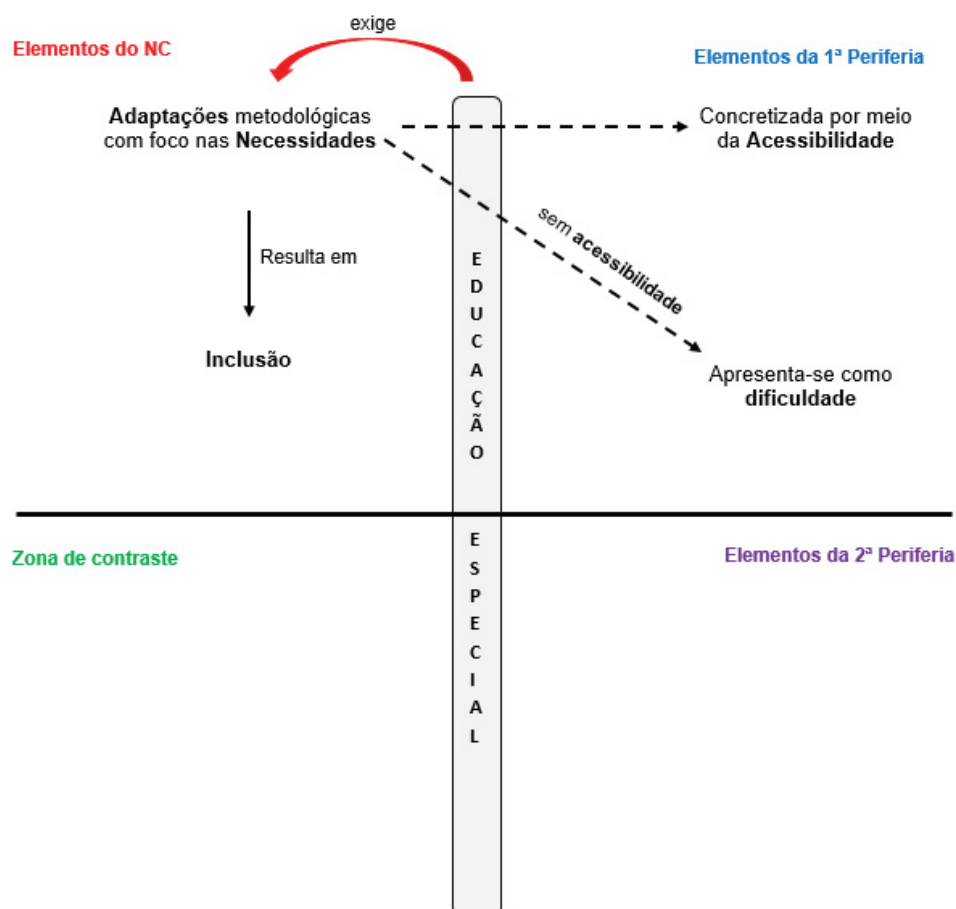
A educação especial é aquela em que o professor **aprimora seu feito de ensinar, aprende novos métodos e aplica para que alunos com determinadas dificuldades possa aprender, assim como os demais.** Ela é de extrema importância, pois permite que pessoas com deficiência e altas habilidades desenvolvam seus talentos e competências. Ela se faz necessária quando o professor percebe que seu método tradicional de ensino não permite que alunos especiais aprendam com eficiência. (D64Q2, grifo nosso).

A educação especial é **um apoio onde são trabalhadas as eventuais dificuldades dos alunos com algum tipo de deficiência possam apresentar.** Sua importância está no fato de que mesmo frequentando as aulas normais, a educação especial os ajuda a não ficarem para trás. **Ela se faz necessária quando o aluno apresenta alguma deficiência que possa dificultar seu aprendizado e relação a outros alunos.** (D72Q2, grifo nosso).

Quando algumas pessoas **com certas dificuldades necessitam de um método de ensino diferente que possam aprender,** sendo de grande importância para que essas pessoas tenham o mesmo aprendizado e ganho de conhecimento como todas. (D78Q2, grifo nosso).

Assim, o esquema da Figura 18 procura sintetizar a relação do NC da representação social sobre a EE com as evocações encontradas na primeira periferia.

FIGURA 18: ESQUEMA DO NC E 1ª PERIFERIA DAS RS SOBRE EE DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2



FONTE: as autoras, (2020).

Os elementos evocados na 2ª periferia, a partir das respostas dos licenciandos, que podem ser consideradas mais individuais, pois são “elementos pouco salientes nas duas coordenadas, e, portanto menos interessantes para a estrutura da representação do grupo social, trazendo aspectos mais particularizados” (WACHELKE; WOLTER, 2009, p. 523), foram as palavras: ‘Respeito’ (6 evocações, OME de 3,3), ‘Paciência’ (6 evocações, OME de 3,5), ‘Criatividade’ (5 evocações, OME de 3,6), ‘Diversidade’ (5 evocações, OME de 3,4) e ‘Auxílio’ (6 evocações, OME de 2,9). Ressalta-se que estas palavras possuem uma baixa frequência de evocações e foram lembradas mais tardiamente pelos participantes da pesquisa.

Esses elementos trazem a subjetividade histórica de cada participante, e se remete ao NC da representação, de ‘Adaptação’ da ‘Necessidade’ do

público alvo da EE para a ‘Inclusão’ como formas de abordagem no atendimento da ‘necessidade’, caracterizada com o ‘respeito’, ‘paciência’ e ‘criatividade’, conforme excertos abaixo:

O professor deve conhecer o aluno, **ser criativo para desenvolver métodos de ensino que não excluam alguém** e principalmente, ser responsável pelo auxílio para o desenvolvimento do aluno da melhor e mais confortável forma possível. (D48Q2, grifo nosso).

Alunos com altas habilidades e outros tipos de transtornos globais. Precisam de materiais diferentes, **uma atenção maior, paciência para entender o ritmo desses alunos**. (N41Q3, grifo nosso).

Os elementos restantes da segunda periferia, se expressam também no no trabalho do professor com foco no tratamento à ‘diversidade’, encontrada no público alvo da EE, assim como, a ‘necessidade’ do ‘auxílio’ a estes alunos em sala de aula que necessitam maior atenção, apoio e ‘adaptação’ para o aprendizado, como pode-se observar nas respostas abaixo:

A educação especial **surge da necessidade de alunos de terem um suporte e em auxílio na hora de estudarem**. Sem a educação especial alunos com autismo não conseguiriam estudar com os demais alunos e teriam sua educação afetada. (D95Q2, grifo nosso).

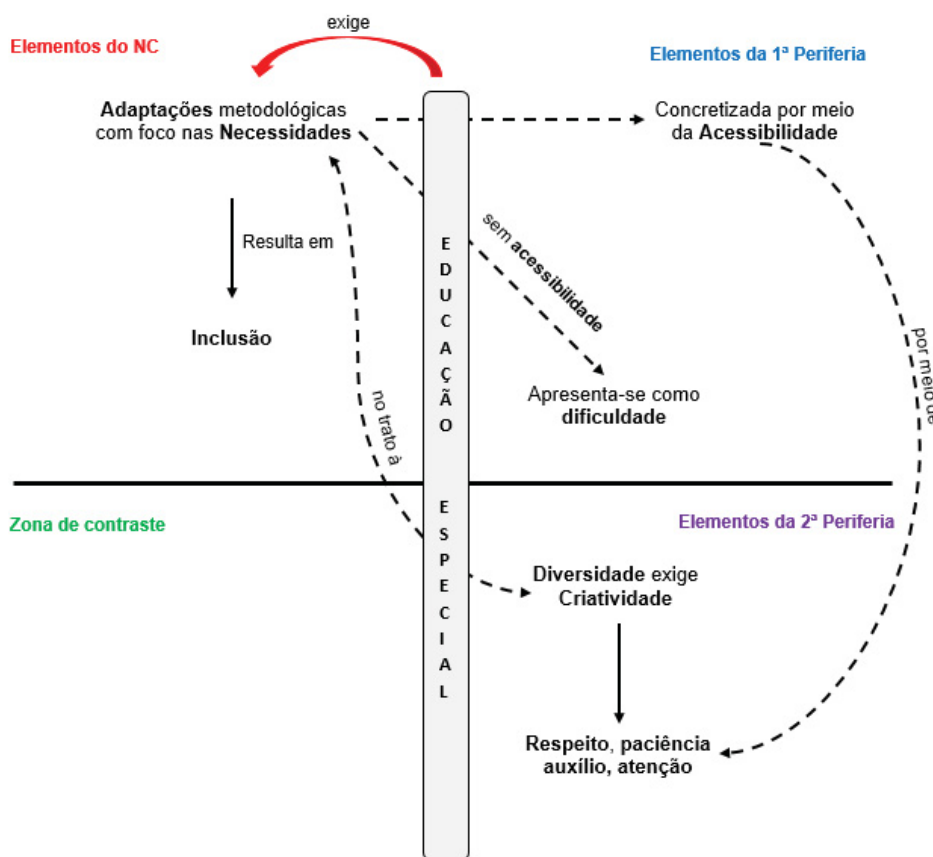
São pessoas com necessidades especiais, deficiências física ou mental, como deficiente visual ou baixa visão, pessoa com transtorno do espectro autista, pessoa com problema auditivo e etc. **São pessoas que necessitam de um auxílio e/ou uma forma diferente de dar aula para que aprendam o conteúdo**. (N9Q3, grifo nosso).

O público alvo é a parcela não atendida pelo ensino “normal”. A pessoa pode ter dificuldade de locomoção por alguma limitação física ou **precisa de auxílio na realização de tarefas pelo mesmo motivo, precisando de pessoal disponível e capaz para atendê-lo**. (D108Q3, grifo nosso).

Assim, o esquema da Figura 19 procura sintetizar e unificar os elementos da segunda periferia com o NC.

FIGURA 19: ESQUEMA DO NC E 1ª e 2ª PERIFERIA DAS RS SOBRE EE DOS ALUNOS

## LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2



FONTE: as autoras, (2020).

O último quadrante analisado se refere aos elementos da zona de contraste, localizado na primeira coluna, abaixo do NC do Quadro 10, os quais apresentam palavras evocadas rapidamente, por número menor de participantes e podem exercer as funções de complementar a primeira periferia ou indicar a formação de subgrupos dentro do grupo estudado, possibilitando até a formação de outro núcleo central (WACHELKE; WOLTER, 2011).

As palavras que eclodiram desse quadrante foram 'capacitação de professores' (5 evocações, OME de 1,6), 'sala de recursos' (5 evocações, OME de 2,2), 'acesso' (5 evocações, OME de 2,2), 'metodologia' (5 evocações, OME de 2,2), 'igualdade' (5 evocações, OME de 2,2), 'recurso' (5 evocações, OME de 2,2), 'característica do público alvo da EE' (7 evocações, OME de 2,4), 'atenção' (6 evocações, OME de 2,7), 'inovação' (5 evocações, OME de 2,8) e 'superação' (5 evocações, OME de 3,0).

No geral, ao considerar o contexto estudado, essas palavras aparecem

como forma desconectar todas as periferias, assim como, os aspectos referentes ao NC das representações sobre EE.

Assim, os participantes da pesquisa abordam a importância da ‘metodologia’ no ‘acesso’ à educação, conforme o trecho abaixo.

A educação especial é uma prática ou método educacional que busca meios de tornar o assunto compreensível através **de métodos diferenciados**. É de extrema importância que haja esse tipo de atendimento **para que pessoa com deficiência possam ter acesso** à educação que é um direito garantido pela constituição federal. (D97Q2, grifo nosso).

A educação especial/inclusiva tem objetivo que prega diferentes **abordagens metodológicas para proporcionar uma educação em que este público passa não só a ter acesso, como também garantia de aprendizado**. (D39Q3, grifo nosso).

Também consideram a necessidade de ‘recursos’ para ‘inclusão’ dos alunos da EE por meio de ‘adaptação’. Conforme o excerto a seguir:

Indivíduos com autismo, altas e baixas habilidades, cegos, surdos ou com algum tipo de diferença intelecto-comportamental podem ser público alvo direto da educação especial e inclusiva. Assim como pessoas “normais” **(que não necessitam de recursos diferenciados para o seu desenvolvimento social e cognitivo)**, esses indivíduos precisam estar inseridos juntamente de todos os outros ainda que hajam barreiras que muitas das vezes inviabilizam suas formações pessoais. Eles pertencem a grupos que compõem e inserem diversas pessoas no Brasil e no mundo apresentam diferentes comportamentos **só conseguem ter a chance de se incluir em um meio com efetivação partir de nossas adaptações**. (D85Q3).

E se referem ao ‘respeito’ às limitações decorrentes das ‘características do aluno público alvo da EE’, para promover a ‘igualdade’, que pode ocorrer por meio da acessibilidade metodológica e/ou da ‘capacitação’ de profissionais que atuarão com ‘atenção’ às ‘necessidades’ e ‘dificuldades’, utilizando ‘recursos’ para atender a demanda da EE, conforme os excertos abaixo:

Acredito que a educação especial seja de fundamental importância para primeiramente garantir direitos básicos de aluno a educação para todos os alunos com deficiência, e também para **promover igualdade e justiça social**, ou busca trazer e inclui o aluno com deficiência para



o contexto da comunidade escolar, **ao mesmo tempo que respeita suas limitações o garantir ferramentas e acesso para esse aluno.** (D81Q2, grifo nosso).

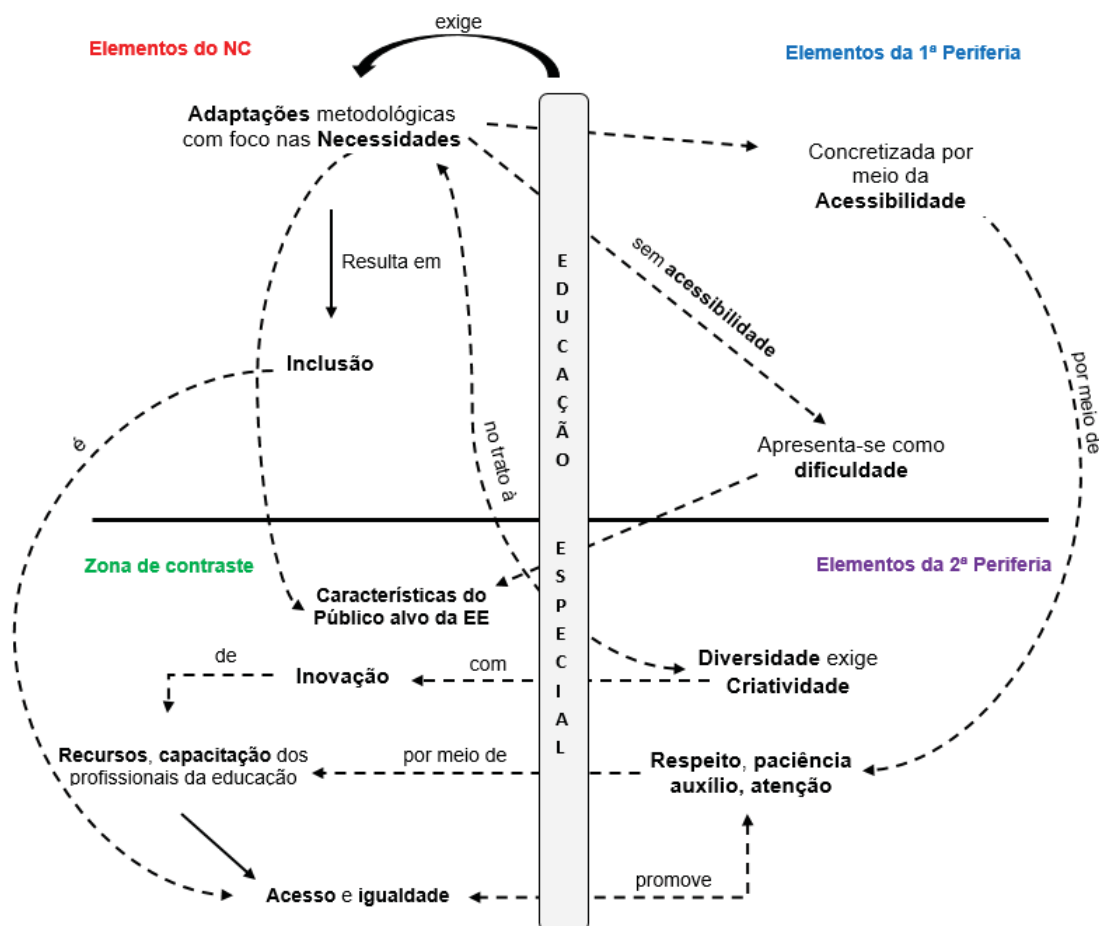
**A educação especial é** importantíssima para todos, **é fundamental para uma igualdade social** e indispensável para um crescimento de um país e ela se faz necessária para que quando requisitada ou quando se a necessidade de atender alguém com necessidades especial, ela se faz desde o início da educação **e deve ser construída desde cedo em material para educador, para que todos sejam capacitados para atender pessoas especiais** não só em sala de aula como fora dela também. (N104Q2, grifo nosso).

Todos os alunos portadores de necessidades especiais que tenham alguma deficiência, seja ela física, seja ela mental, e eles são caracterizados como alunos especiais **que necessitam atenção especial e inclusão** da forma que um todos **os aceitem e respeitem** para que o nosso possa crescer e **vencer sua dificuldade.** (N104Q3, grifo nosso).

Assim, o esquema da Figura 20 sintetiza a RS sobre a Educação Especial dos licenciandos em Química da UFPR, encontrada nessa pesquisa.

FIGURA 20: ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A EE DOS ALUNOS

## LICENCIANDOS EM QUÍMICA - ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2



FONTE: as autoras, (2020).

Diante do exposto, como mencionado anteriormente, é possível verificar que os alunos licenciandos em Química da UFPR apresentam uma RS sobre a EE com foco nas adaptações às necessidades enfrentadas pelos alunos com NEE, e que a disciplina ‘Seminários de Educação em Química’, agregou à essa RS aspectos referentes aos meios para realizar um atendimento inclusivo.

Nota-se que, antes da disciplina, os alunos apresentavam discursos pautados, muitas vezes, na afetividade e na proteção ao aluno com deficiência, com foco nas dificuldades enfrentadas por esse público, e não incluíam as necessidades educacionais das pessoas com AH/S.

Dentro do novo contexto, os licenciandos demonstram em seus discursos a necessidade de efetivação da inclusão, principalmente por meio de adaptações metodológicas com recursos materiais, e reconhecem a autonomia que o ensino inclusivo proporciona para o público alvo da EE. Embora, alguns aspectos referentes às terminologias utilizadas por esses alunos, como por

exemplo: ‘portadores de deficiência’, ‘integração’, ‘falta de capacidade’ e outras, as quais remetem à exclusão vivenciada pelas PCD, foi possível constatar que os alunos de licenciatura em Química trazem RS favoráveis ao trabalho da EE para a efetivação da EI.

Assim, prossegue-se para a análise da Associação Livre de Palavras para o termo indutor EI.

#### 4.3 REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE EI DOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA DA UFPR: 1ª APLICAÇÃO

Para a análise da RS sobre Educação Inclusiva dos licenciandos em Química da UFPR, foram utilizados os resultados obtidos da análise prototípica apresentada no Quadro 14, referente ao termo indutor ‘EI’, da Associação Livre de Palavras aplicada no início da disciplina ‘Seminários em Educação Química’, assim como, a questão 13 do primeiro questionário (Apêndice 2).

QUADRO 14: QUADRO DE QUATRO CASAS DAS RS DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR SOBRE O TERMO INDUTOR EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 1

Núcleo Central			1ª Periferia		
Evocação	Frequência ≥ 9,5	OME < 2,1	Evocação	Frequência ≥ 9,5	OME ≥ 2,1
Necessidade	10	2,0	Direito	13	2,3
Zona de contraste			2ª Periferia		
Evocação	Frequência <9,5	OME <2,1	Evocação	Frequência <9,5	OME ≥2,1
Ajudar	5	1,2	Integração	6	2,7
Adaptação	7	1,6	Preparação	5	2,2
Respeito	5	1,8	Inclusão	5	2,4
Necessário	5	1,8			
Oportunidade	9	1,7			
Igualdade	9	1,9			
Ensino	5	2,0			

FONTE: as autoras, (2020).

No Núcleo Central da RS sobre EI, presente no primeiro quadrante à esquerda do Quadro 14, encontra-se isoladamente a palavra ‘Necessidade’, com OME igual a 2,0 e frequência de 10 evocações. Essa evocação também foi encontrada como possível NC sobre a EE, conforme discutido no item 4.1.

Visto que o NC encontrado para a representação social sobre EI foi o

mesmo obtido para a EE, primeira aplicação da Associação Livre de Palavras, considera-se que a palavra ‘Necessidade’ está muito presente nas falas dos participantes desta pesquisa, visto que, seu significado está interligado às questões debatidas e consideradas como fundamentais para incluir o público da EE. O significado da palavra ‘Necessidade’ inclui “aquilo que é inevitável, imprescindível, fundamental, que tem grande importância, que deve ser feito ou cumprido por ação, imposição ou obrigação” (SIGNIFICADOS, 2014, sp). E, o ‘necessitado’, nesse contexto, o aluno com NEE será aquele que carece de algo, do que é indispensável para a vida ou para obter maneiras de conservá-la. As ‘necessidades’ que se apresentam, geralmente para as pessoas com NEE, não ocorrem de mesma forma para pessoas com condutas típicas, como os alunos participantes desta pesquisa, por isso a utilização desse termo tem despontado com potência no cenário das análises da RS sobre EE/EI.

Nesse sentido, para aprofundar o resultado referente ao NC obtido para a RS sobre EI e estruturar as evocações encontradas no Quadro 14, referente aos sistemas periféricos da representação entorno da palavra ‘Necessidades’, recorreu-se à análise de conteúdo. Para isso, foram utilizadas como base as respostas dos participantes da pesquisa aos subitens da questão 13, do questionário inicial (Apêndice 2), aquelas que apresentaram excertos contendo a palavra ‘Necessidade’. Para tanto foi realizada a pré-análise, exploração do material, inferência e a interpretação desse conteúdo (BARDIN, 2016).

Para a pré-análise, foi empregada a função “localizar” do programa *Microsoft Word* contendo a palavra “Necessidade” no arquivo com as respostas dos subitens da questão 13. Para a exploração do material, foi organizado o conteúdo encontrado na pré-análise, por trechos, com a palavra ‘Necessidade’ nas questões 13 itens *a, b, c, d, e, e f*. A frequência de respostas encontrada nessa primeira fase se encontra na Tabela 3.

Posteriormente a essa identificação, o conteúdo dos trechos foram analisados, e os excertos que apresentaram a palavra “necessidade” fora do contexto da EE/EI foram excluídos, como por exemplo, a fala do estudante N23: “deixamos as pessoas de lado por ela não conseguir atender as nossas necessidades devido a suas dificuldades”. Para organizar essa etapa foi elaborado o Tabela 3.

TABELA 3: FREQUÊNCIA DE EXCERTOS PARA PALAVRA 'NECESSIDADE' POR SUBITEM DA QUESTÃO 13

<b>Subitens questão 13</b>	a) Incluir é	b) Sinto que a exclusão ocorre quando	c) Para incluir uma pessoa eu	d) Espero que a inclusão	e) Acredito que a maior causa da exclusão hoje ocorre devido	f) Incluir é preciso pois	Total
<b>Frequência de excertos</b>	23	31	26	7	5	6	100
<b>Frequência de excertos excluídos</b>	2	1	0	2	0	0	4
<b>TOTAL</b>	21	30	26	5	5	6	93

FONTE: as autoras, (2020).

Com os trechos selecionados, foi realizada a codificação por meio de unidades de registro organizadas por temas, conforme Quadro 15.

QUADRO 15: CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUANTIDADE DE EXCERTOS

<b>Temas</b>		<b>Excertos</b>
Tema 1	Atendimento à Necessidade: Acessibilidades em diversas formas	48
Tema 2	O acolhimentos e afetividade à Necessidade	29
Tema 3	Conhecer e identificar a(s) Necessidade(s)	8
Tema 4	Oportunidades independente da Necessidade	7

FONTE: as autoras, (2020).

O Tema 1 - Atendimento à Necessidade: Acessibilidade em diversas formas, com 48 excertos, vai ao encontro do sentido de 'Necessidade' para atendimento ao público da EE encontrado no NC da RS da primeira aplicação da Associação Livre de Palavras para a EE. Esses trechos abordam a 'Necessidade' de acessibilidade para inclusão de alunos com NEE.

Para analisar o Tema 1, foram criadas subcategorias com base na dimensões de acessibilidade, propostas por Sassaki (2009) no campo da educação<sup>26</sup>, para atendimento inclusivo às necessidades do público alvo da EE. Para essa autora:

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho,

<sup>26</sup> Dimensões de acessibilidade descritas detalhadamente no Quadro 6, item 3.5.1 com base no artigo: SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (SASSAKI, 2009, p. 10,11).

Sobre essas dimensões, Sassaki (2009) salienta a possibilidade coexistência de mais de uma dimensão em um mesmo campo, e exemplifica:

Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade [acessibilidade arquitetônica, comunicacional e programática], a capacitação de recursos humanos [acessibilidade atitudinal], a flexibilização e adaptação do currículo [acessibilidade metodológica e instrumental] ..." (SASSAKI, 2009, p.15 , subscritos da autora).

Essa diversidade de dimensões foram observadas no discurso dos alunos em relação a esse tema. Assim, essas subcategorias foram organizadas no Quadro 16:

QUADRO 16: RELATOS ASSOCIADOS ÀS DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE

Dimensão de Acessibilidade	Fonte dos dados	Exemplos	Total <sup>27</sup>
Atitudinal	N14b, N15a, N33e, N34b, N35a, N41b, N42a, D45f, D46b, D52b, D53b, D53d, D54d, D55b, D60b, D61b, D62b, D72b, D73b, D76b, D78a, D80a, D90b, D95e, D100b, N13b, N17b, N33b, N33c, D45b, D49a, D49b, D50e, D69b, D70a, D78b, D86b, D91e, N13e, D63b, D58f, N4b, D93b	Entender que mesmo que as pessoas possuam necessidades especiais, <b>devemos respeitá-las e interagir com essas</b> enquanto pessoa (N42a).  <b>As pessoas se fecham para as necessidades do próximo, demonstram ignorância sobre os assuntos de inclusão</b> e preferem ficar confortável a se importar com o próximo (D55b).  Cada <b>necessidade é diferente</b> , e também é diferente o modo de atender a elas a questão de ser fácil ou difícil <b>depende do preparo do professor</b> , do entendimento que ele tem sobre, e como ajudá-lo (D45f, grifo nosso).	42
Arquitetônica	N13b, N17b, N33b, N33c, D45b, D49a,	Não temos preparo e <b>nem espaço físico para cumprir com as necessidades de</b>	16

<sup>27</sup> A quantidade total de excertos é maior que o número de trechos para o Tema 1 (Quadro 11), pois essas respostas se enquadram em mais de uma dimensão de Acessibilidade.

	D49b, D50e, D69b, D70a, D78b, D86b, D91e, N9b, D46a, D64a, D91b	<p><b>peças deficientes ou com necessidades especiais</b>, e também quando achamos que essas pessoas são menos capazes (D69b, grifo nosso).</p> <p>A pessoa com necessidades especiais não possui um ambiente adequado e apropriado para frequentar/usufruir (N33b).</p> <p>Fazer com que a pessoa tenha suas necessidades respeitadas e atendidas sejam elas quais forem, de espaço ou não, podendo conviver com os outros nos mesmos ambientes (D49a)</p>	
Programática	N13e, D63b, D58f	<p>A <b>falta de políticas públicas</b> acerca deste tema (N13c, grifo nosso).</p> <p>O próprio estado não fornece as condições necessárias para que todos tenham acesso à educação e ao aprendizado de qualidade, essenciais para formação – não somente acadêmica, mas também sociocultural (N13e)</p>	3
Metodológica	N4b, N6a, N9a, D94a	<p>Espaços físicos não estão adaptados. <b>Quando não há materiais didáticos que supram a necessidade dos deficientes visuais e/ou auditivos.</b> Quando não temos uma sociedade preparada para lidar com as diferenças (grifo nosso).</p> <p><b>Adaptar os métodos para diferentes necessidades</b> em tais ambientes (N9a).</p> <p>Possibilitar uma igualdade em meio as diferenças, dar as mesmas possibilidades <b>utilizando métodos e meios diferentes</b> que se adequem as necessidades de cada indivíduo (D94a).</p>	4
Instrumental	D93b	<p>É verdade que por terem necessidades extraordinárias, os deficientes <b>merecem materiais adaptados</b>, mas isso não muda o fato que são seres humanos (grifo nosso).</p>	1

FONTE: as autoras, (2020).

O Quadro 16 demonstra que o maior número de relatos encontra-se na categoria de acessibilidade atitudinal, que apresenta sozinha mais da metade dos excertos. De acordo com Rodrigues (2006, p.301), no ambiente educacional, a inclusão deve antes de qualquer coisa, suprimir a exclusão entre os alunos, e de toda a comunidade escolar no trabalho contra os diversos tipos de discriminação e defende que:

Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e compartilhado – e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação. (RODRIGUES, 2006, p. 301).

A alta representatividade da acessibilidade atitudinal demonstra que esse tema é significativo para o grupo de licenciandos em Química para atender as ‘necessidades’ de acessibilidade, que hoje, vai além de materiais, métodos e políticas educacionais que incluam o aluno com NEE. A inclusão atitudinal se inicia na cultura do anti-preconceito e atitudes favoráveis para mudança de comportamentos. Nesse sentido, os participantes desta pesquisa apontam para a falta de profissionais da educação que possuam recursos e capacitação para trabalhar nos princípios da EI, como é possível observar nos trechos:

Ao preconceito e discriminação, falta de interesse dos órgãos públicos **e pela má formação, ou nenhuma formação para lidar com pessoas que possuem necessidades especiais**. (Má formação do profissional que atua com o portador de necessidades especiais, exemplo: professor). (N33e, grifo nosso).

**A ignorância dos educadores** e a falta de empatia a necessidade do outro. (D95e, grifo nosso).

Cada necessidade é diferente, e também é diferente o modo de atender a **elas, a questão de ser fácil ou difícil depende do preparo do professor, do entendimento que ele tem sobre, e como ajudá-lo**. (D45f, grifo nosso)

Neste contexto, é importante que as instituições de formação inicial de professores, promovam uma cultura institucional inclusiva, a qual “parte do princípio de que todos são responsáveis pela vida da respectiva instituição e quaisquer problemas ali ocorridos são da responsabilidade de todos” (SANTOS, 2003, p. 5). Nesse caso, a inclusão deve ser promovida por meio de debates, atitudes; e envolver todos os membros da comunidade escolar, como: técnicos, professores, alunos, coordenação e etc. Com intuito de vencer o preconceito estrutural com as PCD, como explicitado na fala do aluno N34e:



Há uma **barreira** que necessita ser vencida **como um preconceito cultural** ou uma dificuldade de comunicação ou até por sentimento de superioridade o que causa dores psicológicas **e afeta profundamente a vida das pessoas com necessidades** especiais. (grifo nosso).

A acessibilidade arquitetônica também é representativa nos relatos dos participantes. É possível observar nos excertos, que ao mesmo tempo que se pede “respeito” ao aluno com NEE, é ressaltado, em exemplos, como isto pode ser feito, ou quando isso faz falta. De modo a destacar a importância da acessibilidade arquitetônica, principalmente para deficientes físicos, é possível observar que os participantes não abordam exemplos deste tipo de acessibilidade para deficientes visuais, que enfrentam barreiras em relação à autonomia na vida acadêmica e na sociedade em geral, e outras NEE que não foram citadas. A hipótese sobre esse fato pode estar relacionada à pouca convivência dos licenciandos em Química da UFPR com alunos deficientes visuais (Gráfico 3), e também pela ampla divulgação, em diversos meios do símbolo internacional de acesso - onde há a necessidade de atendimento prioritário - representado por um cadeirante, definido pela Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que “Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências” (BRASIL, 2000).

Na dimensão atitudinal e programática, foram encontrados excertos que demonstram a preocupação dos licenciandos sobre a eliminação de barreiras invisíveis, como a falta de políticas públicas (N13e), omissão de ações do estado para acesso à educação (D63b) e também a negação de direitos aos alunos com NEE, como explicitado na fala do licenciando D58f: “hoje muitos direitos são negados e ainda existe muito preconceito, com pessoas com necessidades especiais, por exemplo, autistas que são difíceis de trabalhar e acabam sendo excluídos”.

Destaca-se que, embora a dimensão atitudinal e programática não tenham aparecido de forma representativa nos relatos dos participantes dessa pesquisa, o tema que envolve o ‘direito’ do aluno com NEE, aparece de forma expressiva nas evocações sobre EI (Quadro 14). O ‘direito’ aparece na zona mais próxima do NC, com 13 evocações e OME de 2,3, o que demonstra que este é um elemento relevante na efetivação do atendimento às ‘necessidades’ da EI.

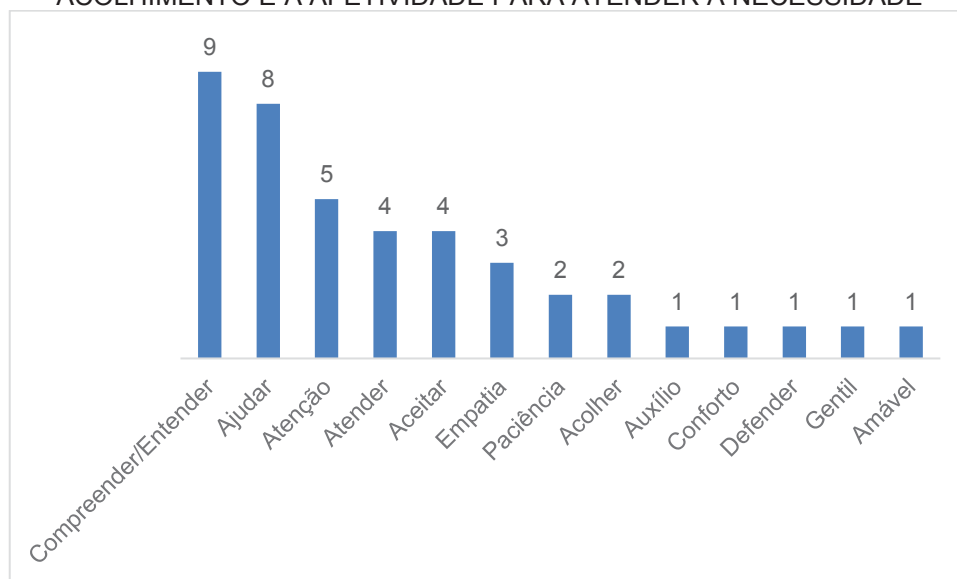
Da mesma forma, os outros tipos de acessibilidade são mencionados

como forma de atendimento às ‘necessidades’, com foco nas atitudes favoráveis à EI, e apenas a acessibilidade comunicacional não foi identificada nos excertos.

Em relação ao Tema 2 (o acolhimentos e afetividade à Necessidade) é possível observar que para os participantes da pesquisa a EI, assim como a EE, se efetivam no atendimento à ‘necessidade’ por meio de aspectos afetivos e humanizados.

Com 29 excertos (N10a, N18c, N32d, N34c, N37c, N39a, N41d, D44c, D46c, D46f, D52c, D55d, D61f, D63c, D64c, D68c, D69a, D72c, D76c, D78c, D83a, D86a, D86c, D87c, D88c, D90a, D90c, D94c, D95b) que remetem à ‘necessidade’ ao cuidado, empatia, atenção; entre outras palavras de ordem afetivas para atender a EI, essa subcategoria se destaca pelo tratamento dado às pessoas com NEE. Constatou-se nas falas dos licenciandos para essa categoria que a ‘necessidade’ de inclusão se constrói em diversas direções, sendo uma delas a afetividade. Para esta análise organizou-se o Gráfico 6, que contempla todas as citações que tratam da afetividade.

GRÁFICO 6: PALAVRAS AFETIVAS ENCONTRADAS NOS EXCERTOS DO TEMA 2: O ACOLHIMENTO E A AFETIVIDADE PARA ATENDER A NECESSIDADE



FONTE: as autoras, (2020).

No total foram identificados 42 termos<sup>28</sup> referentes à afetividade no atendimento à ‘necessidade’ de inclusão. Compreender/entender foram as palavras mais significativas desse grupo e abarcam o sentido de compreensão

<sup>28</sup> A quantidade de palavras foi maior que a quantidade de excertos pois algumas destas se repetiram nas falas dos alunos.

da ‘necessidade’, como expresso nos excertos:

Me esforço para **entender e atender as necessidades especiais**. (D52c, grifo nosso).

Procuro **agir de maneira compreensiva com a** respectiva **necessidade de cada um**. (D76c, grifo nosso).

Primeiramente, **preciso buscar entender a realidade e a necessidade da pessoa** para então buscar meios de ajudá-la no processo de inclusão. (D63c, grifo nosso).

Busco **entender quais são suas limitações necessidades e desenvolver alterações, ideias que efetivamente incluam estas pessoas**, e façam se sentirem parte dos ambientes como qualquer outra. (N37c, grifo nosso).

A palavra ‘ajudar’ (citada 8 vezes) é encontrada também, na zona de contraste do Quadro 14, essa palavra que teve baixa frequência (5 evocações) e baixa OME (1,2), foi rapidamente evocada e pode representar para um pequeno grupo dos licenciandos um possível NC da RS sobre EI (ABRIC, 1994b). Em um sentido amplo, e conectado às ‘necessidades’ da EI, a palavra ‘ajudar’ é observada na fala dos licenciando por meio de discursos afetivos e acolhedores às necessidades, advindas de características dos alunos com NEE, como pode ser observar nos trechos:

**Acolho**, não julgo, reconheço sua capacidade, encontro maneiras para **ajudar com suas necessidades**. (N18c, grifo nosso).

Procuro respeitar, ser sociável **com as pessoas portadoras de alguma deficiência**, com **intuito de ajuda-as** a ter uma convivência social; procuro também **sempre tentar ajudar elas quando há alguma necessidade física ou visual**. (D88c, grifo nosso).

Procuro respeitá-la ao máximo, **ajudar em suas necessidades, ser compreensiva e paciente** fazê-la se sentir confortável. (D46c, grifo nosso).

Desse tema, destaca-se que esse cuidado, deve ser repensado para que a PCD ou com NEE não seja limitada e não tenha autonomia no processo educacional, social e de vida. Destacam-se algumas falas que poderiam ser refletidas para atingir o propósito da EI:

A respeitaria, trataria ela bem e de igual, ajudaria em suas necessidades, e **a defenderia das pessoas preconceituosas**. (D78c, grifo nosso).

Preciso identificar suas limitações – Compreender suas necessidades – Procurar desenvolvê-la em uma área onde se destaque **fazendo aumentar sua autoestima**. (N34c, grifo nosso).

**Aceitar a presença** de pessoas com deficiências ou necessidades especiais em determinada instituição. (D90a, grifo nosso).

Como explicam Albuquerque e Machado (2009):

[...] a deficiência é compreendida como algo que impossibilita, dificulta. Acabamos por contemplar as limitações e cercear as possibilidades. A deficiência passa a ser nefasta para sociedade. A educação como direito acaba sendo violada, pois ao se falar de inclusão do aluno com deficiência o que parece estar em jogo é mais a emoção, sensibilização e generosidade. Percebemos que o aluno com deficiência continua gerando impactos de diversas ordens, sua presença na escola configura um quadro de intranquilidade e tensões. (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2009, p.81)

No Tema 3: Conhecer e identificar a(s) Necessidade(s), foram considerados os excertos (N15c, D45c, D49c, D51c, D60c, D61c, D71c, D74c), que expressam em seu conteúdo o conhecimento e a identificação das 'necessidades' para o atendimento nos princípios da EI, como pode ser verificado nos excertos:

Precisa estar com a mente aberta sobre o assunto, disposto a investir meu tempo **para conhecer mais das possíveis necessidades, como lidar com elas**, também estar apta para conhecer tais pessoas em sua totalidade e livre de pré-conceitos estruturados na sociedade. (D51c, grifo nosso).

Necessito primeiro **conhecer as necessidades especiais de cada pessoa** e também um modo prático e respeitoso de tratamento para que a pessoa não se sinta excluída por um tratamento negativo e nem por negligência de um tratamento especial e efetivo. (D60c, grifo nosso).

Tenho que **aprender sobre as necessidades específicas de cada um para poder lidar com essas dificuldades** e inserir a pessoa no meio. (D74c, grifo nosso).

Procuro **saber quais suas necessidades e limitações**, respeitá-las, se possível atende-las e busco forma de ajuda-los. (D49c, grifo nosso).

Sobre esse tema é possível afirmar que todos os excertos foram retirados da questão 13 – c) *Para incluir uma pessoa eu...*, assim, nesse grupo, é consenso que a inclusão se estrutura na compreensão do que é a ‘necessidade’ ou especificidade de cada pessoa com deficiência/NEE, e quais são as formas para atendê-la a partir disto. Segundo Paula (2015), uma das necessidades formativas para atuar na perspectiva da EI em aulas de Química, é conhecer sobre as deficiências. A autora salienta para o fato de que ao se conhecer a necessidade do aluno é possível proporcionar aulas com abordagens efetivas para cada tipo de necessidade e desmistificar pré-conceitos do senso comum, pois:

O conhecimento sobre as deficiências permite ao docente identificar e distinguir as necessidades específicas de seus alunos.

O conhecimento sobre as diferentes categorias de deficiência permite ao docente intervir e propor metodologias de ensino a fim de atender as diferentes necessidades.

Conhecer as características das deficiências possibilita ao docente romper com o preconceito sobre a capacidade de aprendizado do aluno com necessidades específicas. (PAULA, 2015, p.149 -170).

Outra autora que faz referência específica relativos a importância do conhecimento sobre as deficiências é Nozi (2013), que em seu trabalho de revisão bibliográfica elenca os saberes e conhecimentos, recomendados pela produção acadêmica, para promoção do processo de inclusão de alunos com NEE no sistema regular. A autora salienta que uma das categorias encontradas como recomendação para atender os propósitos da EI é a Dimensão Conceitual, a qual aborda os conhecimentos sobre as deficiências e também as políticas públicas que definem os mais diversos processos inclusivos.

O Tema 4: Oportunidades independente da Necessidade foram elencadas em 7 trechos (N19a, N21a, D45a, D95a, N32f, N32b, D85c), nos quais os participantes destacam a ‘necessidade’ como um fator que não deve ser considerado como impeditivo para efetivação de direitos e da mesma oferta de oportunidades, que outras pessoas típicas recebem, como pode ser observado nos seguintes trechos:

**Inserir e envolver pessoas com necessidades** especiais na sociedade, **fazendo com que elas, tenham oportunidades e acesso** a todos os lugares desejam. (D45a, grifo nosso).

Dar a possibilidade de pessoas com necessidades especiais de aprenderem e terem as mesmas chances de outros alunos. (D95a)

**Todos são dignos dos mesmos direitos**, uma pessoa não pode ser excluída por causa de suas necessidades especiais. (N32f, grifo nosso).

[...] a inclusão é algo indispensável para o bom convívio social; e para que ele ocorra de forma efetiva, **a justiça tem que ser prezada em relação a qualquer indivíduo, independentemente de suas necessidades** (D85c, grifo nosso).

Nesse tema, pode-se observar várias palavras que aparecem na zona de contraste do Quadro 14: ‘respeito’ (5 evocações, OME 1,8), ‘oportunidade’ (9 evocações, OME 1,7) e ‘igualdade’ (9 evocações, OME 1,9). Assim, é possível depreender que as duas últimas evocações quase atenderam aos critérios do NC das RS sobre EI, e podem representar um público que remete a EI à representação de oportunidade e igualdade. Segundo Favoreto (2013), a partir dessas evocações é possível detectar alterações nas RS, porém ao mesmo tempo em que há essa possibilidade, observa-se que essas palavras de ordem se conectam às ‘necessidades’ implícitas para a EI. Sobre a força encontrada nessas evocações, Campos e Rouquette (2003) trazem o conceito de *nexus*, que:

[...] refere-se a uma modalidade de conhecimento coletivo, que se estrutura como nódulos afetivos pré-lógicos que servem de referência para uma determinada comunidade, numa determinada época e funcionam como espécies de etiquetas das situações, capazes de provocar (desencadear) a mobilização das massas. Como exemplos o autor cita as palavras igualdade/liberdade/fraternidade, na época da Revolução francesa ou esquerda/direita no período da guerra fria. (CAMPOS, ROUQUETTE, 2003, p.437).

Dessa forma, pode-se considerar que, para esse grupo de alunos, a compreensão sobre o tratamento à pessoa com NEE, pode estar relacionada ao NC da representação sobre EI, no sentido de atendimento à ‘necessidade’, da ‘igualdade’ de tratamento, do ‘respeito’ efetivado pela ‘oportunidade’, que deve se manifestar de forma equânime a todos os indivíduos e se constitui em um

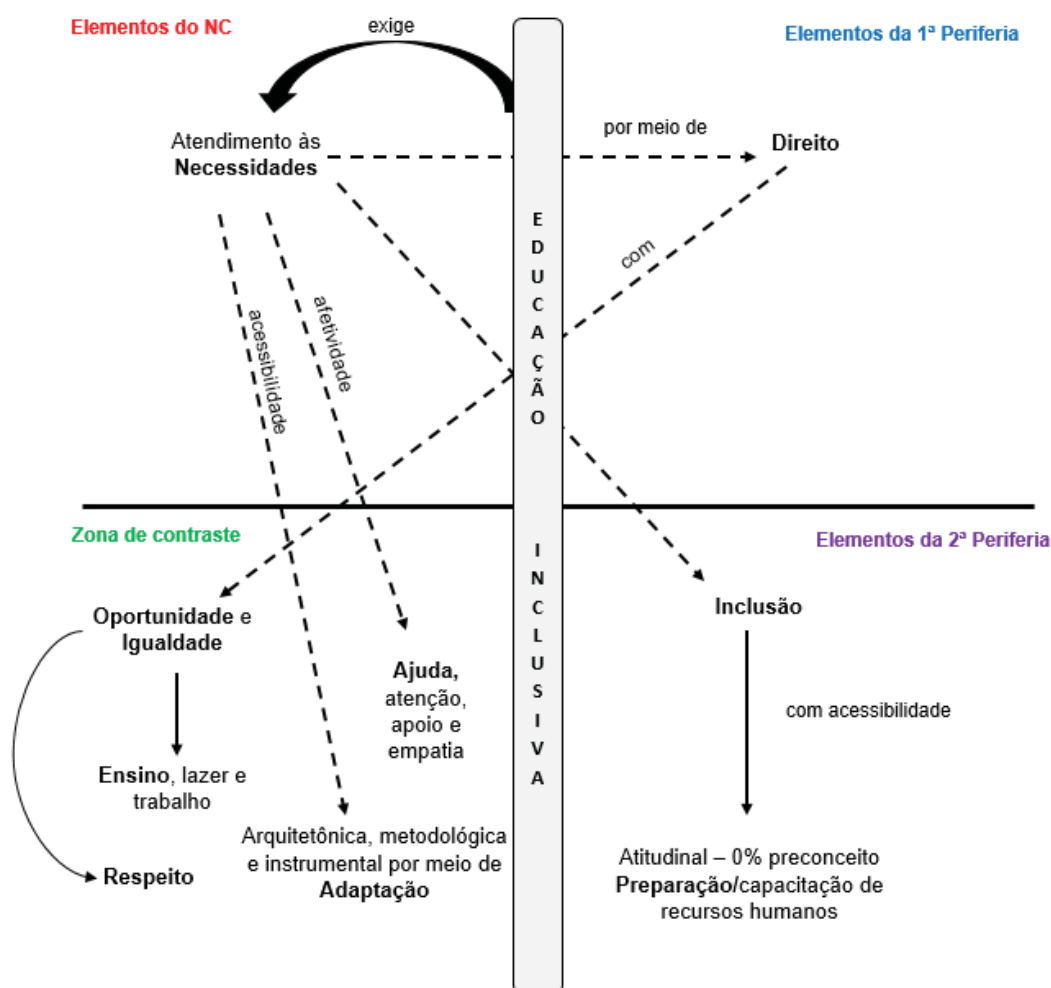
discurso coletivo de “referências enraizadas para certas comunidades de pessoas e se manifestam na forma de opiniões e atitudes polarizadas” (WOLTER, ROUQUETTE, 2006, p.80). A relação de equidade para a EI, como forma de efetivação de atendimento à necessidade parece fazer sentido nesse cenário, o Parecer CNE/CEB 4/2002 dá uma definição que aborda o lugar de fala dos participantes da pesquisa e do “*nexus*” envolvido:

A equidade é um esforço de equilíbrio em benefício da igualdade de oportunidades que considera as situações concretas, a diversidade e mesmo as diferenças individuais. **A equidade é um conceito que toma a norma igualitária e ao ser aplicada em um caso concreto elimina uma discriminação e introduz uma nova relação, agora mais igualitária, onde antes havia uma relação de desigualdade.** Síntese entre o dever de manter um horizonte de uma norma igual para todos a fim de construir um espaço homogêneo de princípios comuns juridicamente válidos para todos e o intérprete da lei que introduz considerações de prudência e sabedoria na apreciação de situações particulares e diversidade de contextos, especialmente as marcadas pelo conflito ou pela incerteza, a equidade completa a legalidade com a justiça por meio de um tratamento racional das diferenças modais entre os indivíduos. (BRASIL, 2002, p.11, grifo nosso).

Diante do exposto, acredita-se que para os licenciandos participantes da pesquisa, a EI se estrutura no atendimento às ‘necessidades’, na efetivação de ‘direitos’ como a acessibilidade em suas diversas formas, e na ‘afetividade’ envolvida em todas as relações humanas, seja por meio do ‘respeito’ e/ou de ‘oportunidades’. No âmbito específico da educação, isso poderia ser efetivado também pela capacitação de recursos humanos (acessibilidade atitudinal), na ‘adaptação’ de metodologias, materiais e currículos, entre tantas outras formas. Assim, o esquema representado na Figura 21 sintetiza a RS sobre EI encontrada.

FIGURA 21: ESQUEMA DA RS SOBRE EI DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA

## ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 1



FONTE: as autoras, (2020)

Sobre a palavra integração que aparece no segundo quadrante, à direita no Quadro 14 (6 evocações, OME de 2,7), mas não aparece nos excertos selecionados sobre ‘Necessidade’, foi realizada uma busca em todas as respostas de todas as questões do questionário 1 (Apêndice 2). Como resultado dessa busca, foram encontrados os três excertos:

**Envolver ou permitir e facilitar a integração de pessoas**, que antes não estavam ou não faziam parte de um grupo social. E garantir a elas direitos básicos como acesso à educação e trabalho. (D81a, grifo nosso).

Primeiramente preciso compreender que todos têm direito ao acesso e a vida em comunidade, e que é o meu dever, enquanto cidadã, perceber e **identificar quem está sendo excluído desse processo ou quem tem maior dificuldade de integração**, e ao fazer isso, eu devo trabalhar de todas as formas possíveis para que esses grupos até



então excluídos possam estar igualmente inseridos na sociedade. (D81c, grifo nosso).

**Procuro perceber aquilo que é necessário para integrar** alguém no meio que estamos, respeitar eventuais limitações e não considerar a pessoa incapaz de algo por “achismo”. Diálogo é a melhor ferramenta. (D84c, grifo nosso).

Visto que a integração foi uma fase na história de inclusão das pessoas com NEE, período em que eram priorizados os serviços e recursos, a fim de modificar a pessoa com deficiência, no sentido de torná-la o mais ‘normal’ possível, é interessante observar que esta evocação apareceu como sistema periférico da RS sobre EI. Porém, considera-se que o termo ‘integração’ não foi utilizado, no sentido de ‘normatização’ da pessoa com NEE, mas pelo desconhecimento do seu significado. Assim, concorda-se com Carvalho (2005), que considera:

[...] que a discussão sobre o abandono do termo integração é um esforço enorme, em busca de exatidão terminológica para que uma palavra - no caso, a inclusão - dê conta, com a maior precisão possível, de todas as implicações de natureza teóricas e práticas dela decorrentes e que garanta a todos, o direito à educação, bem como o êxito na aprendizagem. O esforço é louvável, **embora estejamos confundindo os movimentos político-pedagógicos decorrentes do paradigma da integração, com o verdadeiro sentido e significado do termo que**, tanto na sociologia, quanto na psicologia social, **traduz-se por interação, por relações de reciprocidade.** (CARVALHO, 2005, p.28, grifo nosso).

Assim, finaliza-se a análise da RS sobre EI dos alunos licenciandos em Química da UFPR, a qual está relacionada estritamente com a RS encontrada para a EE. Embora tenham surgido discursos que, ora possam remeter a um pensamento discriminatório, ora possam remeter a termos que não são mais utilizados, como ‘integrar’, ‘portador de deficiências’, ‘portador de necessidades’, acredita-se que a RS sobre a EI identificada possui aspectos positivos.

Assim, prossegue-se para a análise da Associação Livre de Palavras para o termo indutor EI aplicado ao final da disciplina Seminários de Educação em Química.

#### 4.4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE EI DOS LICENCIANDOS EM

## QUÍMICA DA UFPR: 2ª APLICAÇÃO

Para a análise da RS sobre Educação Inclusiva dos licenciandos em Química da UFPR, foram utilizados os resultados obtidos na análise prototípica apresentada no Quadro 17, referente ao termo indutor ‘Educação Inclusiva’, aplicado ao final da disciplina ‘Seminários em Educação Química’, assim como, as respostas da Questão 5, do segundo questionário (Apêndice 11).

QUADRO 17: QUADRO DE QUATRO CASAS DAS RS DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPR SOBRE O TERMO INDUTOR EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2

Núcleo Central			1ª Periferia		
Evocação	Frequência ≥ 7,8	OME < 2,8	Evocação	Frequência ≥ 7,8	OME ≥ 2,8
Inclusão	12	1,5	Criatividade	8	3,2
Acessibilidade	16	2	Empatia	11	2,9
Igualdade	19	2,2	Respeito	9	2,9
Adaptação	10	2,3			
Oportunidade	13	2,4			
Acessibilidade Metodológica	12	2,6			
Zona de contraste			2ª Periferia		
Evocação	Frequência < 7,8	OME < 2,8	Evocação	Frequência < 7,8	OME ≥ 2,8
Diversidade	5	2	Necessidade	7	3,1
Material didático	6	2,3			
Acolhimento	5	2,4			
Participação	6	2,7			
Ajudar	5	2,8			
Equidade	5	2,6			
Integração	5	2,6			
Acessibilidade					
Arquitetônica	5	2,8			
Direito	5	2,8			

FONTE: as autoras, (2020).

Ao analisar o Quadro 17, observa-se que a palavra ‘inclusão’ aparece com a menor OME (1,5) do quadrante e pode se configurar como possível NC da representação social para o grupo de licenciandos em Química sobre a EI. Em seguida, aparecem as palavras ‘acessibilidade’ (frequência de 16 e OME de 2), ‘igualdade’ (frequência de 19 e OME de 2,2), ‘adaptação’ (frequência de 10 e OME de 2,3), ‘oportunidade’ (frequência de 13 e OME de 2,4) e ‘acessibilidade metodológica’ (frequência de 12 e OME de 2,6), esta última quase que se

configura como uma ação do NC (primeira periferia da RS). Em termos gerais, as palavras evocadas para o NC aparecem como efetivação da ‘inclusão’.

Para estruturar as RS sobre a EI dos alunos licenciandos em Química, ao final da disciplina, novamente foi empreendida a análise de conteúdo.

Na pré-análise foi empregada a função “localizar” do programa *Microsoft Word* contendo as palavras “inclusão, adaptação, oportunidade, acessibilidade, e igualdade”, e de palavras derivadas (o termo acessibilidade metodológica não foi incluído nessa análise por se tratar de uma derivação da acessibilidade que será analisada em suas dimensões), no arquivo contendo as respostas da Questão 5) *Que aspectos você considera importante para uma escola ser inclusiva?*

A escolha dessa questão para a análise da estrutura da RS sobre a EI se justifica por tratar de aspectos importantes para uma escola se tornar inclusiva, aspectos esses que podem ser observados nas evocações do NC sobre a EI, e a mesma poderia auxiliar na confirmação da estrutura das evocações em torno do NC. Para organizar os resultados obtidos foi elaborado o Quadro 18.

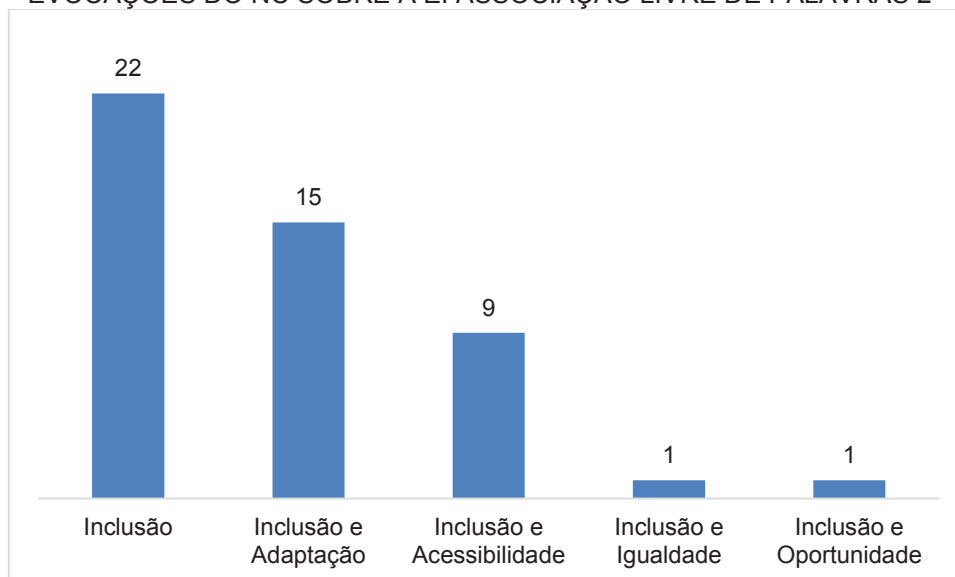
QUADRO 18: FREQUÊNCIA DE EXCERTOS PARA AS PALAVRAS DO NC DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A EI ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2

Evocações	Fonte dos dados	Total
Oportunidade	D46Q5, N106Q5	2
Igualdade	N1Q5, D76Q5	2
Acessibilidade	N1Q5, N13Q5, N27Q5, N29Q5, N106Q5, D48Q5, D51Q5, D52Q5, D59Q5, D61Q5, D62Q5, D68Q5, D75Q5, D90Q5, D95Q5, D102Q5, N105Q5	17
Adaptação	N4Q5, N25Q5, N26Q5, N33Q5, N36Q5, N38Q5, N42Q5, D46Q5, D49Q5, D50Q5, D53Q5, D54Q5, D56Q5, D62Q5, D66Q5, D72Q5, D81Q5, D85Q5, D86Q5, D89Q5, D90Q5, D93Q5, D98Q5, D108Q5, D109Q5, D112Q5, D113Q5	27
Inclusão	N5Q5, N15Q5, N17Q5, N18Q5, N23Q5, N29Q5, N31Q5, N33Q5, N36Q5, N40Q5, N42Q5, N43Q5, D48Q5, D49Q5, D50Q5, D51Q5, D54Q5, D55Q5, D58Q5, D59Q5, D60Q5, D65Q5, D66Q5, D67Q5, D68Q5, D69Q5, D72Q5, D75Q5, D76Q5, D81Q5, D83Q5, D86Q5, D88Q5, D89Q5, D90Q5, D92Q5, D93Q5, D94Q5, D95Q5, D96Q5, D99Q5, N103Q5, N104Q5, N106Q5, D109Q5, D113Q5	46

FONTE: as autoras, (2020).

Ao analisar o Quadro 18, constata-se que a palavra ‘inclusão’ foi a mais presente nos discursos dos alunos, e aparece conjuntamente nos excertos com outras evocações. Para compreender a conexão entre os termos foi elaborado o Gráfico 7.

GRÁFICO 7: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O TERMO INCLUSÃO<sup>29</sup> E AS OUTRAS EVOCAÇÕES DO NC SOBRE A EI ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2



FONTE: a autora, (2020).

Os dados presentes no Gráfico 7 demonstram a probabilidade da 'inclusão' ser o NC das RS sobre a EI do grupo de alunos de licenciatura em Química. Analisando a hierarquia do NC com base no Gráfico 7, depois da inclusão aparecem as palavras adaptação e acessibilidade. Embora as evocações 'igualdade e oportunidade' também estejam presentes no NC do Quadro 17, nos discursos dos licenciandos essas referências não parecem significativas e, portanto, para compreender a estrutura do NC prosseguiu-se com os dados referentes às evocações de 'inclusão', 'adaptação' e 'acessibilidade'.

Prosseguindo à análise de conteúdo dos excertos selecionados, foi realizada a leitura e análise das frases, e observou-se que, em todas as frases, foram abordados contextos de inclusão relacionados às dimensões de acessibilidade, assim esses excertos foram categorizados por meio de quatro temas presentes no Quadro 19<sup>30</sup>:

QUADRO 19 : CATEGORIAS DE ANÁLISE DO NÚCLEO CENTRAL DA RS SOBRE A EI

Temas	Excertos	Total
-------	----------	-------

<sup>29</sup> A quantidade total do termo inclusão no Gráfico 7 é maior que a descrita no Quadro 18, pois se repete em mais de uma frase com os termos do NC sobre a EI, Associação Livre de Palavras 2.

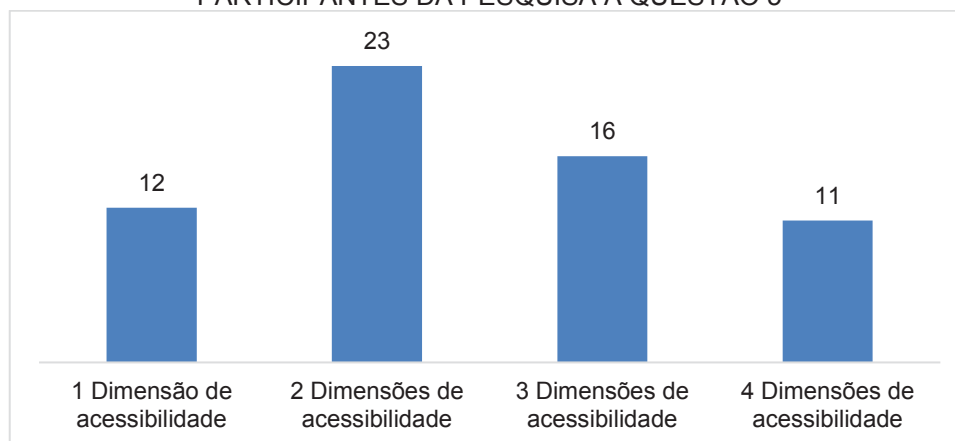
<sup>30</sup> A quantidade de excertos no Quadro 19, é bem maior que a quantidade observada no Quadro 18, pois muitas frases abordaram mais de uma dimensão de acessibilidade e inclusão.

Tema 1: Inclusão e a Acessibilidade arquitetônica	N4Q5, N25Q5, N26Q5, N33Q5, N36Q5, N42Q5, D49Q5, D50Q5, D53Q5, D56Q5, D62Q5, D66Q5, D72Q5, D86Q5, D89Q5, D93Q5, D98Q5, D108Q5, D109Q5, D113Q5, N13Q5, N29Q5, N105Q5, N106Q5, D48Q5, D51Q5, D52Q5, D61Q5, D68Q5, D75Q5, N17Q5, N18Q5, N31Q5, N43Q5, N103Q5, N104Q5, D55Q5, D60Q5, D65Q5, D67Q5, D69Q5, D76Q5, D88Q5, D92Q5, D94Q5, D99Q5	46
Tema 2: Inclusão e a Acessibilidade atitudinal	N4Q5, N25Q5, N26Q5, N33Q5, N36Q5, N38Q5, N40Q5, N42Q5, D46Q5, D49Q5, D50Q5, D54Q5, D56Q5, D62Q5, D66Q5, D81Q5, D83Q5, D85Q5, D86Q5, D89Q5, D90Q5, D108Q5, D112Q5, D113Q5, N1Q5, N27Q5, N105Q5, N106Q5, D48Q5, D51Q5, D52Q5, D59Q5, D61Q5, D68Q5, D75Q5, D83Q5, D95Q5, D102Q5, N5Q5, N15Q5, N17Q5, N18Q5, N23Q5, N31Q5, N103Q5, N104Q5, D55Q5, D58Q5, D60Q5, D65Q5, D69Q5, D76Q5, D88Q5, D92Q5, D94Q5, D99Q5	56
Tema 3: Inclusão e a Acessibilidade metodológica e instrumental	N4Q5, N5Q5, N13Q5, N18Q5, N23Q5, N25Q5, N26Q5, N29Q5, N31Q5, N33Q5, N42Q5, N43Q5, D46Q5, D50Q5, D53Q5, D54Q5, D56Q5, D61Q5, D62Q5, D60Q5, D65Q5, D66Q5, D72Q5, D81Q5, D85Q5, D86Q5, D88Q5, D92Q5, D94Q5, D98Q5, D99Q5, D108Q5, D109Q5, N103Q5, N104Q5, D113Q5	36
Tema 4: Inclusão e a Acessibilidade comunicacional	D56Q5, D72Q5, D86Q5, D92Q5, D94Q5	5

FONTE: as autoras, (2020).

Constatou-se que os licenciandos em Química abordaram vários aspectos que consideram importantes para a efetivação da inclusão escolar. Dentre esses aspectos, os mais citados foram a acessibilidade atitudinal e a acessibilidade arquitetônica. A grande maioria dos alunos relata, em suas falas, duas e três dimensões de acessibilidade, como demonstrado no Gráfico 8.

GRÁFICO 8 : QUANTIDADE DE DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE CITADAS PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA À QUESTÃO 5



FONTE: as autoras, (2020).

Ao analisar o Gráfico 8, destaca-se a fala do aluno D86, que citou cinco dimensões de acessibilidade ao mesmo tempo:

Professores preparados para as mais diversas situações, sejam elas com quais grupos especiais/ inclusivas ou não. **Tradutores** [acessibilidade comunicacional] e **leitores em sala para alunos com deficiência visual e/ou auditivas** [acessibilidade instrumental]. **Ambientes inclusivos** para os deficientes físicos [acessibilidade arquitetônica]. **Conteúdo das aulas adaptado** a cada um [acessibilidade metodológica] e, principalmente, **a voz de todos ser ouvida, a vez de todos ser respeitada** [acessibilidade atitudinal]. (D86Q5, grifos e termos em colchetes incluídos pelas autoras).

Sobre o Tema 1: Inclusão e a Acessibilidade arquitetônica, são elencados os trechos sobre a necessidade da acessibilidade arquitetônica para a promoção da inclusão. Alguns participantes da pesquisa trazem essa dimensão como a de maior importância, como é possível observar nos trechos abaixo:

**Em primeiro lugar, a parte estrutural, pois como faremos a inclusão dos alunos se a escola não se adapta as necessidades que eles apresentam.** A capacitação de professores e funcionários para conseguir atender estes alunos de forma digna e que os alunos que a compõe com muita educação tratem estas crianças/pessoas com respeito e dignidade e não de maneira diferente. (N36Q5, grifo nosso).

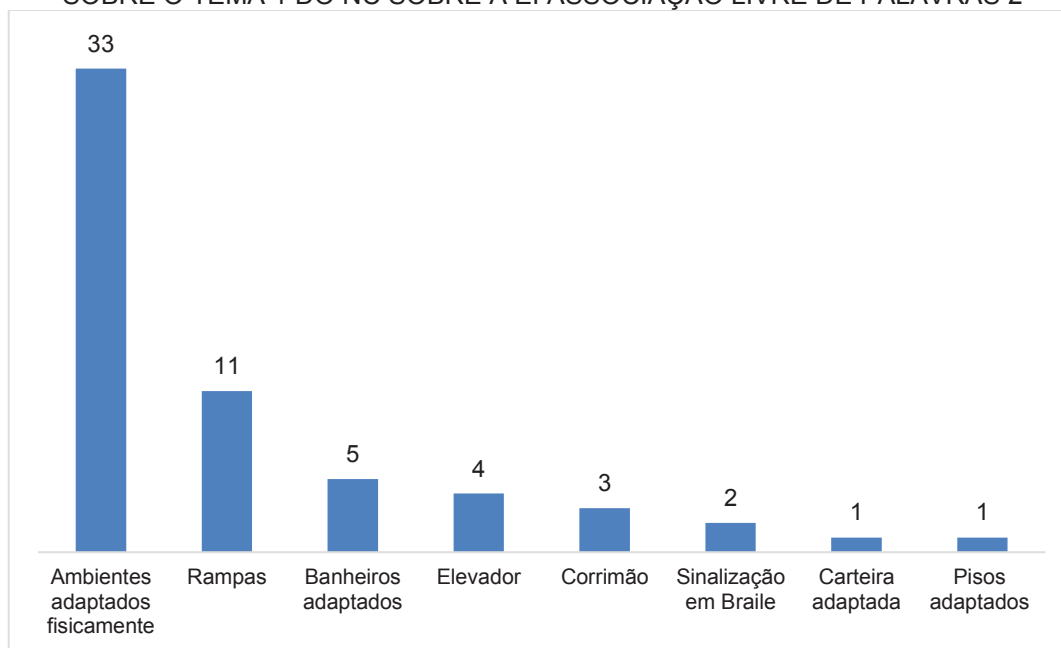
**Primeiramente, ela deve ter uma estrutura inclusiva para os alunos terem independência e uma locomoção,** em seguida, uma ordem de respeito e conscientização para que o bullying seja evitado e por último, acesso a própria educação, tendo a presença de instrutores, interpretes de braille e professores dedicados para poder alcançar e ensinar seus alunos para que todos entendam da mesma maneira. (N18Q5, grifo nosso).

Para uma escola ser considerada inclusiva, **deve-se haver a adaptação do espaço físico escolar para que esses alunos consigam ter acessos de diversas maneiras dos recursos oferecidos pela instituição** de ensino, é adaptar as aulas para as necessidades específicas de cada aluno, é saber identifica-los e propor metodologias dinâmicas, para melhorar a aprendizagem desses alunos e garantir os direitos enquanto estudantes e evitar a pseudo inclusão. (D109Q5).

A despeito da abordagem realizada pelos participantes da pesquisa, foi possível observar um conjunto vasto sobre as formas de acessibilidade arquitetônica necessárias nas escolas para realização de um processo inclusivo.

Para organizar esses dados, foi elaborado o Gráfico 9.

GRÁFICO 9: TIPOS DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PRESENTES NOS EXCERTOS SOBRE O TEMA 1 DO NC SOBRE A EI ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2



FONTE: as autoras, (2020).

Destaca-se que os participantes da pesquisa demonstram em seus discursos a necessidade de adaptações arquitetônicas para abarcar uma maior diversidade de deficiências no ambiente educacional, como constatado nos excertos abaixo:

Ter professores capacitados para atender os mais variáveis tipos de deficiência, ter intérprete de libras em salas com deficientes auditivos. Ter ferramentas para deficientes visuais como livros em braille, computadores adaptados, entre outros. **Ter corredores, rampas, elevadores** (se muitos andares) **e banheiros** (em todos os andares) adaptados para que cadeirantes e outros deficientes possam transitar. Ter materiais táteis de algumas matérias para melhor aprendizado (como maquetes). (D56Q5, grifo nosso).

O aspecto físico, **com rampas e banheiros adaptados**, além de ter **sinalizações em relevo para os deficientes visuais** e traduções para braille para os mesmos. É importante também ter docentes que saibam trabalhar com educação inclusiva e acompanhem os alunos. Materiais didáticos como livros em braille e modelos táteis também são importantes, assim como um tradutor para libras, legendas em vídeos e uma sala de apoio no contra turno. (D89Q5, grifo nosso).

Com acessibilidade no prédio, na questão visual, **rampas, ladrilhos que permitam o caminhar das pessoas com deficiência visual**, etc. Professores qualificados e com paciência (será algo importantíssimo).

E pessoas livres da exclusão, segregação e integração, dispostas a abraçar a causa e incluir. (D75Q5, grifo nosso).

Ter salas de recursos, ter professores que entendam de educação inclusiva e estejam dispostos a fazer o possível para ajudar o aluno. Ter uma estrutura necessária, como máquina de impressão em braille, para cegos, **rampas de acesso para cadeirantes**, professores que saibam se comunicar em libras. (D92Q5, grifo nosso).

Assim sendo, é essencial que os futuros professores conheçam “múltiplas formas de eliminar e contornar dificuldades e barreiras e que possa, a partir deste trabalho, acreditar e fazer acreditar que o aluno é muito mais do que as suas dificuldades e que existem variadas formas para se chegar ao sucesso” (RODRIGUES, 2008b, p. 15).

Neste sentido, uma das recomendações de Paula (2015) para a inclusão dos alunos da EE é que os professores do ensino regular deveriam “Saber trabalhar em equipe”, e para isto precisariam se apoiar no profissional da AEE, que dispõe entre suas atribuições, a de propor “adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; e a elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade” (BRASIL, 2008b, Art.3).

Em conjunto com o profissional da AEE, os professores podem encontrar maneiras de minimizar as barreiras arquitetônicas que comprometem a motivação do aluno com NEE em relação ao seu aprendizado, como explicitado por Cunha (2015), no estudo sobre as RS de professores sobre a inclusão. Para ele:

Essa falta de acessibilidade arquitetônica, espaços estruturados e infraestrutura provocaram, entre outras decorrências, sensação de mal-estar, tristeza situações de constrangimento; percebiam a falta do direito de ir e vir, a negação da mobilidade e vitalidade garantida, com impacto na autoestima, no autoconceito, na dinâmica das relações e na própria aprendizagem. (CUNHA, 2015, p.179).

Como também destaca Souza (2008), em pesquisa realizada sobre as RS de cadeirantes sobre seu processo educativo no ensino superior, em que a falta de acessibilidade arquitetônica é aplicada a todo o contexto educacional vivenciado por esse público. De acordo com esse autor:



As RS dos sujeitos sobre o ensino superior no aspecto acessibilidade física vem indicar o quanto as condições arquitetônicas e de espaços ainda precisam ser melhoradas aos alunos com deficiência **física e quanto isso interfere na motivação para aprender, no bem-estar do aluno e consequentemente na qualidade do ensino-aprendizagem.** (SOUZA, 2008, p.166, grifo nosso).

Compreende-se a partir dos discursos dos licenciandos, que estes expressam atitudes positivas quanto às adaptações que devem ocorrer no ambiente educacional para atender os princípios da EI. E, ao comparar a acessibilidade arquitetônica identificada na Associação Livre de Palavras 1 referente ao termo EI, constata-se que os licenciandos passaram a abordar a acessibilidade arquitetônica também para os alunos com baixa visão ou cegos, o que anteriormente não havia sido identificado. Além disso, é possível observar um aprofundamento em relação aos tipos acessibilidade que podem ocorrer, como por exemplo: banheiros adaptados em todos os andares, elevadores, piso adaptado, Braille nos acessos, entre outros.

Para o Tema 2: Inclusão e a Acessibilidade atitudinal, constata-se que os participantes da pesquisa abordam a necessidade de se estabelecer uma cultura da inclusão no ambiente educacional. Alguns discutem a promoção dessa cultura por meio de palestras com esclarecimentos sobre a EI, incluindo toda a comunidade escolar, conforme os excertos selecionados:

- Salas de aula com menos alunos; - Ambientes adaptados fisicamente; - O principal, professores especializados; - Material didático adaptado para cada tipo de deficiência, bem como os recursos da sala; - Sala para AEE; - Toda a equipe de servidores treinada; - **Diálogo constante entre escola e os responsáveis através de palestras.** (N4Q5, grifo nosso).

Além da acessibilidade física – adaptações no ambiente e na infraestrutura do local- também se torna necessário empregar a acessibilidade pedagógica – modificações na didática escolar por parte do professor- e, talvez, **a mais importante delas, a acessibilidade atitudinal: agir para que as mudanças aconteçam.** (D62Q5, grifo nosso).

**Primeiro é necessário ter atitude pra tornar o ambiente inclusivo e perceber as adaptações nele necessárias,** seja com rampas ou elevadores, reformulação na forma de dar aula, interprete de libras, etc. (N13Q5).

**Primeiramente, a atitude de todas as pessoas nessa escola, sejam alunos, professores, coordenadores, técnicos, trabalhadores**

**terceirizados ou servidores.** Depois, deve-se visar uma inclusão física (rampas, corrimões, etc.) além de inclusão metodologias tanto no ensino, quanto no tratamento desse aluno. (N60Q5, grifo nosso).

Nessa perspectiva, nas palestras ministradas na disciplina foi salientada a relevância da acessibilidade atitudinal como princípio para inclusão, e nisso concorda-se com Rodrigues (p.15, 2008) que afirma:

[...] de pouco serviriam os saberes e as competências se os professores não tivessem atitudes positivas face à possibilidade de progresso dos alunos. [...] Um professor para desenvolver atitudes positivas não pode, como era tradicional, construir a sua intervenção baseado no déficit, mas, sim, naquilo que o aluno é capaz de fazer para além da sua dificuldade.

A contribuição dessas atitudes positivas também devem ser abordadas por toda a comunidade escolar e social, “haja vista que a educação inclusiva tem como uma de suas premissas que a sociedade como um todo deve respeitar e valorizar as diferenças humanas” (NOZI, 2013, p.71). Nos trechos em destaque do Tema 1, é possível identificar que os licenciandos apresentam a concepção de que a necessidade de maior relevância seria a acessibilidade atitudinal, e a despeito disso:

Para efetivar uma educação inclusiva, se faz necessária a modificação da cultura e organização da escola, modificações nas relações (principalmente na reação professor-aluno), atitudes positivas como solidariedade, o afeto positivo, o compromisso e proatividade dos membros que constroem as escolas. (CUNHA, 2015, p.182).

Outra faceta da acessibilidade atitudinal abordada pelos licenciandos, é a capacitação de recursos humanos. Nesse sentido, foram identificados entre os 56 excertos presentes no Tema 1, trinta e um que destacaram o papel fundamental da preparação dos profissionais do ensino que vão atender os alunos com NEE, como expresso nos excertos abaixo:

**Precisa de profissionais capacitados** e devidamente preparados, salas com utilidades/ recursos adaptados e que dentro de qualquer

ambiente escolar, haja a compreensão da necessidade e da importância do entendimento e progresso adequado desses alunos. (D85Q5, grifo nosso).

Primeiramente, fazer o reconhecimento e a valorização das diferenças e do aluno que será integrada no processo de inclusão. Depois, a **preparação dos professores e profissionais da educação**, e a promoção do diálogo entre a escola e família para a criação de um ambiente colaborativo. (D81Q5, grifo nosso).

Além da estrutura física e acessibilidade, **capacitação para os profissionais**, bem como inclusão eficiente que oportunize seus alunos e o que eles têm melhor independentemente de sua necessidade especial. (N106Q5, grifo nosso).

Equipamentos, salas de recursos, materiais especiais **e profissionais capacitados também são um diferencial para a escola ser inclusiva**. (N23Q5, grifo nosso).

O “Saber trabalhar em Equipe” também contempla a busca por auxílio com o profissional do AEE, o que pode proporcionar ao professor do ensino regular uma adaptação de sua prática metodológica, por meio do compartilhamento de experiências vivenciadas, e da busca de estratégias, a fim de suprir as carências da formação inicial (PAULA, 2015). Para tanto, uma das formas de abordar esse tema na disciplina ‘Seminários em Ensino de Química’ foi convidar uma professora de Química do ensino regular e um profissional do AEE que trabalharam, em conjunto em uma mesma escola, para desenvolver materiais didáticos para alunos com deficiência visual. No seminário ministrado por esses profissionais, foi abordada a importância de olhar para a necessidade do aluno com deficiência visual para elaborar materiais que façam sentido para o ensino/aprendizagem dos conteúdos de Química, pois como explica Paula (p.211, 2015):

A dificuldade de incluir alunos com deficiência visual em aulas de Química/Ciências, dá-se na maioria das vezes devido ao fato de os professores vincularem a abordagem dos conceitos trabalhados a representações visuais, impossibilitando o aluno cego ou com baixa visão o acesso às informações.

Foi possível constatar que no início da disciplina ‘Seminários de Educação em Química, os alunos pouco citavam o profissional do AEE a despeito da inclusão dos alunos com NEE. No entanto, ao final da disciplina, os

licenciandos puderam perceber a importância desse profissional para auxiliar o professor em sala de aula, e que este não está sozinho para atender as diversidades encontradas na EE.

Outro aspecto abordado pelos licenciandos, que não foi levantado no início da disciplina, se refere à discussão no ambiente escolar sobre o processo de inclusão, por meio de palestras. Assim, com maior propriedade os alunos se apropriam de um discurso de acessibilidade atitudinal com foco na afetividade, para abordar ações práticas de inclusão.

O Tema 3: Inclusão e a Acessibilidade metodológica e Instrumental, incluem os excertos que abordam a acessibilidade nos métodos de ensino e recursos para atingir os propósitos da EI. Salienta-se que as categorias de acessibilidade metodológica aparecemem conjunto com a acessibilidade instrumental, visto que estas aparecem nos mesmos discursos dos licenciandos em Química. Abaixo seguem-se depoimentos que confirmam a necessidade desses profissionais:

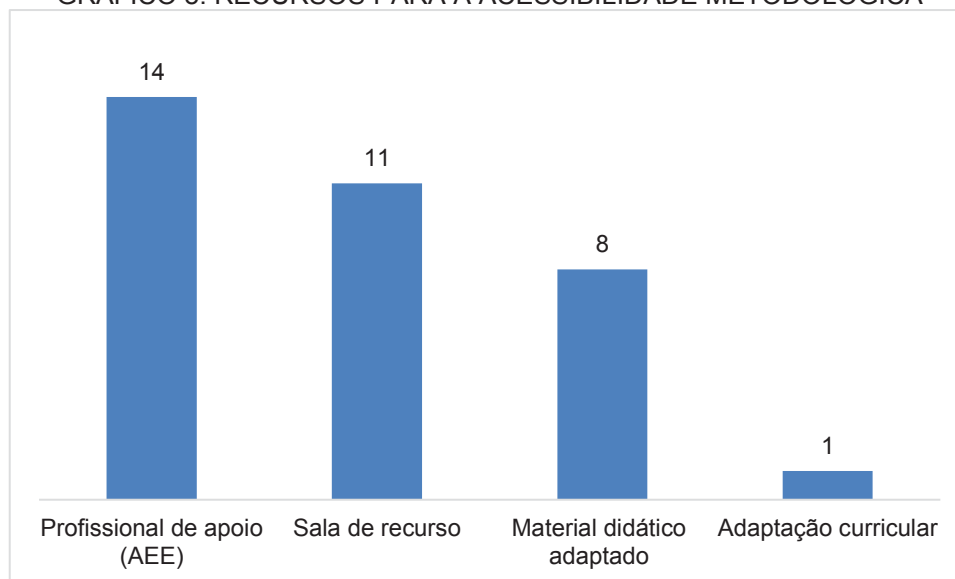
Possuir profissionais preparados **e que tenham interesse em adaptar a maneira de ensinar**, incluindo o aluno com necessidades especiais sem tornar o mesmo o foco da aula, adaptando da melhor maneira possível o ensino para todos os que frequentam aquela aula. É necessário também a adaptação do ambiente físico da instituição de ensino. (N33Q5, grifo nosso).

Os aspectos importantes são: **primeiro ter uma didática diferenciada**, como por exemplo, usar softwares para que o aplicativo leia o que está escrito para o aluno cego; fazer trabalhos com maquetes; passar vídeos com legendas, mas também a escola que deve se adaptar com o aluno, como por rampas para os cadeirantes. (D53Q5, grifo nosso).

Primeiramente, perceber as diferenças **e ter a atitude de adaptar os métodos de ensinos** ou espaço para melhor se adequar aos alunos, e não esperar o contrário. **Os métodos devem ser desenvolvidos com a ajuda de especialistas e bem pensados**, além de consultar o próprio aluno e pessoas portadoras de deficiência também, caso for o caso. É interessante também o investimento em equipamentos e materiais. (D108Q5, grifo nosso).

Nesse sentido, os participantes da pesquisa destacam a necessidade de recorrer à materiais adaptados, sala de recursos, adaptação curricular, e o auxílio do profissional do AEE, como é possível observar no Gráfico 8:

GRÁFICO 8: RECURSOS PARA À ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA



FONTE: a autora, (2020).

Assim, a utilização de metodologias e recursos materiais diferenciados, podem promover oportunidades diversificadas para abordar um mesmo conteúdo disciplinar e auxiliar no aprimoramento do aprendizado, tanto para os alunos da EE, quanto para os alunos com comportamento típico.

Na área do ensino de Química a utilização de recursos materiais e metodologias diferenciadas se torna essencial para o atendimento aos alunos com NEE. Esse tema também foi abordado na pesquisa de Camargo (2016), e aparece no NC da RS de alunos licenciandos-bolsista do PIBID de Química:

A subcategoria “Deve utilizar estratégias didáticas diferenciadas (não tradicionais)” está presente no Núcleo Central das Representações Sociais dos licenciandos-bolsistas, tendo sido mencionada por 57% dos entrevistados e com o maior índice de importância possível, de valor 1. Durante as entrevistas individuais e também durante o Grupo Focal, os licenciandos mencionavam a necessidade do professor de Química sair do ensino tradicional e ensinar através de novos métodos. (CAMARGO, 2016, p.134).

Ao comparar os resultados obtidos na aplicação da Associação Livre de Palavras 1 para o termo indutor EI, a despeito da acessibilidade metodológica e instrumental, é possível observar que antes da aplicação da disciplina ‘Seminários de Educação em Química’ os alunos pouco abordavam a necessidade desse tipo de acessibilidade para atingir os propósitos da Educação Inclusiva. Constata-se que os licenciandos passaram a demonstrar

conhecimentos sobre os recursos e as adaptações necessárias para atender o público da EE na perspectiva da inclusão. Para tanto, demonstram a importância da construção de metodologias e materiais que façam sentido para o ensino-aprendizagem desse público. Neste sentido, destacaram a utilização de maquetes sensíveis para os alunos cegos e a utilização de vídeos com legenda para alunos surdos.

O Tema 5: Inclusão e a Acessibilidade comunicacional, abrangem os excertos que abordam a utilização de LIBRAS, intérpretes, e dispositivos que auxiliem na desconstrução de barreiras comunicacionais para o ensino-aprendizagem dos alunos com NEE, como expresso nos excertos abaixo:

Professores preparados para as mais diversas situações, sejam elas com quais grupos especiais/ inclusivas ou não. **Tradutores e leitores em sala para alunos com deficiência visual e/ou auditivas.** Ambientes inclusivos para os deficientes físicos. Conteúdo das aulas adaptado a cada um e, principalmente, a voz de todos ser ouvida, a vez de todos ser respeitada. (D86Q5, grifo nosso).

Ter salas de recursos, ter professores que entendam de educação inclusiva e estejam dispostos a fazer o possível para ajudar o aluno. Ter uma estrutura necessária, como máquina de impressão em braille, para cegos, rampas de acesso para cadeirantes, **professores que saibam se comunicar em libras.** (D92Q5, grifo nosso).

Primeiramente, ser acessível a todos, ter pelo menos uma sala de recursos para atendimento especial, **intérpretes de libras a disposição**, materiais em braille, cursos de preparo para professores e também professores especializados na área de educação inclusiva. (D94Q5, grifo nosso).

A acessibilidade comunicacional é destinada principalmente para os alunos com deficiência auditiva, deficiência visual, surdos e cegos; e interfere diretamente no seu sucesso escolar, como destacado na pesquisa desenvolvida por Gonçalves (2016), para alunos surdos:

Os entraves decorrentes dos processos de escolarização dos Surdos, sem que este esteja num lugar propício para seu desenvolvimento linguístico natural ou com acessibilidade necessária, **pode ser um dos motivos que impulsiona o jovem a não conseguir, na maioria das vezes, entrar na universidade.** [...] **A acessibilidade comunicacional** necessária para reverter esse quadro **seria aquela que proporcionasse um ambiente propício linguisticamente para os alunos Surdos**, com a presença de professores Surdos, instrutores

e intérpretes de libras, onde fosse possível construir um espaço de socialização e aprendizagem da Língua de Sinais. **Sem essa direção, possivelmente o trajeto para se chegar à universidade será repleto de obstáculos** (GONÇALVES, 2016, pp.27-28, grifos nossos).

Para os alunos com deficiência visual e cegos, Paula (p.212, 2015) destaca que:

[...] os problemas encontrados no Ensino de Ciências para alunos com deficiência visual, estão diretamente relacionados à falta de acessibilidade comunicacional estabelecida pelo docente, de modo que a comunicação utilizada em sala de aula, e na sociedade de um modo em geral, permanece concentrada em códigos dependentes de estímulos visuais.

Por meio desses entendimentos pode-se inferir que a acessibilidade comunicacional constituída no ambiente educacional tem muita relevância no processo e sucesso escolar dos alunos com NEE, e conseqüentemente, tendo em vista a inclusão escolar, todos os alunos devem compreender e ter acesso às informações indispensáveis para o seu aprendizado. Assim, o professor poderia proporcionar ações voltadas para a diminuição das barreiras comunicacionais presentes nas interações com e entre seus alunos, e propiciar um ambiente onde todos encontrem iguais oportunidades de acesso aos conteúdos.

A despeito do que foi observado nos relatos dos licenciandos anteriormente à aplicação dos conteúdos da disciplina 'Seminários em Educação em Química' (Associação Livre de Palavras 1 sobre a EI), constata-se que os participantes desta pesquisa não citaram a acessibilidade comunicacional. Nesse segundo momento, embora essa categoria não tenha aparecido com muita representatividade, os licenciandos compreendem a necessidade de intérpretes na sala de aula para a inclusão de alunos surdos. E, assim como observado na acessibilidade metodológica, eles salientam a necessidade do cuidado em relação aos vídeos utilizados em salas de aula para que todos os alunos consigam ter acesso aos conteúdos, o que também se configura em uma atitude positiva em relação à comunicação realizada no ambiente educacional para a inclusão de todos. A despeito disso, concorda-se com Crochik (2012),

visto que:

A proposta de Educação Inclusiva implica o reconhecimento das diferenças e as adequadas condições para que essas pessoas não sejam obstáculos à formação; assim linguagem em braille pode ser importante para os têm deficiência visual, linguagem dos sinais pode ser importante para os têm deficiência auditiva; falar mais pausadamente e utilizar recursos imagéticos podem ser importantes para os que têm deficiência intelectual. A educação inclusiva, assim, não deve desconhecer as diferenças, mas proporcionar recursos para o cumprimento dos objetivos escolares (CROCHIK, 2012, p.42).

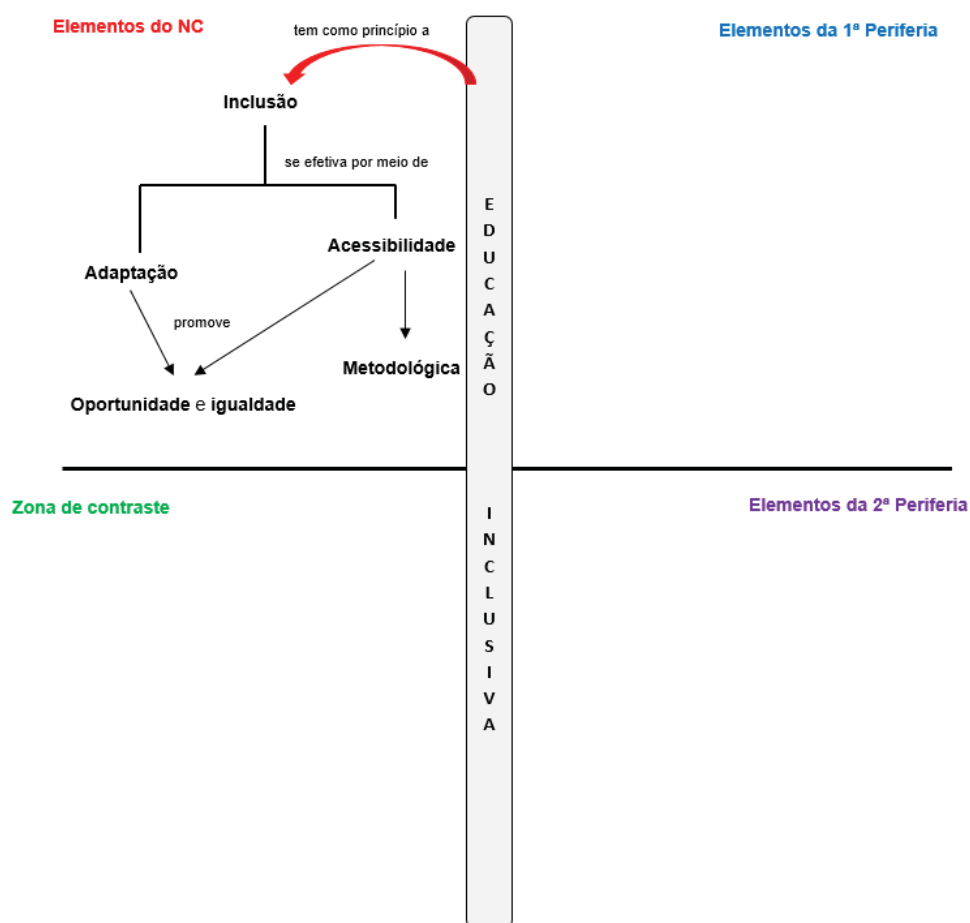
Assim, discutidos os temas referentes à inclusão e aos diferentes tipos de acessibilidades, foi possível observar que o NC da representação social sobre a EI está associado à ‘inclusão’ e, essa está intrinsecamente relacionada à ‘acessibilidade’ que é realizada por meio de adaptações no ambiente escola, nas metodologias, nas atitudes, na forma de se comunicar, nos recursos mínimos para o acesso do aluno da EE. Assim, embora a ‘adaptação’ tenha surgido no Quadro 18 com mais excertos, na hierarquia da RS ela aparece mais como uma ação da acessibilidade, que é demonstrada com maior frequência nos discursos dos alunos.

O esquema (Figura 22) a seguir procura sintetizar o NC da RS sobre a Educação Inclusiva, a palavra ‘adaptação’ aparece abaixo da palavra ‘acessibilidade’ propositalmente para indicar que na hierarquia do NC a acessibilidade está acima de ‘adaptação’.

FIGURA 22: ESQUEMA DO NC DA RS SOBRE EI DOS ALUNOS LICENCIANDOS EM



## QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2



FONTE: as autoras, (2020).

A primeira periferia apresenta as evocações que tiveram alta frequência, mas foram lembradas tardiamente pelos participantes. As palavras que encontram-se neste quadrante estabelecem relações diretas com os elementos do provável núcleo central.

As palavras que se enquadram na primeira periferia (Quadro 17) foram: 'criatividade' (frequência de 8, OME de 3,2), 'empatia' (frequência de 11, OME de 2,9) e 'respeito' (frequência de 9, OME de 2,9). Porém, ao analisar a questão 5, a criatividade não aparece nos discursos dos alunos a despeito dos aspectos importantes para a EI.

Assim, infere-se que, semelhantemente ao resultado encontrado para a RS sobre a Educação Especial a despeito da palavra 'criatividade', os licenciandos compreendem que para realizar adaptações e proporcionar acessibilidade metodológica, é necessário que o professor seja criativo.

As palavras 'respeito' e 'empatia' aparecem correlacionadas à

‘acessibilidade’ atitudinal, como premissas para atendimento ao aluno com NEE, como pode-se observar nos excertos abaixo:

**O respeito perante o próximo é o fator crucial**, aprender a lidar com as diferenças e ser a diferença na aprendizagem dos alunos especiais é importante. (N23Q5, grifo nosso).

Método de ensino que seja compatível a os alunos; Profissionais preparados para lidar com as necessidades especiais; Preparo da estrutura escolar para atender todos e dar uma maior liberdade; **Além do respeito que deve prevalecer em qualquer circunstância.** (D105Q5, grifo nosso).

Primeiramente ter profissionais voltados a estas pessoas. Precisa-se também que a escola forneça materiais especiais a estes alunos e **acima de tudo, empatia pelos alunos.** (N22Q5, grifo nosso).

Destaca-se que a ‘empatia’ não aparece nos discursos dos alunos como uma expressão de afetividade, mas como uma forma de ‘respeito’ às características do público alvo da EE. Segundo Saviani (p.148, 1996), o professor como profissional inclusivo, deve apreender o saber atitudinal que:

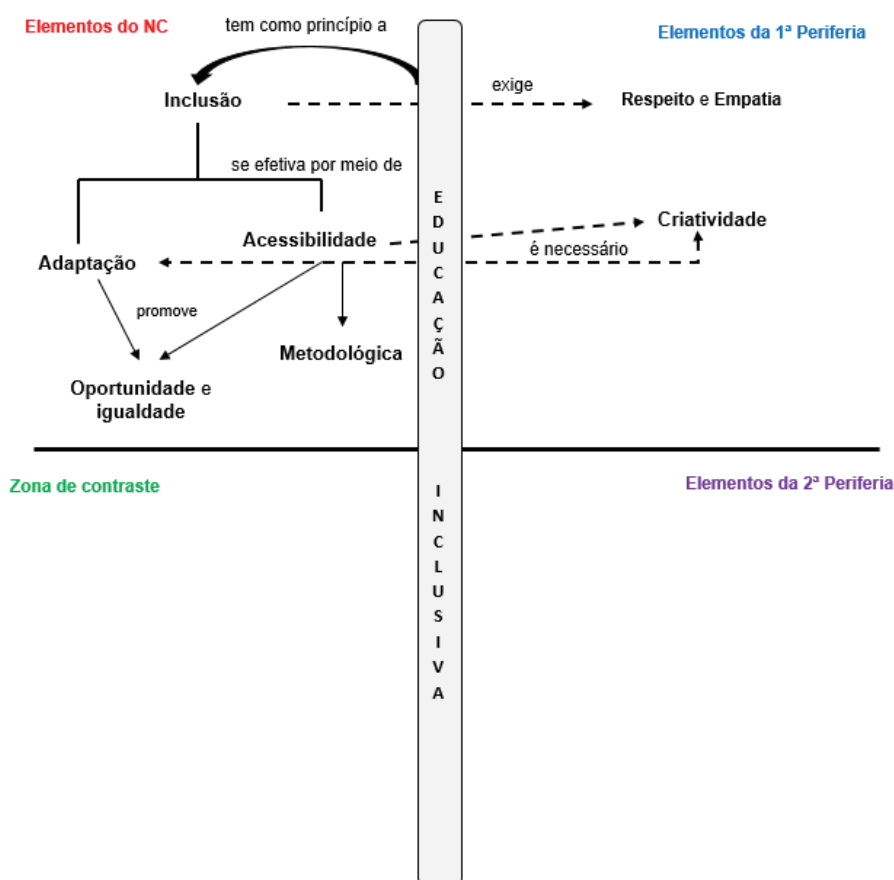
Abrange atitudes e posturas inerentes ao papel atribuído ao educador, **tais como disciplina, pontualidade, coerência, clareza, justiça e equidade, diálogo, respeito às pessoas dos educandos, atenção às suas dificuldades etc.** Trata-se de competências que se prendem à identidade e conformam a personalidade do educador, mas que são objeto de formação por processos tanto espontâneos como deliberados e sistemáticos (grifo nosso).

Assim o esquema abaixo (Figura 23) sintetiza NC e sua relação com os elementos da primeira periferia da RS sobre a Educação Inclusiva.

FIGURA 23: ESQUEMA DO NC E PRIMEIRA PERIFERIA DA RS SOBRE EI DOS ALUNOS

## LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS

2



FONTE: as autoras, (2020).

Ao realizar uma análise comparativa da primeira periferia encontrada na Associação Livre de Palavras 1 sobre a EI (realizada no início da disciplina), constata-se que os alunos licenciandos em Química abordam o respeito, a empatia e a criatividade como a ação da representação para a 'inclusão' (NC) dos alunos com NEE, e nisto o 'direito' à inclusão passa a ter menos importância na estrutura da RS, para se configurar como assistente (na zona de contraste) da primeira periferia. Assim sendo, provavelmente os participantes da pesquisa compreendem que essas ações são mais necessárias e coerentes para o cenário atual, do que o 'direito' que hoje já foi adquirido, porém não se efetiva nos ambientes de ensino.

Na segunda periferia, aparece a palavra 'necessidade' (frequência de 7, OME 3,1), e se unifica ao NC no sentido de atendimento às 'necessidades' dos

alunos público alvo da EE, e direciona-se às ações para ‘inclusão’ dessas necessidades, tais como a ‘acessibilidade’, como pode-se observar nos excertos abaixo:

**Sua acessibilidade para atender as necessidades do aluno;** - Profissionais que possam e “consiga” driblar as dificuldades para ensinar; - Empatia ao próximo. (N27Q5, grifo nosso).

Professores capacitados par lecionar com a diversidade enorme de necessidades; mesmo não sendo da educação inclusiva, poder lidar com a multiplicidade já é um grande passo para a inclusão. **Ter profissionais que sejam especializados nas necessidades que esses têm e a disponibilidade de espaço físico acessível** (tanto acessibilidade física, como também de salas separadas para acompanhamento paralelo) se fazem de grande importância. (D51Q5, grifo nosso).

**Para ter uma escola inclusiva é importante que haja pessoas capacitadas para atender as necessidades especiais de seus alunos**, infraestrutura nas escolas para eficiências físicas, assim promovendo acessibilidade, para todos. (D68Q5, grifo nosso).

A ‘necessidade’ abordada como NC da representação social sobre a EI no Associação Livre de Palavras 1, aqui aparece subjacente aos níveis de acessibilidade para atender os alunos com NEE, em outros discursos, não destacados aqui, é possível observar que os licenciandos trazem a ‘necessidade’, como uma das palavras para caracterizar os alunos da educação inclusiva, que possuem NEE.

Em relação ao quadrante inferior esquerdo, do Quadro 17, que apresentam os elementos periféricos, é também conhecido como zona de contraste, e nele estão presentes os termos ‘diversidade’ (frequência de 5, OME de 2,0), ‘material didático’ (frequência de 6, OME de 2,3), ‘acolhimento’ (frequência de 5, OME de 2,4), ‘participação’ (frequência de 6, OME de 2,7), ‘ajudar’ (frequência de 5, OME de 2,8), ‘equidade’ (frequência de 5, OME de 2,6), ‘integração’ (frequência de 5, OME de 2,6), ‘acessibilidade atitudinal’ (frequência de 5, OME de 2,8) e ‘direito’ (frequência de 5, OME de 2,8).

Neste quadrante as palavras evocadas podem formar subgrupos ou revelar variações que reforcem os sentidos dos elementos presentes na primeira periferia. Porém, acredita-se que, diante do contexto abordado, as evocações presentes nessa zona de contraste complementam os sentidos encontrados no

NC. Neste contexto, a única palavra que talvez se configure como um segundo NC para um pequeno grupo é a ‘acessibilidade atitudinal’ que apareceu fortemente nos discursos dos participantes da pesquisa, de forma a acrescentar sentido ao NC das representações sociais, as quais aparecem nos exemplos abaixo:

Uma escola inclusiva é o ambiente igualitário, com meios que agregam todos os indivíduos, que possui adequações no ambiente, como por exemplo, salas de aulas “mistas”, com pessoas diferentes no sentido de ter ou não uma necessidade especial, **com professores capacitados para atuarem em sua função lidando com toda a diversidade presente no meio**. (D76Q5, grifo nosso).

Adaptações físicas, **acolhimento para criar um ambiente propício** para a socialização deste aluno, preparação e aulas para que estes alunos e os alunos regulares possam aprender quase integralmente de forma simultânea, **com desenvolvimento de materiais didáticos que atendam todos os alunos**. (N26Q5, grifo nosso).

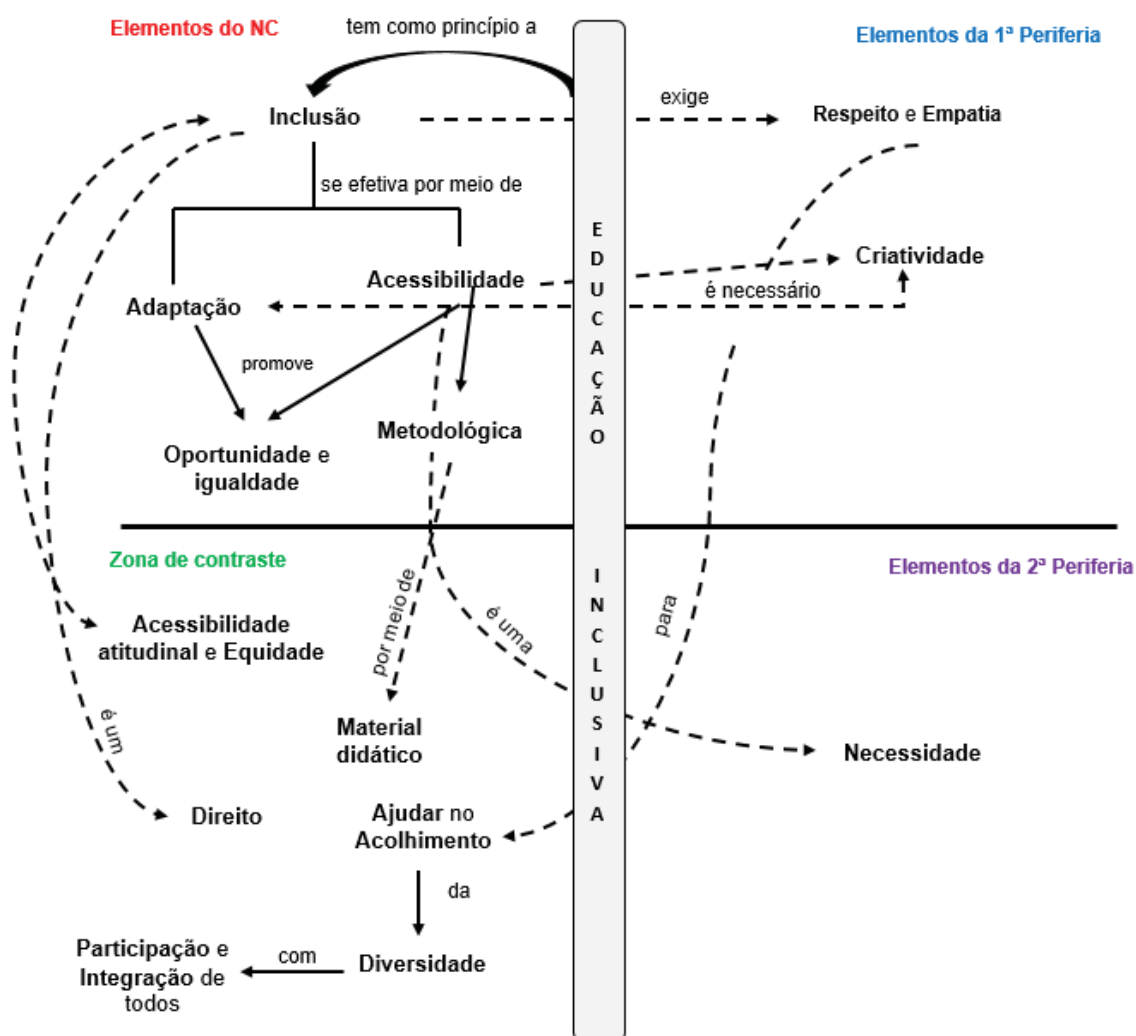
**Ajudar no acolhimento do incluído** pela comunidade escolar, propiciar qualquer forma de atendimento ao aluno sem fazê-lo sentir-se “o diferente”, mas sim “um diferente” e adequar-se estrutural e pedagogicamente ao incluso. (N43Q5, grifo nosso).

O termo ‘integração’, como discutido na Associação Livre de Palavras 2 sobre a EE, aparece nos discursos dos alunos não no sentido excludente, mas de unir todos os alunos em um só grupo, porém ressalta-se que o sentido dessa terminologia deve ser discutido na formação inicial com a finalidade de esclarecer o significado desta na história dos alunos com deficiência.

Assim, o esquema abaixo (Figura 24) procura sintetizar o NC e sua relação com os elementos periféricos da RS sobre a Educação Inclusiva do grupo de licenciandos em química.

FIGURA 24: ESQUEMA DO NC E ZONAS PERIFERICAS DA RS SOBRE EI DOS ALUNOS

## LICENCIANDOS EM QUÍMICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2



FONTE: as autoras, (2020).

Diante do que foi exposto, é possível constatar que o NC sobre a Educação Inclusiva dos alunos de licenciatura em Química é pautado na 'inclusão' por meio da acessibilidade. Foi possível observar que os licenciandos também compreendem a diferença entre EE e EI, e que a inclusão é realizada por meio de atitudes, metodologias, recursos e desconstrução de barreiras que impedem o acesso à informação.

Em comparação com a representação social sobre a EI no início da disciplina 'Seminários de Educação em Química', os participantes trazem maior robustez aos seus discursos e, também, incluem questões que antes não foram observadas, como por exemplo, o auxílio e necessidade de um profissional do AEE no trabalho conjunto com o professor da sala de aula regular, a realização

de palestras para divulgar e desmistificar os temas relacionados à inclusão, materiais didáticos na forma de maquetes para o ensino de cegos, por exemplo. Assim, destacada a estrutura e as mudanças das RS sobre a EE e EI dos participantes da pesquisa, pode-se depreender uma visão positiva da influência da disciplina 'Seminários de Educação em Química' para o processo formativo de futuros professores para atuarem na perspectiva da EI.

No próximo tópico são destacadas as principais mudanças observadas nas RS sobre a EE/EI.

#### 4.5 MUDANÇAS E COMPARAÇÕES DAS RS SOBRE EE/EI

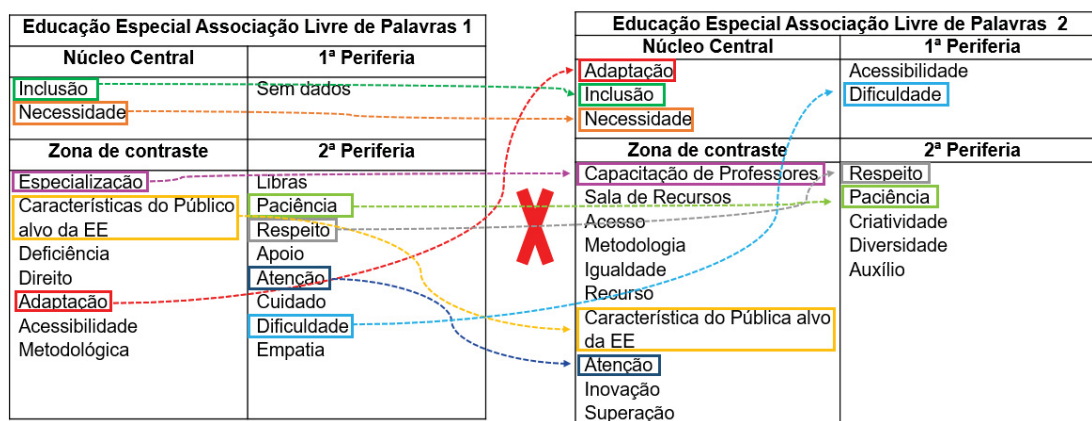
Nessa sessão serão discutidas as principais mudanças observadas nas RS sobre a EE/EI dos alunos de licenciatura em Química da UFPR. Para tanto, é realizada análise qualitativa das variações encontradas nas evocações dos licenciandos entre os quadrantes do quadro de quatro casas, resultado da análise prototípica sobre a técnica de associação livre de palavras dos termos indutores EE/EI. Evidencia-se nessa sessão que antes da aplicação dos conteúdos sobre a EE/EI na disciplina Seminário de Educação em Química os licenciandos demonstram RS diferentes do que é observado ao finalizar os seminários.

##### 4.5.1 RS sobre EE: (in)alterações e ressignificações

Ao realizar uma análise comparativa da RS sobre a EE no início da disciplina (Quadro 8) com a RS sobre EE ao final da disciplina (Quadro 10), observa-se que a estrutura da RS se modificou, visto a migração das evocações entre os quadrantes. Para demonstrar essa alteração, apresenta-se o esquema da Figura 25.

FIGURA 25: ALTERAÇÕES DAS PALAVRAS EVOCADAS NOS QUADRANTES DA

## REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A EE



FONTE: as autoras, (2020).

Dentre as alterações observadas, destaca-se a maior quantidade de evocações na Associação Livre de Palavras 2, realizada ao final da aplicação dos conteúdos sobre a EE/EI. É possível observar que as palavras ‘inclusão’ e ‘necessidade’ que aparecem no NC no primeiro momento (EE - Associação Livre de Palavras 1), se mantém no segundo momento (EE - Associação Livre de Palavras 2) demonstrando a rigidez e estabilidade do NC da representação sobre a temática. Porém, no NC da RS sobre a Educação especial ao finalizar a disciplina Seminários de Educação em Química, aparece a palavra ‘adaptação’ que no primeiro momento era localizada na zona de contraste da representação.

Sobre isso, por meio da análise empreendida das resposta dos licenciandos em Química ao Questionário final (Apêndice 11) foi possível observar que esses alunos abordam a necessidade de inclusão por meio de adaptações ao ambiente, nas atitudes, na metodologia, ou seja, no trato à diversidade, e nisto acredita-se que a disciplina Seminários de Educação em Química forneceu subsídios para que esses alunos ressignificassem a representação por meio da união do universo reificado e consensual, ou seja, com o senso comum advindo de experiências históricas desse público, aliado ao conhecimento científico adquirido nos seminários. Como explica Ferreira e Brum (2000):

O universo consensual é chamado de senso comum e encontra-se nas práticas interativas cotidianas, onde se constroem as representações sociais a partir das pressões do dia-a-dia, das contradições sociais. O senso comum são versões contemporâneas de um determinado saber, é o espaço do que nos é familiar, próximo. O universo reificado é o



mundo das ciências, da objetividade e das teorizações abstratas. (BRUM, 2000, p. 8)

Ao analisar a Figura 25, é possível observar que algumas palavras migraram entre os quadrantes, demonstrando que alguns termos assumiram um posicionamento de maior ou de menor importância na estrutura da RS sobre a EE. Nisto, vemos que a palavra ‘dificuldade’, sai da 2ª periferia (EE - Associação Livre de Palavras 1), e aparece na 1ª periferia no segundo momento (EE - Associação Livre de Palavras 2), que segundo a análise empreendida das respostas desses licenciandos ao Questionário final (Apêndice 11) demonstrou que o trato a diversidade da EE pode se apresentar como dificuldade, se não houver as adaptações focadas nas necessidades de inclusão desse público.

Pôde-se observar que os licenciandos abordam evocações mais robustas para a associação livre de palavras ao final dos seminários (EE - Associação Livre de Palavras 1), como por exemplo ‘capacitação de professores’, que anteriormente (EE - Associação Livre de Palavras 2) aparece como ‘especialização’. Aparecem também novos termos relacionados à temática da EE, como por exemplo ‘acessibilidade’, ‘criatividade’, ‘diversidade’, ‘inovação’, ‘superação’ e ‘recurso’, tais evocações se remetem ao trabalho do professor para atender as demandas da EE, correlacionada diretamente aos elementos do NC.

Destacadas as principais mudanças das RS sobre a EE, no Quadro 20 apresenta-se as principais mudanças encontradas para a RS sobre a EE do início da abordagem dos conteúdos desse tema na disciplina Seminários de Educação em Química.

QUADRO 20: DIFERENÇAS NAS RS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL 1 E 2

<b>Associação Livre de Palavras</b>	<b>Educação Especial 1</b>	<b>Educação Especial 2</b>
<b>Núcleo Central</b>	Inclusão efetivada no atendimento às Necessidades	Adaptações Metodológicas com foco no atendimento da Necessidade
<b>Zonas Periféricas</b>	Foco nas características e especificidades dos alunos da EE, atendimento com base na afetividade	Foco no trabalho do professor (criatividade, recursos e metodologias)
<b>Resultados</b>	Na análise do ALP1 da EE/EI, aplicada do início da disciplina, as RS dos licenciandos em Química se pautavam no atendimento às necessidades	Na ALP 2 da Educação Especial trouxe a mudança da palavra ‘adaptação’ para o NC (antes encontrada na Zona de contraste) – Pode indicar que a disciplina



dos conteúdos sobre a EE/EI. Observa-se que evocações que estavam na zona de contraste (adaptação, igualdade e oportunidade) foram para o quadrante referente ao NC, representando uma modificação significativa desses termos para a RS sobre a EE, assim sendo, acredita-se que a disciplina Seminários de Educação em Química forneceu subsídios para incorporar novos conhecimentos para estruturar o NC sobre a EE.

Salienta-se que a palavra ‘necessidade’ que se configurou como o NC da representação social sobre a EI no Associação Livre de Palavras 1 que ao final da disciplina aparece na 2ª periferia.

Observa-se que as palavras ‘acessibilidade’, ‘acessibilidade atitudinal’, ‘acessibilidade metodológica’, ‘criatividade’, ‘diversidade’ e ‘material didático’ que remetem aos conteúdos abordados no seminários sobre a EE/EI, e não foram observadas na primeira Associação Livre de Palavras sobre a EI, destacam que esses conceitos, foram interiorizados pelos participante da pesquisa e nisto, destaca-se a união do universo reificado aliado ao senso comum e experiências históricas com o universo consensual, ou seja, o conhecimento científico.

Outro fato observado, foi que concepção da EE e da EI dos alunos licenciandos em Química da UFPR não ficaram iguais, visto que na análise inicial das Associações Livre de Palavras apareceu com o mesmo NC, com base no atendimento às necessidades. Nesse segundo momento, o NC da EE se fundamentou nas ‘adaptações metodológicas com foco nas necessidades’, e diferentemente disto, a necessidade na EI aparece como segunda periferia, sem um papel significativo na RS sobre a EI, mas com um significado complementar.

Diante do que foi observado, no Quadro 21, destaca-se as principais mudanças encontradas para a RS sobre a EI do início da abordagem dos conteúdos desse tema na disciplina Seminários de Educação em Química.

QUADRO 21: DIFERENÇAS NAS RS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 1 E 2

<b>Associação Livre de Palavras</b>	<b>Educação Inclusiva 1</b>	<b>Educação Inclusiva 2</b>
<b>Núcleo Central</b>	Inclusão efetivada no atendimento às Necessidades	Inclusão efetivada pela Acessibilidade
<b>Zonas Periféricas</b>	Foco no direito à inclusão e especificidades do aluno da EE, atendimento tem base na afetividade, acessibilidade arquitetônica representativa	Pautada no trabalho do professor, acessibilidade metodológica e atitudinal representativa
<b>Resultados</b>	Resultados Semelhantes aos	Os participantes enfatizaram a

	encontrados na análise da RS EE (ALP1)	<p>necessidade de capacitação e especialização de profissionais da educação para um atendimento inclusivo;</p> <p>A acessibilidade comunicacional – antes não mencionada – aparece nas falas dos participantes, que englobam alunos com baixa visão, cego e surdos;</p> <p>Na acessibilidade arquitetônica aparecem diversos exemplos para melhorar o acesso de todos ao ambiente escolar, incluindo barreiras arquitetônicas para pessoas cegas</p>
--	--	--

FONTE: as autoras, (2020).

Destacadas as mudanças das RS sobre a EE/EI, no próximo capítulo são elencadas as conclusões referente ao estudo aqui desenvolvido.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar essa pesquisa, a qual teve como principal objetivo identificar e analisar a representação social sobre Educação Especial/inclusiva de alunos de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Paraná, foi possível compreender alguns aspectos relevantes que envolvem a temática em questão.

Em relação ao objetivo específico de compreender como os diferentes entendimentos sobre as deficiências influenciaram a formação e efetivação de políticas educacionais para o atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais, foi possível constatar que as políticas envolvidas no atendimento à pessoa com deficiência, e posteriormente à pessoa com necessidades educacionais especiais, sofreram influências do imaginário social que por muito tempo perpetuou práticas discriminatórias que acarretaram em um delongamento na constituição de políticas públicas e políticas públicas educacionais para o atendimento às necessidades desses alunos. A efetivação dessas políticas ainda é uma luta diária, pois o ambiente escolar, ainda se configura como um lugar de exclusão das minorias e de suas especificidades, pois, se constata que mesmo o aluno com comportamento típico apresenta entraves de acesso, permanência e aprendizado como constatado nos Censos Escolares realizados nos últimos anos. Este quadro tem grande influência do ensino tradicional persistente nas escolas, o qual se demonstra ainda mais crítico para os alunos com NEE.

Porém, esse cenário não apresenta apenas aspectos negativos, pois foi possível compreender, a partir do contexto histórico das políticas sobre a educação especial no Brasil, que muitos direitos foram adquiridos historicamente no processo de inclusão desse público. Destaca-se aqui, a inclusão obrigatória dessa temática na formação inicial de professores com a DCNFIP de 2015 (BRASIL, 2015b), que resultou na constituição da disciplina Seminários de Educação em Química para o curso de licenciatura em Química da UFPR, contexto da pesquisa realizada.

Ao analisar a literatura da área sobre as barreiras e necessidades formativas de professores para a educação inclusiva foi possível observar, por meio do levantamento da produção nacional, que as pesquisas sobre RS de deficiência, educação especial e educação inclusiva demonstram um cenário

dividido a despeito das práticas inclusivas, atendimento e mitos envolvidos nesse cenário. Ainda, estão presentes RS excludentes focadas nas características e dificuldades apresentadas pelo aluno da EE, porém se observa alguns avanços na inclusão desse público. Também foi observado que intervenções com foco na desmistificação dos processos envolvidos no atendimento inclusivo, podem e têm influência em como a comunidade escolar e acadêmica encaram esse desafio. A análise dos resultados dessas produções, demonstrou uma preocupação em relação à inclusão dos alunos da EE, atribuindo à formação inicial o papel essencial para proporcionar mudanças significativas quanto à representação sobre a educação especial/inclusiva.

As barreiras e necessidades formativas para a realização de um atendimento inclusivo, apoiando-se nos autores Nozi (2013), Paula (2015) e Santos (2003), foi possível observar que, a grande maioria das barreiras que dificulta o atendimento do aluno da EE está atrelada à falta das dimensões de acessibilidade no ambiente educacional (SASSAKI, 2009). Destaca-se que neste contexto, a acessibilidade atitudinal é a que mais aparece como impeditivo para a efetivação da Educação Inclusiva, pois se configura de modo “invisível” nas atitudes da comunidade escolar, acadêmica e na sociedade em geral.

Sobre o último objetivo específico ‘Identificar e analisar a representação social dos licenciandos em Química da UFPR sobre Educação Especial/Inclusiva’, foi possível observar com os resultados da análise prototípica e análise de conteúdo, que os alunos licenciandos trouxeram representações positivas quanto à EE/EI.

Na análise do Associação Livre de Palavras 1 da EE/EI, aplicada aos alunos no início da disciplina ‘Seminários de Educação em Química’, constatou-se que as representações sociais dos licenciandos em Química se pautavam no atendimento às necessidades dos alunos com deficiência, com foco na especificidade e dificuldade enfrentada por esse público, nesse contexto os participantes não consideraram os alunos com AH/S.

Outro ponto observado, foi que os participantes da pesquisa não fizeram distinção entre a educação especial e a educação inclusiva, resultando em palavras semelhantes no NC das duas análises prototípicas e representações com foco no atendimento à necessidade.

Foi possível constatar, que na zona periférica da representação, em que

se localizam os elementos mais flexíveis e singulares, referentes à história pessoal de cada aluno emergiram denotações de afetividade para concretização do NC sobre a EE/EI. Palavras como “cuidado, empatia, paciência e atenção” eclodiram nas falas dos licenciandos para atender as necessidades dos alunos com deficiência. Estes discursos que inicialmente se apresentam em caráter favorável à inclusão, ressaltam percepções da sociedade de que os alunos com deficiência carecem de cuidados e auxílios constantes, porém, acabam perpetuando mitos do senso comum que resultam na falta de autonomia e protagonismo de vida para o público da EE.

Na análise geral dos resultados sobre a Associação Livre de Palavras 1 da EE/EI, constatou-se que os participantes da pesquisa trouxeram discursos pouco fundamentados para explicar aspectos referentes à inclusão, com terminologias desatualizadas (como por exemplo “portador de deficiência”, “portador de necessidades” e “integração”), porém, também ressaltaram a necessidade de se conhecer a PCD para realizar um atendimento efetivo nesse contexto (mesmo não compreendendo naquele momento, como realizá-lo), a necessidade de efetivação de direitos, e a equidade essencial para a construção de uma sociedade igualitária, com o acesso de todos as diversas oportunidades.

A análise realizada para o Associação Livre de Palavras 2, após a disciplina ‘Seminários de Educação em Química’, foi possível observar um cenário diferente quanto às respostas aos termos indutores e as questões relacionadas à educação especial e educação inclusiva.

Em primeira instância, constatou-se que os participantes da pesquisa passaram a diferenciar a EE da EI. Tanto a análise prototípica empreendida para os dois termos, quanto a análise das respostas demonstrou que os licenciandos compreendem a EE como uma forma de apoio à EI, e que a inclusão nesse processo é realizada por meio de atitudes, metodologias, recursos e desconstrução de barreiras que impedem o acesso à informação.

Sobre a RS sobre a EE, no segundo momento, foi observado que a palavra ‘adaptação’ migrou da zona de contraste para o NC das representações sociais desse grupo, agregando o conceito de acessibilidade na forma de adaptações ao cenário de atendimento às necessidades específicas dos alunos da EE com foco na inclusão. Pode-se concluir que o NC das representações sociais sobre a EE dos alunos licenciandos em Química está pautado na

inclusão, efetivada por adaptações nas diversas dimensões de acessibilidade. Embora alguns aspectos referentes às terminologias utilizadas por esses alunos como por exemplo: 'portadores de deficiência', 'integração', 'falta de capacidade' entre outras, as quais remetem à exclusão vivenciada na história da EE, (que salientamos que devem ser repensadas no sentido de uma futura na aplicação desta e de outras disciplinas), foi possível observar que os alunos de licenciatura em Química apresentam RS favoráveis ao trabalho da EE para a efetivação da EI.

Na Associação Livre de Palavras 2 para o termo indutor EI constatou-se o NC da RS sobre a Educação Inclusiva, do grupo de alunos de licenciatura em Química é pautado na 'inclusão' na forma de acessibilidade. Em comparação à representação social sobre a EI no início da disciplina, os participantes trazem maior robustez aos seus discursos e também incluem temas que antes não foram identificados, como por exemplo, o auxílio e necessidade de um profissional da AEE no trabalho conjunto ao professor da sala regular, realização de palestras para difundir e desmistificar os temas relacionados à inclusão, desenvolvimento de materiais didáticos.

Concluimos que uma disciplina específica nos cursos de formação inicial de professores, que trata da EE e EI e suas decorrências, pode contribuir fortemente para uma atitude social mais favorável à inclusão e foi essencial para demonstrar para os futuros professores de Química a existência de diversas maneiras de conceber o ensino inclusivo. E que, faz parte do trabalho do professor do ensino regular, desenvolver metodologias que atendam todos os tipos de necessidades e que estas contemplem todos os alunos, tanto os da EE, quanto os de comportamento típico. Nesse sentido, recomenda-se que as temáticas EE e EI sejam contempladas na formação inicial de professores, visto que é possível desconstruir mitos nesse contexto, formando profissionais capacitados para atuarem de maneira mais efetiva para a Educação Inclusiva.



## REFERÊNCIAS

AAIDD. Association on Intellectual and Developmental Disabilities, 2010.

ABRIC, J. C. **Jeux, Conflits et représentations sociales**. 1976. Tese (doutorado em Psicologia). Universidade de Provence. 1976.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Pratiques Sociales et représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France. 1994a.

\_\_\_\_\_. L'organisation interne des representations sociales: système central et système périphérique. In C. Guimelli (Org.). *Structures et transformations des Représentations Sociales*. (pp.73-84) Neuchâtel: Delachaux et Niestlé. 1994b.

\_\_\_\_\_. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, p. 27-46. 1998.

\_\_\_\_\_. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S. P. M.; OLIVEIRA, d. c. (Orgs.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, p.27-38. 2000.

\_\_\_\_\_. **Methodes d'étude des représentations sociales**. Ramonville Saint-Agne: Érès, p. 60-61. 2003.

ALBUQUERQUE, E. R.; MACHADO, L. B. "Sem amor não se consegue desenvolver um bom trabalho": análise das representações sociais de Professoras sobre inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 33, p. 73-84, jan./abr. 2009, Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

ALENCAR, E. M. L. S. Indivíduos com Altas Habilidades/Superdotação: Clarificando Conceitos, Desfazendo Idéias Errôneas. In D. S. FLEITH (Org.). **A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades / Superdotação** (p. 13-23), 2007. Disponível em: <<https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2017/10/individuos-com-altas-habilidades-superdotacao-clarificando-conceitos-desfazendo-ideias-erroneas.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2019.

ALVES-MAZZOTI, A. J. A abordagem estrutural das representações sociais. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 14/15, p.17-37, 2002.

ANTUNES, C. P. **A aposentadoria policial civil – Configuração Subjetiva, modo de vida e saúde**. Estudos de casos com servidores da polícia civil do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em psicologia). - Centro Universitário de Brasília – UniCeub. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Brasília (DF), 2014. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/9633>>. Acesso em 20 jan. 2020.

ARANHA, M. S. F. A deficiência através da história. In: **Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica**. Temas em Psicologia, n. 2, v.3, p. 63-70, 1995.

ARAUJO, F. M. A. As representações sociais de pessoa com deficiência dos estudantes dos cursos de pedagogia: quando a educação inclusiva interroga a formação docente. 2016. 287f. Tese (Doutorado em Educação). – Setor de educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18377>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

AZEVEDO, E. M. V. M.; MORI, N. N. R. O atendimento educacional a pessoa com deficiência: a Educação Especial como política no Brasil. **HISTEDBR, VII Seminário de Estudos e Pesquisas**. Campinas, UNICAMP, São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/E/Elis%20Milena%20Veiga%20Moreira%20de%20Azevedo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/E/Elis%20Milena%20Veiga%20Moreira%20de%20Azevedo.pdf)>. Acesso em: 24 fev. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa – Portugal: edições 70, 2016.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. .ed. v.1. Brasília, DF: Ed. UNB, 1998.

BORGES, G. F. M.; ARAÚJO, C. A.; PEREIRA, D. Políticas públicas e políticas educacionais: Primeiras aproximações. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Uberaba, v. 1, n.1, p. 62-75, 2013. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/1327/0ee14ff44753ddafd33705a43230749f0e8b.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Emenda constitucional nº1 de outubro de 1969.** Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 jan. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm)>. Acesso em: 04 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 11 ago. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição:** da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 08 nov. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm)>. Acesso em: 07 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 14 set. 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CP Nº 28, de 17 de fevereiro de 2002.** Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 14 set. 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 4 mar. 2002. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Sub-chefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, 19 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **A construção de práticas Educacionais para alunos com Altas Habilidades/Superdotação: Orientação a professores.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/192-secretarias-112877938/seesp-eseducacao-especial-2091755988/12679-a-construcao-de-praticas-educacionais-para-alunos-com-altas-habilidadessuperdotacao>>. Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, jan. 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.751, de 26 de janeiro de 2009.** Institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF, jan. 2008b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192)>. Acesso em: 03 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto Legislativo nº186 de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo,

assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF, jan. 2008c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Sub-chefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005/2014, de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Sub-chefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Documento Final da Conferência Nacional de Educação (Conae). Brasília, MEC, 2014b. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Sub-chefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Brasília, DF, 2015b.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERTONI, L. M.; GALINKIN, A. L. Teoria e métodos em representações sociais. In: MORORÓ, L. P., COUTO, M. E. S., ASSIS, R. A. M. (Orgs). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias**. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 101-122. ISBN: 978-85-7455-493-8. Available from: doi: 10.7476/9788574554938.005. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yjxdq/epub/mororo-9788574554938.epub>.

BUENO, E. D. L. ENS, R. **Representações sociais de professores sobre o uso das tecnologias na escola e sua interface com o plano municipal de educação de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Curitiba (PR), 2017.

BULFINCH, T. **O Livro de Ouro da Mitologia** (a Idade da Fábula). 26ª ed. Rio de Janeiro, 2006.

CAMARGO, C. P. **Representações Sociais acerca da Educação Inclusiva na formação inicial de professores: um estudo com licenciandos-bolsistas Pibid de uma licenciatura em Química**. 2016. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru (SP), 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/145017>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CAMPOS, P. H. F.; ROUQUETTE, M-L. Abordagem Estrutural e Componente Afetivo das Representações Sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16(3), pp. 435-445, 2003.

CARAVACA MORERA, A. J.; PADILHA, M. I.; SILVA, D. G. V.; SAPAG, J. Aspectos teóricos e metodológicos das representações sociais. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, 24(4): 1157-65, out./dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n4/pt\\_0104-0707-tce-24-04-01157.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n4/pt_0104-0707-tce-24-04-01157.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2019.

CARVALHO FREITAS, M. N., MARQUES, A. L. A diversidade através da História: A inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações &**

**Sociedade**, v. 14, n. 41, p. 59–78, abr./jul. 2007. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v14n41/03.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

CARVALHO, R. C.; MARQUEZAN, R. Representações sociais sobre deficiência em documentos oficiais. **Revista do Centro de Educação**, v. 28, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/4169/2505>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva com os pingos no “is”**. Porto Alegre: Editora Mediação, 3ª ed., 176 p. 2005.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em:  
<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia\\_arquivos/pesquisa\\_social.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_arquivos/pesquisa_social.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CONTRERAS, José. **Autonomia de Professores**, São Paulo: Cortez, 2002, 296 p.

CORNFORD, F. M. **From Religion to Philosophy**. Nova York: Harper. 1957.

CORTE, M. G. D.; MELLO, G. B. Cursos de licenciatura em educação especial e contextos emergentes. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, v. 4, n. 2, p.308-329 mai./ago. 2018.

COSTA, A. L. O. Formação continuada e representação social: implicações para a educação inclusiva. 2014. 290f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RGN), 2014. Disponível em:  
<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14508>>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

CROCHÍK, J. L. Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Orgs). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.



CROCHÍK, J. L. Pesquisas sobre educação inclusiva e preconceito desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos sobre o Preconceito. In: SILVA, S.; DIGIAMPIETRI, L. (Orgs.). **(Re) Conhecendo a USP Contribuições do ensino, da pesquisa e da extensão no campo das deficiências**. São Paulo: FEUSP, 2017.

CUNHA, A. E. Representações sociais de professores acerca da inclusão escolar: elementos para uma discussão das práticas de ensino. 2015. 163p. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro (RJ), 2015. Disponível em: <https://portal.estacio.br/docs/Dissertacoes/Antonio-Eugenio-Cunha-TESECOMPLETA%202015.PDF>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CURY, C. R. J. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 38, p.205-222, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982008000200010>. Acesso em: 28 jan. 2019.

DECHICHI, C. **Transformando o ambiente de sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental**. 2001. 245 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Psicologia em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C. **Princípios e fundamentos da Educação Especial**. In: **Curso Básico: Educação Especial e atendimento Especializado**. Uberlândia: EDUFU, 2012. Ebook. Disponível em: [http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book\\_curso\\_basico\\_educacao\\_especial\\_v1\\_0.pdf](http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_curso_basico_educacao_especial_v1_0.pdf)>. Acesso em: 03 fev. 2019

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial. **Salamanca: S.I.**, 1994. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES, 1975. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf) >. Acesso em: 19 jun. 2020.

DOURADO, L. F. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: Concepções e



desasios. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun. 2015.

DURKHEIM, E. **Da divisão social do trabalho**. Editora: Abril. 1979.

\_\_\_\_\_. **The elementary Forms of the religious Life**. Nova York: Free Press, 1912/1995.

DUVEEN, G. Introdução: O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 1. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2015. p.15 -16.

ENS, R. T. *et al.* Evasão ou permanência na profissão: políticas educacionais e representações sociais de professores. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 14, n. 42, p. 501-523, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6698/6596>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

FAVORETO, E. D. **Creche e pré-escola: representações Sociais de Estudantes de Pedagogia e Políticas para Educação Infantil**. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica. Curitiba (PR), 2013.

FERNANDES, E. M. **Construtivismo e Educação Especial**. Revista Integração. M EC /SEESP, 5 (11), pg 22-23, 1994.

FERREIRA, S. R. S.; BRUM, J. L. R. As representações sociais e suas contribuições no campo da saúde. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v.21, n. esp., p.5-14, 2000.

FLAMENT, C. (1994). Aspects périphériques des représentation sociales. In: Guimelli, C. (ed.). **Structures et transformations sociales**. Lausanne, Delachaux e Niestlé. 1994.

FONSECA, J. A. L.; PIMENTA, R. W. A chegada dos desiguais à escola: Novas formas de inclusão/exclusão. **IX ANPED SUL**, UNISINOS, p. 1–12, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2796/421>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

GARGHETTI, F. C., MEDEIROS, J. G., NUERNBERG, A. H. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, n. 10, p. 101-116, jul., 2013. Disponível em: <<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/994/820>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

GLAT, R.; BLANCO, L. M.V. Educação Especial no contexto de uma educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). **Educacao Inclusiva: Cultura E Contidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

GIBBS, G. **Análise de Dados Qualitativos**. Tradução de: COSTA, RobertoCataldo. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. Educação Especial, formação de professores e o uso das tecnologias de informação e comunicação: a construção de práticas pedagógicas inclusivas. In: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (orgs.) **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusiva**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo, 2012.

GONÇALVES, A. M. Sinais de Escolarização e as Repercussões nos projetos de vida: Representações Sociais de Universitários surdos. 2016. 254f. Tese (Doutorado em educação) – Instituto de Ciências e Educação, Universidade Federal do Pará, Belém (PA), 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193719/GON%C3%87ALVES%20Arlete%20Marinho%202016%20%28tese%29%20UFPA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

GUGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. **Ampid** (Associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em: <[http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php)>. Acesso em: 22 fev. 2019.

HOLSTI, O. R. Content analysis for the Social Sciences and Humanities. **Addison-Wesley Pub. Co**, 1969.

HONÓRIO, M. G.; LOPES, M. S. L.; LEAL, F. L. S.; HONÓRIO, T. C. T.; SANTOS, V. A. As novas diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e continuada de professores da educação básica: Entre recorrências e novas inquietações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.12, n.3, p. 1736-1755, jul./set. 2017.

INCLUINDO pedagogia. **Por dentro dos significados**. 2016. Disponível em: <<https://includopedagogiaa.blogspot.com/2016/09/por-dentro-dos-significados.html>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 3ª ed., 2012.

Jodelet, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: **Jodelet, D.** (Org.) Les Représentations Sociales. Paris: Universitaires de France, 1989.

JODELET, D. **Representações Sociais**: um domínio em expansão. (2001). In: \_\_\_\_\_. As Representações Sociais. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Pesquisa. In: **Técnica de Pesquisa**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

LAERUM, I. The sentence completion test – SCT (Teste de complementação de sentença). **Arquivo brasileiro de psicotécnica**. ISOP. 1953.

LOPES, S. A. Considerações sobre a terminologia Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.27, n.50, p. 737-750, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

LÜDKE, M.; ANDRE, M. E.D.A. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

KIRK, S. A; GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil. **Linhas Críticas**, v. 17, n. 33, p. 367–383, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1935/193521546011.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MENDES, E.G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 387f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/deficiencia-mental-construcao-cientifica-um-conceito-e-realidade-educacional/>>. Acesso em: 25 jan. 2019

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387–405, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MENDES, E. G. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, n. 57, mai-ago, 2010. Disponível em: <<https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/9842/9041>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

MENEZES, M. A. **Formação de professores de alunos com necessidade educacionais especiais no ensino regular.** Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo (SP), 2008.

MERTEN, T. O Teste de Associação de Palavras na Psicologia e na Psiquiatria: História, Método e Resultados. **Análise Psicológica**. v. 4, (X): 531-541, 1992.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thonson, 2002.

MORI, N. N. R.; COSTA, M. P. R. DA. ARTIGOS EDUCAÇÃO E INCLUSÃO : Um panorama histórico. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 16, n. 3, p. 65–81, 2013. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/22796/pdf\\_17](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/22796/pdf_17) >. Acesso em: 02 fev. 2019.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF, 1961.

\_\_\_\_\_. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. **A psicanálise, sua imagem e seu publico**. Tradução Sonia Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Representações Sociais**: Investigações em psicologia social. Editora Vozes: Petrópolis, 3ª reimpressão, 11ª edição, 2017.

NAGEL, J. S. O. **Representações sociais de coordenadores pedagógicos sobre função formativa na rede municipal de ensino de Curitiba**. 2017. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba (PR), 2017.

NEVES, D. A. B.; BRITO, R. C., CÓDULA, A. C. C.; SILVA, J. T.; TAVARES, D. W. S. Protocolo Verbal e Teste de Associação Livre de Palavras: Perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.8, n.3, p. 64-79, dez. 2014.

NOZI, G. S. **Análise dos saberes docentes recomendados pela produção acadêmica para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Dissertação (Mestrado em Educação). - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR), 2013.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: Tipos, técnicas e características. **Travessia**. Ed.04, 2008.

OLIVEIRA, L. C. **Visibilidade e Participação Política: Um estudo no conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói.** Dissertação (Mestrado em Serviços sociais). – Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro (RJ), 2010.

ONU. **Declaração dos Direitos as Pessoas Portadoras de Deficiências.** Proclamada pela Resolução n.30/84, fev.,1975.

PAULA, T. E. **Um estudo sobre as necessidades formativas de professores de química para a inclusão de alunos com deficiência visual.** Dissertação (Mestrado em Educação Ciências e em Matemática) – Programa de Pós-graduação em Ciências e Matemática, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2015.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: Quereiroz/EDUSP. 1984.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: Saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G., GALVÃO FILHO, T. A. **O professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 139-157.

PINTO, T. M. G.; CASTANHO, M. I. S. Sentidos da escolha e da orientação profissional: um estudo com universitários. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 29(3), p. 395-413, jul./set., 2012.

PRAIS, J. L. S.; ROSA, V. F. A Formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma análise. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 57, p. 129-144, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19833/pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PRYJMA, L. C. **Leitura: representações sociais de professores de uma rede municipal de ensino.** 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR), 2011.

RODRIGUES, D. (Org.) **Inclusão e Educação: Doze Olhares Sobre Educação.** Editora: Summus. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, O. M. P. R. Educação Especial: História, Etiologia, Conceitos e Legislação Vigente. **Práticas em Educação Especial e inclusiva na área da deficiência mental**, v. 12, 2008.

RODRIGUES, D. Desenvolver a Educação Inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. **Inclusão- Rev. educ. esp.**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 7-16, jul./out. 2008b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12625&Itemid=860](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12625&Itemid=860). Acesso em: 22 abr. 2020.

SÁ, C. P. Núcleo central das representações sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. Núcleo Central das representações sociais. 3ª ed. Petrópolis, RJ: 2002.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 alpha 2 e R Versão 3.2.3)**. Anexo exemplo de uma aplicação. Planaltina, DF mar. 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 28 de jan. 2020.

SANT'ANNA, H. C.; MENANDRO, M. C. S. **Seminário openEvoc: Introdução + Aula 1. Laboratório e Observatório de Ontologias Projetuais**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. UFES, 2018. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/fh3i0kun1awlqal/slides-openevoc-2018.pdf?dl=0>. Acesso em: 31 jul. 2019.

SANTOS, G. T.; DIAS, J. M. B. Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. **PRACS**. Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, jan.-jun. 2015.

SANTOS, M. P. A Formação de Professores no Contexto da Inclusão. In: II Congresso Internacional do INES e VIII Seminário Nacional do INES: Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões, 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, p. 63-70, 2003. Disponível em: [http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/A\\_Formacao\\_de\\_Professores\\_no\\_Contexto\\_da\\_Inclusao-2003.pdf](http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/A_Formacao_de_Professores_no_Contexto_da_Inclusao-2003.pdf). Acesso em: 30 jul. 2019.

SANTOS, O. F. Representação Social dos alunos de educação física da UFPE sobre a disciplina educação física adaptada. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3810>>. Acesso em: 05 de jun 2019.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v.5, n.25, p.5-14. mar./abr. 2002.

Disponível em:

<[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA\\_SOBRE\\_DEFICIENCIA\\_NA\\_ERA\\_DA.pdf?1473203540](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540)>. Acesso em: 19 abr. 2020.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.

**Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SAVIANI, D. Escola e democracia: Polêmicas do nosso tempo. **Ed. Autores Associados**. Campinas, São Paulo, 32ª edição, 1999.

SCHWARTZ, M.; SCHWARTZ, C. G. Problems in participation observation. **American Journal of Sociology**. n. 60, p. 345 – 353. Jan. 1995.

SIGOLO, A. R. L.; GUERREIRO, E. M. B. R.; DA CRUZ, R. A. S. políticas educacionais para a Educação Especial no Brasil: Uma breve contextualização histórica. **Práxis Educativa**, v. 5, n. 2, p. 173–194, 2010. Disponível em:

<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3357525%5Cnhttp://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3357525.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SIGNIFICADO de necessidade. **Significados**, 2014. Disponível em:

<<https://www.significados.com.br/necessidade/>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SILVA, M. O. E. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. **Revista Lusófona da Educação**, n. 13, p. 135-153, 2009. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/562>>. Acesso em: 03 fev. 2019.



SOUZA, S. F. **Políticas para a educação inclusiva**: formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais (BH), 2008.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v.8 n.1 São Paulo Jan/Mar. 2010. Disponível em: <[https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt\\_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf](https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TEDESCO, J. C. O compromisso docente com a justiça social e o conhecimento. In: SOUZA, C. P. DE; BÔAS, L. P. S. V.; ENS, R. T. (Orgs.) **Representações Sociais**: políticas educacionais, justiça social e trabalho docente, Champagnat Editora – PUCPR: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2012. p 24.

TEIXEIRA FILHO, F. S. Do estigma a Exclusão: História de Corpos (des) Acreditados. **Casa do Psicólogo**, 2005.

UNESCO. *Unesco Consultation on Special Education*, Final Report, **ED-88/WS-45**, 1988.

VILLAS BOAS, L. P. S. Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. **Psicologia da educação**. 2004, n.19, pp. 143-166. ISSN 1414-6975.

VOLSI, M.E. F. Políticas para formação de professores da Educação Básica em nível superior: em discussão as novas diretrizes nacionais para a formação dos profissionais do magistério. In: **XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR**. Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, PR. 2016. p. 1505-1520.

WACHELKE, J. F. R.; CAMARGO, B. V. Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican**, v. 41, n. 3, p. 379-390. 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/284/28441313.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

WACHELKE, J.; WOLTER, R. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, v.27, n. 4, p. 521-526, 2011.

WOLTER, R. P.; ROUQUETTE, M. L. A influência de certos termos socialmente salientes (nexus) e da imagem sobre a percepção de um objeto social. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v.15, n.29, p.79-89, set-dez. 2006.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

#### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**

Nós, Orliney Maciel Guimarães, pesquisadora da Universidade Federal do Paraná, e Gabrielly Fuji Messias Nagatomy, colaboradora da pesquisa, convidamos você para participar do estudo intitulado “Representação social sobre educação Especial/Inclusiva de alunos de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Paraná”. Essa pesquisa se justifica pela atualidade da discussão da inclusão da Educação Especial/Inclusiva como um dos temas da nova diretriz para a formação de professores na Educação Básica.

O objetivo desta pesquisa é compreender como se constitui a representação social de futuros professores de Química, e como a inserção da disciplina intitulada Seminários de Educação em Química pode influenciar nesse processo.

Caso você participe da pesquisa, será necessário responder um questionário, conceder uma entrevista e participar num segundo momento de um grupo focal, os quais terão roteiros pré-estabelecidos que serão fornecidos previamente para análise. O questionário terá duração de no máximo trinta minutos, a entrevista terá a duração de no máximo duas horas e a sessão com grupo focal terá no máximo três horas. O roteiro de observação também será fornecido previamente.

Para tanto você não precisará se deslocar, pois a pesquisadora irá até a instituição nos horários das aulas da disciplina ministrada.

É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado ao constrangimento com as perguntas da pesquisa na entrevista e com os temas no grupo focal. Por isso os roteiros de entrevista, do questionário e do grupo focal serão apresentados previamente e as transcrições desses momentos passarão por sua análise e aprovação.

Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser: desconforto com as perguntas das entrevistas, ou com os temas do grupo focal.

Os benefícios esperados com essa pesquisa são indiretos, pois os resultados da pesquisa podem possibilitar novas formas de se pensar a inclusão da temática Educação Especial/Inclusiva na formação inicial de professores de Química, podendo você contribuir para o avanço científico nessa temática.

a) RÚBRICA DO PARTICIPANTE:	b) RÚBRICA DO PESQUISADOR:
-----------------------------	----------------------------

A pesquisadora, Orliney Maciel Guimarães e a colaboradora Gabrielly Fuji Messias Nagatomy, responsáveis por este estudo poderão ser localizadas pelo e-mail orliney.guimaraes@gmail.com, pelo telefone (041) 3361-3396 e ser contatada no endereço: Departamento de Química da UFPR, Centro Politécnico - Jardim das Américas - Curitiba/PR, de segunda a sexta, em horário administrativo a colaboradora desse estudo poderá ser contada pelo e-mail gnagatomy@gmail.com, pelo telefone (041)3226-6871 e ser contatada no endereço: Departamento de Química da UFPR, Centro Politécnico - Jardim das Américas - Curitiba/PR, de segunda a sexta, no horário das 19:00-21:00hrs para esclarecer eventuais dúvidas que o senhor (a), você possa ter, e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

As informações relacionadas ao estudo poderão conhecidas por pessoas autorizadas como a professora orientadora desta pesquisa, Orliney Maciel Guimarães. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando completamente o seu anonimato. Tão logo transcritas as entrevistas e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído. Após o término da pesquisa as informações das observações, dos questionários e as gravações das entrevistas serão destruídas com uma fragmentadora de papel ao término do estudo, dentro de 3 meses.

As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro.

Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

RÚBRICA DO PARTICIPANTE:	RÚBRICA DO PESQUISADOR:
--------------------------	-------------------------

--	--

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu, \_\_\_\_\_ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

---

**Assinatura do Participante**

---

**Assinatura do Pesquisador**

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

## APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO INICIAL: SÓCIO ECONÔMICO, EDUCAÇÃO ESPECIAL E TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS

### I - Perfil sócio econômico

#### 1. Sexo

( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro:

#### 2. Naturalidade:

#### 3. Cidade onde vive:

#### 4. Estado Civil

( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Outro:

#### 5. Idade:

#### 6. Composição Familiar atual (Assinale somente as pessoas que vivem com você hoje)

( ) Pai ( ) Mãe ( ) Irmão (s). Quantos? ( ) Cônjuge  
( ) Avó ( ) Avô ( ) Outros. Quais?

#### 7. Religião

( ) Católico ( ) Evangélico ( ) Espírita  
( ) Umbandista ( ) Adventista ( ) Candomblecista  
( ) Ateu ( ) Outra:

#### 8. Atuação Profissional

( ) Docência na Educação Básica ( ) Iniciação Científica ( ) Estágio ( )  
Outro:

#### 9. Renda Familiar

( ) Até um salário mínimo ( ) De 02 a 03 salários mínimos  
( ) De 04 a 05 salários mínimos ( ) Mais de 05 salários mínimos

#### 10. Qual foi sua motivação para ingressar no curso de Química Licenciatura?

( ) Horário Noturno ( ) Influência da família  
( ) Relação de Candidato/vaga ( ) Influência do curso técnico  
( ) Vocação ( ) Outros:

## II - Sobre as Necessidades Educacionais Específicas ou deficiência

**11. Qual foi a primeira vez que você ouviu falar em inclusão? Como ocorreu? Explique.**

**12. Você já conviveu com alguma pessoa com alguma deficiência ou necessidade educacional específica?**

( ) Sim ( ) Não

Caso você já tenha convivido, responda abaixo onde aconteceu essa convivência, e qual (is) tipo (s) de necessidade (s) educacional (is) especial (is) ou deficiência (s) essa (s) pessoa (s) possuía (am)?

(Ex.: Família: deficiência física; trabalho: deficiente visual; escola: deficiente auditivo; etc.):

**13. Complete as seguintes frases a seguir sobre Necessidades Educacionais Específicas:**

Incluir é:

Sinto que a exclusão ocorre quando:

Para incluir uma pessoa eu:

Espero que a inclusão:

Acredito que a maior causa da exclusão hoje ocorre devido:

Incluir é preciso, pois:

**14. Você acha que tem deficiências ou Necessidades Educacionais Específicas, mais fáceis ou difíceis para um professor atender? Porque?**

**15. Quais palavras ou termos você pensa quando falamos em:**

Educação Especial	Educação Inclusiva	Deficiência
1	1	1
2	2	2
3	3	3
4	4	4
5	5	5

### **APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO FINAL: EDUCAÇÃO ESPECIAL/ INCLUSIVA E A ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2**

- 1) Na disciplina de Seminários de Educação em Química foram discutidos vários aspectos sobre deficiência e educação especial/inclusiva. Você poderia dizer agora que a disciplina foi finalizada, qual a sua nova forma de compreender esses aspectos relacionados a essas temáticas? Descreva a sua nova visão sobre a deficiência, sobre a educação especial e sobre a educação inclusiva.
- 2) Como você caracteriza a Educação Especial, qual a sua importância e quando se faz necessária?
- 3) Para você, qual o público alvo da educação especial/inclusiva? Quem são eles (elas) e como você o(as) caracteriza (m)?
- 4) Em sua opinião, quais as competências e habilidades do aluno da educação especial? Do que ele é capaz em termos de aprendizagem?
- 5) Que aspectos você considera importante para uma escola ser inclusiva?
- 6) Qual aluno você acha que precisa de um acompanhamento especializado? Você acredita que esse aluno poderia estudar em uma classe comum? Quais recursos são importantes ou necessários para atendê-los?



## APÊNDICE 4 -ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

<b><u>Dados Gerais:</u></b>
Data:
Horário:
Local:
Pessoas presentes:
Estrutura física do local:
<p><b>1. <u>Educação Especial/Inclusiva:</u></b></p> <p>Quais elementos da Educação Especial/Inclusiva foram abordados?</p> <p>Alguma NEE foi abordada em específico?</p> <p><b>2. <u>Relação do conteúdo e receptividade dos alunos:</u></b></p> <p>Como se estabelecem as relações em sala: empatia, contato, diálogo, receptividade, linguagem, entre outros aspectos sobre a temática apresentada.</p> <p><b>3. <u>Conhecimentos e Práticas pedagógicas:</u></b></p> <p>Quais conhecimentos são abordados sobre a inclusão? (Leis, pesquisas, experiências pessoais de atendimento ao aluno com NEE, etc.)</p> <p>Alguma prática didática para atendimento ao aluno com NEE foi citada? Qual?</p> <p>Materiais didáticos foram apresentados ?</p> <p><b>4. <u>Outros:</u></b></p> <p>Observações extras que não estão no roteiro.</p>

**APÊNDICE 5 -TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO INICIAL PARTE 2: SOBRE AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS OU DEFICIÊNCIA**

ID	QUESTÃO 10: Qual foi a primeira vez que você ouviu falar em inclusão? Como ocorreu? Explique.
N1	Provavelmente na escola
N2	No ensino fundamental. Através de professores, que falavam sobre como os alunos com dificuldade ou com diferenças devem ser ajudados e não serem excluídos.
N3	Quando iniciei o ensino médio no IEPPEP, tinham turmas especiais para alunos surdos, onde tinham professores especializados. O intervalo eram de todas as turmas, mas as aulas eram em salas diferentes.
N4	Até recentemente (alguns anos atrás) não havia ouvido falar especificamente. Ocorreu em uma conversa com uma amiga estudante de psicologia, a qual estava lendo sobre o apoio psicológico dos familiares e da pessoa portadora da deficiência a longo da formação básica.
N5	Em reportagem na TV. Então faz muito tempo, talvez uns 5 anos. Parece que ninguém gosta muito de falar no assunto.
N6	No colégio havia um colega albino que possui dificuldade na leitura e teve livros adaptados.
N7	Na escola, não me lembro como ocorreu.
N8	Em palestras e também através das minhas irmãs que cursaram linguagem de sinais
N9	Não me recordo quando foi a primeira vez, mas me lembro que no ensino fundamental teve uma palestra sobre inclusões, era muito novo, se não foi a primeira, foi uma delas.
N10	Quando tinha 10 anos, em minha sala de curso de ingles havia uma menina que era cadeirante, e durante as aulas, em momento a professora teve que nos ensinar sobre a situação em que essa menina estava incluída.
N11	Durante o período escolar, convivi com colegas de turma portadores de necessidades especiais.
N12	Em casa, durante o ensino fundamental (10 anos). Meus pais debateram o assunto comigo após eu comentar um caso de homofobia na escola. Com essa conversa fui educado a respeitar seres humanos, o que cada um escolhe para si, e que nascer com uma determinada característica não define ninguém como superior ou inferior.
N13	A primeira vez foi em sala na Universidade na disciplina de Pesquisa no ensino de Química. Foi através de um artigo científico e de um Seminário de Grupo. Foi super didático e retratou as dificuldades vividas na atualidade.
N14	Foi no colégio, quando o pequeno cotolengo veio falar um pouco da instituição e de que forma estas crianças que tem uma deficiência não tão elevada, de que forma incluir ela na sociedade ou no mercado de trabalho.
N15	Na escola, na 3ª série quando na minha escola entram para estudar comigo 2 crianças com deficiência auditiva
N16	Durante o segundo ano do ensino médio, onde um professor comentou sobre as dificuldades ao se trabalhar com pessoas especiais estando juntas com pessoas sem "dificuldades", pois uma pessoa licenciada apenas em uma determinada matéria não possui capacidade de lecionar em uma sala com pessoas portadoras de deficiência e normais. Isto, segundo ele, porque o curriculum da época quando ele estava na graduação não exigia preparação para se trabalhar com inclusão.
N17	Não lembro ao certo, quando, mas sempre ouvia nos jornais, e no 2º ano do ensino médio eu participava do grêmio estudantil e fizemos campanha para a educação de rampas de acesso no colégio juntamente com corremãos para alunos com deficiência ou algum problema de locomoção.
N18	Foi quando eu tinha 8 anos em uma escola em São José dos Campos, onde foi nos dito que entraria um amiguinho especial, não lembro qual era sua necessidade especial, mas ele tinha um professor só pra ele em nossa turma.
N19	Durante o ensino fundamental II em uma aula de desenvolvimento humano.

N20	No fundamental, com um professor explicando para a turma como se dava o processo de capacitação dos educadores para o ensino inclusivo.
N21	No ensino médio. Um aluno de uma turma tinha dificuldades locomotoras e necessitava de atenção especial.
N22	Não me lembro muito bem, mas já faz muito tempo, provavelmente foi na escola.
N23	Foi quando eu estava na segunda série do fundamental, e os alunos de uma escola especial de Almirante Tamandaré foi convidada a ir em nossa escola, neste dia fizemos uma apresentação para eles. E foi uma experiência impactante, pois era uma menina de 10 anos e nunca havia tido contato com pessoas com deficiência.
N24	Não lembro ao certo a primeira vez, mas a primeira vez que fui atrás de entender mais, foi quando vi uma abordagem dessa temática no ENEM.
N25	Fiz um cursinho de Libras e lá foi meu primeiro grande contato com esse assunto, fizemos de trabalho enfatizando esse assunto muito interessante e querendo ou não desafiador, pois não temos profissionais preparados para isso nas escolas públicas.
N26	Acredito que não foi a primeira vez que ouvi falar sobre a inclusão, mas a primeira vez que me falaram sobre inclusão e eu realmente refleti sobre, foi na matéria de libras (em 2016) onde o professor explicou sobre a comunidade surda e o espaço que eles ocupam socialmente, e antes dessa discussão eu nunca sequer tinha reparado se algum dia eu tive contato com alguém surdo e não fazia ideia que existia uma escola específica para as pessoas da comunidade.
N27	Dentro da minha própria família, pois depois de um acidente meu ex – padraсто perdeu uma das pernas, sendo então deficiente físico.
N28	No ensino médio. Nas aulas de sociologia onde ocorreu um debate sobre o assunto, sua importância e impacto.
N29	Durante a minha vida acadêmica – Ensino fundamental/médio, não houve contato com o termo inclusão.
N30	Não sei dizer a primeira vez, mas quando eu fiz Espro, um programa de jovens aprendizes, meus professores eram psicólogos e trabalhavam bastante esse assunto nas aulas.
N31	Provavelmente no ensino fundamental, quando estudei com um aluno que era surdo mudo, tínhamos o alfabeto de sinais em cima da lusa, palestras, traduções... aprendemos a conviver com o “diferente” de maneira natural.
N32	Durante aulas de educação física, no qual foi trabalhada cada deficiência e como pode ocorrer a inclusão, principalmente foi trabalhado na área esportista.
N33	Quando eu era pequeno, não lembro a idade. Ouvi falar na mídia, a inclusão de plataformas, vagas especiais para deficientes físicos (com dificuldade de locomoção).
N34	Na escola, em palestras que visam expor essa situação.
N35	No ensino fundamental quando um menino especial entrou no meu colégio, os professores falavam que era preciso respeitá-lo e ser um pouco mais paciente com ele por ele ser “especial”
N36	Ouvi falar pois na escola em que minha filha estuda há inclusão de alunos com deficiências e com necessidades específicas. Pois como sempre eles falam essas crianças precisam conviver com outras crianças para não sentirem-se diferentes.
N37	Na escola onde cursei o técnico, um novo aluno entrou e era cadeirante, como a escola não estava preparada para receber pois não haviam rampas e elevadores. Então iniciou discussões sobre inclusão criando as estruturas para que portadores de deficiência física pudessem ter acesso a educação.
N38	Confesso que até o momento nunca tinha entrado em contato com esse tema. Entretanto esse é um assunto que sempre sensibilizou. Ver documentários sobre o tema era algo que fazia com certa frequência, mas era questão de saúde, não de inclusão. Talvez o primeiro contato com o assunto foi o aluno cego do BCC, aqui da UFPR. Mas, é só isso. Sempre me perguntei sobre como seria a educação de pessoas com síndrome de Down ou autismo. Quantas dessas pessoas já tiveram graduação no ensino superior.
N39	A primeira vez foi no ensino médio, Colégio Estadual de Campo Cumicó Borges Rocha, na qual uma aluna com um tipo síndrome, não lembro qual, estava estudando na mesma sala. Quando ela chegou, no início do ano letivo, a turma foi

	orientada pela pedagogia e pelos professores sobre sua condição, para que os alunos pudessem apoiá-la e considerá-la em alguma atividade. Porém, poucos alunos socializavam com ela. Eu era representante da classe e ajudava quando necessário, na minha perspectiva. A aluna, Cláudia, conseguiu se formar no ensino médio. Filmes também foram passados para a classe.
N40	Talvez no ambiente familiar. Uma tia atuava como psicóloga na APAE e sempre convidava para atividades beneficentes no local.
N41	Na escola em sala de aula, mas foi algo vago. Depois na TV, em comerciais sobre a importância da inclusão.
N42	Em palestras escolares, incentivando-nos a inclusão de pessoas com necessidades especiais.
N43	Ainda criança, tinha um colega que tinha uma doença que não me lembro o nome, mas sempre buscávamos incluí-lo nas brincadeiras, infelizmente ele veio a óbito devido a complicações.
D44	A primeira vez que ouvi sobre inclusão foi no meu ensino médio, em uma aula de redação. A professora apontou fatos importantes sobre a necessidade de inclusão em todos os meios de atividade social. Como exemplo, ela mencionou a quantidade de alunos negros presentes em sala de aula, que era de escola particular. Isso ficou evidente conforme fui avançando de ano, os números nunca aumentavam.
D45	Quando meu primo que tem deficiência ia para uma escola especial.
D46	Desde muito nova ouvia falar no assunto, uma vez que tive uma tia com síndrome de Down. Entretanto, o tópico foi abordado de forma efetiva no meu ensino fundamental secundário, quando passei a ter aulas com deficientes auditivos. Meu colégio sempre se preocupou muito com a pauta, disponibilizando até mesmo um curso de libras. Além disso, já comunicamos também com cadeirantes e a preocupação era sempre manter o melhor ambiente para eles.
D47	Foi na escola, durante o ensino fundamental. As professoras sempre nos falaram para respeitar o próximo, pois, apesar de quaisquer diferenças possam ter, eles também são pessoas e merecem ser tratadas da mesma maneira. Meus pais também sempre me ensinaram a respeitar todos.
D48	A primeira vez que ouvi falar em inclusão foi na escola, no ensino fundamental, porque houve uma palestra sobre educação inclusiva de surdos. Foi muito importante ter contato com esse assunto logo cedo, já me ajudou a formar uma opinião sobre e dar importância desde sempre a esse tópico.
D49	Eu era muito nova, no ensino fundamental I, desde o 1º ano estudei com aluno de inclusão, na minha casa, meu irmão é aluno de inclusão pois tem necessidades. Cresci rodeada de pessoas com necessidades especiais e dessa pauta.
D50	No ensino fundamental conhecia um aluno chamado Pedro, que era cadeirante, sempre acompanhei de perto suas necessidades especiais, percebi como era importante o preparo da escola em receber uma pessoa com necessidade. Em 2017, tivemos uma redação do ENEM, o tema “A educação para surdos”, com isso vi que eu pouco sabia sobre o tema, precisei me por no lugar deles, compreender a dificuldade deles, e em como podemos ajudar.
D51	O termo da inclusão começou a ser parte do meu conhecimento a partir de projetos que vi em uma das escolas de ensino fundamental que frequentei. Entretanto admito que não fiz muita questão de conhecer mais sobre na época (diferente de hoje).
D52	Sempre tive uma ideia de inclusão vindo da minha família. Tenho familiares com necessidades específicas, o que me levou a ter orientações básicas sobre tal tema.
D53	A primeira vez que ouvi falar sobre inclusão foi na escola, no meu primeiro ano do fundamental, onde a gente tava na sala e a diretora entrou e falou que teria uma aluna nova na nossa sala, e que mesmo ela sendo diferente era igual a todos, quando ela chegou, vimos que era uma cadeirante e todos começaram a amar ela.
D54	Em uma aula, no colégio, a professora abordou o tema, mostrando quanto era importante incluir a todos.
D55	No primeiro ano do ensino fundamental I, tinha na minha escola um homem que era cego que lia livros para nós toda semana então a gente via como era difícil pois antes tinha que conseguir livros em Braille para poder ler e o homem também nos contava como era

D56	Pela televisão através de propagandas/programas como Teleton, jornais e campanhas.
D57	Na escola onde fiz meu fundamental havia uma temática anual sobre determinado assunto e um dos anos foi inclusão.
D58	A primeira vez foi pesquisando na internet, ocorreu por curiosidade e por eu ter ficado impressionado com os problema que as pessoas com necessidades especiais teem
D59	Em uma aula de sociologia, na qual tive que apresentar um trabalho sobre movimentos de grupos marginalizados ou excluídos, em que trabalhei a questão dos sem teto e como lidar com eles a curto e longo prazo, questões como escolaridade saúde e higiene.
D60	Ouvi falar sobre inclusão pela primeira vez quando estava cursando o ensino fundamental I, onde várias professoras falavam desse assunto, mas sem se aprofundar muito. Depois disso, várias escolas, professores, e alunos falavam sobre isso, só que sem nunca entrar no assunto com mérito ou profundidade.
D61	A primeira vez que ouvi falar de inclusão foi no ensino médio por meio de uma palestra sobre necessidades especiais aprendemos basicamente como era cada necessidade e como falta professores nessa área de ensino.
D62	Quando o filho da minha tia nasceu com uma síndrome rara eu passei a ver o quão importante a inclusão, antes eu nem importava. Agora que eu vejo ele, percebo que é mais necessário termos profissionais capacitados e escolas especializadas.
D63	Tive pouco conhecimento prévio sobre o assunto na educação básica, mas aprendi mais sobre o assunto quando ajudei minha mãe a implementar um projeto de sala de recursos multifuncionais na escola em que ela trabalha no interior do MT. Como é uma escola estadual, muitas dificuldades apareceram no caminho, especialmente quanto a o que o próprio estado poderia fazer para acolher e incluir estudantes mas não faz por alegar não ter recursos para tal.
D64	No ensino médio. Na escola onde eu estava havia um menino com dificuldade para encher gar, então sempre que era feita alguma atividade no papel, o colégio imprimia folhas com letras grandes para que ele se sentisse confortável
D65	A primeira vez que ouvi falar de inclusão foi na igreja. Jesus acolhia os excluídos da sociedade, os deficientes e os odiados. À partir dos ensinamentos cristãos que aprendi lá, passei a ter um olhar diferenciado, sempre tento ajuda; com apoio moral ou físico; os deficientes assim como aquelas pessoas que geralmente sofriam bullying na escola.
D66	Foi no primeiro ano do fundamental, quando entrou uma menina surda e muda na minha sala, mas não era uma sala adaptada para ela e não eram dados os professores que sabiam como lidar com ela. Era sua irmã que “traduzia” a aula pra ela e por isso o colégio resolveu mostrar o valor da inclusão.
D67	Durante o ensino fundamental, o colégio onde estudava fazia algumas atividades para incluir e conscientizar os alunos em relação à pessoas “deficientes”.
D68	Não lembro a primeira vez, porém o dia que estudei mais a fundo foi em um Programa de Aprendizagem onde eu trabalhava e fazia curso no SENAC e fiz um trabalho sobre.
D69	As primeiras vezes foram na escola no fundamental, o tema sempre foi abordado com palestras e trabalhos pela necessidade de entender quão importante o tema é.
D70	Eu não me lembro ao certo, inclusão parece ser um conceito cujo o significado eu já sei faz muito tempo, embora com o passar dos anos eu fui aprendendo mais sobre esse conceito, e percebendo sua importância.
D71	Foi quando ainda estava no ensino fundamental e havia uma aluna que possuía uma necessidade que não me lembro, mas os professores explicavam que precisávamos entender que ela era diferente mas que tinha que ser tratada da mesma maneira mas ainda sim entender que precisava de outro tipo de atenção, não excluir das atividades por ser diferente.
D72	Em campanhas na TV. Nunca ouvi sobre isso nos colégios que estudei, foi apenas através da mídia que compreendi sobre as diferenças e como a inclusão dessas ocorre.
D73	Ocorreu no ensino fundamental, em uma aula. Foi importante para que eu olhasse as diferenças existentes entre as pessoas com outro olhar.

D74	Pela minha tia, tenho uma prima surda e minha tia sempre foi atrás de tentativas para que sua filha fosse incluída no ensino e pudesse terminar os estudos, hoje ela faz faculdade.
D75	Foi com minha mãe, pois ela é Pedagoga e ela tem tendência a trabalhos com educação inclusiva. Então a palavra sempre se relaciona a acolher ou ajudar uma pessoa se estabelecer aos padrões sociais de algo considerado bom.
D76	Em uma escola durante o ensino fundamental, através de uma aluna nova com deficiência física. Antes do ingresso escolar, a professora conversou sobre inclusão com a classe.
D77	Não me lembro ao certo, mas acho que foi no ensino médio, durante as aulas. O professor citou alguma situação do cotidiano, que não tinha a ver com a matéria, em que o assunto estava envolvido.
D78	quando eu era criança, fui em uma escola para deficientes com a minha antiga escola, lá foi quando ouvi sobre inclusão.
D79	Foi no fundamental com uma brincadeira de futebol cego.
D80	Nasci ouvindo sobre isso, pois tenho pessoas na família com necessidades físicas.
D81	A primeira vez que me lembro ter ouvido falar sobre inclusão foi na minha infância, através de aulas e projetos que eu tinha na minha escola, onde nós éramos incentivados a procurar mais informações sobre o que era inclusão e como nós poderíamos exercitar a inclusão.
D82	Oitava série, tínhamos uma colega surda-muda, um dos outros colegas sabia libras e traduzia o que era falado para ela, e os professores escreviam mais no quadro do que falavam.
D83	A primeira vez que ouvi sobre inclusão, foi na infância no ensino primário, onde eu tinha diversos colegas com necessidade especiais que estudavam junto comigo, na época existia algumas aulas que falavam sobre a inclusão desses colegas.
D84	Não tenho certeza, mas acredito que foi no jornal curitibinha que era uma seção infantil do jornal O ESTADO DO PARANÁ. Já havia reportagens sobre acessibilidade nos ônibus para pessoas cegas e com cadeiras de rodas. Ali eu percebi que pessoas com necessidades especiais precisam de atenção especial também e como os ambientes que existem para o desenvolvimento das pessoas, como escolas prédios públicos, etc. não eram receptivos as essas pessoas.
D85	Desde a minha infância, a noção de “inclusão” sempre foi abordada com muita importância dentro de casa no meio familiar. Porém, quando entrei na escola, não era algo tão corriqueiramente discutido com os alunos, justamente pelo fato de que, muitas vezes, as pessoas não são informadas desde o princípio da importância da inclusão em qualquer âmbito social.
D86	No início do ensino médio. Foi uma das primeiras palestras sobre diversidade que tive, e uma das melhores. Abordava temas e dificuldades que eu desconhecia, como dificuldade na obtenção de matérias para inclusão como temos em braille, etc.
D87	Foi em palestras na escola e propagandas. Apesar de já ter ouvido falar diversas vezes em inclusão, raramente vejo-a na prática.
D88	Como minha sempre trabalhou com problemas de adolescentes, famílias, etc. relacionados a assuntos como inclusão social, abuso entre outros assuntos, este tema (inclusão) eu ouvi falar a primeira vez dentro de casa mesmo, não me lembro bem como foi, pois era muito nova. Entretanto um dos lugares depois mais velha, que ouvi falar sobre inclusão e a instituição fazer realmente algo para que ela aconteça foi no IFPR, instituição de ensino a qual estudei o ensino médio.
D89	Em uma palestra no ensino fundamental mas sinceramente não me lembro com exatidão sobre o tema abordado. Creio que tenha sido déficit de atenção e/ou autismo.
D90	Não me lembro quando foi a primeira vez, porém estudei durante o ensino fundamental em uma escola aqui de Curitiba que integrava alunos deficientes, então foi meu primeiro contato.
D91	Na escola, em palestras quando eu era criança.
D92	Desde muito pequena, pois quando nasci minha mãe era diretora da APAE. Associação de pais e amigos do excepcional lá na minha cidade, onde continuou trabalhando até meus 12 anos. Então ela sempre me levava lá sempre falava isso



	comigo. Agora ela trabalha em uma escola como professora de sala de recursos para alunos com deficiência, então continuo tendo contato com o assunto.		
D93	Não me recordo exatamente quando ouvi sobre inclusão pela primeira vez, mas acredito que tenha sido logo no primeiro ano do ensino fundamental, quando uma menina com deficiência – não sei agora o que era, acho que autismo – se integrou à nossa sala. Comparada com o resto dos alunos, ela era um tanto estranha – a Thaína (acho que seu nome se escreve assim) tenha um sorriso assustador e um jeito, mais bruto de ser. Nossos professores, todavia, muito pragmáticos e brios, logo se adaptaram à aluna, tratando-a como uma de nós, ainda que tendo que adaptar um pouco da realidade dela à nossa. Foi uma forma não verbal de falar a respeito de inclusão, e, portanto, uma forma poderosa de nos educar.		
D94	No ensino fundamental, quando uma professora retratou as dificuldades no ensino, para tentar atender a todos de forma a não excluir ninguém, mostrando que existem varias realidades diferentes e que cada pessoa é única.		
D95	Me recordo apenas das campanhas de inclusão que tiveram em meu colégio durante o ensino médio, elas tinham o objetivo de conscientizar com as necessidades especiais de outros alunos.		
D96	No ensino médio com palestras e sempre quando entrava alunos ou cadeirantes os coordenadores visavam em deixar o ambiente favorável a eles para que todos aproveitassem a escola.		
D97	Não sei exatamente qual foi a primeira vez que ouvi falar mas me lembro desde pequena de ouvir conversas a respeito em minha família, pois uma das irmãs do meu cunhado possui deficiência então isso sempre foi assunto.		
D98	Quando criança, fiquei 1 ano usando cadeira de rodas, pois fiz uma cirurgia no joelho, nesse tempo foi muito trabalhado na turma que eu estudava a questão de inclusão, mas apenas inclusão de pessoas com necessidades físicas, outros tipos de necessidades especiais foram trabalhadas a partir da discussão no ensino médio.		
D99	No ensino fundamental, o meu colégio sempre deu ênfase em assuntos como inclusão de diferentes tipos de pessoas. Porem na universidade eu consegui entender melhor como a sociedade pode ajudar para que essa inclusão ocorra.		
D100	Nos primeiros anos do ensino fundamental devido à inclusão de um colega autista em minha turma, o qual seguiu em nossa turma até o fim do ensino médio.		
D101	Palestras na escola, na qual explicavam que os alunos com algum tipo de deficiência devem ter o mesmo direito a educação que todos e que o acesso a isso deve ser facilitado.		
D102	Durante meu fundamental 1, pois possuíamos uma aluna com síndrome de down, então, tivemos palestras sobre inclusão.		
ID	Sim	Não	<b>11. Você já conviveu com alguma pessoa com alguma deficiência ou necessidade educacional específica?</b> Caso você já tenha convivido, responda abaixo onde aconteceu essa convivência, e qual (is) tipo (s) de necessidade (s) educacional (is) especial (is) ou deficiência (s) essa (s) pessoa (s) possuía (am)? (Ex.: Família: <u>deficiência física</u> ; trabalho: <u>deficiente visual</u> ; escola: <u>deficiente auditivo</u> ; etc.):
N1		X	
N2		X	
N3	X		Escola: alunos com deficiência auditiva.
N4	X		Família: minha irmã possui perca auditiva e desde muito pequena faz uso de aparelho auditivo (dois ouvidos)
N5	X		Tralho da minha mãe, ela cuidava de um menino com Síndrome de Down.
N6	X		Família: deficiência física paralisia infantil
N7	X		No primário estudei com uma menina que era surda e muda, e tenho um primo de segundo grau que é cego.
N8		X	

N9	X		Minha vizinha sofre com a síndrome de Down e minha vó ajudava de uma menina com o mesmo problema, portanto convivi bastante com ela
N10	X		Colégio: deficiência auditiva, deficiência motora; Igreja: Síndrome de Down, deficiência visual
N11	X		No segundo ano do ensino médio, entrou em minha turma um colega surdo, devido a necessidade especial, convivi com uma interprete de libras, e criei em mim o interesse pela linguagem de sinais. Estudei libras por 2 anos, onde passei a conviver e entrei nesse “universo”
N12	X		Ocorreu na minha família. Um primo acabou com sequelas em seu desenvolvimento intelectual em função de uma baixa oxigenação no cérebro em seu nascimento; uma de minhas primas foi diagnosticada com autismo.
N13		X	
N14	X		Escola: deficiente físico, usava cadeira de rodas
N15	X		“Família” eu ajudava minha vizinha com seu filho especial. Escola: 3ª série 2 amigos surdos e 4ª série mais um ao total 3 = ensino fundamental. No 3º terceiro ano do ensino médio com um aluno surdo e mudo.
N16	X		Escola (durante o pré): deficiência mental Escola (ensino fundamental): deficiência física.
N17	X		Família o tio do meu namorado: deficiência física e intelectual ele bebeu água do parto quando nasceu aí teve sequelas irreversíveis.
N18	X		Família: deficiência intelectual (Baixo QI) escola: deficiência visual.
N19	X		Escola: deficiência física, porém não sei ao certo as necessidades da criança pois era muito nova e não me lembro.
N20		X	
N21		X	
N22	X		Convivi com uma cadeirante em sala de aula, durante meu ensino fundamental, ela tinha alguma deficiência que a impedia de ter o mesmo raciocínio que outras crianças.
N23	X		Eu trabalho numa grande rede de supermercados, e lá tem vagas que são destinadas a pessoas com necessidade especial. Então volte e meia na loja tínhamos pessoas trabalhando como empacotadores e repositores. No meu ambiente de trabalho tive contato com pessoas com síndrome de Down que eram mais fáceis de interagir e compreender e tivemos pessoas com deficiência auditiva, na época não tinha conhecimento em libras, e a dificuldade de compreensão era muito grande, e como funcionária, achava que deveríamos de ter algum tipo de treinamento para podermos trabalhar e lidar c/ pessoas c/ deficiência auditiva como por exemplo um curso básico de libras.
N24		X	
N25	X		Escola: Deficiente auditivo, Síndrome de Down
N26		X	
N27	X		Família: deficiência física Escola: autista e deficiência auditiva Na família como dito anteriormente meu ex padrasto é deficiente físico, então o convívio foi relativamente bem presente, e na escola a inclusão de um aluno autista na minha classe.
N28		X	
N29		X	
N30		X	
N31	X		Escola: deficiente auditivo (surdo mudo) Escola: autista
N32	X		Família: deficiência visual; igreja: deficiência física
N33	X		Convivi por pouco tempo com um deficiente auditivo na disciplina de libras. E convivi com deficientes físicos, sem o movimento das pernas. Eram meus sogros e possuíam um carro adaptado. Foi



			onde descobri que os deficientes físicos tem isenção de impostos na compra de um veículo.
N34	X		Uma aluna minha de karatê tinha dificuldade seria de movimentação limitada onde foi incentivados determinadas alongamentos específicos além da adaptação de brincadeiras para que houvesse uma melhor comunicação entre os alunos.
N35	X		No colégio, um colega de classe tinha deficiência auditiva
N36	X		Minha gerente tem diabetes e esta perdendo a visão gradativamente, hoje ela não é cega ela tem apenas 20% da visão de um olho e o outro ela já perdeu. Ela é uma pessoa maravilhosa e muito inteligente, acabou de se formar farmacêutica com muito custo e quase não enxerga, acho que ela mesma coloca limitações e não aceita fazer as aulas no institutos do PR cegos mas todos tentam ajuda-la da melhor forma possível.
N37		X	
N38		X	
N39	X		Na escola, foi a aluna já descrita. No trabalho, quando era aprendiz, haviam trabalhadores surdo-mudos na empresa. A comunicação era boa, quase normal, porque eles faziam leitura labial. Na família, suspeito que meu irmão mais novo Lucas, de 17 anos, tenha hiperatividade e déficit de atenção, porém ele e meus pais se recusam a ir num psicólogo.
N40	X		Na família, avó com deficiência física decorrente da idade avançada, com dificuldade em locomoção. Deficiência visual de amigos, que tinham dificuldades de acompanhar a aula devido a doença cerotocone.
N41		X	
N42		X	
N43	X		Escola: deficiência mental (autismo), (síndrome de Down), um deles precisava de um auxílio de um professor especial para acompanhá-lo sobre o segundo foi um colega que tinha um pequeno grau e não precisava de um atendimento prioritário (APAE) família deficiência mental (Alzheimer). Um parente sofreu com isso e é terrível, esquece desde pessoas como escovar os dentes, necessitava de pessoa ao redor.
D44		X	
D45	X		Na família e também na escola, ambos deficiência física
D46	X		Família: deficiência mental, de modo que seja mentalidade não amadureceu, permanecendo infantil. Escola: deficiência auditiva, deficiência física
D47		X	
D48		X	
D49	X		Família: deficiência mental e visual, trabalho: deficiência física e auditiva; escola: deficiência física, auditiva mental e visual.
D50	X		Escola: deficiência física. Escola: deficiente auditivo.
D51	X		Na minha família há um primo com deficiência auditiva, em meu grupo de amigos também tem uma que tem TDH.
D52	X		Convivi com a minha prima: Hidrocefalia
D53	X		Escola deficiente físico
D54	X		Escola, autismo, o menino precisava de muita atenção pois não conseguia tomar decisões ou fazer algo sem alguma ajuda.
D55		X	
D56	X		Escola: deficiência física. Na 4ª série do fundamental tinha uma colega de sala que era cadeirante e ela também tinha outra deficiência que não sei qual é. Mas que atrasava em seus estudos, tanto que ela era bem mais velha que o restante da turma. A minha escola não era preparada para dar aulas a ela e como a turma era muito cheia a professora não conseguia dar atenção que ela

			precisava e me pedia para ajudá-la em matemática pois era uma matéria que eu era boa.
D57		X	
D58		X	
D59		X	
D60	X		Sim. Já convivi com algumas deficiências, tanto deficiências físicas quanto mentais. As pessoas com que mais convivi foi meu primo com deficiência mental e física, um vizinho com deficiência mental e um colega de ensino médio que possuía déficit de atenção
D61	X		Eu tenho um primo que é autista no entanto não convivemos muito. E também na escola no ensino fundamental eu tive um colega autista. E tenho uma prima com síndrome de Down
D62	X		Família: deficiência física, primo com sindro Cornelia Lange. Ele necessita de fisioterapia, fonoaudiólogo, creche/escola especial, muitos estímulos para entender, etc.
D63	X		Escola: deficiência física, síndrome de Down; altas habilidades
D64	X		A sobrinha da minha madrastra sempre conta que na escola ela ficava sem fazer nada durante a aula de educação física por ser cadeirante.
D65	X		Na minha escola, um dos meus melhores amigos era autista, mas por anos isso foi escondido de todos os alunos, somente os professores sabiam. Achavamos que ele era "só reservado". Descobrimos da condição de nosso amigo após uma tentativa de suicídio causado por stress escolar. O cuidado perante nosso amigo depois disso foi outro pois sabíamos de manias as quais ele não suportava. Infelizmente o cuidado da escola foi falho. O retiraram do currículo extra que o fazia mal e não prestaram nenhum tipo de apoio.
D66	X		Escola: deficiente auditivo.
D67	X		Durante o ensino fundamental um dos meus colegas possuía síndrome de down. Durante algumas aulas ele ficava com outras professoras que se especializavam mais em alunos das mesmas condições que ele. Possuo uma parente que é deficiente visual.
D68	X		O irmão da minha melhor amiga que considero meus familiares, ele teve paralisia cerebral quando nasceu. Atualmente ele tem 38 anos, vive numa cadeira de rodas, mas se expressa muito bem como ele pode. Ele vive sorrindo, mas as vezes comigo ele fica bravo, porém com minha irmã ele sempre sorri, mas rimos de tudo isso. Ele ficou uns 15 anos na APAE mas já saiu. Para mim é uma experiência maravilhosa estar com ele. E a família dele cuida muito bem dele.
D69	X		Escola: autismo. Como o nível de autismo do menino não era muito alto, ele necessitava apenas de uma atenção a mais do professor e respeito das colegas, além de provas diferenciadas e acompanhamento durante o intervalo.
D70		X	
D71	X		Escola: deficiência física. A convivência era boa mas por ser crianças na época ainda acontecia uma estranheza no princípio para muitas crianças. Família: meu irmão ele não consegue acompanhar as crianças da classe e é hiperativo, minha família tenta entender que nem sempre ele vai conseguir acompanhar as crianças mas nem sempre consegue as vezes entende como preguiça, má vontade, bagunça. Família: síndrome de Down, irmã, a gente entende que o desenvolvimento vai ser diferente das crianças da mesma idade.
D72	X		Escola: deficiências de aprendizado (TDAH)
D73	X		Minha prima é deficiente auditiva. Ela sabe falar libras, mas como minha família e seus amigos não sabem, ela aprendeu a ler lábios e mexer os lábios para se comunicar

D74	X		Não diria deficiente auditivo, pois quando uso esse termo, minha prima não gosta, diria surdo. Quando nova, eu e minha prima eramos crianças, costumávamos brincar juntas, o dialogo era difícil visto que ela não lia lábios e eu sabia pouquíssimo sobre libras.
D75		X	
D76	X		Um familiar, com deficiência física que dependia muito de outras pessoas para se deslocar até o local onde trabalhava devido a pavimentação irregular nas calçadas.
D77	X		A convivência ocorreu e ocorre ainda na igreja. Um colega meu é cadeirante, e tem pouca mobilidade nos membros superiores também. Portanto, precisava de ajuda para se deslocar, nas menores distâncias que se imaginar.
D78	X		Na escola em que fiz o ensino fundamental tinha um piá, que era surdo e logo meio mudo. Ele tinha ajuda extra para entender os conteúdos, fazia provas com um nível de dificuldade menor e realizando elas separadas para poder se concentrar
D79	X		Na aula de jazz, ela possui síndrome de Down
D80	X		Tenho tios que tem problemas nas pernas, comprar um carro adaptado a isso foi uma dificuldade encontrada por eles.
D81	X		Família: deficiente visual. Amigos: deficiente física, deficiente auditivo.
D82		X	
D83	X		Família: deficiente físico, escola - autismo
D84	X		Amigo da família: deficiência física de locomoção. Família da noiva: necessidade educacional especial.
D85	X		Dentro da minha família, tenho uma prima que possui uma doença psicológica e física que acomete alguns membros de seu corpo, impossibilitando-a de andar sem o auxílio de cadeira de rodas.
D86	X		Minha mãe ela tem metade de uma perna direita amputada. Minha mãe é a pessoa mais forte e animada que conheço, nunca se abateu por nada e mesmo em dificuldades ela sempre está sorrindo e disposta a ajudar quem precisa. Ela tem dificuldade de levantar, já que a prótese dela desencaria para dormir, não pode (e nem deve) ficar tempo demais em pé, e muitas vezes a prótese a machuca (devido a ela ter emagrecido, a prótese alargou e agora a machuca), tanto que o médico recolheu-a e lhe indicou outra, que ela agora espera.
D87		X	
D88	X		Escola: deficiência física; escola: deficiência auditiva.
D89	X		Escola: déficit de atenção. Uma colega sempre tinha tempo a mais nas provas e as avaliações eram diferentes.
D90		X	
D91	X		Meu pai perdeu a visão quando eu tinha +/- 4 anos e desde então minha família teve que se adaptar com essa nova realidade.
D92	X		Como citei na resposta anterior, passei minha infância indo visitar a APAE, então já convivi com pessoas de diversas diferenças, visuais, auditivas, físicas, autismo, etc. Na 4ª série do ensino fundamental estudei com uma menina surda. Tenho um primo de segundo grau que é autista.
D93	X		Como é dito na questão anterior, convivi brevemente com a Thaína, antes de mudar de cidade. Ela tinha dificuldades para fazer e se expressar, dona de um sorriso aparentemente até sarcástico. Era um tanto desajeitada e precisava de provas e atividades específicas para sua situação. Também tinha uns modos bem inapropriados, até mesmo para crianças de seis a sete anos, como nós – se não me engano ela tinha pelo menos dez anos de idade quando se juntou a turma.
D94		X	
D95		X	

D96	X		Desde o primeiro eu tive um amigo cadeirante, mas no ensino fundamental descobri que ele tinha esclerose múltipla, e nessa época ainda não tinha rampas construíram um elevador para ele, eu ia com ele as vezes ajudar a subir nas mesas na sala. A cadeira de rodas não entrava, então o colégio providenciou uma especial para ele.
D97	X		Já convivi na minha família com uma menina que não sabe exatamente qual é o seu problema, mas está no âmbito mental, na escola sempre aprovavam ela mesmo sem nota e não se esforçavam para ensiná-la. No meu antigo colégio, entraram recentemente alguns deficientes auditivos, o que gerou muito problema pois não havia sequer um intérprete para traduzir as aulas.
D98		X	
D99	X		Eu tenho uma prima de segundo grau que tem paralisia cerebral, e meus tios precisam que uma profissional vá até a casa deles para poder ajudar na educação e no aprendizado, as vezes ela fica bem irritada com as atividades propostas.
D100	X		Possuo um colega com autismo que convivi na escola. Ele era acompanhado durante as aulas por uma professora.
D101		X	
D102	X		Síndrome de down: escola deficiente auditivo: colégio
<b>ID</b>	<b>12. Complete as seguintes frases a seguir sobre Necessidades Educacionais Específicas:</b> Incluir é:		
N1	Acolher e tratar com igualdade.		
N2	Incluir uma pessoa que possui algum tipo de deficiência, ou “diferença”, certa incapacidade que exige um tratamento diferenciado, porém, fazendo a pessoa se sentir semelhante aos demais		
N3	Independente de gênero, sexo, deficiência, ou qualquer outra coisa, que todas as pessoas tenham a mesma oportunidade de vida, seja na família, escola ou trabalho.		
N4	Prestar assistência (psicológica, educacional, adaptação de espaço físico, etc...) para que as adversidades sejam amenizadas para uma pessoa que possua algum tipo de deficiência, e dessa forma, ela consiga dar continuidade a seus estudos.		
N5	Tratar com igualdade.		
N6	fazer o mesmo tratamento que um aluno, porém adaptando-o para a necessidade do aluno com a deficiência.		
N7	Não deixar que alguém que tenha alguma deficiência ou qualquer outro tipo de problema deixe de fazer algo, por conta disso.		
N8	Ter empatia pelo próximo.		
N9	Adaptar os métodos para diferentes necessidades em tais ambientes.		
N10	Aceitar independente da classe social, raça, necessidade específica, e a pessoa como ela é.		
N11	Dividir o seu mundo, trazer as noções de igualdade, fraternidade, respeito a todos		
N12	Garantir que todos os indivíduos tenham seus direitos garantido e possam usufruir das mesmas oportunidades.		
N13	Tornar acessível, agregar, deixar e possibilitar a participação.		
N14	Acolher, mostrar para essa pessoa que ela é capaz de se encaixar no meio ou ampto social.		
N15	ter alguém capacitado a ensinar alguém com necessidade especifica ou disponibilizar alguém para auxilia-lo na compreensão do tema estudado.		
N16	Dar oportunidade melhor de aprendizado a pessoa, e também ensina a crianças que alguém com deficiência pode ser o que ela quiser, sem obstáculos pela frente. Incluir, é mostrar a sociedade que podemos ser humanos melhores.		
N17	Obrigatoriedade de todo circulo social que o indivíduo convive		
N18	mais do que estar entre a multidão, é se sentir acolhido e ser tratado e visto de maneira igualitária, é abrir portas no mercado de trabalho, é o reconhecimento		

	intelectual e físico, é apesar das suas limitações é ver o mundo dando liberdade para ter as mesmas oportunidades.
N19	criar oportunidades para as pessoas necessidades especiais
N20	tornar possível que indivíduos antes excluídos de uma normativa específica possam agir e interagir com a mesma naturalidade daqueles que, a priori, não foram excluídos
N21	criar oportunidades para pessoas com necessidades especiais
N22	Contér, compreender, fazer parte.
N23	incorporar a pessoa em nosso meio social, auxiliando-o nas dificuldades, praticar empatia, fazer com que o outro se sinta bem no ambiente em que vivemos.
N24	Dar oportunidade independente das diferenças e limitações de cada um.
N25	Acolher, aceitar e respeitar.
N26	Reconhecer e respeitar a limitação do próximo, e fazer o possível para adequar o ambiente a esses alunos, sendo o espaço físico, ou até a metodologia de ensino.
N27	Quando “você” em cômulo a sociedade possibilite a participação de outras pessoas aos meios de convivência.
N28	garantir que a igualdade seja igual, pois as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos que nós.
N29	tratar com o mesmo respeito. Obter os mesmos direitos, independente das diferenças.
N30	Permitir que a pessoa tenha uma consciência normal igual a qualquer outra pessoa, sem sofrer desrespeito, ser tratada de uma boa maneira.
N31	Não deixar qualquer deficiência interferir na sua convivência com a pessoa, ou seja, fazer com que o deficiente, mesmo com suas condições especiais se sinta normal e inserido com naturalidade em qualquer meio.
N32	fazer com que todos tenham as mesmas oportunidades.
N33	Dar oportunidade a todos, pois todos devem ter o direito e a possibilidade de estudar e frequentar um ambiente educacional .
N34	Conseguir entrosar de características diferentes a fim de chegar a algum objetivo de maneira que as qualidades sejam lapidadas.
N35	Não deixar de fazer algo com a pessoa com necessidade especial, mas sempre adaptá-las para tais
N36	Incluir é deixar o outro participar das mesmas atividades que uma pessoa “normal”.
N37	Dar direito a todos, independente de diferenças físicas, étnicas, regionais, deficiências físicas e mentais, de ter uma vida “normal” com acesso aos espaços, estruturas, instituições que compõe uma sociedade.
N38	Dar a oportunidade de que deficientes possam, ao menos tentar, ter o mesmo nível de ensino. Dar a chance de eles crescerem como seres humanos isentos de pena. Obviamente existirão barreiras biológicas que talvez não possam ser ultrapassadas, mas isso não é motivo para não espaço para as pessoas deficientes tentarem.
N39	Tratar de forma semelhante pessoas que tenham algum tipo de necessidade em relação as outras pessoas, porém levar em consideração suas necessidades específicas, dando maior atenção quando necessário. Ter empatia reflexiva. Sendo respeitador, gentil e amável.
N40	Propiciar uma mesma atividade de forma que nenhum aluno deixe de participar devido à qualquer incapacidade ou deficiência.
N41	A melhor maneira de lidar e estimular a pessoa que possui algum tipo de necessidade especial ou deficiência, pois esse convívio também é contrutivo para quem não possui essas necessidades
N42	Entender que mesmo que as pessoas possuam necessidades especiais, devemos respeitá-las e interagir com essas enquanto pessoa
N43	Engajar pessoas excluídas pela maioria por serem diferentes e torna-las partes de um mesmo projeto, aula ou pesquisa dando a ela a liberdade para mostrar suas habilidades e seu potencial sem limita-la pelas suas deficiências
D44	Receber todos igualmente em qualquer lugar, é fazer as pessoas se sentirem confortáveis sem que suas diferenças sejam criticadas.
D45	Inserir e envolver pessoas com necessidades especiais na sociedade, fazendo com que elas, tenham oportunidades e acesso a todos os lugares desejam.

D46	Adaptar o ambiente e a convivência de maneira que a pessoa com necessidades especiais seja capaz de superar as mesmas, podendo fazer escolhas como todas as pessoas.
D47	Fazer com que todos que têm alguma deficiência sejam integrados a todos os setores da sociedade (escola, trabalho) e que tenham as mesmas oportunidades que as pessoas sem deficiências.
D48	Tornar o indivíduo pertencente ao grupo como qualquer outra pessoa, independente de suas limitações, fazer com o grupo que está fazendo isso aprenda com a pessoa que está sendo incluída e vice versa.
D49	Fazer com que a pessoa tenha suas necessidades respeitadas e atendidas sejam elas quais forem, de espaço ou não, podendo conviver com os outros nos mesmos ambientes.
D50	Facilitar o acesso e participação ao meio.
D51	Estar ciente das diferenças, entretanto não ligar ou saber lidar com elas da melhor maneira possível. É dar as mesmas oportunidades e chances.
D52	Tratar como igual.
D53	Trazar para junto das pessoas (incluir) alguém que de uma certa forma seja diferente das outras, mais que a tratem como igual (igualdade).
D54	Dar a mesma oportunidade a todos sem exceções, pois todos temos os mesmos direitos, e não é por alguém ter mais dificuldade por causa de uma deficiência que deve ser excluído.
D55	Sentir empatia e agir com humanidade chamando para roda de conversa, convidar para o almoço, pesquisar sobre como pode ajudar a pessoa a se sentir incluída e pedir ajuda para melhorar a acessibilidade de lugares e atividades.
D56	Dar oportunidade a pessoas com deficiência, seja ela qual for de conviver em sociedade e de adquirir conhecimento e viver com qualidade de vida.
D57	Adaptar a sociedade e o ambiente para atender a todos.
D58	Fazer com que as pessoas tenham acesso a: informação, educação saúde e os direitos humanos, em geral que lhe são negados por terem algum problema físico ou psíquico.
D59	Necessário, tanto para as nossas relações interpessoais quanto para a nossa visão de mundo e de nós mesmos.
D60	Oferecer todas as possibilidades a pessoas com deficiências e dificuldades educacionais de modo que essas tenham uma educação de respeito, um tratamento digno como pessoa além de oportunidades variadas. Incluir não é tratar absolutamente igual todas as pessoas, mas sim adaptar isso de modo que todos gozem de seus direitos de forma que o princípio de equidade seja assegurado.
D61	Necessário, pois precisamos incluir todas as necessidades especiais no ensino educacional.
D62	Educar pessoas com necessidades especiais.
D63	Garantir que o direito fundamental do acesso à educação seja implementado para todos, assim como determinado pela constituição federal e outras leis específicas da área.
D64	Atender as necessidades que cada aluno precisa como no caso de cadeirante que se tem citei acima, seria muito bacana que as escolas contratassem fisioterapeutas para que essas pessoas também exercitassem seus corpos durante a aula de educação física.
D65	Impedir a exclusão dos outros, denunciando. É ajudar, chamar para atividades em grupo, é ter compaixão e permitir uma convivência saudável.
D66	Deixar o ambiente preparado para atender todas as pessoas, incluindo pessoas com alguma deficiência. E ensinar para as crianças na escola a tratar o coleguinha com deficiência da mesma maneira que ele trata os outros colegas.
D67	Fazer com que todos se sintam a vontade durante situações.
D68	Primeiramente respeitar, não ter preconceitos amar ao próximo e permitir estar próximo.
D69	Adaptar-se para as necessidades e conforto de pessoas que precisam.
D70	Garantir que todos possam participar de alguma atividade, independente de quem você for, mesmo que você tenha alguma necessidade especial, ou precise de ajuda, ou acompanhamento para realizar a tal atividade.



D71	Respeitar as diferenças, ter consciência que ninguém é igual.
D72	Tratar a pessoa como igual, porém respeitando suas diferenças e limites; Fazer o possível para que a pessoa não se sinta deslocada ou desfavorecida perante aos outros.
D73	Se colocar no lugar do outro, respeitá-lo e ajuda-lo a exercer os mesmos direitos que você, ter experiências semelhantes às suas...
D74	Inserir a pessoa com dificuldade no meio de pessoas que não tem dificuldades iguais a e igualá-la aos demais, para que todos tenham as mesmas oportunidades. Igualá-la : sanar as dificuldades
D75	Poder trazer a pessoa para um meio de convivência de forma para qual ela se sinta fora e nem as pessoas ao redor sejam forçadas a deixar. Que sinta como pertencente a esse meio.
D76	Pensar no outro, um ato de empatia.
D77	Viabilizar o aprendizado para todos, variando e inovando nas técnicas utilizadas para o ensino.
D78	Quando não deixamos de lado alguém que tenha algum tipo de deficiência, é quando respeitamos e o tratamos como iguais mas respeitando suas necessidades, não os excluindo.
D79	Adaptar o ambiente para que aquela pessoa se sinta bem e não só o ambiente mas as pessoas que vão conviver com ela também (como no caso de crianças).
D80	Se adaptar, inovar, acrescentar, afim de suprir a necessidade do outro.
D81	Envolver ou permitir e facilitar a integração de pessoas, que antes não estavam ou não faziam parte de um grupo social. E garantir à elas direitos básicos como acesso a educação e trabalho.
D82	Superar a barreira imposta por circunstancia e auxiliar essas pessoas à ter uma vida normal.
D83	Respeitar todas as pessoas independente de suas características ou necessidades, incluir é ter empatia pelas outras pessoas.
D84	Fazer com que o indivíduo esteja integrado ao grupo sendo parte essencial do mesmo, permitindo que o indivíduo esteja amparado em sua singularidade.
D85	Prezar pelo bem-estar social, respeito e visibilidade de todo e qualquer indivíduo que possua ou necessite de específicos requisitos para que possa conviver bem e de maneira saudável em um meio.
D86	Em primeiro lugar entender e respeitar as necessidades das pessoas depois aceitar que o fato de serem diferentes não as torna inferiores ou piores, muito pelo contrário as faz melhores já que as dificuldades diárias que passam para chegar onde alguém sem tais necessidades esta demonstram claramente sua força de vontade.
D87	Amar e se preocupar com o próximo (que na teoria toda pessoa licenciada deveria ter. Todavia, infelizmente não tem como ensinar na universidade uma pessoa a amar a outra, seja ela quem for).
D88	Primeiramente tratar com respeito as pessoas com alguma deficiência, pois elas são seres humanos como qualquer um; Tornar os ambientes "comuns", lugares mais acessíveis; não excluir essas pessoas com alguma deficiência por serem "diferentes" ou inclui-las somente com outros deficientes porque isso também não é inclusão.
D89	Tratar com igualdade, com equidade.
D90	Aceitar a presença de pessoas com deficiências ou necessidades especiais em determinada instituição.
D91	Tornar o acesso a lugares e informações possível a todos. E tornar os profissionais da educação aptos a ensinar de diversas maneiras, para que todos sejam atingidos.
D92	Observar as dificuldades de cada um e fazer com que todos se sintam bem no lugar em que está convivendo, é ajudar quem tem alguma diferença, acolher, não excluir ninguém.
D93	Sutil e cordialmente adir à vida dos jovens, das pessoas com alguma espécie de deficiência, pois, se forem educadas desde cedo que ter qualquer tipo de transtorno não as torna inferiores, as crianças podem crescer respeitando as diferenças. Para pessoas de mais idade acredito que a inclusão deva ser definida

	com uma forma tanto física quanto verbal de realização, pois elas são – em teoria – munidas de maior capacidade de adaptar a sua ética à realidade.
D94	Possibilitar uma igualdade em meio as diferenças, dar as mesmas possibilidades utilizando métodos e meios diferentes que se adequem as necessidades de cada indivíduo.
D95	Das a possibilidade de pessoas com necessidades especiais de aprenderem e terem as mesmas chances de outros alunos.
D96	Aproximar.
D97	Destruir barreiras e enxergar que somos todos iguais.
D98	Fornecer um ensino sólido para garantir boas oportunidades.
D99	Permitir que todos tenham seus direitos conservados pela sociedade.
D100	Dar o direito a todos de serem tratados da mesma forma e possuírem as mesmas oportunidades.
D101	Ter os mesmos direitos e deveres que todos, ter acesso aos mesmos lugares e conviver de uma forma harmoniosa.
D102	Fazer com que todos se capacitem da mesma forma, dando meios para que isso ocorra.
<b>ID</b>	<b>Sinto que a exclusão ocorre quando:</b>
N1	O excludor possui má índole.
N2	Deixam uma pessoa fora de um grupo apenas por ser diferente, portar algum tipo de deficiência ou limitação, tratam a mesma com certo desprezo.
N3	Uma pessoa que possui alguma deficiência é tratada com discriminação, ou é desvalorizada sem ao menos ter uma oportunidade. Onde ocorra alguma distinção de tratamento devido a pessoa ter alguma deficiência.
N4	Espaços físicos não estão adaptados. Quando não há materiais didáticos que supram a necessidade dos deficientes visuais e/ou auditivos. Quando não temos uma sociedade preparada para lidar com as diferenças.
N5	A pessoa com deficiência não tem o devido respeito.
N6	Acham que não precisam mudar o método de ensino para a criança com deficiência fazendo com que ela se prejudique.
N7	Quando ninguém faz questão de ajudar ou fazer algo a respeito.
N8	não se tem empatia pelo próximo.
N9	não se tem recurso ou a procura dele para atender a necessidade de uma pessoa conviver em tal local.
N10	Principalmente quando o indivíduo esta fora do padrão que a mídia estipula desde sempre, que é diferente das pessoas estão acostumadas, a conviver seja ela de cor, tenha opções sexuais diferentes, tenha deficiente, seja geek, etc.
N11	Há uma divisão entre as atividades de determinado grupo, onde o
N12	Alguém é injustiçado pelo preconceito alheio.
N13	Um ato, um lugar, ou pessoa deixar de estar acessível as diversidade e necessidades das outras.
N14	As pessoas que estão em volta desta pessoa com necessidades específicas, não compreendem que a agilidade e os movimentos acabam sendo mais devagar, devido a sua deficiência, há exclusão não necessariamente ocorre quando esta pessoa sofre maus tratos, também, porém quando não consegue se enquadrar de certa forma ocorre exclusão
N15	A pessoa se sente incluso dentro do ambiente que vive ou frequenta quando se sente capaz de tudo aquilo que quiser, fazer ou ser mesmo com suas dificuldades.
N16	Escolas não possuem elevadores ou rampas para cadeirantes, não existe capacitação profissional do docente para ajudar o deficiente. Exclusão é fazer o portador de deficiência se sentir mal ou constrangido.
N17	Não há respeito com o indivíduo, quando não há acesso a coisas do dia dia, como: dirigir andar pela calçada, subir em ônibus, pagar uma conta entre outras coisas que pessoas que não portam necessidade especiais
N18	no julgamento, na falta de oportunidades de estudo adequado e emprego, na falta de acessibilidade e condições de fazer ações cotidianas como andar nas ruas, ônibus, ir ao cinema, uma loja, etc.
N19	uma pessoa é deixada de lado devido a uma condição especial ou simplesmente por não se encaixar nos padrões impostos pela sociedade



N20	por razão determinada, consciente ou inconscientemente em grupo ou um indivíduo não tem acesso as mesmas oportunidades de ação que uma maioria.
N21	a pessoa é impedida de fazer algo devido a alguma dificuldade dela.
N22	Deixamos pessoas de lado, ou nos desfazemos de certas pessoas.
N23	deixamos as pessoas de lado por ela não conseguir atender as nossas necessidades devido a suas dificuldades, é ignorar o colega só porque ele demora para compreender as coisas, tem dificuldade de se relacionar, é fingir que a pessoa não existe devido as suas excepcionalidades.
N24	Alguns têm menos oportunidades que outros.
N25	As pessoas sabem e reconhecem a palavra empatia e se colocar no lugar da outra, sendo que uma deficiência é apenas algo diferente mas que pode não causar tantas diferenças.
N26	Se reconhece que existe alguém com alguma limitação e não a ajuda quando precisa, pois ainda existe um pensamento de que somente aquela pessoa é “diferente”, ela que deve se adequar aos padrões normativos dos espaços sociais; e também quando se utiliza dessa característica que foge do padrão para humilhar ou coagir a pessoa.
N27	Não existe o acesso que facilite o convívio de pessoas com deficiências ao meio social. Como não acesso de rampas para os cadeirantes, pisos táteis para o deficiente visual, até mesmo escolas sem preparo para receber tais alunos.
N28	Não há as mesmas garantias, direitos e oportunidades para um certo grupo devido a sua limitação ou sua diferença.
N29	há desrespeito, desqualificação dos mesmo uma porcentagem mínima de cotas e oportunidades.
N30	As pessoas tem uma educação falha por parte da sua família, ou colegas que o influenciam. E falta de conhecimento junto com a falta de se colocar no lugar da pessoa.
N31	A sociedade não está preparada para receber o diferente, seja não tratando do assunto, seja não preparando o ambiente para incluir o deficiente (falta do ensino de linguagem de Libras, por exemplo)
N32	A pessoa com necessidades educacionais específicas se sente bem e tem os mesmos direitos que outras pessoas
N33	A pessoa com necessidades especiais não possui um ambiente adequado e apropriado para frequentar/usufruir. Quando a pessoa é excluída do ambiente (escolar, por exemplo) por não possuir um profissional adequado e preparado para ajuda-la/auxilia-la
N34	Há uma barreira que necessita ser vencida como um preconceito cultural ou uma dificuldade de comunicação ou até por sentimento de superioridade o que causa dores psicológicas e afeta profundamente a vida das pessoas com necessidades especiais.
N35	Alguém deixa de fazer algo (ex. ir no cinema quando é deficiente auditivo) não por vontade própria mas por falta de recursos que possibilitam ela a realizar tal atividade.
N36	Pessoas mal-intencionadas não aceitam que possa haver alguém diferente e que as vezes este diferente é para melhor.
N37	As vezes que deveriam ser de comum acesso a todos os cidadãos não são pensadas para, deficientes físicos. Quando negros são hostilizados pela polícia ao frequentarem espaços tidos como pertencentes a uma classe de poder aquisitivo elevado. Quando concursos excluem mulheres em profissões tidas como de homem
N38	Antes mesmo de deixar o deficiente tentar executar a tarefa, tomar ações que afirmem que ele não é capaz. Planejar universidades, ruas, prédios, materiais didáticos, sem pensar nas pessoas com deficiência. Construir a ideia de que os deficientes, não são capazes de aprender da mesma forma que aqueles sem deficiências.
N39	Deixamos o outro no vácuo – exclusão social. Quando não conversamos ou interagimos com alguém de maneira diferente por conta de alguma característica pessoal. Quando não fornecemos estruturas e meios para que todos possam ter oportunidades iguais.

N40	O discente deixa de realizar uma atividade escolar ou uma outra tarefa é designada em virtude de alguma deficiência.
N41	As pessoas se fecham para esse assunto, e não sabem como reagir ao ter contato com uma pessoa com algum tipo de necessidade. Quando as escolas não querem aceitar alunos com necessidades, considero um tipo de exclusão.
N42	Deixamos determinadas pessoas de lado devido alguma divergência que encontramos quando comparando-a com nossas ideias/valores
N43	Alguém é deixado de lado de algo que gosta, ou simplesmente não permitam a participação da mesma em qualquer atividade que ela queira e deseja participar.
D44	Um bolsista estuda em uma escola cara, quando um negro quer ter uma qualidade de vida boa, quando deficientes não são aceitos em lugar algum, quando um homossexual é rejeitado de um cargo pela sua sexualidade, quando uma mulher não é aceita em um emprego, por ser mulher.
D45	Uma pessoa com necessidade especial não tem chance de fazer o que deseja, por conta da sociedade, do ambiente não estarem preparados para receberem esses tipos de pessoas.
D46	Incapacitamos pessoas especiais, tornando suas necessidades em obstáculos para realizar seus objetivos e vontades.
D47	Alguém, por alguma característica física ou psicológica, é excluído de alguma parte da sociedade, por exemplo, escolas, empregos, grupos de amigos, ou, até mesmo, da família.
D48	A pessoa não sabe lidar com diferença da outra, se sente desconfortável e acaba se afastando por puro preconceito ou ignorância com relação as diferenças.
D49	Eles são desrespeitados e suas necessidades não são respeitadas e atendidas nos ambientes.
D50	Deixamos de nos preocupar com as dificuldades dos outros, seja emocional, física, de qualquer outro tipo.
D51	As pessoas, por falta de conhecimento ou de bom senso, deixam de lado outra pessoa, baseada em alguma característica desta, retirando oportunidades de comércio, educação, entre outros.
D52	Quando deixamos que uma necessidade específica seja ignorada e não respeitada.
D53	Quando uma pessoa tem um preconceito com a outra, sem saber seus “problemas” e necessidades. Quando a discrimina sem saber quem realmente é.
D54	Quando a pessoa com deficiência tem uma deficiência mais visível, pois quando tem-se uma deficiência que não seja visível a primeira vista, a pessoas aceitam melhor.
D55	As pessoas se fecham para as necessidades do próximo, demonstram ignorância sobre os assuntos de inclusão e preferem ficar confortável a se importar com o próximo.
D56	Uma pessoa com deficiência física não consegue se locomover pelas ruas/calçadas inadequadas ou não consegue pegar um ônibus que o espaço do cadeirante está ocupado e precisa aguardar até um ônibus vago. Quando um aluno com deficiência não tem professores preparados (especializados) para dar aulas. Quando uma pessoa com deficiência visual não segue uma carreira como a de química pois as faculdades não estão preparadas para recebe-las. Quando uma pessoa que é muda não consegue se comunicar em qualquer espaço social, porque a matéria de libras não é obrigatória no ensino fundamental e até para ir num restaurantes as pessoas mudas encontram dificuldades.
D57	Não se planejam políticas devidamente inclusivas e que tenha um real pensamento sobre tal.
D58	São negados os direitos dessas pessoas que tem dificuldades, como por exemplo: negar o acesso à universidade para um cadeirante porque a estrutura do prédio não foi pensada para inclusão.
D59	Há estranhamento entre as partes. Seja na linguagem seja na maneira de pensar, tornando as relações desconfortáveis e até inviáveis.
D60	Há um tratamento muito desigual (de maneira negativa) a pessoas com dificuldades ou diferenças físicas ou até um tratamento “igual” sem se levar em conta as necessidades especiais de cada um. Assim, em minha opinião, existe

	uma exclusão pelo fato dessas pessoas não se sentirem aceitas nesse aspecto da sociedade.
D61	Quando não tem profissionais que auxiliem esses alunos em sala de aula, fazendo com que eles procurem escolas específicas, para sua necessidade.
D62	Não há especializações para profissionais que querem trabalhar com necessidades especiais.
D63	O próprio estado não fornece as condições necessárias para que todos tenham acesso à educação e ao aprendizado de qualidade, essenciais para formação – não somente acadêmica, mas também sociocultural - ou então quando estudantes sem necessidades educacionais especiais praticam bullying com aqueles que têm, muitas vezes por não ter consciência do assunto pela ausência dessa temática na educação básica.
D64	Há diferenças de tratamentos para diferentes alunos, privilegiando mais à uns dos que outros.
D65	Existem diferenças entre as pessoas, ou seja, sempre. Infelizmente o humano é falho a ponto de excluir e rejeitar tudo que é diferente. Seja por diferenças físicas ou por ideias.
D66	Quando uma empresa não dá oportunidades para pessoas com deficiências, ou quando o governo não se preocupa em adaptar ruas e ônibus, quando escolas recusam algum aluno por não ter um profissional capacitado, etc.
D67	Alguém que possui alguma diferença é tratado de maneira diferente.
D68	As pessoas são ignorantes e não tem a mente aberta, e, para acolher o próximo.
D69	Não temos preparo e nem espaço físico para cumprir com as necessidades de pessoas deficientes ou com necessidades especiais, e também quando achamos que essas pessoas são menos capazes.
D70	Quando alguma pessoa é segregada, seja propositalmente ou não de participar de algum espaço pela falta de importância ou de capacidade daqueles que o organizam.
D71	Há falta de conhecimento, de orientação seja como profissional ou como pessoa.
D72	Alguém é deixado de lado, impedido de fazer algo por certa característica, não tem suas necessidades especiais compreendidas, é desacreditado ou discriminado.
D73	Uma pessoa é impedida de fazer algo devido à sua deficiência (necessidade educacional)
D74	Não há garantia de inserir alguém no meio social, por exemplo a resposta do item anterior não acontecer.
D75	Nos permitimos acolher ou ajudar de forma da qual ela esteja confortável. Uma inclusão desde de pessoas portadoras de alguma deficiência físico ou mental até mesmo pessoas comuns que são excluídas por classe, ou raça e etc. A partir do momento que a interação deixa de ser forçada para se tornar algo natural.
D76	Um indivíduo age e pensa como se não existissem pessoas portadoras de necessidades especiais que o mesmo não possui.
D77	Por algum motivo determinadas pessoas são deixadas de lado, não sendo convidadas para atividades simples, como ir almoçar junto, formar grupo para trabalhos acadêmicos, etc. Ou mesmo, quando as pessoas são convidadas mas dentro dos próprios grupos os assuntos e atividades feitas são totalmente “inacessíveis” a elas. Exemplo: pessoa de classe média num grupo em que as conversas giram em torno de viagens internacionais, roupas caras, shows e lugares a que essa pessoa não acesso.
D78	Julgamos uma pessoa por sua deficiência, ou quando duvidamos e tentamos e convencê-las que, por possuir um tipo de deficiência não conseguiria realizar atividades ou trabalhos quando na verdade conseguiriam. É não adaptar nas ruas e transportes públicas coisas adaptáveis e necessárias para suas necessidades.
D79	As pessoas estranham o que foge da realidade delas e o que elas não estão acostumadas, a exclusão ocorre pelas diferenças entre as pessoas o que não é nada legal, porque se todos nós fossemos iguais, qual seria a graça?
D80	Não há para a adaptação de pessoas com deficiência em certas atividades, ocasiões, etc.
D81	Ocorre a seleção de determinadas pessoas para que estas façam parte de um grupo por apresentarem determinado tipo de comportamento ou característica ou

	habilidade, e nesse processo as pessoas que não se encaixam nessas categorias ou que não apresentam esse padrão são retiradas, deixadas de fora ou impedidas de participarem desse grupo e das atividades desse grupo. Isso abrange e ocorre desde uma sala de aula ou ambiente de trabalho, bem como em todas as esferas sociais.
D82	Quando tais dificuldades são ignoradas, tratando a pessoa como incapaz ou inferior, etc.
D83	Tratando pessoas diferentes de nós como inferiores ou inválidas, não as tratando dignamente como seres humanos. Mas acima de tudo não oferecendo oportunidades, pois como ele vai saber se uma pessoa não tem capacidade de algo, se não dão a oportunidade para ela se desenvolver.
D84	Não consideramos alguém como indivíduo com importância para a sociedade e por isso não a incluímos nas atividades do meio em que vivemos e/ou não proporcionamos meios para que o indivíduo tenha acesso as atividades do grupo social que pertence.
D85	Alguém ou algo impossibilita um indivíduo de se sentir confortável; ou que cause uma limitariedade de atividades e recurso que, obrigatoriamente deveriam existir na sociedade, principalmente à aqueles que portam alguma deficiência.
D86	Deixamos de nos importar com o próximo e suas necessidades. Desrespeitamos os diferentes apenas por serem o que são. Negamos auxílio a essas pessoas, muitas vezes sem nem perceber, como quando um cadeirante precisa atravessar uma faixa de pedestre e não rampa do outro lado.
D87	Não nos colocamos no lugar do outro. (Há pessoas que excluem propositalmente devido a um preconceito prévio. Infelizmente, há professores que fazem isso)
D88	Não há o suporte necessário para que essas pessoas possam estudar/trabalhar; não há respeito; ou quando incluem os deficientes somente com outros deficientes.
D89	Ignora-se a pessoa com deficiência e/ou sua deficiência. Ou seja, quando não se considera a PCD como semelhante.
D90	Em uma instituição de ensino, o professor não dá a devida atenção as necessidades de um aluno.
D91	O acesso a espaços públicos só é fácil para um tipo de pessoa? Quando lugares não estão preparados pra atender pessoas com necessidades especiais faltando estrutura para atender estas.
D92	Não damos atenção devida para alguém.
D93	Uma pessoa com deficiência é realmente, tratada com azíume pessoa com a qual não se pode e tão pouco deve interagir. É verdade que por terem necessidades extraordinárias, os deficientes merecem materiais adaptados, mas isso não muda o fato que são seres humanos.
D94	A individualidade de um ser humano é respeitada por exemplo exigindo que os indivíduos tenham o mesmo resultado, mas sem ter as mesmas possibilidades e meios para que isso ocorra.
D95	Não é dada a devida importância a necessidade de um aluno.
D96	Quando falta empatia.
D97	Não há métodos inclusivos para deficientes, quando há uma rampa íngreme demais para um cadeirante, ou um porte no meio da calçada atrapalhando os deficientes visuais.
D98	Não existe métodos diferenciados para suprir esses problemas.
D99	Eu vejo uma pessoa com algum tipo de deficiência conseguindo transitar pela rua e tendo uma vida parecida com que a sociedade leva.
D100	Pessoas com necessidades especiais são tratadas de formas diferentes e impedidas de fazer ou conquistar certas coisas.
D101	Tratamos alguém de uma forma preconceituosa, quando não garantimos seus direitos.
D102	Há a negação de maneiras de auxílio para pessoas necessitadas.
ID	<b>Para incluir uma pessoa eu:</b>
N1	Procuro entender o lado da pessoa e ver pelo que essa pessoa passou.
N2	Converso com a mesma, fazendo-a se sentir confortável e bem acolhida por um grupo. Tratando-a com respeito e igual se deve tratar todo mundo.

N3	Preciso ter conhecimento, e tratar todos com igualdade, sem discriminação ou diferença de tratamento, fazer a pessoa se sentir parte da sociedade com todos os seus direitos e deveres.
N4	Pretendo desenvolver minhas habilidades (como aluna de graduação pública) e prestar serviço a sociedade que supra algumas faltas.
N5	A trato normalmente, não fico focada em sua deficiência.
N6	Tento “ajuda-la” para amenizar os ricos que ela pode correr.
N7	Tento aproximar ela e fazer que sinta o mais norma possível.
N8	Preciso entender suas limitações e simpatizar tendo isso em mente.
N9	preciso estudar métodos de convivência, e de como lidar com certa deficiência em certo lugar.
N10	Costumo ser gentil sem julgar as origens e a aparência da pessoa.
N11	Preciso construir um ambiente confortável e que atenda a todas as demandas.
N12	Tendo compreender suas limitações e modifico o jeito de me comportar com ela, para que ela se sinta confortável em minha presença
N13	Entendo suas dificuldades e através daí, adpto o meio à ela
N14	Devo compreender, ter paciência e estar atento, se esta pessoa esta feliz, se gosta de determinada função. Simplesmente mostrar que ela é capaz
N15	Preciso conhecer as necessidades e dificuldades dela e adaptar tudo que for possível para melhor atende-la
N16	Faria amizade com ela, ajudaria a se enturmar, deixaria a pessoa muito feliz
N17	participo de projetos e abraço a causa, e no dia-dia procuro ajudar
N18	Acolho, não julgo, reconheço sua capacidade, encontro maneiras para ajudar com suas necessidades.
N19	Auxilio pessoas que tenham sido excluídas de alguma forma.
N20	devo primeiramente entender a razão real que levou um indivíduo ou um grupo a exclusão. Em seguida, buscar medidas conformes e capazes de igualar estes indivíduos aos demais, inserindo-os de forma justa à dinâmica da qual foram excluídos.
N21	Posso auxiliar no que ela precisar de ajuda.
N22	Devo não julgar e nem ter preconceitos.
N23	Procuro ajudar o colega quando este está com dificuldades, conversar com ele, brincar de maneira saudável, entender os seus anseios e ajuda-lo a superar seus medos, é tentar inseri-o numa roda de conversas, de começo em numero pequeno de pessoas e aos poucos ir crescendo para que os demais quebrem seu próprio preconceito e ensira as pessoa no seu meio social.
N24	Acredito que seja necessário aprender mais sobre, dentro dos ambientes educacionais principalmente.
N25	Respeito, reconhecimento de alguma forma.
N26	Posso reconhecer sua deficiência ou característica não normativa, e respeitar o seu estado, e se solicitada, ajuda-la. Acho esse aspecto extremamente importante pois ao contrário do que nos ensinam uma pessoa deficiente não é um “pobre coitado” e possui sua própria independência, claro que existem vários tipos de limitações que podem tornar uma pessoa dependente, mas uma pessoa deficiente e membro ativo de uma sociedade deve ser respeitado como tal.
N27	Primeiro tento me colocar no lugar dela, faço a sentir como uma pessoa “normal”, não há tratando com diferença.
N28	Mostro que se pode fazer as mesmas coisas que outros sem se preocupar com julgamentos ou comentários negativos, pois isso terá um impacto positivo para o indivíduo e que o leva a praticar mais atividades que o envolva.
N29	para trata-lo com o mesmo respeito. Observando as suas qualidades e respeitando algumas limitações
N30	Simplesmente tratá-la como você gostaria de ser tratado...Como ser humano
N31	Devo me adaptar as suas condições (por exemplo com uma pessoa surda, aprender a me comunicar com ela por libras) e insiri-la ou ajuda-la a se inserir no ambiente, mesmo tendo que recorrer a Leis e direitos específicos para apelar à autoridades maiores.
N32	devo conhecer maneiras de inclusão e como eu devo lidar com cada deficiência



N33	Acredito que é necessário uma adequação do ambiente (espaço físico) e dos profissionais que irão atuar com as pessoas que tem necessidades especiais.
N34	- Preciso identificar suas limitações – Compreender suas necessidades – Procurar desenvolvê-la em uma área onde se destaque fazendo aumentar sua autoestima
N35	Procuro vários caminhos possíveis para adaptar todas as situações para todos.
N36	Ajudo no que estiver no meu alcance e ensino as pessoas que se deve aceitar, pois ninguém é igual a ninguém.
N37	Busco entender quais são suas limitações necessidades e desenvolver alterações, ideias que efetivamente incluam estas pessoas, e façam se sentirem parte dos ambientes como qualquer outra.
N38	Infelizmente não tenho feito muito. Mas um dia já tive o ideal de me tornar educador com foco na inclusão de portadores de síndrome de Down na ciência.
N39	Devo considerá-la no momento de agir. Melhorando a infra estrutura...
N40	Tento manter uma pessoa deficiente confortavelmente para que se sinta livre para se expressar e realizar qualquer atividade sem utilizar frases como, por exemplo, você é (ou não) capaz...
N41	Preciso ter alguma noção de como poder ajudá-la, saber conversar, orientar, por isso as pessoas precisam ter mais acesso a essas informações da inclusão.
N42	Devo entender suas limitações, respeitá-las e tratar essas pessoas sem diferenças.
N43	Preciso trazê-la para onde estou, engajá-la no assunto e não deixar que façam com que ela se sinta excluída.
D44	Aceito as necessidades diferenças e as respeito e a trato como gostaria de ser tratado por ela. Não posso me colocar em seu lugar, mas posso tentar entendê-la.
D45	Precisa entender qual tipo é sua necessidade e procurar ajudar na medida que for possível.
D46	Procuro respeitá-la ao máximo, ajudar em suas necessidades, ser compreensiva e paciente e fazê-la se sentir confortável.
D47	Devo fazer com que ela se sinta pertencente ao grupo, sem importar qualquer diferença (ou deficiência) que ela possa ter. Devo garantir que ela tenha todos os seus direitos respeitados.
D48	Acredito que seja necessário tornar o ambiente receptivo e agradável à pessoa que está sendo incluída no grupo, tornando ela pertencente ao grupo. Um ambiente livre de discriminação e preconceito, disposto a aceitar alguém sem julgamento prévio.
D49	Procuro saber quais suas necessidades e limitações, respeitá-las, se possível atende-las e busco forma de ajuda-los
D50	Preciso dar o primeiro passo, não posso esperar pela a iniciativa de uma organização, de uma autoridade... eu necessito tomar uma decisão
D51	Precisa estar com a mente aberta sobre o assunto, disposto a investir meu tempo para conhecer mais das possíveis necessidades, como lidar com elas, também estar apta para conhecer tais pessoas em sua totalidade e livre de pré-conceitos estruturados na sociedade.
D52	Me esforço para entender e atender as necessidades especiais
D53	Preciso saber que todos são iguais, independente de suas incapacidades. Todos, de alguma maneira, sabem fazer alguma coisa bem feita, independente de sua deficiência.
D54	Faria todas as adaptações necessárias para que a pessoa se sentir bem no ambiente em que convive.
D55	Cumprimento e converso com ela, e chamo para conversar na rodinha e se for criança eu proponho um brincadeira para que todos brinquem juntos.
D56	No meu trabalho atendo muitas pessoas que tem deficiência (síndrome de down, mudos, física) e atendo da melhor maneira possível com muita paciência e atenção. Deixando a pessoa se sentir a vontade, sem constrangimento. (que alguns pais de autistas dizem ter em outros lugares).
D57	Creio que seja difícil uma ação individual se não houver praticas públicas para ter base.
D58	Pediria suporte do estado e de pessoas especialistas na área de inclusão, além de poder aprender um conhecimento como libras por exemplo.
D59	Tornaria o ambiente confortável para discussões.

D60	Necessito primeiro conhecer as necessidades especiais de cada pessoa e também um modo pratico e respeitoso de tratamento para que a pessoa não se sinta excluída por um tratamento negativo e nem por negligência de um tratamento especial e efetivo
D61	Procuro compreender, aprender com ela para saber das necessidades, ajudar em todos os momentos possíveis sem ter nenhum pré-conceitos.
D62	Tenho que entender que ela precisa de coisas diferentes de mim.
D63	Primeiramente, preciso buscar entender a realidade e a necessidade da pessoa para então buscar meios de ajudá-la no processo de inclusão.
D64	Conversaria com ela para saber como ela se sente perante os tratamentos que teve durante a vida, veria qual necessidade ela teria e buscaria atende-la.
D65	Converso com a pessoa quando está sozinha, chamo para fazer atividades em grupo, na sala e fora do ambiente escolar.
D66	Preciso ter empatia pelo próximo e saber lidar com uma pessoa com deficiência assim como trato qualquer pessoa. Tenho que ajudar essas pessoas a conseguir uma cidade mais adaptada e mais oportunidade de emprego.
D67	Tento fazer com que ela se sinta confortável dentro de um grupo.
D68	Dou espaço para conhece-la, para dialogar, atendo suas necessidades com poder, e sempre estou disposta para ajudar, a respeitar as diferenças.
D69	Tento entender o que ela precisa e não trato como se fosse alguém diferente do resto.
D70	Ajudar aquees que não conseguem “se virar” por conta própria, e aceitar pessoas diferentes de mim com dificuldades.
D71	Preciso ter conhecimento sobre suas necessidades. Mas acima de tudo ter respeito e empatia.
D72	Tento entender o que a pessoa precisa e a incluo de acordo com as suas necessidades e limites, porém do mesmo modo que os outros.
D73	Converso com ela tento ajuda-la no que ela precisar...
D74	Tenho que aprender sobre as necessidades especificas de cada um para poder lidar com essas dificuldades e inserir a pessoa no meio.
D75	Eu procuro ser simpática identificar as restrições que as pessoas tem. Não gosto de ver pessoas sozinhas sem motivo aparente.
D76	Procuro agir de maneira compreensiva com a respectiva necessidade de cada um.
D77	Devo me colocar no lugar dela, para compreender o que realmente ela sente. A partir daí, saberei do que ela precisa.
D78	A respeitaria, trataria ela bem e de igual, ajudaria em suas necessidades, e a defenderia das pessoas preconceituosas.
D79	Devo dialogar com ela e respeitar as condições por ela estabelecidas para que ela se sinta bem para conseguir entender o conteúdo.
D80	Preciso incentivar, e ajudar a criar novas hábitos que ajudem nisso.
D81	Primeiramente preciso compreender que todos tem direito ao acesso e a vida em comunidade, e que é o meu dever quanto cidadã, perceber e identificar quem está sendo excluído desse processo ou quem tem maior dificuldade de integração, e ao fazer isso, eu devo trabalhar de todas as formas possíveis para que esses grupos até então excluídos possam estar igualmente inseridos na sociedade.
D82	Preciso entender suas limitações e como contorna-las
D83	Procuro sempre ter a empatia, desmistificar os meus pré-conceitos, procurar entender o outro como igual, respeitando o indivíduo, me permitindo conhecer a realidade dessas pessoas e a partir da conversa e da vivência com esses indivíduos aprender com eles.
D84	Procuro perceber aquilo que é necessário para integrar alguém no meio que estamos, respeitar eventuais limitações e não considerar a pessoa incapaz de algo por “achismo”. Diálogo é a melhor ferramenta.
D85	Não preciso conhece-la ou abordá-la exigindo uma justificativa para tal ato, porque a inclusão é algo indispensável para o bom convívio social; e para que ele ocorra de forma efetiva, a justiça tem que ser prezada em relação a qualquer indivíduo, independentemente de suas necessidades.

D86	Jamais negaria auxílio, se requisitado ou necessário, pois muitas vezes acabamos ajudando por “dó, pena ou piedade” quando essas pessoas muitas vezes não precisam. Em suma, jamais negaria auxílio se houver a necessidade clara desse.
D87	Preciso ser atenciosa, observando cada necessidade da pessoa.
D88	Procuro respeitar, ser sociável com as pessoas portadoras de alguma deficiência, com intuito de ajuda-as a ter uma convivência social; procuro também sempre tentar ajudar elas quando há alguma necessidade física ou visual.
D89	Trato-a com devido respeito e auxílio da melhor forma possível.
D90	Não discrimino-a, trato-a igualmente.
D91	Devo incluir ela nas atividades do dia a dia, adaptando instrumento e auxiliando para que ela possa competir e conviver no mesmo ambiente que outras pessoas.
D92	Preciso ter empatia, tentar me colocar no lugar dela e fazer o possível para não deixá-la de fora.
D93	Garanto estar respeitando suas características e entendendo-as, e trato-a como trataria qualquer outra pessoa.
D94	Posso tentar me colocar no lugar dela e tentar imaginar as principais necessidades, ou então, conversar com essa pessoa e saber dela como agir de forma inclusiva para com ela. Sempre com respeito e empatia.
D95	Auxílio como for possível e busco meios da pessoa se adaptar ao ambiente de estudo.
D96	Chamo pra um rolê.
D97	Devo respeitá-la na sua individualidade e ajudar em tudo o que puder para que ela se sinta parte do espaço.
D98	Trabalharia mais próximo dela para ver o que pode ser alterado na didática para aumentar o alcance da compreensão.
D99	Tento tratá-la o mais normal possível e caso a pessoa esteja com alguma dificuldade eu tento ajudá-la
D100	Preciso observar onde a discriminação ocorre e criar meios para que a pessoa alcance seu potencial.
D101	Trato ela com respeito e a mente aberta, nunca ser preconceituosa, garantir que ela seja educada e que tenha acesso as mesmas coisas que eu tenho.
D102	Busquei aprender libras para conversar com um colega surdo.
ID	<b>Espero que a inclusão:</b>
N1	Seja mais presente na sociedade, em um futuro recente.
N2	Seja cada vez mais importante e realizada.
N3	Cada vez mais aumente, e que todas as pessoas tenha a mesma oportunidade, que a inclusão seja entendida e exercida em todos os lugares.
N4	Aumente o numero de alunos em sala de aula. Forme cidadãos capacitados para governar, serem bons líderes, estejam à frente de corporações e construam um mundo mais diversificado, que respeite as minorias, que respeite as pessoas.
N5	Ajude as pessoas com deficiência a se sentirem pessoas “normais” na sociedade, pois muitos a tratam com desrespeito.
N6	Todos devem usufruir dos mesmos direitos independentes de sua condição física.
N7	Possa mudar a vida dos que alguma forma são excluídos e o pensamentos dos que não fazem nada a respeito.
N8	Não vejo algo que precisa ser exigido para conseguir.
N9	deixe a vida de certa pessoa mais agradável com o espaço vivenciado.
N10	Seja cada vez mais natural.
N11	No brasil se fortaleça e que as leis já existentes sejam respeitadas e cumpridas.
N12	Ajude a humanidade a deixar de cultivar o ódio e passe a cultivar a compreensão e o respeito pelo próximo.
N13	Possibilite a todos terem acesso ao que é disponível. Que possam desfrutar de todos os direitos e deveres de um cidadão.
N14	Não seja forçada, mas seja para ajudar esta pessoa a se sentir a vontade em determinado ambiente e não meramente como uma obrigação.
N15	chegue em todos os lugares não só em escolas como parques lugares públicos dentro de escolas “normais” e não só nas especializadas. inclusão é vida é dar direito de viver ao indivíduo com alguma dificuldade.
N16	Seja uma realidade daqui algum tempo



N17	se torne acessível para todos na sociedade.
N18	Traga liberdade, segurança e reconhecimento.
N19	[(riscado pela aluna) ocorra com mais frequência, pois mesmo que a pessoa possua necessidades ela pode ser produtiva. Deixe de ocorrer.
N20	Seja possível praticamente e que seja definitivamente executada, orientada pelo senso de equidade e de justiça.
N21	Alcance a todos que precisam.
N22	Seja mais ampla e para todos, pois somos todos iguais.
N23	Seja propagada, pois é através dela que as pessoas são capazes de se colocar no lugar do próximo e enxerga-lo como um igual, porque todos somos iguais, e a inclusão desmistifica os pré-conceitos que temos em reação as pessoas especiais.
N24	Se torne algo cada vez mais comum dentro da sociedade.
N25	Se torne algo cada vez maior e importante.
N26	Seja implementada desde o ensino básico para que as crianças, como futuros membros de uma sociedade, possam ter informação o suficiente para tratar cada pessoa como ela deve ser tratada, independente da capacidade intelectual, gênero, raça, sexualidade e etnia.
N27	Seja tratada com maior precisão, ganhe mais espaços dentro das salas de aula, na sociedade em convívio geral.
N28	Chegue em todos para promover um desenvolvimento especialmente nesse grupo e depois mostrar para os outros que ele podem fazer uma grande diferença social, principalmente na parte humana.
N29	Seja mais visível e real. Principalmente no ensino público.
N30	No futuro não seja um tema a ser tratado, mas que esteja “enraizado” nas pessoas, que se torne uma coisa natural.
N31	Possa apelar a empatia social para assuntos que envergonham ou estranham muitas pessoas sejam tratadas com naturalidade e respeito.
N32	Melhore a cada dia pois todos merecem um mundo que atenda as suas necessidades.
N33	Ocorra em grande escala e em todos os locais de grande importância para o portador de necessidades especiais.
N34	Ocorra de maneira a alcançar o melhor de cada pessoa e fazer de pessoas que a sociedade discrimina, peças essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade.
N35	Alcance todos os estabelecimentos e atividades não só do dia-a-dia mas diferenciadas também.
N36	Consiga passa está barreira pois ainda há muito preconceito quanto a isso, que os pais possam orientar as crianças que o diferente é bom e que pode trazer muitos frutos na convivência
N37	Faça cada vez mais parte, da sociedade, através da iniciativa privada estatal e de cada um nela, para que se torne normal e constante.
N38	Seja possível para todos. Principalmente como cientista, eu vejo que as diferentes visões de mundo devido a condições adversas é um benefício que não deveria ser tratada como problema.
N39	Seja defendida cada vez mais, conhecida e refletida para que possamos diminuir este tipo de desigualdade social.
N40	Ocorra de forma que uma pessoa deficiente tenha plenas condições de aprender/trabalhar como uma pessoa saudável, evitando que qualquer tipo de ignorância prejudique sua atuação perante a sociedade.
N41	Ajuda na formação destas pessoas que possui algum tipo de necessidade ou deficiência.
N42	Venha a ocorrer com todos os seres uma vez que uma sociedade inclusiva faz bem para todos.
N43	Mude a vida das pessoas que necessitam estar dentro da sociedade, e não num canto separado “só para eles”.
D44	Aconteça em todos os lugares de maneira respeitosa e ampla para todas as divergências presentes na nossa sociedade.
D45	Um dia consiga abranger e integrar todos os tipo de necessidades

D46	Seja possível futuramente em todos os âmbitos, em qualquer situações. Que a informação alcance todas as pessoas minimizando a intolerância. Que a infraestrutura, a tecnologia avancem tornando abrangente o conceito de inclusão.
D47	Chegue a todas as pessoas, para que elas possam ter uma vivencia normal na sociedade.
D48	Torne-se cada vez mais praticada com um numero ainda maior de pessoas, para que atinge o maior numero de lugares possíveis, em que a quantidade de indivíduos excluídos socialmente seja cada vez menor em escala mundial.
D49	Esteja mais presente em todos os lugares e que torne a vida de quem precisa dela melhor.
D50	Seja cada dia mais um tópico importante nos debates políticos e educacionais.
D51	Seja algo acessível para todos aqueles que necessitam como também que deixe de ser um tabu e uma temática pouco tratada em meio acadêmico/social.
D52	Se torne ampla e chegue a todos os ambiente educacionais e profissionais.
D53	Seja valorizada mais em nosso país principalmente nas escolas, onde os alunos tratem bem seus colegas com necessidades, sem preconceito e/ou discriminação.
D54	Alcance a todos aqueles que precisem, para que ninguém venha sofrer necessidades por coisas básicas, mais que a algum tempo atrás numa forma pensada para melhorar a vida dessas pessoas.
D55	Seja uma pauta sempre em discussão para que todos lembrem das necessidades que as pessoas com deficiência precisa e que como cidadãos devemos fazer o possível para ajudar quem precise.
D56	Aconteça mais rapidamente, pois o home já foi até a lua, mais não consegue incluir outro ser humano na sociedade. A inclusão esta muito atrasada, é preocupante. Espero que esse quadro mude.
D57	Melhore a qualidade de vida de casos historicamente marginalizados
D58	Não negue o direito humano de uma pessoa por preconceito ou falta de reconhecimento.
D59	Não vire algo fútil, já que necessária, ainda pode ser algo difícil e incomum para alguns grupos.
D60	Se torne uma pauta que saia do papel e se torne algo palpável na sociedade em que vivemos. Vivemos em um século de grande mudança, porém a educação inclusiva, inclusão e acessibilidade ainda são temas bem distantes de uma grande taxa da população, de forma que a ignorância continua sendo o maior empecilho para a inclusão propriamente dita.
D61	Ocorra num futuro próximo que as pessoas vejam que é preciso ajudar e incluir todas as diferenças para que desde pequenos eles já se sintam acolhidos pela sociedade.
D62	Ganhe cada vez mais força e possa ser vista como algo extremamente necessária.
D63	Atinja todas as pessoas que precisam dela para que a sociedade seja diversa e forte.
D64	Possa ser alcançada em todos os aspectos, pessoas especiais e portadoras de deficiência também querem oportunidades e elas são capazes de colaborar com todos. Espero que a inclusão perceba isso e ajude-os a se sentir como todos, porque eles são!
D65	Seja melhor trabalhada nas escolas para que as pessoas estejam cientes das consequências causadas pelo ato de maldade que mudem sua atitude.
D66	Consiga mostrar aos deficientes que eles tem espaço na sociedade e que independente da sua deficiência ela faz parte da sociedade.
D67	Seja mais requisitada e obrigatória para todos.
D68	Tem espaço de todos os lugares e pessoas.
D69	Esteja presente em todos os lugares e seja finalmente reconhecida com a importância que ela tem.
D70	Ajude que mais pessoas consigam avançar em suas vidas, independente de dificuldades cujo elas não tem muito controle sobre, já que muitas pessoas conseguem atingir a excelência mesmo com deficiências.
D71	Ocorra desde a infância, que não seja algo que quando as pessoas pensam cause uma estranheza.

D72	Vire rotina e todos aprendam seu valor, assim será possível diminuir a desigualdade. Isso será possível quando as diferenças forem realmente entendidas e não escondidas ou pouco mencionadas.
D73	Seja mais disseminada e praticada, que as pessoas tenham mais conhecimento sobre as diferenças existentes entre nós e tenham respeito e empatia.
D74	Cumpra seu papel de inserir todos no meio social e garantir igualdade.
D75	Sejam um meio na qual as pessoas deixem de ser preconceituosas saibam lidar com diferenças de pessoas ou deficiências. Que com essa espécie de tabu de que pessoas que portam alguma deficiência não podem fazer nada e que elas devem ter seu processo de aprendizagem separado das pessoas ditas como saudáveis ou “normais”.
D76	Se torne algo universal, que todos possuam os mesmos direitos devidamente instituídos.
D77	Reduza o abismo entre as pessoas, permitindo a comunicação “pacífica” entre as diferentes classes (não só econômicas).
D78	Melhore a vida das pessoas, fazendo com que elas se sintam confortáveis e não excluídas pelas outras.
D79	Seja destinado a todos e o respeito é uma das principais vertentes da inclusão e se sentir incluídos.
D80	Ocorra e cresça cada vez mais.
D81	Amplie o acesso das pessoas nas mais diversas esferas sociais, para que isso promova a igualdade e o respeito, e para que isso promova a pluralidade e diversidade social, e para que isso assegure direitos básicos e de acesso para todas as pessoas.
D82	Dê boa qualidade devida para aqueles que precisam.
D83	No futuro chegue ao ponto em que seja algo que o ser humano naturalize e haja institivamente.
D84	Torne os ambientes que vivo mais plurais e receptivos para pessoas que ainda lutam para fazer parte da sociedade dando oportunidades equilibradas para pessoas diferentes.
D85	Torne-se cada vez mais eficiente; aborde e englobe aqueles que mais necessitam; seja igualitária em qualquer âmbito, visando uma convivência ética e justa.
D86	Abranja todas as fontes de ensino, trabalho e convivência, pois a inclusão nos dias atuais é minoritária, infelizmente.
D87	Ocorra na educação brasileira e que todos obtenham educação, emprego, etc. sem distinção.
D88	Ajude as pessoas portadoras de deficiências a realmente se sentirem parte da sociedade e que elas possam ter uma vida mais “comum” possível pra que elas não se sintam sozinhas/excluídas ou diferentes.
D89	Seja universal e traga bem-estar às pessoas com deficiência.
D90	Seja alcançada rapidamente em nosso país, pois as pessoas com deficiência enfrentam muitas dificuldades do dia-a-dia.
D91	Diminua a diferença de oportunidades entre as pessoas, promova uma visão mais abrangente sobre as visões de mundo.
D92	Se torne cada vez mais algo natural, que ninguém inclua ninguém apenas por “obrigação”.
D93	Seja feita de forma rápida e sensata em sociedade. Já foram desenvolvidas muitas tecnologias e métodos para a inclusão de deficientes, seja em escola, transporte ou redes de saúde. Além disso, muito se fala em inclusão, e muito ela é incentivada – com todas essas facilitações e preparações para o convívio com o especial, não há muito o que tergiversar de políticas inclusivas.
D94	Passe a ser algo universalizado, que todos tenham acesso e sejam atendidos por essa inclusão sem discriminado com dignidade.
D95	Possibilite todos de aprenderem e fazerem parte da sociedade.
D96	Fique mais fácil, que incluir as pessoas seja mais comum e que o incluído colabore.
D97	Não seja mais um sonho para muita gente, e se torne cada vez mais presentes em todos os ambientes de convivência
D98	Traga melhores oportunidades para essas pessoas.
D99	Se torne algo tão comum que não precisamos mais discutir sobre ela.

D100	Se torne parte do cotidiano a ponto que não precisemos mais tratar do assunto
D101	Seja mais facilitada daqui pra frente, que em algum dia as pessoas se sintam incluídas, que se sintam como igual.
D102	Tenha mais visibilidade e incentivo.
<b>ID</b>	<b>Acredito que a maior causa da exclusão hoje ocorra devido:</b>
N1	à má intenção das pessoas, que são “babacas” por natureza.
N2	Preconceito.
N3	A falta de informação e conhecimento, das pessoas se colocarem no lugar do próximo.
N4	Ao despreparo de quem esta na frente das tomadas de decisão mais importantes e ao preconceito.
N5	A falta de caráter do outro.
N6	as pessoas não terem informações necessárias o que acaba gerando um preconceito.
N7	pensamentos preconceituosos e ninguém fazendo nada a respeito.
N8	Ao preconceito e a falta de iniciativa das pessoas tentarem entender suas dificuldades.
N9	A falta de investimento, por exemplo em rampas para deficientes físicos ou para formar profissionais em lidar em ensinar deficientes mentais.
N10	Ao preconceito e a má informação daqueles que a fazem.
N11	A falta de informação e conceitos pré estabelecidos socialmente.
N12	Ao senso comum arrogante em relação àqueles que são diferentes, juntamente a falta de instituições de auxílio especializadas.
N13	A falta de conscientização em torno das dificuldades e necessidades de todos os seres humanos. A falta de políticas públicas acerca deste tema.
N14	Há falta de paciência, pois vivemos em um mundo de que tudo é tão ríspido e fácil, que quando vemos uma pessoa com dificuldade acabamos excluindo ela.
N15	A falta de informação que tras o preconceito e a falta de conhecimento
N16	A estrutura do ambiente que é necessário para receber alguém especial.
N17	A falta de empatia das pessoas e verbas do governo.
N18	Julgamento, preconceito e falta de empatia.
N19	Aos padrões impostos pela sociedade de que o diferente é ruim.
N20	a omissão para incorporar indivíduos portadores de deficiência a um determinado meio, dada uma prerrogativa preconceituosa de que eles não se adequam a norma da maioria.
N21	Ao preconceito.
N22	Aos padrões impostos pela sociedade, gerando preconceito.
N23	A falta de informação, que faz com que as pessoas criem uma realidade totalmente inversa do que é, e acaba deixando de lado, por acreditar que não é importante conhecer e aprender sobre inclusão, mas não faz parte do ambiente em que vive.
N24	Principalmente pela falta de informação, mas também pela falta de investimento.
N25	Ao preconceito.
N26	A conceitos e preconceitos enraizados na sociedade, e que alguma forma, favoreçam um grupo específico que normalmente detem o poder.
N27	A falta de empatia, conhecimento, informação sobre as diferentes deficiências.
N28	Falta de ensino sobre o caso no ambiente escolar e familiar, muitas vezes não se sabe como reagir e acaba agindo de forma preconceituosa. E também a falta de interesse por parcela da sociedade sobre entender e como agir com a situação.
N29	há preconceitos e até mesmo a falta de conhecimento de como lidar com algumas diferenças, sem receio, entender algumas limitações, diferenças.
N30	Pessoas com falta de informação e a carência na educação.
N31	Falta de discussão sobre as deficiências, como algo normal, nas escolas.
N32	A falta de conhecimento sobre o assunto e a falta de investimentos nessa área.
N33	Ao preconceito e discriminação, falta de interesse dos órgãos públicos e pela má formação, ou nenhuma formação para lidar com pessoas que possuem necessidades especiais. (má formação do profissional que atua com o portador de necessidades especiais, exemplo: professor).
N34	Ignorância, egoísmo e o pensamento de que uma pessoa é pior por simplesmente ter certas limitações como Stephen Hawkins

N35	A ignorância e à falta de empatia das pessoas que pensam apenas nelas mesmas.
N36	A falta de informação.
N37	Preconceito por, falta de conhecimento, que leva a falta de empatia e também por culturas de depreciação e preconceito.
N38	A desinformação. Ao ritmo desenfreado da vida moderna. a falta de empatia do cotidiano.
N39	Falta de orientação e conhecimento sobre estes temas.
N40	Ao preconceito instalado na sociedade atual, na qual, cada vez mais, é cobrado velocidade e eficiência na execução das tarefas, evitando que pessoas com deficiência mostrem suas habilidades em determinadas situações.
N41	A falta de informação.
N42	A diferença políticas/partidárias, diferenças de opção sexual e divergência de valores
N43	As pessoas pensarem somente em si mesmo e mesmo sem querer excluir acabam fazendo mesmo sem perceber
D44	Os tabus que envolvem nossa sociedade desde o início. Costumes são difíceis de serem quebrados, acho que isso amplia a exclusão
D45	A falta de preparo e acessibilidade que a sociedade tem para com essas pessoas.
D46	A falta de tecnologia e desenvolvimento analogamente a defasagem de informação e ao preconceito.
D47	Ao preconceito existente na mente de algumas pessoas, que acreditam que as diferenças são motivo de exclusão, não como incentiva a convivência .
D48	Falta de informação sobre algumas deficiências e divulgação das mesmas. Em conjunto com isso a falta de representatividade na televisão, livros, cinema, etc; para que as diferenças sejam tratadas com a naturalidade que deveriam.
D49	Pouco conhecimento e falta de respeito.
D50	Ao despreparo das organizações em facilitar dessas pessoas com necessidades especiais, ainda há muitas escolas sem rampas, sem equipamentos especiais para atender essas pessoas, e principalmente, sem profissionais capacitados para atendê-las.
D51	Ao não conhecimento sobre a pessoa em si ou a característica que ela carrega. Os preconceitos que somos ensinados desde pequenos são coisas que formam o pensamento ao longo da vida, sendo responsáveis por tais comportamentos, em parte.
D52	A falta de conhecimento das pessoas referente as possibilidades de inclusão.
D53	A falta de “conhecimento” com outras pessoas, de não se por no lugar do outro, não valorizar quem deve ser valorizado.
D54	Ao preconceito sobre tudo que não seja “padrão” pois vem de muito tempo e antigamente era considerado ruim ter deficiência.
D55	A falta do conhecimento sobre o assunto, falta de iniciativa e alteridade.
D56	Ausência do estado e negligência, pois não investe em professores para serem preparados para dar aulas para pessoas deficientes. Não investe na estrutura das escola para receber essas pessoas. Pois incluir essas pessoas é necessário que elas tenham aulas com quem não tem deficiência para que desde crianças tenhamos contato com pessoas com deficiências.
D57	À falta de conhecimento em relação ao modo de agir para adaptar.
D58	Falta de educação inclusiva e especial, que deveria ser bem trabalhada no ensino médio. Além desse conhecimento deveria ser obrigatório para cursos que não são de licenciatura.
D59	Sem resposta
D60	A ignorância semeada por palavras, por atos ou pelo mero desconhecimento desse assunto e das causas. Também acredito que se deve muito ao preconceito ainda enraizado na base da nossa sociedade e da humanidade.
D61	Devido a falta de profissionais no ensino fundamental e médio e pelo preconceito que muitas pessoas têm quando se deparam com algo.
D62	A pouca visibilidade e marketing e o pouco que tem é suprimido por outras coisas da indústria.
D63	A falta de compreensão de pessoas da realidade de pessoas com deficiência
D64	A ignorância alheia, falta de incentivo governamental, falta do debate sobre o tema.



D65	A diferenças entre as pessoas e ao não reconhecimento do quanto isso é normal e necessário.
D66	A falta de empatia ao próximo, falta de preparação e conhecimento para acolher a pessoa com deficiência a sociedade.
D67	Ao medo que várias pessoas possuem de aceitar o que é diferente delas.
D68	A falta de amor ao próximo.
D69	A políticas públicas excludentes, falta de preparo profissional, estereótipos criados e considerados até hoje.
D70	Falta de conhecimento em como ou porque nós deveríamos incluir pessoas com dificuldades em nosso ambiente.
D71	Preconceito e falta de conhecimento.
D72	Falta de tato e informação, por não saber lidar com certas situações. Falta de debate, silenciamento dessas questões e preconceito.
D73	À falta de experiência e empatia das pessoas.
D74	A falta de conhecimento sobre os assuntos. Ninguém fala sobre o que e como é ter autismo, por exemplo. Então as pessoas partem do preconceito achando muitas coisas que não condizem com as características de um autista e se mantém afastados.
D75	Devido as aparências, classe social, portadora de alguma limitação física ou mental, aquisição financeira.
D76	Ao fato de muitos pensarem como se não existisse alguém que dependem de um simples gesto do outro.
D77	A diferença econômica.
D78	Ao preconceito e a falta de importância das pessoas para quem tem algum tipo de deficiência.
D79	A precária educação e a falta de convívio com essas pessoas. Na educação infantil devemos explicar que as pessoas com deficiência são como nós e que nada os difere.
D80	A falta de empatia.
D81	Ao aumento da intolerância e a falta de oportunidades e de medidas que ampliem o acesso dos grupos minoritários na sociedade, assim como o sistema em que estamos inseridos contribuir para o afastamento e distanciamento das pessoas por vivermos em um sistema onde a diferença de classe e a desigualdade ainda são marcantes.
D82	A mentalidade utilitarista de que todos devem contribuir ou são considerados “inúteis”.
D83	Ao preconceito e a falta de informação referente pessoas que não diferentes de nós, mas também a não presença dessas pessoas frequentemente nos locais de atuação (escola, trabalho, etc.).
D84	Primeiro preconceito, segundo falta de interesse financeiro \$. Terceiro ignorância ( no sentido mais puro) falta de conhecimento.
D85	A imposição de padrões, estereótipos e falta de abordagem sobre a temática em meios familiares, escolares e universais, em geral.
D86	Falta de informação, despreparo e comodidade das instituições, sejam governamentais, de ensino trabalhos e etc.
D87	A falta de empatia das pessoas.
D88	A falta de um conhecimento sobre essas deficiências e a falta de respeito,, humanidade e empatia de alguns “seres humanos” quando se trata desse assunto.
D89	A falta de informação, à ignorância e talvez à falta de educação propriamente dita. Infelizmente, considerando que o tema é pouco divulgado no senso comum, pouco se sabe sobre PCD e como lidar com as limitações alheias.
D90	A falta de preparo por parte dos profissionais de ensino.
D91	Pouco planejamento e cuidado em preparar lugares para entender pessoas com deficiência e falta de informação sobre os diferentes tipos de necessidades.
D92	Devido a falta de empatia das pessoas.
D93	Ao puro e simples preconceito e discriminação. Mesmo com todos os aparatos das quais dispõe a sociedade, ainda presenciamos visões inadequadas entre as pessoas que muito julgam e pouco buscam entender.

D94	A falta de conhecimento e respeito das diversidades de um pouco de falta de empatia que vem de um histórico cultural que precisa ser alterado.
D95	A ignorância dos educadores e a falta de empatia a necessidade do outro.
D96	As pessoas não sabem respeitadas as diferenças, e evitam se aproximar e excluir “diferente”.
D97	Ao preconceito já intrínseco na sociedade que, desde sempre, vem historicamente tratando deficientes como aberrações.
D98	A inércia ou a demora dos órgãos públicos de difundir métodos e adaptar os meios de forma que facilite a inclusão.
D99	O medo que a maioria das pessoas tem com o deficiente, estranho.
D100	A falta de preparo para o acolhimento das pessoas.
D101	Ao preconceito das pessoas e a falta de orientação para lidar com certos casos.
D102	Preconceito.
<b>ID</b>	<b>Incluir é preciso, pois:</b>
N1	É necessário para um crescimento contínuo da nossa sociedade
N2	Todos somos cidadãos, apesar das diferenças, somos todos iguais.
N3	Todos tem seus direitos e deveres, e na sociedade que vivemos hoje existe muito preconceito que deve ser combatido.
N4	Todos tem direito a viver uma vida plena. Direito a estudar, trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro. Somos signatários da ONU, nos comprometemos a cumprir inúmeros pontos das agendas de direitos humanos e etc...
N5	Somos todos iguais, temos sentimentos e famílias que nos esperam em casa.
N6	Todos somos iguais, seres humanos e devemos ser tratados da mesma maneira.
N7	Todos somos pessoas iguais, e temos os mesmos direitos, como cidadãos e pessoas
N8	É um direito humano
N9	forma uma sociedade mais humana e mais feliz para todos que a compõe.
N10	Todos merecem uma chance na vida e ser feliz do jeito que são.
N11	É um direito garantido por lei, outroassim vale ressaltar que a constituição de 1988 garante o direito ao respeito, e livre arbítrio de todos os cidadãos
N12	Todos teriam as mesmas oportunidade e teriam suas limitações entendidas e auxiliadas.
N13	Para que vivamos em uma sociedade justa e democrática, e que nela todos tenham acesso e liberdade de escolhas.
N14	Essa pessoa é um ser humano como qualquer outro e precisa ser cuidado e respeitado como qualquer pessoa.
N15	Todos temos os mesmos direitos em todos os lugares se somos iguais perante a lei somos iguais nos direitos básicos também
N16	As pessoas precisam aprender desde cedo que ninguém é diferente, e assim futuramente essas pessoas serão mais conscientes.
N17	todos temos direito de ir e vir sem exclusão ou distinção, somos seres humanos e precisamos entender que hoje não há ninguém que precise ser excluído, mas amanhã seremos pais, mães professores que presaremos disso, incluir é necessário para vida
N18	Fazer mais do que apenas deixar junto a multidão, fazer com que sintam capazes e seguros de fazer tudo que quiserem para que assim essas pessoas e suas família tenham mais conforto e qualidade de vida.
N19	Somos todos humanos.
N20	Todos têm os mesmos direitos e, portanto, também à educação. Educação não deve ser um privilégio, mas um direito mínimo para a capacitação da totalidade dos indivíduos a uma sociedade que se diz civilizada.
N21	O ser humano não deve ser discriminado e todos têm direitos iguais.
N22	Somos seres humanos e precisamos disso para viver em sociedade.
N23	Somente com inclusão podemos criar um mundo mais humano, que saiba respeitar e ajudar o próximo, que derruba todos os mitos e faça com que todos se sintam importantes, geridos dentro de um ambiente, não só o escolar ou de trabalho, mas que saibam que dentro da sociedade eles tem um papel importante.
N24	O mundo só se tornará justo, quando todos tiverem acesso as mesmas oportunidades



N25	Ninguém é melhor do que ninguém, somos todos diferentes, apenas.
N26	Todas as pessoas devem ser tratadas igualmente perante o estado, mas cada uma tem sua individualidade que deve ser respeitada, simplesmente por essa pessoa ser um ser humano.
N27	Todos somos iguais, com pedacinho diferente em si. E incluir pode ajudar muito a reação com o próximo.
N28	Diversificar a composição social e demonstra que esse grupo pode ser visto como normais, o que é positivo para todos, uma vez que se forma um ambiente agradável.
N29	Pois afastar, isolar pessoas por algumas diferenças é algo desumano que deveria ser superado. Somos todos iguais mas nas nossas diferenças.
N30	No fim somos todos iguais, alguns com mais dificuldade que outros mas se as pessoas se juntarem sobem todas juntas.
N31	Não somos iguais e nossas diferenças não devem nos excluir. Condições mentais e físicas não são motivo de estranheza nem risadas, e sim de respeito.
N32	Todos são dignos dos mesmos direitos, uma pessoa não pode ser excluída por causa de suas necessidades especiais.
N33	Todas as pessoas tem direito ao acesso, tanto em escolas faculdades como em meios de locomoção pública, a prática de esportes como aparato e acompanhamento, estabelecimentos comerciais, etc.
N34	Todo ser humano tem direito a educação e uma grande maneira de desenvolvimento é a interação social.
N35	Ninguém pode deixar de fazer algo por causar que não são “escolhidas”, pois ninguém escolhe nascer com deficiência.
N36	Faz bem para nós e pras pessoas que estão sendo incluídas
N37	Todo “ser humano” é igual, independente de raça, cor, etnia, diferenças físicas.
N38	é um passo na direção de uma sociedade mais igualitária. É um processo de humanização.
N39	Todos tem direitos e deveres iguais perante a lei. Estas na Lei de Direito humanos.
N40	No meu ponto de vista, uma sociedade só atinge o progresso quando todos os cidadãos atuem de forma fraternal harmonicamente, incentivando que as habilidades individuais sejam reforçados e utilizados em prol de uma sociedade melhor.
N41	As pessoas precisam ter acesso a educação, informação, e a sociedade.
N42	O ser humano instintivamente necessita viver em sociedade, enquanto pessoa.
N43	Todos somos humanos, biologicamente somos todos praticamente iguais e a inclusão traz uma felicidade a pessoa que só é sentido pelo incluso mas também é transmitido para quem inclui.
D44	Acho que o mais difícil é autismo e cegos, porque muitas vezes a agitação da sala pode atrapalhar o autista que não gosta de barulhos e ao cego para sua compreensão, além da falta de acessibilidade com materiais didáticos em braille.
D45	Cada necessidade é diferente, e também é diferente o modo de atender a elas a questão de ser fácil ou difícil depende do preparo do professor, do entendimento que ele tem sobre, e como ajudá-lo.
D46	Imagino que sim, pois cada necessidade possui suas especificidades, umas mais complexa que outras. Entretanto, acho que a compreensão e paciência são indispensáveis em qualquer situação.
D47	Todos merecem ter acesso as mesmas coisas
D48	É desumano excluir alguém por conta de uma deficiência, independente de qual seja, portanto, a inclusão é necessária e é, assim como qualquer outro assunto, uma questão de educação.
D49	Eles também são pessoas, tem sentimentos e precisam ser aceitos e respeitados
D50	É um direito de todo ser humano ter o acesso a educação
D51	Todos merecem oportunidades iguais, não importando sua condição física ou psicológica.
D52	Humaniza o mundo
D53	Todos são iguais, todos tem o mesmo direito, independente da deficiência, devem ter escolas para educação especial, no qual, as pessoas se sentem acolhidas.
D54	Pois todos temos os mesmos direitos

D55	Todo ser humano merece ser tratado com respeito pensando no seu bem estar, dignidade e nos seus sentimentos
D56	Todos temos direitos a educação, de ir e vir e de conviver em sociedade! A exclusão vai contra os direitos humanos e todos devem ter seus direitos respeitados para uma vida digna
D57	Garante os direitos básicos
D58	hoje muitos direitos são negados e ainda existe muito preconceito, com pessoas com necessidades especiais, por exemplo, autistas que são difíceis de trabalhar e acabam sendo excluídos
D59	A sociedade moderna necessita de ação de todos para mudar e melhorar
D60	É um direito fundamental e um dever de todos como cidadãos. A inclusão é um processo de luta que cada vez mais caminha para um futuro promissor, onde as diferenças serão respeitadas e, assim, gerando um grande desenvolvimento em diversas áreas.
D61	Pois com essa inclusão podemos desmistificar o preconceito no começo da vida, e fora com que o indivíduo com necessidade especial se sinta mais acolhido não se limitando a somente pessoas com a mesma deficiência ou familiares
D62	Todos tem direito ao ensino
D63	Não somente por ser responsabilidade do Estado em garanti-la, mas também por ser nossa responsabilidade como educadores - indo além disso, até, como seres humanos, - de inclui-los
D64	Pessoas especiais e portadoras de deficiência também possuem sonhos e precisam alcança-los. Todo ser humano precisa uns dos outros e de nós e nós precisamos deles.
D65	Evitamos a depressão, raiva, e outros sintomas e cicatrizes que são deixados nos excluídos
D66	Uma pessoa com deficiência merece ter espaço na sociedade como qualquer outra pessoa. E para ter esse espaço ela precisa de oportunidades para ingressar em uma faculdade ou emprego, necessita de ônibus adaptados para que possa se locomover, necessita de ruas e calçadas que não atrapalhem seu trajeto, etc.
D67	Faz com que todos os tipos de pessoas se sintam bem consigo mesmas.
D68	Todos dever ser acolhidos com respeito e amor
D69	Todos têm direito de estarem presentes e serem tratados com respeito e dignidade
D70	Não é ético, discriminar alguém por uma característica que elas não escolheram ter, além de muitas dessas pessoas já terem dificuldades na vida, mesmo sem ser excluídas
D71	Ninguém é igual a ninguém, seja fisicamente ou por personalidade, cultura
D72	Todos devem ter as mesmas oportunidades, não importa qual diferença possuam em relação a outras pessoas.
D73	As pessoas com deficiência/necessidade educacional também têm direitos, sentimentos, uma vida como nós. Seria um ato horrível excluí-las somente porque são diferentes em alguns aspectos. Devemos inclui-las porque são humanas também.
D74	É necessário que todos tenham os mesmos direitos de obtenção de emprego, e tudo mais, e não segregar pelo simples fato de ter uma dificuldade em algo
D75	Pois a sociedade é diversificada não existe padrão de ser humano, não somos uma indústria no qual existem produtos com defeito, somos humanos e temos que exercitar nossa humanidade o que nos torna especiais pois ninguém é igual a ninguém.
D76	Todo e qualquer indivíduo deve possuir direitos na sociedade sem exceção. Além disso, é extremamente importante pensar nas dificuldades do outro
D77	Todos têm os mesmos direitos, e exclusão faz com que muitos não tenham acesso a vários desses direitos.
D78	Todos somos iguais, humanos e cidadãos, não pode haver preconceito e exclusão, perante ninguém. Pois não existe pessoas melhores, independente se houver alguma deficiência ou não. Mesmo se precisam de cuidados especiais, não as torna inferiores
D79	Devemos nos colocar no lugar dos outros a inclusão é preciso para essas pessoas se sentirem a vontade no dia-a-dia

D80	Há pessoas que necessitam, mesmo sendo poucas em relação as que não precisam
D81	Permite o desenvolvimento social garantindo que todos tenham acesso a direitos básicos principalmente o direito a acesso a educação, e isso promove uma sociedade mais justa e igualitária.
D82	Pois todos somos pessoas, humanos, com direito a felicidade e vida digna
D83	Dignifica o ser humano, garantindo o desenvolvimento e acesso à oportunidades
D84	Perseguimos o ideal de sociedade justa, receptiva e emancipadora. Como podemos chegar lá se não cuidamos de políticas que integram os diferentes em prol desses objetivos? Todos tem os mesmos direitos no nosso país, mesmo na sua individualidade como ser humano
D85	No meio público, as pessoas que necessitam de recursos não se identificam com diversas políticas que não os valorizam nem disponibilizam justiça social, algo que deveria ser obrigatório para todos
D86	Somente com a inclusão podemos, de fato, atingir um patamar de igualdade e respeito. Não deve-se excluir as minorias, mas aceita-las como são e agrega-las como iguais ao ensino, trabalho e convivência
D87	Somos todos iguais
D88	Essas pessoas precisam sentir que não estão sozinhas, que elas não são anormais!! Mas, acima de tudo é preciso incluir, porque elas, tem os mesmos direitos que qualquer pessoa e para que então, elas possam usufruir desses direitos
D89	Mesmo com nossas diferenças. Somos humanos e devemos pensar no coletivo, isto é, no que é melhor para o todo e para cada um
D90	As pessoas com deficiência, se bem acolhidas e orientadas, podem atingir um grande potencial em vida acadêmica
D91	A sociedade é muito plural, todos tem direitos amplos de ir e vir e excluir isso das pessoas fere os direitos universais dos homens
D92	Ninguém merece se sentir excluído nos locais onde convive, ou não ter acesso de ter as oportunidades
D93	Não faz sentido defender uma oposição a inclusão, pois isso violaria, inclusive, os direitos humanos, ferindo a dignidade dos deficientes e deles tirando a oportunidade de conviverem em sociedade. Inclusão é uma questão de cidadania.
D94	Todos os seres humanos tem direito a dignidade, e as diferenças são o que nos tornam mais fortes e os que nos faz únicos, não sendo motivo para exclusão
D95	Todos somos seres humanos, todos merecemos respeito e todos somos amados por Deus
D96	Todo mundo precisa de alguém
D97	As pessoas com deficiência são pessoas acima de tudo e merecem o máximo respeito e meios necessários para atingirem a equidade
D98	Dessa forma é proporcionado a possibilidade de melhora da qualidade de vida dessas pessoas
D99	As dificuldades que essas pessoas enfrentam diariamente, nós não enfrentamos além disso temos que inclui para ajudar essas pessoas que precisam da nossa ajuda
D100	A discriminação não deve continuar já que todos possuem os mesmos direitos em teoria
D101	Vivemos em uma sociedade e para que ela funcione da melhor forma possível, todos devem ter os mesmos direitos e para que o futuro seja melhor
D102	Vivemos numa sociedade onde todos devem ter as mesmas oportunidades
<b>ID</b>	<b>13. Você acha que tem deficiências ou Necessidades Educacionais Específicas, mais fáceis ou difíceis para um professor atender? Porque?</b>
N1	Não, pois todos tem suas devidas “seriedades”.
N2	Existem. Por exemplo, a dislexia, é um caso complicado pois poucos profissionais são capacitados para lidar com esse tipo de situação. Muitas vezes, alunos portadores dessa “deficiência” não são compreendidos por seus professores ou colegas, vivendo grande parte de suas vidas, encontrando dificuldades nas mais diversas áreas, sem qualquer tipo de ajuda.

N3	Acredito que cada deficiência ou necessidade educacional específica tem sua peculiaridade, cada professor terá momentos mais fáceis e mais difíceis na sala de aula, afinal, cada aluno é diferente do outro, cada turma é diferente, e cada um com uma necessidade especial.
N4	Para um professor que não teve a oportunidade de desenvolver as habilidades em educação específica, todas as deficiências apresentam igual nível de dificuldade.
N5	Acho que cada uma tem sua peculiaridade para se ensinar, mas que se for bem absorvida tanto pelo professor quanto pelo aluno, será bem aproveitada de ambas as formas.
N6	Acredito que cada deficiência deve ser atendida com atenção, não que uma seja mais fácil ou mais difícil, precisamos de profissionais capacitados.
N7	Pessoas surdas, pois precisa ter conhecimento em libras para se comunicar com ela.
N8	Sim, pois quanto maior as limitações de um deficiente maior a dificuldade de ensiná-lo.
N9	Para um professor despreparado, qualquer deficiência que um aluno obtiver se torna difícil. O professor deve se preparar e buscar conhecimento para lidar com todas as dificuldades.
N10	Acredito que a mais fácil seriam as deficiências motoras, pois o que o professor deve atender é o preparo do local antes das aulas. Já a mais difícil são as de deficiência mental, pois deve ter toda uma didática específica para que o aluno possa acompanhar os demais na sala de aula.
N11	Sim, pois demanda saberes e, em muitos casos, materiais específicos. Por esta razão, são permitidos que professores intérprete entrem em sala de aula, oferecendo suporte ao professor.
N12	Não, pois existem muitas formas de deficiência, tanto intelectuais quanto físicas, e de forma geral os profissionais não tem formação especializada para atender a todos os deficientes.
N13	Infelizmente vivemos em um país em que o professor não sai formado como um docente que saiba lidar com todos os tipos de deficiências e necessidades. Isso torna as coisas mais difíceis para quem comanda a sala. Porém dentre as complexidades de ensinar alguém com necessidades especiais, acho que o autismo é algo mais desafiador e mais difícil para atender em sala de aula. Pois exige um conhecimento maior acerca da necessidade e uma atenção maior do professor.
N14	Não, porque cada pessoa interage e se expressa de uma forma, independente do grau de deficiência. Basta ter paciência e compreender que ela precisa de um pouco mais de atenção.
N15	Talvez na minha área de química seria um pouco difícil trabalhar com algum aluno com deficiência visual mais nada que adaptar o conteúdo não possa ajudar a compreensão do conteúdo. Infelizmente dentro de um laboratório é muito importante observar “reação” “transformação” muitas coisas tóxicas que não podem ser vistas com o tato, mas com eu disse da pra adaptar.
N16	Sim, pois pessoas com deficiência física apenas podem se habituar em locais com boa estrutura, o professor pode imprimir textos em braille para deficientes visuais, aprender libras para surdos e mudos. Agora pessoas com deficiência mental precisam de uma atenção maior do docente.
N17	Todas as deficiências devem ter cuidados específicos não existe algo mais fácil ou difícil todas as necessidades devem ser tratadas com respeito e amor.
N18	Para um professor sim, pois para que ele possa tentar se por no lugar do aluno e saber como ajuda-lo, chamar sua atenção e concluir assim, seu trabalho, acredito que necessidades visuais auditivas e intelectuais para quem não tem preparo são os que trazem o maior desafio aos professores.
N19	Depende, pois assim como cada deficiência requer um grau de auxílio e profissional também mais “afinidades” com alguma característica específica da necessidade do aluno, o que torna o trabalho mais fácil para o professor.
N20	Creio que sim. Dificuldades resultantes de deficiências físicas, por exemplo, podem ser solucionadas com instrumentos e ferramentas de auxílio; porém, aquelas provocadas por distúrbios psíquicos são mais complexas pois não dependem única

	e exclusivamente de um fator objetivo, mas também de elementos subjetivos do próprio aluno.
N21	Acho que cada caso é um caso. Cada pessoa tem suas necessidades diferentes.
N22	Acredito que todas requer uma certa atenciosidade, mas o deficiente mental acredito que seja o caso mais complexo.
N23	Quando fizemos prática em ensino I, na turma em que caímos ministrar aula tinha uma aluna surda, como de praxe, tinha intérprete e a nossa maior dificuldade foi elaborar uma aula em que ela pudesse compreender e participar o que levou bastante tempo de preparo, então acredito, que por mais vaga que tenha sido a experiência, pude constatar a dificuldade que é você elaborar uma aula inclusiva, ainda que por mais elaborada e planejada que seja, sempre fica aquela dúvida de que não foi suficiente, se com tudo que foi ministrado conseguiu ser absorvida pelo aluno, e para uma aula com aluno especial, essa insegurança acaba sendo muito grande, então independente da necessidade do aluno, não existe uma mais fácil ou mais difícil, existe que muitas vezes o professor não está preparado para essas situações e acaba de alguma forma excluindo inconscientemente esse aluno especial.
N24	Sim, pois as pessoas são diferentes e possuem dificuldades diferentes dentro de sala. Cabe ao professor saber lidar com essas diferentes dificuldades.
N25	Sim, todos tem um grau específico, mais a que no meu ver pode ser mais “difícil” a deficiência visual, pois tudo é diferente, a língua, a leitura, o ensino, de andar e fazer atividades é mais difícil, pois a visão é um bem muito precioso e importante para nós.
N26	As necessidades educacionais que necessitam de menos recursos financeiros e principalmente cognitivos, pois é mais fácil construir uma rampa (no caso de um cadeirante) do que adaptar e reaprender toda uma metodologia, como aprender a escrever em braille, ou uma nova língua como libras.
N27	Sim, o visual, autismo é um pouco mais difícil, por causa precisa de pessoas/profissionais de educação que consiga ter capacitação para trabalhar com tais deficiências.
N28	Não. Cada deficiência ou necessidade tem a sua especificidade e também esse trabalho é feito com humanos. E cada um agirá diferente em cada momento.
N29	Acredito que os deficientes auditivos são mais fáceis de atender. Talvez pessoas com graus de problemas mentais, retardos seja um caso um pouco mais delicado.
N30	Sim, pois é mais fácil trabalhar, acompanhar e ajudar um aluno com autismo leve do que um pessoa cega ou surda, pois é mais fácil se adaptar no primeiro caso do que ter que mudar totalmente uma aula para o aluno cego por exemplo.
N31	Sim, por exemplo, é muito mais difícil lidar com autista que com deficiente físico, por ser uma condição mental, que exige paciência e um pouco mais de aprofundamento teórico.
N32	Sim, pois algumas deficiências precisa de um profissional, como por exemplo o auditivo e o visual, nem todos os professores tem acesso a essa especialização. Deficiência mental dependendo do grau o professor não sabe como lidar
N33	Sim. Mais fáceis seriam pessoas com deficiências físicas (dificuldade de locomoção). Mais difíceis: deficiência visual, pois a química é muito visual, e alguns conteúdos parecem ser muito difíceis de aplicar sem auxílio de materiais audiovisuais. Deficientes auditivos (surdo-mudo) pela dificuldade para se comunicar e por não ter um conhecimento em libras, por exemplo.
N34	Sim, geralmente deficiências cognitivas tem uma complexidade maior pelo aprendizado ter que ser específico para cada pessoa.
N35	Sim, exemplo: surdo ou cego acaba sendo mais difícil, pois a didática da sala normalmente ocorre oral e visual, então o professor tem que mudar totalmente o que acostumado e ensinado a fazer para atender tais necessidades.
N36	Não acho que cada um tem sua dificuldade pois, não colocariam vamos supor uma criança com dificuldade visual para estudar com crianças que tem visão perfeita. Minha filha estuda em uma escola onde tem inclusão na sala dela tem uma criança com autismo, ela relata que muitas crianças riem, fazem piadas, excluem, a escola ontem deixou estas crianças de castigos e os outros que não o maltratam puderam sair brincar. “castigo” para os professores explicar sob a inclusão e eles tentarem entender o menino, achei ótimo mais acho que isso vem um pouco dos pais



	também. A minha filha ajuda ele e tenta fazer as crianças entenderem, ela tem 9 anos.
N37	Deficiências físicas em geral são mais simples pois necessitam apenas de estruturas compatíveis para acesso. Já deficiências como surdez, visual requerem treinamentos e materiais compatíveis na sala de aula. E deficiências mentais também necessitam de professores capacitados para lidar com as limitações e necessidades de cada um.
N38	Creio que deficiências que comprometem as capacidades cognitivas são mais difíceis de serem superadas. Porque, muitas vezes, esse tipo de aluno pode acabar frustrando o próprio educador. Levando ele a ansiedade. Duvidar das próprias capacidades.
N39	Sim. Cada tipo de necessidade educacional tem profissionais adequados para atendê-los. Educação para surdos/mudos, deficientes visuais, e doenças mentais tem tratamentos diferentes.
N40	Depende da formação do professor, pois é difícil categorizar qual deficiência é melhor ou pior sem contextualização. Talvez ensinar química para um cego seja mais difícil que para um surdo, por exemplo pois o cego não observa mudança de cor de uma reação.
N41	Não sei de alguma específica.
N42	Sim. Pois é muito mais fácil ensinar para uma pessoa somente surda, do que para uma pessoa surda e muda ou surda e cega uma vez que com menos sentidos, mais limitada a pessoa fica.
N43	Sim, pois há diferentes graus de doenças, a partir daí o professor tira para cada alunos especial uma inclusão diferente.
D44	Acho que o mais difícil é autismo e cegos, porque muitas vezes a agitação da sala pode atrapalhar o autista que não gosta de barulhos e ao ceder para sua compreensão, além da falta de acessibilidade com materiais didáticos em braille.
D45	Cada necessidade é diferente, e também é diferente o modo de atender a elas, a questão de ser fácil ou difícil depende do preparo do professor, do entendimento que ele tem sobre, como ajuda-lo.
D46	Imagino que sim, pois cada necessidade possui suas especificidades, umas mais complexas que outras. Entretanto, acho que a compreensão e paciência são indispensáveis em qualquer situação
D47	Será fácil para um professor atender a uma necessidade educacionais específica se ele entender do assunto e tiver estudado sobre ele. Portanto, as necessidades fáceis de lidar são diferentes para cada professor. O ideal seria que todos os professores estudassem todas as necessidades especiais.
D48	Com relação ao professor de química, acredito que a deficiência mais complicada de se trabalhar seja a questão do indivíduo que é cego, principalmente quando o ensino envolve experimentos no laboratório que consistem na observação.
D49	Sim, pois existem graus de dificuldade nas necessidades em que, por exemplo, professores de escolas “normais” conseguem atender em sala e outros que precisam de um atendimento para o qual eles não são treinados
D50	Não, porque todas elas possuem dificuldades, em áreas diferentes, por isso é importante que o professor se capacite na educação especial, aprendendo como trabalhar com pessoas de todas as necessidades.
D51	Depende da área em questão, em química há uma dificuldade bem grande com deficiência visual, visto que é uma ciência bem visual em certos aspectos. Há sim níveis de dificuldades diferentes, porém dependem da área do conhecimento mais do que a deficiência em si.
D52	Acredito que todas as necessidades Educacionais Específicas exigem uma preparação acentuada do professor. Elas não são necessariamente difíceis de se atender em sala de aula, mas as condições para atender ainda são precárias e faltam profissionais especializados. Todas as necessidades podem ser atendidas de forma ampla e igual em sala de aula, basta capacitar os professores para todas elas.
D53	Sim, como deficiente físico, que precisa de alguém que ajude a levar essa pessoas na cadeira de rodas, ou até mesmo a professora ter que esperar um pouco para que a pessoa com deficiência na mão tenha que escrever, mas nada que não seja impossível.

D54	Sim, pois nenhuma necessidade é igual, por exemplo, o Autismo existe em vários estágios. Alguns que precisam de muita atenção, e outros que a pessoa tem alguma autonomia.
D55	Nenhuma é fácil, mas em todas é necessário esforço para garantir a aprendizagem do aluno, mas imagino que seja extremamente difícil quando tem um aluno com deficiência auditiva na sala de aula. Sei que na licenciatura o professor aprende libras mas o estudante vai ter dificuldades de se enturmar por não conseguir se comunicar direito com os colegas e isso pode afetar sua saúde emocional e consequentemente afetar o aprendizado. Tem deficiências que imagino que sejam mais difíceis para atender em sala como síndrome de down e alunos cegos e surdos mas acredito que nesses casos, o estudante recebe o ensino de um professor especializado para melhor atender as necessidades da pessoa.
D56	Sim, uma pessoa com deficiência física é menos difícil de atender em aula, por exemplo se o aluno for cadeirante e não ter outra deficiência.
D57	Creio que deficiências motoras sejam melhor adaptáveis à curto prazo. Por exemplo na química, logo uma deficiência visual é mais problemática de que um paraplégico, por exemplo.
D58	Sim, com pessoas cegas por exemplo o professor tem que tem um conhecimento bom de como incluir esse aluno na sua aula. Outra necessidade difícil de lidar é com surdez porque é preciso de materiais e saber interpretar libras.
D59	Necessidades que envolvam o desequilíbrio dos sentidos, como a perda de foco tornam a educação mais complicada, mesmo que não seja impossível lidar com elas.
D60	Não. Acho que todas as deficiências e necessidades educacionais específicas tem seu grau de dificuldade e necessitam de um tratamento específico. A melhor forma de um professor realmente atender pessoas com essas deficiências é por meio do conhecimento sobre as situações para melhor se adequar e assim oferecer uma educação boa e efetiva a todos em sala de aula.
D61	Eu acho que o deficiente auditivo pode ser o mais fácil para o professor atender em aula, pois a maioria das aulas são mais visuais e dá para o professor fazer um documento explicando passo-a-passo para o aluno. E para mim o mais difícil seria o deficiente visual pois tem disciplinas que precisam muito da visão.
D62	Não, todas as necessidades educacionais são diferentes, então uma especialização na área de ensino relacionada a necessidade já resolveria.
D63	Acredito que todas necessidades específicas apresentam seus desafios, mas nenhuma é "mais difícil" ou "mais fácil" do que a outra.
D64	Não, acredito que se o professor aprendeu a atender a necessidade de um, ele consegue aprender de outros.
D65	Eu acredito que sim, pois existem deficiências e casos que exigem mais do que a conscientização, e o cuidado especial, como cursos. Isso ocorre por exemplo para um deficiente auditivo, um curso de libras.
D66	Acredito que sim. Porque por mais capacitado que seja o professor, ainda sim será difícil ele saber lidar com todos os tipos de deficiência.
D67	Depende muito da metodologia do professor e varia de pessoa para pessoa. Alguém que prefira falar durante as aulas terá mais problemas com deficientes auditivos, mas todos precisam saber como se adaptar, pois o mundo é muito diverso e todos precisam saber como conviver com alguém diferente.
D68	Não, porque independente da necessidade especial é necessário um cuidado maior, onde o professor deveria estar preparado para auxiliar o aluno
D69	Acho que necessidades que não são visuais ou auditivas são mais facilmente atendidas, pois a adaptação e até os materiais para essas necessidades são mais difíceis de incluir em uma sala de aula. Porém, não acho que qualquer outra necessidade ou deficiência mereça menos atenção, pelo contrário.
D70	Em minha opinião, deficiência física é mais "fácil" de ser atendida, que um cadeirante poderia ter a mesma aula teórica que um aluno sem deficiências, enquanto alguém com deficiências visuais, auditiva ou mentais, levaria ao professor ter que mudar a dinâmica da aula, tendo que ensinar de uma maneira diferente.
D71	Eu acho que não, todas precisam de atenção e conhecimento para não passar despercebido.



D72	Todas as necessidades acabam sendo difíceis, por isso é importante que o professor sempre procure se informar para que saiba lidar com a situação. Quando não há tato, acaba sendo complicado e talvez, aconteça a exclusão
D73	Acredito que não, pois tudo depende da formação do professor, se ele foi ou não capacitado para lidar com a deficiência/necessidade educacional específica.
D74	Sim, não necessariamente entre duas deficiências distintas, mas até mesmo entre duas pessoas com o mesmo problema, é muito importante saber lidar com as diferenças, por exemplo um surdo. Não posso partir do princípio que todos os surdos são iguais e agir da mesma forma com todos.
D75	Existe de certa forma a aptidão de cada pessoa para trabalhar com cada tipo de deficiência. Por exemplo, eu não me sinto capacitado e confortável para trabalhar com pessoas com alguma deficiência mental, já minha mãe consegue e até gosta de certa forma consegue trabalhar com. Então vai de cada um.
D76	Creio que dificuldade seja algo relativo. Existem professores que possuem maior dificuldade com o ensino em Libras assim como em braille, por exemplo. Com relação as necessidades educacionais específicas, acredito que a dificuldade enfrentada por diversos professores seja devido à precariedade de materiais, como livros adaptados, imagens na televisão, etc. Pois, é fato que o governo ainda não trata do assunto como uma normalidade.
D77	Sim. Porque cada professor tem aptidão para lidar com determinado tipo de problema. Algumas pessoas conseguem trabalhar muito bem com surdos, por exemplo. Outros não conseguem, porém tem facilidade para lidar com pessoas que tem dificuldade de locomoção. Assim, as deficiências, apresentam mais sim, mas pelas características diferentes do professor do que dos próprios alunos
D78	Não, pois não existe deficiências mais fáceis ou mais difíceis, mas sim deficiências que precisam de um cuidado maior e mais atenção. Mas todo professor tem que estar preparado para qualquer situação.
D79	Sim. Existem deficiências que precisam da colaboração dos colegas da turma o que acaba sendo mais difícil.
D80	Não, eu acho que cada necessidade exige um tipo de atenção e atividade especial, então vai de cada professor julgar o que acha mais difícil. Por exemplo, pra mim, o que acho mais difícil, se hoje eu fosse professora, atender as necessidades de um aluno cego seria o mais difícil, pois eu não sei nada sobre o assunto, e nunca tive acesso a maneiras de como lidar com a educação de pessoas com esse tipo de deficiência.
D81	Acredito que sim, hoje eu vejo que uma necessidade especial que ainda gera questões e pode ser considerada um desafio para muitos professores é o autismo. Principalmente pois é um desafio atender com excelência e de forma eficaz as necessidades do aluno autista, e ao mesmo tempo fazer da sala de aula um ambiente que assegure a integração desse aluno com os demais. Acredito que isso ocorre pois falta informação e preparo tanto dos educadores como dos estudantes, por isso eu vejo que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para melhorar a inclusão de alunos autistas no ambiente escolar e acadêmico.
D82	Sim, algumas pedem por adaptações ao ambiente e material para a pessoa, porém é importante preparar a escola de forma que não seja difícil fazer tal adaptação quando necessário.
D83	Acredito que nada no mundo seja fácil, seja em relação a pessoa com necessidades especiais ou não, tudo depende de vontade em querer ajudar e melhorar determinada circunstância.
D84	Sim. Existem níveis de capacidades intelectuais diferentes e também deficiências que produzem limitações diferentes. Algumas com adaptações mais simples e outras nem tanto. Existe também o fato de algumas necessidades especiais já terem sido mais estudadas que outras gerando mais parâmetros para uma adaptação.
D85	Algumas deficiências necessitam de disponibilização de recursos que não são amplamente trabalhadas e “ensinadas”. É preciso se importar com a inclusão e o atendimento ao indivíduo que possui um grau diferente de deficiência, por isso a importância desse ensino nesse âmbito, cotas e de abordagens sobre a temática desde a formação pessoal visto que, somos todos iguais, mas a sociedade ainda não amadureceu esse fato, infelizmente. A partir daí, é que acontece a dificuldade

	em lidar com certas deficiências, exatamente pelo fato da sociedade não dar a devida atenção ao tema, é preciso incluir todos, independente do contexto.
D86	Não exatamente. Debater um tema frágil como a facilidade de inclusão é bem complicado, pois há tantas maneiras corretas de tratar necessidades educacionais, muitas delas inacessíveis a grande maioria das instituições. Outras que acabam por ser excludentes, como práticas para cegos com o uso de sons, o que para surdos que não possuam o aparelho grande parte é impraticável.
D87	Sim. Pois há deficiências que fazem com que o aluno não consiga interagir com o professor e colegas, ocasionando em uma dificuldade de inclusão.
D88	Eu acho que não necessariamente, mais fáceis, mas há diferenças entre dar aula para um deficiente visual e dar aula para um aluno com deficiência física, pois são desafios, necessidades diferentes que cada deficiência vai ter que torna elas menos, ou mais complicadas de lidar.
D89	Dependendo do assunto, creio que sim. Por exemplo na química, a deficiência visual, pode ser mais difícil de atender no ensino prático. Ou deficiência auditiva para a música, mas há/houve compositores com essa deficiência, o que também pode ocorrer em outros campos do saber.
D90	Acredito que o ensino de química para deficiências visuais seria um grande obstáculo, devido a necessidade da visão tanto na aprendizagem quanto na experimentação.
D91	Não, pois indiferente do caso o professor deve estudar e se preparar para atender. Classificar por nível de dificuldade as deficiências também é um tipo de exclusão.
D92	Sim, pois vai do conhecimento específico de cada professor, um tema que o professor tem maior conhecimentos e estudo será mais fácil pra ele de lidar do que uma necessidade que o professor não tem muito contato.
D93	Como o exemplo o caso do Ian, aluno com quem convivi ao longo do ensino fundamental II. Ele tinha déficit de atenção, era um tanto hiperativo mas ao mesmo tempo isolado. Tinha grande dificuldade na leitura de textos – ele pronunciava cada sílaba de cada palavra intensamente, quase com uma preensão em ler. As coisas assim permaneceram por anos. Não sei se ele recebeu alguma ajuda da escola ou fora dela, mas a sua situação, creio eu, se agravou de tal modo que, certo dia, percebemos que ele havia faltado às aulas por meses. Descobriu-se que ele estava no hospital, não tinha qualquer ânimo para voltar para a escola. O colégio nos fez escrever cartas para ele. Depois de um tempo, ele voltou, quieto como sempre. Depois daquele ano, nunca mais o vi. O caso do Ian expõe como a exclusão é algo da boca para fora: muitas vezes os problemas de um aluno com dificuldades especiais vão da escola à vida fora dela. O Ian precisava de uma conversa com os professores, com um psicólogo, com a família, com os colegas... E disso me parece que a escola muito se ausentou.
D94	Acredito que não haja muito espaço para comparações, pois cada um deve apresentar uma dificuldade específica e com pontos de relevância diferentes, sendo assim todas devem ser difíceis para um professor sem conhecimento prévio de como lidar.
D95	Cada necessidade exige algo específico de cada professor e cada aluno se comporta de uma maneira diferentes, o professor deve saber lidar com cada situação.
D96	Surdos, pois nem todos os professores são qualificados com ensino em libras.
D97	Dependendo do preparo do professor, creio que sim. Por exemplo, se um professor sabe libras, ensinar um aluno com deficiência auditiva será muito mais fácil do que ensinar outro com deficiência visual, porque ele já tem os meios para auxiliar aquele aluno. Entretanto, num geral, todas as deficiências possuem um grau de dificuldade no mesmo nível.
D98	Na minha opinião não existe as necessidades mais fáceis ou mais difíceis, cada uma tem os seus pontos que dificultam e seus pontos que facilitam seu trabalho, depende da matéria e da necessidade ao mesmo tempo.
D99	Acho que sim, como existem vários tipos de deficiência e vários graus dela eu acho que em certos tipos o professor de química deve ter mais dificuldade.
D100	Não, pois o conceito fácil ou difícil depende apenas dos estudos de técnicas para o ensino e aplicação desses métodos. Para um profissional qualificado qualquer

	necessidade especial será tratada com a mesma dificuldade. Se isso não ocorrer é necessário desenvolver novos métodos para o auxílio dessas pessoas.
D101	Sim, inclusive algumas deficiências possuem “níveis” de progresso dela e também a forma de como lidar com cada uma delas deve atender as necessidades de cada um para que tenha um ensino melhor.
D102	Acredito que todas tenham uma dificuldade mediana, mas nada que impossibilite a aula. Creio que só haveria dificuldade no caso de múltipla deficiência, como por exemplo: cegueira e surdez simultaneamente.

**APÊNDICE 6A -TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO INICIAL PARTE 3: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 1 – EDUCAÇÃO ESPECIAL**

ID	Evocação 1	Evocação 2	Evocação 3	Evocação 4	Evocação 5
N1	Cuidado	Calma	Carinho		
N2	Capacitação	Dedicação	Paciência		
N3	Inclusão	Preconceito	Necessidade		
N4	Adaptação	Inclusão	Reaprendizado	Humanização	Cuidado
N5	Saudável	Alegria	Inclusão		
N6	Libras	Braille	Aparelho auditivo	Lupa	Deficiência
N7	Braille	Libras	Júlio (primo)		
N8	Direito humano	Preconceito	Dificuldade		
N9	Síndrome	Paralíticos	Cuidado	Libras	
N10	Necessidade	Auxílio	Compreender		
N11	Centro de auxílio	Saúde ocupacional	Cuidado		
N12	Apoio	Especialista	Estudo		
N13	Acesso	Apoio	Inclusão		
N14	Desenho	Jogo	Ilustração		
N15	Especialização	Qualificação	Dificuldade		
N16	Inclusão	Felicidade	Harmonia		
N17	Amor	Inclusão	Solidariedade	Respeito	Amigos
N18	Exclusão	Julgamento	Individualidade		
N19	Deficiência	Necessidade Especial	Auxílio		
N20	Deficiência	Auxílio	Apoio		
N21	Inclusão	Necessidade	Acessibilidade		
N22	Pessoas	Deficiência	Educador		
N23	Inclusão	Libras	Necessidade		
N24	Deficiência	Sala	Professor		
N25	Professor	Libras	Braille	Tintas	Pinturas
N26	Metodologia de ensino adaptada	Espaços físicos acessíveis	Escolaprópria		
N27	Direito	Capacitação Acompanhamento	Alunos		
N28	Cego		Paciência		
N29	Deficiência	Dificuldade	Especial		
N30	Professores especializados	Adaptação	Preparação		
N31	Especificidade	Direito	Ajuda		
N32	Inclusão	Cuidado	Atenção		
N33	Formação	Material didático	Preconceito		
N34	Necessário	Acolhimento	Atenção		
N35	Inclusão	Adequação	Ensino		
N36	Escola	Alfabetização	Criançadiferente		

N37	Direito	Respeito	Cuidado	Inclusão	
N38	Inclusão	Desafio	Preparação		
N39	Sala de aula	Criança	Surdo		
N40	Autismo	Síndrome de Down	APAE		
N41	Necessidade	Aluno	Acompanham ento		
N42	Ensino	Adequação	Inclusão		
N43	Inclusão	Professor	Atraso	Dificuldade	
D44	Necessário	Importante	Desenvolvime nto		
D45	Acessibilidade	Sensibilidade	Respeito		
D46	Adaptação	Carinho	Compreensão		
D47	Educação diferenciada	Diferente	Necessidade		
D49	Superação	Realização	Diferença		
D50	Atender	Empatia	Capacitação de professores		
D51	Infraestrutura	Planejamento	Necessário		
D52	Didática	Especialização	Inclusão		
D53	Dificuldade	Valorização	Método		
D54	Calma	Atenção	Adaptação		
D55	Alteridade	Iniciativa	Acessibilidade	Mudança	
D56	Especialização	Precário	Profissionaliza ção		
D58	Déficit de Atenção	Empatia	Stephen Halking		
D59	Necessidade	Paciência	Resiliência		
D60	Suprir Necessidades	Adaptação	Direito		
D61	Paciência	Profissionalis mo	Empatia		
D62	Formação	Didática diferente	Amor		
D63	Sala de recurso	Tecnologia Assitiva	Formação de profissionais capacitados		
D64	Igualdade	Diversidade	Aprendizado		
D65	Ajudar	Estudo	Especializado	Necessidade	
D66	Estruturas Adaptadas	Cotas	Professores Preparados		
D67	Deficiência	Respeito	Infraestrutura		
D68	Autismo	Pessoa especial	Pessoas portadoras de necessidades especiais		
D69	Inclusão	Especialização	Dedicação		
D70	Dificuldade				
D71	Acessibilidade	Prioridade	Atenção		
D72	Cuidado	Atenção	Inclusão		
D73	Impopular	Importante	Aperfeiçoame nto		

D74	Inclusão	Lei	Obrigatório		
D75	Diferenciado	Sala_multidisci plinar	Ensino diferenciado		
D76	Necessidade	Respeito	Empatia		
D78	Respeito	Paciência	Igualitarismo		
D79	Diálogo	Inclusão	Atividades adaptáveis		
D80	Empatia	Difícil	Pensar	Cego	Surdo
D81	Necessidade	Sensibilidade	Segurança		
D83	Solidariedade	Diversidade	especificidade s		
D85	Identificação	Indispensável	Efetividade		
D86	Necessário	Diversificada	Inclusiva		
D87	Inclusão	Atenção	Empatia		
D88	Inclusão	Exclusão	Empatia	Respeito	
D89	Desafio	Inclusão	Coletividade		
D90	Necessidade	Qualificação	Preparo		
D92	Deficiência	Apoio	APAE		
D93	Especialização	Recurso	Atividade	Interesse	Naturalização
D94	Formação	Exclusividade	Questionável		
D95	Inclusão	Colaboração	Suprir	Compreender	
D96	Acolher	Entender	Dificuldade		
D97	Deficientes	Tratamento	Inclusão		
D98	Inclusão	Didática	Aplicativo		
D99	Educação	Profissional	Discente especial		
D100	Reestruturação	Necessidade	Igualdade		
D101	Tabu	Desigualdade	Exclusão		
D102	Estrutura	Necessidade	Estrutura		

**APÊNDICE 6B: TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO INICIAL PARTE 3: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 1 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

ID	Evocação 1	Evocação 2	Evocação 3	Evocação 4	Evocação 5
N1	Acolher	Igualdade	Solidariedade		
N2	Necessário	Escasso	Amor		
N3	Intérprete	Sala de apoio	Igualdade		
N4	Direitos humanos	Necessidade	Adaptação	Coletividade	Cidadania
N5	Necessário	Formação do inconsciente	Saúde mental		
N6	Ensino	Estabelecimento	Profissional capacitado		
N7	Ajudar	Programa para isso	Pessoas Deficientes		
N8	Exclusão	Medo	Aflição		
N9	Aprender	Preparo	Ensino	Inclusão	
N10	Oportunidade	Chance	Suporte		
N11	Adaptação de lugares públicos	Sistema de cotas	Deficiência		
N12	Respeito	Liberdade	Paciência		
N13	Todos	Democrático	Possibilidade		
N14	Dinâmicas	Teste	Integração		
N15	Direito	Vida	Inclusão		
N16	Amor	Caridade	Compreensão		
N17	Faculdade	Biblioteca UFPR	Conhecimento	Preconceito	
N18	Oportunidade	Interação	Convívio social		
N19	Igualdade	Oportunidade	Superar as diferenças		
N20	Inserir	Capacitação	Instrução		
N21	Sociedade	Classe Social	Auxílio		
N22	Sociedade	Participar	Classe social		
N23	Intérprete	Sala de apoio multifuncional	Empatia		
N24	Debate	Acesso	Igualdade		
N25	Deficiência	Professor	Enilda (tia)	Marina (cunhada)	
N26	Docentes preparados	Práticas governamentais	Material didático e específico		
N27	Didática	Ética	Escola	Aluno	Direito
N28	Adaptação	Projeto	Necessidade		
N29	Direito	Preconceito	Necessidade		
N30	Conscientização	Entendimento	Atenção		
N31	Ajuda	Dever	Sociedade		
N32	Aceitação	Igualdade	Direito		
N33	Libras	Braille	Acessibilidade		
N34	Igualdade	Direito	Dever		
N35	Adaptações	Preparação	Treinamento		
N36	Inclusão	Aceitação	Aprendizado		
N37	Conscientização	Instrução	Respeito	Necessário	



N38	Necessário	Didática	Paciência	Dedicação	
N39	Gentileza	Incluir	Somar		
N40	APAE	Escola_especial			
N41	Sociedade	Informação	Aprendizado		
N42	Treinamento	Preparação	Adaptação		
N43	Atenção	Engajamento	Profissão	Ensino	
D44	Transformação	Desafio	Direito		
D45	Integração	Necessidade	Bem_estar_da_minoria		
D46	Desenvolver	Tecnologia	Abranger		
D47	Necessidades Diferentes	Educação_igual			
D49	Educação	Capacitação	Necessidade		
D50	Necessidade	Grupo	Ferramenta		
D51	Oportunidade	Dedicação	Tempo		
D52	Empatia	Necessidade	Especialização		
D53	Respeito	Recurso	Envolver		
D54	Adaptação	Recurso_Diferenciado			
D55	Atividade	Cuidado	Brincadeira		
D56	Oportunidade	Visibilidade	Direito		
D58	Autismo	Surdez	Cegueira		
D59	Participação	Cooperação	Solidariedade	Direito	
D60	Suprir_Necessidade	Preparo	Direito	dever do estado	
D61	Simpatia	Conhecimento	Essencial		
D62	Especialização	Investimento	Profissional		
D63	Libras	Braille	Acessibilidade		
D64	Direito	Dever	Solidariedade		
D65	Ajudar	Apoiar	Treinar	denúncia	
D67	Minorias	Respeito	Diferença		
D68	Para todos	Sem Preconceito	Acessível		
D69	Profissionalizante	Falta	Importante		
D70	Equalidade	Integração			
D71	Orientação	Aprendizagem	Consciência		
D72	Acolhimento	Libras	Braille		
D73	Capacitação	Respeito	Diversidade		
D74	Necessidade	Direito	Participação		
D75	Sala_de_recurso	Professor_especializado	Aluno_com_NEE		
D76	Importante	Restrito	Faltosa		
D78	Obrigação	Necessidade	Paciência		
D79	Adaptação	Novo_hábito	Interação	Integração	
D80	Professor	Empencilho	Especialista		
D81	Igualdade	Oportunidade	Cooperatividade	Diversidade	
D83	Minorias	Diversidade	Oportunidade		
D85	Oportunidade	Justiça	Reconhecer		
D86	Essencial	Humano	Agregar		

D87	Amor	Comunicação	Assistência	Aula_dinâmica	
D88	Direito	Convivência	Amizade		
D89	Aula	Professor	Colega		
D90	Atenção	Apoiar	Integração		
D92	Ajudar	Apoiar	Integração		
D93	Adaptação	Criatividade	Diálogo	Compreensão	Preocupação
D94	Professor	Escola	Preparo	Acessibilidade	
D95	Ensino	Auxílio	Possibilidade		
D96	Ensino	Agregar	Mostrar		
D97	Necessidade	Urgência	Importante		
D98	Método	Auxílio	Aplicativo		
D99	Sala de Aula	Inclusão	Colega		
D100	Acompanhamento	Ajudar	Oportunidade		
D101	Estudo	Luta	Preconceito		
D102	Falta	Necessário	Estrutura		

**APÊNDICE 7A: TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO FINAL: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL**

ID	Evocação 1	Evocação 2	Evocação 3	Evocação 4	Evocação 5
N1	Adaptação	Cuidado	Calma	Profissionalismo	Paciência
N2	Inclusão	Capacitação	Dedicação	Amor	Paciência
N3	Igualdade	Professor capacitado	Material adaptado	Intérprete	Diversidade
N4	Cuidado	Adaptação	Compreensão	Acessibilidade	Respeito
N5	Educação inclusiva	Treinamento de professores	Criatividade nos exercícios	Paciência	Compreensão com os pais dos alunos
N8	Inclusão	Diversidade	Empatia		
N9	Característica Público Alvo da EE	Inclusão	Auxílio	Profissionalismo	
N10	Carinho	Respeito	Paz	Liberdade	
N12	Paciência	Compaixão	Humano	Direito	Conscientização
N13	Direito	Adaptação	Metodologia	Acessibilidade	Eficiência
N17	Paciência	Empenho	Acessibilidade	Atitude	Amor
N18	Excluir	Separação	Reparo rápido	Ineficiência	Sem compreensão
N19	Ensinar	Acessibilidade	Exclusão	Compreensão	Coletivo
N21	Adaptação	Acessibilidade	Recurso	Inclusão	Superação
N22	Acesso	Inclusão	Criatividade	Boa vontade	Obrigatoriedade
N23	Sala de Recurso	Libras	Braille	Intérprete	Especialização
N24	Adaptação	Direito	Acesso	Igualdade	Necessidade
N25	Libras	Característica Público Alvo da EE	PCD	Professor	Sala de aula
N26	Deficiência	Falsa igualdade	Segregação		
N27	Legislação	Inclusão	Criatividade	Educação	Deficiência
N28	Inclusão	Igualdade	Especificidade	Conformidade	Grupo
N29	Recurso	Atenção	Conhecimento	Dedicação	Esforço
N31	Atenção	Diagnóstico	Preparo	Diferença	Excelência
N32	Direito	Igualdade	Desenvolvimento	Inteligência	Aceitação
N33	Recurso	Didática	Conhecimento	Inclusão	Direito
N34	Capacitação	Infraestrutura	Criatividade	Limite	Equipamento
N35	Inclusão	Adaptação	Acessibilidade	Aprender	Justiça
N36	Professor capacitado	Adaptação	Falar	Olhando para todos	Ter carinho com Deficiências
N38	Característica Público Alvo da EE	Característica Público Alvo da EE	Inclusão	Necessidade	Criatividade
N39	Metodologia	Orientação	Avaliação	Sala de recurso	Grupo

N40	Segregação	Sala de recurso	Recurso	Habilidade	
N41	Incentivo	Característica Público Alvo da EE	Necessidade	Libras	Material
N42	Ajudar	Esforço	Empenho	Comunidade	União
N103	Inclusão	Especial	Social	Acessibilidade	Possibilidade
N104	Professor diferenciado	Família incluída	Escola acolhedora	Quebrar barreiras paradigmas	Preparo da comunidade
N105	Capacitação	Metodologia	Didática	Matéria	Produção
N106	Sala de recurso	Formação especializada	Superdotação	Característica Público Alvo da EE	Inclusão
N107	Ensinar	Adaptação	Interagir	Empatia	Paciência
D44	Atenção	Deficiência	Auxílio	Diferença	Divisão
D45	Inclusão	Empatia	Acessibilidade		
D46	Facilitador	Adaptação	Especificidade	Sentido	Maquete
D47	Integração	Diferente	Separação	Segregação	
D48	Necessidade	Especificidade	Inclusão	Formação	Dificuldade
D50	Direito	Acesso	Informação	Investimento	Acolher
D51	Necessário	Auxílio	Adaptação	Capacidade	Atenção
D52	Superação	Persistência	Motivação	Comprometimento	Obrigaçã
D54	Dedicação	Empatia	Auxílio		
D55	Assistência	Comprometimento	Dificuldade	Negligência	Acessibilidade
D56	Oportunidade	Desenvolvimento	Motivação		
D57	Necessidade	Adaptação	Juntar Diferença	Superação	Inclusão
D58	Superação	Adaptação	Dificuldade	Laboratório	Característica Público Alvo da EE
D59	Força	Apoio	Dificuldade	Diversidade	Oportunidade
D60	Inclusão	Integração escola família	Sala de Recurso	Autonomia curricular	Equidade
D65	Necessidade	Dificuldade	Inclusão	Superação	Apoio
D67	Variedade	Exploração	Metodologia	Capacidade	Cuidado
D68	Libras	Metodologia	Inovação		
D69	Adaptação	Inclusão	Currículo extra	Inovação	
D70	Inclusão	Acessibilidade	Integração	Atenção	Ajudar
D71	Acompanhar	Inclusão	Acessibilidade	Instrução pedagógica	
D74	Segregação	Sala preparada	Preconceito	Exclusão	Diferença
D76	Necessário	Inclusão	Importante	Respeito	Diversidade
D79	Diversidade	Dificuldade	Não fugir da dificuldade	Inclusão	
D81	Preparação	Inovação	Ferramenta	Auxílio	Diálogo
D82	Adaptação	Inclusão	Respeito	Acesso	
D85	Direito	Inovação	Recurso	Adaptação	Oportunidade

D86	Necessário	Essencial	Importante	Obrigatório	Valorizado
D91	Equidade	Oportunidade	Apoio		
D92	Apoio	Exclusão	Dificuldade	Necessidade	Acolher
D93	Complementação	Contraturno	Mutualismo	Superdotação	Ampliação
D94	Acesso	Necessário	Atenção	Cuidado	
D95	Inclusão	Auxílio	Inovação	Criatividade	
D96	Necessidade	Adaptação	Orgulho	Força	Persistência
D98	Necessidade	Igualdade	Auxílio	Aprendizado	Respeito
D101	Deficiência	Inclusão	Diferente	Interesse	Aprimoramento
D102	CMEI	Falta	Compreensão	Dificuldade	Necessidade
D108	Respeito	Variedade	Aplicação	Conhecimento	Acolher
D109	Adaptação	Altas habilidades	Aprimoramento do saber	Espaço físico adequado	Inclusão

**APÊNDICE 7B: TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO FINAL: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

ID	Evocação 1	Evocação 2	Evocação 3	Evocação 4	Evocação 5
N1	Igualdade	Acolher	Respeito	Bondade	Mudança
N2	Acessibilidade	Empatia	Criatividade		
N3	Sala de recurso	Adaptação	Acessibilidade	Integrar	Desafio
N4	Reestruturação	Urgente	Necessidade	Aprendizado	Desacelerar
N5	Rampas para alunos deficientes	Materiais didáticos especiais	Aulas mais voltadas a eles		
N8	Conhecimento	Esforço	Determinação	Empatia	
N9	Ensinar adequadamente	Metodologia	Acessibilidade	Estrutura	Comprometimento
N10	Oportunidade	Chance	Discussão	Grupo	
N12	Igualdade	Respeito	Direto	Oportunidade	Empatia
N13	Equidade	Juntos	Comunidade	Liberdade	
N17	Amor	Materiais didáticos especiais	Dedicação	Reconhecimento	Criatividade
N18	Inclusiva	Evolução	Acolher	Justiça	
N19	Criatividade	Equidade	Inclusão	Adaptar a forma de ensinar	
N21	Respeito	Igualdade	Informação	Capacitação	Direito
N22	Participação	Inclusão social	Direto	Avanço	Aprender
N23	Acessibilidade	Empatia	Diversidade	Excepcionalidades	Respeito
N24	Igualdade	Inclusão social	Oportunidade	Conscientização	
N25	Moldes de madeira	Sala com alunos	Cadeirante em sala	Placas de informativo	
N26	Equidade	Democrático	Justa	Especialização	
N27	Inclusão	Ensino	Acessibilidade	Compreensão	Equidade
N28	Oportunidade	Interação	Convivência	Acessibilidade	Diferença
N29	Respeito	Empatia	Acolher	Apoio	
N31	Criatividade	Carinho	Capricho	Necessário	Acessível
N32	Inclusão	Diversidade	Acessibilidade	Aprender	
N33	Formação	Direito	Respeito	Dedicação	Colaboração
N34	Igualdade	Juntos	Específico	Adaptação	Ensino
N35	Socialização	Inovação	Ajudar	Igualdade	Respeito
N36	Atividades especiais	Livros Adaptados	Vídeo aulas	Adaptação de espaço físico	Desenvolvimento de materiais
N38	Desafio	Persistência	Paciência	Criatividade	Humanidade
N39	Material didático	Legislação	Escolas preparadas	Qualificação	Atenção
N40	Adaptação	Compartilhamento	Empatia	Aproveitamento	Sociedade
N41	Deficiência	Diversidade	Especialização	Sala	Acesso

N42	Acessibilidade	Grupo	Desenvolvimento	Criação	Inovação
N43	Diferença	Acessibilidade	Força de vontade	Necessidade	Humanidade
N103	Acessibilidade	Oportunidade	Para todos	Respeito	Igualdade
N104	Vontade	Dedicação	Persistência	União família mais escola	
N105	Integração	Preconceito	Exclusão	Oportunidade	Estrutura
N106	Acessibilidade	Recursos multissensoriais	Tecnologia assistiva	Comunicação	Adaptação
N107	Metodologia diferenciada	Igualdade	Adaptação do ensino	Sem preconceito	Metodologia diferenciada
D44	Inclusão	Adaptação	Acolher	Igualdade	
D45	Acessibilidade	Necessidade	Modificação no ensino		
D46	Inclusão	Autonomia	Sociedade	Compreensão	Motivação
D47	Inclusão	Igualdade	Ajudar	Independência	
D48	Diversidade	Essencial	Superação		Equidade
D50	Aperfeiçoamento	Metodologia	Empatia	Desenvolvimento	Especialização
D51	Oportunidade	Igualdade	Ajuste	Desenvolvimento	Adaptação
D52	Conscientização	Mobilidade	União	Comprometimento	Empatia
D54	Apoio	Tudo se torna possível	Ajudar a todos		
D55	Maquetes	Computadores	Contraturno	Professor	Difícil
D56	Direito	Diversidade	Independência	Profissionalização	
D57	Desafio	Elos	Convivência	Criatividade	Oportunidade
D58	Oportunidade	Característica Público Alvo da EE	Dificuldade	Preconceito	Desigualdade
D59	Atitude	Reciprocidade	Diferenças	Colaboração	
D60	Inclusão atitudinal	Inclusão física	Inclusão curricular	Integração	Autonomia
D65	Amor	Amizade	Ajudar	Desafio	Transformação
D67	Inclusão	Deficiência	Igualdade	Variedade	Educação
D68	Acessibilidade	Interdisciplinar	Multissensorial	Atitudinal	Acessibilidade cultural
D69	Necessidade	Possível	Oportunidade	Criatividade	Cooperação
D70	Equalidade	Participação	Necessidade	Progresso	
D71	Inclusão	Possibilidades	Empatia	Desenvolvimento	
D74	Inclusão	Acessibilidade	Igualdade	Sala de recurso	Necessidade
D76	Igualdade	Reciprocidade	Aprendizado social	Convivência	Importante
D79	Adaptação	Superação	Investimento	Percepção	
D81	Oportunidade	Integração	Acesso	Possibilidade	Inovação
D82	Adaptação	Igualdade	Justiça	Desconstrução	



D85	Multifuncionali dade	Reconhecimen to	Indispensável		
D86	Necessário	Essencial	Importantíssi ma	Obrigatório	Valorizado
D91	Diferença	Igualdade	Pluralidade		
D92	Acolher	Ajudar	Deficiência	Igualdade	Apoio
D93	Adaptação	Integração	Participação	Compreensão	Equipamento
D94	Igualdade	Independência	Liberdade	Escolha	Metodologia
D95	Participação	Empatia	Cooperação	Participação	
D96	Empatia	Cooperação	Oportunidade	Criatividade	Participação
D98	Igualdade	Justiça	Aproximação	Necessidade	
D101	Objetivo	Respeito	Amizade	Convivência	Solidariedade
D102	Adaptação	Aceitação	Compreensão	Dificuldade	Falta
D108	Consideração	Oportunidade	Acessibilidade	Auxílio	Comprometim ento
D109	Metodologia diferenciada	Acessibilidade	Aulas diferenciadas	Igualdade de direitos	Melhores oportunidades

## APÊNDICE 8: LEMATIZAÇÃO/DICIONÁRIO DAS PALAVRAS EVOCADAS DOS TERMOS EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Palavra Evocada	Novo Correspondente
Abranger	Abrangência
Abrir portas	Oportunidade
Acessível	Acessibilidade
Acolher	Acolhimento
Acompanhar	Acompanhamento
Agregadora	Agregar
Ajuda	Ajudar
Amor pelo próximo	Empatia
Aprender	Aprendizagem
Autismo	Característica do Público Alvo da EE
Cegueira	
Surdez	
Coletividade	Coletivo
Compreender	Compreensão
Cooperatividade	Cooperação
Deficientes	Deficiência
Desenvolver	Desenvolvimento
Diferenciado	Diferente
Dinâmicas	Dinâmica
Diversificada	Diversificado
Educador	Professor
Ensinar	Ensino
Entender	Entendimento
Envolver	Envolvimento
Faltosa	Falta
Humano	Humanidade
Humanista	
Igual	Igualdade
Igualitarismo	
Importantíssima	Importante
Inclusão curricular	Inclusão
Inclusão social	
Inclusão social	
Inclusiva	Inclusivo
Integrar	Integração

Interagir	Interação
Justa	Justo
Métodos	Metodologia
Necessária	Necessário
Necessidades Diferentes	Necessidade diferente
Obrigação/obligatoriedade	Obrigatório
Oportunidades	Oportunidade
Paralético	Característica do Público Alvo da EE
Participar	Participação
Pensar no próximo	Empatia
Preparo/preparado	Preparação
Professores	Professor
Profissionalismo	Especialista
Profissionalização	Capacitação
Reconhecer	Reconhecimento
Respeitar	Respeito
Saber como ensinar	Metodologia_diferenciada
sala de recurso multifuncional	Sala de recurso
Sala de apoio multifuncional	
Sala de apoio	
Salas específicas	
Se colocar no lugar	Empatia
Síndrome	Característica do Publico Alvo da EE
Síndrome de Down	
Surdez	
Técnicas	Metodologia
Urgência	Urgente
Valorizado	Valorização
Stephem halking	PCD
Pessoa cega	
Pessoas deficientes	
Julio	
Marina (cunhada)	
Enilda (tia)	
Adaptações	Adaptação
adaptado	
adaptabilidade	
adaptar	

Adaptável	
Formação de profissionais capacitados	Capacitação_de_Professores
Professores Preparados	
Professor_capacitado	
Professor_especializado	
Professor_diferenciado	
Formação_especializada	
Treinamento_de_professores	
Docentes_preparados	
Professores Preparados	

**APÊNDICE 9A: QUADRO DE FREQUÊNCIA TOTAL E OME: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS EDUCAÇÃO ESPECIAL 1**

<b>Associação Livre 'Educação Especial' 1</b>		
<b>Palavra Evocada</b>	<b>Frequência Total</b>	<b>OME</b>
Acessibilidade	4	2
Acessibilidade Metodológica	5	2
Adaptação	5	1,8
Apoio	5	2,4
Atenção	6	2,5
Auxílio	3	2,3
Braille	3	2
Capacitação	3	3
Capacitação de professores	3	3
Característica Público Alvo da EE	5	1,4
Compreensão	3	3,3
Cuidado	7	2,6
Deficiência	9	1,6
Dificuldade	6	2,7
Direito	5	1,6
Empatia	8	2,8
Especialização	5	1,4
Exclusão	3	2
Formação	3	1
Igualdade	3	2,3
Inclusão	26	1,8
Libras	5	2,2
Necessário	4	1,5
Necessidade	13	1,9
Paciência	5	2,2
Preconceito	3	2,3
Preparação	3	3
Professor	4	2,2
Respeito	6	2,3

# **APÊNDICE 9B: QUADRO DE FREQUÊNCIA TOTAL E OME: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS EDUCAÇÃO INCLUSIVA 1**

<b>Associação Livre 'Educação Inclusiva' 1</b>		
<b>Palavra Evocada</b>	<b>Frequência Total</b>	<b>OME</b>
Acessibilidade	4	3,2
Adaptação	7	1,6
Ajudar	5	1,2
Amor	3	1,7
Apoiar	3	2
Aprendizagem	4	2,2
Atenção	3	1,7
Auxílio	3	2,3
Braille	3	2,3
Capacitação	3	1,7
Capacitação de Professores	3	2
Característica Público Alvo da EE	3	2
Dever	3	2,3
Direito	13	2,3
Diversidade	3	3
Ensino	5	2
Falta	3	2
Igualdade	7	1,9
Importante	3	2,3
Inclusão	5	2,4
Integração	6	2,7
Libras	3	1,3
Necessário	5	1,8
Necessidade	10	2
Oportunidade	9	1,7
Paciência	3	3
Participação	3	2
PCD	3	3,3
Preconceito	3	3
Preparação	5	2,2
Professor	4	1,5
Respeito	5	1,8
Sala de recurso	3	1,7
Sociedade	4	1,5
Solidariedade	3	3

## APÊNDICE 10A: QUADRO DE FREQUÊNCIA TOTAL E OME: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS EDUCAÇÃO ESPECIAL 2

Associação Livre 'Educação Especial' 2		
Palavra Evocada	Frequência Total	OME
Acessibilidade	11	3,2
Acessibilidade Arquitetônica	3	2,7
Acesso	5	2,2
Adaptação	17	1,8
Apoio	4	2,8
Atenção	6	2,7
Auxílio	7	2,9
Capacitação de Professores	5	1,6
Característica Público Alvo da EE	7	2,4
Criatividade	5	3,6
Cuidado	4	3
Deficiência	4	2,2
Dificuldade	8	3,1
Direito	7	2,1
Diversidade	5	3,4
Empatia	4	2,8
Igualdade	5	2,2
Inclusão	26	2,3
Inovação	5	2,8
Libras	4	2
Metodologia	5	2,2
Necessário	4	1,2
Necessidade	10	2,6
Oportunidade	4	3,2
Paciência	6	3,5
Recurso	5	2,2
Respeito	6	3,3
Sala de Recurso	5	2,2
Segregação	4	2,2
Superação	5	3



**APÊNDICE 10B: QUADRO DE FREQUÊNCIA TOTAL E OME: ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS EDUCAÇÃO INCLUSIVA 2**

<b>Associação Livre 'Educação Inclusiva' 2</b>		
Palavra Evocada	Frequência Total	OME
Acessibilidade	16	2
Acessibilidade Arquitetônica	5	2,8
Acessibilidade Metodológica	12	2,6
Acolhimento	5	2,4
Adaptação	10	2,3
Ajudar	5	2,8
Compreensão	4	3,8
Convivência	4	3,5
Criatividade	8	3,2
Desafio	4	2,8
Desenvolvimento	4	3,8
Diferença	4	2,5
Direito	5	2,8
Diversidade	5	2
Empatia	11	2,9
Equidade	5	2,6
Igualdade	19	2,2
Inclusão	12	1,5
Integração	5	2,6
Material Didático	6	2,3
Necessidade	7	3,1
Oportunidade	13	2,4
Participação	6	2,7
Respeito	9	2,9

## APÊNDICE 11: TRANSCRIÇÃO QUESTIONÁRIO FINAL: EDUCAÇÃO ESPECIAL/ INCLUSIVA

ID	Questão 1 – Na disciplina de Seminários em educação em química, foram discutidos vários aspectos sobre deficiência e educação especial/inclusiva. Você poderia dizer agora que a disciplina foi finalizada, qual a sua nova forma de compreender esses aspectos relacionados a essas temáticas? Descreva sua nova visão sobre a deficiência, sobre a educação especial e sobre a educação inclusiva.
N1	Quando penso nesses tópicos me vem à mente: “respeito” e “igualdade”. A educação aos alunos com necessidades especiais/deficiências, já é uma realidade, não tão presente assim (em grande escala) na nossa sociedade, mas ainda sim. Tanto a inclusiva, quanto a separada, são extremamente necessários para o crescimento desses alunos, para que possam moldar suas escolhas, e para se tornarem “um” dentre a sociedade como um todo
N2	A deficiência é um aspecto um tanto quanto comum em nossa sociedade, porém, ainda sim negligenciada. Através da educação inclusiva, pessoas com deficiência ganham uma oportunidade de educação e formação adequadas, onde, através de metodologias desenvolvidas e aplicadas por professores especializados adquirem uma maior facilidade a compreensão e aprendizado de diversos conteúdos essenciais para tanto uma formação acadêmica, como social do aluno. Sem a dedicação e luta de diversos educadores que se especializam e trabalham na área, nada disso seria possível, pois portadores de deficiência, continuariam (abandonados), tendo que muitas vezes frequentar instituições de ensino regulares, assistindo aulas feitas para pessoas sem qualquer tipo de deficiência, havendo um enorme desequilíbrio e muitas vezes desinteresse dos próprios docentes por compreender e ajudar aquele aluno
N3	Através dos seminários, pude perceber que a deficiência é um assunto que deve ser abordado e discutido mais, que a deficiência é um tema de extrema importância para a sociedade. A educação especial e a educação inclusiva, devem caminhar juntas, pois para os deficientes é de extrema importância que tenham um ensino direcionado e adaptado de acordo com as suas respectivas necessidades. Mas também não deve se esquecer da educação inclusiva, que faz com que todos os alunos interajam um com os outros e tenham a mesma oportunidade de ensino, lazer e contato com todos da escola.
N4	Quando não temos convivência com certas dificuldades enfrentadas por pessoas, parece que não existem essas dificuldades. Era essa minha situação sobre esse tema antes dessa matéria. Como, apesar da minha irmã ter perca auditiva e utilizar aparelhos auditivos, não apresentou nenhuma grande dificuldade de aprendizado, nunca havia pensado sobre os temas apresentados. Em uma das últimas palestras que tivemos nos foi apresentado o número de 1 bilhão de pessoas com deficiência, isso a nível global. Esse número me chocou, apesar de englobar todo tipo de deficiência, é um número muito absurdo de pessoas para serem deixadas de lado. Todos nós como seres humanos, temos o direito de estudar e trabalhar. Nem que não chegamos ao pós-doutorado e/ou a CEO de uma empresa, mas, não se deve excluir e desmerecer e não adaptar as salas de aulas, materiais didáticos, e metodologia, para atender todas as pessoas. Todos têm o direito.
N5	Minha nova visão em relação às temáticas mudou muito, agregou grandemente à minha visão atual, sobre deficiência. Posso dizer que como futura educadora devo ajudar meus alunos em várias questões, caso a escola tenha algum aluno com deficiência, podemos ajuda-lo em sala de aula com exercícios diferenciados, para que ele possa aprender igualmente como os outros. Sobre a educação especial, aprendi que o aluno pode sim estudar em uma escola pública regular, antes dos seminários eu achava que a educação especial só era dado em escolas particulares, essa informação me deixou muito mais curiosa, para aprender mais sobre essa educação. Já a educação inclusiva, posso citar acima, devemos incluir nossos alunos à educação

	básica de qualidade, incluindo os mesmos na sala de aula, agregando à eles maior qualidade e disposição educacional.
N9	Hoje eu tenho uma opinião mais ampla e melhorada, tanto sobre deficiência, quanto em educação especial/inclusiva, pois esses aspectos eram abordados de forma mais aprofundada do que os conhecimentos que eu obtinha até a disciplina. Conheço mais deficiências e mais sobre elas, assim de certa forma posso lidar melhor se tiver aluno que necessite de um atendimento especializado. Vejo que contribuiu para a minha formação acadêmica e pessoal, tendo em vista que agora tenho procurado conhecimento para me tornar um profissional melhor. Uma pessoa com deficiência, não uma pessoa ruim que deve ser excluída da sociedade, mas uma pessoa com características diferentes, que deve receber um auxílio para ser incluída como um igual, pois a sociedade foi feita para pessoas “normais” e falta acessibilidade para abranger essas pessoas deficientes, levando em conta o foco na educação, nem toda escola possui uma rampa para um cadeirante, nem todo professor sabe como lecionar para um cego. Entrei nesse curso, pelo desejo de ser professor, e esta disciplina me fez ter essa visão que tem muita falta de profissionais em educação especial na área de química e me interessou me aperfeiçoar para ter esse conhecimento.
N10	Acredito que aprendi muito nessa disciplina, principalmente com o responsável e criativo o professor que trabalha com inclusão na sala de aula deve manter no seu dia-a-dia. Esse profissional deve preparar um material específico, pensar em maneiras alternativas de como abordar o conteúdo para diferentes tipos de alunos, independente se possuir <del>(tiver)</del> qualquer tipo de dificuldade, seja ela física ou mental. Aprendi que deficiência é um impeditivo sim, mas a partir da educação inclusiva o aluno pode e merece uma chance de aprender, como qualquer outro. E a educação especial, serve como uma porta de entrada para que a educação inclusiva possa se concretizar.
N12	O termo “deficiente” não deve ser atribuído a uma classe de indivíduos, por que afinal, quem é deficiente no sentido de não atender a todos no propósito para qual foi criado, é o ambiente. As aulas contribuíram para essa visão com os convidados que mostraram que, independentemente das limitações que alguém pode ter, essas pessoas, são acima de tudo cidadãos e não podem ter seus direitos mais básicos (como o acesso à educação) retirados simplesmente porque as pessoas sem limitações físicas ou mentais não sabem como se adequar a elas ou julgaram que elas não valiam o esforço. Portanto educação inclusiva é aquela assistida por profissionais e ambientes preparados para garantir o direito da educação a todos independentemente das limitações individuais e asseguras as mesmas oportunidades para os alunos de forma geral, sem discriminações.
N13	Foi de uma importância primordial estar cursando essa disciplina, pois vi que muitos aspectos relacionados ao tema educação especial e inclusiva era mais de senso comum e de pouco estudo. A inclusão foi algo que aprendi e “quebrei” alguns paradigmas que eu tinha em relação as dificuldades do professor vivenciar isto no seu dia-a-dia. Hoje vejo que a deficiência não é algo que diferencia as pessoas, mas que as qualificam, que as tornam aptas a desempenharem todas atividades, desde que o ambiente seja acessível e inclusivo.
N14	De acordo com tudo que trabalhamos em sala de aula, mostrou uma forma de compreender e como me portar quando me deparar com um aluno deficiente, sendo que de que forma incluir este aluno e não simplesmente dar nota. Existem várias pessoas com determinado “tipo” de deficiência e para deficiência o professor deve se adaptar, fazendo demonstrações em 3D interagindo com o aluno, explicando o conteúdo de várias formas. A maneira de como se adaptar na sala de aula, será bom, tanto para o aluno com necessidade especial, quanto para seus colegas, que irão compreender melhor o conteúdo, por estar sendo explicado de diversas formas.
N15	Antes eu não imaginava como era importante incluir as pessoas normais no mundo de um deficiente, porque não pensamos nas dificuldades que eles têm no dia-a-dia tendo isso incluir o aluno a classe e a classe no entendimento

	é muito importante. Também há grande necessidade em preparar materiais especiais para ensinar de fato e não que ele tenha este contato nas aulas de apoio é preciso realmente ensinar e não empurrar.
N17	Todos os seminários foram de grande aquisição, trouxeram mais conhecimento e tiraram muitas dúvidas. Hoje saberei lidar e preparar uma aula que inclui-se a todos, tanto alunos com deficiência auditiva, visual, transtornos sei que cada tipo de aluno, é diferente um do outro e terei que ter força de vontade, amor, paciência e muita criatividade na hora que em entrar em sala de aula, o seminários serviram para dar uma base do que podemos encontrar em sala de aula e de como devemos agir diante desse grande desafio.
N18	Antes da matéria, admito que nunca tinha parado para pensar em como é ter um aluno com deficiência, mas com todos os seminários ocorridos, vi a importância da inclusão na educação. Educar vai para além da matéria a ser ensinada, ela depende também da inclusão para que o conteúdo chegue a esse aluno e tenha total compreensão. Isto é possível através das tecnologias, brailles, criatividade em criar materiais de relevo, auditivo entre outros, para que a inclusão. O método da educação especial por sua vez, não é melhor que o inclusivo, pois acaba segregando esses indivíduos do resto da população e pode acabar ocasionando problemas sociais onde a pessoa não sabe viver em sociedade. Porém a educação especial ainda é melhor que nada.
N19	No começo do curso eu tinha conhecimento da diferença entre educação especial e inclusiva. Agora que sei os conceitos entende que a educação especial é bastante “exclusiva” pois, não há a inclusão de deficiente em uma turma de ensino regular, diferentemente da educação inclusiva. Também os deficientes não devem ser vistos como alguém que não consegue fazer nada sozinho, eles são independentes, dentre de suas particularidades.
N20	Me recordo que durante o ensino médio, no colégio em que eu estudava, eu já tinha me deparado com elementos referentes a acessibilidade da educação/inclusiva de forma imediata, sem muita reflexão. Me deparava no cotidiano escolar com diferentes alunos detentores de alguma deficiência ou necessitando do atendimento especial e inclusivo, compunham com demais alunos o corpo de estudante do colégio. Com a disciplina de Seminários de educação em Química, despertei minha atenção a necessidade de reflexão sobre as temáticas desta natureza, afinal estes tópicos compõem hoje um importante aspecto do universo escolar. Os palestrantes-profissionais da área com atuação em escolas direcionaram e orientaram as reflexões a serem feitas sobre este campo. Mostraram-nos com deficientes podem ser incorporados durante a lecionação adequando os recursos necessários à altura de suas capacidades. Discutiram conosco as especificidades de cada caso de deficiência e eventos envolvendo alunos dependentes da acessibilidade do ensino em educação especial e inclusiva. Enfim, hoje compreendo com mais propriedade esse campo do universo escolar e tenho conhecimento de como interferir construtivamente na atuação como professor.
N21	Um ponto que foi bastante discutido nos seminários, independente do assunto abordado, foi a inclusão. Apesar de escolas terem alunos portadores de alguma deficiência, muitas vezes elas não possuem os recursos necessários para que o aluno tenha total aproveitamento e compreensão do conteúdo. Essa despreocupação com o entendimento do aluno com alguma necessidade especial, faz com que esses alunos sejam aprovados sem ter o mínimo de conhecimento da matéria que foi aplicada. Esses alunos acabam tendo problemas para ingressar em uma universidade pois não possuem a bagagem necessária para realizar um vestibular por exemplo.
N22	Acredito que os seminários em geral puderam agregar de uma boa forma a perspectiva devida dos licenciandos. Sobre deficiência pude observar que tivemos uma grande melhoria para acessibilidade a essas pessoas, como por exemplo museus adequados a cada tipo de deficiência (pouco deles), e também a sala especial em escolas (um ponto que eu não tinha

	conhecimento). Em questão a educação especial e inclusiva, observei que existem profissionais que se importam em incluir alunos “especiais” (com qualquer tipo de deficiência), achei muito interessante a forma que eles se dedicam a trazer igualdade a turma. Esses temas deveriam ser abordados com mais frequência pela sociedade, pois se trata da realidade de muitos.
N23	Ao final da disciplina pude compreender a importância do professor em relação à alunos com necessidades especiais, desde o reconhecimento de tais deficiências até a elaboração de materiais que visem a ajudar os alunos a compreender e aprender sobre o que está sendo trabalhado em sala de aula, além de contribuir para que os mesmos estejam aptos para enfrentar o mundo, pois esse é o objeto da inclusão, formar cidadãos para o mundo, e com isso semear resiliência, a empatia, o ajudar o próximo e acima de tudo o respeito as diferenças, e para que cada semente seja plantada é necessário que o professor esteja preparado para enfrentar tais desafios, disposto a se dedicar a aprender além de ensinar uma vez eu quando não se está disposto a abrir mão de vários tabus impostos pela própria sociedade, o professor não consegue pôr em prática aquilo que deseja, e para aqueles que trabalham com a educação especial, tal fato ainda é mais complicado, mas não impossível.
N25	No começo, quando eu tinha acabando de entrar como caloura, eu tinha uma visão muito fechada para as coisas, muitas vezes até tinha preconceito com determinadas situações, porém felizmente, depois de palestras sobre inclusão, sobre diversas deficiências, eu pude perceber que precisamos parar para pensar um pouco antes de olharmos as pessoas, termos mais consciência de nossos atos e realmente nos termos empatia pelas pessoas. Também não posso desconsiderar a questão de racismo também, que nos fez parar com tais brincadeiras a comentários que achamos engraçados. Minha visão e conceito, em questão de educação especial e inclusiva, eu sempre reconheci que é algo excepcional, que faz a extrema diferença na vida de pessoas como nós, porém com determinadas dificuldades. As palestras puderam me ajudar a enxergar grandes horizontes sobre a questão de como ensinar essas pessoas deficientes, quais as melhores maneiras de poder lidar determinadas situações, e assim poder nos tornar pessoas melhores, e sem dúvidas, professores melhores.
N26	A deficiência é apenas uma característica que uma pessoa pode ter, ela não pode ser entendida como uma característica que defini ou limita o que uma pessoa pode ser ou pode fazer. A pessoa que tem uma deficiência não pode ser vista como menos capaz do que uma pessoa que não tem nenhuma deficiência. Para que essa pessoa possa alcançar toda a sua capacidade de aprendizado são necessários mecanismos que a auxiliem, tais mecanismos são garantidos pela educação especial dentro da educação inclusiva.
N27	No decorrer da disciplina a principal fonte para que começar a compreender foram os conceitos de cada deficiência, suas definições e exemplos de como se trabalhar com determinado aluno. A nova visão sobre deficiência é que isso não torna o ser incapaz, mas sim capazes de muitas coisas que não vemos. A educação especial, sendo a forma de ter esse determinado grupo nos ensinamentos, o que difere da inclusiva que é estes alunos no ensino regular.
N28	Com os seminários foi possível compreender que a deficiência não é algo que se pode deixar de lado. É importante, pois independente do tipo de deficiência a uma forma de contribuir socialmente. Também a necessidade de saber os níveis existentes de deficiência e como trabalhar com isso. A educação especial é importante, mas limita o contato do indivíduo com outras pessoas além do seu grupo. O modelo ajuda os alunos com dificuldades em matérias escolares de forma assistiva o que é bom para formar o aluno corretamente. Já a educação inclusiva abrange o contato com outros grupos que aprendem a conviver harmoniosamente e também inclui o aluno a frequentar as aulas regulares que é de direito. O mais interessante é que adaptando o modo de ensino não ajuda apenas o aluno da educação inclusiva, mas também os demais.



N29	Antes de ter essa disciplina, eu não tinha nenhuma noção de como era ser um deficiente e ensinar um deficiente. Eu comecei a compreender o verdadeiro significado da inclusão, de que o diferente não é ruim e como as pessoas confundem o incluir, sendo a deficiência como um fardo. Muitas vezes esquecendo a pessoa e focando apenas na deficiência. Os palestrantes se mostraram tão dedicados na educação especial, fazendo o máximo para não haver uma distinção dentro de sala, dando direito de aprender.
N30	Percebi que não basta apenas impedir que essas pessoas sofram discriminação, e sim adequar a forma de ensino seja adequada à necessidade de cada um, não só o ensino, mas todo o espaço/ambiente físico escolar. Buscar entender como a pessoa percebe a “matéria” e trabalhar, pensar e adequar o ensino para que dê a mesma chance para todos aprenderem de forma efetiva. Deficiência nada mais é do que uma diferença igual a cor do cabelo, dos olhos ou qualquer outra. Da mesma forma que um aluno míope usa óculos, adequamos o ensino para outros tipos de diferenças.
N31	Muito me foi agregado após todas as palestras oferecidas nessa disciplina, inclusive mudei meu conceito sobre deficiência. Em um dos seminários a palestrante falou algo como “uma condição só se torna deficiência quando o ambiente não está preparado para recebê-la”, e achei muito interessante. Nunca havia ouvido falar sobre educação especial antes, foi interessante aprender sobre o que é como identificar um aluno com altas habilidades/super dotação e o que fazer para melhorar o aprendizado do mesmo, foi algo que senti que é necessário que todos os professores ou futuros professores devem ter conhecimento e me fez entender ainda mais a importância dessa disciplina. A educação inclusiva eu já conhecia e já tinha visto em prática tanto quanto a já vi faltar. Foi muito bom compartilhar histórias e obter mais conhecimento.
N32	Com a disciplina foi possível compreender que todos merecem uma educação de qualidade e que as escolas precisam estar preparadas para receber essas pessoas. A educação especial não é uma forma de inclusão, pois os alunos com deficiência não têm contato com outros alunos. Por isso, é necessário a educação inclusiva para que haja um desenvolvimento diferente do aluno e que ele aprenda a ser independente.
N33	A educação especial e a educação inclusiva são um direito de todas as pessoas que precisam. Acredito que é uma grande dificuldade adaptar as aulas e conseguir extrair o potencial de alunos com necessidades especiais, mas de qualquer forma transmitir conhecimento de maneira didática e eficaz é difícil de qualquer jeito e em qualquer situação, havendo ou não aluno (s) com necessidades especiais em sala de aula. Acredito que conseguir dar aula de maneira eficiente e tornar os alunos pessoas com pensamento crítico e com os conhecimentos sobre a disciplina é uma grande satisfação. Nós como pessoas e professores podemos ganhar muito mais conhecimento sobre como lidar com as dificuldades se formos atrás de adaptar e ofertar a melhor aula possível dentro das necessidades e dificuldades a serem superadas.
N34	A educação deve não ter apenas uma didática, deve-se buscar compreender as dificuldades de cada aluno e através dessa compreensão ter modos de passar-lhe a maior quantidade de conhecimento e ainda além cativar tais alunos a procurar desenvolvimento. A deficiência nada mais é do que uma característica de um indivíduo que possui outras habilidades, facilidades e tantas complexidades. Uma sociedade que respeita os direitos humanos não pode privar os alunos, pessoas, indivíduos, com alguma deficiência por razão de deficiência de espaços que agreguem educação inclusiva. A segregação que ocorre por muito tempo é pauta que educadores devem levar a frente para descobrir e se surpreender com talentos tais quais Stephen Hawking, Stevie Wonder, entre outros que exibem talentos em grande nível de formar conhecimento e arte.
N35	No início eu não tinha conhecimento de como agir em relação ao aluno com deficiência, com os seminários foi possível saber que existem matérias exclusivos para cada deficiência e que é preciso informar ao governo para receber os materiais. A postura em sala de aula também deve ser diferente,

	não pode tratar o aluno como se lhe fosse aprender pelo mesmo método dos outros, como por exemplo, ao aplicar prova ao aluno cego, não tem como cobrar que ele desenhe alguma figura, assim é necessários novos métodos para o aluno aprender muitos assuntos e conseguir acompanhar os demais alunos. É importante ter certeza que o aluno com deficiência está apto para passar de ano, sabendo o conteúdo como seus colegas e não passar o aluno pois tem a deficiência.
N36	Após finalizada a nossa disciplina noto que agregou muito mais conhecimento sobre os temas citados. Deficiência são pessoas que tem alguma necessidade que inspire cuidados maiores. Educação especial além de fazer parte de nosso dia-a-dia está inteiramente ligada a pessoas com deficiência, pois como vimos nos seminários exemplo pessoas com deficiência visual tem classe especial no contra turno e sobre a educação inclusiva acho que foi uma das melhores coisas que fizeram pois só porque uma criança apresenta uma necessidade especial dependendo do nível ela não precisa ser separada das outras crianças mas sim ser inserida na escola que tratamos como normal, faz com que as outras crianças aprendam com ela e os professores também entendem como lidar com este novo momento.
N37	Antes da disciplina eu possuía um conhecimento muito superficial sobre esses temas. Agora possuo maior conhecimento das diferentes necessidades em diferentes deficiências e educação especial e conheço também as ferramentas que podem ser utilizadas para atender corretamente essas pessoas. Na minha visão atual pessoas com deficiência ou que precisem de um atendimento especial soa pessoas como todas as outras.
N38	Uma das ideias que mais me marcou foi a evolução da terminologia que identifica pessoas portadoras de deficiência. A noção de humanificar o sujeito em vez de focar na deficiência em si. Apesar de já formado nunca tinha me deparado com essa problemática de educação especial e inclusiva. Com certeza eu teria dificuldade em lidar com um aluno portador de dificuldades especiais caso venha a me tornar professor universitário. Além disso, a noção de que a criação de turmas específicas não é a maneira ideal, uma vez que a inclusão não é atingida, foi de grande utilidade para me fazer perceber o quão importante é a discussão sobre o tema.
N39	Essas temáticas foram importantes para reconhecer e saber como trabalhar com este público. Foi apresentado que a deficiência não está no aluno, mas nos espaços e na forma como outras pessoas tratam este público. Da mesma forma, a educação especial trabalha o desenvolvimento e aprimoramento de alunos com necessidades especiais diferenciadas. As formas de compreender, agir e tratar estes públicos contribuem para sua inclusão não só nas escolas, mas no meio social em geral.
N40	No meu ponto de vista a disciplina foi importante e abrangente em vários aspectos, mas destaca a questão da deficiência. O estigma anterior era que a deficiência estava relacionada as pessoas, mas pude aprender que a deficiência encontra-se na estrutura das escolas, parques, museus que não oferecem de forma igualitária as atividades envolvidas nestes locais para pessoas sadias e os que possuem algum tipo de limitação (física, cognitiva, fisiológica, etc.). propiciar ambientes mais acessíveis é benéfico para todas as pessoas, principalmente nas questões educativas e culturais.
N41	Com os seminários realmente mudei minha visão sobre deficiência, principalmente na área da educação, pois não imaginava a quantidade de materiais que é possível preparar e adaptar para estes alunos. E de como o professor tem um papel importante, pois sem o amor e a dedicação a esses alunos é muito difícil eles progredirem em sala de aula. A sala multifuncional no contra turno também auxilia muito na educação principalmente na educação especial. E tudo isso é uma forma de incluir esses alunos, para que possam participar das aulas como qualquer outro aluno.
N42	Um aspecto muito mais acolhedor. Ao longo dos seminários fui percebendo que a inclusão deve ser praticada com todos os tipos de deficiência, com todas as pessoas, e que não é porque uma pessoa possuir alguma limitação que devemos deixa-la de lado muito pelo contrário. Devemos utilizá-la como



	incentivo para elaborar novos planos de aula, novas didáticas, novas aulas, como os palestrantes e fazem; usá-los de inspiração para a elaboração de melhores e mais inclusivas aulas, visando a homogeneidade da turma, praticando a cidadania.
N43	<p>Deficiência – nada mais é do que a diversidade entre as pessoas, umas claro, tem maiores dificuldades para realizar tarefas que a maioria das pessoas não têm, mas nem sempre a culpada é a deficiência da pessoa e sim a falta de acessibilidade com a maioria dos públicos e privados, tratando o deficiente como alguém que deve se adequar e adaptar a sociedade, não ao contrário como deveria ser.</p> <p>Educação especial – necessária principalmente na infância, onde as crianças buscam saber o porquê de serem diferentes das demais, ela se faz necessária na hora de encontrar as dificuldades do aluno e ajuda-lo que se faz preciso.</p> <p>Educação inclusiva – traz a pessoa “diferente” para dentro de aula sala de aula tradicional, ajudá-la a se misturar com as outras a ponto de que todas as diferenças existentes sejam irrelevantes para critérios como, fazer amigos, participar de atividades extracurriculares.</p>
D45	Foi muito importante conhecer cada temática, conhecer mais sobre as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, suas necessidades, sua capacidade desvendando os mitos sobre cada tipo de deficiência, do que elas são capazes, seus limites e dificuldades. A educação inclusiva significa comportar todas as pessoas em um mesmo espaço apesar de duas diferenças, pessoas portadoras de deficiência ou não, ou aqueles que precisam de um atendimento especializado, como o autismo e altas habilidades.
D46	Vejo a deficiência como uma característica do ser humano, não sendo algo bom nem ruim, apenas é. O problema está na sociedade em como ela vê e trata as pessoas com deficiência, dificultando, e muitas vezes impedindo, o seu convívio normal em sociedade, sua autonomia e independência. Vejo a educação especial como algo que de certa forma, segrega as pessoas com deficiência do resto dos alunos, pois eles são educados separadamente para se encaixarem na sociedade ao invés da sociedade acolhê-los como são. Na prática, há integração dessas pessoas, mas não há inclusão. A educação inclusiva seria uma forma mais adequada de educar as pessoas com deficiência, pois elas estariam realmente incluídas no ambiente educacional, tendo as mesmas vivências que os outros alunos. Nessa modalidade a escola é obrigada a se adaptar as especificidades dos alunos e não ao contrário e essas adaptações podem acabar beneficiando não só os alunos com deficiência como também todos os outros.
D48	Após ter finalizado a matéria aprendi sobre diversos tipos de deficiência, das quais não tinha quase nenhum conhecimento sobre, como por exemplo a deficiência intelectual. A parte sobre educação especial foi de suma importância para mim, pois me trouxe a noção de que lidar com alunos com deficiência requer uma atenção maior. Essa educação deve fazer o uso de métodos e estratégias de ensino que consigam suprir a especificidades de cada aluno. É por meio da educação especializada que se conquista a educação inclusiva. A inclusão só é atingida a partir do momento que o ambiente em questão, e as pessoas que convivem nele, incluem a pessoa com deficiência de forma que ela adquira um sentimento de pertencimento ao grupo, não há desvantagens na educação inclusiva já que auxilia até mesmo os alunos que não possuem qualquer tipo de deficiência, e ela deve ser sempre prioridade em sala de aula.
D49	Agora eu percebo que é possível haver inclusão de todos os tipos de deficiência em muitos lugares que antes pareciam impossíveis, como um cego na química. Também vejo que a deficiência é uma barreira que a educação inclusiva transpassa por meio de diversos recursos de adaptação. A educação especial deixa de ser algo separado em um ou dois lugares separados para estar presente no meio de todos. Também descobri que se houver vontade de incluir é possível achar maneiras de fazer.

D50	Com essa disciplina pude aprender sobre transtornos que eu não conhecia muito bem como ao autismo, além de conhecer vários profissionais que se dedicam pela educação inclusiva. Até então eu não tinha contato com as maneiras de ensinar utilizadas na educação especial, e penso que foi importante esse primeiro contato, pois criou em mim uma vontade de me preparar mais para atender meus futuros alunos que podem ter alguma deficiência.
D51	A educação ela necessita de cuidados e atenção especiais para essa temática, é uma parte ainda não muito pensada na hora que a licenciatura é mencionada. Entretanto é extremamente necessária e é ótimo ver o quão versátil educação especial/inclusiva consegue ser para atender a vasta gama de deficiências que ela é responsável. Surpreende também como ela impacta na própria aceitação do aluno e sua inclusão na sociedade geral. A disciplina abriu caminhos de pensamento e consciência de fatores que são “menosprezados”, porém carregam uma importância gigantesca
D52	Com certeza a minha visão sobre o tema mudou muito. Nunca tinha parado para pensar que na profissão que vou exercer, como professora, os desafios vão muito além de dar uma simples aula. Entendi o significado da inclusão e aprendi a praticá-la. Deficiência não é motivo de exclusão, é motivo para superar as barreiras e levar a educação a todos, independentemente das limitações
D53	Para mim, agora no final da disciplina, a deficiência, educação/inclusiva está mais presente nas escolas do que eu imaginava. Vejo que apesar de todos serem diferentes uns dos outros, merecem o mesmo cuidado, a mesma atenção, merecem ser tratados com igualdade. Aqueles alunos que possuem limitações também tem o direito de estar em uma sala de aula com os demais alunos, tem o direito de ser incluso na sociedade com os demais.
D54	Eu acredito que mesmo com todas as dificuldades que se tem por conta da deficiência com esforço e as ferramentas que já existem, pôr em prática as adaptações, que com esforço, visando melhor a vida das pessoas com deficiência é possível tem uma ótima educação inclusiva.
D55	Depois de assistir os seminários tive uma compreensão maior dos desafios que esses alunos têm e das muitas formas que podemos auxiliar se tivermos iniciativa. Todas as crianças e jovens com alguma necessidade tem o direito de assistir a aula junto com os outros estudantes com as ferramentas que o ajude a aprender como os outros.
D56	Um tema muito aproveitado foi saber diferenciar situações de segregação, integração e de inclusão e compreender a importância da inclusão. Por exemplo, a escola inclusiva tem o papel de ensinar as matérias para todos os alunos e promover maneiras do aluno com deficiência consiga independência, conseguir ir até o banheiro da escola ou até a sala de aula, é um exemplo, isso deve ter continuidade fora da escola é claro, como poder transitar nas ruas, pegar ônibus, entre outras coisas. A deficiência de um aluno não deve ser uma barreira para ele aprender, o aluno com deficiência não é incapaz de aprender, ele apenas aprende com métodos diferentes dos convencionais. E ainda, a educação especial pode ajudar o aluno a aprender ferramentas para se comunicar e aprender as matérias, como o ensino do braille, libras. A educação inclusiva, é uma forma de todos aprenderem a conviver e entender a diferença um do outro, incluindo o deficiente para que ele possa viver em sociedade normalmente, como conseguir emprego, fazer faculdade.
D57	Creio que não houve alteração sobre minha visão em relação aos temas gerais e sim em como agir em dificuldades específicas. Esses temas, superficialmente, foram trabalhados durante o meu ensino fundamental e médio, então, leis para inclusão como necessidade e tentar direcionar os alunos a uma visão mais clara da realidade do papel do professor. Sendo educação regular, especial ou inclusiva, não vejo como esse objetivo seria diferente.
D58	Minha visão de deficiência antes dessa disciplina era um pouco limitada. Em meu círculo social nunca conheci ou convivi com alguém com deficiência e nunca vi a necessidade de existir educação inclusiva. Outrossim com o

	acompanhamento dessa disciplina percebi que é preciso sim de educação inclusiva porque notei, com as palestras, que o mundo e a sociedade foram pensada para as pessoas sem deficiência e como eu tenho empatia e como um futuro cientista, que resolve problemas da sociedade em geral, é preciso voltar os olhos para tentar resolver estes problemas do ponto de vista das pessoas com deficiência, começando com o reconhecimento das necessidades de cada um e da valorização de saber de educação inclusiva.
D59	Penso que a importância na análise e discussão dos temas, tenha mudado minha forma de ver o tema. Já que muitas vezes ouvimos que o tema é deixado de lado e pouco abordado, nos traz uma indignação, por saber que as pessoas com potência são deixadas de lado por algum empecilho, gerado pela falta de conhecimento sobre o assunto, e excluem esses alunos. Pessoas que possuem alguma deficiência sensorial são “catalogadas” assim porque a maioria possui os sentidos normais, mas isso pode ser revertido mudando a abordagem e os meios que a informação chega ao aluno, tornando o aprendizado mais homogêneo para os alunos.
D60	Por intermédio dos seminários apresentados na disciplina, tive uma visão bem mais das deficiências e sobre os direitos inalienáveis das pessoas com essas deficiências. Percebi que grande parte da inclusão, se inicia na inclusão atitudinal das pessoas, aprendi também vários direitos assegurados pelo estado de forma que posso exercer melhor meu dever cidadão, tanto como pessoa quanto como profissional e educador. Não tive uma grande mudança em minha visão por já ter uma perspectiva mais inclusiva, porém é inegável que a disciplina, agregou muito conhecimento além de amadurecer vários pensamentos meus.
D61	A minha nova visão agora está totalmente mais ampliada, eu consigo nesse momento compreender as necessidades de cada pessoa, ainda aprendi como formular uma aula bem estruturada que atenda a demanda de cada aluno. Antigamente eu via a deficiência como algo difícil de se trabalhar pelo menos no meio acadêmico, após as palestras eu vi que há várias formas de se fazer um trabalho diferenciado com muitas ferramentas de estudo para que a educação inclusiva se faça realmente presente.
D62	O meu campo de visão sobre esse assunto foi ampliado e agora consigo entender melhor como aplicar esses conhecimentos para promover a inclusão, pois a disciplina trouxe as experiências de quem já trabalha nessa área há anos – isso sem contar com os depoimentos das próprias pessoas com deficiência – e isso agregou muito. Acredito que a parte que mais me marcou foi saber que não é a PCD que precisa se adaptar a sociedade, mas sim, a sociedade ser mais inclusiva e tornar-se acessível.
D64	Antes da disciplina de seminários em educação em química, eu nunca tinha parado para pensar sobre a educação especial/inclusiva para pessoas com deficiência e/ou altas habilidades, acredito que isso se deve ao fato da sociedade ser tão negligente em relação a essas pessoas. Por isso ao estudar nessa disciplina e entender que de fato a educação inclusiva é necessária e fico maravilhada em ver instituição UFPR se preocupa com a educação de todos, tem uma atitude empática. Confesso que a minha antiga visão sobre a deficiência, educação especial e inclusiva, era totalmente diferente do que eu tenho agora. Após os estudos nessa disciplina, eu compreendi que existem diversos modos de se ensinar, como projetos desenvolvidos para alunos cegos, em que aprendem pelo toque. Entendi que se o professor e a instituição se esforçam, é possível incluir com toda a eficiência.
D65	Como cristã, eu sempre tive a compreensão da necessidade de inclusão só dos deficientes, a grande conquista que essa disciplina me proporcionou, foi a melhor compreensão da necessidade de cada deficiência assim como entender e aprender como inclui-las na sala de aula. A minha principal concepção de deficiência que mudou, foi que eu não as vejo mais como uma doença, mas como uma característica. Essa nova forma de ver é muito bonita pois nos ajuda a tratar o próximo como igual. Outro aspecto que a disciplina agregou, foi em relação à educação inclusiva. Não só achei muito interessante aprender os novos métodos, mas tenho uma noção muito maior do que fazer

	como educadora. Se de fato fizer a licenciatura em química sei das minhas obrigações como professora e sei como conseguir fazê-las, em conclusão, a disciplina me agregou muito para a minha formação no futuro
D66	Com todos os seminários apresentados por pessoas capacitadas, aprendi a reconhecer que montar uma turma apenas para pessoas com deficiência não é inclusão, que devemos aprender a adaptar as salas de aula, tanto na parte física, quanto nos conteúdos, para que eles possam viver em sociedade com outros alunos “normais”. Antes eu via as pessoas com deficiência como pessoas com a capacidade cognitiva prejudicada por conta da sua deficiência, mas hoje eu sei que, com a educação especial e inclusiva, esse aluno pode aprender muito e se tornar um ótimo profissional, desde que tenha apoio da instituição de ensino, dos professores e dos outros alunos.
D67	Minha nova visão é de como as pessoas com qualquer tipo de deficiência podem ser independentes, afinal, a mídia sempre as descreve como incapazes de muitas coisas. A educação especial/inclusiva é de grande importância, pois permite que qualquer um aprenda sobre a química, mesmo com deficiências e consiga estudar mais a fundo sobre tudo.
D68	Essa disciplina me ajudou a compreender que cada temática abordada tem as suas diferenças, mas que também se unem entre si. Primeiramente com o conhecimento das diferentes deficiências que vieram surgindo, como a deficiência física, intelectual, motora, os transtornos globais e a superdotação, que compreendi melhor como funciona, e assim consegui relacionar, através das palestras, que houve então a necessidade da educação especial para atender as especificidades de cada necessidade especial e assim acolher e ensiná-los e ajuda-los a se desenvolver. E então com o movimento da educação inclusiva, juntar nas escolas regulares, os alunos com alguma deficiência e os que não possui.
D69	Após a finalização da disciplina, consegui perceber que é possível fazer a inclusão nos ambientes escolares, diferentemente do que eu achava, que não tinha modos de passar bem um conteúdo para algum aluno cego, por exemplo. Agora percebo que a deficiência não impede a aprendizagem de ninguém, e a única barreira para uma educação inclusiva são as pessoas que não procuram adaptações e não dão chance para esses alunos. Além disso, a educação especial abre muitas oportunidades e é um investimento que deveria ser considerado em todas as escolas.
D70	Com essa disciplina completada eu aprendi bastante sobre maneiras de melhorar o ambiente escolar para aqueles com alguma necessidade especial. Eu vejo deficiência não mais como uma incapacidade, mas mais como uma característica que os tornam diferentes, mas sem comprometer sua capacidade de exercerem suas funções como cidadãos. A educação especial é um acompanhamento extra, com o objetivo de fornecer uma ajuda a aqueles precisam. A educação inclusiva é a integração com alunos com deficiência, para que eles possam fazer parte da aula junto com todos os outros alunos
D71	Agora com a finalização da disciplina foi possível compreender de forma mais clara os temas discutidos, ou até mesmo conhecer algumas características deles. A respeito da deficiência eu consegui ver que mesmo sempre tendo em mente respeitar as diferenças, muitas vezes, não nos colocamos no lugar da pessoa portadora de deficiência, eu consigo ver quando vou em algum lugar que não possui acessibilidade em como isso é ruim para quem precisa, mesmo isso não me afetando, foi possível reconhecer os direitos dos outros. A educação especial é algo que eu sempre tive interesse, mesmo tendo uma irmã que possui necessidade de educação especial, não conhecia com tanta profundidade como funciona, agora eu consigo entender melhor como é importante que mais pessoas tenham conhecimento sobre como a educação especial, ajuda no desenvolvimento. Eu vejo a educação inclusiva como um modo tanto de inserir uma pessoa em uma sala com alunos especiais, mas também de criar empatia e mostrar os direitos que eles possuem de ter o mesmo ensino.
D72	Agora eu entendo, que inclusão é algo totalmente diferente do que eu imaginava, já que sempre acabamos vendo alunos especiais sendo

	separados em classes exclusivas, quando na verdade isso é apenas segregar. Os alunos com deficiência são completamente capazes de ter um aprendizado normal, e para isso a educação especial, se faz necessária, pois é esse acompanhamento que permite que as limitações sejam trabalhadas mas que o aluno possa frequentar as classes regulares, sem que se sintam atrasados em relação com os colegas.
D73	Eu vejo que as pessoas deficientes devem ter oportunidades como nos de viver a vida. Para isso, elas devem ser incluídas nos projetos em todas as áreas (como construção civil, didática e etc.) devem ser feitos pensando no bem-estar e na inclusão delas também.
D74	Mudou minha visão sobre ver o mundo, antes eu achava que existia inclusão, quando os alunos portadores de deficiência ficavam em salas separadas. Atualmente, eu tenho uma visão mais crítica, principalmente depois daquela palestra que o rapaz falou sobre o que é, e como incluir pessoas portadoras de deficiência, agora eu sempre que posso em um local público eu penso “poderia ter acesso que facilitasse a entrada de cadeirantes...etc.”
D75	Com o passar da disciplina eu percebi que o que eu pensava sobre inclusão, era na verdade um pensamento ainda meio que integrador, não de fato uma inclusão. Descobri leis que fundamentam e protegem essas pessoas e que nós mesmos colocamos barreiras para a inclusão dessas pessoas, porque é um desafio você se reeducar já que historicamente é muito de exclusão. Com o áudio, para pessoas com deficiência visual, descritivo da obra pude perceber as intenções do autor quanto a escultura, que para mim não tinham ficados claras ao apenas o olhar. Com isso eu acredito que uma pessoa com alguma deficiência ou dificuldade não atrapalha o rendimento da turma e sim de certa forma melhora, assim como nos melhora como cidadãos.
D76	Antes da disciplina de seminários em educação em química, o meu pensamento a respeito destas temáticas, era totalmente diferente, por exemplo eu acreditava que uma sala de aula que fosse determinada aos alunos com necessidades especiais, somente, seria algo positivo, após a disciplina, vejo isso como uma segregação, uma vez que penso ser importante existirem salas de aula adequadas para qualquer aluno. A deficiência é apenas uma forma de diversidade, é algo que um indivíduo tem, é ter uma necessidade especial e não ser portador disso. Neste contexto a educação especial surge para promover o desenvolvimento das potencialidades que uma pessoa possui, promovendo adequações metodológicas como forma de auxílio. Deste modo, a educação inclusiva surge quando há uma união entre a diversidade e a educação especial, pois, educação inclusiva, nada mais é que algo necessário para um ambiente escolar igualitário.
D78	Os deficientes possuem várias dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, principalmente na área da educação, muitos precisam de cuidados especiais e diferentes, uma atenção extra. A integração deles na educação é de extrema importância, pois métodos inclusivos facilitam em seus aprendizados e acabam incluindo essas pessoas na sociedade. Pois todos possuem o mesmo direito. Por mais que possuam grandes dificuldades existem pessoas que buscam ajuda-los com métodos de ensino diferentes, o fácil acesso em todos os lugares e a inclusão nas salas de aula e sociedade.
D79	Eu compreendo que a deficiência de alguém não deve excluir ela do meio social e principalmente que não se deve subestimá-los porque dentro de suas limitações, eles são capazes, nós só devemos as ferramentas necessárias, tanto como a acessibilidade como profissionais capacitados para ensinar e não somente isso, mas pessoas “humanas” que não os subestimem, como em um dos vídeos passados pela professora, que um deficiente cita que as pessoas não falam para ele, mas sim, para pessoa ao lado, devemos mudar isso. Uma argumentação dele que vou guardar é: “a deficiência não é uma não evolução, mas sim em uma imensa sociedade de pessoas e grupo diferentes entre si, e a deficiência só seria uma delas”.
D81	Após as aulas e as palestras que tivemos as minhas perspectivas sobre a educação inclusiva, uma vez que tendo o contato mais afundo e tudo as informações que nos foram passadas a cada semana eu pude entender



	<p>melhor como a educação especial/inclusiva funciona. Antes, minha ideia sobre a educação especial é que os alunos inseridos nesse contexto tinham um auxílio básico necessário para que eles pudessem ter acesso ao ambiente escolar, porém após as aulas eu compreendi que a educação inclusiva busca desenvolver as potencialidades dos alunos com deficiência e busca não só superar mas romper barreiras que impeçam o acesso de alunos com deficiência no ambiente escolar. Também passei a compreender, que a educação inclusiva valoriza e reconhece as diferenças e busca criar apoios e auxiliar o aluno com deficiência, para que este tenha completo acesso à escola, e desta forma garantir o direito de educação a todos, e promover a igualdade e a diversidade dentro da sala de aula.</p>
D82	<p>A deficiência é apenas uma circunstância, um obstáculo que pode ser superado sem detrimento ao acesso ao conhecimento e informação. Para isso, a educação inclusiva traz estas pessoas marginalizadas para o ambiente escolar e acadêmico novamente, com recursos e adaptações, podemos evitar essa marginalização e o mesmo vale para a educação especial.</p>
D83	<p>A partir do decorrer da disciplina, pude ter uma visão mais ampla sobre a deficiência, desmistificando que não é pela pessoa ser deficiente que ela é invalida, isso ampliou meus horizontes referente ao tema, e possibilitou a percepção que não segregar que se possibilita a inclusão desses indivíduos. Outro ponto interessante que foi desenvolvido, foi sobre a educação inclusiva e especial, e pude perceber que há uma grande carência na acessibilidade de instituições que tem uma boa estrutura para atender os indivíduos com essas necessidades especiais, mas além disso, a falta de escolas/colégios que realmente empregam uma educação inclusiva.</p>
D85	<p>A partir dos diversos seminários que abordaram essas temáticas, nós pudemos esclarecer dúvidas e curiosidades em relação a convivência, intelecto e práticas de quem está inserido nesses grupos. Justamente por não possuímos um amplo acesso e conhecimento dos direitos que asseguram esses grupos, não tínhamos noção do que acontece além do nosso “padrão”. Minha nova forma de compreender e observar esses aspectos mudou e foi ampliada de uma maneira geral, onde se faz ainda, mais necessária e presente a existência de instituições, adaptações e novos recursos que incluam, de uma maneira efetiva os grupos sociais portadores de alguma deficiência em meio ao nosso cotidiano.</p>
D86	<p>Devido ao fato de ter minha progenitora como exemplo, já que ela é deficiente física. Muito do que nos foi apresentado, em especial as dificuldades eu havia tido contato. Entretanto a minha bagagem de saberes muito foi agregada por essas aulas, em especial sobre o transtorno de espectro autista e sobre deficientes visuais. Acredito que muito pouco é feito para tornar o ensino, em especial o superior, acessível a todos os grupos de vulnerabilidade. Porém uma grande parcela conscientizou-se ultimamente: de forma que esses temas outrora tão pouco questionados tornaram-se importante ao alvo das discussões sobre inclusão.</p>
D87	<p>Antes da disciplina eu concordava que reservar uma sala para pessoas com deficiência seria viável à sua aprendizagem. Porém agora, ao final da disciplina, vejo que isso não ajuda no conhecimento que o aluno adquira, na realidade esse ato de separar os alunos é discriminatório e inviável. É o professor que deve se adequar ao aluno, dando o seu melhor para que ele absorva o máximo de conteúdo possível. Sendo assim, a educação inclusiva é o único caminho viável. Minha nova visão de deficiência é que somos todos iguais, porém alguns exigem um enfoque maior em determinadas circunstâncias. Mas obtemos as mesmas capacidades de aprendizagem. Como dito anteriormente, eu acreditava que a educação era para todos, mas aplicada restritamente. Hoje percebo que a educação especial pode e deve ser inclusiva.</p>
D88	<p>Como já tinha dito em alguns questionários das aulas anteriores eu já tinha um conhecimento relativamente grande sobre deficiência, logo creio que essa disciplina não me trouxe uma visão muito nova sobre o assunto, mas reforçou o que eu já sabia. Entretanto apesar de ela ter reforçado minha visão sobre</p>

	as deficiências no geral, esta disciplina me possibilitou a entender melhor como que funciona o ensino, a educação dessas pessoas num ambiente escolar. A disciplina me mostrou novos métodos, sejam eles simples ou mais complexos, de incluir uma pessoa com alguma deficiência (menta ou física), não só no espaço escolar, mas na sociedade em geral.
D89	Antes de ter a disciplina, eu apenas tinha pensado de forma muito vaga na educação inclusiva. Concluída a disciplina, vejo que as pessoas com deficiência, que correspondem a uma grande parcela da população, têm muitas dificuldades no aprendizado devido à falta de materiais didáticos e profissionais habilitados que possibilitem uma igualdade de possibilidades no aprendizado em escolas tanto públicas quanto particulares.
D90	A partir dos seminários realizados foi possível aprender mais sobre cada tipo de deficiência conhecimento este que nós não teríamos fora do curso, além da temática da educação inclusiva, que é muito importante para quem quer seguir na licenciatura, estar preparado para dar aula a pessoas com diferentes tipos de deficiências. Graças aos seminários apresentados, podemos aprender a como adaptar as aulas para alunos com diferentes deficiências, diminuindo desta forma a falta de inclusão destes, porém sem segrega-los dos demais. As aulas devem ser acessíveis a todos, com deficiências ou não, melhorando assim o aprendizado de todos os alunos.
D91	Antes das aulas desse semestre, eu tinha a visão de que a educação inclusiva era a melhor escolha, justamente porque achava que todos tinham que ser tratados iguais. Agora eu vejo a importância da educação especial, que promovem sim olhando para a necessidade do aluno, estimulando suas capacidades e promovendo equidade. Entendi também que as deficiências devem ser acolhidas, abraçadas e compreendidas para então explorar outros aspectos dos alunos para aí ver qual a melhor forma de ensino.
D92	Sempre tive uma visão bem ampla sobre esses assuntos, pois desde que nasci minha mãe trabalhava como diretora na APAE na minha cidade, então cresci indo lá com ela e convivendo com diversos tipos de deficiência ao meu redor, também por ela ser pós-graduada em educação especial sempre falamos sobre estes assuntos em casa, mas acredito que esta disciplina me fez aprimorar meus conhecimentos, a seguir compreendendo que devemos sempre se colocar no lugar do outro quando se tem uma necessidade especial, fazer o possível para que essa pessoa não se sintam excluída, realizar atividades especiais para determinado tipo de deficiência.
D93	Inicialmente, eu era bastante ignorante em relação ao assunto, em meu entendimento sobre as questões abordadas nos seminários era muito comum. Com a disciplina comecei a ver as coisas com mais profundidade: comecei a entender que as deficiências não são assim tão alienígenas a educação – antes eu as vias como grandes problemas impossíveis de conciliar com a educação de alunos sem deficiência. Agora entendo essa educação como algo muito mais plausível, graças ao trabalho com educação especial, para lidar com problemas específicos do aluno, e a educação inclusiva, cujas iniciativas permitem a aproximação do estudante com deficiência com a matéria como seus colegas de classe. Em suma os seminários mostraram um novo mundo para mim abrindo portas para a educação e a socialização que antes pareciam impossíveis.
D94	Durante a disciplina foi possível ver que é possível incluir a todos, independente das diferenças, e que um caminho para uma sociedade com menos preconceito e segregação é através da educação, fazendo as adaptações necessárias para que todos possam ser atendidos da melhor maneira e de forma clara, para que pouco a pouco as pessoas com deficiência conquistem sua independência na sociedade e acabemos com o preconceito.
D95	Após a finalização da disciplina ficou muito mais claro como cada aluno tem sua necessidade na hora do aprendizado e como professor deve se portar para que todos os alunos aprendam a matéria de maneira adequada. O professor deve estar apto para incluir todos na hora de ensinar independente da situação do aluno, seja ela surdo, cego, com espectro autista, down ou altas habilidades.



D96	Que todos podem aprender a matéria, basta se flexionar as suas dificuldades e eles se darão bem com a matéria.
D97	Ao longo da vida poucas vezes nos falamos da importância da educação inclusiva, as dificuldades de quem têm deficiência não é compreensível a todos e acaba ficando restrita aos que possuem proximidade. Devido ao desenvolvimento preconceituoso do país, muitas vezes chegamos a olhar com pouca empatia para os que sofrem diariamente. Ter essa disciplina foi essencial para que pudéssemos compreender e aprender, pois, estando em um curso de licenciatura, devemos saber lidar e ensinar todos os alunos em suas particularidades. A educação especial é de extrema importância para que grupos específicos não sejam prejudicados pela falta de prática inclusivas.
D98	A deficiência, por mais que o portador não tenha algum sentido funcionando regularmente, as dificuldades que aparecem estão muito envolvidas com a construção da sociedade. Nesse sentido, educação inclusiva é quando não apenas o portador da deficiência é colocado na sala de aula junto com outros alunos, mas além de estar na sala a instituição deve fornecer o suporte necessário para que essas dificuldades passem a não existir, para que se tenha aprendizado. A educação especial é um dos artifícios para fornecer o suporte necessário ao aluno, onde o aluno, no contra turno das aulas regulares, recebe um atendimento especializado.
D99	Eu entendo que ainda não vivemos em uma sociedade inclusiva, porém integrada e isso reflete na educação, onde temos escolas “normais” que integram esses estudantes especiais, porém muitas vezes não incluem eles juntos com os outros estudantes o que ainda causa na sociedade esse estranhamento na hora de incluir essas pessoas. O que eu entendi sobre educação especial foi que esse tipo de educação no Paraná ainda são feitas em escolas específicas onde o estudante pode frequentar a escola comum e no contra turno a escola especial ou somente a escola especial, caso esse estudante não tenha condições de frequentar a escola comum.
D100	A forma de compreender os comportamentos e necessidades de cada grupo foi ampliada possibilitando uma melhor abordagem no futuro com essas pessoas. A visão transmitida durante as aulas foi de que essas pessoas são tão capazes como qualquer um e adaptando o meio e os métodos podemos incluir a todos em nossa sociedade.
D101	A educação inclusiva é muito mais complexa do que aquilo que eu tinha em mente, há vários aspectos ainda a serem melhorados, porém ela traz benefícios não somente a um aluno especial, mas também para aqueles que não apresentem deficiência alguma. Por ser de forma diferenciada e trazer novos caminhos para algo que vinha sendo ensinado do mesmo jeito há muito tempo, trazendo novas perspectivas e até tornando a compreensão mais fácil. A deficiência não deve ser encarada como algo sem solução, ela só é algo que nos torna diferente uns dos outros como nossa pele, cor dos olhos, etc.
D102	A disciplina ampliou minha compreensão sobre os temas trazendo uma nova visão e me dando a oportunidade de saber como reagir a determinadas ocasiões. Pessoas com deficiência, pessoas com necessidades especiais e/ou inclusiva, eram vistas como pessoas isoladas como sendo “diferentes”. Ao passar pela disciplina, essa visão mudou, passaram a ser só mais uma pessoa, talvez até pessoas melhores que as outras consideradas “normais”, pois eles passam por um desafio maior.
D108	Não acho que seja possível falar separadamente sobre esses conceitos, pois estão diretamente relacionados. Dessa forma, falarei de todos em conjunto. Antes eu já possuía uma visão relativamente livre de muitos preconceitos, – não necessariamente discriminatórios- e já havia me informado sobre a perspectiva dos portadores, inclusive, porém, sempre há o que aprender e implementar. Minhas noções das capacidades dessas pessoas já eram boas, mas os exemplos mostrados em sala a reforçaram. Passei a ver as coisas do cotidiano na perspectiva de o quanto isso é acessível e o quanto poderia melhorar. Percebi com mais clareza também da linha direta entre a formação do indivíduo e a educação, que não poderia ser diferente para as pessoas que

	possuem deficiência, sendo este um direito fundamental do ser humano. A noção de percepção da deficiência também sofreu mudanças. Algo que me marcou foi a fala do homem cego que escreveu um livro “não lembro o nome dele” que disse que percebe a deficiência como uma beleza, e que para certos bichos evoluir significa perder a visão. Isso mostra que a deficiência não é necessariamente uma perda de algo é apenas uma diferença.
D109	A forma que encontrei de compreender melhor essas temáticas foi procurar entender os diferentes tipos de necessidades especiais que os indivíduos portadores de deficiência de modo geral possuem, sabendo diferenciar as condições físicas desses indivíduos e entender as intervenções que nós como futuros professores em química, possa adaptar o ambiente da sala de aula para incluir esses alunos. Ao meu ponto de vista a deficiência é um conceito bastante amplo, pois está embutido o conceito de exclusão social que esses indivíduos sofrem que torna seus direitos marginalizados. Educação especial é uma educação adaptativa ao estilo de vida desses indivíduos aperfeiçoando a formação desses alunos auxiliando-os a estimular o raciocínio. Educação inclusiva é uma educação sem restrições, segregações, espaços físicos adaptados para atender à necessidade desses alunos e criar metodologias diferentes de inclusão desses alunos na sala de aula.
D110	Após a matéria acho que o ponto central seria as maneiras de possibilitar as pessoas com deficiência (PCD) uma vida com as mesmas atribuições de outras pessoas, preservando sobretudo sua AUTONOMIA. Isso foi muito importante porque eu nunca havia parado para pensar no quanto a dependência poderia ferir a dignidade de um PCD. Isto posto, a relevância da educação inclusiva fica visível quando garante que o PCD não precisará ser segregado ou separado de uma educação comum e que o ambiente é que terá de se adaptar às necessidades do aluno especial, e não o contrário. Nesse sentido a educação especial trás os meios e métodos para tornar essa adaptação possível.
D111	É mais fácil perceber que há uma diferença entre educação especial e educação inclusiva. Apesar da educação especial surgir e trabalhar com o objetivo de ajudar os alunos que apresentam maior dificuldade que os alunos “normais”, existem uma exclusão deles na sociedade já a educação inclusiva visa uma mistura de deficientes com os alunos. desta forma a educação inclusiva é a melhor forma de incluir os demais que por gerações foram deixadas de lado na sociedade, e também é uma forma de crianças entenderem que todos são iguais, apesar da diversidade presente.
D112	A disciplina ajudou a derrubar preconceitos em relação a deficiência e como a educação no modelo pedagógico modificou o contexto social de quem possui alguma deficiência, e também a responsabilidade de mudança que a educação possui nesse sentido.
ID	<b>QUESTÃO 2 :Como você caracterizaria a educação especial, qual sua importância e quando ela se faz necessária?</b>
N1	Como uma educação direcionada a alunos com necessidades especiais. Sem essa educação “especializada”, as crianças podem crescer sem saber os conceitos básicos, que as demais possuem, e viverem na ignorância.
N2	A educação especial pode ser descrita como meios que educadores especializados utilizam para abranger classes que possuem alunos com alguma deficiência, focando em métodos diferenciados e específicos para que este aluno venha a prender o conteúdo de forma mais justa e eficaz. Se faz através da identificação do tipo de deficiência que o aluno possui, a escolha de métodos de ensino, que mais satisfaz a deficiência daquela casa, e a dedicação do educador em transmitir o conhecimento devido independente das dificuldades encontradas. Se faz necessária em instituições que possuem alunos com deficiência, pois é essencial que todos conquistem seu direito a educação, assim como sua formação acadêmica e como cidadão.
N3	Caracterizaria a educação especial como essencial para os alunos com deficiências, ele é de extrema importância para que os alunos que necessitem de um atendimento especializado para que possam também ter contato com educando que possuem de mesmas necessidades.

N4	<p>A educação especial, pelo que eu entendo, é uma adaptação didática para as pessoas que apresentam maior nível de dificuldade e não conseguem acompanhar uma sala de aula regular.</p> <p>Par aquelas pessoas que, mesmo que não tenham total autonomia (vamos pensar aqui em uma deficiência intelectual moderada), frequentar um ambiente de aprendizado, já é uma tentativa de desenvolvimento e qualquer tentativa é justa e válida para a valorização das pessoas. Qualquer evolução em pessoas com deficiência cerebral deve ser celebrada.</p>
N5	<p>Na minha opinião, a educação especial é aquela onde o aluno pode ser superdotado, pois como ele entende mais rapidamente o conteúdo, o mesmo se dispersa muito rapidamente, então é possível que o aluno faça projetos em horários diferenciados do seu horário de aula.</p> <p>Projetos esses que o ajudam a um aprendizado diferenciado, não afetando as suas outras disciplinas.</p>
N9	<p>Educação especial é quando se tem uma aula voltada para pessoas com deficiência/necessidade especial que se faz muito importante para fazer essas pessoas, que possuem deficiência, poder ter uma formação descente, para que elas possam cursar um curso superior por exemplo, dá melhor forma possível e poder se tornar o profissional que ela deseja.</p>
N10	<p>A educação especial se caracteriza na formação de alunos que necessitam de alguma necessidade para poderem aprender em sala de aula ou dependendo do aluno, algum complemento no turno oposto (de manhã o u tarde) para conseguir acompanhar os demais alunos de sua sala.</p> <p>U exemplo é o aluno com espectro autista, onde o professor necessita preparar estratégias para que o autista se sinta confortável e seguro durante a aula. A importância compreende o bem estar do aluno e principalmente o seu aprendizado.</p>
N12	<p>Educação especial é aquela que tem como objetivo incluir portadores de deficiências e transtorno de maneira humanizada e justa. Ela tem como papel fundamental motivar alunos com necessidades especiais e mostrar que eles não devem ser descartados da sociedade, mostrando que eles possuem potencial assim como qualquer uma. Ela se faz necessária quando um aluno está tendo seus direitos violados simplesmente porque foram julgados incapazes, porém, com as adaptações necessárias e atenção é possível extrair um grande potencial.</p>
N13	<p>O grande ponto da educação especial vem na acessibilidade e no direito que todos têm a uma educação de qualidade e principalmente em equidade.</p> <p>Ou seja, como relatado em um seminário sobre acessibilidade, devemos tratar com igualdade os iguais e com o desigual devemos trata-lo com sua realidade. A educação especial se faz necessária para que as PCD's tenham oportunidades de se desenvolver e que também tenham uma vida justa.</p>
N14	<p>A educação especial, vêm como um auxílio para as pessoas com alguma deficiência, sendo de extrema importância se ter a educação especial, irá favorecer este aluno e ajudará ele a viver em sociedade se sentir medo ou insegurança. A necessidade de se ter a educação especial se faz necessário para todo aluno que tenha alguma deficiência, porque irá ajudar este aluno a encarar a vida e não se achar inferior a ninguém,</p>
N15	<p>Educação especial é a porta para o mundo para o deficiente, cada deficiente precisa de um método diferenciado de ensino para igualar os seus conhecimentos com os alunos 'comuns' então quando um aluno especial não consegue acompanhar a turma na aprendizagem, entra a parte de adequar o ensino.</p>
N17	<p>A educação especial, assim como outros temas abordados, é de total importância, pois todos tem direito de uma vida digna, uma educação acessiva e de qualidade, ela se faz necessária em todo ambiente acadêmico, seja ele no ensino médio quanto em universidade.</p>
N18	<p>A caracterizo como forma de segregação, porém, ainda é muito utilizada, pois é mais fácil de praticar do que a educação inclusiva. Contudo, para o deficiente, ela pode sim colaborar muito, pois alcança melhor suas dificuldades, sana suas dúvidas.</p>

	Assim, ela se faz necessária quando o aluno não se adapta a escolas inclusivas, mas ainda precisa estudar para se tornar mais autossuficientes.
N19	A educação especial é até certo ponto exclusiva, porém é necessária em alguns casos, por exemplo, em casos de determinados tipos de deficiência mental em que o desenvolvimento cognitivo seja extremamente diferente em relação a alunos do ensino regular.
N20	A educação especial é uma forma de incorporar um aluno deficiente a dinâmica de ensino. É um modelo pedagógico que projeta recursos de acessibilidade para cada aluno dependente desta forma de ensino. É um importante eixo do ensino, pois consegue capacitar sujeitos vulneráveis na sociedade, que são tidos erroneamente como “incapazes”. Esta forma de ensino se torna necessária toda vez que precisamos incorporar um aluno especial em uma dinâmica de estudo e ensino final, o ensino curricular comum segue amplamente desenvolvido para alunos sem deficiência.
N21	A educação especial traz formas para atender as necessidades de um aluno, com o objetivo de facilitar o entendimento e dar acesso ao conhecimento. A educação especial é necessária quando a sala de aula comum não atende a necessidades especiais que um aluno necessita para a compreensão do conteúdo.
N22	A educação especial, é uma forma de educação que se dedica a alunos com deficiência, ela é necessária para que possamos adaptar os conhecimentos para cada aluno com sua diferença , e assim proporcionar o conhecimento (algo que é direito de todos)
N23	Educação especial seria aquele voltada para necessidades especiais específicas, tal como eficiência visual ou auditiva e se faz necessária, pois precisam de profissionais especializados para auxiliar os professores na confecção de materiais para que os alunos possa aprender e assimilar os conteúdos.
N25	Algo que extrema importância que geralmente muda a vida de pessoas com determinada dificuldades, porque não há nada mais justo que eles terem as mesmas oportunidades quanto pessoas sem nenhuma deficiência. Ela se faz necessária em todos os aspectos , tanto para quem é ensinado, quanto para quem ensina, a seleção dessas pessoas em sociedade já passa da hora de ser uma prioridade.
N26	A educação especial se faz necessária sempre que existe um aluno com algum tipo de deficiência num contexto de sala e aula, pois é a partir dos mecanismos possibilitados pela Educação Especial que esse aluno terá a mesma oportunidade de ensino.
N27	A determinação da educação especial é a forma de meios para o ensino de pessoas com determinadas deficiências, ou seja, ensino numa instituição própria para um determinado grupo. A sua importância é vista principalmente e primeiramente pois do alcance do direito básico de todo e qualquer cidadão, “o ensino básico de todo, acesso à escola é de direito a todos”. Sendo assim, se fazendo necessária para os primeiros passos da inclusão.
N28	A educação especial é um modelo de ensino o qual os alunos são separados por deficiência. É importante, pois ajuda o aluno de forma mais eficiente com os materiais apropriados para ele. Faz-se necessária como aula de contra turno para reforçar o aprendizado.
N29	A educação especial necessita de uma atenção a mais, os orientadores devem aprender muito antes de realiza-la e aprenderem muito quando estão realizando. Ela e algo delicado quando se é negado esse direito a uma educação especial para um aluno especial por falta de laudo ou diagnóstico e sofre muito, muitas vezes desistindo de estudar. ela se faz necessária quando se apresenta necessidades.
N30	É apenas como permite que qualquer um consiga estudar. Deve ser uma coisa normal de discussão de quando é necessária, pois não ajuda apenas o aluno com deficiência, mas facilita muitas vezes o entendimento de todos. É importante para equilibrar o ensino para todas as pessoas.

N31	A educação especial deve ser aplicada para alunos com altas habilidades e/ou super dotação, pois são alunos com uma maneira de aprender diferente. Por exemplo, um aluno com altas habilidades em matemática aprende essa disciplina com mais facilidade, mas pode ter dificuldades em linguagens e vai precisar explorar melhor seu cérebro para entender tantas linguagens, quanto matemática, a diferença estará na quantidade de conteúdo por tempo que ele vai aprender de cada uma
N32	Educação especial inclusiva é muito importante porque agimos com justiça. As pessoas são diferente e é necessário que aceitemos essa diversidade adaptando assim, a educação considerada comum para pessoas com deficiência.
N33	A educação o especial se faz necessária quando em uma sala de aula há algum (s) aluno (s) que precisem de algum tratamento diferenciado, sendo por ter altas habilidades ou alguma deficiência. E de extrema importância ter a educação especial pois todos têm capacidade e direito a educação e em muitos casos o que é necessário para incluir qualquer aluno com necessidades diferenciadas e simples e há salas/turmas de recursos que facilitam esse processo. E a educação especial se caracteriza em adaptar o ambiente e forma o profissional de maneira adequada para ensinar o que precisam.
N34	Há pessoas que possuem determinadas limitações que apenas a educação inclusiva não é capaz de sanar tais dificuldades como questões de espaço ineficiente, pessoas que tem déficit intelectual, o complexo cenário das pessoas espectro autista. Então os e faz necessário um espaço especializado e dedicado exclusivamente a buscar instrumentação, competência técnica e as relações com alunos e outros alunos com algumas deficiência.
N35	Seria formas diferentes de ensinar, outra metodologia em que o aluno com deficiência se dedique e consiga aprender o conteúdo. E muito importante pois o deficiente não é capaz de aprender com o mesmo método dos demais alunos e assim muitas vezes e passado de ano em saber suficientemente o conteúdo.
N36	Caracterizo como muito importante e se faz necessária sempre a, acho que após turmas feito esta disciplina consegue se abrir a minha visão para que inúmeras crianças são isoladas em escolas de educação especial porque se mostram diferentes dos demais, quando elas poderiam estar entre as escolas que consideramos normais e aprendendo com as crianças, assim não ficariam isolados e teriam mais qualidade no seu aprendizado.
N37	Acho que educação especial é aquela que necessita de mais do que a educação o regular desprende, é aquela que vai de encontro com cada caso, de cada aluno, estudando suas necessidades tempo de aprendizado, limitações e que requer mais humanidade. Se faz necessária a todos que não se adaptem a escola convencional, seja por limitações físicas ou intelectuais.
N38	Educação especial se traduz na adaptação e modelagem da corrida educacional com objetivo de fazer com que uma pessoa portadora de deficiência compreenda plenamente conteúdo das mais diversas abrangências, de modo a promover a inclusão destes indivíduos. Ela se faz necessária sempre que houver uma pessoa que não possui capacidades de acompanhar o ritmo “padrão” na aula, não importando o que foi a causa da necessidade.
N39	A educação especial se refere a alunos que possuem algum tipo de deficiência ou outra condição que se faz necessária um acompanhamento diferenciado. Ela aborda conteúdos e metodologias específicas para este público, visando uma complementação no seu aprendizado.
N40	A educação especial pode ser caracterizada como um conjunto de atividades desenvolvidas para auxilia alunos que possuem necessidades especiais de aprendizagem. Exemplo: sala especial para cegos, surdos/mudos para atividades em braille e libras, respectivamente. Ou ainda, sala de estudos avançadas para suprir a capacidade de superdotados. Estes espaços são



	relevantes para o desenvolvimento de habilidades específicas de acordo com a deficiência do aluno.
N41	Acredito que ela tem muita importância, principalmente para alunos com habilidades que precisam de outro acompanhamento além do acompanhamento em uma sala de aula normal, pois a forma como eles aprendem é diferente dos demais.
N42	A educação especial deve ser destinada a alunos especiais, pessoas com deficiências físicas, mentais, motoras, problemas de visão, audição. Para elas que a educação especial deve ser destinada. Ato ao qual tem por intuito a inclusão destes na sociedade ensinando-os todos os temas necessários para sua formação, mas de uma maneira ajustada de modo a neutralizar ou dispersar as limitações que os alunos possuem. Atitude de extrema importância, uma vez que os incluem em atividades/grupos sociais, exercendo assim, a cidadania.
N43	Se faz muito importante quando uma certa pessoa apresenta dificuldades distintas ou isoladas demais, a ponto de que sejam sempre respeitadas e introduzidas na Educação Especial para que o aluno não seja prejudicado por suas diferenças.
N103	Educação Especial = hoje é de suma importância, ela é necessária em todos os âmbitos e em todos graus de educação. Ela é suporte para muitos alunos na aprendizagem e na continuidade do progresso estudantil, assim como no desenvolvimento dos alunos.
N104	A educação especial é importantíssima para todos, é fundamental para uma igualdade social e indispensável para um crescimento de um país e ela se faz necessária para que quando requisitada ou quando se a necessidade de atender alguém com necessidades especiais, ela se faz desde o início da educação e deve ser construída desde cedo em material para educador, para que todos sejam capacitados para atender pessoas especiais não só em sala de aula como fora dela também.
N105	A educação especial é um desafio, pois ela tira o educador da zona de conforto, a importância do professor é fundamental, pois eles que tem o poder de desafiar as limitações dos alunos e ultrapassar as barreiras da aprendizagem. Ela é muito importante, pois leva confiança a todos, e se faz necessária quando algum aluno tem alguma deficiência seja física ou intelectual.
N106	A educação especial é algo que ainda precisa ser trabalhada de forma mais consciente, as estruturas e capacitações de professor precisa ser eficaz, pois os alunos que frequentam, por exemplo, salas de recurso, depende do grau de deficiência precisam de uma atenção a mais e precisam de estrutura para aprender e ter uma vida social. A educação especial no meu ver deve ser ou de forma que explore as potencialidades do aluno especial, focando nas suas habilidades e separando-as para além de um desenvolvimento significativo o aluno tinha um aprendizado dentro de seus limites.
N107	A educação especial se faz necessária a partir do momento que há um aluno com alguma dificuldade em aprender. A partir daí é necessário se adequar em formas de ensinar que auxiliem no aprendizado como materiais em braille, músicas, texturas, desenhos em 3D, tarefas que ensinem não só o aluno com dificuldade especial, mas todos os alunos.
N110	Educação especial é quando entra pessoas cegas, surdas, mudas, desenvolvimento intelectual então, super dotados, cadeirantes, etc., pois dependendo o eu vamos ensinar e necessário trabalhar diferente do que os outros alunos, a importância é que faz sair da rotina, faz ter uma experiência diferente e o necessário é que aprende a lidar com pessoas diferentes na sociedade, isso vale para professor e aluno.
D45	É um tipo de educação diferenciada daquela tradicional, essa educação faz-se necessário algum tipo de acompanhamento para que a pessoa que faz uso dela também possa se desenvolver, aprender e conviver com toda sociedade. Primeiramente, é necessário identificar a pessoa que possui tal necessidade para que possa tratá-la adequadamente, para isso se faz uso de psicólogos, professores e principalmente a família.

D46	A educação especial é uma educação voltada especificamente para a pessoa com deficiência, separadamente das outras pessoas. Ela pode segregar em conhecimento, mas acaba “falhando” um pouco na inclusão. Ela é importante porque dá atenção às necessidades e especificidade de cada aluno e a ajuda em seu desenvolvimento intelectual, emocional e comunicacional. Ela se faz necessária para alunos com deficiência, quando o ensino regular não dá conta das necessidades específicas dos alunos.
D48	A educação especial se faz necessária sempre, a partir da maneira em que há um aluno com necessidade específicas, é essencial que haja um preparo do professor para suprir as demandas especializadas de cada um. Sua importância vem do fato de que é a partir dela que há inclusão de fato. O professor deve conhecer o aluno, ser criativo para desenvolver métodos de ensino que não excluam alguém e principalmente, ser responsável pelo auxílio para o desenvolvimento do aluno da melhor e mais confortável forma possível. Na inclusão não é o aluno que se adapta, mas sim o ambiente que deve se adaptar a ele.
D49	A educação especial é muito importante, pois ela fornece conhecimento para quem tem algum tipo de deficiência e se faz necessária quando os métodos de ensino “normais” não atendem as necessidades da pessoa inclusiva.
D50	A educação especial é voltada para o ensino de pessoas que possui alguma necessidade especial, ela é importante pois faz parte do processo de inclusão dessas pessoas na sociedade. Penso que todas as escolas deveriam ter pelo menos um profissional capacitado para esses exercício, além de disponibilidade de recursos.
D51	A educação especial é um meio de inclusão para aqueles que possuem algum tipo de deficiência que deteve seu aprendizado ou que apenas possua um nível de superdotação. Ela é a forma que os alunos começam a ter uma socialização que seja “montada” especificamente para ela, senão também um espaço que ultrapassa o desenvolvimento cognitivo e ajuda no desenvolvimento pessoal. Educação especial se torna necessário quando o aluno não consegue aprender pelos meios convencionais.
D52	A educação especial é o que inclui e permite ao aluno especial usufruir dos mesmos direitos que seus colegas usufruem. É essa educação que dá suporte para o aluno com necessidades especiais, é através dela que o aluno cego aprende a ler, que o surdo é alfabetizado, que os alunos distúrbios mentais frequentam a escola normalmente, entre outros.
D53	A educação especial é aquela que ajuda os alunos com deficiência com temáticas e didáticas diferenciadas que ajudam no conhecimento do aluno na sua aprendizagem. Se faz necessária quando o aluno é surdo, cego ou até mesmo possui um autoconhecimento ( habilidade).
D54	A educação especial pode ser caracterizada no modo que, a atenção maior dada a pessoa que precisa, torna-se possível o aprendizado regular, em que mesmo necessitando de educação especial, também consegue acompanhar as outras pessoas com a mesma idade, tornando assim, possível que não se sinta isolada por não conseguir acompanhar as outras pessoas.
D55	A educação especial tem como objetivo trazer ferramentas adequadas para auxiliar a estudante nas salas de aula quando o método tradicional não se prova eficiente sobre ele para que assim a inclusão do aluno possa ser realizada e sua educação garantida.
D56	A educação especial é feita para alunos com deficiência, e no paraná as escolas para os deficientes é diferente e apenas para eles diferente do resto do Brasil. O ideal é que todos frequentem a mesma escola para promover a inclusão. Porém, é necessário as educações especiais para os alunos com deficiência possam aprender libras, braille e a manusear ferramentas de apoio para melhorar o aprendizado. E também se o aluno tiver uma dificuldade específica em alguma matéria que possa ter um reforço, ou seja, melhorada a didática da aula.



D57	Educação para mim é como uma armação de óculos, onde o professor seriam as lentes. Educação especial seria mudar a lente para atender ao problema.
D58	Caracterizo como necessário e útil para a inclusão das pessoas com necessidades especiais. Além disso, ela é muito importante quando é preciso dela, pois como a sociedade só comporta pessoas “padrão”, estas iniciativas de educação especial ajudam as pessoas com necessidades especiais não se sentirem excluídas e impossibilitadas de conhecer o mundo.
D59	Educação especial seria uma abordagem mais direta ao aluno com autismo, que visaria uma relação maior e mais abrangente entre aluno e professor. Se faz necessário quando o aluno não se integra.
D60	Educação especial é toda e qualquer educação para pessoas com deficiência de forma que ela complementa ou nivela os assuntos acadêmicos ou de demais áreas. Ela é uma modalidade de educação muito importante, e assim sendo, deve ser assegurada. Esse tipo de educação se faz necessária quando uma pessoa com deficiência ou altas habilidades precisa de algum complemento acadêmico, tanto para ajudar sua formação quanto para manter o interesse do aluno. É uma colaboração de pais, professores de escolas regulares e professoras de salas de recursos.
D61	A educação especial é quando o profissional da área de educação prepara uma aula que atenda toda e qualquer tipo de demanda não tendo preconceitos. A importância desse tipo de aula é que pessoas com certas deficiências tenham a oportunidade de estudar e de poder competir em um mercado de trabalho. Ela se faz necessária quando qualquer pessoa tem dificuldades na aprendizagem. O educador tem como missão compreender e se renovar no método educacional.
D62	A educação especial surge da necessidade de se atender aos estudantes que possuem necessidades educacionais específicas e fazer com que o ensino chegue a todos. Por isso, ela é de suma importância – não só para quem precisa dela, mas também para a sociedade como um todo- para que a inclusão seja feita.
D64	A educação especial é aquela em que o professor aprimora seu jeito de ensinar, aprende novos métodos e aplica para que alunos com determinadas dificuldades possa aprender, assim como os demais. Ela é de extrema importância, pois permite que pessoas com deficiência e altas habilidades desenvolvam seus talentos e competências. Ela se faz necessária quando o professor percebe que seu método tradicional de ensino não permite que alunos especiais aprendam com eficiência.
D65	A educação especial é a educação direcionada as pessoas com deficiência. Ela é feita em sala de aula, tendo certeza que o conteúdo que está sendo passado é acessível tanto aos alunos com quanto aos alunos sem deficiência. Além disso, é feita também fora do período de aula comum, dando apoio em contra turnos como um aprofundamento, uma revisão ou outras atividades não relacionadas ao conteúdo de sala, desenvolvendo assim outras habilidades.
D66	A educação especial é uma maneira de ensinar alunos com necessidades especiais de maneira que o inclua a sociedade. Ela se torna importante a partir do momento que realiza essa inclusão de maneira a abrir oportunidades a esses alunos alvos. Se faz necessária quando a educação regular não consegue atender e ensinar o aluno alvo, pois está presa a uma dinâmica de aprendizado que possui como foco alunos regulares apenas.
D67	Uma educação que foi do sistema convencional ela é importante pois pode ser aplicada para todos e quando se faz necessária pode ser aplicada de várias formas diferentes para o melhor aproveitamento de todos.
D68	A educação o especial é voltada para atender as pessoas com as diversas deficiências, individualmente, como escolas para surdos, cegos, etc. E a importância dela existir é atender os alunos que não se adaptam num ensino regular, e poder ter mais condições de desenvolve-los em suas necessidades específicas, dando todo respaldo possível.

D69	A educação especial é uma educação extra a sala de aula, ou seja, um complemento. Por mais que uma sala de aula seja inclusiva, que permita alunos com deficiência tenham um aprendizado normal, a educação especial é necessária porque esses alunos ainda têm dificuldades e necessidades especiais que não são trabalhadas dentro de sala. Por exemplo, quando um aluno com transtorno do espectro autista não consegue fazer prova na sala, pois fica muito nervoso, é importante que a escola tenha um lugar e alguém que possa ajudar ele individualmente.
D70	A educação especial é um acompanhamento adicional com o propósito de ajudar alunos com deficiências ou necessidades especiais a poderem participar das aulas como qualquer outro aluno.
D71	A educação especial é de extrema importância, pois a partir do momento em que é descoberto a necessidade de um ensino especial, e feito todo o desenvolvimento para que a pessoa consiga desenvolver habilidades específicas, é feito um acompanhamento para não haver defasagem de aprendizado.
D72	A educação especial é um apoio onde são trabalhadas as eventuais dificuldades dos alunos com algum tipo de deficiência possam apresentar. Sua importância está no fato de que mesmo frequentando as aulas normais, a educação especial os ajuda a não ficarem para trás. Ela se faz necessária quando o aluno apresenta alguma deficiência que possa dificultar seu aprendizado e relação a outros alunos.
D73	Acho muito importante para que as pessoas com deficiência tenham melhor aprendizado. Ela se faz necessária nas escolas, a partir de uma didática mais voltada aos deficientes..
D74	A educação especial inclusiva faz-se necessária quando alguns ou algum aluno não capta a mensagem que o professor tenta passar por possui alguma dificuldade, dessa forma, a educação exclusiva vem como uma forma de incluir o aluno para que este não fique atrás dos amigos ou muito à frente, mas sem que todos possam ter as mesmas condições
D75	A educação especial se faz necessária a partir do momento que o aluno não está tendo um rendimento “normal” tanto para mais quanto para menos. Já que a super dotação necessita de um olhar mais atento. Quando sabe-se que o aluno precisa de um olhar mais atento. Vejo como uma bicicleta e rodinhas que se não se faz mais necessária de sair para não atrapalhar o desenvolvimento do aluno
D76	A educação especial tem como objetivo desenvolver as potencialidades em um indivíduo que possui determinada necessidade especial através de adequações metodológicas
D78	Quando algumas pessoas com certas dificuldades necessitam de um método de ensino diferente que possam aprender, sendo de grande importância para que essas pessoas tenham o mesmo aprendizado e ganho de conhecimento como todas.
D79	A educação especial é muito importante pela inclusão que se faz as pessoas que possuem algumas limitações em relação a aprendizagem.
D81	A educação especial é um processo educativo e social, que busca desenvolver de forma responsável as potencialidades de alunos com deficiência através do desenvolvimento e aplicação de ferramentas que vão ajudar a ultrapassar os obstáculos que limitam o aprendizado desses alunos. Acredito que a educação especial seja de fundamental importância para primeiramente garantir direitos básicos de aluno a educação para todos os alunos com deficiência, e também para promover igualdade e justiça social, ou busca trazer e inclui o aluno com deficiência para o contexto da comunidade escolar, ao mesmo tempo que respeita suas limitações o garantir ferramentas e acesso para esse aluno.
D82	Educação especial é a adaptação da transmissão do conhecimento para um aluno devido a certas circunstâncias ou dificuldades. Ela é importante para garantir que todos tenha acesso à educação e conhecimento.
D83	Eu caracterizo a educação especial como uma grande arranjo social, pois possibilita a inclusão de pessoas que na história da humanidade foram

	excluídas e tratadas como inválidos, e que hoje a parti da educação especial podem estar mudando, dando oportunidade para esses indivíduos terem acesso educação , mas acima de tudo a oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissionalização.
D85	A educação especial se trata de uma “nova” configuração, adaptação e o asseguramento de recursos que viabilizem o aprendizado de indivíduos que precisem de tais requisitos básicos que qualquer instituição, seja ela pública ou privada, deveria oferecer. Ela é indispensável, pois só a partir dela , algumas pessoas que tenham, por exemplo, super dotação, autismo, baixa capacidade, possam ser inseridas com mais frequência em universidades, trabalhos ou até mesmo em atividades corriqueiras do dia a dia, mas que podem apresentar muitos obstáculos para essas pessoas.
D86	A educação especial visa permitir que os alunos com certo grau de dificuldade de aprendizado ou com superdotação tenham acesso a um conteúdo adaptado as suas necessidades. É de extrema importância para a educação inclusiva, pois permite a esses grupos outrora excluídos e/ou prejudicados por não se enquadrarem no padrão esperado o acesso à educação básico e superior de qualidade, o que é um direito deles. Faz se muito necessário quando o aluno mostra-se divergente do restante da sala, o que muitas vezes é agravado por um docente despreparado para ocasiões assim.
D87	Educação especial tem por características focar no sentido mais estimulado da pessoa com deficiência e, a partir desses sentidos, criar maneiras de ensino focado nele. Por exemplo, a questão da maquete para uma pessoa cega. Normalmente elas têm um tato muito mais avançado e ao tocar na maquete ela consegue imaginar a mesma. Ela é importante para que todos tenham acesso ao conhecimento e se faz necessária quando há alunos que possuem alguma necessidade especial.
D88	Eu vejo a educação especial como uma forma de incluir o aluno com deficiência no âmbito da escola. Ela é super importante, pois é a partir dela que o aluno é capaz de usufruir um direito básico dele, que é a educação. A educação especial se faz necessária sempre que houver um aluno, uma aluna que necessite dela, independente da forma que ela tenha que ocorrer (se o aluno é cego por exemplo, ele não irá ter a mesma necessidade da educação especial que um aluno surdo, pois suas deficiências são diferentes, logo os métodos de ensino também serão).
D89	Educação especial é um tipo de ensino dedicado a alunos portadores de deficiência ou a alunos superdotados, ou alunos com dificuldade de aprendizado. É importante para incentivar e igualar o aprendizado nas salas de aula comuns. Ela se faz necessária quando há um aluno que se encaixe as características citadas, seja em na escola ou em uma universidade.
D90	A educação especial é muito importante para atender todos os tipos de alunos. Quando uma turma possui um aluno com deficiência, a escola quem deve se adaptar ao aluno e não ao contrário Desta forma, dependendo do tipo de deficiência desse aluno, recursos devem ser adotados pra que a aula seja acessível para este aluno também.
D91	A educação especial olha para seus alunos e procura promover um ensino que melhor se adapte as suas capacidades. Ela se faz necessária sempre que tenha algum aluno com algum tipo de deficiência física ou intelectual que necessite de uma aula com um apoio devido.
D92	A educação especial é de extrema importância, pois muitas vezes uma pessoa com deficiência está disposta a estudar e aprender, mas sem alguns recursos é impossível, como por exemplo, um surdo, ele precisa de uma atenção especial para compreender o que está sendo tratado. Assim como um autista, um cego, ou alguma outra deficiência. É necessário ter salas de recurso, professores de apoio, fazer o possível para o aluno se sentir incluído.
D93	Eu caracterizaria a educação especial como aquela que visa ajudar o aluno com deficiência no seu amago. Caso estejamos falando de educação especial em sala, ela é aquela em que o aluno alvo tem mais facilidade de

	<p>aprender, mas que também enriquece a experiência dos demais. Quando o professor Eder, por exemplo, fez suas maquetes sensíveis para ensinar alunos deficientes visuais sobre ondas, seus alunos sem a deficiência também puderam dela usufruir, aproximando-se mais da matéria.</p> <p>Já a educação especial em contra turno permite um tratamento ainda mais focado do aluno com deficiência, como nos foi mostrado no seminário sobre superdotação.</p>
D94	A importância da educação especial se dá pelo fato de ela transpor barreiras no ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência, para que estas possam ser incluídas na sociedade de forma igualitária.
D95	A educação especial surge da necessidade de alunos de terem um suporte e em auxílio na hora de estudarem. Sem a educação especial alunos com autismo não conseguiriam estudar com os demais alunos e teriam sua educação afetada.
D96	Seria a educação para pessoas deficiências. Ela é de muita importância pois todos devem ter o direito de aprender. Ela se faz necessária quando o aluno não consegue se adaptar.
D97	<p>A educação especial é uma prática ou método educacional que busca meios de tornar o assunto compreensível através de métodos diferenciados.</p> <p>É de extrema importância que haja esse tipo de atendimento para que pessoa com deficiência possam ter acesso à educação que é um direito garantido pela constituição federal.</p>
D98	A educação especial é um artifício para dar suporte ao aluno e minimizar as dificuldades que o arranjo da sociedade cria para ele, com isso, pode-se dizer que é necessário o seu uso sempre que o aluno tenha algum campo de conhecimento defasado.
D99	A educação especial é quando o estudante tem algum déficit de aprendizagem, sendo esse déficit por conta mental ou física, a educação especial é mais normal do que pensamos, porém, na sociedade já inclui algumas dessas pessoas. eu acredito que a educação especial é mais importante na infância e adolescência, pois é onde o ser humano se desenvolve.
D100	A educação especial proporciona direitos iguais a todos, sem a monopolização dos métodos de ensino. Além disso, é capaz de ajudar alunos que não apresentam necessidades em seu aprendizado. É necessário em qualquer ambiente que se faça presente uma pessoa que não seja capaz de obter um bom aprendizado apenas com o ensino padrão.
D101	Seria um método diferenciado de ensino focado na deficiência da pessoa, pois cada caso é um caso, como os casos de superdotação em que o aluno se sobressai nas áreas de seu interesse, porém ele não pode esquecer das outras matérias e da convivência escolar que é muito importante não somente para formação acadêmica, mas para a formação como um ser humano, porém o ensino ainda muito segregado, pois é só uma forma de integração e não de inclusão.
D102	Educação especial, é para quando o aluno possui alguma síndrome ou algum atraso intelectual, como por exemplo, a síndrome de Down. Ela demanda uma metodologia de ensino diferenciada, além da necessidade de acompanhamento para que a pessoa possa ser inserida na sociedade com pouca dificuldade
D108	Educação especial é uma educação voltada para indivíduos que apresentam diferenças dos demais e requerem um ensino direcionado para que atinjam seu potencial máximo, ambiente que não encontrariam em uma instituição de ensino "normal". Sua importância está justamente em proporcionar oportunidade a pessoas tão capazes quanto qualquer outras, e que apenas precisam de condições propícias para terem êxito, como qualquer outras também. Ela se faz necessária para todos que precisem dela, seja por qualquer necessidade especial que apresentam, e é crucial que ela se faça acessível, para poder atender todas as parcelas da população, em todas as regiões e camadas sociais, pois a "deficiência" não escolhe lugar nem hora, é uma necessidade universal e deveria ser preocupação dos não deficientes, pois é um direito humano.

D109	A educação especial é um tipo de educação adaptada a alunos e voltada a pessoas portadoras de deficiência sejam elas quais forem aos quais evita a ideia de pseudo inclusão nos espaços físicos das escolas. Ela se faz necessária quando os alunos não identificados segundo as suas necessidade e então ocorre uma adaptação do sistema ensino aprendizagem de modo a incluir estes alunos e evitar a marginalização dos seus direitos.
D111	A educação especial serve para adaptar o ambiente ao PcD, logo deve atender s suas necessidades especiais de modo que seja possível a ele tudo o que é possível aos demais alunos. Ela se faz necessária quando o contrário ocorre.
D112	Educação especial já foi importante para que houvesse uma forma de acolher de certo modo uma população que por muito tempo foi excluída da sociedade, entretanto não é uma boa maneira de haver uma inclusão com a sociedade em geral. Desse modo, pode se considerar uma educação não necessária atualmente, pelo fato que existe tipos de educação que fazem esses “especiais” serem inclusos tanto na escola normal quanto na sociedade.
D113	Educação especial é um modelo adaptado para quem possui alguma necessidade educacional especial que se plicada no ensino regular pode beneficiar todos.
<b>ID</b>	<b>QUESTÃO 3:Para você, qual o público alvo da educação especial/inclusiva? Quem são eles (elas) e como você os(as) caracteriza(m) ?</b>
N1	Pessoas com deficiências específicas e que não se encaixam nas demais instituições de ensino.
N2	Pessoas com deficiência no geral, como: cegos, surdos, mudos, autistas e portadores de deficiência intelectual. Cada um possui suas próprias barreiras, dificuldades e meios de compreender as até as coisas, por isso, necessitam de uma maior atenção e dedicação, para que obtenham uma educação mais justa e direcionada.
N3	O público alvo da educação especial /inclusiva são todas as pessoas que tenham algum tipo de deficiência, necessitam de algum tipo de atendimento especializado e que devem ser incluídas na rotina escolar como todos os alunos.
N4	Por exemplo, alunos com baixa visão, cadeirantes, deficientes auditivos. Mas também é importante que os alunos “normais”, tenham essa convivência, que possam conseguir estabelecer um relacionamento e possam aprender lidar com as diferenças.
N5	Todos os alunos que apresentam deficiências físicas (visão, audição,...) a pessoas com alguma deficiência intelectual(das leves as moderadas), ou até mesmo aqueles que apresentam dificuldades de aprendizado, mesmo que não tenha sido detectados distúrbios ou transtornos.
N9	São pessoas com necessidades especiais, deficiências física ou mental, como deficiente visual ou baixa visão, pessoa com transtorno do espectro autista, pessoa com problema auditivo e etc. São pessoas que necessitam de um auxílio e/ou uma forma diferente de dar aula para que aprendam o conteúdo.
N10	Todo aquele possível aluno que possui algum impeditivo mental ou físico ao fazer parte de uma sala de aula.
N12	Pessoas portadoras de deficiências, transtornos e em situações sócio econômicas instáveis. Como portadores de deficiência estão os portadores de deficiência visual, física, auditiva, entre outras. Portadores de transtornos seriam aqueles com transtorno do espectro autista, alunos com altas habilidades, transtornos de atenção, entre outros.
N13	O público alvo são todas as pessoas que possuem deficiência física, motora, psíquica e mental (cognitiva) Deficientes visuais – são os que não enxergam ou tem pouca visão. Deficientes Auditivos Deficientes físicos Altas Habilidades Transtorno de espectro autista



N14	Toda pessoa com alguma necessidade especial deve ser o público alvo da educação especial, exemplos : cegos, surdo, mudo, autista, entre outros, caracterizam como pessoas com uma vontade enorme de querer aprender; apresentam muitas vezes agitações, insegurança, sofrimento.
N15	Para mim são eles os cegos e surdos pelo fato da forma de ensinar em classe comum ser diferente, então a inclusão é muito importante.
N17	O público alvo são alunos com síndromes, super dotação ou também alunos com dificuldade no aprendizado, alunos com autismo, com super dotação se caracterizam por serem muito bons em determinadas áreas deixando outras de lado ,o perfeccionismo também atrapalha muito, por esse fato a inclusão desses indivíduos no meio acadêmico é tão importante.
N18	Para mim a educação inclusiva tem que atender pessoas mudas, surdas, cegas, com déficit de atenção, autismo, superdotação, baixo QI, dislexia e todos os alunos com desempenho baixo e grandes dificuldades. Vejo que a capacidade do aluno se dá pelo professor, então se esse aluno não está indo bem é porque o professor não alcança ele no aprendizado, pois todos são capazes de aprender, se desenvolver esse comportamento com mais calma apenas precisam de uma atenção maior.
N19	A educação inclusiva é destinada principalmente aqueles grupos com maior dificuldade de "imersão" social, por exemplo os surdos, estes como possuem uma língua própria e até uma cultura própria acaba sendo mais difícil inseri-los numa escola de ensino regular.
N20	Na maior parte dos casos alunos acometidos com alguma deficiência parcial ou completa de algum sentido da ação motora ou alguma região do corpo ou mesmo alunos com alguma espécie de distúrbio mental. São aqueles alunos que exigem aproximação diferente e adequada às suas necessidades durante o ensino.
N21	Alunos portadores de deficiência física, alunos com DEA, com altas habilidades, entre outros. São alunos que necessitam de um acompanhamento especializado pois a sala de aula comum não atende as necessidades que o aluno tem para compreender a matéria. Outro caso dos alunos com altas habilidades que necessitam de atividades que as desenvolvam.
N22	"O público alvo dessa educação são pessoas com deficiências quaisquer que sejam; física, visual, auditiva, mental, entre outras. São pessoas que precisam de tipos diferentes de instruções, precisam que certas coisas sejam adequadas para suas condições.
N23	Para mim o público alvo da educação especial/inclusiva são aqueles alunos que possuem certas necessidades educacionais especiais tais como surdez, cegueira, altas habilidades, autismo etc. Para caracterizá-los, verificava se eles tem algum tipo de dificuldade de aprendizagem ,por exemplo, se um aluno que tinha baixa visão , observaria se eles estão esforçando muito para enxergar ou se o aluno mostra desenterrado em sala por ter facilidade por aprender e acaba se desinteressando pois ele não tem desafios e, com isso tentaria encaminhá-los para as salas de curso que poderiam ajudar -os a desenvolver ainda mais.
N25	Surdos, cegos e deficientes neurológicos, sem dúvidas são, no meu ver, os que mais são excluídos na sociedade, os que tem seu " próprio mundo " , a se juntam com semelhantes e se isolam, e isso infelizmente acontece por essa falta de atenção que eles tem.
N26	São crianças que tem alguma deficiência, que pode ser física, intelectual ou social. Eu caracterizaria eles como crianças que necessitam de um atendimento diferenciado e exclusivo ( no sentido) de que deve ser personalizados de acordo com cada aluno.
N27	O público alvo é pessoas com mobilidades físicas ou mentais por exemplo, pessoas com deficiência física – aquela na qual se desdém de algum membro do corpo-, visuais,- tendo baixa visão ou perda total-, auditivo, com baixa capacidade para ouvir ou totalmente surdo.

N28	Para a educação especial: os alunos que possuem deficiência (cegos, surdos, espectro autista e outros), pois precisam de uma atenção, um material de apoio e um profissional especializado para garantir que eles tenham uma formação verdadeira. Já a inclusiva, acredito que todos. Primeiro por ser um direito e também por não excluir nenhum grupo.
N29	São as pessoas que possuem alguma deficiência intelectual como: autismo, super habilidades, discalculia, dislexia, esquizofrenia, síndrome de Down. Deficientes físicos como: deficientes auditivos, visão baixa, deficientes visuais, baixa audição, cadeirantes.
N30	Para mim o público alvo e qualquer um que necessite, para pessoas com deficiência precisa de cuidado específico, mas não restringir apenas a eles, acho que seu espaço para os demais ajuda na inclusão assim como no desenvolvimento individual. Como próprio nome diz (caracterizar), são características, um pouco diferentes, mas não deixam de ser apenas características.
N31	O público seriam os alunos com condições especiais, são eles: deficientes visuais, deficientes auditivos, mudos e deficientes físicos. Este público é capaz de aprender, eles apenas dependem de certos recursos para melhorar seu rendimento.
N32	Alunos com deficiência visual, auditiva, intelectual, motora e autônoma. O último citado e necessário avaliar seu comportamento durante as aulas e conversar com a família para que possam entrar em contato com um especialista.
N33	São as pessoas que possuem alguma característica, necessidade diferente das restantes. Em muitos casos, são considerados pessoas com deficiência, necessidades especiais ou altas habilidades. Caracterizo tais pessoas como uma parte de certa forma, excluído da sociedade comum sendo pela dificuldade em lidar com o desconhecido, com pelo preconceito. Temos que ter consciência que tal público possui diversas habilidades e só precisam do mínimo de dedicação e atenção para desenvolver e demonstrar o seu potencial.
N34	A educação especial/inclusiva abrange surdo, mudos, cegos, pessoas com deficiência física, intelectual, de altas habilidades, entre outros. São pessoas que necessitam de um olhar mais integrativos, porém também abordando suas características individuais, as dificuldades não devem impedir a educação e o contato social, inserção no mercado de trabalho. A partir.
N35	Pessoas cegas ou com baixa visão, surdas ou baixa audição, cego-surdo. Pessoas com algum tipo de deficiência comparado aos demais alunos, que necessitam de outros métodos de ensino para aprender com clareza.
N36	São pessoas que apresentam alguma deficiência. Como cegos, pessoas com baixa visão, TEA, pessoas com problema de locomoção, pessoas com problemas auditivos, crianças com outros tipos de transtornos desde que já tenham aprendido a conviver com outras crianças sem apresentar sinais de agressividade. Eu acho que eles na maioria das vezes se apresentam tranquilos e gostam de estar com crianças diferentes.
N37	Deficientes físicos, baixa visão, autistas, cegos, etc. Caracterizados como com limitações físicas ou intelectuais, ou ainda grupos que sofrem exclusão como alunos dislexos.
N38	O público alvo seriam surdos, mudos, portadoras de deficiências cognitivas, portadoras da síndrome do espectro autista, como também superdotado intelectualmente. Eu caracterizaria por deficiências físicas motoras intelectuais ou psicológicas. Apesar de que eu também acredito que essa classificação tem um caráter segregatório que deveria ser evitado.
N39	O público alvo da educação especial/inclusiva são pessoas que possuem algum tipo de deficiência psíquica como o transtorno do espectro autista, pessoas com transtorno de déficit de atenção e/ou Hiperatividade (TDAH), altas habilidades e incluem ainda a comunidade surda e pessoas cegas.



	A educação especial/inclusiva tem objetivo que prega diferentes abordagens metodológicas para proporcionar uma educação em que este público passa não a ter acesso, como também garantia de aprendizado.
N40	O público alvo da educação especial/ inclusiva é qualquer aluno que apresente determinado limitação de aprendizagem. A caracterização destes alunos pode ocorrer de várias maneiras. Algumas deficiências são mais fáceis de serem detectadas devido a limitações expressas externamente (físicas, surdez...), enquanto outras deficiências de caráter internos como o espectro do transtorno autista e outras síndromes necessitam de um auxílio médico para caracterizá-las. Cabe ao professor estar atento a alguns sinais e auxiliar no encaminhamento ao profissional da saúde para que o aluno tenha deficiência no processo de aprendizagem.
N41	Alunos com altas habilidades e outros tipos de transtornos globais. Precisam de materiais diferentes, uma atenção maior, paciência para entender o ritmo desses alunos.
N42	Pessoas que necessitam de uma atenção especial em sala de aula com deficiências físicas, motoras, mentais, problemas de visão, audição. Todos que necessitem que algum tipo de atividades especiais, devido a alguma limitação, seja ela física seja ela mental. Alunos cadeirantes, alunos cegos, alunos superdotados, alunos com dificuldades; para tais casos a educação especial inclusiva se aplica. Mas também para alunos que possuam dificuldades no entendimento da matéria mesmo sem ser portador de alguma deficiência, necessariamente. A educação inclusiva pode ser direcionada e alunos sem problemas além do entendimento da matéria com um reforço escolar, por exemplo.
N43	Alunos que possuem maiores dificuldades na hora de se integrar e de aprender do que os demais. Principalmente deficientes visuais de alto grau, deficientes intelectuais e motoras, pois são os que apresentam uma maior dificuldade na hora em que passam pelo portão da escola.
N103	Acredito que seja todo aquele que possui alguma necessidade física ou intelectual e que precisa de um suporte para que o desenvolvimento seja positivo na escola. São pessoas com alguma deficiência intelectual, deficiência física e super dotados.
N104	Todos os alunos portadores de necessidades especiais que tenham alguma deficiência seja da física, seja da mental e eles são caracterizados como alunos especiais que necessitam atenção especial e inclusão da forma que um todo os aceitem e respeitem para que o nosso possa crescer e vencer sua dificuldade.
N105	Deficientes físicos (cegos, surdos, mudos, audiovisuais), deficientes intelectuais, altas habilidades, autistas ou com déficit intelectual.
N106	O que eu aprendi que por mais que dois alunos compartilhem da mesma deficiência, cada caso específico, pois envolve como a família lida com isso, como ele foi educado até o momento, portanto, dar apenas uma característica sem saber o contexto é muito difícil.
N107	Inicialmente os alvos são os alunos com deficiência visual, auditiva, motora ou intelectual. Logo, se vê que a educação inclusiva/especial pode se adequar a alunos sem deficiência, mas que tem dificuldade para aprender, com os métodos ou lições diferentes de só copiar, ler, calcula favorece não só os alunosespeciais, mas também os outros. As pessoas com deficiência não são incapazes, mas sim pessoas que aprendem de forma diferente, capazes de exercer qualquer função.
N110	São pessoas cegas, surdas, deficiência física, desenvolvimento intelectual devagar, síndrome de down, autista, superdotado, etc. Eles são pessoas normais como nos mas tem uma certa característica cada um que faz deles especiais e que isso não impede de conviver na sociedade.
D45	Pessoas portadoras de alguma deficiência ou de algum tratamento especializado como por exemplo pessoas com deficiência visual, auditiva, pessoas com autismo, altas habilidades.

D46	O público alvo da educação especial/ inclusiva são as pessoas que possuem alguma deficiência física e/ou mental. São pessoas que possuem alguma necessidade educacional diferenciada, como deficientes visuais que precisam de Braille, descrição de imagens, maquetes; pessoas com altas habilidades/super dotação, que precisam de mais estímulos intelectuais em áreas específicas de seu interesse, pessoas com TEA, que precisam de estímulos específicos e tratamento diferenciado para despertar seu interesse.
D48	Além das pessoas com deficiência de fato, que consistem em um grupo que por alguma característica (física ou mental) possui dificuldade no que diz respeito ao desenvolvimento social e/ou acadêmico, é importante que esses ensinamentos sobre inclusão sejam passados para aqueles que não pertencem a esse grupo também. Para que assim, aqueles que precisam tomar posse do conhecimento para defender e exigir seus direitos e os que não se encaixam nas características do grupo saibam receber, incluir e nunca negligenciar os outros.
D49	Todos que tem alguma deficiência ou transtorno de qualquer tipo, que não conseguem aprender nos mesmos parâmetros de quem não têm alguma necessidade especial.
D50	Pessoas com algum tipo de transtorno ou deficiência. A educação especial também deve atender pessoas que possuem apenas em grau de dificuldade, como o caso de pessoas com baixa visão, suas aulas também ser adaptadas para o seu melhor aprendizado. Esses indivíduos devem ter seus direitos assegurados, pois são cidadãos também, devem ser respeitados e inseridos na sociedade.
D51	A educação especial/inclusiva abrange todos aqueles que tem empecilho cognitivo ou físico, que o prejudique na hora do aprendizado, não conseguindo se desenvolver como um todo.
D52	Qualquer pessoa que possua limitações físicas ou psicológicas e não consiga acompanhar a educação comum por conta dessas limitações. São pessoas que por muito tempo foram ignoradas e hoje tem a possibilidade de aprender e desenvolver suas habilidades. Essas pessoas muitas vezes são sensibilizadas por suas limitações e é dever da educação inclusiva resgatar essas pessoas e ajuda-las ensinando que elas fazem parte de um todo e não estão separados.
D53	O público alvo da educação especial/inclusiva para mim são os alunos que possui alguma deficiência, como ser surdo, mudo, que possui limitações para andar, escrever e alunos com altas habilidades. Estes são alunos que possuem uma competência e habilidades diferentes que os outros, mas mesmo assim devem ser tratados com igualdade. Por exemplo, - O aluno com alta habilidade faz coisas que outros não fazem; - Os alunos da educação especial tem habilidade com braille e libras; - Tem mais "facilidade" em reconhecer maquetes, do que um aluno que for fechar os olhos e tentar descobrir o que está sendo representado ( como no exemplo do museu citado em sala).
D54	Todas as pessoas que possuem algum tipo de deficiência seja uma deficiência visual, auditiva e pessoas autista ou que não conseguem aprender por algum tipo de dificuldade.
D55	Seriam os alunos com alguma deficiência física em escolas com pouca acessibilidade. Com algum nível de transtorno do espectro autista, superdotação ou deficiência intelectual que não tem professores ou que a escola não tem métodos adequados para o ensino desses alunos .
D56	O público alvo são pessoas com deficiência visuais, auditivas, físicas, pessoas com autismo, síndrome de Down, com déficit de atenção, entre outras pessoas com deficiência. Todas essas pessoas são capazes de aprender, cada uma forma diferente, respeitando suas individualidades. Todas têm interesse em aprender e querem independência e oportunidades. Alguns tem altas habilidades como o autista, outros tem uma dificuldade maior em se concentrar, como um aluno com déficit de atenção. Alguns tem dificuldades motoras, dificuldades para se locomover como os cadeirantes.

D57	Qualquer aluno que necessite de uma abordagem diferente a regular. Seja em estrutura física do ambiente, seja em sala de aula. Características variam de caso para caso, mas vejo como mais marcante a necessidade específica, seja essa necessidade com rampas, materiais táteis, acompanhamento em salas multifuncionais.
D58	São os grupos fora do padrão normal. Os cegos e as pessoas com baixa visão que são caracterizados como alunos com deficiência e que precisam aprender com os sentidos além da visão. Os surdos e pessoa com baixa audição que necessitam para se comunicar o uso de libras e linguagem de sinais. Existem também as crianças com superdotação que precisam sim de educação especial, existem os autistas que podem ser enquadrados nesta categoria de público alvo pois são pessoas com características distintas do padrão.
D59	Alunos com habilidades atenuadas em algo como música, matemática, esportes, etc. Seriam facilmente não percebidos por outros professores que não das áreas.
D60	Todas aquelas pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, sejam elas físicas ou intelectuais, além de pessoas com altas habilidades. Pessoas com deficiência visual, surdos, deficientes físicos autistas, pessoas com TDAH, pessoas com outras deficiências intelectuais ou algum tipo de superdotação. É muito complicado caracterizar essas pessoas que necessitam da educação inclusiva, porém, pode-se dizer que são todas as quais apresentam alguma diferença das pessoas que pelo senso comum, são consideradas normais. Isto está explicado em um livro ou documento (não me lembro bem ao certo), como foi citado em um seminário.
D61	O público alvo da educação especial /inclusiva são as pessoas que sofrem com determinada necessidade educacional, sejam elas físicas, visuais, auditivas. Para mim estas pessoas são iguais a todo mundo com apenas uma dificuldade que as diferença da maioria, no entanto, essas pessoas temo mesmo nível intelectual que qualquer uma, somente é necessário estimular e compreender sua necessidade.
D62	O público alvo da educação inclusiva, além de PcD's, inclui também pessoas com altas habilidades/super dotação, assim como qualquer outro que tenha uma necessidade educacional específica. Esses estudantes são aqueles que precisam de maior atenção e suporte da escola para que seus direitos a educação, além de outras garantias fundamentais, sejam concedidos.
D64	São pessoas que aprendem com métodos alternativos de estudos, são pessoas que apresentam deficiências ou superdotação. Suas características são diversas como: cegos, que necessitam de áudio ou de materiais que possibilitem o toque para aprender, os surdos, que necessitam de um interprete que consiga passar a informação que o professor transmite, entre outros.
D65	O público da educação especial/inclusiva são todos, pois apesar de objetificar as pessoas que possuem deficiência, ela é feita em conjunto de todos os alunos. Em termos das pessoas com deficiência que são alvos tomos de tudo, pessoas altamente capacitadas e pessoa que necessitam de mais ajuda para uma melhor compreensão. A beleza da educação especial é que ela é totalmente inclusive, cuidando de todas as necessidades. Eu as caracterizo como pessoas portadoras de características diferentes. Não são características ruins, apenas diferentes e por isso exigem uma forma de aprendizado diferente.
D66	São alunos com deficiência física, auditiva, cognitiva, superdotados, autismo, etc. Esses alunos devem ser o público alvo, pois precisam de um apoio maior do que o oferecido na educação regular, precisam ser incluídos e terem a mesmas oportunidades que os demais alunos. Quando a deficiência física, podemos caracterizá-los mais facilmente, mas quando se trata da cognitiva e necessário acompanhamentos mais frequentes para saber o tipo da deficiência. A verdade é que cada caso é único e devemos saber exatamente como incluir esse aluno, não devemos por características padrão.

D67	Tecnicamente qualquer pessoa com algum tipo de deficiência ou “transtorno” pode fazer parte do público alvo, variando de deficientes visuais para até pessoas com TODA. Pois o ensino não tem como ser aplicado neles.
D68	O público alvo da educação especial/inclusiva são as pessoas eu imagino, pois, pessoas que possuem e não alguma deficiência. Elas podem ter alguma dificuldade de se relacionar entre as pessoas, ou precisar mais de ajuda em alguma disciplina na escola, ou precisar que haja acessibilidade nos locais e lugares, um atendimento especializado em sala de aula. Então independe se ela tem uma deficiência, se precisa de uma educação inclusiva.
D69	O público alvo seriam as pessoas com deficiência e as que sofrem com barreiras no dia a dia que a grande maioria da população não sofre. Elas são aquelas pessoas que são cegas, surdas, com qualquer tipo de deficiência física ou intelectual e até mesmo pessoas com super dotação, uma vez que todas apresentam necessidades que precisam ser trabalhadas com todos para que seja possível chegar na inclusão.
D70	Alunos com deficiências auditivas, visuais ou físicas, por muitas vezes erem negligenciados, por não serem capazes de participar das aulas em métodos de ensino mais ortodoxos.
D71	Eu acredito que o público alvo seja pessoas com alguma necessidade de um acompanhamento mais específico, como uma criança com déficit de tenção que é preciso ser trabalhado com ela maneiras para que ela consiga aprender, maneiras que não sejam visto em um sala de aula comum dado que algumas vezes não costuma funcionar.
D72	Alunos cegos, surdos, com deficiência de aprendizado e deficiências físicas. São alunos que tem certas limitações que podem interferir no aprendizado e fazer parte da educação inclusiva os ajuda a superar suas dificuldades.
D73	São pessoas com alguma deficiência. Elas têm alguma condição física/psicológica diferente da maioria das pessoas.
D74	Pessoas com deficiência visual, surdos, mudos, pessoas autistas, pessoas com altas habilidades. Caracterizo-as como pessoas que possuem algum tipo de diferença perceptível em relação aos demais. Me refiro a diferença perceptível como sendo uma diferença considerada fora do padrão, visto que não existem pessoas normais, todos nós temos nossas diferenças, entretanto existem grupos que não são socialmente bem vistos por serem descritos como diferentes devido ao padrão pré-estabelecido.
D75	Eu caracterizo como pessoas com alguma característica super dotativa, deficientes visuais, cegos, mudos, surdos, deficiente intelectual, deficiente de habilidades motoras, etc. Mas acredito que uma sala não vá da conta de toda essa diversidade, então se faz necessário em várias especialidades, várias salas para eles. Não existe um genérico de pessoa. Mas a características singulares que se apresentam, mas cada pessoa com alguma particularidade entre 0 e 1 tem-se infinitos números.
D76	O público alvo da educação especial, primeiramente passa por um acompanhamento para que seja caracterizado como tal. Neste caso, eu caracterizo como alguém que possui determinadas divergências com relação a maioria dos indivíduos, sendo o público alvo de uma educação especial aqueles que passaram por processos e acompanhamentos que comprovem sua necessidade.
D78	Pessoas com algum tipo de deficiência ou que possuem certa dificuldade em aprender ou pessoa superdotadas que tem dificuldades em se comunicar e interagir. Essas pessoas podem apresentar necessidade em aprender, se relacionar com os outros ou se sentir excluídos.
D79	Os deficientes portadores de algum problema que os limita no meio em que nossa sociedade e estruturada... As deficiências abrem um espectro muito amplo, como cegos, pessoas com baixa visão, autistas, alta habilidades, deficiências motoras, deficiências consideradas como neurológica, como por exemplo autismo.

	Eu os caracterizo como pessoas que só precisam de uma estrutura que se adequa a sua deficiência e com isso elas são capazes de realizar seus sonhos profissionais e se sentir realizados.
D81	<p>O público alvo da educação especial/inclusiva são alunos com deficiência, ou seja, que apresentam limitações físicas, mental, psicológica ou sensorial a longo prazo e que por isso muitas vezes vão encontrar barreiras que o impedem de participar efetivamente do ambiente escolar e também alunos com altas habilidades pode ser incluídos no grupo da educação o especial/inclusiva.</p> <p>Em ambos os casos, tendo os alunos com deficiência, bem como os alunos com altas habilidades necessitam da educação especial, pois possuem necessidades específicas que na maioria das vezes, no sistema de ensino comunicacional, não são atendidos de forma que isso acaba criando barreiras de ensino que limitam esses alunos.</p>
D82	O público alvo da educação especial envolvem as pessoas com deficiência sensoriais, como cegueira, surdez e dificuldades de aprendizado, dificuldades cognitivas e afins, como autismo e alunos com altas dificuldades.
D83	Para mim o público alvo da educação especial/inclusiva não se limita apenas a pessoas com alguma deficiência, pois se fosse exclusiva apenas para esses indivíduos ela não se tornaria uma educação inclusiva, mas sim segregatória como foi falado na palestra. O fato de limitar o contato da sociedade com pessoas com deficiência, faz com que se crie preconceitos, e é aí que a educação especial inclusiva tem que atuar, o papel dela é desmistificar a visão que a sociedade tem com pessoas com deficiência.
D85	Indivíduos com autismo, altas e baixas habilidades, cegos, surdos ou com algum tipo de diferença intelecto-comportamental podem ser público alvo direto da educação especial e inclusiva. Assim como pessoas “normais” (que não necessitam de recursos diferenciados para o seu desenvolvimento social e cognitivo), esses indivíduos precisam estar inseridos juntamente de todos os outros ainda que hajam barreiras que muitas das vezes inviabilizam suas formações pessoais. Eles pertencem a grupos que compõem e inserem diversas pessoas no Brasil e no mundo apresentam diferentes comportamentos só conseguem ter a chance de se incluir em um meio com efetivação partir de nossas adaptações.
D86	<p>Os deficientes físicos, os deficientes visuais, os deficientes auditivos, as pessoas que sofrem com o transtorno do espectro autista, os alunos que possuem super dotação entre outros.</p> <p>As pessoas dos grupos supracitados são primeiramente guerreiras!</p> <p>Todos os dias convivem com um ambiente por vezes desfavorável e despreparado para suas necessidades e batalham para superar essas adversidades. São pessoas incríveis que não devem ser julgadas ou desrespeitadas por suas necessidades especiais, mas sim incluídas, respeitadas e admiradas por sua força de vontade, essa quase sempre imensurável.</p>
D87	<p>O público alvo da educação especial/inclusiva são os alunos que possuem alguma deficiência, sendo mais comum ser relacionado a pessoas com deficiência visual e/ou auditiva (cegos e ou surdos).</p> <p>Eu os caracterizo como sendo pessoas que tem suas sensações mais estimuladas, alguns sentidos mais bem desenvolvidos.</p>
D88	O público alvo são as pessoas, homens ou mulheres, crianças, jovens e adultos que tenham alguma deficiência (física ou mental) ou que necessitem de uma educação especial/inclusiva, como por exemplo pessoas com superdotação.
D89	<p>São os alunos portadores de deficiência (PcD), superdotados ou com dificuldade de aprendizado e educadores que venham a participar em sala de aula (fazendo tradução para libras, por exemplo) ou nas salas especiais em contra turno (não me recordo do nome).</p> <p>Os alunos do público alvo seriam, então deficientes auditivos/surdos, deficientes visuais/cegos, mudos, pessoas com deficiência de locomoção (inclusão no aspecto físico escolar, autistas, entre outros).</p>



D90	<p>O público alvo da educação inclusiva são aquelas pessoas que possuem limitações ou altas habilidades.</p> <p>As pessoas com deficiência podem ter deficiência visual, auditivas, portadoras de doenças, etc. As limitações podem impedir o aluno especial de acompanhar as atividades como os demais colegas e as altas habilidades fazem com que o aluno esteja à frente dos demais colegas, que muitas vezes pode ser um problema.</p>
D91	<p>O público alvo são alunos portadores de alguma deficiência física ou intelectual. Eles são os estudantes com distúrbio do espectro autista, cegos, surdos, etc. São pessoas que para receber a mesma educação que os demais colegas necessitam de um atendimento especializado. Muitas vezes só jeito de socializar também é diferente e tem que ser respeitado.</p>
D92	<p>Pessoas com deficiências, cegos, surdo, autistas, mas também alunos com altas habilidades ou déficit de atenção.</p> <p>São caracterizados como pessoas diferentes, uma coisa que me chamou atenção ao longo das aulas, foi no dia que foi passado um vídeo de uma entrevista de um cego onde ele falou que as pessoas ao fazer uma pergunta para ele, algumas vezes não se referiam a ele, perguntavam para quem estava do lado dele responder, como se ele não fosse entender, e como ele mesmo falou, o tratam como se fosse um estrangeiro.</p>
D93	<p>O público alvo da educação inclusiva é a sala de aula inteira. Enquanto a educação de integração se fala em ajudar ciente os alunos com deficiência, a educação inclusiva tem a percepção que o que ajuda os alunos com deficiência também pode ajudar alunos sem as mesmas.</p> <p>É muito comum em aulas de física ou matemática, por exemplo, que os alunos tenham muita dificuldade em entender o conteúdo, por ele ser muito rapidamente abordado, com um aluno deficiente visual as coisas mudam, pois, os professores precisam dar mais atenção a explicação de fórmulas e conceitos visuais, por exemplo. É graças a esse enfoque redobrado em aspectos da matéria exigidos pela educação inclusiva que ambos os alunos com deficiência e os sem conseguem entender melhor a matéria. Ou seja, educação inclusiva não é um encaixe: é uma oportunidade.</p>
D94	<p>São pessoas com deficiência, tanto físicas como cognitivas que necessitam de um atendimento especializado, como o surdo e cegos, ou de um acompanhamento como os autistas para que todos possam ser atendidos.</p>
D95	<p>Os alunos alvos da educação especial e da educação inclusiva são aqueles com necessidades especiais ou portadores de deficiência, estes não têm condições de frequentar uma sala comum sem as ferramentas para incluí-los nas aulas. Ferramentas como um intérprete de libras ou um computador em braille.</p>
D96	<p>Autistas, surdos, cegos, etc. Eles são seres humanos como qualquer outro, com suas peculiaridades próprias.</p>
D97	<p>A educação especial é voltada para diversos grupos de pessoas, cada grupo sendo necessária uma atitude diferente para atingir as pessoas com deficiências (visuais, motoras, etc.) até os alunos com altas habilidades, autismo e outras particularidades.</p>
D98	<p>O público alvo da educação especial inclusiva é todo aluno que apresenta alguma deficiência, seja portador de alguma deficiência, podendo ela ser sensorial, cognitiva e em alguns casos podendo ser social.</p>
D99	<p>São todas as pessoas que tem um déficit de aprendizagem tanto por "problemas" mentais, quanto físico, (físico ainda entra pois não tem aulas 100% inclusivas). São pessoas que podem ou não ter alguma deficiência, porém devem apresentar alguma dificuldade em aprender.</p>
D100	<p>Todos que possuem alguma dificuldade de aprendizado de forma convencional, geralmente contendo alguma condição impossibilitando isso.</p>
D101	<p>Todos aqueles que sofrem certo tipo de segregação porque apresentam algo que não acompanhe o certo método de ensino praticado atualmente. Diria que são pessoas que não se encaixam no que o método convencional diz que é ser aluno, porém, isso não os faz menos dignos de aprendizagem, pelo contrário, tem o direito de estudar como qualquer outra pessoa.</p>

D102	O público alvo são pessoas com necessidades especiais, sejam elas psicológicas ou cognitivas. O espectro dessas pessoas possui uma vasta gama, variando de TDAH até alguma síndrome. Eles se caracterizam como “pessoas com uma dificuldade a mais”.
D108	O público alvo é a parcela não atendida pelo ensino “normal”. A pessoa pode ter dificuldade de locomoção por alguma limitação física ou precisa de auxílio na realização de tarefas pelo mesmo motivo, precisando de pessoal disponível e capaz para tendê-lo. Pode possuir deficiência visual de qualquer instância, auditiva e de fala. Ter deficiência intelectual. Pessoas do espectro autista ou com TDAH também. Pessoas super dotadas e com altas habilidades.
D109	O público alvo educação especial/inclusiva são pessoas que portam necessidade específicas que impedem sua ascensão social de alguma maneira, ou seja, portadores de deficiências sejam elas visual, auditiva, locomotiva, etc. Estas pessoas são caracterizadas como pessoas com deficiência intelectual, pelo fato de ser uma parcela da sociedade que não desenvolve sua capacidade intelectual, cognitiva pelo fato de não ter um espaço físico adaptado para receber esses alunos, dessa forma a maioria das escolas não adaptarem seu espaço e essa problemática afeta e marginaliza os direitos desses alunos.
D111	Toda e qualquer pessoa que possuir alguma característica que a limite nos afazeres cotidianos. Exemplos: pessoas com deficiências auditivas/surdos por completo ou que usam aparelhos auditivos; Pessoas com deficiências visuais/cegos ou com visão parcial; pessoas com limitações físicas e motoras/aleijamentos, paralisias, para/tetraplégicos; pessoas com deficiências intelectuais como autistas que possuem dificuldade em consolidar relações, não conseguem se comunicar efetivamente e muitas vezes tem afinidade com assuntos muito específicos, ou pessoas com super dotação/altas habilidades, que necessitam receber conteúdos a mais, pois muitas vezes demonstram desinteresse no básico que já dominam.
D112	São pessoas com algum tipo de deficiência, como autismo ou cegueira. Essas pessoas necessitam uma atenção maior comparada aos demais. O cego precisará ler com as mãos, mas nem sempre é possível. O surdo precisa aprender duas linguagens diferentes, o português escrito e libras, ambas diferentes. O autista precisa de uma certa liberdade para agir como queira, além de não apreciar barulho.
D113	O público alvo da educação inclusiva devem ser todos a fim de modificar o cenário social em relação aos preconceitos e de maneira geral, literalmente, inclui todos na sociedade, sem distinção.
ID	<b>QUESTÃO 4: Em sua opinião, quais as competência e habilidades do aluno especial? Do que ele é capaz em termos de aprendizagem?</b>
N1	A competência desses alunos não se difere dos demais alunos. Obviamente, varia de caso para caso, mas em sua grande maioria, esses alunos não são “menos” que os outros.
N2	Um aluno autista, por exemplo, geralmente possui uma maior atividade/facilidade com uma área específica e essa área quando identificada deve ser assimilada, pois ele será acima da média, se destacando grandemente, podendo definir seu futuro e suas aptidões. Todo aluno da educação especial possui uma capacidade específica de acordo com sua deficiência, porém todos podem aprender qualquer tipo de conteúdo se aplicado da maneira correta.
N3	Podem ter várias competências e habilidades, por exemplo, o cego desenvolve a audição muito mais aguçada, os surdos são atentos, altas habilidades, às vezes são alunos mais fechados, mas que mostram muito conhecimento em uma determinada área. Em termos de aprendizagem são alunos que se esforçam e que tendo o material adequado, podem sim aprender e se desenvolver cognitivamente.



N4	Como visto nos seminários, alguns exemplos de alunos que frequentam a educação especial são os alunos que se enquadram no espectro autista. Sabemos que há graus, alguns mais severos, outros mais suaves, mas, ainda assim o diagnóstico é autismo. São pessoas capazes de até fazerem pós-graduação. O processo pode até ser mais lento, pausado (tendo em vista ambientes mais calmos) e materiais mais adaptados, porém, ele é plenamente capaz de ter a mesma escola do que pessoas não deficientes.
N5	Todos São capazes de aprender a mesma coisa, porém, cada um deve ser trabalhado de forma diferenciada. O aluo cego, por exemplo. Necessita da escrita em braille, ou dispositivos eletrônicos para ajudá-lo nas disciplinas, já um aluno com síndrome de Down, poderá aprender a mesma coisa, porém com técnicas de ensino diferenciadas, pois seu aprendizado é mais lento que os demais alunos.
N9	Competências e habilidades variam não só para aluno de educação especial, mas para qualquer um, cabe ao professor saber como ensinar para uma determinada turma. Mas um aluno de educação especial tem a mesma competência de aprender do que qualquer outro dependendo de sua deficiência. Talvez seja um aprendizado meio tardio, ou até mesmo mais rápido e evolutivo que é o caso do aluno com altas habilidades.
N10	Principalmente consegue ter uma visão diferente dos demais, tem uma outra maneira de ver o mundo, as vezes por ser diferente, sua mente compensa sua dificuldade e torna-o mais habilidoso em outras coisas. Acredito que é capaz de aprender tudo o que tem vontade, mas deve adaptar e/ou pode demorar um pouco mais que as demais pessoas.
N12	Como dito em questões passadas, o que torna um aluno deficiente é o ambiente. Portanto, quando eles tem a mesma oportunidade que um aluno sem limitações físicas ou intelectuais teria, podem desempenhar as mesmas funções de maneira comparáveis.
N13	Um aluno da educação especial possui de acordo com sua deficiência habilidades e competência tais quais alunos que não tem deficiência. O que pode interferir em tais aspectos e a acessibilidade e os recursos disponíveis para que possam a desempenhar. Aqueles que não possuem deficiência cognitiva e capaz de desenvolver sua aprendizagem de modo natural. Apenas aqueles com deficiência cognitiva e que podem ter dificuldades na aprendizagem e comisso precisarem de um acompanhamento maior.
N14	O aluno da educação especial tem inúmeras habilidades e muitas vezes falta em algumas, por exemplo: ele pode ser bom em matemática e talvez ruim em língua portuguesa ou este mesmo bom em tudo Eu diria o seguinte, para cada aluno existe uma habilidade , basta trabalhar o que falta, mas com toda certeza eles são muito capazes de aprender muitas vezes, falta vontade do professor ensinar e correr atrás.
N15	São excelentes quando se a vontade de ensina-los os autista, por exemplo, quando se interessam por algo se aprofundam no tema e são capazes de ficarem expert em assuntos que outras pessoas teriam dificuldades.
N17	Ele é um aluno igual a qualquer outra, porém, com dificuldade em algumas áreas e umfabuloso empenho em outras. Nossa missão, nesse caso é despertar todas os sentidos e trazendo uma educação de livre acesso de qualidade e conforto.
N18	Acredito que o aluno da educação especial tem capacidade de aprender e se desenvolver em tudo quando se há estrutura e dedicação da escola e dedicação do aluno .
N19	Todos os alunos são capazes de aprender cada um com sua particularidade e dificuldade. Por exemplo, um aluno com altas habilidades em linguagem também é capaz de aprender matemática, apesar de apresentar bastante dificuldade na área.
N20	Penso do que nos foi apresentado pelo palestrante que alunos deficiente são tão capazes e eficientes – as vezes até mais! -Que os alunos comuns sem nenhuma deficiência.

	Se tiverem acesso aos recursos corretos podem conceber os mesmos conceitos científicos trabalhados na educação comum, porém concebido ao seu modo.
N21	Sim, até mesmo os alunos portadores de DEA tem a mesma capacidade de aprendizagem que um aluno “normal”. Desde que seja feito o acompanhamento adequado.
N22	Com as devidas condições, eles são capazes de tudo. , como um aluno de sala normal , em alguns casos, acabam tendo até mais facilidade em aprender certas coisas.
N23	Eu acredito que eles são capazes de aprender qualquer coisa, pois a deficiência não deve ser tratada como uma limitação, se os professores estiverem dispostos a terem paciência, procurar metodologias que a auxiliem aprendizagem de tais alunos, eles podem ir longe.
N25	Desde que seja disponibilizado material necessário e de qualidade para ele, ou ele possa de alguma maneira desenvolver algum entendimento sobre aquilo e é capaz de tudo, de aprender tudo o que é ensinado, ou pelo menos quase tudo, pois tem coisas, disciplinas mesmo que não são fáceis de adaptar, porem se quem ensina estiver interessado em fazer aquele aluno aprender, há sempre um jeito.
N26	As competências e habilidades do aluno da educação especial vai de acordo com a quantidade e o tipo de estímulos que esse aluno recebe. Existem deficiências que limitam a aprendizagem, mas mesmo esses alunos podem aprender tanto quanto um aluno regular.
N27	O aluno da educação especial pode ter as competências e habilidades com qualquer outro aluno de ensino comum, tais como, criatividade, pensamento rápido, desenvoltura, etc. Pode ser capaz de tudo, mas para que isso ocorra, temos que estimular o seu desenvolvimento para evoluções dentro e fora da sala de aula.
N28	O aluno da educação especial procura formas de adaptação para aprender. Seja uma boa audição, ter uma boa memória e forma de se relacionar com as pessoas que o rodeia. Ele é capaz de pensar alternativas para ajudá-la em aula juntamente com os materiais de apoio.
N29	O aluno que necessita de educação especial tem muita competência para aprender, muitas vezes tem habilidades específicas como desempenho matemático e sofre em outras disciplinas. Com os relatos dos palestrantes, eles afirmam que eles costumam ser muito esforçados, mas como há um trabalho no preparo do material eles são vistos como coitados.
N30	As mesmas de uma outra pessoa qualquer, algumas tem mais facilidade que outras, são diferenças mas não alteram sua capacidade.
N31	Alunos da educação especial podem mostrar maiores resultados em determinadas áreas, mas são capazes de aprender coisa, apenas em graus diferentes.
N32	As competências e habilidades são diversas, por exemplo, alunos com altas habilidades conseguem aprender com facilidade determinados conteúdos. A aprendizagem do aluno da educação especial é uma obrigação do professor na qual precisa ser melhorada no Brasil contemporâneo e creio que vá partir de disciplinas como está.
N33	Todas as pessoas possuem facilidades e dificuldades em alguma área de ensino e os alunos com necessidades não são diferentes. Vimos alguns casos de pessoas que superaram as dificuldades e se formaram em áreas em que a maioria não acredita ser possível, sendo assim , considero que todas as pessoas tem aptidão para alguma área e precisam de suporte e adaptação para mostrar o seu potencial.
N34	Há casos onde o intelecto é atingido, como os indivíduos com atrasos intelectuais. Tais pessoas devem buscar aumentar máximo assim como todos. Já no caso onde não há parte do intelecto atingido, como nos casos de cego, surdo, ou pessoas com alguma deficiência física, não há limite para sua aprendizagem, contanto que há instrumentos e capacidade física ( no sentido da instrumentação de espaços escolares).

N35	Ele tem a mesma capacidade como de qualquer pessoa, é necessário apenas outras formas de ensiná-los com o ensino certo ele possui as mesmas habilidades dos demais alunos.
N36	Acho que tudo depende do tipo de transtorno ou deficiência que este aluno apresenta, pois, os relatos que conheço depende muito do aluno, do interesse que ele apresenta e também do esforço com que este professor terá em ampliar o horizonte de aprendizagem dele. Mas acho que eles são capazes de chegar muito longe Tem alunos que tem TEA e que apresentam uma inteligência na matemática ou em outras áreas muito além do que a sua idade.
N37	Os alunos da educação especial tem as mesmas habilidades de um aluno regular com certas limitações ao acesso à informação, sua capacidade de aprender é igual a qualquer outro aluno desde que seja devidamente guiado ensinado utilizando as ferramentas necessárias para isso.
N38	Tirando aqueles que possuem deficiências intelectuais severas, creio que todos são igualmente capazes de aprender, qualquer assunto.
N39	A aplicação a aprendizagem dos alunos da educação especial deve ser determinada conforme as competências e habilidades que eles possuem, devendo ser analisado o perfil dos alunos caso a caso, sem defini-los a determinadas categorias e limites. Nos casos severos de autismo, geralmente a aprendizagem é dificultada. Já nos casos leves, os alunos têm maior facilidade. De forma geral, a educação dos alunos com educação especial deve ser pensada e modificada dependendo das condições do aluno, reconhecendo suas qualidades e limitações.
N40	O aluno de educação especial é competente e capaz de desenvolver qualquer tipo de atividades educativa desde que o professor exerça seu papel de estimulador e facilitador do processo. Facilitador deve ser compreendido como produzir materiais acessíveis para o aluno ter pleno conhecimento sobre o assunto estudado.
N41	Esses alunos podem evoluir muito mais precisam de um acompanhamento correto, pois podem ser agressivos, muito inteligentes, podem apresentar muita dificuldade na aprendizagem ou facilidade.
N42	Um aluno que necessita de educação especial possui todas as competências necessárias para ele aprender o que deve ser feito, é uma adaptação de conteúdo ao modo que esse aluno consiga também aprender os conteúdos lecionados. Para alunos com problemas de visão, utilizar elementos palpáveis. Para alunos surdos, utilizar mas elementos da visão, todos nós temos a capacidade de aprender, basta sermos excitados da maneira correta.
N43	Há variações conforme o aluno, mas todos apresentam um grande potencial. O aluno se faz capaz de tudo que quiser fazer, não mais uma questão de poder fazer ou não, e sim de quebrar as barreiras impostas.
N103	Eu vi muitas diferenças entre alunos na educação especial, conforme os seminários e acredito que cada habilidade e competência depende da eficiência ou habilidade/altas habilidades de cada aluno. Vimos algumas coisas em que alguns alunos conseguiram até se graduar e outros não. Acho que com o acompanhamento e ajuda certa o aluno da educação especial pode se desenvolver normalmente e ter uma aprendizagem tão boa quanto o aluno regular.
N104	alguns alunos tem a capacidade inferior de aprender por conta de alguma deficiência, porém, ela não terá a competência de todos aprenderem igualmente cada um desenvolve uma habilidade diferente se trabalhada de forma inclusiva, se cada um pode aprender o educador deve aprender como fazer aquele aluno se desenvolver em termos de capacidade de aprendizado, basta o professor entender e usar os recursos que o aluno pode utilizar.
N105	Como disse anteriormente a capacidade do aluno depende muito do contexto e da história do aluno. A capacidade dele está diretamente ligada à vontade dele aprender se tem vontade e o professor persistência, acredito que conseguirão aprender muito juntos.

N106	Dependendo do CID, a criança com TEA, por exemplo, pode ter tanto grau super habilidades com superdotação, da mesma forma que seu grau pode ser severo e ter “atingido” o intelecto da pessoa. Entendo que para certo tipo de necessidade especial o professor deve explorar a potencialidade do aluno visando o que é melhor para o aluno e seu processo de ensino aprendizagem.
N107	Suas habilidades são as mesmas de qualquer outra pessoa, cabe o professor ensina-las de forma igualitária mas atendendo suas necessidades, provocando o conhecimento do aluno e demonstrando que o conhecimento surge a partir de um bom ensino.
N110	Ele é capaz de fazer aquilo que quer, mas cada um tem algo em especial, se é uma pessoa cega ou surda as outras partes ficam mais sensíveis, isso ajuda a sentir a presença das pessoas e de se comunicar, uma pessoa superdotadae dependendo de qual tipo é o autista eles conseguem se especializar muito bem na área que gosta. É bom ter um professor por perto para ajudar naquilo que eles tem dificuldade.
D45	Ele é capaz da mesma forma em termos de aprendizagem, ele só precisa de um atendimento especializado para que ele possa se desenvolver.
D46	O aluno de educação especial é tão capaz quanto qualquer outro aluno. Muitas vezes, ele só necessita de estímulo intelectuais diferentes para despertar seu interesse no aprendizado. Ele também pode procurar se esforçar mais para assimilar alguma coisa, porém pode chegar tão longe quanto um aluno fora da educação especial.
D48	O aluno da educação especial é capaz de qualquer coisa que os outros alunos também são, as vezes até mais que isso no caso de alunos com altas habilidades/superdotação. A partir do momento que o professor consegue dar o auxílio para o aluno, ele consegue desenvolver as mesmas competências e habilidades do restante dos alunos ou, no caso de superdotação, proporcionar enriquecimento intelectual ao aluno.
D49	Com os métodos de ensino adequado, o aluno de educação especial tem uma aprendizagem integral, respeitando suas restrições, eles podem fazer o que quiserem.
D50	O aluno da educação especial é igualmente capaz de aprender. Por se tratar de muitos tipos de necessidades especiais, cada uma tem seu tempo, alguns assimilam o conteúdo mais rápido e outro não, mas é necessário que todos tenham acesso à educação, por meio da educação inclusiva.
D51	Alunos da educação especial tem todas as capacidades que alunos de ensino regular, o que os diferencia é a forma necessária de abordagem, os meios pelos quais a aprendizagem se desenvolvem de forma mais fácil e corrente para o aluno. Tudo que o aluno regular aprende e é questionado, o aluno da educação especial também aprende, porém, com metodologia adaptada para tal aluno.
D52	O aluno possui as competências, ele só precisa de suporte para auxiliá-lo a desenvolver suas habilidades. Ele é capaz de absorver muito conhecimento dentro das suas limitações.
D53	O aluno da educação especial possui a própria competência e habilidade ; ele é capaz de aprender como qualquer outro aluno; é capaz de ter um conhecimento abrangente, e é capaz de estudar química.
D54	Ele é capaz de aprender tudo tendo-se a paciência de pensar , e explicar quantas vezes forem necessárias.
D55	Todos os alunos são capazes de aprender. O aluno cego pode aprender se lhe trouxerem recursos táteis ou programas e aparelhos que o ajude a estudar, o aluno surdo pode aprender se houver uma modificação na aula e se tiver um interprete, o aluno autista precisa de uma aula com estrutura mais clara. Esses estudantes têm direito a essas modificações para que eles consigam aprender como os outros.
D56	U aluno de educação especial pode aprender desde matérias mais simples a mais complexos como a química e física. Ele pode entrar numa faculdade e ter uma profissão, pois ele consegue aprender todas as matérias, e pode ter

	dificuldades maior com uma área, porém a maioria das pessoas tem dificuldade em matérias exatas ou não de humanas
D57	De maneira geral, não tem sentido falar de diferença cognitiva, mas é casos onde existem limitações que podem ser trabalhadas, ou casos onde o aluno só precisa de um estímulo para voar por conta.
D58	Dependendo do caso não as mesmas quedos alunos padrão. Porém em alguns casos como os cegos, surdos, mudos e superdotados eles podem ter competências e habilidades muito variáveis as do padrão. Em minha opinião, em todos os casos os alunos com necessidades especiais tem capacidade de aprender e abstrair os mais diversos assuntos, pois o conhecimento e a ciência são competências que vão além dos sentidos, afinal, ninguém nunca viu um átomo.
D59	-
D60	As competências e habilidades de um aluno da educação especial são todas as competências de um aluno considerado "normal". Essas pessoas, mesmo que apresentem algum tipo de dificuldade, tem grande potencial para aprendizagem, como qualquer outro.
D61	Ele é capaz de fazer qualquer coisa que ele desejar fazer, mas se não houver uma estimulação gradativa do professor e dos próprios pais, essas habilidades e competências não irão se desenvolver.
D62	Estudantes de educação especial são tão capazes de absorver o conhecimento e aplica-lo posteriormente em alguma esfera social quanto estudantes de ensino regular, desde que lhes sejam concedidos o ambiente e suporte adequados. .
D64	São diversas suas competências e habilidades, tudo o que precisam é do acesso à educação. Hoje em dia existem alunos da educação especial que são professores de universidades. Eles são capazes de aprende assim como todas as pessoas, cada um no seu tempo, com suas necessidades, mas são capazes de tudo o que eles quiserem ser/fazer.
D65	Depende muito do aluno. Alguns alunos, como os de altas habilidades são capazes de compreender e aprofundar alguns assuntos mais facilmente, enquanto outros assuntos necessitam mais reforço. Assim como para todos os alunos, o aluno da educação especial e melhor e capaz de aprender algumas matérias a outras, mas em termos de aprendizagem, se dado o devido apoio, é tão capaz quanto qualquer outro aluno.
D66	Ele possui competências e habilidades como qualquer aluno regular, sua deficiência não faz dele uma pessoa menos capacitada, mas precisa de apoio para aprender no seu ritmo. Se receber ajuda e atenção necessária dos seus professores, sua capacidade de aprendizagem é ilimitada, podendo se tornar o que quiser.
D67	Ele é capaz como qualquer um, até em certos cursos mais capaz de aprender, porém, por causa do sistema convencional, não tem muitas oportunidades de mostrar para todos seu aprendizado.
D68	O aluno da educação especial tem competência e habilidades de um aluno que não tem uma necessidade especial, claro que com mais dificuldades muitas vezes de as desperta-las, mas eles são capazes de se superar, são persistentes, tem força de vontade, e muito mais. E falando em aprendizado pela palestra me surpreendi muito persistência, e luta para descobrir métodos e até inventá-los para poder aprender, como o Eder Camargo da área de física.
D69	Na minha opinião, um aluno da educação especial é tão capaz quanto qualquer outro, ou seja, ele pode aprender, se formar, entrar em uma graduação e ser um profissional muito bem qualificado, sua única barreira é a falta de possibilidade que ele tem. Em termos de aprendizagem, ele é tão capaz de qualquer coisa, mas com as adaptações necessárias, e as vezes, mesmo os alunos sem deficiência aprendem melhor com aulas adaptadas.
D70	Ele tem que aprender de maneiras muitas vezes consideradas "não convencionais", mas um aluno da educação especial é capaz de aprender tanto quanto um aluno sem a necessidade da educação especial.



D71	Na minha visão, com o devido acompanhamento ela é capaz de alcançar qualquer nível de aprendizado em relação as habilidades e competências do aluno. Eu não sei dizer quais seriam elas.
D72	Ele é capaz de qualquer aprendizado, desde que tenha as ferramentas necessárias para suprir suas eventuais dificuldades, ou seja, o suporte da educação especial pode nivelar o aprendizado desse aluno justamente com os demais colegas.
D73	Depende muito da sua deficiência, mas geralmente eles têm um bom aprendizado se for usada com eles uma didática adaptada.
D74	O aluno da educação especial possui as mesmas capacidades que os alunos da educação não especial, visto que o problema dos alunos da educação especial é apenas uma dificuldade em receber o conteúdo do formar usual, necessitando de um ensino diferenciado. Ademais, acredito que todos os alunos merecem uma educação com um ensino mais especializado, visto que a forma que o conteúdo é passado atualmente considera apenas alguns tipos de inteligência como significativas, ignorando as outras.
D75	Existe uma frase acredito que seja de Einstein que diz “ Se você disser que um peixe não pode subir em árvores, então ele nunca subirá”. É mais ou menos isso, o que eu quero dizer é que apesar dos empecilhos impregnados nas sociedades, somos capazes de tudo, isso vale para qualquer aluno da educação especial. Eu acredito que eles sejam capazes de tudo do jeito deles, só porque você acha que deveria de ser de tal forma não quer dizer que é a maneira correta.
D76	Um aluno com necessidades especiais possui competência para o aprendizado desde que suas habilidades sejam adquiridas exponencialmente, em um ambiente que possua adequações metodológicas necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades ou seja, o aluno da educação especial é capaz de tudo, desde que o mesmo passe pelos processos essenciais para que isso ocorra, num ambiente inclusivo.
D78	Depende do caso. Um aluno superdotado, apresenta grande conhecimento, rápido aprendizado, não necessita de muito esforço para entender as coisas, Já um aluno com certa dificuldade de aprender por métodos “normais de ensino precisa de algo diferente que os faça entender, sendo tão inteligente quanto qualquer outro, apenas precisando de um “empurrão” para o conhecimento de maneira diferente.
D79	Varia de aluno para aluno. Como por exemplo, existe um vídeo que é conduzido por um autista que consegue definir o que está sentindo e ele aprende muito rápido, porém, dependendo do modo que é explicado, ele falou sobre 10 coisas que todo mundo deveria saber sobre como é ser autista e como as pessoas devem lidar e entender ele e ele pontua que não consegue assimilar um conteúdo quando é feito gestos e falado ao mesmo tempo, quando existe um contato olho no olho, ele também não entende metáforas e que ele precisa fazer movimentos para se sentir calmo e as vezes é até felicidade, empolgação ou tristeza e ele não entende sentimentos então brigar, gritar com ele não vai adiantar brigar com ele em sala aula porque não vai adiantar.
D81	Após as aulas, eu compreendi eu sim, os alunos da educação especial têm limitações, uma vez que essas limitações são compreendidas e reconhecidas e com isso, ocorre uma flexibilização e adaptação curricular para atender as necessidades desse estudante, o seu desenvolvimento e sua capacidade de aprendizagem serão ampliadas, dessa forma, o aluno é capaz de aprender de forma tão ou mais eficaz do que os demais que não tenham deficiência. As novas formas de abordagem de aprendizado utilizados com os alunos com deficiência, demonstra que esses alunos desenvolvem e tem habilidades incríveis uma vez que sejam auxiliados e direcionados corretamente.
D82	O aluno da educação especial/inclusiva é capaz das mesmas coisas que os outros, salvo a necessidade de uma maneira diferente de receber o conteúdo.
D83	Para mim, os alunos de educação especial tem muita capacidade de aprendizagem, seja ela em que área for, mas é preciso que exista time melhor

	e uma estrutura melhor nas instituições de ensino, para que haja uma maior possibilidade de trabalhar com essas pessoas.
D85	Dependendo do que o aluno apresenta/o que o caracteriza como sendo alvo da educação especial, ele apresentará características e necessitará de recursos diferentes. Assim como muitos apresentam altas habilidades, sejam elas voltadas para a parte intelectual ou motora, outras não apresentam nenhuma facilidade a respeito. O aluno com uma capacidade elevada, por exemplo, pode ser capaz de se avançar em um conteúdo sem precisar de ajuda externa, mas ainda assim precisará se adaptar, assim como os professores e instituições também.
D86	Há toda uma gama de competências e habilidades nos alunos de educação especial, ou seja, capacidades diferentes, talentos diferentes que muitas vezes são despercebidos. Alguns alunos da educação especial que tem TEA são extremamente gentis, inteligentes, aplicados, tem uma supercapacidade perceptiva, etc. Cada caso de ser meticulosamente analisado, mas não deve-se excluir ou reprimir um aluno especial, muito pelo contrário, deve-se incentivá-lo a sempre seguir com seus sonhos.
D87	Ao meu ver, somos todos capazes de aprender, possuímos as mesmas competências e habilidades. Todavia cada um tem seu tempo. Alguns possuem deficiências que os levam a precisar de mais ou menos tempo para o domínio do conteúdo, outros já necessitam de aulas fora da normatividade, esses aprendem usando o tato e audição apenas.
D88	As competências de um aluno com a educação especial são as mesmas de qualquer aluno "normal", porque o aluno independente de sua deficiência, tem a mesma capacidade de aprender, assim como todo mundo, a única diferença é que as vezes o aluno com deficiência mental, por exemplo, pode ter uma dificuldade maior para aprender ou ter um atraso "mental" o que também dificulta seu ensino no ritmo mais comum.
D89	Suas competências e habilidades são as mesmas de um aluno que não estão na educação especial, mas às vezes ele apenas demora para se desenvolver. Ele é capaz de aprender o mesmo ou até mais, principalmente no caso dos superdotados.
D90	Todas as pessoas são capazes de aprender, até mesmo as pessoas portadoras de deficiências. A diferença é que estas talvez necessitem de mais atenção. Quando a instituição de ensino está preparada para receber um aluno com deficiência, este será atendido e terá acesso ao conteúdo da melhor forma possível para o seu tipo de deficiência, podendo então estar no mesmo nível de aprendizagem dos demais alunos, podendo até ter maiores habilidades em determinadas áreas.
D91	É muito ímpar de cada caso, muitas vezes a área de interesse é mais restrita e deve ser incentivada como acontece nas aulas de educação especial no contra turno das aulas programadas nas escolas do Paraná. Outras vezes necessita de materiais que promovam a compreensão usando outros sentidos. Se adaptar o ensino a necessidade do aluno ele é capaz de qualquer coisa.
D92	Acredito que depende de cada aluno, pois não podemos generalizar, sendo que cada deficiência deve ser tratada de uma forma diferente. Alguma tem uma capacidade de algo melhor que outros.
D93	O aluno da educação especial é tão competente e capaz quanto qualquer outro aluno- em muitos casos, suas deficiências até servem para que eles busquem melhorar seu entendimento de mundo de uma forma única, que beneficia estes mesmo seus colegas. Da mesma maneira, o aluno da educação especial pode aprender tanto quanto qualquer outro: ele só precisa de um tutor que saiba como ensiná-lo levando em conta suas peculiaridades.
D94	Suas competências e habilidades vão variar de pessoas para pessoa, e todos podem atingir níveis altíssimos desde que tenham uma educação pensada e aplicada na sua dificuldade ou deficiência, ou seja, o que vai definir as competências e habilidades do aluno vai ser o ensino de qualidade.



D95	Com a inclusão necessária um aluno da educação especial pode conquistar qualquer coisa no mundo acadêmico, com suporte ele pode se formar no ensino médio e se quiser pode cursar o ensino superior.
D96	Ele é tão capaz quanto qualquer outra pessoa, pois a capacidade não vem de como ela é, mas sim do quanto ela quer mudar.
D97	É importante lembrar que cada aluno é diferente, mas desde que hajam as ferramentas necessárias para dar a base necessária ao aluno, todos são capazes na mesma medida de aprender o que lhe está sendo ensinado.
D98	Em termos de aprendizagem, o aluno da educação especial é capaz das mesmas coisas daqueles que não estão na educação especial, que necessitam apenas de um suporte mais especializado para que a aprendizagem ocorra.
D99	Acredito que um aluno com alguns tipos de deficiência não consegue se aprofundar na matéria, porém eles são capazes de compreender, nem que seja uma parte. Esses alunos tem a vontade de aprender então acredito que essa é a melhor habilidade.
D100	Possui as mesmas competências e potencial de aprendizado que qualquer um se estiver inserido em um ambiente que o proporcione isso. Seu aprendizado não é reduzido por uma característica sua.
D101	Acredito que por ser uma educação ainda muito limitada, segregada, os alunos não tem como desenvolver sua liberdade ao máximo e aprender tudo, mas não por culpa dele e sim pelo método de ensino, pois a capacidade de aprendizagem deles é igual ou até melhor que alunos que não possuem nenhuma necessidade especial, só é necessário uma maneira diferenciada para que este aluno consiga atingir todo seu potencial.
D102	Eles são capazes das mesmas coisas que pessoas sem a necessidade de educação especial, sendo até melhores que a outras em determinadas áreas.
D108	De forma natural, dadas a ele as condições propícias para seu desenvolvimento, ou seja, contornando barreiras de acesso a informações e conhecimento, sua capacidade, competências, habilidade e aprendizado são iguais a de qualquer outro indivíduo, sendo crucial a parte de oportunidades iguais.
D109	As competências e habilidades do aluno da educação especial é a de acionar, interpretar e resolver situações/problema com mais rapidez e Êxito em relação aos demais colegas de classe. Em termos de aprendizagem, esses alunos são capazes de aprender com maior rapidez e para tanto é necessário aprofundar os temas com esses alunos de modo a ampliar o leque de conhecimento e possa ter uma formação completa.
D111	Imagino que, com as adaptações, lhe é possível alcançar todos os níveis de educação, até mesmo superior e se desempenhar da mesma maneira que pessoas que não possuem sua limitação.
D112	As competência e habilidades de um aluno de educação especial é igual ao de uma pessoa de educação normal. Apesar das dificuldades apresentam tanto conhecimento quanto os demais. Alunos com super dotação são um exemplo, que gostam de serem desafiados com exercícios difíceis, contudo, precisam da educação básica também.
D113	O aluno da educação especial não necessariamente possui uma deficiência, possui capacidade independente das limitações, porém possui alguma necessidade de atenção diferenciada.
ID	<b>QUESTÃO 5: Que aspectos você considera importante para uma escola ser inclusiva ?</b>
N1	Acessibilidade, profissionais bem compreensíveis e atenciosos, respeito e igualdade (na medida do possível).
N2	A integração do aluno deficiente com os alunos “comuns”, a não existência ou repreensão do preconceito, educadores formados e especializados no ensino desses alunos, assim como materiais e espaços voltados para a educação dos mesmos.
N3	A escola deve ter sala de recursos com professores especializados no ensino regular ter professores e profissionais que se interessem em fazer todos os

	alunos aprenderem. Buscar sempre que tenha uma interação entre todos da escola.
N4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Salas de aula com menos alunos;</li> <li>-Ambientes adaptados fisicamente;</li> <li>-O principal, professores especializados;</li> <li>- Material didático adaptado para cada tipo de deficiência, bem como os recursos da sala;</li> <li>-Sala para AEE;</li> <li>- Toda a equipe de servidores treinada;</li> <li>- Diálogo constante ESCOLA-RESPONSÁVEIS através de palestras;</li> </ul>
N5	Para uma escola ser inclusiva, ela deve estar voltada para o bem estar do aluno que vai estudar ali, pensar em equipamentos especializados para o aluno, treinamento de professores, para que o mesmo também aprenda a educação inclusiva, dentre outras.
N9	Aspectos que as tornam mais acessível para tipo variados de aluno, tanto em estrutura quanto em profissionais para que saibam lidar com diferentes especialidades de cada aluno especial.
N10	Ter profissionais que tentam enxergar os pontos positivos e dos alunos, que sejam qualificados para cuidar dos alunos, faça reformas estruturais para que o aluno possa aprender ( a escola).
N12	O ambiente deve incitar a independência do aluno, os profissionais devem estar preparados para atender quaisquer tipos de aluno. A escola deve estar abastecida de recursos pedagógicos que supram as necessidades dos alunos.
N13	Primeiramente que a escola possua acessibilidade tanto em seu espaço físico, quanto no acesso à informação. Outro aspecto importante é que o corpo docente esteja preparado para receber o aluno e desenvolver um material acessível pra tal e também que a escola possua no contra turno a sala de recursos para auxiliar esses alunos.
N14	Aspecto de extrema importância saber acolher esta pessoa , sem chama-la de coitada, ensinar os colegas a ajudarem e que compreendam que ele é uma pessoa como qualquer outra, talvez só tenha um pouco de “demora” para compreender muitas coisas quer que ele entenda o conteúdo e não apenas passar esta pessoa de ano.
N15	Atenção do corpo docente e a boa vontade dos mesmos em tornar esta escola inclusiva como por exemplo, ter a atenção no real ensino do aluno e não só passado para se “livrar”.
N17	Escolas devem ser preparadas com salas de apoio, arquitetura que comporte qualquer tipo de aluno, professores capacitados e dedicados aos alunos, infraestrutura dentro de sala de aula. A escola inclusiva deve ser de total acesso para todos independente do aluno.
N18	Primeiramente, ela deve ter uma estrutura inclusiva para os alunos terem independência e uma locomoção, em seguida, uma ordem de respeito e conscientização para que o bullying seja evitado e por último, acesso a própria educação, tendo a presença de instrutores, interpretes de braille e professores dedicados para poder alcançar e ensinar seus alunos para que todos entendam da mesma maneira.
N19	Além de apresentar uma estrutura arquitetônica que permita que o aluno tenha pleno acesso, é necessário que a instituição apresente um corpo docente preparado para atender as necessidades dos alunos.
N20	Principalmente a integração no aluno dependente da inclusão na dinâmica de ensino habitual.
N21	Ter recursos para atender as necessidades do aluno e professores dispostos a ensiná-los. Sem preconceito ou discriminação de colegas e professores.
N22	Primeiramente ter profissionais voltados a estas pessoas. Precisa-se também que a escola forneça materiais especiais a estes alunos e acima de tudo, empatia pelos alunos.
N23	O respeito perante o próximo é o fator crucial, aprender a lidar com as diferenças e ser a diferença na aprendizagem dos alunos especiais é importante. Equipamentos, salas de recursos, materiais especiais e

	profissionais capacitados também são um diferencial para a escola ser inclusiva.
N25	Primeiramente, profissionais preparados e interessados que realmente gostem e saibam que estão fazendo, isso sem contar de matérias necessárias, computadores, materiais de fácil manuseio, livros adaptados e que possam ser de alguma forma. Claro, sem desconsiderar rampas, corrimões, banheiros adaptados, carteiras, entre outras coisas.
N26	Adaptações físicas, acolhimento para criar um ambiente propício para a socialização deste aluno, preparação e aulas para que estes alunos e os alunos regulares possam aprender quase integralmente de forma simultânea, com desenvolvimento de materiais didáticos que atendam todos os alunos.
N27	- Sua acessibilidade para atender as necessidades do aluno. - Profissionais que possam e “consiga” driblar as dificuldades para ensinar - Empatia ao próximo.
N28	Primeiro, que acolha qualquer aluno e estar disposta a atender todas as necessidades possíveis para garantir o aprendizado do aluno.
N29	Acessibilidade, sala de recursos, professores com a orientação correta da inclusão, equipamentos e materiais.
N30	Adequar o ambiente as aulas e os materiais usados para estimular cada um igualmente de acordo com suas necessidades.
N31	Existem vários tipos de inclusão, a escola deve estar equipada com todos eles: o ambiente escolar deve estar preparado para receber todos os alunos independente das suas condições especiais, os professores devem saber como receber tratar e ensinar todos os alunos de maneira a incluir e não segrega e os alunos devem estar conscientes das condições dos colegas especiais e serem ensinados a trata-los como iguais, respeitando suas condições.
N32	Ter professores capacitados para receber esses alunos, ter sala de recursos multifuncionais e ter materiais que ajudem no desenvolvimento do aluno.
N33	Possuir profissionais preparados e que tenham interesse em adaptar a maneira de ensinar, incluindo o aluno com necessidades especiais sem tornar o mesmo o foco da aula, adaptando da melhor maneira possível o ensino para todos os que frequentam aquela aula. É necessário também a adaptação do ambiente físico da instituição de ensino.
N34	A diversidade de características, tal como o contato de crianças e adolescentes com colegas com alguma deficiência formando assim um espaço onde as pessoas não sejam segregadas por ser e diferente de um padrão que sequer existe pela complexidade de cada ser humano.
N35	Materiais necessários para o ensino de cegos e surdos, por exemplo o livro maior, a capacitação do professor a respeito de educação especial, o saber agir em respeito ao aluno com deficiência.
N36	Em primeiro lugar, a parte estrutural, pois como faremos a inclusão dos alunos se a escola não se adapta as necessidades que eles apresentam. A capacitação de professores e funcionários para conseguir atender estes alunos de forma digna e que os alunos que a compõe com muita educação tratem estas crianças/pessoas com respeito e dignidade e não de maneira diferente.
N37	Capacitação dos professores para lidar com as mais diferentes pessoas e suas limitações, uma escola que tenha a estrutura acessível a todas as limitações físicas e motoras. Material de apoio para servir de apoio durante aulas.
N38	Não deve haver turmas exclusivamente de deficientes. Os alunos portadores de necessidades especiais devem ser mantidos juntos dos demais, sendo que a rotina da turma deve ser adaptada. Sendo isso um exercício de humanidade e cidadania.
N39	Para a escola ser exclusiva o primeiro passo deve ser o reconhecimento dos alunos de educação especial, saber identifica-los e entender sua condição no meio social. Outro aspecto se refere a aplicação de técnicas diferenciadas de ensino e de avaliação que passam a atender esses alunos.

	Promover sua autonomia e socialização, assim como disponibilizar de estruturas físicas e didáticas para o ensino também são importantes.
N40	Uma escola é inclusiva quando é capaz de ensinar qualquer assunto para todos os alunos de forma a estimular suas capacidades e suprir suas necessidades de forma igualitária e com segregação de espaços.
N41	Se ela busca materiais para os alunos algum tipo de deficiência. Se os professores buscam se informar e estudar sobre esses alunos com necessidades.
N42	Aulas de reforço, materiais para pessoas com problemas de visão, de audição. Programas de inclusão entre os alunos, palestras visando a conscientização dos alunos. Acessos inclusivos, com rampas para cadeirantes ou pisos adaptados para alunos com problemas de visão. Profissionais treinados e capacitados para auxiliar em quaisquer divergências que os alunos com necessidades especiais sentirem.
N43	Ajudar no acolhimento do incluído pela comunidade escolar, propiciar qualquer forma de atendimento ao aluno sem fazê-lo sentir-se “o diferente” mas sim “um diferente” e adequar-se estrutural e pedagogicamente ao incluso.
N103	Formação adequada de profissionais; Sala de recursos e apoio pedagógico; Mobilidade física para os alunos; Material diferenciado para educação inclusiva;
N104	Para a escola ser inclusiva não é só necessário ter rampas para deficientes físicos, ela tem que ter recursos para que atenda alunos de todos os tipos de deficiências( aulas com áudio visuais, aulas práticas) materiais para todos e educadores capacitados e apto a tenderem os alunos especiais.
N105	Além de aspectos físicos como acessibilidade, além da escola o estorno, professores com vontade de ensinar para esses alunos especiais. Também vimos como é importante o contra turno com um professor especial.
N106	Além da estrutura física e acessibilidade, capacitação para os profissionais, bem como inclusão eficiente que oportunize seus alunos e o que eles tem melhor independentemente de sua necessidade especial.
N107	Ter materiais especiais para atender as necessidades dos alunos deficiência, assim, empregando o conhecimento a eles. Professores capacitados para ensinar de formas diferentes a mesma coisa, respeitando a particularidade de cada aluno.
N110	Ter o que é necessário para eles estudarem como outros alunos. Exemplo: professor auxiliar, rampas, materiais diferentes para dar aula e um professor disposto a enfrentar isso.
D45	A escola precisa estar preparada para todos e principalmente ter um espaço físico adequado, professores preparados e um acompanhamento psicológico.
D46	O aluno com deficiência deve ter as mesmas oportunidades de aprendizado que os outros alunos, ter convivência social com eles. A escola e sua equipe pedagógica também devem se adaptar para receber esses alunos e atender as suas especificidades.
D48	Acessibilidade física no que diz respeito a infraestrutura do ambiente, professores devidamente preparados para receber qualquer que seja o aluno, independente de suas especificidades e principalmente , pessoas que discutam abertamente sobre o tema da inclusão e forneçam um ambiente confortável e saudável para todos.
D49	Estrutura adaptada comunicação e atitudes inclusivas, principalmente, um profissional de apoio, se necessário.
D50	Para ser inclusiva uma escola dever ser adaptada estruturalmente, didaticamente, com profissionais treinados e com experiência na área da educação inclusiva.
D51	Professores capacitados para lecionar com a diversidade enorme de necessidades; mesmo não sendo da educação inclusiva, poder lidar com a multiplicidade já é um grande passo para a inclusão. Ter profissionais que sejam especializados nas necessidades que esses tem e a disponibilidade de

	espaço físico acessível (tanto acessibilidade física , como também de salas separadas para acompanhamento paralelo) se fazem de grande importância.
D52	Ela precisa ser equipada profissionalmente com pessoas que entendam de educação especial, e estruturalmente para atender os alunos e permitir sua acessibilidade.
D53	Os aspectos importantes são : primeiro ter uma didática diferenciada, como por exemplo, usar softwares para que o aplicativo leia o que está escrito para o aluno cego; fazer trabalhos com maquetes; passar vídeos com legendas, mas também a escola que deve se adaptar com o aluno, como por rampas para os cadeirantes.
D54	Ter acesso a objetos e adaptações que possam tornar o jeito escolar de que necessita de uma educação inclusiva mais fácil.
D55	Facilidade no acesso a sala de aula e outros espaços do edifício, comunicação com especialistas no atendimento especializado; práticas de incentivo as matérias ofertadas e a esportes e oficinas e brincadeiras e inclusão para que o aluno que necessite de educação especial seja incluso pelos outros alunos.
D56	Ter professores capacitados para atender os mais variáveis tipos de deficiência, ter interprete de libras em salas com deficientes auditivos. Ter ferramentas para deficientes visuais como livros em braille, computadores adaptados, entre outros. Ter corredores, rampas, elevadores (se muitos andares) e banheiros (em todos os andares) adaptados para que cadeirantes e outros deficientes possam transitar. Ter materiais táteis de algumas matérias para melhor aprendizado (como maquetes).
D57	Atender necessidades específicas para todos e que não haja uma noção de segregação. Por exemplo, um aluno cadeirante necessita de uma rampa , mas tornar a rampa “comum” a todos dá uma nova interpretação para a necessidade.
D58	A presença de professores que saibam lidar com pessoas com necessidades especiais. Salas de educação inclusiva, auxílio do estado para estas questões e principalmente um núcleo pedagógico que saiba lidar e auxiliar nestes casos.
D59	Atitude por parte dos alunos e professores para incluir esses alunos e acessibilidade por parte das escolas que receberam os alunos.
D60	Primeiramente, a atitude de todas as pessoas nessa escola, sejam alunos, professores, coordenadores, técnicos, trabalhadores terceirizados ou servidores. Depois, deve-se visar uma inclusão física (rampas, corrimões, etc.) além de inclusão metodologias tanto no ensino, quanto no tratamento desse aluno.
D61	Considero importante uma sala de aula completa com todos materiais necessários para uma aula que acalme a todos, acessibilidade em todas as entradas, banheiros com portabilidade para todas as deficiências, professores e funcionários bem preparados e uma ouvidoria especial para esse grupo.
D62	Além da acessibilidade física – adaptações no ambiente e na infraestrutura do local- também torna-se necessário empregar a acessibilidade pedagógica – modificações na didática escolar por parte do professor- e, talvez, a mais importante delas, a acessibilidade atitudinal: agir para que as mudanças aconteçam.
D64	Saber se colocar no lugar do próximo, entender a necessidade do aluno, entender sua vida pessoal, saber como ele se sente, tudo isso é essencial antes de tudo, é importante, também, ser inovador, buscar ter intimidade e amizade com o aluno, para assim, fazer ele se sentir feliz e disposto aprender.
D65	Considero importante os apoios físicos como rampas, elevadores e tecnologias e também os apoios de aprendizagem, como profissionais habilitados a educação inclusiva e profissionais que ensinam os alunos e colegas sobre a inclusão desses para que não haja exclusão ou bullying.
D66	A escola deve possuir uma estrutura que garanta a locomoção de todos os alunos, banheiros adaptados em todos os andares, rampas, etc. Deve possuir também professores capacitados para mudarem a dinâmica da aula e conseguir ensinar aquele aluno alo possuir outros profissionais para



	assistência fora da sala de aula e uma equipe capaz de incluir aquele aluno sem preconceitos.
D67	Um sistema que incluía todos, não só dentro da sala de aula como fora dela, como elevadores especiais para cadeirantes e “placas” o chão ou corrimões para cegos.
D68	Para ter uma escola inclusiva é importante que haja pessoas capacitadas para atender as necessidades especiais de seus alunos, infraestrutura nas escolas para eficiências físicas, assim promovendo acessibilidade, para todos.
D69	Para uma escola ser inclusiva é preciso que seu espaço físico seja acessível a todos, com rampas, sinalização para cegos, te o braille embaixo de qualquer escrito, e assim por diante. Além disso, os profissionais de escolas devem ser preparados e terem vontade de ajudar, pois cada aluno com alguma deficiência vai exigir diferentes modos de dar aulas.
D70	É importante uma escola ter os recursos para ter acesso a cadeirantes, tradutor de libras para ajudar alunos surdos, e leitores que reproduzam som, para ajudar alunos cegos a usar materiais fornecidos pelo professor.
D71	Eu considero de extrema importância a preparação dos profissionais que irão fazer o desenvolvimento em sala, seja para atender alunos com necessidade específicas como alunos que não possuem.]O aconselhamento dos pais, para contribuírem para o desenvolvimento visto que muitos pais não sabem o que fazer ou não percebem algum problema relacionado a aprendizagem.
D72	Adaptar ao ensino e a estrutura é o primeiro passo, com rampas, livros em braille, intérpretes de libras, etc. Ter como apoio a educação especial, mas sem segregar os alunos adeptos desta, aos incluindo em uma classe diversificada, para que tenham uma experiência de aprendizado completa.
D73	Ter atividade que envolvam todos os alunos, visando o melhor aprendizado de todos, não separando os alunos com deficiência dos demais, usar novos e diferentes recursos didáticos.
D74	Uma escola que consiga fazer com que todos os alunos saiam dela sabendo mais do que quando ingressaram
D75	Com acessibilidade no prédio, na questão visual, rampas, ladrilhos que permitam o caminhar das pessoas com deficiência visual, etc. Professores qualificados e com paciência (será algo importantíssimo). E pessoas livres da exclusão, segregação e integração, dispostas a abraçar a causa e incluir.
D76	Uma escola inclusiva é o ambiente igualitário, com meios que agregam todos os indivíduos, que possui adequações no ambiente, como por exemplo, salas de aulas “mistas”, com pessoas diferentes no sentido de ter ou não uma necessidade especial, com professores capacitados para atuarem em sua função lidando com toda a diversidade presente no meio.
D78	Poder suprir as necessidades que uma pessoa com deficiência ou com algum tipo de necessidade precise. Professores adotarem um método de ensino que ajude a todos a entender o conteúdo. Em geral, que as pessoas possam ter fácil acesso a tudo.
D79	Conhecer bem os alunos que contém alguma deficiência, capacitar professores e colaboradores a lidarem, não como se fosse uma coisa “anormal”, parece inacreditável, mas ainda existem pessoas assim! Como eu li em um artigo, acredito que o título era “mediação de pessoas com deficiência em museus, uma experiência de professora “; e nele cita uma professora que foi dar aula para uma sala especial e ela ouvia de outras professoras que os alunos da sala dela eram “doentinhos” e falava isso para outras crianças também, além disso, a professora também cita o preconceito ainda existente sobre ensinar pessoas com deficiência. Outro exemplo disso é meu trabalho que é sobre educação ambiental em museus, e as escolas preenchem uma ficha dizendo se há ou não pessoas com deficiência e qual a deficiência; E as escolas mesmo havendo crianças autistas, por exemplo, não preenchem, não sei dizer ao certo o porquê mas talvez seja por medo de nós não aceitarmos a visita, mas seria melhor para nós preparar para o aluno.
D81	Primeiramente, fazer o reconhecimento e a valorização das diferenças e do aluno que será integrada no processo de inclusão.

	Depois, a preparação dos professores e profissionais da educação, e a promoção do diálogo entre a escola e família para a criação de um ambiente colaborativo. E por final, o desenvolvimento de técnicas e métodos de aprendizagem, a utilização de recursos tecnológicos, e a readaptação curricular que vão auxiliar no desenvolvimento e integração o aluno na escola.
D82	Ter profissionais e aparelhagem preparados para receber estes alunos e integrá-los a rotina escolar.
D83	Primeiramente, para que uma escola seja inclusiva é necessário que ela possibilite a inclusão, e também um maior contato do ensino regular com o ensino especial, pois é a partir desse contato, e a busca de vivência que haverá de fato uma escola inclusiva.
D85	Uma instituição seja ela pública ou privada, precisa oferecer recursos que englobem e assegurem todos os tipos de indivíduos. Precisa de profissionais capacitados e devidamente preparados, salas com utilidades/ recursos adaptados e que dentro de qualquer ambiente escolar, haja a compreensão da necessidade e da importância do entendimento e progresso adequado desses alunos.
D86	Professores preparados para as mais diversas situações, sejam elas com quais grupos especiais/ inclusivas ou não. Tradutores e leitores em sala para alunos com deficiência visual e/ou auditivas. Ambientes inclusivos para os deficientes físicos. Conteúdo das aulas adaptado a cada um e, principalmente, a voz de todos ser ouvida, a vez de todos ser respeitada.
D87	1. Infraestrutura adequada. 2. Professores qualificados. 3. Livre de qualquer tipo de preconceito, principalmente aqueles que partem de professores, pedagogas e funcionários.
D88	Ela ser primeiramente acessível a esses alunos com deficiência e não somente no sentido físico (de estrutura, rampas, etc.), mas no sentido de ter também profissionais qualificados e aptos a atenderem estas pessoas especiais. Outro aspecto é trabalhar com os alunos também a questão da inclusão e a utilização de materiais, como o que o professor Éder comentou com a gente em sua palestra e métodos de ensino inclusivos.
D89	O aspecto físico, com rampas e banheiros adaptados, além de ter sinalizações em relevo para os deficientes visuais e traduções para braille para os mesmos. É importante também ter docentes que saibam trabalhar com educação inclusiva e acompanhem os alunos. Materiais didáticos como livros em braille e modelos táteis também são importantes, assim como um tradutor para libras, legendas em vídeos e uma sala de apoio no contra turno.
D90	Em primeiro lugar, a escola deve estar preparada para receber um aluno deficiente, tanto na parte de acessibilidade, quanto na parte inclusiva. Dependendo do tipo de deficiência deste aluno, será necessário um profissional para acompanhá-lo e ajudá-lo no seu aprendizado, cabendo a instituição o ensino se adaptar para recebê-lo.
D91	Ter professores e estrutura capaz de atender as necessidades dos alunos, possibilitando a aprendizagem para pessoas com algum tipo de deficiência com a mesma qualidade que fornece aos demais alunos.
D92	Ter salas de recursos, ter professores que entendam de educação inclusiva e estejam dispostos a fazer o possível para ajudar o aluno. Ter uma estrutura necessária, como máquina de impressão em braille, para cegos, rampas de cesso para cadeirantes, professores que saibam se comunicar em libras.
D93	Para uma escola ser inclusiva, é importante que ela tenha uma estrutura física adaptada para estudantes diversos, professores comprometidos com o ensino de todo tipo de aluno de aluno, compreensão da própria administração sobre as necessidades especiais dos alunos e preocupação redobrada com todo tipo de recomendação de especialistas quanto a melhor forma de abrigar alunos com deficiência.



D94	Primeiramente, ser acessível a todos, ter pelo menos uma sala de recursos para atendimento especial, interpretes de libras a disposição, materiais em braille, cursos de preparo para professores e também professores especializados na área de educação inclusiva.
D95	Acessibilidade para os alunos e um corpo docente apto para exercer a educação inclusiva, com estas coisas qualquer aluno pode ser educado nesta escola.
D96	Fazer grupos de estudos aleatórios por semestre. Incluir todos em uma mesma sala.
D97	Não isolar os alunos especiais, procurar sempre métodos de demonstrar o conteúdo, utilizar mais de u sentido para ensinar ( tato, audição, visão) acompanhar as dificuldades do aluno e fornecer o apoio necessário.
D98	Além da adaptação didática, que fornecendo ferramentas e modificando seus espaços para que as dificuldades de aprendizagem e de acesso sejam minimizadas ou, considerando o melhor caso, resolvida.
D99	Incluir, os alunos em mesma salas de aula, fazer aulas diferenciadas para os outros estudantes participarem junto com os alunos especiais e conseguir compreender a “deficiência” dos outros e ter uma estrutura capaz de comportar esses estudantes.
D100	Ter profissionais qualificados par atender e lidar com as necessidades de cada pessoa, assim como ter estrutura para o acolhimento, como salas de aulas acessíveis, materiais específicos e qualquer outra coisa que o estudante necessitar.
D101	Método de ensino que seja compatível aos alunos; Profissionais preparados para lidar com as necessidades especiais; Preparo da estrutura escolar para atender todos e dar uma maior liberdade; Além do respeito que deve prevalecer em qualquer circunstância.
D102	Acessibilidade, zelo, preocupação e incentivo. A escola deve buscar esses alunos, fazendo políticas de conscientização e trazendo conforto para essas pessoas
D108	Primeiramente, perceber as diferenças e ter a atitude de adaptar os métodos de ensinos ou espaço para melhor se adequar aos alunos, e não esperar o contrário. Os m'todos devem ser desenvolvidos com a ajuda de especialistas e bem pensados, além de consultar o próprio aluno e pessoas portadoras de deficiência também, caso for o caso. É interessante também o investimento em equipamentos e materiais.
D109	Para uma escola ser considerada inclusiva, deve-se haver a adaptação do espaço físico escolar para que esses alunos consigam ter acenos de diversas maneiras dos recursos oferecidos pela instituição de ensino, é adaptar as aulas para as necessidades específicas de cada aluno, é saber identifica-los e propor metodologias dinâmicas, para melhorar a aprendizagem desses alunos e garantir os direitos enquanto estudantes e evitar a pseudo inclusão.
D111	Aspectos estruturais, com rampas, elevadores e et. Aspectos de aprendizagem, como as salas de apoio e recursos multifuncionais. Aspectos “sociais”, como por exemplo, o preparo psicológico de alunos e funcionários que irão construir com alunos especiais a devida instrução para essa convivência como a forma de comunicação, por exemplo.
D112	A escola se adaptar com alunos e suas necessidades e nunca o contrário. É aonde os alunos se “misturam” e interagem entre si. Como com alunos com super dotação que têm aula básica com os outros alunos “normais” e em outro horário aulas avançadas.
D113	Primeiro é necessário atitude pra tornar o ambiente inclusivo e perceber as adaptações nele necessárias, seja com rampas ou elevadores, reformulação na forma de dar aula, interprete de libras, etc.

## ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ -



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Representação social sobre educação especial/inclusiva de alunos de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Paraná

**Pesquisador:** ORLINEY MACIEL GUIMARAES

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 02347818.6.0000.0102

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Educação

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.129.901

#### Apresentação do Projeto:

O projeto em análise tem como título "Representação social sobre educação especial/inclusiva de alunos de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Paraná" e tem como pesquisador responsável a Profa. Dra. Orliney M. Guimarães do PPG em Educação da UFPR.

Trata-se de projeto de natureza qualitativa que tem por objetivo identificar e analisar a representação social sobre a Educação Especial/ Inclusiva de alunos do curso de Química da Universidade Federal do Paraná.

Para tanto, serão utilizadas como referencial teórico as contribuições de Serge Moscovici, através de análise qualitativa. Como instrumentos de constituição de dados, serão utilizadas análise bibliográfica, entrevista semiestruturada, observação não-participante e grupo focal. Os dados obtidos serão analisados através da análise de conteúdo de Bardin. A intenção é fornecer subsídios ao curso de licenciatura em Química da UFPR para repensar seus processos formativos, já que é nesse ambiente que a representação social pode ser objetivada e ancorada na tentativa do sujeito de tornar o não-familiar em familiar em relação a Educação Especial/Inclusiva, compartilhando essas construções individuais com o grupo social em que se encontra inserido. E nesse contexto, introduzir melhorias na formação inicial e continuada de professores, estabelecendo novas práticas pedagógicas no curso.

**Endereço:** Rua Padre Camargo, 285 - Térreo

**Bairro:** Alto da Glória

**UF:** PR

**Município:** CURITIBA

**CEP:** 80.060-240

**Telefone:** (41)3360-7259

**E-mail:** cometica.saude@ufpr.br

UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ -



Continuação do Parecer: 3.129.901

**Objetivo da Pesquisa:**

Segundo a proponente, os objetivos primários do projeto são identificar e analisar a representação social sobre educação especial/inclusiva de alunos de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Paraná.

E os objetivos secundários apresentados são:

- i. Compreender a partir do contexto histórico e das políticas educacionais nacionais, como se delineou a inclusão da temática educação Especial/Inclusiva como componente curricular obrigatório na formação inicial de professores;
- ii. Identificar e analisar as produções nacionais no ensino de Química/Ciências, que abordam a Representação Social sobre a Educação Especial/Inclusiva; Identificar e analisar no Projeto Político do Curso (PCC) de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Paraná como a temática Educação Especial/Inclusiva está sendo proposta e implementada;
- iii. Identificar e analisar os processos de ancoragem e objetivação presentes na representação social dos licenciandos em Química sobre a temática Educação Especial/Inclusiva.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

No que se refere aos riscos e benefícios, a pesquisadora argumenta que os riscos são mínimos e relacionados à possível quebra de confidencialidade, o desconforto ou constrangimento mediante as questões do questionário e as entrevistas, enquanto que os benefícios seriam os de identificar e analisar a representação social de futuros professores, trazendo a perspectiva do impacto desse novo componente curricular na prática docente.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Para identificar e analisar a representação social de licenciandos em Química da UFPR será realizada análise documental e pesquisa empírica de cunho qualitativo. A análise documental tem como finalidade o "exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares" a fim de produzir novos conhecimentos na área estudada. A investigação empírica demanda a presença do pesquisador no espaço em que

ocorrem as relações sociais através de metodologias determinadas. A escolha pela metodologia qualitativa, para a realização dessa pesquisa, se justifica devido ao fato de que tal estudo se desenvolver "numa situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada" (LÜDKE, ANDRÉ, 2013, p. 20). Este tipo de

**Endereço:** Rua Padre Camargo, 285 - Térreo

**Bairro:** Alto da Glória

**UF:** PR

**Município:** CURITIBA

**CEP:** 80.060-240

**Telefone:** (41)3360-7259

**E-mail:** cometica.saude@ufpr.br

**UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ -**



Continuação do Parecer: 3.129.901

metodologia visa analisar as experiências de indivíduos ou grupos, através de relatos e histórias; examinando as interações e comunicações que estejam se desenvolvendo; investigando documentos ou traços semelhantes de experiências ou interações.

O critério de inclusão seria pertencer ao rol de alunos da disciplina Seminários de Educação em Química, do Curso de Química Noturno da Universidade Federal do Paraná que desejarem voluntariamente participar da pesquisa.

Enquanto que o critério de exclusão seria o de não desejar participar voluntariamente da pesquisa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados adequadamente.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as pendências foram devidamente sanadas e, portanto, o parecer é favorável à aprovação desse projeto no que se refere à análise ética.

- É obrigatório retirar na secretaria do CEP/SD uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com carimbo onde constará data de aprovação por este CEP/SD, sendo este modelo reproduzido para aplicar junto ao participante da pesquisa.

\*Em caso de projetos com Coparticipantes que possuam Comitês de Ética, seu TCLE somente será liberado após aprovação destas instituições.

O TCLE deverá conter duas vias, uma ficará com o pesquisador e uma cópia ficará com o participante da pesquisa (Carta Circular nº. 003/2011CONEP/CNS).

Favor agendar a retirada do TCLE pelo telefone 41-3360-7259 ou por e-mail [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br), necessário informar o CAAE.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO. Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma

**Endereço:** Rua Padre Camargo, 285 - Térreo

**Bairro:** Alto da Glória

**UF:** PR

**Município:** CURITIBA

**CEP:** 80.060-240

**Telefone:** (41)3360-7259

**E-mail:** [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)

**UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ -**



Continuação do Parecer: 3.129.901

Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

Emenda – ver modelo de carta em nossa página: [www.cometica.ufpr.br](http://www.cometica.ufpr.br) (obrigatório envio)

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1241979.pdf	21/12/2018 11:01:32		Aceito
Outros	Carta_resposta.docx	21/12/2018 11:00:50	ORLINEY MACIEL GUIMARAES	Aceito
Outros	Projeto_Corrigido.docx	21/12/2018 10:39:32	ORLINEY MACIEL GUIMARAES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	04/11/2018 21:16:58	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
Outros	CHECK_LIST_DOCUMENTAL_GABRIELLY_NAGATOMY.pdf	03/11/2018 16:46:05	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/11/2018 16:40:45	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
Outros	RESPONSABILIDADES_NO_PROJETO.pdf	03/11/2018 16:40:27	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
Outros	INICIO_DA_PESQUISA.pdf	03/11/2018 16:39:54	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
Declaração de Pesquisadores	USO_ESPECIFICO_DE_MATERIAL_E_OU_DADOS_COLETADOS.pdf	03/11/2018 16:39:19	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DE_TORNAR_PUBLICO_OS_RESULTADOS.pdf	03/11/2018 16:38:25	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
Outros	TERMO_DE_CONFIDENCIALIDADE.pdf	03/11/2018 16:37:46	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
Outros	CONCORDANCIA_DOS_SERVICOS_ENVOLVIDOS.pdf	03/11/2018 16:36:45	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
Outros	ANALISE_DE_MERITO.pdf	03/11/2018 16:36:05	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
Outros	ATA.pdf	03/11/2018 16:35:22	GABRIELLY FUJI MESSIAS	Aceito

**Endereço:** Rua Padre Camargo, 285 - Térreo

**Bairro:** Alto da Glória

**CEP:** 80.060-240

**UF:** PR

**Município:** CURITIBA

**Telefone:** (41)3360-7259

**E-mail:** [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)



**UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ -**



Continuação do Parecer: 3.129.901

Outros	ATA.pdf	03/11/2018 16:35:22	NAGATOMY	Aceito
Outros	ANALISE_PARA_COMITE_DE_ETICA.pdf	03/11/2018 16:13:39	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_GABRIELLY.pdf	03/11/2018 16:01:52	GABRIELLY FUJI MESSIAS NAGATOMY	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CURITIBA, 04 de Fevereiro de 2019

---

**Assinado por:**  
**IDA CRISTINA GUBERT**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Padre Camargo, 285 - Térreo

**Bairro:** Alto da Glória

**UF:** PR

**Município:** CURITIBA

**Telefone:** (41)3360-7259

**CEP:** 80.060-240

**E-mail:** cometica.saude@ufpr.br

**ANEXO 2 - PROGRAMAS DA DISCIPLINA SEMINÁRIOS EM EDUCAÇÃO  
QUÍMICA DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA  
(DIURNO E NOTURNO)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS  
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA**

**1º Semestre de 2019**

**Curso:** Bacharelado/Licenciatura em Química - Diurno

**Disciplina:** CQ256- Seminários em Educação Química

**Docente Responsável:** Profa. Dra. Orliney Maciel Guimarães

**Horário das aulas:** 7h30h-9h30 - **Dia da semana:** sexta-feira - **Sala:**

PR07/Auditório

<b>Aula</b>	<b>Data</b>	<b>Atividade</b>
-	<b>21/02</b>	Semana de Recepção aos Calouros - CAQUI
<b>1</b>	<b>01/03</b>	Apresentação do Programa da Disciplina – Atividade em Sala de aula
<b>2</b>	<b>08/03</b>	Direitos Humanos: Conceito, origem e Legislação. Convidada: Sandra Mara de Oliveira Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia pela Unibrasil Juíza do Trabalho da 3ª. Vara em São José de Pinhais Atividade 1 sobre o Seminário
<b>3</b>	<b>15/03</b>	Educação em Direitos Humanos e a Formação de Professores Prof. Dr. Roberto Dalmo Varallo Lima de Oliveira (UFU) – skype Atividade 2 sobre o Seminário - Confirmado
<b>4</b>	<b>22/03</b>	Descolonizando Saberes: o pioneirismo da África em algumas produções no campo da Medicina, Química, Geometria e Astronomia Convidado: Profa. Dra. Bárbara Carine Soares Pinheiro (UFBA)/skype Atividade 3 sobre o Seminário
<b>5</b>	<b>29/03</b>	Preconceito, Racismo e Discriminação Racial Convidado: Mestranda Fabiane Moreira (PPGE-UFPR-NEAB) Atividade 4 sobre o Seminário
<b>6</b>	<b>05/04</b>	Avaliação dos Seminários anteriores Atividade 5 desenvolvida em Sala de aula
<b>7</b>	<b>12/04</b>	Princípios norteadores da Educação Especial: da Segregação à Inclusão Convidada: Mestra e Psicóloga Ana Caroline Cruz (PPGE-UFPR) Atividade: 6 sobre o Seminário
<b>8</b>	<b>26/04</b>	Educação Inclusiva e o Transtorno do Espectro Autista



		Convidada: Mestra em Educação e Psicóloga Carla Neto do Vale Heinrichs (PPGE-UFPR) Atividade 7 sobre o Seminário
9	03/05	Educação Inclusiva e o atendimento aos alunos com Altas Habilidades Convidada: Profa. Eliane Terra - Representante da SEED- PR Atividade 8 sobre o Seminário
10	10/05	Necessidades formativas para atendimento de alunos com deficiência visual nas aulas de Química Convidada: Profa. MSc. Tatiane Estácio de Sá (IFC/Campus Sombrio) Atividade 9 sobre o Seminário
11	17/05	Didática Multissensorial Prof. Dr. Éder Pires de Camargo (UNESP – Ilha Solteira) – Skype Atividade 10 sobre o Seminário
12	24/05	Acessibilidade em sua mais ampla dimensão. Carlos Eduardo da Silva (Responsável pela Acessibilidade de estudantes do ensino superior da UNINTER) Atividade 11 sobre o Seminário
13	31/05	Acessibilidade Cultural Doutora Amanda Tojal (Espaço Arte e Inclusão-SP) Atividade 12 sobre o Seminário
14	07/06	Atendimento Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais Vídeo Aula (23 minutos) Prof. Eder Pires de Camargo Vídeo com a entrevista com Prof. Éder Pires de Camargo (43 minutos) Atividade 13: Escrita em Braille
15	14/06	Avaliação da disciplina

**Avaliação da Disciplina:**

- Presença: mínimo de 75%
- Entrega e Realização das atividades em sala de aula após o seminário: 70 pontos
- Avaliação Final: 30 pontos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS**  
**DEPARTAMENTO DE QUÍMICA**  
**1º Semestre de 2019**

**Curso:** Licenciatura em Química - Noturno

**Disciplina:** CQ256- Seminários em Educação Química

**Docente Responsável:** Profa. Dra. Orliney Maciel Guimarães

**Horário das aulas:** 19h-21h - **Dia da semana:** quinta-feira - **Sala:**

PR07/Auditório

<b>Aula</b>	<b>Data</b>	<b>Atividade</b>
-	<b>21/02</b>	Semana de Recepção aos Calouros - CAQUI
<b>1</b>	<b>28/02</b>	Apresentação do Programa da Disciplina – Atividade em Sala de aula
<b>2</b>	<b>07/03</b>	Direitos Humanos: Conceito, Origem e Legislação. Convidada: Sandra Mara de Oliveira Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia pela Unibrasil Juíza do Trabalho da 3ª. Vara em São José de Pinhais Atividade sobre o Seminário
<b>3</b>	<b>14/03</b>	Educação em Direitos Humanos e a Formação de Professores Prof. Dr. Roberto Dalmo Varallo Lima de Oliveira (UFU) – online Atividade sobre o Seminário
<b>4</b>	<b>21/03</b>	Descolonizando Saberes: o pioneirismo da África em algumas produções no campo da Medicina, Química, Geometria e Astronomia Convidado: Profa. Dra. Bárbara Carine Soares Pinheiro (UFBA)/online
<b>5</b>	<b>28/03</b>	Preconceito, Racismo e Discriminação Racial Convidado: Mestranda Fabiane Moreira (PPGE-UFPR-NEAB) Atividade sobre o Seminário
<b>6</b>	<b>04/04</b>	Avaliação dos Seminários anteriores/Atividade desenvolvida em Sala de aula
<b>7</b>	<b>11/04</b>	Não houve aula – Dispensa Oficial Reitoria (REPOR AULA)
<b>8</b>	<b>18/04</b>	Princípios norteadores da Educação Especial: da Segregação à Inclusão Convidada: Mestra Ana Caroline Cruz (Psicóloga/PPGE-UFPR)
<b>9</b>	<b>25/04</b>	Educação Inclusiva e o Transtorno do Espectro Autista Mestranda e Psicóloga: Carla Neto do Vale Heinrichs (PPGE-UFPR)
<b>10</b>	<b>02/05</b>	Educação Inclusiva e o atendimento aos alunos com Altas Habilidades Convidada: Profa. Eliane Terra - Representante da SEED- PR
<b>11</b>	<b>09/05</b>	Relatos de Sala de Aula: Adaptação Curricular em Química para alunos com Deficiência Visual Prof. Marcio (AEE) Profa. Maraiza (Professora de Química de rede estadual de ensino)
<b>12</b>	<b>16/05</b>	Acessibilidade Cultural Convidada: Dra. Amanda Tojal (Espaço Arte e Inclusão-SP)
<b>13</b>	<b>23/05</b>	Acessibilidade em sua mais ampla dimensão. Convidada: Leomar Marchesini (UNINTER)
<b>14</b>	<b>30/05</b>	Vídeo do Prof. Eder Pires de Camargo sobre: Necessidades Formativas para Inclusão de Alunos com DV nas aulas de Física Profa. Orliney Maciel Guimarães
<b>15</b>	<b>06/06</b>	Avaliação Final da disciplina

**Avaliação da Disciplina:**

- Presença: mínimo de 75%
- Entrega e Realização das atividades em sala de aula após o seminário: 70 pontos
- Avaliação Final: 30 pontos